ESPAÇO E CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA CENTRO X PERIFERIA

VOL. 1

Maurício Borges Lemos

Orientador: Prof. Mário Luiz Possas

Este exemplar corresponde ao original da tese defendida pelo Aluno Maurício Borges Lemos em 12/09/88 e orientado pelo Prof. Dr. Mário Luiz Possas.

Tese de doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

Campinas, 1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"Toda filosofia pode ser verdadeira; a ignorância dos homens é que faz, de uma ou de outra, crença da moda".

Machado de Assis

"A economia é uma ciência séria"

Joan Robinson

Para Lazinha

e Thomaz

que a utilização de sua concepção de demanda efetiva teve papel decisivo. Evidentemente, nem todos os problemas puderam ser superados, o que deve ser debitado exclusivamente às minhas limitações, não podendo "reparti-los" com a orientação.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer ao núcleo de regional e urbana do CEDEPLAR, formado por Clélio Campolina, Maria Regina Nabuco, Roberto Luiz Monte-Mór, Afrânio A. Andrade, Mauro B. Lemos e mais recentemente, Mário Veloso Costa, que propiciaram o ambiente de discussão necessário para a execução deste tortuoso processo de reciclagem teórica iniciado em 1981.

Na UNICAMP, Sérgio Silva foi desde o início uma referência importante, seja em função da importância de seu livro sobre a renda fundiária como ponto de partida básico para a construção do meu quarto capítulo, seja pelo estímulo e sugestões bibliográficas.

Na FACE/CEDEPLAR, Donald Rolfe Sawyer leu e comentou aquilo que viria a ser o embrião do terceiro capítulo e Ralph Hakkert auxiliou-me numa passagem matemática do quarto capítulo. Entre os professores visitantes, Donald Hay discutiu comigo os modelos clássicos da teoria regional; Michael Storper leu e comentou um trabalho de regionalização cujos pressupostos teóricos foram retirados do terceiro e quinto capítulos da tese; José Luiz Curbello forneceu boas sugestões bibliográficas. João Heraldo Lima deu uma importante sugestão bibliográfica para o segundo capítulo; Delso Morais da Silva discutiu comigo o modelo de Lösch; Fernando Damata Pimentel, além do incentivo, leu e comentou algumas passagens da tese.

Martim Oscar Smolka tem sido, desde 1981, um interlocutor permanente, fornecendo indicações bibliográficas, discutindo textos novos da economia espacial, tendo lido e comentado a versão preliminar do quinto capítulo.

João Antônio de Paula foi uma importante referência: a construção teórica proposta - que se pretende marxista embora contendo aspectos de que talvez discorde - teve muito de sua influência, fruto de 16 anos de convivência desde o período da graduação no início dos anos setenta.

Haroldo Torres, Henrique Reis e Rodrigo Simões, alunos respectivamente do doutorado de demografia, mestrado em economia e graduação em economia da FACE/CEDEPLAR leram e ajudaram na revisão do primeiro e segundo capítulos; Haydn Coutinho Pimenta ajudou-me na tradução do inglês de algumas citações.

Hildette Antunes de Siqueira datilografou a primeira versão da tese (1985). Hildette e Lúcia Efigênia Santana datilografaram a versão definitiva.

José Alberto Magno de Carvalho e Paulo T. Almeida Paiva, respectivamente Diretor da FACE e do CEDEPLAR, estimularam e facilitaram a elaboração deste trabalho.

Enfim, o meu agradecimento a estas pessoas e a todas as que, embora não mencionadas, tenham contribuído de alguma forma para a elaboração desta tese.

ÍNDICE

Página

INTRODUÇÃO 1

1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS E HISTÓRICOS DO PLANO DE ESTUDO 19

1.1 - Teoria e método 20

1.1.1 - Marxismo e realidade histórica 21

1.1.2 - O processo de construção teórica em "O Capital" 28

1.1.3 - Razões para o atraso na construção da "Ciência Marxista" 33

1.1.4 - Construção teórica marxista e a integração com outros sistemas teóricos . 42

1.1.5 - A situação atual da "teoria do capital no espaço" 48

1.2 - A evolução do sistema centro-periferia no pós-guerra 50

1.2.1 - Exceções ao processo de marginalização da periferia 60

1.2.2 - Análise comparativa entre Brasil, México, Coréia e Taiwan 69

1.2.3 - Diferenças entre as "Plataformas de Exportação" e o "Centro" 73

1.2.4 - Uma "Releitura" do problema cambial brasileiro 85

1.3 - Algumas conclusões preliminares 89

2 - TEORIAS SOBRE O ESPAÇO ECONÔMICO: VANTAGENS COMPARATIVAS, TROCA DESIGUAL E TEORIA DA LOCALIZAÇÃO ... 92

2.1 - A Teoria ricardiana das vantagens comparativas 92

Página

2.1.1 - Esboço de uma teoria cambial em Ricardo 97

2.1.2 - Sobre as vantagens (diferenças) de produtividade entre países segundo Ricardo 116

2.2 - Ohlin e a teoria neoclássica das vantagens comparativas 135

2.3 - A teoria da troca desigual 150

2.3.1 - A troca desigual segundo Emmanuel ... 151

2.3.2 - A teoria da troca desigual segundo Mandel 161

2.4 - Teorias da localização 183

2.4.1 - Alfred Weber e a orientação locacional pelo transporte 185

2.4.2 - August Lösch e o conceito de área de mercado 189

2.4.3 - J.H. Von Thünen e a teoria da localização agrícola 197

Apêdice 2.1 - A ilustração matemática de Ohlin da teoria das vantagens comparativas 209

3 - SOBRE O CONCEITO DE CENTRO URBANO 216

3.1 - Introdução 216

3.2 - O espaço e as leis de dinâmica capitalista em Marx 221

3.2.1 - A concentração e centralização do capital 221

3.2.2 - Capital em geral versus capital em sua realidade: a singularidade da problemática espacial 224

3.3 - Trabalho produtivo versus improdutivo (ou mercadorias versus serviços) .....

Página

3.3.1 - Conceito de trabalho produtivo nas "Teorias" 235

3.3.2 - Valor e custos de circulação 242

3.3.3 - Valor e valor de troca: a pseudo-representação do valor de troca no espaço-tempo 254

3.3.4 - Trabalho concreto, trabalho abstrato, trabalho produtivo e improdutivo 264

3.4 - Urbanização, terciarização e espaço 278

3.4.1 - O conceito de centro urbano e as categorias espaciais 278

3.4.2 - Efeitos do comportamento espacial dos serviços sobre a taxa de lucro 283

3.4.3 - Processo de concentração e centralização e a produção de serviços 287

3.5 - Conclusões 296

4 - SOBRE A RENDA FUNDIÁRIA URBANA 300

4.1 - Introdução 300

4.2 - A determinação da renda natural 303

4.2.1 - O problema da determinação da renda absoluta 309

4.3 - A renda espacial 331

4.3.1 - A teoria da localização em Von Thünen 332

4.3.2 - Críticas ao "Modelo de Von Thünen .. 337

4.3.3 - A renda espacial e os fatores aglomerativos 342

4.3.4 - Fatores aglomerativos, desaglomerativos e salários 349

Página

4.3.5 - O processo de determinação formal da renda urbana 357

4.3.6 - Renda urbana, valor e acumulação 364

4.3.7 - Renda, sobrelucro, investimento e crescimento urbano 371

Apêndice 4.1 - Uma proposta de metodologia para a análise espacial com base no conceito de renda fundiária urbana 376

5 - SOBRE A DINÂMICA DO CAPITAL NO ESPAÇO 396

5.1 - O conceito de região 397

5.2 - Teorias sobre a dinâmica regional 403

5.2.1 - A teoria da causação circular de Gunnar Myrdal 403

5.2.2 - Hirschman e a transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico 408

5.2.3 - A teoria do Grande Impulso de Rosenstein-Rodan 412

5.2.4 - O modelo de estagnação de Celso Furtado 415

5.2.5 - Perroux e o conceito de pólo de crescimento 423

5.2.6 - A teoria da Base de Exportação 428

5.2.7 - A crítica keynesiana à teoria da Base de Exportação 433

5.3 - Uma reinterpretação da teoria da Base de Exportação 440

5.4 - Balanço de pagamentos e produto regional 455

5.5 - A dinâmica Centro x Periferia 473

Página

6 - O ÂMBITO DOS "MÚLTIPLOS CAPITAIS" E O ESPAÇO 491

6.1 - Os estados nacionais e sua influência na dinâmica espacial 491

6.2 - Política cambial e dinâmica espacial 500

6.2.1 - Política cambial "Unificada" e o problema da conversibilidade 506

6.2.2 - Política de múltiplos câmbios 509

6.2.3 - Política de múltiplos câmbios e dinâmica espacial 514

6.2.3.1 - A política de incentivo às exportações 517

6.2.3.2 - A política de substituição de importações 527

6.3 - Estado nacional e as concepções clássicas de imperialismo 542

6.3.1 - Imperialismo e a problemática da realização 543

6.3.2 - Imperialismo e concorrência monopolista 554

6.3.3 - Imperialismo e bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas na periferia: a visão cepalina 579

6.4 - Concorrência, problemática financeira, política cambial e espaço 593

6.4.1 - Concorrência e espaço 594

6.4.1.1 - Concentração industrial e concentração espacial 598

6.4.1.2 - Concentração industrial e dispersão espacial 606

6.4.2 - Problemática financeira e espaço 616

6.4.3 - Concorrência, problemática financeira, estados nacionais e espaço 622

Página

6.4.3.1 - Etapa monopolista e estado nacional 623

6.4.3.2 - Internacionalização e estados nacionais (no "Centro") 626

6.4.3.3 - Internacionalização e estados nacionais (na "Periferia) ... 634

6.5 -Internacionalização e diferencial de salários interpaíses 643

6.6 - Conclusão: a dinâmica Centro x Periferia 654

BIBLIOGRAFIA 665

INTRODUÇÃO

Depois de uma ininterrupta ascensão desdes os "Estudos" do final dos anos quarenta até aproximadamente meados do anos sessenta, a ideologia "terceiro-mundista" entrou em relativa decadência nos primeiros anos da década de setenta. E' certo que as explicações para o fato são múltiplas, ligadas a uma soma orgânica de fatores objetivos e subjetivos. Acredita-se, porém, que dois são os fatores básicos para a sua explicação, sendo que ambos encontram-se intrinsecamente interligados.

Em primeiro lugar e principalmente, tem-se uma nova e decisiva etapa do Imperialismo no pós-guerra, marcada pela internacionalização do grande capital manufatureiro/industrial, processo cujo centro de irradiação principal foi (e é) os Estados Unidos, complementado pelo capital europeu e japonês. E' inequívoco que tal base objetiva jogou por terra qualquer possibilidade real de um desenvolvimento capitalista nacional - não internacionalizado - ao mesmo tempo em que, implicitamente, acenava com as possibilidades de um desenvolvimento, a despeito de capitalista e internacionalizado.

Deste fato deriva-se diretamente o segundo fator, na medida em que contribui para solapar a própria base de ideologia do desenvolvimento nacional. Temos, em certo sentido, uma virtual falência da teorias subdesenvolvimentistas/desenvolvimentistas. Como corretamente indaga Weffort (1971), "Se admitimos que as teorias convencionais do desenvolvimento capitalista nacional falharam, como então determinar as relações entre classe (e relações de produção) e Nação no processo do desenvolvimento

capitalista na América Latina? Chamo a atenção para o fato de que o problema não se refere apenas às estruturas econômicas do processo de acumulação, nem é apenas um problema teórico. Em realidade, ele diz respeito também ao nível da política: se as burguesias nacionais falharam ou inexistiram, qual o papel da temática nacional do âmbito das relações políticas e ideológicas entre as classes?" (p. 5 e 6).

Em suma, abolida a ideologia "terceiro-mundista" pela nova etapa imperialista, que trouxe em seu bojo um inusitado processo de internacionalização industrial com consequências até mesmo sobre a divisão internacional do trabalho, suprimiu-se não só o paradigma teórico do subdesenvolvimento/desenvolvimento nacional, como também se colocou em dúvida enquanto paradigma político. E' por isso que o "nacionalismo" (entendido como teoria e prática em torno de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional) passa por uma quase generalizada decadência na maioria dos países do "terceiro mundo", especialmente na América Latina. Bem ou mal, a internacionalização dos processos produtivos via capital monopolista iria garantir algum tipo de desenvolvimento, mesmo que desigual, marginalizado e dependente.

Assim colocado, o "terceiro-mundismo" estaria fadado ao desaparecimento enquanto teoria e práxis se fatos novos não viessem à tona nos últimos anos. Em primeiro lugar, a crise internacional, que já evidenciava alguns sinais visíveis no final dos anos sessenta e início dos setenta, tornou-se uma crise aberta e generalizada já em 1974/75, apresentando a maior recessão do

pós-guerra e que veio a repetir-se em 1980/82. Em segundo lugar, a crise, ao patentear-se especialmente como uma grave crise financeira, colocou a nu a precária situação da periferia capitalista. Na verdade, a alta das taxas de juros nos mercados internacionais evidenciou o alto endividamento e a quase inexorável inadimplência da maioria das economias capitalistas periféricas. E assim, virtualmente falidos, tais países capitalistas interromperam seu processo de expansão internacionalizado, dependente e marginalizador. Em consequência, no bojo da crise internacional, a questão do subdesenvolvimento volta a constituir um problema teórico com evidentes desdobramentos políticos.

As questões mencionadas acima constituem, na verdade, um bom ensejo para a formulação do objetivo central deste trabalho. Trata-se aqui de se retomar a discussão teórica sobre uma série de conceitos similares ou interligados - "países subdesenvolvidos", "periféricos" e "dependentes", (ou analogamente, os conceitos de "países centrais", "Imperialistas" e "industrializados") - que mal ou bem povoaram as teorias sobre o terceiro mundo em tempos passados, configurando um objetivo que tem de basear-se numa perspectiva clara e razoavelmente nova, para fugirmos aos vários impasses e labirintos em que o problema foi colocado. Embora devamos precisar com detalhes mais adiante tal perspectiva "nova", é bom que se explicitem desde logo, para efeito de esclarecimento dos objetivos deste trabalho, os seguintes pontos.

Em primeiro lugar, o âmbito de nossa discussão teórica deverá circunscrever-se a conceitos tipicamente econômicos em de-

trimento dos conceitos mais propriamente sociológicos (por exemplo, conceitos de classe, estado e nação). A razão, apesar de coincidir com a necessidade de circunscrever o trabalho (por questão de tempo e pelas limitações do autor), prende-se fundamentalmente a questões de método. Na realidade, o ponto de partida - e, ao mesmo tempo, condição necessária e suficiente - para a construção de uma teoria do desenvolvimento capitalista (isto é, uma teoria da acumulação de capital) é constituído de categorias estritamente econômicas sem exceção, mesmo aquelas com evidentes correspondência em termos sociológicos. E' o caso, por exemplo, da categoria força de trabalho, que em termos econômicos nada mais é do que uma mercadoria de propriedades especiais e que tem sua correspondência sociológica no conceito de classe operária.

Em segundo lugar, já devidamente calçados em categorias exclusivamente econômicas, tentaremos formular, no contexto de uma teoria da acumulação, a seguinte pergunta: tendo em vista o fato de que a acumulação de capital processa-se em ritmo desigual em diferentes espaços econômicos, caberia indagar sobre a existência (ou não) de uma explicação essencialmente econômica para este desenvolvimento desigual, mesmo admitindo-se, implicitamente, a existência de outras explicações - como por exemplo, aquelas baseadas numa teoria de classes. De uma certa forma, tal indagação seria uma retomada teórica do verdadeiro paradigma cepalino, tão bem sintetizado por J. Manuel C. Melo (1975): "Todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de

independência econômica da nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica" (p. 9). "Os problemas e, ao mesmo tempo, a especificidade da industrialização latino-americana decorrem de seu caráter periférico. Ou melhor: a industrialização latino-americana é problemática porque periférica" (idem p. 6).

Em terceiro lugar, formulada em termos estritamente econômicos, nossa indagação sobre o desenvolvimento desigual buscará ser ainda mais específica: em que medida existiria, no contexto das categorias econômicas, explicações advindas daquelas de natureza estritamente espacial - isto é, oriundas da fricção espacial decorrente do movimento das mercadorias no espaço - que pudessem contribuir para o esclarecimento da problemática do desenvolvimento desigual? Ou, em outras palavras, admitindo que o desenvolvimento desigual no espaço como realidade concreta exige e envolve múltiplas explicações, incluindo um verdadeiro leque de conceitos sociológicos e econômicos, perguntaríamos em que medida ele pode ser analisado teoricamente, isto é, analisado em termos de categorias espaciais, de forma que o próprio espaço não seria um ente absoluto e irredutível, mas sim redutível teoricamente a categorias espaciais?

Este é, na verdade, o principal objetivo do nosso trabalho: demonstrar o papel teórico do espaço e sua interferência na diferenciação dos ritmos de acumulação nos vários espaços econômicos. Com isso não temos a pretensão de construir uma teoria

geral de acumulação do capital nos "vários espaços" mas, inversamente, propor a inclusão de uma teoria do capital no espaço no rol das várias teorias utilizadas no estudo de uma realidade econômica, social e espacial concreta. A partir dessa perspectiva, que evidentemente não é inteiramente nova (como se terá oportunidade de verificar ao longo do trabalho), pretendemos relançar velhas perguntas - as mesmas feitas pela escola cepalina - que desafortunamente, foram entregues ao impasse teórico e político e lançadas ao esquecimento.

Em virtude da proposta metodológica que ora adotamos, o estudo que se segue consistirá fundamentalmente num processo de reelaboração de categorias baseado na análise de teorias diversas, dispostas segundo o nosso esquema de construção teórico. Assim, ao invés de seguirmos uma praxe acadêmica bastante difundida, de considerar extensamente a bibliografia existente, optaremos por uma abordagem restrita do ponto de vista bibliográfico, quer consideremos o número de autores, quer consideremos o conjunto da obra de cada autor. Isso porque a consideração da bibliografia em sentido amplo acaba por resultar, via de regra, num conjunto vazio e desarticulado, a despeito do cumprimento ritual da formalidade acadêmica, enquanto a consideração restrita acaba por permitir a assimilação reelaborada das teorias, onde se enfatizam até a mínucia aspectos aparentemente irrelevantes e se omitem outros normalmente considerados centrais.

A organização da tese em capítulos deve seguir, portanto, as exigências do roteiro metodológico, observando-se em cada

um deles não só uma lógica própria, mas uma sequência necessária do ponto de vista da construção teórica. Neste sentido, desenvolveremos seis capítulos (adequamente subdivididos em subcapítulos quando for o caso), além desta introdução, tendo por objetivo precípuo justificar, histórica e teoricamente, o estudo que estamos propondo. No Capítulo I, em termos históricos, realizaremos uma breve síntese da evolução centro x periferia no pós-guerra, tentando mostrar que, a despeito de importantes mudanças verificadas no período, a visão cepalina sobre a marginalização da periferia mantém-se correta, colocando-se mais do que nunca, como um tema candente nos dias de hoje. Em termos teóricos/metodológicos, procuraremos estabelecer o que é teoria, do ponto de vista marxista, e delimitar o campo em que ela pode ser construída. Assim, o primeiro capítulo configurar-se-á a partir de dois enfoques distintos, embora necessariamente interligados e complementares, onde uma primeira parte procuraria mostrar a necessidade de construção e avanço da teoria, tendo por base uma dada realidade histórica insuficientemente explicada, enquanto uma segunda procuraria estabelecer em que medida o processo histórico é redutível teoricamente.

O segundo capítulo, que cumprirá o papel de introdução à problemática espacial, consistirá na abordagem de diversas teorias, cuja característica comum é a oscilação em torno da questão do espaço localizado, seja introduzindo-o, seja negando-o peremptoriamente através de hipóteses simplificadoras. Assim, começaremos por Ricardo e sua teoria das vantagens comparativas onde,

mesmo que contraditoriamente, a problemática do espaço localizado está visivelmente lançada. Como tentaremos mostrar, o princípio ricardiano das "vantagens comparativas" acaba por desembocar no paradigma da diferença do valor do dinheiro entre diferentes países, cuja explicação abre duas vertentes teóricas. A primeira, prevalentemente presente em Ricardo, busca entender a causa primária desta diferença nos vários fatores específicos que levam a diferenças setoriais de produtividade interpaíses. Descartando, por hipótese, certos fatores que certamente ajudariam a explicá-los,(1) nossa discussão acaba se centrando nos fatores espaciais "puros", isto é, aqueles caracterizados pelas vantagens geográficas de recursos naturais ou pelas vantagens de "localização", de forma que os primeiros acabam se cristalizando (ainda em Ricardo) na renda fundiária "natural", ao passo que os segundos não conseguem uma definição clara e explícita deste autor.

A segunda vertente teórica, a despeito de encontrar sua origem também em Ricardo, rompe nitidamente com esta proposta de entendimento das diferenças de produtividade interpaíses a partir das vantagens "naturais" ou "localizadas", ao substituí-la pela hipótese de imobilidade de fatores de produção. Nos neoclássicos, cujo desenvolvimento encontra o seu melhor acabamento em Ohlin, tal hipótese pode aplicar-se tanto ao capital como aos vários tipos de trabalho. Assim, enquanto o próprio conceito de diferen-

---

(1) Sobretudo fatores históricos (sociais, culturais e políticos) que acabam se cristalizando em determinada "prática" das classes sociais e do próprio estado, não podendo ser reduzidos teoricamente.

cial de produtividade é negado (ao se abandonar a teoria do valor trabalho), as diferenças interpaíses passam a ser entendidas como diferenças de escassez relativa dos fatores de produção. Ainda no contexto desta segunda vertente teórica, temos a teoria da troca desigual, desenvolvida por diverssos autores cujas nuances são pouco relevantes. Por isso, selecionamos para uma crítica mais detalhada apenas as versões de Emmanuel e Mandel; a primeira por bem sintetizar uma versão estática do valor (em vários e importantes aspectos bastante semelhante à visão neoclássica) e a segunda por representar uma pretensa visão dinâmica da troca desigual. Como crítica geral, tentaremos mostrar que ambas as visões fazem um uso não apenas impróprio da lei do valor, mas que reflete uma incompreensão metodológica de seu real significado. Em termos específicos, tendo em vista o nosso paradigma teórico, diríamos que a concepção da troca desigual encerra a discussão justamente onde deveria começar, uma vez que ao invés de procurar encontrar os fatores que determinam as diferenças do valor do dinheiro interpaíses (isto é, seu diferencial de produtividade), ela propõe que tal diferencial simplesmente não existe, e sim diferentes remunerações do fator trabalho (Emmanuel) - ou, existindo, que o próprio diferencial de produtividade é fator de transferência de mais valia dos países pobres para os países ricos e, portanto, causa do desenvolvimento desigual (Mandel).

No fundo, ambas as versões, tanto a neoclássica quanto a "marxista" de troca desigual, abandonaram o paradigma do diferencial de produtividade, o que implica o abandono concomitante

do estudo dos fatores que levam à formação do sobrelucro no espaço (e, portanto, da renda fundiária). Com isso perde-se de vista o referencial teórico do movimento do capital no espaço, um fator primordial para o entendimento da questão espacial e, especialmente, o desenvolvimento desigual inerente à evolução centro x periferia.

Para encerrarmos o segundo capítulo, faremos uma breve análise sobre a teoria da localização, que, num contexto microeconômico onde se abstrai até mesmo o conceito de região, consegue fazer retornar, de alguma forma, o paradigma ricardiano. Na verdade, em sua vertente "clássica" (centrada nos autores alemães Von Thunen, Alfred Weber e August Losch), a teoria da localização consegue introduzir a pergunta: "onde deve se localizar determinada atividade?", cuja resposta comporta, em última análise, uma volta aos conceitos de "vantagens naturais" e "vantagens localizadas" implicitamente presentes em Ricardo. As respostas fornecidas pela própria teoria de localização são bastante precárias, principalmente tendo em vista a sua extração igualmente neoclássica, que substitui a preocupação com o conceito de espaço localizado pela noção de localização ótima. Com isso, aspectos fundamentais da noção de espaço localizado (como a conceituação de núcleo urbano) são abstraídos e não desenvolvidos, o que acaba por conferir ao conjunto da teoria um caráter vulgarizado e empobrecido.

O terceiro capítulo tentará responder a uma das indagações centrais deixadas pelo capítulo 2: o fato de que o estudo

do espaço localizado pressupõe o conceito de "núcleo urbano", cuja definição procuraremos menos na bibliografia vigente sobre o assunto (embora ela deva ser parcialmente considerada) e mais na conceituação marxista de "serviço", contraposto à produção de mercadorias na forma de bens. A razão para tal procedimento baseia-se no fato empiricamente constatável que associa historicamente o processo de urbanização com a criação e expansão de uma rede de serviços, cuja explicação teórica não tem sido sequer considerada. Nesse sentido, a solução (teórica) que procuraremos adotar é aquela que identifica a natureza do urbano à natureza do "serviço" e, por decorrência, a lei de movimento do urbano à lei de movimento do "serviço". Em suma, o núcleo urbano será definido como um centro produtor de serviços, ao qual se busca acesso.

Na literatura sobre o "urbano", tal noção encontra uma certa semelhança (e diferença) em Max Weber, Castells e Lojkine, autores que serão brevemente analisados ao longo do capítulo. Acreditamos, na verdade, que a distinção fundamental entre nosso conceito de "urbano" e o destes autores reside na noção mais precisa (por nós utilizada) de "serviço", definição complexa que ocupa grande parte do capítulo. Refizemos, de um certo modo, toda a discussão de Marx em "As teorias de mais valia" o "O capital" (Livro II, III e capítulo inédito), mostrando algumas de suas inconsistências. Como conclusão, tentamos uma definição de serviço baseada numa "leitura" do próprio Marx: o serviço, seja aquele produzido diretamente para o consumo (aula, por exemplo), seja aquele embutido dentro do processo de circulação de

mercadorias, nunca produz valor, isto é, um tipo de riqueza abstrata e universal. Ao contrário, o serviço é sempre datado no espaço e no tempo, o que implica que não apenas sua produção como também o seu consumo são realizados num mesmo lugar. Por isso, na medida em que se torna necessário à reprodução do capitalismo, o serviço acaba espacializando não apenas a si próprio, mas, indiretamente, o conjunto das atividades capitalistas, incluindo a produção de mercadorias cuja reprodução e circulação (que exige serviços) acabará tendo uma referência espacial para sua localização.

O quarto capítulo procurará mostar como, dada a formação de um ou mais núcleos urbanos, o espaço adquire a propriedade de "espaço localizado", isto é, adequado para tais ou quais atividades. Nessa medida haverá uma "disputa" que redundará na formação de rendas fundiárias urbanas cuja natureza (à exceção do fato de ser objeto de monopólio) é distinta das rendas fundiárias oriundas do monopólio de recursos naturais. Entretanto, mesmo estas últimas têm uma determinação complexa, o que ensejará a sua apresentação introdutória (baseados em S. Silva) para o posterior desenvolvimento da noção de renda urbana.

À primeira vista, nossa noção de renda fundiária não deveria ir além do conceito de renda diferencial (bem posto em Ricardo) estendido para a definição de renda urbana: enquanto as vantagens geográficas naturais expressar-se-iam num diferencial de produtividade cristalizado em renda, as vantagens de localização em relação a determinado núcleo urbano teriam igualmente

sua expressão num diferencial de custos cristalizados em renda fundiária urbana. Dois problemas interpõem-se a este tipo de interpretação e cuja tentativa de solução ocupará grande parte do capítulo. O primeiro é que o conceito de renda diferencial não passa de uma forma particular da renda em geral que inclui inclusive a renda absoluta, que será atentamente analisada. O segundo é que tal noção de renda é fundamentalmente estática, o que indicaria a inviabilidade analítica de integrá-la ao processo de acumulação. A solução de ambos os problemas (que, como veremos, têm uma interação) passará pela análise do conceito de renda diferencial II em Marx e culminará com uma noção onde a renda urbana tenha referência dinâmica, perfeitamente articulável ao processo de acumulação.

Contraposta à renda natural, a renda urbana apresenta pelo menos três propriedades que a distinguem e mostram sua importância. A primeira é o seu caráter geral, assim entendido o fato de que todo tipo de renda tem de ter embutida uma parcela de renda urbana, mesmo aquelas formadas prevalentemente pelas vantagens em recursos naturais, sendo que a recíproca não é de nenhum modo verdadeira. A segunda é a sua capacidade dinâmica de se reproduzir ampliadamente com o processo de acumulação, constituindo não só a expressão de uma vantagem espacial produzida pela concentração do capital em determinado lugar, mas também a expressão de uma vantagem que pode ser perfeitamente reproduzida pelo capital, o que não ocorre com a renda natural. A terceira é a sua capacidade de condensar tanto o fator microlocacional como o macro-

locacional, o que permitirá a extensão déstas propriedades ao espaço descontínuo, isto é, às regiões e países. Assim, a vantagem de localização cristalizada na renda urbana passará a ser uma propriedade das regiões (e países), constituindo um retorno (em nova vestimenta teórica) ao conceito ricardiano de vantagens comparativas.

Tal conclusão fornecerá a base para a construção do quinto capítulo, que tentará transformar a noção estática de renda no conceito dinâmico de desenvolvimento regional ou nacional. Em outras palavras, a noção de renda transposta para o contexto regional ou nacional será a expressão concreta de vantagem comparativa de um país, seja decorrente de sua dotação de recursos naturais, seja decorrente de sua "dotação espacial" (vantagens de localização). Nestes termos, o desenvolvimento desigual será sempre o resultado da maior capacidade de criação e recriação de vantagens para a acumulação de capital, o que diferenciará as regiões dinâmicas daquelas estagnadas.

Como introdução a esta temática, analisaremos as teorias de crescimento mais conhecidas, começando pela teoria do "Big Push", Hirschman, Furtado, Perroux e Myrdal. Uma atenção especial será dada à teoria da "base de exportação", que, a despeito de conter uma formulação mais pobre do que as anteriores, é mais apropriada para a formulação introdutória de uma teoria da dinâmica, como tentaremos mostar. Na verdade, todas aquelas teorias (e autores) aproximam-se bastante de uma explicação da problemática centro x periferia, residindo nisto a sua principal

qualidade e, paradoxalmente, o seu principal defeito. A busca de uma explicação satisfatória acaba levando os autores a integrarem num mesmo corpo teórico vários aspectos da realidade concreta (ou "do capital em sua realidade") sem a construção devida de elos (teóricos) de mediação. O resultado acaba sendo a montagem de todo um raciocínio teórico sobre princípios apenas intuitivos, onde estão presentes, sem a devida conceituação lógica e teórica, desde fatores ligados à concorrência, passando pelo problema das estados nacionais, até fatores tipicamente espaciais, obtendo-se, na soma final, teorias carregadas de grande dose de generalidade.

A teoria da base, pelo contrário, desde que despida da roupagem Keynesiana, que indevidamente quiseram incutir-lhe (assunto que será abordado no capítulo), apresenta-se como uma introdução adequada a uma teoria da dinâmica de crescimento regional ou nacional. Isto porque, pela sua simplicidade, ela acaba permitindo o desenvolvimento lógico dos elos de mediação adequados entre os fatores espaciais, cristalizados no conceito de renda fundiária e a própria dinâmica de crescimento regional ou nacional. Assim, as vantagens "naturais" e de "localização" expressarse-ão em determinado ritmo de crescimento para a região (ou país), estabelecendo, formalmente, as várias possibilidades para um eventual desenvolvimento desigual interregional ou internacional.

Finalmente, o sexto e último capítulo procurará associar uma determinada noção de imperialismo (qual seja, entendido como a etapa do capital monopolista) com os fatores tipicamente espaciais. Nesse sentido, buscar-se-á identificar em que medida

determinados padrões de concorrência existentes nesta fase (que serão analisados de uma forma simplificada e introdutória) terão tendência ou não à cristalização das vantagens espaciais, que levam ao desenvolvimento desigual a nível internacional.

Como introdução ao capítulo apresentaremos uma análise sobre as várias concepções de imperialismo (Kautsky, Rosa Luxemburgo, Bukharin e Lênin), com destaque para a formulação leninista. A conclusão será a de que, exceto a concepção bastante geral do imperialismo como uma etapa da concorrência em que começa a surgir o capital monopolista, todas as formulações sobre a "dinâmica imperialista" acabam se tornando insustentáveis, especialmente quando aplicadas à realidade da relação centro x periferia. Entendido, no entanto, apenas como uma "etapa", poderemos resgatar alguns princípios ainda bastante gerais, que configuram esta etapa da concorrência, para considerá-los à luz das categorias espaciais desenvolvidas ao longo de nosso estudo. Por limitação nossa, a problemática do "estado nacional" (que seria decisiva para um conclusão convincente) entrará (infelizmente) de forma apenas "intuitiva", o que reduzirá, em muito o poder de explicação da teoria apresentada.

Entretanto, como uma primeira aproximação, diríamos que a problemática centro x periferia, assim entendida na medida em que expressa o processo de marginalização relativo da periferia vis à vis o centro capitalista, pode ser explicada por três fatores principais. Em primeiro lugar, tendo em vista fatores históricos não redutíveis teoricamente, temos a precedência do desen-

volvimento capitalista nos países do "centro", o que lhes garantiu a obtenção inicial de "vantagens de localização", reproduzidos normalmente pela própria acumulação de capital, além de fornecer efeitos alimentadores que acabam por privilegiar este grupo de países enquanto "locus" de acumulação. Em segundo lugar, a partir da etapa imperialista (e, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial), tem-se o desenvolvimento de um "capitalismo tardio", termo que indica a impossibilidade de sua evolução em moldes idênticos à evolução dos países centrais. A razão para isso estaria na incapacidade dinâmica daqueles países criarem "vantagens de localização" tal como as produzem os países do "centro". Em outras palavras, a despeito da periferia conseguir desenvolver vantagens de localização (especialmente países como o Brasil), ela não consegue criá-las a partir das atividades dinâmicas, que lideram a expansão capitalista (ligadas, portanto, ao progresso técnico). Tais atividades, na verdade, tendem a ser cristalizadas nos espaços localizados onde são corretamente realizados (isto é, nos países centrais), fundindo-se as exigências da concorrência que se impõem tendencialmente no mercado mundial com as exigências espaciais de aglomeração urbana das atividades ligadas à produção de tecnologia e ao progresso técnico.

Finalmente, em terceiro lugar, temos os estados nacionais, cuja dinâmica, pouco estudada e pouco conhecida na "etapa imperialista", aparece como um enigma em todo o processo. Isto porque ele é o único elemento que poderia (pelo menos de um ponto de vista lógico) quebrar o processo de cristalização das vanta-

gens localizadas (dinâmicas) no centro e criá-las embrionariamente na periferia. Na verdade, eles assim não se comportam, preferindo referendar a situação corrente: os do centro tentanto reproduzir as vantagens de localização dinâmicas de seu espaço econômico, os da periferia reduzidos a, no máximo, promoverem vantagens localizadas restritas, subordinadas à lógica do grande capital internacional.

1. ASPECTOS METOLOGICOS E HISTORICOS DO PLANO DE ESTUDO

Buscaríamos a justificativa para o plano de estudo esboçado na introdução em dois níveis distintos (embora interligados). O primeiro consistiria na avaliação da situação atual da economia aplicada, particularmente aquela dedicada ao estudo crítico da periferia capitalista. O segundo seria uma tentativa de tomar pé da atual situação da periferia capitalista e sua evolução no pós-guerra de modo a termos um contacto com a realidade que teoricamente pretendemos ajudar a explicar. Neste caso, nosso procedimento seria uma inversão do usual, na medida em que a praxe acadêmica postula a teoria como uma construção (por vezes fechada em si) sujeita a comprovação empírica, ao passo que nosso procedimento (seguindo a tradição marxista) seria o de buscar a formulação teórica a partir de uma realidade dada, apreendida empiricamente, tendo por base, evidentemente, algum tipo de construção teorica introdutório. O segundo nível, por outro lado, consistiria em situar nossa justificativa no plano epistemológico, isto é, indagar o que é teoria e ainda mais, o que viria a ser a construção teórica numa perspectiva marxista. Assim, por razão lógica e metodológica, iniciaremos o presente capítulo discutindo primeiro a problemática epistemológica, para somente depois incorporarmos a realidade histórica, a fim de delimitarmos o nosso objeto teórico.

Cabe advertir, ainda, que apesar de constituirem aspectos complementares, as duas temáticas são radicalmente distintas, tal que a primeira situa-se num plano eminentemente abstrato e a segunda num nível prevalentemente empírico, o que sugeriria a necessidade de sua subdivisão em dois capítulos separados. No entanto, em virtude do ca-

ráter visivelmente introdutório optamos pela sua reunião em um único capítulo.

1.1 - Teoria e método

O propósito de nosso estudo, qual seja, auxiliar na construção de uma teoria espacial, põe em relevo uma série de questões metodológicas que permeiam as ciências sociais. Um problema que sucita muitas dúvidas, por exemplo, é o de determinar o papel e significado de um teoria e sua relação com a realidade histórica; em que medida a teoria obedeceria uma lógica de "compreensão pura" ou, pelo contrário, em que medida tal lógica obedeceria aos ditames da própria realidade concreta. Em especial, indagaríamos sobre o verdadeiro significado do marxismo neste contexto, uma vez que, por um lado, ele é fruto inequívoco do próprio desenvolvimento do capitalismo e de outro, poderia (ou não) representar uma teoria pronta e acabada sobre este modo de produção. Esta discussão será feita no primeiro item "Marxismo e realidade histórica"

Em segundo lugar, procuraremos sistematizar a discussão acima através de uma análise da estrutura lógica de "O Capital", cuja construção teórica serviria de exemplo (e referência) do método correto de adequar a teoria à realidade histórica, representando o tema de que nos ocuparemos no item 1.1.2.

Em terceiro lugar, tendo em vista as premissas estabelecidas nos tópicos anteriores, procureremos fazer uma breve reflexão sobre as razões para o atraso (ou estagnação) do marxismo enquanto ciência (item 1.1.3).

Em quarto lugar, deveremos responder em que sentido seria possível (ou impossível) a reunião orgânica de várias teorias presididas, é claro, pela teoria "pronta" (a marxista) e completados por uma série de outras ditas "burguesas", "positivistas" e "pragmáticas". A esse respeito devemos esclarecer, além do mais, o significado geral do estudo deste conjunto de teorias, se restrito apenas à luta ideológica ou se dotado de algum significado analítico. Ainda sobre tais teorias, devemos entender o verdadeiro sentido da palavra "modelo", se ligado indissoluvelmente às referidas teorias, ou constituíndo uma forma específica de um leque mais amplo, interpretação esta que talvez pudesse abrir espaço para uma "releitura" do marxismo como composto por um conjunto de "modelos" e teoricamente compatível com a criação e incorporação de vários outros (item 1.1.4).

Finalmente, em quinto lugar, faremos breves considerações sobre a situação atual da teoria do "capital no espaço" (item 1.1.5).

1.1.1 - Marxismo e realidade histórica

De certo modo, o debate entre Weffort e F.H. Cardoso (1971) sobre a teoria da dependência reflete em seu devido contexto o primeiro grupo de questões levantadas acima, o que nos aconselha sua breve reconstituição como uma ilustração dos problemas levantados. Em termos sucintos poderíamos sintetizar a teoria da dependência como a expressão teórica do estilo de desenvolvimento capitalista adotado pela periferia (e pela América Latina em particular) nos pós-guerra. O "estilo", caracterizado por um patamar superior da etapa imperialista, pautou-se, como já observamos anteriormente, pela entrada na perife-

ria do capital industrial-manufatureiro, que veio acelerar o desenvolvimento capitalista nestes países. Com isso produziu-se um novo e mais complexo patamar de articulação dos interesses do capital monopolista com aqueles da burguesia nacional da periferia. Assim, tal como propõem Cardoso e Faletto (1970), "a noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo" (op. cit., p. 27).

A crítica de Weffort, feita não apenas a Cardoso e Falletto mas a outros teóricos de dependência, centra-se na imprecisão do conceito de dependência externa:" (...) permanece (...) o problema de como combinar a dependência externa (âmbito das relações entre as nações latino-americanas e os "países centrais") e a dependência interna (âmbito das relações de produção e de classe no interior das Nações latino-americanas). Exatamente porque os autores optam pela acepção da "dependência" como relação estrutural externa-interna, não resolvem de fato a ambiguidade do conceito, mas simplesmente a reproduzem de outra forma. O problema central é o de saber como se livram das críticas que eles próprios fazem à primeira acepção (dependência externa) com sendo de natureza ideológica" op. cit., p.9). A seguir mostra a necessidade da idéia de estado-nação para a construção do conceito de dependência, concluindo o seguinte: "1) a noção da "dependência estrutural" toma a idéia de nação em pé de igualdade como o conceito de classe-relações de produção, etc.) como se fosse um princípio teórico; 2) uma teoria

(1) QUIJANO (1970) e Frank (1969).

de classe não necessita da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista; 3) se se aceita o segundo argumento, a "teoria da dependência" deixa de ser uma teoria ou um conceito de caráter global sobre a sociedade latino-americana (....)" p. 24).

A resposta de F.H. Cardoso (1971), que pelo próprio título ("Teoria de dependência ou análises concretas de situações de denpendências") indica uma capitulação, concede que "pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um non sense. E, rigorosamente, não é possível pensar numa "teoria da dependência". Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional" (op. cit., p. 32). Mais adiante, porém, em resposta a uma indagação de F. Weffort ("trata-se de uma contradição real ou de ambiguidade do conceito que pretende definir uma perspectiva totalizante a partir da idéia de estado nação?" op. cit., p.9) Cardoso ratifica que "insistimos em que a contradição entre as classes nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a nação (o Estado) e o Imperialismo e entre os interesses locais das classes dominantes e seu caráter internacionalizante" (ibidem, p.33). Assim, o autor fica a meio do caminho entre aceitar a necessidade de construção de uma teoria e de se restringir pura e simplesmente à metafísica, rejeitando a ambas: "A solução que Weffort apresenta para o problema da oposição classe-nação não se sustenta porque parte de vários enganos: nem a nação foi por nós concebida como princípio teórico explicativo, nem se colocou qualquer premissa nacional ou de dependên-

cia em geral. Por outro lado, a referência a uma "perspectiva de classe", de modo indeterminado como faz Weffort é insuficiente para uma análise social concreta" (idem, p. 35).

Cardoso, na realidade, tem de se definir: ou concebe a análise da realidade concreta (o que inclui as situações de dependência) a partir da teoria das classes sem nenhuma mediação teórica (que é o ponto defendido por Weffort) ou concebe a necessidade da construção de um esquema teórico de mediação. O fato é que tal esquema, se necessário e não importando o adjetivo que se lhe dê, terá inequivocamente o status de teoria, uma vez que distinto de uma análise concreta. No fundo, a indefinição que acabou contando como uma capitulação, aliás, com consequências nefastas sobre o pensamento sociológico latino-americano,(1) apenas reproduz um velho e importante impasse do marxismo que o levou a uma situação de estagnação teórica.(2)

O problema da articulação entre história e teoria e vice-versa, isto é, a utilização da teoria com o intuito de se pensar a realidade histórica, é muito bem colocada por Mandel (1982). Segundo ele, "reduzir o método de Marx a uma progressão do abstrato ao concre-

---

(1) Entre outros, temos o abandono da discussão sobre o estado e seu papel na viabilização do desenvolvimento do capitalismo, uma questão chave para o entendimento de situações concretas de expansão capitalista na periferia. Além disso, como já observamos, a capitulação da teoria da dependência insere-se num processo mais geral de abandono da problemática centro-periferia.

(2) Esta situação explica-se, a nosso ver, por um conjunto complexo de fatores cujo cerne é a virtual contradição prática entre duas faces indissolúveis do marxismo: de um lado ele é o ponto de partida da ciência social e como tal requer permanente desenvolvimento científico; de outro ele é uma ideologia de libertação da classe trabalhadora, fato que conflita com o status quo (burocracias stalinistas inclusive) e dificulta o seu desenvolvimento enquanto ciência.

to implica ignorar a sua riqueza total. Em primeiro lugar, essa incompreensão desconsidera o fato de que, para Marx, o concreto era tanto o ponto de partida efetivo quanto o objetivo final do conhecimento, que ele via como um processo ativo e prático (...). Em segundo lugar, ela esquece que uma progressão do abstrato para o concreto é necessariamente precedida (...) por uma progressão do concreto para o abstrato - pois o abstrato já é o resultado de um trabalho prévio de análise que procurou separar o concreto em suas relações determinantes" (op. cit., p. 8). Temos então que o método de Marx é um processo de ida e volta onde o "resultado abstrato será verdadeiro apenas se tiver êxito em reproduzir a unidade dos diversos elementos presentes no concreto" (idem).

Aqui surge o problema. Se o abstrato é composto por relações determinantes, estas serão leis imanentes presentes em todos os elementos do concreto, embora a forma com que se apresenta seja "invisível", isto é, confunde-se e desaparece no mundo das aparências. Em virtude disso, a teoria seria não comprovável histórica e empiricamente, pretensão que poderia afigurar-se como algo positivista, dadas as diferenças entre estes dois níveis de abstração. Entretanto, como bem sublinha Mandel, "não seria difícil provar que, pelo menos, o próprio Marx rejeitava categórica e resolutamente esse fosso quase intransponível entre a análise teórica e os dados empíricos, pois o significado real dessa separação é um recuo considerável da dialética materialista para a dialética do idealismo. Do ponto de vista do materialismo histórico, "tendências" que não se manifestam material e empiricamente não são tendências; são produtos da falsa consciência ou,

para os que não gostam desses termos, são o resultado de erros científicos" (ibidem, p. 12). A questão, porém, é como traduzir os dados da realidade histórica que se expressem sempre como realidade aparente e o mundo subjacente da essência.

A solução, Marx a encontrou na proposição de "elos intermediários" que mediatizariam os dois planos analíticos: "Ele não via como função da ciência apenas a descoberta da essência das relações obscurecidas por suas aparências superficiais, mas também a explicação dessas aparências - em outras palavras, a descoberta dos elos intermediários, ou mediações que permitam que a essência e a aparência se reintegrem novamente numa unidade" (Mandel op. cit., p.8). Na verdade, a construção de tais "elos" ou "mediações" constitui uma tarefa precipuamente teórica, a despeito de sua inegável e necessária "maior aproximação" com a realidade histórica. Mais ainda, dir-se-ia que ela constitui o ponto decisivo da análise dialética, uma vez que constitui a fronteira real entre uma dialética idealista e a dialética do concreto.

Como propõe Kosik (1969) a tarefa é, em última instância, teórica, porque "o método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento; em outras palavras; é um movimento que atua nos conceitos, no elemento das abstração" (op. cit., p.30). Na verdade, a "maior aproximação" com a realidade não diferencia os conceitos "mais concretos" daqueles "abstratos", uma vez que a realidade histórica permeia todo o processo de construção teórica, portanto, desde os conceitos mais abstratos até aqueles mais concretos. A questão é que todo o processo situa-se sempre no plano teórico, isto é, "a ascensão

do abstrato ao contreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional): é um movimento no pensamento e do pensamento. para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é negação da imediatidade da evidência e da concreticidade sensível" (ibidem, p. 30).

Nestes termos, Mandel propõe seis etapas (níveis) do médoto dialético (que podem se justapor) sendo que se diferencia claramente o nível empírico: "1) assimilação pormenorizada do material empírico e domínio desse material (aparências superficiais) em todo o seu detalhe historicamente relevante"; 2 e 3) divisão desse material segundo seus elementos abstratos constituintes e exploração das conexões gerais decisivas entre esses elementos, que explicam as leis abstratas de movimento do material (progressão do concreto ao abstrato e determinação da sua essência, em outras palavras); 4) descoberta dos elos intermediários fundamentais, que efetuam a mediação entre a essência e a aparência superficial da matéria; 5) verificação empírica da análise (2, 3 e 4) no movimento em curso da história concreta; 6) descoberta de dados novos, empiricamente relevantes e de novas conexões (muitas vezes até mesmo de novas determinações elementares abstratas) mediante a aplicação dos resultados do conhecimento (...)" (op. cit., p. 10). Temos, portanto, dois níveis tipicamente de análise empírica (1 e 5), três de análise teórica (2, 3 e 4 que sintetizam a progressão do concreto ao abstrato e o reverso (a progressão do abstrato ao concreto) e um último nível que constitui uma síntese dos demais, contendo uma fusão orgânica interdependente do teórico e do histórico.

Por isso, posições como a de Weffort ("uma teoria de classe não necessita da premissa nacional para explicar o desenvolvimento capitalista") toma um ponto que pode ser eventualmente verdadeiro (a "desnecessidade da premissa nacional") para afirmar subrepticiamente outro certamente errôneo, isto é, o de que uma teoria de classe pode explicar por si só (ou seja, sem nenhum complemento teórico de mediação) o desenvolvimento capitalista. Assim, posições como esta (que infelizmente constituem mais a regra do que a exceção nas ciências sociais) acabam por paralisar o próprio processo de construção teórica (a progressão do abstrato ao concreto no pensamento) e, consequentemente, o trabalho de pesquisa empírica, tendo em vista a ausência dos "elos intermediários".

1.1.2 - O processo de construção teórica em "O Capital"

Em termos de "O Capital" o que está sendo afirmado pode ser traduzido pela leitura impecável de Rosdolsky (1976) e a sua formulação dos dois níveis teóricos básicos, em que se circunscreveria O Capital: o plano do "capital em geral" e o plano dos "vários capitais". Segundo o autor, embora interessasse a Marx a apreensão do capitalismo em sua realidade concreta, este considerava, porém, "que o único meio científico adequado para atingir esse fim era o método que consiste em passar do abstrato ao concreto, cujo esboço já se encontra em sua introdução à crítica da Economia política e aplicado mais tarde nos Grundrisse e em O Capital. Em outros termos, para estudar as leis que estão na base do modo de produção capitalista, seria necessário (...)

analisar inicialmente o "desenvolvimento" do capital,[1] isto é, tanto o seu processo de produção quanto o de circulação e de reprodução em "sua média ideal", como "tipo geral" e para isso seria necessário, evidentemente, fazer a abstração de todas as "formas mais concretas" do capital" (op. cit., p. 7). Assim, quando considera, por exemplo, o capital enquanto base econômica de uma classe em oposição a outra classe ou a totalidade do capital de uma nação em oposição à totalidade do trabalho assalariado, Marx considera-o "enquanto tal" ou "capital em geral".

Em outras palavras, dir-se-ia que Marx, em sua ascensão do concreto ao abstrato, monta um "modelo" que funcionaria como uma espécie de "capitalismo puro" baseado em "médias ideais" ou "tipos gerais" onde diversos elementos seriam abstraídos.[2] Este procedimento poderia, entretanto, dar a impressão de estar suprimindo as pontes analíticas entre o abstrato (capital em geral) e o concreto (vários capitais), o que efetivamente não ocorre. Na verdade, o processo de abstração de elementos não é exatamente um processo de supressão, uma vez que qualquer modelo teórico em Marx é um problema de ênfase e significância no contexto do próprio modelo. Desse modo, como bem observa Rosdolsky (op. cit.) numa crítica aos esquemas de aproximação sucessiva, "torna-se perfeitamente lógico acreditar que o modelo teórico

---

(1) Isto é, desenvolvimento no sentido do seu processo em tornar-se capital.

(2) Por exemplo, supõe uma redução do trabalho complexo ao trabalho simples e um valor-trabalho médio (tema que retomaremos no capítulo II), além de considerar como "resolvida" a problemática da circulação no Livro I e ao inverso, "resolvida" a problemática da produção no Livro II.

contenha de fato (ainda que numa forma simplificada) todos os elementos fundamentais do objeto concreto sob investigação, como no caso, por exemplo, de uma fotografia tirada a grande altitude, que mostra todos os elementos fundamentais de uma paisagem, embora apenas as cadeias de montanhas, os grandes rios e os bosques sejam visíveis".(1) A questão, na realidade, não é apenas de distância e de aproximação progressiva e linear sob um critério genérico, mas de aproximação "focalizada", onde determinados elementos são deliberadamente enfatizados e outros abstraídos.

Se porém consideramos válido tal procedimento no plano do capital em geral, contexto em que se circunscrevem o Livro I e o Livro II de "O Capital", ele deverá sê-lo no plano dos "múltiplos capitais", objeto do Livro III, uma vez que seu status analítico e téorico refere-se à construção teórica dos "elos de mediação entre o abstrato e o concreto. Com efeito, na introdução do capítulo I do livro terceiro, Marx afirma que " o que nos cabe neste livro terceiro não é desenvolver considerações gerais sobre essa unidade (da produção e circulação) mas descobrir e descrever as formas concretas oriundas do processo de movimento do capital, considerando-se esse processo como um todo.(2) Em seu movimento real, os capitais se enfrentam nessas formas concretas; em relação a elas, as figuras no processo imediato de produção e no processo de circulação não passam de fases ou estados particulares. Assim, as configurações do capital de-

(1) ROSDOLSKY (op. cit.) citado por Mandel (op. cit., p. 10).

(2) Grifos de Marx.

senvolvidos neste livro abeiram-se gradualmente da forma em que aparecem na superfície da sociedade, na interação dos diversos capitais, na concorrência e ainda na própria consciência normal dos próprios agentes da produção" (op. cit., p. 29-30).

Na verdade, duas são as questões decorrentes dessa tarefa de "descobrir e descrever as formas concretas". Em primeiro lugar, a nível dos vários capitais temos inúmeras situações a começar pela distinção entre capital produtivo, mercantil e propriedade fundiária, que por seu turno se subdividem em casos específicos, tais como a existência de vários padrões de concorrência dentro do segmento produtivo ou mercantil, ou senão pela distinção entre renda fundiária natural e urbana. Como consequência, temos que o nosso processo de ascensão do abstrato ao concreto, a despeito de um ponto de partida unificado, caminha em direção a múltiplos contextos concretos e, portanto, a inúmeras teorias. Em segundo lugar, tal exigência pode levar a uma partição da totalidade e até mesmo do próprio objeto de estudo, o que acabaria por nos fazer chegar a uma situação de virtual esfacelamento típico do positivismo.

Marx, na verdade, estabelece uma importante pré-condição para que isso não ocorra: a tarefa de "descobrir e descrever" tem de ter por referência o "movimento do capital como um todo" (isto é, a acumulação), que deverá constituir o ponto de partida e de chegada da análise. Seguindo Marx, Kosik pontifica que "o ponto de partida deve manter a identidade durante todo o curso do raciocínio visto que ele constitui a única garantia de que o pensamento não se perderá em seu caminho. Mas o sentido do exame está no fato de que no seu movimento

em espiral ele chega a um resultado que não era conhecido no ponto de partida e que, portanto, dada a identidade formal do ponto de partida e do resultado, o pensamento, ao concluir o seu movimento, chega a algo diverso - pelo seu conteúdo - daquilo de que tinha partido" (op. cit., p.29). Em suma, o método que impede a dispersão caótica das várias teorias dos múltiplos capitais" explica também a própria necessidade de construção destas teorias que não são apenas formas de tradução dos "sinais" da realidade empírica para dentro do sistema teórico, mas resultados específicos que, reunificados na totalidade, fornecem uma explicação modificada (nova) das leis gerais abstratas de movimento. Assim sendo, temos o verdadeiro significado da atual situação de letargia do marxismo (especialmente quando observado como uma ciência), tendo em vista a ainda incipiente teoria dos "vários capitais" em Marx e principais seguidores.

Em última análise, seu problema fundamental é o de que, como toda a ciência, é algo incompleto e necessitado de adições, complementos e mesmo avanços. Especificamente afirmar-se-ia que o Livro III de O Capital, geralmente estigmatizado como não concluído, teria de sê-lo necessariamente dado não apenas o seu caráter deliberadamente introdutório, como, principalmente, as mudanças da realidade capitalista, que contribuem para a sua defasagem intrínseca face às necessidades permanentes de desenvolvimento de qualquer ciência.(1) Como acertadamente observa Possas (1983), além de uma primeira e básica circunscrição de objeto sintetizado no "modo de produção", teríamos que estas transfor-

---

(1) Isso considerando o marxismo em seus próprios termos, tendo em vista a sua notória superioridade sobre outros sistemas teóricos.

mações econômicas que ocorrem na mesma Era Histórica, "impõem a uma teoria econômica do capitalismo uma segunda e possivelmente mais sutil (embora não mais complexa) exigência de circunscrição do seu objeto. Ao colocar-se em princípio a possibilidade de que as referências, relações e leis gerais mudem ao menos em sua forma e alcance, a teoria econômica está obrigada a identificar, hierarquizar e incorporar as mudanças pertinentes ao período histórico a que se pretende aplicar; em outras palavras, a subsumir no seu 'tempo teórico' o 'tempo histórico' correspondente" (op. cit., p. 17).

Isto para nós é suficiente para mostrar porque Marx não chegou a concluir uma teoria satisfatória dos "vários capitais", que não se explica nem pela inadequação de seu método (o método dialético) nem por uma postura deliberada de não teorização neste plano analítico. Esta, pelo contrário, estava explicitamente contemplada como uma necessidade vital (construção dos "elos intermediários") da progressão do abstrato ao concreto, ao passo que uma eventual inadequação do método só teria lógica se a dialética se restringisse a um processo de progressão do concreto ao abstrato. A bem da verdade, para sermos justos, temos que reconhecer que Marx chegou a formular uma teoria dos "vários capitais" presente num modelo de livre concorrência (transformação de valores em preços), de capital e juros, e da renda fundiária, apenas que desenvolvida num nível bastante introdutório.

1.1.3 - Razões para o atraso na construção da "ciência marxista"

Temos aqui, pois, uma dificuldade cujo esclarecimento é fundamental para os propósitos de nosso estudo. Se é verdade que Marx

nunca poderia, por razões óbvias, formular teorias sobre os "múltiplos capitais" que extrapolassem a realidade de seu próprio tempo, por que autores marxistas seguramente sérios - como Mandel - pouco têm contribuído para um desenvolvimento teórico consistente (com o o método) e atualizado sobre os "vários capitais"? Por outro lado, se entre os marxistas o desenvolvimento teórico é negligível, qual seria a validade e a possibilidade de integração, de um ponto de vista marxista (isto é, do ponto de vista do método dialético), de teorias originárias de outros sistemas teóricos que eventualmente podem ser contribuições relevantes num ou noutro aspecto da realidade concreta?

Comecemos pela primeira questão e analisemos os passos dados pelo próprio Mandel no seu O capitalismo tardio (op. cit.). Depois de reconhecer e esclarecer as virtudes do método, o autor faz uma indagação semelhante à nossa: "Porque motivo a integração de teoria e história, que Marx realizou com tamanha mestria nos Grundrisse e em O Capital, numca mais foi repetida com êxito, para explicar esses (os) estágios sucessivos do modo de produção capitalista?" (op.cit., p.15). A resposta contempla dois aspectos, um político (1) e outro teórico-metodológico que, pelo momento, interessa-nos mais de perto. Segundo o autor, "praticamente todos os esforços até agora feitos para explicar fases específicas do modo de produção capitalista (...) a partir das

(1) "O atraso manifesto de consciência em relação à realidade deve ser atribuído, pelo menos em parte, à paralisia temporária da teoria que resultou da perversão apologética do marxismo pela burocracia stalinista, e que, por um quarto de século reduziu a área em que o método marxista podia se desenvolver livremente ao mínimo imaginável" (op. cit., p. 15).

leis de movimento desse modo de produção, tais como foram revelados em O Capital, utilizaram como ponto de partida os esquemas de reprodução apresentados por Marx no volume 2 de O Capital. Em nossa opinião, os esquemas de reprodução que Marx desenvolveu são inadequados a esse propósito, e não podem ser utilizados na investigação das leis de movimento do capital ou da história do capitalismo" (idem). O argumento, com o qual concordamos e que se baseia em Rosdolsky (op. cit.), funda-se na efetiva impossibilidade de demonstrar a crise a partir de conceitos desenvolvidos no plano do "capital em geral".

Mandel, porém, vai um pouco além e conclui que "qualquer suposição de um único fator se opõe claramente à concepção do modo de produção capitalista como uma totalidade dinâmica, na qual a ação recíproca de todas as leis básicas de desenvolvimento se faz necessária para que se produza um resultado específico" (ibidem, p. 25). Ou seja, a partir de uma crítica metodológica fundada nas diferenças de plano analítico no processo de progressão do abstrato ao concreto (diferença do "capital em geral" em relação aos múltiplos capitais") Mandel parte para uma formulação surpreendentemente mais genérica, uma vez que o plano analítico inadequado passa a ser meramente uma explicação monocausal contraposta a outra (ao invés de centrar-se numa explicação multicausal no contexto dos "vários capitais"). Mais ainda, a partir deste ponto, o autor passa a falar em variáveis relativamente autônomas, um conceito estranho ao método dialético: "A (essa) idéia implica, em certa medida, que todas as variáveis básicas desse modo de produção passam, parcial e periodicamente, a desempenhar o papel de variáveis autônomas - naturalmente, não ao ponto de uma independência

completa, mas numa interação constantemente articulada através das leis de desenvolvimento de todo o modo de produção capitalista" (idem).

Variáveis autônomas, na verdade, existem e sua característica central é a desvinculação das leis de movimento básicos de forma que seu aparecimento não é explicável (ou produzido) por tais leis, ao mesmo tempo em que podem, em menor ou maior grau, mudar o próprio movimento. Nesse esquema podem ser considerados autônomos certos fatores e situações sociais advindas e produzidas por um modo de produção subordinado, bem como alguns fatores políticos e militares (que podem escapar a uma lógica totalizante) ou mesmo os fatores naturais que ocupam lugar de destaque na questão espacial. Contudo, não são variáveis desse tipo que informam a proposição de Mandel. Na verdade, para ele, "essas variáveis abrangem os seguintes itens centrais: composição orgânica do capital em geral e nos mais importantes setores em particular (....); a distribuição do capital constante entre capital fixo e circulante" (em geral e por setores); taxa de mais valia (em geral e por setores); tempo de rotação (em geral e por setores) e as relações de troca entre os dois departamentos (ibidem, p. 25/26).

A partir daí, o autor formula a sua proposta básica de estudo em seu "capitalismo tardio": "A tarefa chave consistirá em analisar o efeito que essas variáveis parcialmente independentes exercem nas situações históricas concretas, para que se possa interpretar e explicar as fases sucessivas da história do capitalismo" (ibidem, p. 27). E a integração entre os diferentes planos analíticos passa a ser um problema de articulação entre o curto e o médio prazo com as flu-

tuações de longo prazo: "é precisamente a integração das tendências gerais de desenvolvimento a longo prazo com as flutuações a curto e médio prazos dessas variáveis que possibilita a mediação entre o abstrato "capital em geral" e os "muitos capitais concretos" (ibidem, p. 28). Portanto, o "elo intermediário" entre as leis e categorias abstratas e o concreto resumem-se, para Mandel, em considerá-las relativamente independentes entre si, seja de um ponto de vista global, seja de um ponto de vista setorial.

Por outro lado, sua diferenciação básica em relação a grande parte dos autores marxistas resume-se à sua pretensa visão monocausal contraposta à perspectiva pluricausal de Mandel. Sendo assim, a lacuna entre aqueles e este autor é menos de cunho metodológico e mais de cunho estritamente analítico, já que referido ao número de variáveis consideradas no modelo, como ele mesmo explicitamente propõe: "verificamos (....) que todas essas teorias sofrem da debilidade básica de pretender deduzir toda a dinâmica do modo de produção capitalista a partir de uma única variável do sistema" (ibidem, p.25). Em outras palavras, tudo indicaria que a diferença entre aquele grande número de autores marxistas e Mandel é que este seria o detentor do "segredo do polichinelo", na medida em que "descobriu" um maior número de variáveis necessárias para explicar a dinâmica do capitalismo.

As coisas e as questões científicas não são assim tão fáceis. Para começar, a interpretação feita pelo autor sobre a utilização de esquemas na análise das crises é bastante incompleta, o que leva a conclusões enganosas. Remetendo-se a Rosdolsky (op. cit.,) Mandel propõe acertadamente que o uso dos esquemas de reprodução é

inadequado para a demonstração da crise, embora suas razões para tal sejam parcialmente distintas daquelas defendidas por aquele autor. Na realidade, Mandel entende que "os esquemas de reprodução de Marx desempenham papel rigorosamente definido e específico em sua análise do capitalismo, tendo em mira a resolução de um único problema, e não mais. Sua função é explicar por que motivo e de que maneira um sistema econômico baseado na 'pura' anarquia de mercado, em que a vida econômica parece determinada por milhões de decisões desconexas de compra e venda, não resulta em caos permanente e em constantes interrupções do processo social e econômico de produção (....)" (ibidem, p. 16).

Este é, porém, apenas um lado do problema. Alternativamente, os esquemas de reprodução desempenham o papel de mostrar as inúmeras possibilidades de desequilíbrio no sistema , o que é natural no contexto de uma economia com tendência à plena mercantilização. Por isso, como mostra Rosdolsky (op. cit.) em sua crítica a Rosa Luxemburgo, "a confrontação dos esquemas e da realidade histórica ou prova demais ou não prova absolutamente nada" (ibidem, p. 6). Na realidade, "o que interessa a Marx nessa etapa da análise é mostrar: primeiro por que somente no capitalismo a possibilidade geral da crise torna-se uma realidade e, segundo, porque, apesar disso, é possível um equilíbrio móvel no sistema capitalista em crescimento (....) o que, evidentemente, não apenas não exclui a concretização da análise em um estágio ulterior do estudo, como a exige diretamente" (ibidem, p. 10). Podemos, assim, afirmar que Mandel é unilateral ao concluir "que esquemas destinados a provar a possibilidade de equilíbrios periódicos na eco-

nomia (....) serão inadequados para uso como instrumental analítico para provar que o modo de produção capitalista deve, por sua própria essência, conduzir a rupturas periódicas de equilíbrio (...)" Mandel, op. cit., p.17).

O problema, na verdade, é bem outro, situando-se nas diferenças de plano analítico e na inadequação do Plano do "capital em geral" para a análise concreta. "Está claro, portanto, que há ainda uma massa de momentos, de condições, de possibilidades da crise que não poderão ser considerados senão quando do estudo de relações mais concretas, notadamente a concorrência capitalista e o crédito a cuja exposição Marx renuncia provisoriamente" (Rosdolsky, op. cit., p.10). No fundo, a unilateralidade de Mandel atua, na prática, como um álibi para negligenciar a necessidade de construção teórica das categorias de mediação entre o abstrato e o concreto e que desembocam numa teoria da concorrência e do crédito. Com isso substitui-se a monocausalidade pela pluricausalidade, abandonando-se, de quebra, o próprio método dialético.

Na realidade, se admitimos que a análise dialética é antes de tudo o método da totalidade, o que pressupõe uma progressão do todo para as partes e vice-versa, temos que reconhecer que a suposição de variáveis independentes é inteiramente estranha ao método: com "aspas" ou sem "aspas", se as admitimos assim, temos de reconhecer a sua irredutibilidade teórica, ou se, pelo contrário, acreditamos que, pelo menos em última instância, elas assim não se comportam, temos então, teórica e necessariamente, de reduzi-las à totalidade. Nestas condições, Mandel no fundo tem que optar: ou bem admite que seu esque-

ma pluricausal não passa de um modelo de estilo positivista com contornos formais marxistas, ou admite que não explicitou em nenhum momento os "elos de mediação" entre o abstrato e o concreto. Neste último caso, conforme passagem de Marx nas "Teorias" citadas pelo próprio Mandel, a tarefa é mostar que "os fatores isolados que estão condensados nas (nessas) crises devem, por esse motivo, apresentar-se e serem descritos em cada esfera da economia burguesa; quanto mais avançarmos em nossa investigação desta última, mais aspectos desse conflito devem ser delineados e, por outro lado, deve-se mostrar que suas mais abstratas formas estão reaparecendo, contidas nas formas mais concretas".(1)

Para nós, os fatos estão muito claros: a despeito da declaração de intenções, Mandel não tomou como tarefa a construção téorica que permite mostrar "as formas mais abstratas reaparecendo nas mais concretas", problema que "resolveu" adotando a multicausalidade e a "relativa independência" das variáveis. Como estas, sem exceção, são categorias do "capital em geral" e tradutoras, em decorrência, de leis imanentes de movimento, chegamos a uma espécie de modelo que quebra o processo de articulação da totalidade (isto é, do todo e das partes e vice-versa). A consequência, negativa e absolutamente evidente em "O Capitalismo Tardio", é uma análise desarticulada cujas contribuições (muitas, aliás) são sempre localizadas e não ditadas pela força de conjunto. Mais ainda, o autor, pela coragem de realizar o "salto mortal" das categorias mais abstratas diretamente para o empírico, acaba reproduzindo praticamente em todo o livro, uma dualidade cuja

(1) MARX nas "Teorias da mais-valia" cit. por Mandel (op. cit., p.25).

síntese é o próprio capítulo IV ("Ondas Longas" na Histórica do Capitalismo): De um lado, é, na maioria da vezes, uma excelente análise da história econômica (o que constitui um mérito) mas claramente despida (parcial ou totalmente) de teoria. De outro, ele peca por um formalismo excessivo decorrente da tentativa de junção das categorias abstratas do "capital em geral" com a realidade empírica.

Isso posto, poderíamos afirmar que nossa resposta à indagação sobre as causas para a quase secular situação da letargia do marxismo, é, ao lado da concordância com as explicações políticas alinhavadas pelo próprio Mandel, uma proposição simples e pragmática. No fundo, o verdadeiro problema é que o desenvolvimento do marxismo e, por derivação, do conjunto de ciências sociais de orientação marxista não é encarado como uma tarefa científica com características e exigências próprias, condição que o próprio Marx foi penosamente obrigado a cumprir. Nesse sentido, haveria uma virtual contradição entre os "custos" deste desenvolvimento, especialmente expresso em termos de tempo de pesquisa, e a incipiência dos resultados, necessariamente críticos - e, portanto, de pouco interesse para o status quo - e de maturação "remota", tendo em vista as exigências correntes de qualquer proposta política. Esta, na realidade, é uma questão séria e geralmente negligenciada pela maioria dos marxistas que assim agem na prática, mesmo aqueles que concebem a teoria como inacabada e sujeita a desenvolvimentos. Na verdade, o plano do "Capital em geral" reflete princípios teóricos gerais que, no caso do valor, por exemplo, permite-nos apenas afirmar genericamente que as modificações na produtividade do trabalho alteram o seu valor, sem especificar por que alguns setores

ou empresas impõem um ritmo desigual de crescimento desta produtividade. Em outras palavras, tal como o movimento de preços, o próprio movimento dos valores só é inteligível se analisado através de uma teoria da concorrência, o que mostra que o plano dos "vários capitais" contém elementos que não estão especificados no plano "em geral" e que são imprescindíveis para a construção de uma teoria da dinâmica capitalista.(1) Pretender o contrário, na verdade, é escamotear as verdadeiras e penosas dificuldades da construção teórica e recair na velha dualidade do empirismo e do formalismo, tão cara ao positivismo.

1.1.4 - Construção teórica marxista e a integração com outros sistemas teóricos

Chegamos agora à nossa segunda indagação sobre o eventual possibilidade de integração no contexto dos "múltiplos capitais", das várias teorias de origem não marxistas e cujo ponto em comum neste nível de análise (incluindo aquelas de origem marxista) viria a ser a sua inevitável parcialização. A pergunta consiste, portanto, em especificar até que ponto a teorização no nível dos "múltiplos capitais" obedeceria às exigências do método dialético de forma que, respondida tal indagação, teríamos um critério não apenas de construção teórica em geral mas de absorção e "reciclagem" de modelos de outros sistemas teóricos.

---

(1) Como acertadamente observa Possas (op. cit.) "o importante a ressaltar (...) é a impossibilidade de reduzir a dinâmica real, em suas determinações concretas, a mera 'expressão' exterior de uma ou mais leis de movimento" (p.49).

Consideremos em primeiro lugar as principais características de um modelo tipicamente positivista que nos indicará, pelo menos, como não deve ser construída uma teoria. Na verdade, o ponto central e nevrálgico de qualquer modelo positivista encontra-se na eleição e subdivisão das variáveis em dependentes e independentes. O passo seguinte é o estabelecimento de relações de causalidade entre elas no sentido de se determinar uma direção para a relação causal ou seja, das variáveis independentes como fator de causação da variação naquelas consideradas dependentes ou determinadas. Chegamos a seguir à proposição decisiva: deve haver um momento em que, dado um movimento inicial nas variáveis consideradas independentes, chegar-se-à a um ponto "ideal" onde as oscilações e perturbações originais ocasionadas nas variáveis dependentes tendem a uma acomodação. Este é o ponto de equilíbrio, que constitui uma noção necessária para o fechamento do modelo.

Isto porque, se as variáveis dependentes não atingem um ponto "ideal" e persistem em seu movimento, concomitante ou não a um movimento paralelo das variáveis independentes, temos um processo cuja dinâmica certamente não se esgota na realidade representada pelo modelo. A partir daí, as consequências, metodologicamente negativas, não tardam a aparecer. A mais importante é que o que era antes uma análise necessariamente parcializada tendo em vista a ênfase em determinado aspecto do todo, passa a ser uma análise fragmentada, desconectada e separada da totalidade. Mais grave ainda, como o método positivista não oferece nenhum critério de escolha das variáveis empregadas e tendo em vista a premissa da relação de causalidade, os modelos

terminam por oscilar entre uma pouca explicabilidade, dada a consideração de um mínimo restrito de variáveis independentes, e uma excessiva generalidade, tendo em vista a consideração, em grande número, deste tipo de variável.

Na realidade, o "nó górdio" dos modelos neoclássicos, isto é, a demonstração de que o sistema tende para o equilíbrio, uma vez formalmente resolvido, acaba por torná-lo, de uma perspectiva marxista, virtualmente esfacelado e incompatível com uma análise totalizante. Por isso, o equilíbrio é fundamental não apenas como aspecto ideológico - no sentido apologético do termo - mas principalmente em seu aspecto metodológico, como forma precípua de fragmentação da totalidade e a consequente perda de criticidade. Não fosse apenas isso, temos o fato de que o universo social é irremediavelmente dinâmico, tornando o pressuposto de um "ponto ideal" para as "variáveis dependentes" um engodo científico já descartável até mesmo nas ciências naturais. Por todas essas razões, "temos a impossibilidade de conciliar dinâmica e equilíbrio como métodos de análise econômica",(1) uma vez que a análise puramente estática viola o objetivo estudado em pelo menos dois aspectos: no sentido de fragmentá-lo, dada a sua unicidade e, o que é o mesmo apenas observado sob outro ângulo, no sentido de obscurecer seu movimento e, portanto, sua vinculação orgânica com a totalidade em mudança.

Segue-se então "que toda análise do funcionamento real de uma economia capitalista deve ser necessariamente dinâmica",(2) uma vez que apenas sob tal perspectiva é possível captar a realidade em

(1) POSSAS, op. cit., p. 4
(2) POSSAS, ibidem, p.6.

suas múltiplas dimensões: como processo histórico em mudança, onde cada ponto no tempo ajuda a compor a totalidade e como realidade múltipla, complexa e interdependente onde os eventos movimentam-se como processo e não nos termos de relações causais estáticas. Temos, portanto, que qualquer que seja o plano analítico em que nos movamos, seremos obrigados a recorrer a um método "totalizante" que enfatize os aspectos dinâmicos, afigurando-se como a única alternativa real para a construção teórica.

Apesar disso, o ponto de partida básico para a construção teórica no plano dos "múltiplos capitais" apresenta características estáticas idênticas à realizada por Marx no estudo do "capital em geral", isto é, partindo da totalidade concreta representada por sua categoria mais simples, a mercadoria em seu processo de circulação. A seguir, ainda no processo de circulação de mercadorias, começa-se a enfatizar determinado aspecto da realidade, seja a produção, dada a necessidade de explicar D-M-D', seja reprodução (M'-D-M"), seja a questão monetária e financeira (D-M-D'), seja a concorrência e o estabelecimento das condições de acumulação e crescimento de uma empresa ou grupo de empresas (D-M'-D').

Inicia-se assim o processo de desdobramento de variáveis, baseado em dois critérios: primeiro, por sua adequação ao tema abordado e, segundo, pela sua relação definicional com a variável que inicia a análise. No caso da reprodução, por exemplo, o ponto de partida é o produto mercadoria P, desdobrado em P = P1 + P2, por sua vez desdobrado em P1 = C1 + V1 + M1 e P2 = C2 + V1 + M2, etc., até chegarmos a um novo produto P formalmente idêntico ao produto inicial. Em outras pa-

lavras, do ponto de vista do método dialético, o processo de desdobramento de variáveis é puramente definicional e estático, cujo esquema final e definitivo de controle é a exigência de identidade formal do ponto de partida e de chegada. Por isso, a suposição de relações de causalidade é um procedimento estranho ao método, que concorre para a distorção do objeto de estudo, como é o caso de algumas versões "bastardas" de demanda efetiva.(1)

Estamos, portanto, em condições de estabelecer os critérios de "depuração" e reaproveitamento de teorias não-marxistas: a questão básica é despi-las do paradigma do equilíbrio, abandonando-se, concomitantemente, as relações de causalidade entre variáveis dependentes e independentes, que terão sua validade considerada (em pé de igualdade) a partir de sua possibilidade de inserção na totalidade em desdobramento. A partir daí, sua articulação com o todo é restaurada, mesmo mantendo a maioria de suas características definidas no sistema teórico original.

---

(1) Na realidade, o princípio básico da demanda efetiva de que o investimento agregado determina o nível de atividade presta-se a pelo menos duas interpretações. Uma primeira, mais favorável, vê no investimento um elemento de instabilidade do sistema, dada a sua "autonomia relativa" face ao nível de atividade, o que inclui a sua dualidade básica enquanto demanda e elemento formador de nova capacidade produtiva. Tal versão, aparentemente "exogeneizante", é extremamente rica na medida em que enfatiza a necessidade de uma construção "externa" de uma teoria do investimento que, evidentemente, só pode ser encontrada no contexto de uma teoria da concorrência. Por outro lado, uma segunda interpretação ("bastarda") vê no investimento apenas a determinação do ponto de equilíbrio, cuja expressão formal mais representativa é o eixo de 45o em torno do qual oscila o nível de renda ou produto. Com o IS-LM, tal interpretação torna-se definitiva na medida em que a variável "autônoma" investimento é endogeneizada e substituída por outras menos "tormentosas" e sob "controle", como a oferta monetária.

No fundo tal "ecletismo" constitui um bom ensejo para evidenciarmos três questões importantes: em primeiro lugar, é necessário que se rompa com o mito de que a deficiência básica das teorias econômicas não marxistas estaria no seu caráter abstrato e formal. O verdadeiro problema é distinto. A bem da verdade, o próprio método marxista é, em todos os seus passos principais, um método de formalização e construção abstrata de modelos, desde o nível do "capital em geral" até os "elos intermediários" no nível dos "vários capitais". O problema no caso é o dos critérios que presidem a construção teórica num e noutro sistema, que fazem com que as teorias de extração neoclássica resvalem quase sempre para uma abstração indevida em contraposição à pertinência (embora sempre abstrata) dos modelos marxistas.

Em segundo lugar, é importante que se ressalte que várias construções teóricas, a despeito de não adotarem explicitamente o seu "método", estão próximas do marxismo, podendo este "grau" de aproximação ser medido pelo destaque atribuído (em cada uma delas) ao paradigma do equilíbrio. Em alguns casos tal questão é bastante dúbia, como no do sistema Keynesiano, mas perfeitamente clara em modelos microeconômicos à "la Labini" (1972) e, especialmente, "à la Steindl" (1952) que construiu seu modelo a partir do desdobramento definicional de variáveis, sem recorrer, praticamente em nenhum momento, à formalização de relações causais.(1)

---

(1) Observe-se ainda que o ponto de partida deste autor é o correto, derivado do fluxo D-M-D' e a partir do qual se desdobraram várias variáveis como o estoque de capital fixo, a relação capital-produto, o grau de utilização, etc.

Em terceiro lugar, é importante que fique claro que tendo em vista as duas questões anteriores, isto é, que o marxismo é, essencialmente, um método de construção de modelos explicitamente dialético, que o abandono parcial deste último só faz sentido a nível da análise puramente empírica quando, aí sim, atuam variáveis de fato independentes e não redutíveis teoricamente. Portanto, embora pareça paradoxal, a construção de modelos abstratos (tida não raro como um procedimento positivista) pode por vezes expressar um procedimento "dialético", ao passo que a recorrência sistemática à análise empírica (que recorre acertadamente a procedimentos diversos) pode significar, quando despido de um acompanhamento real e não apenas nominal da teoria, uma tendência prática ao abandono do método e sua substituição por procedimentos menos rigorosos.

Em resumo, o esquema que procuraremos utilizar no presente estudo deverá consistir num "ecletismo dirigido", isto é, procurará analisar e incorporar contribuições teóricas diversas a partir de um roteiro marxista, despindo-os - quando for o caso.- da problemática do equilíbrio.

1.1.5 - Breve nota introdutória sobre a situação atual da "teoria do capital no espaço"

A explicação realizada acima no item 1.1.3 é, na verdade, básica e geral para o entendimento tanto da situação de estagnação da teoria econômica em seu conjunto como, em particular, a da problemática espacial. Contudo, temos aqui um último e importante problema, referente ao fato de que a "teoria do capital no espaço" encontra-se

numa situação de atraso relativo mais evidente, quer tomemos o contexto marxista, quer tomemos os autores não marxistas. Embora concordemos em parte com Smolka (1982) ao tentar uma explicação observando que "os temas em voga em cada época aparentemente dependem menos da demanda da realidade do que da ideologia predominante na própria comunidade de economistas que definem e sancionam aquilo que é relevante ou importante" (p.4), acreditamos que o problema é mais estrutural, ligado a características e mudanças da realidade capitalista. Afinal de contas, no próprio Marx, o "espaço do espaço" é relativamente restrito, embora este autor propicie, além de um lugar metodológico, a disponibilidade de conceitos básicos e imprescindíveis para o desenvolvimento da problemática espacial.(1)

Na realidade, não é por acaso que a maioria das teorias espaciais tenham surgido neste século e particularmente no período pós Segundo Guerra Mundial, o que inclui Losch (1940), a "ciência regional" de origem americana, a teoria dos pólos, a teoria da troca desigual e a própria escola cepalina. Como já se observou, é somente a partir da era imperialista (particularmente em sua etapa mais desenvolvida do pós- guerra) que a questão do estado nacional (enquanto marco e agente promotor fundamental do capitalismo) vai perdendo lenta e gradualmente lugar para o "livre" movimento do capital. Nestas condições, o capital começa a desconhecer as fronteiras nacionais, em que estas possam constituir um espaço localizado para a acumulação. Por isso, e por mais paradoxal que seja, é somente a partir do

(1) Entre outros, o conceito de tempo de circulação e custo de circulação no Livro II, toda a discussão da renda no Livro III e, como tentaremos mostrar, um esboço de diferenciação teórica entre mercadorias e serviço.

mente a partir do momento do "ocaso relativo" do estado nacional é que o espaço deixa de ser uma questão meramente "regional" ou "urbana" para se tornar uma "questão nacional".(1)

Junta-se, portanto, às antigas dificuldades acima apontadas o fato da questão do espaço não representar uma problemática "visível" até pelo menos o início do século atual, quando afinal começa a ganhar uma conotação nacional, cujo exemplo mais eloquente é o surgimento da escola cepalina no imediato pós-guerra.

1.2 - A evolução do sistema centro-periferia no pós-guerra

A crise atual, não só do Brasil mas do conjunto da periferia capitalista, deve ser entendida não apenas por seus aspectos conjunturais mais candentes, como também por uma perspectiva histórica que leve em conta, pelo menos, a sua evolução recente no período que se segue à Segunda Guerra Mundial. A esse respeito, o trabalho de A. Pinto e J. Knackal ("O sistema centro-periferia 20 anos depois", 1973) oferece um bom ponto de partida no sentido de privilegiar um enfoque tipicamente cepalino. Por sinal, já na introdução os autores pontificam que "o método interpretativo de nossa análise corresponde basicamente ao conceito do sistema centro-periferia tal como foi idealizado em fins dos anos quarenta pela CEPAL e particularmente por seu destacado "pai espiritual" Dr. Raúl Prebisch. Como se verá mais adiante es-

---

(1) Isto não implica, evidentemente, a desconsideração da importância do espaço no período anterior à etapa imperialista. A questão é que, naquele período, o problema espacial era não só qualitativamente distinto (como tentaremos mostrar no último capítulo deste estudo) como também pouco "visível" para se alçar enquanto tema teórico.

te conceito se mantém para o estudo das relações atuais entre ambos os pólos do sistema" (op. cit. introdução).(1)

Para levar a efeito a tarefa, os autores aceitam, basicamente, o enfoque cepalino do final dos anos quarenta. "Como se pode verificar (....), a visão de centro-periferia estabeleceu-se nas hipóteses originais da CEPAL quase exclusivamente do ângulo das transações comerciais, isto é, da especialização (produtos primários e manufaturados) imposta ou derivada da desigual irradiação do progresso econômico e teórico" (ibidem, p. 10). A. Pinto e J. Kñackal, na verdade, aceitam não só esta postura mais geral sobre as transações comerciais (com a qual, aliás, concordamos), mas também as respostas específicas a esta problemática (por exemplo, a queda dos termos de intercâmbio) muito afetados pelo contexto dos anos quarenta (com as quais, via de regra, não concordamos). Apesar dessa deficiência, consideramos que os resultados em seu conjunto não foram afetados, já que verdadeiros embora insuficientemente explicados. Além do mais, os autores adicionam algumas características (típicas do pós-guerra), que contribuem sobremaneira para o enriquecimento da análise.

Em primeiro lugar, passam a ser considerados os novos nexos financeiros entre centro e periferia estabelecidos no pós-guerra, o que representa um ganho, uma vez que "não foram introduzidas (...) na análise inicial as características e implicações dos laços financeiros estabelecidos pelos créditos e inversões estrangeiros" (idem). Porém, esta visível restrição, (....) tem uma explicação óbvia e ela

---

(1) Nesta e nas citações subsequentes, tradução nossa do original em Espanhol.

é que nas décadas de 30 e 40, os créditos e inversões forâneas tiveram escassa significação. Como se verá depois, não existe dificuldades para considerar os nexos financeiros no marco analítico do sistema centro-periferia" (idem).

Em segundo lugar, há um equívoco ganho analítico na conceituação de "centro", importante especialmente para os propósitos do nosso estudo. Para começar, reconhece-se que "todas as nações centrais são evidentemente desenvolvidas (por níveis de renda e estrutura econômica), porém nem todos os países desenvolvidos são centrais" (ibidem, p.11). Nestas condições, "tentativamente poderia decidir-se que uma economia central, considerando-se seu nível e estrutura de desenvolvimento e o caráter basicamente endógeno do dinamismo do seu crescimento, define-se também pela circunstância chave de que está em posição de influir sensivelmente sobre sobre a marcha das economias periféricas, sendo que não existe vice-versa na matéria, salvo em alguns casos e conjunturas muito especiais ou em forma incidental ou marginal" (ibidem, p.12). Evidentemente tal definição não anula o fato de que, "em geral, os membros da área central indubitavelmente se influenciam entre si, isto é, também são dependentes em maior ou menor medida segundo sua capacidade econômica e os laços internos de integração dentro deste pólo" (idem).

A destacar aqui é que a definição de "centro" (e, consequentemente, de periferia) prescinde de categorias políticas e sociológicas e restringe-se à esfera exclusivamente econômica. Trata-se, na realidade, da capacidade relativa de influenciar - economicamente - ou ser influenciado e do conteúdo do dinamismo de crescimento. E' por

QUADRO I

INDICADORES DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO PÓS-GUERRA POR GRUPO DE PAÍSES

Indicador	Período Ano	Países Desenvolvidos	Países Subdesenvolvidos (Total)	América Latina	Países Socialistas	Total Mundial
PIB (taxa média anual)	1950/69	4,7	5,0	5,2	8,0	5,5
	1960/69	5,4	5,1	5,1	6,5	5,7
PIB Per Capita (taxa média anual)	1950/69	3,5	2,5	2,4	6,4	3,5
	1960/69	4,3	2,4	2,1	5,2	3,6
EXPORTAÇÕES a) taxa média anual das exportações totais	1948/70	8,6	5,3	3,8	10,5	8,0
	1960/70	10,1	7,1	5,6	8,2	9,3
	1965/70	11,9	8,3	5,9	8,7	10,8
b) taxa média anual dos export. de prod. primários	1955/69	5,6	4,5	3,2	6,9	5,1
c) taxa média anual das export. de produtos manufaturados	1955/69	10,1	10,2	8,4	10,5	10,1
d) participação da área em % das exportações mundiais	1938	65	25	7	10	100
	1948	63	30	11	7	100
	1960	67	21	7	12	100
	1965	69	19	6	12	100
	1970	72	17	5	11	100
e) comércio intrazonal em % das esportações totais da área	1948	64	29	9	44	-
	1960	70	22	8	72	-
	1970	77	19	11	61	-
f) manufaturas em % das exportações totais da área	1955	64	13	9	49	49
	1969	76	24	17	60	65
INVERSÃO DIRETA DOS EUA a) Dist. entre as áreas	1950	48	49	38	-	100
	1968	67	28	16	-	100
b) Ativ. manuf. em % do inv. total	1950	52	15	17	-	32
	1968	51	26	31	-	42

FONTE: Apud A. Pinto e J. Kñackal (1973, op. cit., p.19).

searem em tais categorias que o autores podem, com maior facilidade, adaptar seu conceito à realidade do pós-guerra, caracterizada pela subdivisão em vários centros:" (....) ao contrário de certos períodos do passado - como no século de indiscutida hegemonia britânica - o centro não se identifica no esquema atual com um só país mas compreende várias unidades (nacionais ou conjuntos associados de países). Nestas circunstâncias, poder-se-ia falar de uma 'área central', de um 'centro principal' e de 'subcentros'" (idem).

A importância da definição refere-se não apenas ao fato de prescindir de categorias extra-econômicas e pensar em unidades ("centro" e "subcentros", "conjunto associado de países") que extrapolam o conceito de "nação", mas também de adequar-se como um resultado do próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, constituindo uma etapa mais avançada do seu processo de internacionalização. Nessa medida, enquanto a crítica à CEPAL (na maioria dos casos, esquerdista) cobrava-lhe a utilização do conceito de nação apontando a sua ambiguidade (problema, aliás, do qual ela não poderia fugir, uma vez que o "espaço econômico" tendia a confundir-se com o "espaço político"), a evolução do pensamento cepalino - cuja expressão encontramos no texto analisado - indica claramente uma superação do marco da nação imposta pela própria realidade do desenvolvimento do capitalismo.

As consequências desse fato, fundamentais para o conjunto do estudo que estamos propondo, interessa igualmente à análise do tema que ora tratamos. De um certo modo, ele põe a nu certas realidades econômico-espaciais que se tornam relativamente mais independentes das injunções "político-nacionais". E' nesse contexto que se enquadrariam

por exemplo, algumas das conclusões de A. Pinto e J. Kañackal sobre a evolução centro-periferia no pós-guerra, que poderiam ser "lidos" em sua forma puramente econômica.(1)

Para começar, os autores referem-se à taxa de crescimento do PIB no período 1950/69, que indicaria, à primeira vista, uma aparente homogeneidade. Como mostra o Quadro I, o "centro" (4,7%), e a "periferia" (5,0)% cresceriam a taxas próximas com alguma vantagem, inclusive, para a periferia, e, em especial, para a América Latina. Porém, esta pequena vantagem produziu-se especificamente na década de cinquenta, uma vez que nos anos sessenta o centro volta a crescer à frente da periferia (5,4% contra 5,1%). Além do mais, "esta escassa vantagem desaparece se se tomam em conta os respectivos aumentos demográficos. Deste ponto de vista, como se pode observar, a periferia alcança uma taxa muito maior que a do centro (2,5% e 3,5% respectivamente)" (ibidem, p. 19-20). Embora a consideração do PIB per capita envolva certos cuidados,(2) parece inequívoco que a desigualdade

(1) Muitos autores confundem análise "totalizante", "dialética" com análise conjunta dos vários aspectos de uma realidade. No caso, estamos defendendo explicitamente a análise em separado de determinados aspectos embora sem negarmos - e fecharmos analiticamente - sua vinculação com o todo. Em geral, a maioria das críticas de "economicismo", por exemplo, abrigam uma postura científica inadequada, fundada em generalidades.

(2) Em certos casos, o PIB per capita constitui um indicador da produtividade média de uma economia, como é a situação da economia brasileira nos anos cinquenta e sessenta: a acumulação deve-se à combinação de atividades capitalistas com boa produtividade com o crescimento extensivo em atividades primitivas, especialmente na agricultura. Nestas condições, o crescimento de uma economia como a brasileira (que no período 1950/69 foi de 6,2%) poderia ser subdividido aproximadamente em uma parcela correspondente ao crescimento "intensivo" capitalista (3,3%), sendo 3,3% ao mesmo tempo, a taxa de crescimento do PIB per capita. Evidentemente, a situação muda quando o crescimento demográfico, ao invés de reproduzir ampliadamente atividades produtivas primitivas, reproduz o "lumpen", como passa a ser o caso dos anos setenta e oitenta.

entre os dois grupos de países aprofunda-se no período. A esse respeito, considere-se que "a situação da América Latina difere substancialmente das demais regiões periféricas, seu crescimento global a longo prazo é ligeiramente maior, porém, de outro lado, reduz-se com maior intensidade em virtude de taxas mais elevadas de crescimento demográfico" (idem).

Um outro aspecto em que se observa uma polarização do sistema diz respeito ao comércio exterior. "Entre 1948-1970, em termos globais, a taxa média anual de aumento das exportações do centro é muito mais alta que a da periferia (8,6% contra 5,3% respectivamente) e maior ainda no caso latino-americano (3,8%). Em consequência, a participação da periferia no comércio mundial, que alcançou o máximo no início do período do pós-bélico (30% em 1948), reduz-se sistematicamente: a 21% em 1960 e 17% em 1970, ou seja, ocupa atualmente uma posição menor que no pós-guerra, quando alcançava 25%. A posição da América Latina resulta ainda mais debilitada: baixa de 11% em 1948 a 5% em 1970" (ibidem, p. 21).

Ainda sobre a evolução do comércio, dois fatores chamam atenção especial. O primeiro refere-se ao fato de que "o comércio intrazonal, ou seja, o intercâmbio de bens entre as economias integrantes de cada pólo, experimentou um grande aumento na área central decaindo, em troca, o levado a cabo entre os países da periferia" (idem). O segundo é que "a progressiva inter-relação comercial do centro está vinculada estreitamente com sua concentração no intercâmbio de produtos manufaturados" (ibidem). "Como se pode observar (....) o peso das exportações de manufaturas dos países centrais aumentou de cerca de 64% do total em 1955 a cerca de 76% em 1970" (idem, p.22).

por outro lado, para a periferia "poder-se-ia assinalar a conclusão oposta: de que sua menor participação no intercâmbio mundial deveu-se principalmente à sua (...) especialização na venda de produtos primários, ainda que neste aspecto se registraram algumas mudanças significativas" (idem, p. 21). Também para a periferia, "registrou-se uma elevação sensível da participação das vendas de produtos manufaturados que passou de 13% em 1955 para 24% em 1969 (respectivamente 9% e 17% para a América Latina)" (ibidem p. 22).(1)

Em outras palavras, enquanto as várias unidades do centro aprofundam sua integração no sentido da construção de um espaço econômico unificado, a periferia aprofunda sua desintegração relativa, consolidando a sua tradiconal vinculação ao centro, isto é, de só existir economicamente enquanto espaço inserido no centro. Por outro lado, a explicação para tal destino não é exatamente a sua participação na divisão internacional do trabalho (exportadora de produtos primários), que constitui muito mais um resultado do processo. Afinal de contas, o próprio centro é grande exportador de produtos primários tendo até mesmo, neste aspecto, uma importância maior do que a periferia,(2) enquanto que a periferia também exporta produtos manufaturados, tendência já manifestada no período analisado e que se tem acentuado atualmente. A questão central, na verdade, é que a periferia caracteriza-se por uma incapacidade relativa, vis-à-vis o centro, de integração glo-

---

(1) Tais dados encontram-se evidentemente desatualizados. Mais adiante eles serão atualizados para a década de setenta, o que consideramos suficiente em virtude do caráter meramente introdutório do capítulo.

(2) A exceção do petróleo, o valor das exportações de produtos primários do centro é muito superior ao da periferia.

bal com o conjunto das unidades econômicas (seja do centro, seja da periferia) que se expressaria, grosso modo, na sua incapacidade relativa para exportar.(1) Assim, discordando em parte de A. Pinto e J. Knackal, diríamos que a queda da participação da periferia no comércio mundial deu-se a despeito de uma significativa mudança em seu tradicional papel na divisão internacional do trabalho, representado no aumento de 13% para 24% da participação dos manufaturados em sua pauta de exportação. Tal incapacidade relativa, tal como procuraremos mostrar ao longo deste estudo, decorreria da especificidade da dinâmica espacial das economias periféricas, premidas que estão por um "bloqueio estrutural" e que acaba por lhes reduzir a capacidade efetiva de acumulação.

Isto fica claro, por exemplo, ao analisarmos o comportamento dos investimentos diretos no período em questão, especialmente aqueles provenientes do principal centro dominante: os Estados Unidos. "Pode-se verificar (...) que a participação do centro no total da inversão americana cresceu de 48% a 67% entre 1950 e 1968, com a consequente diminuição da parcela correspondente às regiões subdesenvolvidas e especialmente à América Latina, onde declinou de 36% para 16% entre os anos assinalados" (ibidem, p. 23). "Por outro lado, e atendendo a distribuição setorial das radicações de capital, comprova-se que as atividades manufatureiras, que absorviam 32% do total em 1950, elevaram essa participação a 42%, em 1968" (idem). Como a parti-

(1) Mais adiante discutiremos com certo detalhe as exceções a esta proposição, o que implica não apenas a subdivisão dos países periféricos por agrupamentos de renda per capita, mas a especificação de alguns deles que de fato apresentam comportamento distinto do conjunto.

cipação das atividades manufatureiras é quase o dobro no centro em relação à periferia, pode-se concluir que "(...) assim como no comércio, a polarização entre os dois pólos viu-se ligada à maior concentração zonal e industrial do centro" (idem).

Entretanto, "este fenômeno da diminuição relativa das inversões americanas na periferia conviveu com um grande crescimento absoluto das mesmas" (idem), o que mostra que o processo de marginalização é apenas relativo, vale dizer, diz respeito não a uma restrição absoluta do capital multinacional no espaço periférico, mas às possibilidades dinâmicas de valorização que o levam a privilegiar as inversões no centro.

A conclusão inevitável é que (....) parece evidente que os nexos entre os dois pólos do sistema tem perdido importância em seu conjunto, à luz da crescente integração das economias centrais (....). Isto apesar do incremento absoluto em todas as variáveis examinadas e que são reflexos da sensível dilatação global do sistema. Levando-se em conta esta observação, seria possível aventurar que, a nível mundial, tem ocorrido um processo de concentração e marginalização que já estava implícito nos enfoques pioneiros da CEPAL (sobretudo no que diz respeito à marginalização da periferia) e mais ou menos similar ao ocorrido a nível nacional. Em poucas e cruas palavras: a periferia, pelas razões adiantadas pela CEPAL (....) resultaria cada vez menos 'necessária' para o centro em termos de fornecimento de produtos primários e de mercado, tanto para bens-serviços como para capitais" (ibidem, p.37).

1.2.1 - Exceções ao processo de marginalização da periferia

De um certo modo, a gravidade da conclusão choca-se em pelo menos dois aspectos com a realidade da evolução das economias periféricas em período mais recente. O primeiro diria respeito a um aumento do ritmo de acumulação na periferia que teria lugar nos anos setenta, sucedendo-se à fase de reconstrução e esgotamento dinâmico do processo de modernização das economias européias. O segundo é que a idéia de marginalização "deve ser considerada em unidade com outro fato, de sentido contrário: que partes da periferia e, em especial, da America Latina (geralmente mais adiantadas e dinâmicas) vem sendo inseridas no sistema central tanto por intermédio de crescentes importações de manufaturas (em sua maioria imprescindíveis para seu desenvolvimento) como, ainda em maior grau, pelos movimentos de capital e, em especial, pelas inversões diretas destinadas a servir seus mercados internos" (idem).

Na verdade, ambos os aspectos são, de um certo modo, inegáveis e podem muito bem ser exemplificados pela economia brasileira. Por um lado, ela pode muito bem ser considerada no rol das economias periféricas mais dinâmicas: no período considerado, por exemplo (1950/69), sua taxa média de crescimento anual do PIB situou-se em cerca de 7,2% contra 4,7% para o centro, 5,0% para a periferia e 5,2% para a América Latina. Embora quando considerada em termos per capita ela acabe equiparando-se ao centro, temos um dinamismo que, tal como já demonstrado exaustivamente por inúmeros estudos, foi inteiramente revelado em todo o período anterior à fase do "milagre" dos anos setenta. Por outro lado, é verdade que, assim como outras econo-

mias periféricas, o Brasil aumenta sua taxa de crescimento na década de setenta, ultrapassando a média de 8,2% ao ano. Portanto, é imprescindível que se explique este "dinamismo tardio", e não o maior dinamismo de economias como a brasileira, uma vez que estas, no período anterior, conseguiram no máximo preservar os mesmos níveis de desigualdade então existentes.

Observa-se ainda que tais economias, mesmo apresentando um vigor maior para o crescimento, teriam uma dinâmica em última instância dependente, como bem sublinham A. Pinto e Knackal, pontificando que seu processo de incorporação, "que de um certo modo é contraditório com o de marginalização, pode ser qualificado como de 'inserção dependente'. O termo se justificaria, antes de tudo, pelas diferenças substantivas que se vislumbram ao se comparar esses fenômenos com o que tem lugar à luz da progressiva coesão dos núcleos centrais. Com efeito, se este segundo corresponde aos nexos e complementação entre 'pares' (ainda que haja um 'primeiro' entre os 'pares') o primeiro processo ocorre em condições de fundamental desigualdade entre as partes, que implicam nítidas diferenças entre 'associados' dominantes e subordinados. Não se trata, como é óbvio, de simples questões de tamanho e poder senão que do caráter estrutural das relações e de suas múltiplas implicações" (idem). Em suma, se a periferia não tem, em virtude de fatores estruturais, dinâmica própria (especialmente no longo prazo e mesmo quando observada através de suas unidades mais dinâmicas), temos de entender o inusitado do dinamismo "tardio" dos anos setenta, fenômeno que certamente seria contraditório com tal proposição.

Embora limitada e parcial, uma vez que foge aos objetivos mais gerais da tese, devemos realizar uma análise pelo menos introdutória deste fenômeno, procedendo, em primeiro lugar, a uma certa atualização dos dados de forma que se possa incluir alguns indicadores para a década de setenta. Com efeito, mantendo-se basicamente o mesmo sistema de agrupamento dos países de A. Pinto e J. Kñackal, apenas diferenciando, por razões óbvias, os exportadores de petróleo e subdividindo o grupo dos subdensenvolvidos em baixa e média renda,(1) teríamos uma razoável atualização dos principais indicadores utilizados.

Comparemos, em primeiro lugar, o centro com o grupo de países de baixa renda (cerca de 38 países) que somam 1,3 bilhões de pessoas, correspondendo a 30% da população mundial. Não há dúvidas que, neste caso, mantém-se a tendência detectada por A. Pinto e J. Knackal, isto é, o de progressiva desigualdade entre centro e periferia. Com efeito, como pode ser observado pelo Quadro II, mantém-se a desigualdade dos ritmos de crescimento entre estes grupos de países entre 1960/78. Se bem que entre 1970/78 a periferia de baixa renda tenha sustentado um ritmo de crescimento do PIB um pouco superior ao do centro (3,2%), a diferença não é suficiente para compensar a dos anos sessenta (3,9% contra 5,1%). A desigualdade mostra-se ainda mais nítida quando tomamos o PIB per capita: 4,5% contra apenas 1,7% para a periferia no período 1960/70 e 2,6% contra 1,5% no período 1970/78. O mesmo ocorre no tocante às exportações que, inclusive, apresentam redução absoluta nos anos setenta (ver Quadro II).

(1) Os países de baixa renda seriam aqueles com renda per capita de menos de US$ 390 de 1978 (cerca de 38 países); os de média renda aqueles com renda de US$ 390 a US$ 3.500 (cerca de 52 países) e os desenvolvidos com renda acima de US$ 3.500 (18 países).

Por outro lado, a situação muda substancialmente quando consideramos a periferia de média renda (42 países). Seu PIB cresce 6,0% ao ano entre 1960/70 e 5,7% entre 1970/78, mantendo, praticamente, o mesmo ritmo da década anterior contra uma nítida redução do ritmo de crescimento do centro. Até mesmo quando tomamos o PIB per capita, a situação mostra-se ainda favorável para este segmento da periferira. Se bem que nos anos sessenta o centro consegue manter a tendência secular, a perda é mais do que compensada nos anos setenta, quando a periferia de média renda sustenta a diferença de crescimento de 1% (ver quadro II). E', portanto, neste agrupamento de países que se localizam aqueles supostamente dinâmicos, que constituiriam uma importante exceção à tendência secular do desenvolvimento desigual centro-periferia.

Tendo-se porém, uma perspectiva de conjunto, a situação destes países poderia ser decifrável. Em primeiro lugar, observamos que o comportamento de suas exportações mantém a tendência histórica, vale dizer, é inferior ao crescimento das exportações do centro, seja nos anos sessenta (8,7% contra 5,5%), seja no período 1970/78 (5,7% contra 5,2%). Em contrapartida, este segmento da periferia acelerou suas importações, mantendo-as sempre acima das exportações ou mesmo acima do ritmo de crescimento das exportações do centro entre 1970/78 (ver Quadro II). Mais ainda, tal ritmo foi mantido a despeito de uma queda de 10% nos termos de intercâmbio no mesmo período.(1) E' eviden-

(1) O cálculo do crescimento das exportações e importações é feito em termos reais, sem se considerar eventuais mudanças nos termos de intercâmbio. Por outro lado, é provável que esta queda de 10% explique-se pelo aumento dos preços do petróleo, já que este produto passa de uma participação de 9% em 1960 para 17% em 1977 na pauta de importações desses países.

QUADRO II

Indicadores	Período e Ano	Países Des.	Países de Baixa Renda	Países de Média Renda					Exportadores de Petróleo (a)
				Total	Brasil	México	Coreia	Taiwan	
PIB (tx. cresc. anual)	1960/70	5,1	3,9	6,0	5,3	7,2	8,5	9,2	13,0
	1970/78	3,2	3,6	5,7	9,2	5,0	9,7	8,0	6,0
PIB per capita (tx. cresc. anual)	1960/70	4,5	1,7	3,8	2,4	4,5	6,4	8,0	9,9
	1970/78	2,6	1,5	3,6	6,7	2,4	7,7	6,9	3,0
Exportações (tx. cresc. anual)	1960/70	8,7	5,0	5,5	5,0	3,3	35,2	23,7	9,5
	1970/78	5,7	(0,8)	5,2	6,0	5,2	28,8	9,3	(1,2)
Importações (tx. cresc. anual)	1960/70	9,4	5,0	6,8	4,9	6,4	20,1	17,9	11,1
	1970/78	5,1	3,2	5,8	6,6	4,0	13,5	9,1	21,1
termos de intercâmbio (1970 = 100)	1960	99	98	93	88	87	78	79	107
	1978	95	98	90	90	108	81	75	393
serviço da dívida como porcentagem das exportações de bens e serviços	1978	-	12,3	9,3	13,5	23,6	19,4	4,5	...
	1978	-	11,7	13,8	28,4	59,6	10,5	4,4	...

(a) Iraque, Irã, Líbia, Arábia Saudita e Kwait.

Fonte dos dados originais: "World Development Report", Banco Mundial, 1980.

te, portanto, que o dinamismo "tardio" não se prende a nenhuma guinada significativa em sua inserção concreta na divisão internacional do trabalho. Na realidade, vis-à-vis o centro, é lícito afirmar que sua incapacidade relativa de inserção acentuou-se mais ainda nos anos setenta, isto é, reduziu-se mesmo neste período a sua participação nas exportações mundiais.

Em vista do exposto acima, a explicação para o "dinamismo tardio" decifra-se completamente quando adicionamos os dados do processo de endividamento da periferia. Tomando-se a relação serviço da dívida-exportações, verificamos a sua relativa estabilidade para a periferia de baixa renda entre 1970 e 1978 (em torno de 12%), o que é "normal", tendo em vista a situação da efetiva marginalização deste grupo de países. Porém, para a periferia de média renda, a mudança é expressiva: de 9,3% em 1970, o serviço da dívida como percentual das exportações pula para 13,8%, um aumento significativo de quase 50% em apenas cinco anos! Em outras palavras, a natureza do "dinamismo tardio" nos anos setenta deste segmento da periferia capitalista encontra-se não exatamente em um novo esquema de inserção na divisão internacional do trabalho e sim num novo esquema financeiro, que não apenas permitiu um inusitado e rápido processo de crescimento deste conjunto de países, como também resultou numa situação de endividamento acelerado.

A novidade do esquema, muito difundido para a análise da economia internacional mas pouco ressaltado quando se tem por perspectiva a periferia e seus problemas atuais, mostra-se por demais surpreendente se o nosso padrão de comparação é o período do pós-guerra até aproximadamente a segunda metade dos anos sessenta. De fato, como se

pode observar pelo Quadro III, a composição dos ingressos de capitais na periferia era dominada pelos investimentos diretos e em carteira e pelos donativos. Entretanto, de 1960 a 1969 temos uma significativa redução destes dois fatores ao lado de um grande aumento do item "empréstimos e financiamentos", que passa de 16%, em 1960, para 41% em 1969. Neste ano, porém, temos apenas um "prelúdio" do que viria a ocorrer nos anos setenta, já que parte expressiva dos créditos e financiamentos ainda provinha de agências multilaterais (Banco Mundial, Bird, etc.) que cumpriam função de financiar as exportações do centro e/ou importações da periferia.

QUADRO III
PERIFERIA: COMPOSIÇÃO DOS INGRESSOS DE CAPITAIS

Tipo	Ano 1960	1969	1970	1978
Investimentos diretos (a)	33	28	-	-
Empréstimos e financiamentos	16	41	-	-
Donativos	51	30	-	-
Total	100	100	-	-
Investimentos Dir./Emp. Fin.	2,16	0,68	0,48	0,19

Fonte dos dados originais: 1960 e 1969 (UNCTAD, Review of international trade and development, 1970) 1970 e 1978 (World Development Report op. cit.).

A partir de 1970 é que temos uma guinada definitiva na estrutura de ingresso de capitais do centro para a periferia. A relação investimentos sobre empréstimos e financiamentos, que já fora reduzida de 2,06 em 1960 para 0,68 em 1969, passa de 0,48 em 1970 para apenas

0,18 em 1978.(1) Por outro lado, o crescimento surpreendente dos "empréstimos e financiamentos" prendeu-se muito menos aos créditos institucionais, que tiveram um crescimento pequeno e vegetativo no período e sim, fundamentalmente, aos "empréstimos e financiamentos" privados gerados pelo novo quadro monetário e financeiro da conjuntura internacional.

Este novo contexto, geralmente alcunhado de "crise do dólar", merece um qualificação mais adequada. Na verdade, sua origem técnica deriva dos crescentes déficits do balanço de pagamentos dos EUA, que começam a tomar forma a partir da segunda metade dos anos sessenta, ao passo que sua origem teórica é geralmente negligenciada. Trata-se, no fundo, do "outro lado" da crise de sobreacumulação que encerra a fase de expansão dinâmica do pós-guerra, não só nos EUA como principalmente na Europa e sua constelação de economias "milagrosas". Neste sentido, o que temos é pletora de capital-dinheiro sobrante que permeia toda a crise de sobreacumulação, embora apresente uma importante singularidade. Na realidade, estamos agora num contexto monopolista que inibe, seja através da ação das grandes empresas, seja através do estado, a "queima" de capital e a "quebra" generalizada de ocasiões anteriores. Em consequência, tivemos um relativo prolongamento de uma situação real e potencial de crise, que atravessou a década de setenta até 1980, sem se expressar, em nenhum momento, como crise de liquidez, isto é, como crise financeira. E' neste meio termo que parte da periferia cresceu, embora já às voltas com a crise

(1) Observe-se que tanto a fonte como os próprios conceitos diferem substancialmente entre 1960 e 1969, de um lado, e 1970 e 1978, de outro, o que permite apenas uma comparação indicativa.

internacional e sob a égide do endividamento externo para ajudar a compor, hoje, o grande painel dos inadimplentes.

Entretanto, observe-se bem, o aparecimento e crescente predomínio dos "empréstimos e financiamentos" na composição do ingresso de capitais para a periferia não significou de forma nenhuma uma redução ou perda de importância em termos absolutos dos investimentos diretos, que continuaram com o seu padrão de "normalidade histórica". Em outras palavras, na medida em que a taxa de acumulação de determinado segmento da periferia acelerou-se, a penetração do grande capital internacional acelerou-se também, reproduzindo sua lógica típica que determina o fluxo do movimento dos capitais no espaço em função do maior ou menor dinamismo dos vários "espaços econômicos". Assim, enquanto a periferia de média renda cresceu 5,7% ao ano no período 1970/78 contra apenas 3,6% da periferia de baixa renda e 3,2% do centro, brindou-se com um crescimento de mais de 7% dos investimentos diretos. Concomitantemente, no mesmo período, enquanto a economia brasileira crescia a 9,2%, os investimentos diretos no Brasil cresciam cerca de 11% ao ano em termos reais, chegando a concentrar, em 1978, cerca de 1/4 do volume de inversões diretas em toda a periferia capitalista. Assim, estes fatos põem em relevo não só que o padrão tradicional de ingresso dos "capitais de risco" foi mantido, como também a evidência inequívoca de que os empréstimos e financiamentos introduziram-se como um fator adicional, embora decisivo, para a atenuação ou eliminação provisória dos problemas cambiais estruturais da periferia.

1.2.2 - Análise comparativa entre Brasil, México, Coréia e Taiwan

A massa de capitais de empréstimos, ao garantir as exigências "externas", não garantiu, necessariamente, as condições internas de acumulação da periferia de tal modo que, aliado a eventuais especificidades na forma particular de inserção de cada país na divisão internacional do trabalho, chegamos potencialmente a múltiplas situações concretas que mereceriam uma identificação. Neste sentido, destacaríamos quatro países do grupo de média renda (Brasil, México, Coréia do Sul e Taiwan) que ilustrariam bem situações singulares importantes. Além do mais, eles são quantitativamente expressivos, representando cerca de 30% da população e do PIB do segmento de média renda e aproximadamente 40% dos investimentos diretos do centro em toda a periferia.

Comecemos por Brasil e México, normalmente identificados como semelhantes mas que acabam por apresentar algumas diferenças importantes. Em primeiro lugar, Brasil e México diferenciam-se pelo período em que apresentam maior crescimento; o Brasil, por razões conhecidas (crise política e econômica) mostrou um baixo crescimento nos anos sessenta, elevando-se espetacularmente na década de setenta; o México, pelo contrário, mantém um ritmo de expansão mais atrelado à situação internacional e especialmente dos EUA, do qual é "vizinho" geográfico e econômico (ver Quadro II). Por outro lado, considerando a média das duas décadas, a economia brasileira mostrou-se um pouco mais dinâmica (6,9% ao ano contra 6,3% do México), sendo que ambos situam-se acima do crescimento de todo o segmento de média renda (5,9% ao ano). Em segundo lugar, o crescimento das exportações é compatível,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

pelo menos relativamente, com o relativo crescimento do PIB, sendo que o comportamento mais expressivo das exportações brasileiras (cerca de 5,4% ao ano nas duas décadas contra 4,1%) é parcialmente compensado pela modificação dos termos de intercâmbio que favorece o México (ver Quadro II). Também, de forma idêntica, podemos considerar o comportamento das importações que aumentam ou diminuem de ritmo segundo o aumento ou diminuição do ritmo de crescimento do PIB.

O inusitado, porém, começa quando observamos a relação do serviço da dívida com as exportações de bens e serviços. Em ambos os países, ela mais que dobra, sendo que no México o crescimento alcança a 153% entre 1970 e 1978. Enquanto o serviço da dívida do Brasil chega a mais de 28% das exportações, ou seja, um índice altíssimo, representando mais do dobro do conjunto de países de média renda, o do México chega a quase 60%, mais do dobro do índice do Brasil e mais de quatro vezes o do conjunto de países (ver Quadro II). O paradoxal não fica apenas no exagero do índice mexicano, mas no fato de que aparentemente nada pode explicá-lo: afinal, nos anos setenta, o México apresentou uma expansão econômica relativamente reduzida (5% ao ano), o que permitiu uma redução do ritmo das importações (apenas 4% ao ano). Além disso, as exportações cresceram 6,4% ao ano, aliadas a uma melhoria de 8% dos termos de intercâmbio em relação à 1970.

Na realidade, o paradoxo só se resolve quando inevitavelmente somos obrigados a considerar que a origem de todo o movimento - isto é, a plétora de capital-dinheiro sobrante nos EUA - depois de um "passeio" financeiro no México, retorna ao ponto inicial na forma de plétora de capital-dinheiro nos EUA, mudando-se no processo apenas a

propriedade dos "ativos". Em última instância, a falta de dinamismo num ponto (EUA) encontra idêntica situação em outro (México), provocando um elo de especulação financeira em cadeia. Esta situação, presente em vários países como o Chile, Argentina e até mesmo no Brasil, não encontrou aqui predominância, tendo em vista o dinamismo da economia observado no período. De qualquer modo, ela serve para demonstrar a causa geral da atual situação de endividamento da periferia, que deve ser buscada não exatamente nas várias formas particulares de utilização dos "empréstimos e financiamentos" mas na sua origem enquanto pletora de capital-dinheiro sobrante.

Comparemos agora o Brasil com dois dos mais importantes países que adotaram o modelo exportador das "plataformas de exportação", Coréia e Taiwan. Observemos primeiro que ambos encontraram sua especificidade não só no fato de apresentarem um ritmo de crescimento bastante superior a praticamente todos os países, incluíndo o Brasil, o conjunto dos de "média renda" e o centro, como também pela particularidade de que seu dinamismo estende-se por todo o período analisado, não se restringindo à década de setenta. Isso por si só já nos garante que a "fonte" básica que confere força de crescimento destas economias difere substancialmente do conjunto que estamos a analisar e especialmente a brasileira. A especificidade, vê-se logo, decorre do comportamento altamente dinâmico de seu setor exportador:[1] para a Coréia as exportações crescem cerca de 35% ao ano nos anos sessenta e 29% no período 1970/78, números que se apresentam um pouco mais baixos para

---

(1) Cerca de 85% da pauta de exportação da Coréia compõe-se de produtos industrializados em 1977 contra apenas 14% em 1960.

Taiwan, embora não menos expressivos (ver Quadro II). Mais ainda, suas importações, embora se situem em ritmo igualmente elevado, são sempre inferiores ao ritmo das exportações, fato que, mais uma vez, os singulariza na comparação com grande parte da periferia.

A consequência principal é que, a despeito de uma queda significativa nos termos de interâmbio (1) (19% para a Coréia e 25% para Taiwan em relação a 1970), temos uma grande redução do serviço da dívida como percentual das exportações: a Coréia, particularmente, reduz seu coeficiente de 19,4% em 1970 para 10,5% em 1978, um índice inferior à média de toda a periferia. Taiwan, por seu turno, já possuía um índice diminuto de 4,5% em 1970, reduzido para 4,4% em 1978. Observa-se que o segredo do modelo não é de forma alguma a sua recorrência ao endividamento externo. Até pelo contrário, entre 1970 e 1978, a entrada líquida de empréstimos e financiamentos na Coréia cresce de 26% ao ano em termos reais, um ritmo de endividamento altíssimo mas suficientemente menor do que o crescimento do "lastro" garantidor do processo, isto é, as exportações.

O resultado de tal dinamismo no comportamento das exportações acaba por se expressar no coeficiente de abertura destes países, que chega a alcançar 59% em Taiwan e 34% na Coréia contra 7% no Brasil, 11% no México e 14% da Argentina (país do mesmo porte econômico da Coréia e que teoricamente deveria servir como base de comparação). Na verdade, estes dados derrubam de forma cabal o mito de que países

(1) Como se pode observar pelo Quadro II, os termos de intercâmbio alteram-se fortemente para cima e para baixo. No caso da Coréia, por exemplo, temos um aumento de 78 em 1960 para 100 em 1970 e uma redução para 81 em 1978.

como o Brasil, México e até mesmo a Argentina têm tido ou optado em sua fase industrial (1) por um modelo exportador em detrimento de sua suposta alternativa de crescimento via mercado interno. No fundo, mesmo que o pretendessem (e isso ocorre com frequência), tais países não o conseguiram, dada a sua forma precípua de inserção na divisão internacional do trabalho.

1.2.3 - Diferenças entre as "plataformas de exportação" e o "Centro"

O que se verifica de fato é que o aparecimento das chamadas "plataformas de exportação" constitui um fenômeno novo, naturalmente dentro do velho arcabouço da inserção dependente. E' bom que se esclareça, porém, que a dependência não se expressa exatamente no altíssimo coeficiente de abertura, já que sob este aspecto "as plataformas" assemelham-se formalmente aos países ricos. Como pode ser observado no Quadro IV, o coeficiente de abertura de países como a Inglaterra (30%), Alemanha (25%), França (21%) ou até mesmo o Japão (11%) ou os EUA (8%), tendo em vista o porte de seu PIB, parece indicar que sua característica precípua enquanto "centro" é a capacidade concreta de exportação e inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho. Ao lado disso, como assinalaram A. Pinto e J. Knäckal, temos uma crescente tendência à integração industrial do centro que se expresso num alto coeficiente de abertura de sua indústria.

Com efeito, o valor das exportações industriais em termos do valor adicionado da indústria manufatureira supera a 50% na maioria

(1) Para o Brasil esta fase inicia-se a partir dos anos trinta.

desses países, alcançando nada menos do que 95% na Holanda e 149% na Bélgica, dado o porte relativamente pequeno da indústria destes países.(1) Nos EUA e Japão, pelo contrário, dado o tamanho absoluto de seu PIB industrial, podemos considerar altíssimo os coeficientes de 19% e 37% respectivamente. E é especialmente aqui que Coréia e Taiwan assemelham-se ao centro, uma vez que seus "coeficientes" são inequivocamente altos, embora teoricamente inferiores ao do "centro", tendo em vista o pequeno porte de seu PIB industrial (ver Quadro V).

QUADRO IV
COEFICIENTE DE ABERTURA (EXPORTAÇOES TOTAIS SOBRE O PIB)
EM % POR PAISES SELECIONADOS - 1978

Países	PIB (Em US$ milhões)	Exportações Sobre o PIB
Estados Unidos	2.128,0	8
Japão	836,5	11
Alemanha	587,2	25
França	440,3	21
Reino Unido	280,7	30
Itália	218,3	25
Holanda	116,9	47
Bélgica	89,1	51
Suécia	84,7	29
Brasil	187,7	7
México	84,4	11
Argentina	50,4	14
Coréia	42,5	34
Taiwan	23,9	59

FONTE: Estimado a partir de W. Dev. Rep. op. cit.

Para Fajnzylber (1983) existe uma diferença estrutural entre as "plataformas" e o restante da periferia capitalista e, ao mesmo

(1) O coeficiente pode superara a 100% porque estamos dividindo o valor bruto das exportações (e não apenas o valor adicionado) pelo valor adicionado total da indústria manufatureira.

tempo, uma semelhança que as identifica com o "centro". Segundo o autor, "com freqüência se omite um elemento básico das estratégias seguidas por estes países: sua opção fundamental em favor da industrialização. Trata-se de uma industrialização orientada a penetrar nos mercados internacionais, sem dúvida, porém é industrialização como um fim em si mesmo" (op. cit., p.106). E por detrás desta estratégia industrializante teríamos um elemento que Fajnzylber denomina de estrutural": (...) a importância relativa das empresas nacionais na produção industrial de Coréia, Taiwan e Hong Kong seria notoriamente maior

QUADRO V
INDUSTRIA MANUFATUREIRA:
VALOR ADICIONADO, EXPORTAÇOES E COEFICIENTES DE EXPORTAÇOES
EM US$ BILHOES - 1978 - POR PAISES SELECIONADOS

Países	Valor Adicionado (1)	Exportações (2)	Coeficientes de Exportações (2)/(1) x 100
Estados Unidos	510,0	99,0	19,4
Japão	250,0	94,0	37,6
Alemanha	223,3	126,4	56,6
França	118,9	58,9	49,6
Reino Unido	70,2	58,1	82,7
Itália	69,9	56,0	80,2
Holanda	28,1	26,6	94,8
Bélgica	23,2	34,5	149,1
Suécia	20,3	17,2	84,8
Brasil	52,5	3,3	6,2
México	23,6	1,5	6,4
Argentina	18,7	1,5	8,2
Coréia	10,2	10,8	106,4
Taiwan	9,1	6,2	68,3

FONTE: Estimado a partir dos dados de World Dev. Report. op. cit.

que nos países semi-industrializados da América Latina. Esta apreciação, que difere da imagem 'vulgar' que se há divulgado na América La-

tina, estaria mostrando talvez uma das especificidades dos modelos asiáticos que, além do mais, reafirmam a inspiração 'japonesa' de sua estratégia industrial: a gravitação central e a liderança do setor industrial nacional e sua vocação e competência para definir opções estratégicas de penetração nos mercados internacionais, criando, com o esforço interno, as 'vantagens comparativas' do futuro" (ibidem, p. 133).

Esta conclusão merece ser analisada pelo menos sob dois aspectos: em primeiro lugar, à luz dos próprios dados e argumentos apresentados pelo autor, em seu importante e interessante estudo (1); em segundo lugar, considerando-a sob critérios teóricos. Tendo-se como referência a análise desenvolvida pelo autor encontramos, na verdade, uma profunda incoerência entre o próprio esquema analítico por ele proposto, os dados e as informações fornecidas e as conclusões apresentadas acima. O esquema analítico, por exemplo, tem como pressuposto fundamental o fato de que o dinamismo dos países centrais está intimamente vinculado com a sua capacidade de geração endógena do progresso técnico, que, por sua vez, está fortemente "embutido" na indústria de Bens de Capital: "como consequência, se a oferta de Bens de Capital responde a esta demanda estruturalmente mais dinâmica que o conjunto da atividade industrial, se produzirá um efeito multiplicador que se difundirá a todos os níveis da economia" (ibidem, p. 55). Seguindo esta linha de raciocínio, o autor demonstra, a seguir, que "o setor de Bens de Capital constitui o núcleo central da capacidade de

(1) O estudo retoma corajosamente a problemática da industrialização ("truncada") da América Latina, a qual é cotejada com a industrialização dos países centrais e das "plataformas" asiáticas.

competição das economias industrais avançadas em relação ao resto do mundo e esta situação se verifica para Europa, os Estados Unidos e o Japão (ibidem, p. 59). E tal capacidade de competição expressa-se, por exemplo, no fato de "que o superávit que os países produtores obtêm no comércio de bens de capital com os países subdesenvolvidos é equivalente ao déficit que incorrem em suas transações de outros bens e fundamentalmente de matérias-primas e combustíveis" (idem). O autor mostra ainda uma tendência à especialização, "(....) que parece haver se adotado a nível empresarial ou governamental nos países de menor tamanho, precisamente para compensar as limitações do mercado interno e alcançar níveis de competividade tecnológica e econômica compatíveis com os requerimentos do mercado internacional" (ibidem, p. 79).

Ora, o próprio autor mostra que as "plataformas" são (tal como o conjunto da periferia capitalista) deficitárias em sua pauta de exportação e importação de Bens de Capital.(1) Para efeito de comparação, apresentamos no Quadro VI a estrutura de exportação e importação dos quatro países (Coréia, Taiwan, Brasil e México) ao lado dos pequenos países da Europa. Observa-se que a rubrica "maquinas e equipamentos de transporte" (onde está incluída a indústria de Bens de Capital) é sensivelmente mais elevada na pauta de exportação do "centro" (39%) do que em qualquer grupo de países da periferia capitalista. Mais ainda, esta participação continua alta inclusive para os pequenos Países da Europa, onde a Holanda, com 19%, constitui o seu limite inferior. Quanto às plataformas, embora a Coréia consiga exportar cerca de 17% de suas exportações nesta rubrica (um percentual baixo para os

(1) Vejase especialmente o Quadro 15, p. 68 (op. cit).

padrões dos pequenos países Europeus), Taiwan não vai além de 3%, apresentando um percentual inferior, inclusive, ao do conjunto dos países de média-renda. Comparada a mesma rubrica na estrutura das importações, chegamos a um índice bastante superior a um para o "centro" e significativamente inferior a um para o conjunto da periferia (Ver Quadro VI). Para os pequenos países Europeus, o índice mais alto é o da Suécia (1,42) e o mais baixo, o da Noruega (0,69), que, aliás, não se explica por uma insuficiência de capacidade de competição da indústria de Bens de Capital deste país.(1) Quanto aos nossos quatro países, Taiwan apresenta o menor índice (0,11) e a Coréia o maior (0,63), que embora seja mais do dobro do índice dos países de Média renda (0,28), permanece distanciada dos pequenos países Europeus e "qualitativamente" próxima do Brasil (0,42).

Além de baixa quando comparada com o "centro", a exportação de "máquinas e equipamentos de transporte" não constitui, de nenhuma forma, venda de tecnologia "coreana". Ao contrário, como o próprio Fajnzylber nos informa, no caso do setor elétrico-eletrônico, por exemplo, há uma predominância absoluta de firmas estrangeiras: "com efeito, enquanto se estima que no conjunto da indústria manufatureira as empresas estrangeiras contribuíram com 15% do total das exportações, no caso do setor eletrônico se estima que representam, incluindo subsidiárias, joint-ventures e subsidiárias de propriedade totalmente

(1) A rubrica "Máquinas e Equipamentos de Transporte" comparece com 29% das exportações da Noruega (que pode ser considerada uma boa participação) mas as importações alcançam cerca de 42%, um percentual alto que pode ser explicado pela magnitude do investimento realizado, pela Noruega, na exploração do petróleo do Mar do Norte.

estrangeira, cerca de 54% da produção e 72% das exportações seriam provenientes destas empresas forâneas" (ibidem, p.115).

Analisando-se as especificidades das "plataformas" pelo ângulo da política governamental, encontramos, mais uma vez, semelhanças com o "resto da periferia" e desemelhanças com os países do "centro". No primeiro caso, a política de industrialização daqueles países (Coréia e Taiwan), que Fajnzylber analisa, não difere pelo menos formalmente daquela praticada pelo Brasil, o que inclui desde uma política seletiva de substituição de importações (que passa pela "lei do similar nacional"), e uma política de incentivo às exportações até o papel do estado substituindo o setor privado enquanto agente financeiro do processo de industrialização. Em relação aos países do "centro", no entanto, as diferenças são relevantes, cristalizando-se no fato básico de que, nestes últimos, o cerne da política industrial é o desenvolvimento da tecnologia, enquanto na periferia capitalista (inclusive e especialmente nas "plataformas") temos uma relativa incipiência tanto de políticas, quanto de criação efetiva de tecnologia.

Na verdade, acreditamos que a singularidade de Coréia e Taiwan (e aqui segue uma mera hipótese não demonstrada) encontra-se tanto em fatores geopolíticos quanto em fatores locacionais, sendo que ambos são lembrados por Fajnzylber, embora sem lhes conferir (especialmente ao último) o peso analítico devido. Como corretamente observa este autor "a concentração na exportação de bens de consumo e o conteúdo elevado de importações é um fenômeno amplamente conhecido para o caso deste grupo de países asiáticos; entretanto, o que não se menciona com frequência é a particular vinculação entre este grupo e o Ja-

pão, país com o qual existe uma relação claramente diferente da que se tem estabelecido entre este grupo de países exportadores e os Estados Unidos e a Europa. Com efeito, concentrando-se (...) a atenção no caso coreano, comprova-se que se bem suas exportações penetram exitosamente nos mercados dos Estados Unidos e Europa (gerando um superávit comercial favorável aos países exportadores), com o Japão apresentam um déficit comercial significativo e, no caso da Coréia, crescente" (ibidem, p. 112).

Na realidade, uma hipótese a ser demonstrada empiricamente por futuras pesquisas é a de que Coreía e Taiwan seriam ainda dependentes, até o presente momento, residindo sua força de atração enquanto "locus" de expansão capitalista fundamentalmente em suas vantagens desaglomerativas e não em suas qualidades aglomerativas, como é típico nos casos de espaços concorrentes.(1) Mais ainda, Coréia e Taiwan constituiriam um subespaço da economia japonesa (tendo em vista principalmente a sua proximidade geográfica) para a qual cumpririam já conhecida função de supridora de mão-de-obra barata e, principalmente, a de espaço desaglomerativo em virtude do aumento do preço do solo urbano no Japão.(2) Nessa medida, essas economias não teriam, por enquanto, uma dinâmica tipicamente interna, já que a opção por seu espaço econômico é fruto direto de um processo desaglomerativo, vale dizer, de um processo cuja origem e substância é a acumulação de

(1) Procuraremos desenvolver e esclarecer tais conceitos ao longo deste estudo.

(2) Evidentemente, a demonstração desta hipótese, além do aspecto teórico que pretendemos desenvolver neste estudo, envolveria uma pesquisa específica fora de nosso alcance, pelo momento.

capital no "centro" - e no Japão no caso em questão. Por outro lado, economias como a brasileira e a mexicana, embora consigam apresentar uma dinâmica interna, não conseguem evitá-la enquanto dinâmica "problemática" e contraditória, que acaba por remetê-las recorrentemente a uma situação concreta de fragilidade econômica.(1)

Ao que tudo indica, Fajnzylber ignorou dois aspectos teóricos fundamentais, ao tentar estabelecer as diferenças entre a América Latina e as "plataformas asiáticas". O primeiro e mais evidente seria o aspecto espacial presente na proximidade (geográfica e econômica) deste grupo de países em relação ao Japão (a economia capitalista mais dinâmica em pós-guerra), fato que as tornaria uma alternativa microlocacional para a economia japonesa.(2) O segundo seria a concorrência, ao negligenciar a importância das barreiras à entrada (e seu caráter cumulativo e dinâmico) no processo de gênese e expansão dos capitais

---

(1) O exemplo mais evidente desta dinâmica "problemática" encontra-se nos dados do coeficiente de abertura da indústria manufatureira que mostram, inequivocamente, o âmbito efetivo de circulação do produto industrial destes países, já que não alcançava nem 10% (ver Quadro V), comprovando uma situação de circulação basicamente restrita ao espaço nacional, com as suas prováveis e previsíveis conseqüências, isto é, custos excessivos, preços ascendentes e tendência à queda da taxa macroeconômica de lucro (voltaremos ao assunto no 6 capítulo).

(2) Os conceitos de microlocalização e macrolocalização serão desenvolvidos no quarto, quinto e no último capítulo deste estudo. Observe-se que esta hipótese, curiosamente óbvia tendo em vista a proximidade geográfica de Coréia e Taiwan do Japão, ao lado de visíveis problemas de espaço físico neste último, nunca é sequer testada pelas pesquisas mais conhecidas realizadas sobre o "milagre asiático". Na maioria dos casos, busca-se uma explicação para o fenômeno centrada em outros fatos visíveis (por exemplo, presença do estado ou a relativa força da burguesia nacional) que, embora verdadeiros, não estabelecem a especificidade do "caso asiático".

individuais. Assim, ele quer nos fazer acreditar que, como num passe de mágica (menos de 20 anos) tivemos o nascimento e consolidação de uma burguesia nacional relativamente autônoma em Coréia, Taiwan e similares, processo que na Europa, Estados Unidos ou mesmo no Japão é um fenômeno secular.

Neste caso o mais prudente seria admitir que o capital "nacional" nestes países fica apenas com as "sobras" da atividade industrial, isto é, aquelas em que a barreira à entrada é mínima e/ou não muito relevante. Por isso, a maior presença da empresa nacional (em contraposição às transnacionais) na Coréia e similares em relação à America Latina é mais um resultado do que causa do processo de expansão daquelas economias. Na verdade, consideradas como alternativas de microlocalização, elas ficam especializadas nas "sobras" (podendo, neste caso, inclusive lançar mão de sua vantagem locacional, desenvolvendo projetos próprios, como é o caso da produção estatal de automóveis na Coréia) ao passo que em países como o Brasil, por exemplo (que somente pode se apresentar como alternativa macrolocacional), a exigência de maior diversificação industrial acaba por impor a maior presença das transnacionais.(1)

---

(1) Por exemplo, a construção de navios (ou de automóveis) pelos capitais nacionais seria viável na Coréia e relativamente inviável no Brasil do ponto de vista de se alcançar competitividade internacional: a diferença ficaria fica por conta da proximidade do parque industrial Japonês, que transferiria capacidade competitiva para a indústria nacional coreana, seja através das relações interindustriais, seja através da utilização de trabalho superqualificado, especializado e diversificado (importado do Japão). Evidentemente todas estas afirmações são hipóteses cuja confirmação dependerá de pesquisas específicas, portanto, fora do âmbito exclusivamente introdutório deste capítulo.

Como o próprio Fajnzylber observa ao analisar a relação do setor têxtil coreano com o Japão "(....) verifica-se uma clara especialização, já que Coréia exporta principalmente roupas feitas, produtos de seda e fios de algodão, importando os produtos sintéticos" (ibidem, p.112). Da mesma forma, no ramo de maquinaria elétrica e eletrônica "(...) verifica-se igualmente uma clara especialização vinculada à 'densidade tecnológica' dos produtos" (ibidem, p. 115).

Em resumo, diríamos que a periferia que "conta", ou seja aquela que conseguiu apresentar algum dinamismo nos períodos mais recentes movimenta-se entre duas tenazes, que expressam situações contraditórias e de difícil superação. Pelo lado das "plataformas de exportação", esbarramos num esquema que pressupõe, por enquanto, a inexistência de dinâmica tipicamente interna, embora caracterize uma situação que pode ser alterada no futuro.(1) Mesmo assim, aceita como uma opção de desenvolvimento capitalista, temos o fato de que ela não se apresenta como uma tendência ampla de redivisão internacional do trabalho e sim apenas como uma tendência restrita, já que incentivada muito mais por fatores de microlocalização do que pelo efeito "mão-de-obra barata",(2) que habilitaria toda a periferia capitalista.

(1) Vale dizer, dadas as suas vantagens locacionais, as plataformas podem definitivamente transformar-se em parte do "centro", desde que suas grandes empresas nacionais cresçam o suficiente para competir em setores de ponta no mercado internacional.

(2) Embora ainda seja uma necessidade precípua do capitalismo, a força de trabalho barata restringe-se como elemento central e vital do processo produtivo, na medida mesmo do avanço da automação e da tecnologia que tornam desnecessárias, em termos relativos e absolutos, grande massa de trabalhadores. Acreditamos, por isso, que a formação de "plataformas de exportação" constitua uma tendência restrita, tal como se apresenta hoje. Afinal, somados, Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura representam não mais do que 2% da população total da periferia capitalista (voltaremos ao assunto no último capítulo).

Ao mesmo tempo, pelo lado dos países de "dinâmica interna", dos quais o Brasil é o principal representante, esbarramos numa situação de difícil superação que pode se expressar tanto pelo ângulo das exportações, como pelo das importações ou da substituição de importações.

No que se refere às exportações, o problema apresentar-se-ia por uma dificuldade de concorrência na maioria dos ramos da indústria manufatureira, cuja expressão quantitativa concreta é o baixo coeficiente de abertura, como mostra o Quadro V.

Pelo ângulo das importações, a dinâmica "problemática expressa-se sobretudo no fato de que seu comportamento depende fundamentalmente da situação cambial num sentido inverso do apresentado pelos países mais dinâmicos do centro: a melhoria da situação cambial em países periféricos como o Brasil, seja pelo melhor desempenho das exportações ou pela disponibilidade de crédito e financiamento, leva a um crescimento das importações em termos absolutos e relativos (como % do PIB), dada a grande competitividade internacional que se expressa em preços externos menores do que os internos. Nos países mais dinâmicos do centro, como o Japão, o aparecimento de folga cambial proporcionada pelo avanço das exportações significa um maior poder competitivo que, em média, se refletirá nas importações, que poderão até mesmo crescer em termos absolutos, dadas as necessidades rígidas e não-substituíveis de matérias-primas, mas que tenderão a uma redução, pelo menos relativa, das importações de produtos industriais.

Em resumo, tomando as observações acima como um comentário preliminar que teria como objetivo a mera apropriação empírica e

introdutória de conceitos abstratos a serem desenvolvidos ao longo do estudo,[1] podemos concluir que a problemática periférica, embora plural e diversa, é ainda uma realidade inequívoca e de amplas proporções. Mesmo as exceções, ou são altamente problemáticas (como parece ser o caso do Brasil e México), ou são, além de muito específicas, quantitativamente irrelevantes (como seria o caso dos "nic" asiáticos).

1.2.4 - Uma "releitura" do problema cambial brasileiro

Para finalizar, propor-íamos uma releitura da questão cambial brasileira. Na verdade, é sob este prisma, isto é, o do comportamento de uma economia periférica, que deve ser analisada a evolução do balanço de pagamentos do Brasil nos anos setenta. Tal como está, como já vimos, a discussão oscila desde um "conjunturalismo" excessivo até interpretações "estruturalistas" por demais genéricas. Os dados, porém, são eloquentes e falam por si, embora não devam ser lidos, em nenhum momento, de maneira estática. Em primeiro lugar, é inequívoco que, em relação a períodos anteriores, o que inclui a média dos anos cinquenta e sessenta, a economia brasileira aumenta suas importações a um ritmo superior ao das exportações, somando não só bens de capital, como também vários tipos de matérias-primas a começar pelo petróleo. A consequência inevitável é que, ao contrário de períodos anteriores -

---

1 - De forma análoga, poderíamos entender a discussão acima como a introdução (especialmente no sentido da formulação de temas de investigação) a uma futura linha de pesquisa, cujo "roteiro" viria a ser dado pela teoria desenvolvida ao longo deste estudo.

o que inclui a década de sessenta (um fato natural dado o desaquecimento da economia entre 1962 e 1967) e de cinquenta (inclusive o período do plano de metas) - temos uma balança comercial tendencialmente deficitária, mesmo em conjunturas favoráveis como no período 1969/73 ou 1977/78. Mais ainda, se anexamos ao déficit comercial o balanço de serviços produtivos conforme metodologia de P. Davidoff (op. cit), saímos de uma situação de déficit tendencial para outra de déficit crônico ao longo de todo o período 1969/80 (ver Quadro VII): assim, o saldo acumulado em dólares correntes chegaria a US$ 30 bilhões ou perto de US$ 40 bilhões (feita a correção da inflação do dólar), vale dizer, nada mais nada menos do que cerca de 85% da dívida externa líquida em 1980.

Em segundo lugar, a remessa de lucros e dividendos não pode, de forma nenhuma (mesmo que a ela anexássemos itens como assistência técnica, por exemplo), ser considerada a "responsável" pelo endividamento, já que o seu parâmetro de comparação é o investimento direto, que traduziria o conceito de "movimento líquido de capitais". Com efeito, entre 1969/80, a conta de capital de risco (investimentos líquido direto menos remessa de lucros e dividendos) é largamente superavitária, o que seria de esperar dado o comportamento dinâmico da economia brasileira no período vis-à-vis a economia internacional. Em dólares correntes, o saldo acumulado chega a US$ 7,2 bilhões (ver quadro VII) ou em torno de US$ 10 bilhões fazendo-se a correção do dólar para valores de 1980, constituindo assim um importante fator para a redução (e não o aumento, como pretenderiam alguns) da dívida externa.

Em terceiro lugar, temos que até 1980 (inclusive) não se pode atribuir aos juros o crescimento real da dívida que, não fora o déficit crônico na balança comercial e de serviços produtivos, cresceria apenas em termos nominais. Isto porque a taxa real de juros no período é negativa, conforme pode ser observado no Quadro VII. Entre 1972 (exclusive) e 1980 (inclusive), temos, por exemplo, um crescimento nominal da libor (mais spread de 1%) de 113% o que, capitalizado à dívida externa bruta de fins de 1972, daria cerca de US$ 20,2 bilhões, ou seja, apenas 39% da dívida externa bruta de 1980. Além do mais, estes US$ 20,2 bilhões valem em termos reais menos 4,9% do que os US$ 9,5 bilhões da dívida externa bruta em 1972. Na verdade, é apenas a partir de 1981 que os juros no mercado internacional tornam-se fortemente positivos, tornando o processo de endividamento prevalentemente financeiro (ver Quadro VII).

QUADRO VII
CONTAS SELECIONADAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL
(em US$ 10⁹)

Período	Balança comercial	(a) Balança Serviços Produtivos	Saldo Com. e Serv.	Inv. Dir. (Líquido)	Lucros e Dividendos	Saldo Conta Capital de Risco
1969/73	(0,03)	(2,03)	(2,06)	1,82	(0,68)	1,14
1974/76	(10,48)	(3,54)	(14,02)	3,09	(0,86)	2,23
1977/78	(0,92)	(2,86)	3,78)	2,15	(1,02)	1,13
1979/80	(5,67)	(4,37)	(10,04)	3,71	(0,95)	2,76
Total	(17,10)	(12,80)	(29,90)	10,77	(3,51)	7,24

FONTE: Apud P. Davidoff (1984, op. cit).
(a) Serviços produtivos: transportes, seguro e importação de tecnologia.

QUADRO VIII
TAXAS BASICAS DE JUROS (LIBOR + 1%) E TAXAS REAIS (1973/81)

Ano	Libor + 1%	Taxa Real (Libor + 1% menos inflação EUA)
1973	10,2	(2,8)
1974	12,0	(6,8)
1975	8,0	(1,3)
1976	6,6	2,0
1977	7,0	0,9
1978	8,7	0,9
1979	13,0	0,4
1980	15,4	1,4
1981	18,0	9,5
Total Acumulado	113,0	(4,8)

FONTE: Apud W.R. Cline, 1982.

A conclusão inevitável é a de que a economia brasileira, graças à excepcional situação de liquidez na década, inseriu-se como importadora na divisão internacional do trabalho e à revelia de sua histórica dificuldade de inserção enquanto economia exportadora. Com isso, ela expandiu sua fronteira de recursos produtivos (matérias-primas, tecnologia de ponta, etc) numa forma em que apenas os países do centro poderiam normalmente realizar. Finda a liquidez, acreditamos fora de discussão qualquer possibilidade de pagamento prolongado de juros reais positivos, como tem acontecido nos últimos anos. A dúvida é se, mesmo sem nada pagar em termos líquidos, ela teria forças internas para retomar, pelo menos parcialmente, seu processo de expansão.

De qualquer forma, acreditamos que o velho paradigma cepalino, literalmente abandonado nos anos da "boa liquidez", continua mais do nunca atual. No fundo seu abandono deveu-se a uma generalização

indevida de fenômenos restritos no espaço e no tempo, que envolveram desde o "sucesso" das "plataformas de exportação" até o dinamismo (real) de economias como a brasileira, que tinha entre seus pressupostos determinado contexto financeiro internacional.

1.3 - Algumas conclusões preliminares

Do estudo, ainda que superficial, da evolução centro x periferia no pós guerra resultam pelo menos duas questões importantes. Em primeiro lugar evidencia-se a atualidade e o acerto da temática cepalina centrada no conceito de "centro" e "periferia" e no suposto da tendência à marginalização crescente desta última, que, de resto, é sobejamente confirmada pelos dados disponíveis (salvo as exceções analisadas acima).

Evidencia-se, por outro lado, a insuficiência do enfoque cepalino, que se mostra incapaz de apreender as múltiplas determinações da dinâmica centro x periferia: a evolução recente do comércio internacional deixa muito claro que a divisão internacional do trabalho é muito mais complexa do que aquela apresentada nos velhos esquemas cepalinos, em que a "periferia" especializava-se em produtos primários e o "centro" em produtos industrializados, ou senão, no pressuposto da queda inexorável dos termos de intercâmbio em detrimento dos países periféricos. Na mesma direção apontaria a insuficiência do enfoque sobre a industrialização tardia, presente, por exemplo, no estudo de Hoffman sobre a América Latina e os NIC asiáticos.

No caso, as questões pendentes são as mesmas da velha CEPAL: saber se tem claro o exato papel dos estados nacionais bem como o fato

da "industrialização tardia" ter surgido em plena era do capital monopolista, que vai se tornando gradativamente dominante no mundo desde o início do século e, de forma definitiva, no período que se sucede à Segunda Guerra Mundial. A discussão sobre as "plataformas asiáticas", neste sentido, funciona apenas como uma "cortina de fumaça" que serve para escamotear a questão central: é possível uma industrialização distinta da efetuada pelo conjunto da periferia (e da América Latina em especial), que possa ser de fato liderada pelo "capital nacional"? Despido do paralelismo com as "plataformas asiáticas", acreditamos que a resposta de Fajnzylber não difere essencialmente do velho nacionalismo cepalino, que insistia na necessidade do "capital nacional" retomar a hegemonia do processo de industrialização.

A nossa hipótese é a de que, para tal discussão avançar, devemos resolver uma questão preliminar e fundamental, qual seja, a de determinar o exato papel dos fatores "espaciais" no sentido de influenciar o movimento do capital no espaço. Se existe de fato uma "espacialidade Pura" que ajuda a influenciar tal movimento - como sugere de forma inequívoca o processo de concentração regional intranacional - ela deve ser teoricamente investigada, para aí sim, podermos realizar a fusão com a temática da concorrência e do estado-nação. Insistir no escamoteamento do espaço, como faz Fajnzylber e a teoria da dependência, por exemplo, significa "atropelar" teoricamente os fatos, isto é, significa uma tentativa de abordar determinada realidade sem a elaboração prévia (teórica) dos elos de mediação necessários. No caso em questão, significa abstrair o fato de que o estado-nação é, antes de tudo, uma região (ou conjunto de regiões), cuja gênese e forma de

movimento tem especificidade (embora complementar e não excludente), que a distingue da dinâmica de constituição e movimento do estado-nação.

A investigação desta "espacialidade pura" (que é o objetivo fundamental deste estudo) será o tema do segundo ao quinto capítulo, quando, afinal, tentaremos esboçar um conceito de "região" e de "dinâmica regional". Por fim, no sexto e último capítulo tentaremos, a título evidentemente introdutório, uma "fusão" entre os elementos teóricos do espaço e os elementos teóricos da concorrência e do estado-nação para a formulação da dinâmica centro x periferia.

2 - TEORIAS SOBRE O ESPAÇO ECONÔMICO: VANTAGENS COMPARATIVAS, TROCA DESIGUAL E TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

2.1 - A Teoria Ricardiana das Vantagens Comparativas

David Ricardo, em seus "Princípios" (1821), fornece a base introdutória inicial para o estudo dos problemas espaciais, embora, a esse respeito, tenha sido injusta e frequentemente mal interpretada não só pelos neoclássicos (o que é inevitável), mas até mesmo pelo pensamento marxista (o que inclui Marx) que acaba por referendar, de uma forma ou de outra (neste aspecto particular), o processo de vulgarização. A grande verdade é que o autor, em todas as passagens em que discute as questões econômicas "internacionais"(1), apresenta-nos uma problemática não tão simples quanto aparenta ser e tal como foi "assimilada" pelos vulgarizadores. E ao contrário do que comumente se apregoa, a teoria ricardiana sobre o "comércio externo" extrapola, em muito, o papel de "peça de museu" que reiteradamente querem atribuir-lhe, para assumir a forma de uma introdução precisa, entendida não no sentido de não conter erros, mas de conter as questões fundamentais que merecem ser discutidas e, teoricamente, desenvolvidas.

Ricardo, de início, tenta definir o exato papel do comércio externo na evolução econômica de um país. Aparentemente, sua visão apresenta-se um tanto confusa ao propor, logo na abertura do Capítulo VII ("sobre o comércio"), que o "comércio externo, por mais importante que seja, não pode aumentar imediatamente a totalidade dos valores dum país, embora contribua, poderosa-

(1) Capítulos VII, XIX, XXII, XXV e XXVI dos "Princípios".

mente, para aumentar o volume de bens e, por consequência, a soma de satisfação" (op. cit. p. 143). A generalidade e imprecisão de tais conceitos (muito semelhantes ao estilo neoclássico) dissipa-se pouco adiante quando o autor relembra que, em seu esquema, "a taxa de lucro nunca pode aumentar senão pela diminuição dos salários e que esta queda não pode ser permanente se não diminuir o preço dos bens nos quais são dispendidos os salários. Se com o alargamento do comércio externo ou os aperfeiçoamentos nas máquinas se puder prover o trabalhador com os produtos alimentares e os bens de primeira necessidade a um preço mais acessível, os lucros devem aumentar" (ibidem, p.148). Embora o autor considere este caso como exceção,[1] o que é natural dada a estrutura do comércio em sua época,[2] não resta dúvida de que, teoricamente, ele equipara o comércio com as "máquinas" no sentido de produzirem efeito idêntico sobre a acumulação. No fundo, ambos, quando "introduzidos" no departamento de bens salários, contribuem para o aumento da taxa de lucro com efeitos positivos sobr o potencial de acumulação, tal como Marx viria propor mais tarde.

---

(1) Continuando a citação acima Ricardo conclui: "é por isso que o comércio externo, embora extremamente benéfico para um país, visto aumentar o volume e a variedade dos produtos em que se pode aplicar o rendimento e incentivar a poupança e a acumulação de capital, devido à abundância e baixo preço dos produtos, não tem tendência a fazer aumentar os lucros do capital, salvo se os produtos importados forem aqueles que o trabalhador consome" (idem). Por outro lado, tais observações valem também para as máquinas e outros fatores que poupam trabalho (ibidem, p.148-9).

(2) O comércio na época (início do Século XIX) caracterizava-se ainda por uma estrutura mercantilista com grande predominância de bens de luxo.

O ponto a destacar, porém, é que a análise ricardiana, ao colocar em pé de igualdade teórica a introdução de máquinas e a maior integração comercial, fornece um ponto de partida dinâmico para o estudo do setor externo, uma vez que baseado no princípio da "revolução do valor", seja no tempo - através de mudanças específicas no valor das mercadorias em cada país -, seja no espaço - através da incorporação pura e simples de novos "espaços econômicos" ao comércio internacional, caracterizados por uma estrutura de valores relativos específica. Com isso desautoriza-se, desde logo, qualquer interpretação estática da problemática ricardiana, tendência a que não escapa nem mesmo Marx e alguns marxistas, como tentaremos mostrar mais adiante.

Os principais vulgarizadores de Ricardo não poderiam deixar de ser os neoclássicos, responsáveis por uma ampla e inexorável reinterpretação da problemática ricardiana. E é especialmente na teoria do setor externo onde tal processo dá-se com maior ênfase, a começar pelo "célebre" exemplo de troca (vinho por tecido) entre Portugal e Inglaterra, presente na maioria dos manuais neoclássicos. Como se pode observar no quadro (19) abaixo (montado a partir dos exemplos utilizados por Ricardo em sua ar-

(1)

País	Quantidade de homens-ano necessários para a produção de X barris de vinho	Quantidade de homens-ano necessários para a produção de Y metros de tecido	Total
Inglaterra	120	100	220
Portugal	80	90	170

gumentação), o comércio entre Portugal e Inglaterra seria virtualmente impossível, uma vez que o nível de produtividade, expresso pelo custo em homens-ano, é menor na Inglaterra, tanto na produção de vinhos quanto na de tecidos em relação a Portugal. Por conseguinte, não haveria interesse, por parte deste último, em importar tecidos ou muito menos vinho da Inglaterra.

Para Ricardo, porém, os fatos não se passariam assim. "Em Portugal a produção de vinho poderia só necessitar do trabalho de 80 homens durante o ano e a produção de tecidos exigiria o trabalho de 90 homens durante o mesmo período. Teria portanto vantagem em exportar o vinho em troca dos tecidos. Esta troca poderia mesmo verificar-se, apesar da mercadoria importada por Portugal pode ser produzida neste país com menos trabalho do que na Inglaterra. Embora Portugal poudesse fabricar os seus tecidos só com 90 homens, importa-los-ia de um país onde são necessários 100 homens para os produzir porque teria mais vantagem em empregar o capital na produção de vinho, em troca do qual obteria da Inglaterra uma maior quantidade de tecidos do que a que poderia produzir desviando uma parte de seu capital utilizado na cultura de vinho para a fabricação de tecidos" (ibidem, p.151). Fica claro, portanto, que para o autor "(...) a Inglaterra daria o produto do trabalho de 100 homens em troca do produto de trabalho de 80" (idem) embora reconheça que "não se poderia realizar uma tal troca entre indivíduos do mesmo país" (idem). Assim, estamos diante de um aparente paradoxo que se baseia no fato de "possuindo um país grande superioridade em máquinas e mão-de-obra quali-

ficada, encontrando-se, portanto, em condições de produzir certos artigos com muito menos trabalho que os seus vizinhos, pode importar, em troca, uma parte do trigo necessário para o seu consumo, mesmo no caso de possuir terras mais férteis e de o produzir com menos trabalho do que no país donde é importado" (idem).

Temos aqui pelo menos três questões importantes suscitadas por tal proposição. A primeira seria o fato de que, ao pretender uma troca entre valores aparentemente idênticos, Ricardo estaria tornando patente a falsidade ou unilateralidade da teoria do valor trabalho (crítica desenvolvida pelos neoclássicos), ou então estaria estabelecendo hipótese especial que introduziria um plano analítico distinto daquele em que está formulada a teoria do valor. Este é, acreditamos, o verdadeiro problema, que procuraremos desenvolver na terceira parte deste capítulo, onde discutiremos a teoria da troca desigual. Uma segunda questão, que de um certo modo independeria da explicação que encontrássemos para a primeira, estaria na necessidade de existência de uma medida que intermediasse o valor de cada país com o padrão internacional de medida que expressasse o dinheiro universal (o ouro, por exemplo). Em outras palavras, na medida em que se propõe uma troca entre valores desiguais em termos nacionais, necessita-se de uma teoria do câmbio que determine o critério de fixação do "preço" do trabalho nacional de forma que a troca entre tais valores seja viável. E finalmente, a terceira e mais importante questão refere-se à própria explicação para a desigualdade de produtividade entre os estados nacionais, seja considerados do

geral, seja em termos setoriais, que contemple os fatores que possam levar a uma superioridade (pelo menos relativa) de um determinado setor num país vis-à-vis o mesmo setor noutro país. Comecemos pela segunda questão, uma vez que remetemos a primeira para a discussão adiante sobre a teoria da troca desigual.

2.1.1 - Esboço de uma teoria cambial em Ricardo

A troca entre valores desiguais ocupa boa parte das preocupações de Ricardo quando trata do comércio externo. O problema, na verdade, consiste em estabelecer a partir de uma única unidade de medida (o "dinheiro mundial") o "preço da totalidade do trabalho nacional de tal modo que, como exemplo, o trabalho de 100 homens na Inglaterra possa ser trocado pelo de 89 homens em Portugal. Aparentemente, tal questão, colocada no contexto de economias cujo padrão monetário é único e representado por uma mercadoria (o ouro, por exemplo), é insolúvel. Afinal de contas, a própria mercadoria padrão é, ela mesma, um "produto nacional", cujo valor pode oscilar, pelo menos, de país para país onde é produzida. Assim, se seu valor é indeterminado, não podemos especificar nem o "preço" da totalidade do produto nacional (isto é, o nível geral de preços em termos da mercadoria padrão), nem o volume de moeda circulante, já que esta se estabelece pelo volume de mercadorias que entram na circulação, multiplicado pelo seu "preço" e dividido pela sua velocidade de circulação.

Para identificar o problema, Ricardo recorre a uma modificação em seu exemplo, supondo uma revolução no processo

de produção de vinho na Inglaterra: "se não se verificar nenhuma alteração das condições em Portugal mas se a Inglaterra descobrir que pode empregar melhor a mão-de-obra na produção de vinho, o comércio de troca entre os dois países imediatamente sofrerá alterações. Não só Portugal deixará de exportar vinhos como se dará uma nova distribuição de metais preciosos neste país e ele deixará de importar tecidos" (ibidem, p.157). Esta redistribuição não seria automática. "Durante algum tempo continuar-se-ia a exportar tecidos da Inglaterra para Portugal porque o seu preço seria mais elevado no segundo país do que no primeiro mas seria moeda, em vez de vinho, o que se daria em troca dos tecidos até que a abundância de dinheiro em Inglaterra e a sua escassez em Portugal atuasse sobre o valor relativo dos tecidos nos dois países de tal modo que deixasse de ter interesse a sua exportação" (ibidem, p. 154).

Para não deixar dúvida sobre este aparentemente inusitado monetarismo (que pressuporia um "deslocamento" do nível de preços do valor da 'mercadoria padrão) Ricardo conclui: "verificar-se-ia este curioso resultado: em Inglaterra, embora o vinho fosse mais barato, os tecidos subiriam de preço e o consumidor teria de pagar mais por eles; e, em Portugal os consumidores de tecidos e de vinho poderiam comprar esses produtos mais baratos" (ibidem, p. 157). Em outras palavras, "no país onde se verificou o aperfeiçoamento os preços elevam-se e naquele onde não se deu nenhuma alteração mas onde desapareceu um ramo lucrativo do comércio externo descem os preços" (idem, ibidem).

A esse tipo de proposição Marx reage indignadamente em sua "Contribuição à Crítica da Economia Política" (1859). Segundo ele, por um momento, Ricardo considera que dado o valor da moeda, determina-se a quantidade de meios de circulação pelos preços das mercadorias, e a moeda, enquanto signo do valor, é para ele o signo de uma determinada quantidade de ouro. Entretanto, "Ricardo interrompe bruscamente o curso regular da sua exposição para adotar o ponto de vista contrário; volta no mesmo instante sua atenção para a circulação internacional dos metais preciosos e complica assim o problema com a introdução de pontos de vista que lhe são estranhos" (op. cit. p. 160). A demonstração de tal proposição "consiste em admitir antecipadamente aquilo que se quer demonstrar, a saber, que toda a quantidade de metal precioso na função de moeda, seja qual for a relação com seu valor intrínseco, se torna necessariamente meio de circulação, numerário, logo, signo de valor para as mercadorias em circulação, seja qual for a soma total do seu valor" (ibidem, p.163).

Esta proposição é falsa, segundo Marx, porque até mesmo "de acordo com a teoria ricardiana dos valores de troca em geral, a alta do ouro acima do seu valor de troca, ou seja, do valor determinado pelo tempo de trabalho que ele contém, provocaria um aumento de produção do ouro até que esse aumento da oferta o fizesse novamente descer até atingir a devida grandeza do valor. Inversamente, uma queda do ouro abaixo do seu valor provocaria uma diminuição de sua produção até que atingisse, de novo, a devida grandeza de valor. Estes movimentos inversos permitiriam re-

solver a contradição entre o valor metálico do ouro e o seu valor como meio de circulação, estabelecer-se-ia um justo nível da massa de ouro em circulação, e a subida dos preços concretos corresponderia de novo à medida dos valores" (ibidem, p. 162). A conclusão inevitável para Marx é que "se Ricardo tivesse apresentado abstratamente esta teoria (....) sem recorrer a fatos concretos e incidentes que o afastam do próprio problema, surpreender-nos-ia a sua superficialidade. Mas ele dá a todo o desenvolvimento um verniz internacional. No entanto será fácil mostrar como a grandeza aparente da escala adotada em nada altera a pequenez da idéias fundamentais" (ibidem, p. 163).

Recentemente, A. Shaikh (1979), faz uma reconstituição interessante e precisa da crítica de Marx a Ricardo, onde toma partido do primeiro, investindo, além disso, contra a teoria Ricardiana das vantagens comparativas: "esta teoria do dinheiro (...) desempenha um papel crítico na teoria de Ricardo do comércio exterior" (op. cit. p 206). "Nesta direção é importante reconhecer que o elemento crítico para a derivação de Ricardo das leis do comércio exterior consiste na utilização da teoria quantitativa da moeda, sendo esta teoria aquela que fornece os mecanismos necessários para os resultados de Ricardo" (ibidem). Retomando a problemática da "troca desigual" entre Inglaterra e Portugal, o autor afirma que, "de acordo com a lógica de Ricardo, é neste ponto que a teoria da moeda torna-se crucial" (ibidem, p. 207). Haveria, por assim dizer, um ajustamento monetário implicando saída de ouro da Inglaterra, queda do nível de preços neste

país e entrada de ouro em Portugal, com o conseqüente aumento do nível de preços. O processo continuaria até o ponto em que Inglaterra adquirisse capacidade competitiva através de suas mercadorias relativamente mais baratas apresentando um mecanismo de ajustamento contraditório que mostraria as limitações da teoria do valor e da própria teoria Ricardiana das vantagens comparativas (i).

Na realidade, em sua polêmica com Ricardo, Marx (e como vimos agora também Shaikh) debate duas questões distintas, embora ambas terminem por se expressar em termos monetários: de um lado temos a questão do dinheiro e suas funções, que se reflete nos preços ou mesmo nos processos reais de acumulação e, de outro, a questão cambial, que ora nos interessa. Assim, do ponto de vista do dinheiro e suas funções, Marx está absolutamente certo quando

---

(i) Shaik considera que tendo por referência o tratamento realizado por Marx sobre o valor, preço e dinheiro, chega-se a uma base para a crítica da lei ricardiana das vantagens comparativas em seus próprios termos: "Quando isso ocorre, a lei dos custos comparativos parece inviável, com base, precisamente, em seus próprios fundamentos (ibidem, p. 30). E se referindo ainda ao exemplo de Portugal e Inglaterra, afirma que "Quando este resultado se expressa em termos de conteúdo real, podemos afirmar: o livre comércio assegurará que regiões capitalistas subdesenvolvidas terão de limitar suas necessidades de importação aos baixos níveis suportáveis às sua próprias exportações ou então em déficit crônico e permanentemente em débito. E' a vantagem absoluta, e não a comparativa, que requer o comércio" (ibidem). Na verdade, além de um eventual problema semântico - no fundo toda vantagem se pode ser comparativa, restando saber se é absoluta ou relativa - Shaikh procura "jogar pela janela" as vantagens comparativas relativas exatamente para escamotear o problema da troca de trabalhos desiguais. Como veremos mais adiante, na medida em que as vantagens de certos países (os países "ricos") traduzem-se, entre outros fatores, em diferença dos salários nominais vis-à-vis os países pobres, podemos ter teoricamente produtos em que as vantagens dos países pobres é apenas relativa. E para tal demonstração, o conceito de renda fundiária urbana é plenamente suficiente.

afirma que "a falsa hipótese de Ricardo de que o ouro não é mais que numerário; e por conseguinte, todo o ouro importado aumenta a moeda em circulação, provocando uma subida de preços e todo o ouro exportado diminui o numerário provocando uma baixa de preços (....), torna-se agora uma experiência prática consistindo em fazer circular tanto numerário quanto o ouro que existe em cada caso" (ibidem, p. 173). Tal proposição, base da legislação bancária inglesa no Século XIX, cujo "ignominioso fiasco tanto no plano teórico como no plano prático que marcou as experiências feitas à maior escala nacional, só poderia ser relatada na teoria do crédito. Mas desde já se percebe que a teoria de Ricardo, que isola o dinheiro na sua forma fluida de meio de circulação, acabou por atribuir ao crescimento e à diminuição dos metais preciosos uma influência absoluta sobre a economia burguesa, influência nunca sonhada pela superstição do sistema monetário" (ibidem).

Marx, porém, não tem nenhuma razão quando a problemática ricardiana oscila em torno da construção de uma teoria cambial, como é o caso presente em que o problema é colocado, devidamente, num contexto internacional (e que Marx erradamente critica). A bem da verdade, ela não consegue identificar, em nenhum momento, qual era, especificamente, o problema de Ricardo, estabelecendo, neste ponto particular, um virtual "diálogo de surdos". E a dificuldade é mantida mesmo quando se propõe a raciocinar também numa perspectiva internacional. Nesse sentido ele se pergunta: "como é possível alterar o equilíbrio internacional das "balanças"? ou melhor: como é que a moeda deixa de ter

igual valor em todos os países? Ou, finalmente, como deixa de ter o ser próprio valor em seu país?" (ibidem, p. 164).

No fundo, esta última indagação anula as demais, já que circunscreve o âmbito da resposta: o desequilíbrio ou as diferenças de valor da moeda só podem ser provocados por movimentos conjunturais que levam a que, em diferentes países, o preço da moeda esteja, por um momento, abaixo ou acima do seu valor. Daí que a questão internacional (e o consequente fluxo de metais preciosos interpaíses) seja reduzida ao simples problema conjuntural de aumento ou redução na produção de ouro: "se, anteriormente, a produção de metais preciosos diminuía ou aumentava consoante a necessidade de provocar a contração ou expansão de Currency e a baixa ou alta dos preços das mercadorias na medida correspondente, são no caso presente a exportação e a importação de um país para outro que provocam esse efeito" (ibidem). "A partir do momento em que fosse restabelecido o valor relativo do ouro e da mercadoria, ou a quantidade normal dos meios de circulação, a produção cessaria no primeiro caso, e a exportação e importação no segundo (...)" (idem, ibidem).

Na verdade, Marx, e com ele A. Shaikh, não se dá conta de que o valor do ouro numa perspectiva internacional é, em princípio, indeterminado, o que torna o mecanismo de ajuste por ele proposto inexequível. Mais ainda, citando Ricardo, ele dá por assentado que "a moeda circula de acordo com um valor correspondente ao seu verdadeiro valor ou ao seu custo de produção, isto é,

tem o mesmo valor em todos os países"[1] (ibidem, p. 163). Neste ponto, porém, ele puxa uma nota de pé de página bastante esclarecedora (nota 134). Na realidade, a afirmação de que "a moeda teria, em todos os países, o mesmo valor" foi feita por Ricardo em "The High Price of Bullion" (1810), um trabalho que podemos considerar como apenas uma introdução incompleta aos "Principles", editado sete anos depois, esta sim, a obra "final" e definitiva do autor. Entretanto, continuando a mesma nota de pé de página, Marx reconhece que "na sua 'Economia Política' Ricardo modificou esta afirmação, o que não é importante neste caso" (ibidem p. 195). No fundo, uma questão decisiva é considerada não importante, o que mostra por que a construção de uma teoria cambial e do comércio internacional ocupavam o último lugar na seqüência de construção de O Capital.[2]

Uma leitura mais atenta dos "Principles", porém, revela que a desigualdade de valores entre países é uma das preocupações centrais de Ricardo, que deve presidir, inclusive, a determinação da especialização e divisão internacional do trabalho. Isto porque sem a exata determinação do "preço" do trabalho nacional (isto é, do valor em ouro ou prata do produto nacional) não é possível determinar a pauta de produtos competitivos para exportação

(1) Grifo do autor.

(2) MARX em carta a Lassale: "Dividi o conjunto em seis livros: 1) Do Capital (....); 2) Da propriedade fundiária; 3) Do regime de salário; 4) Do estado; 5) O comércio internacional; 6) O mercado mundial" (ibidem, p. 12). Não fora esta preocupação ainda muito insuficiente e tampouco o curso que Marx teria resumidamente a crítica à Ricardo deste período.

e o seu inverso, a pauta de produtos em que o mercado internacional apresenta preços bem menores do que os provenientes da produção doméstica. A questão, portanto, é a de descobrir o mecanismo de determinação do "preço" do trabalho nacional em termos do dinheiro universal: isso posto, teríamos uma taxa de câmbio entre este trabalho e o trabalho do "resto do mundo".

Segundo Ricardo "o aperfeiçoamento de qualquer processo de produção num país tende a alterar a distribuição de metais preciosos entre as nações: tende a aumentar a quantidade dos produtos ao mesmo tempo que se dá uma subida generalizada dos preços no país onde se verificou este aperfeiçoamento" (ibidem, p.158). Por mais paradoxal que seja, "isto explica, até certo ponto, a diferença no valor da moeda nos diferentes países e lança luz sobre o fato de, nos países onde a indústria prospera, os produtos nacionais, sobretudo os mais volumosos e relativamente pouco valiosos, serem mais caros independentemente doutras causas" (ibidem, p.159). Em outras palavras, tanto o comportamento dos preços, quanto o fluxo líquido de metais preciosos tem por causa não um simples desequilíbrio conjuntural, mas a mudança na estrutura do comércio determinada por transformações na capacidade produtiva de cada país, que pode aumentar ou reduzir seu poder competitivo vis-à-vis os demais. Portanto, se a simples entrada de um país no mercado internacional altera a sua estrutura comercial, revolucionando o seu sistema de preços relativos (e, concomitantemente, redistribuindo o estoque de metais preciosos), o desenvolvimento (desigual) da capacidade produtiva sob o capitalis-

mo, cujo princípio, móvel e resultado é a revolução do valor, tenderá a tornar tal processo permanente.

Paradoxalmente, porém, mesmo como a expressão do processo capitalista (permanente) de revolução do valor, temos uma situação que não refuta as leis marxistas da circulação metálica, construídas a partir da circulação simples de mercadorias. Até pelo contrário, a proposição acima vem demonstrar que, mesmo num contexto dinâmico e concreto dos "vários países", funcionam, de modo imanente, tais leis.

Na verdade, Ricardo reconhece, explicitamente, a existência de um aparente descompasso entre os dois níveis de teorização: "Na primeira parte deste trabalho partimos do princípio de que a moeda conservava sempre o mesmo valor; agora tentaremos provar que, para além das flutuações normais no valor da moeda e das que são comuns ao mundo comercial, também há flutuações parciais às quais a moeda está sujeita em cada país" (ibidem). Assim, embora de forma ambígua (ou não suficientemente explícita), a posição do autor ultrapassa em muito um simples e mero quantitativismo.

No fundo, a solução proposta por Ricardo para a aparente contradição é simples: "Em dois países, tendo precisamente a mesma população, dispondo da mesma quantidade de terra fértil e empregando também os mesmos conhecimentos agrícolas, os preços das matérias-primas serão mais elevados naquele onde houver maior riqueza mental e melhores máquinas para a produção das mercadorias destinadas à exportação. A taxa de lucro poderá diferir,

mas não muito, visto que os salários, ou seja a recompensa real dos trabalhadores, podem ser iguais em ambos os países, porém, estes salários, assim como as matérias-primas, serão mais elevados, em termos monetários, no país em que, devido à superioridade das máquinas e da qualidade da mão-de-obra, se importa mais moeda em troca de mercadorias" (idem). Ou seja, na medida em que nem todos os países produzem ouro (ou não o produzem com igual produtividade), o valor efetivo deste será dado pelo valor das exportações nacionais e sua capacidade competitiva no mercado internacional. Quanto maior for o crescimento de tal capacidade, maior, por um lado, a quantidade de ouro obtida pelas exportações e, por outro, menor o seu valor em termos do trabalho nacional. Neste caso, o aumento do afluxo de ouro nada mais é do que a expressão de sua desvalorização efetiva (e não conjuntural), assim como a saída líquida de ouro vai indicar uma perda de competitividade das exportações e a necessidade de sua desvalorização (frente ao ouro) para manter-se à tona no mercado internacional. Em suma, os movimentos de fluxos e de estoques de metais preciosos nada mais são do que expressões das constantes revoluções do valor, reproduzindo, dentro num contexto concreto dos "vários países", as leis abstratas (marxistas) da circulação metálica.

Por outro lado, esta interpretação sugere que Ricardo estaria, sob o aspecto das trocas internacionais, quantitativa, uma vez que as revoluções do valor tenderiam a alterar o valor de preços relativos e somente a partir daí o nível absoluto de preços. Isto fica claro porque as mudanças no produto

vidade ocorreriam nas mercadorias destinadas à exportação, o que nos leva a uma dupla indagação: a) Por que o aumento da produtividade nas exportações do país A não levam pura e simplesmente a uma queda de preços dos produtos exportados vis-à-vis os outros países e as mercadorias de circulação interna? b) Por que as mercadorias de circulação interna no país A não poderiam apresentar aumento de produtividade no mesmo ritmo das mercadorias de exportação? Afastando-se hipóteses arbitrárias como a imobilidade a priori do capital e do trabalho no espaço diríamos que um mesmo fator responderia a ambas indagações. Na verdade, embora o progresso técnico possa se dar no mesmo ritmo no setor exportador e na produção interna, o processo de reprodução desta última dar-se-ia a custos relativamente crescentes, repetindo um mecanismo semelhante ao da renda fundiária ricardiana determinada aqui por vantagens naturais. Entretanto, o mecanismo seria de determinação muito mais complexa e responderia pelo nome de renda fundiária urbana, cuja determinação, presente em Ricardo embora ainda em forma embrionária, será um dos objetivos centrais do presente estudo.

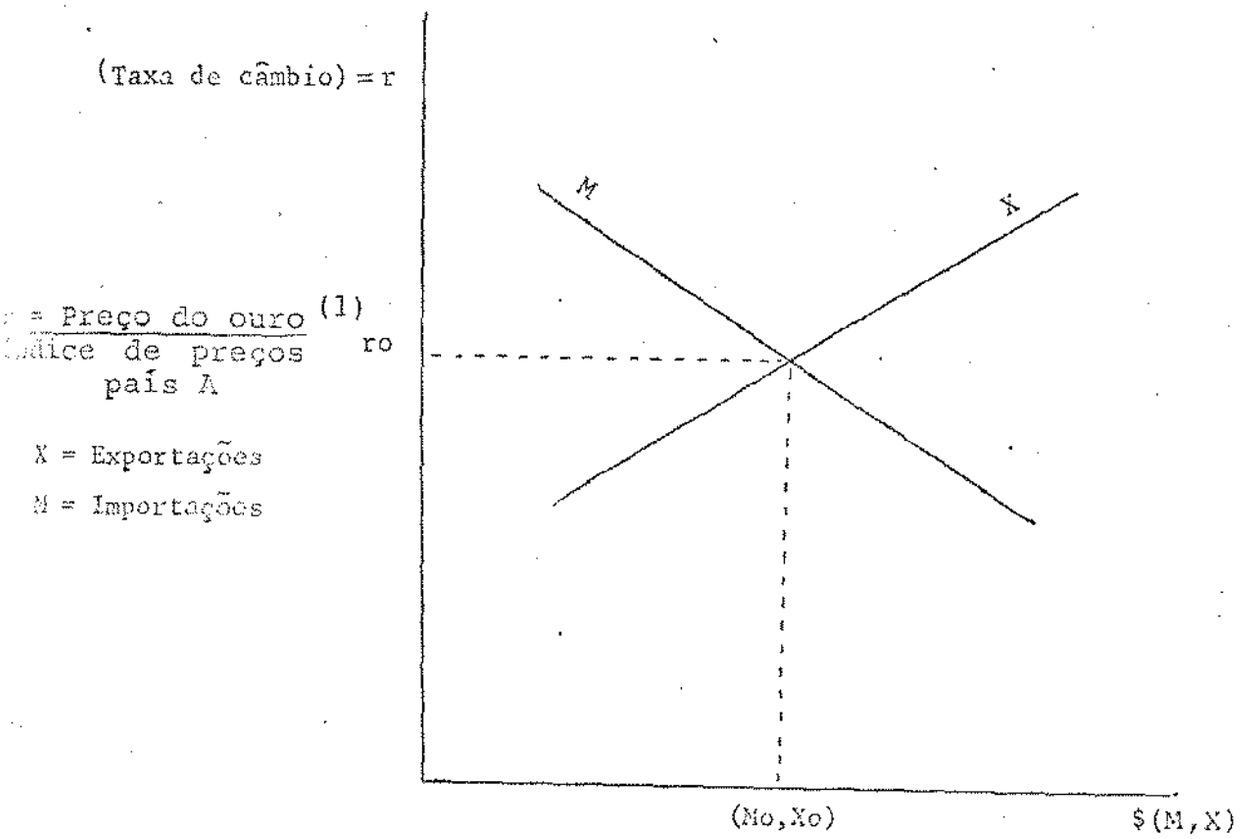
Por enquanto, podemos afirmar apenas que, inexistindo o princípio dos "custos relativamente crescentes", não haveria influência dos preços relativos e, por conseqüência, do nível dos preços absolutos, isto é, do valor do ouro interpaíses.

Para uma exposição mais clara do que estamos propondo dir-se-ia definir em termos estáticos uma relação entre a taxa

de câmbio (preço do ouro/nível médio dos demais preços) e a capacidade de exportação, de forma que quanto menor fosse o preço interno do ouro (em contrapartida, quanto maior fosse o nível de preços em termos do ouro), menor seria a capacidade de exportação e poder de competição no mercado internacional e vice-versa, ou seja, quanto maior fosse o preço interno do ouro, maior a capacidade de exportação. De maneira semelhante poderíamos relacionar a taxa de câmbio com a tendência à importação num sentido inverso ao da exportação: se maior o preço interno do ouro, mais caras se tornam as importações e menor, possivelmente, torna-se o valor total importado, ao passo que quanto menor o preço do ouro, maior a tendência ao aumento das importações. Se definimos as duas relações como constituídas por funções contínuas e se abstraímos o movimento financeiro do balanço de pagamentos (o que não é de nenhum modo uma abstração correta) poderíamos ter afinal um ponto de equilíbrio (como apregoam os manuais neoclássicos) tal como o mostra a Figura 1.

Entretanto, dadas as constantes revoluções no valor, temos uma tendência permanente ao desequilíbrio (que se aprofunda com a adição do movimento financeiro, especialmente em sua vertente puramente especulativa), tendo em vista mudanças internas ou externas ao país. Assim, o desenvolvimento mais rápido da produtividade em determinado setor potencialmente exportador pode aumentar a capacidade de exportação de um país de tal modo que, a dado preço do ouro, o valor exportado é sistematicamente maior do que o importado, o que leva a uma situação de desequilíbrio.

FIGURA 1



(1) O conceito de taxa de câmbio que estamos utilizando é aquele derivado do conceito de paridade entre moedas, onde se mediria o poder de compra de uma "cesta" de mercadorias no país A vis-à-vis o resto do mundo. No nosso exemplo, como o padrão monetário de todos os países é o próprio ouro, fica claro que o conceito não se refere à taxa de troca entre moedas mas ao poder aquisitivo real de uma (ou de várias moedas, se fosse o caso) nos respectivos países. É claro que o conceito pode ser facilmente transposto para as regiões dentro de um mesmo país: medido em termos da própria moeda do país, seu poder aquisitivo variaria de região para região, mesmo sob a hipótese de uma mobilidade do capital e do trabalho no espaço.

Como sugere a Figura 2, o deslocamento da curva de exportações (X para X') provocará um aumento destas de Xo para Xo' e o aparecimento de um saldo comercial no valor de Xo' - Mo. Isto ensejará a entrada líquida de ouro que será acompanhada por uma elevação paralela dos preços internos (em ouro) e por um aumento das importações. Teríamos, assim, um novo equilíbrio (provisório) que igualaria importações e exportações (M_1, X_1) a uma taxa de câmbio mais baixa (r_1). Em contrapartida, se pensamos o efeito da maior competitividade das exportações do país A nas importações de um país B, temos um efeito inverso, como sugere a Figura 3. Para cada nível de taxa de câmbio, temos um maior volume de importações (deslocamento de M para M') de tal modo que para a taxa de "equilíbrio" r_o, as importações aumentam de Mo para M'o, provocando, assim, um déficit comercial no valor de Xo - M'o. Isto levará a uma saída líquida de ouro e, paralelamente, ao aumento do seu preço a nível interno[1] até um ponto em que incentive, em parte, as exportações e desincentive as importações até um novo ponto de equilíbrio que iguale importações e importações (M_1, X_1) a uma nova taxa de câmbio (r_1).[2] Por outro lado, não havendo movimento de alta dos custos das mercadorias de circulação inter-

---

(1) Como veremos mais adiante, o aumento do preço do ouro (ou a sua redução, conforme o caso) não constitui causa mas um efeito paralelo da saída (ou entrada) de numerário. A causa seria a redução (ou o aumento) da renda fundiária urbana.

(2) Segundo Ricardo "com a saída do numerário de um país e a sua acumulação noutro, todos os produtos vêem os seus preços afetados e, por conseguinte, incentiva-se a exportação de muitos outros produtos além do numerário, o que impediria que houvesse um efeito tão sensível no valor da moeda, em todos os países, ao contrário do que seria de esperar" (Ibidem, p. 150).

FIGURA 2

r = Preço do ouro / índice de preços do país A

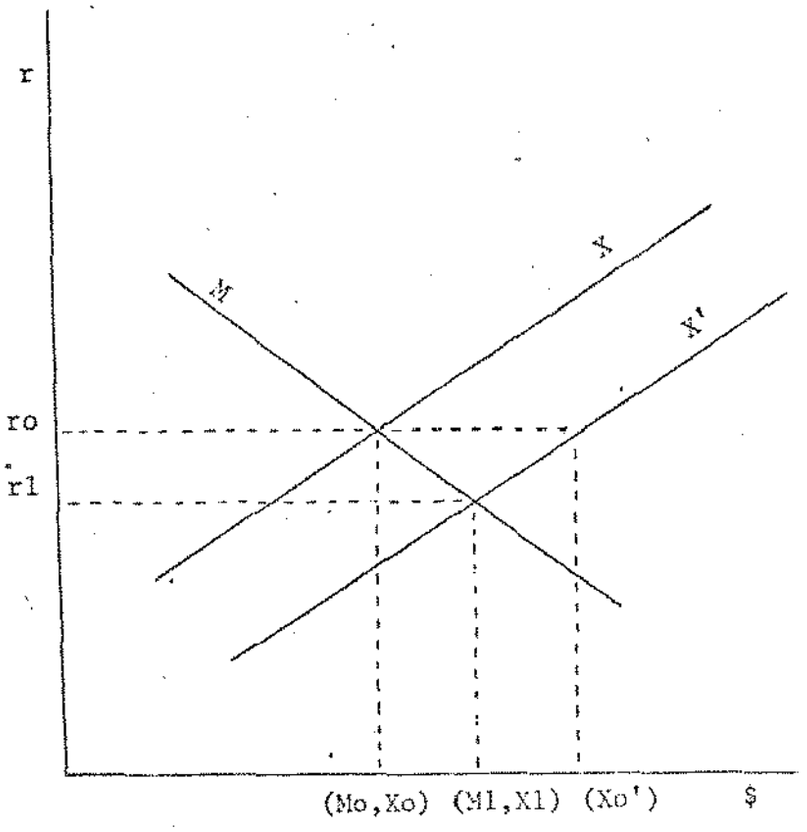
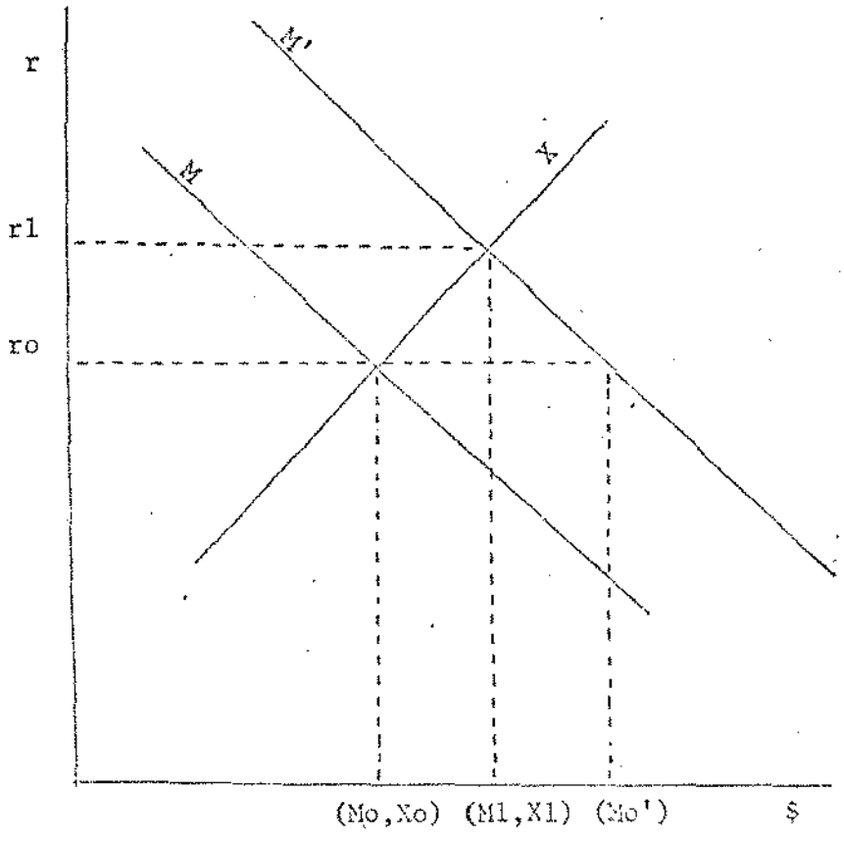


FIGURA 3

r = Preço do ouro / índice de preços do país B



na, as soluções sugeridas nas figuras 2 e 3 não existiriam, uma vez que não haveria mudanças dos preços relativos entre mercadorias exportadas e de circulação interna e, por consequência, do nível absoluto de preços (r). Neste caso, supondo-se plena mobilidade do capital e do trabalho no espaço, haveria uma retração do nível de atividade no "resto do mundo", acarretando redução das exportações de A e o consequente "retorno" da curva de oferta de divisas de X' para X.

Do ponto de vista da teoria marxista da circulação metálica, ambos os movimentos, isto é, de redução da taxa de câmbio e aumento das reservas em ouro no país A e o seu inverso no país B, são com ela compatíveis, uma vez que, nos dois casos, temos uma mudança do preço do ouro determinado pelo valor das exportações. Nesse sentido, o aumento das reservas de ouro em A nada mais é do que o reflexo da redução de seu preço, ao passo que a redução das reservas em B reflete pura e simplesmente o aumento de seu preço neste país, dado o aumento de suas exportações. (1)

Curiosamente, estas conclusões que se apresentam sugeridas em Ricardo não tiveram em Marx (e marxistas) a sua continuação, a despeito de um dos seus conceitos-chaves (a revolução do valor como base para o entendimento da dinâmica cambial) estar muito mais desenvolvido em Marx do que em Ricardo, que detinha, sobre o assunto, uma idéia vaga e um tanto confusa. Não deixe de

---

(1) No caso do país B estas passaram para uma faixa de maior custo (X_1) que só se tornam competitivas a partir de um preço interno mais alto do ouro.

ser por isso que a única teoria cambial existente, plenamente desenvolvida, é de extração tipicamente neoclássica, que naturalmente "exorcisou os fantasmas" ricardianos do desequilíbrio cambial.(1) Mais ainda, a teoria neoclássica inverte diametralmente as principais conclusões que se poderiam extrair de Ricardo para constituir um receituário "clássico" (e reacionário), até hoje aplicado nos programas de estabilização cambial.

A grande verdade é que os neoclássicos tomam os efeitos - a expansão monetária em economia com inflação e problemas cambiais - como causa, invertendo os fatores à serem atacados por uma política de estabilização. No fundo, todas as economias com problemas cambiais enfrentam o problema básico de desvalorização, tendencialmente permanente, em termos de um padrão internacional de medida (o conceito de dinheiro universal, que pode ser o ouro ou qualquer signo eleito como tal). Assim, tem-se um efeito inflacionário, seja pelo aumento dos preços dos produtos importados, seja pelo aumento (interno) dos preços dos produtos exportados (ou exportáveis), que produz, no fundamental, a necessidade de emissão de moeda, para não afogar a liquidez interna. Nestes termos, como corretamente defendeu a CEPAL, a inflação não é de demanda e sim de "custos", isto é, provocada pela desvalorização cambial. Em outras palavras, no sentido da equação quantitativa da moeda (MV = PT), seria o lado direito que "puxaria" o deste-

---

(1) A teoria neoclássica, embora plenamente estabelecida e aceita, é absolutamente inconsistente do ponto de vista de determinação da taxa de câmbio. Voltaremos ao tema mais adiante no item 2.2 e apêndice do presente capítulo.

minaria o lado esquerdo da equação, preservando, neste caso, o postulado da teoria da circulação.(1) Deste ponto de vista, a base do receituário ortodoxo é que um problema cambial não deve ser tratado como problema cambial e sim por seu efeito, o que não se coaduna com uma leitura mais atenta da teoria ricardiana.(2)

Em suma, resolvida nossa questão cambial, que permite o estabelecimento de uma taxa desigual de troca para trabalhos "iguais", temos de entrar agora no verdadeiro âmago da questão, isto é, tentar entender os fatores e os mecanismos que levam à desigualdade de produtividade (absoluta ou relativa) entre os vários países. Ou, em termos das Figuras 1, 2 e 3, devemos identificar os fatores que determinam as "curvas" de exportação (ou importação) de cada país, assim como delimitar as possibilidades de sua redução teórica.

2.1.2 - Sobre as vantagens (diferenças) de produtividade entre países segundo Ricardo

Consideremos, primeiro, as explicações para as diferenças de produtividade em geral. Estas, uma vez entendidas, fornecerão a explicação para as diferenças setoriais e específicas,

---

(1) Como observa Marx sobre a circulação metálica, "a forma direta de circulação (...) confronta corporeamente dinheiro e mercadoria, aquele no pólo de compra e esta no pólo de venda. Por conseguinte, o montante de meios de circulação movimentado pela circulação do mundo das mercadorias já está determinado pela soma dos preços das mercadorias" (O Capital, Livro I, p. 134).

(2) Acreditamos, na verdade, que Ricardo é extremamente ambíguo nesta questão, contendo, mesmo, duas vertentes teóricas: a "metalista", que Marx acertadamente critica, e a "cambial", cujas conclusões são opostas às da primeira.

absolutas ou apenas relativas, de produtividade, que constituem a base efetiva para o desenvolvimento do comércio internacional. Isto porque a diferença de produtividade em geral (ou, o que dá no mesmo, a diferença do valor da moeda entre países) nada mais é do que o resultado da agregação dos vários setores produtivos que, na média, fornecem um resultado líquido predominante. Assim, a explicação para o resultado "em geral" é perfeitamente redutível ao resultado específico, que indicará vantagens absolutas (e/ou relativas) de produtividade.

Segundo Ricardo, "o fato de o valor da moeda não ser nunca o mesmo em dois países depende dos impostos, da habilidade da mão-de-obra, das condições climáticas, das produções naturais e de muitas outras causas" (ibidem, p. 159). Entretanto, "(....) visto que, embora os impostos alterem o equilíbrio da moeda, só produzem este efeito por privarem o país onde são lançados duma parte das vantagens inerentes à sua habilidade, atividade e clima" (ibidem, p. 162). Temos então que, abstraídos os estados nacionais e suas políticas de impostos (especialmente aquelas tipicamente protecionistas que afetam o comércio), a diferença do valor da moeda interpaíses fica reduzida a causas naturais (diferenças climáticas e de recursos naturais) ou a fatores não naturais (e, portanto, "produzidos") que vão desde "a habilidade da mão-de-obra" até "muitas outras causas".

O diferencial de produtividade decorrente dos fatores naturais encontra-se razoavelmente explicado, em Ricardo, a partir de seus estudos sobre a renda agrária e sobre a renda das mi-

nas (respectivamente, Capítulos II e III dos "Princípios"). Na verdade, o princípio da renda fundiária baseia-se nos diferenciais de produtividade que eventualmente possam existir nas diversas produções naturais, explicáveis pela diferença de fertilidade (caso da agropecuária) ou pela diferença na forma de intensidade de ocorrência, bem como no teor do minério (caso da produção mineral). O resultado é que as terras menos férteis ou as minas "mais pobres" servirão de base para a fixação do preço de mercado, que se situará "em torno" de seu preço de produção,(1) enquanto as terras mais férteis (ou as minas mais ricas) produzirão a preço menor. A diferença entre os dois preços fixará a magnitude da renda por unidade produzida.

Atribuído a países, tal princípio traduzir-se-á em termos de "médias" das produções naturais que podem ou não apresentar diferenças significativas. À medida em que ocorrem, temos o aparecimento de diferenças de produtividade entre países, que atestam a sua maior riqueza em recursos naturais, não de um ponto de vista absoluto e geral, mas do ponto de vista específico de capacidade de produção e preços competitivos de determinados produtos naturais necessários à produção e reprodução do capital.

Na Figura 4 tomamos quatro países com capacidade de produção de um bem natural (digamos o próprio ouro) para o mercado internacional. O país A, dotado de minas mais ricas, é capaz produzir a um preço de produção médio bastante reduzido (p.),

(1) Provavelmente acima se assumirmos, como sugere Marx, a tendência à formação de uma renda absoluta. Voltaremos ao tema no Capítulo IV.

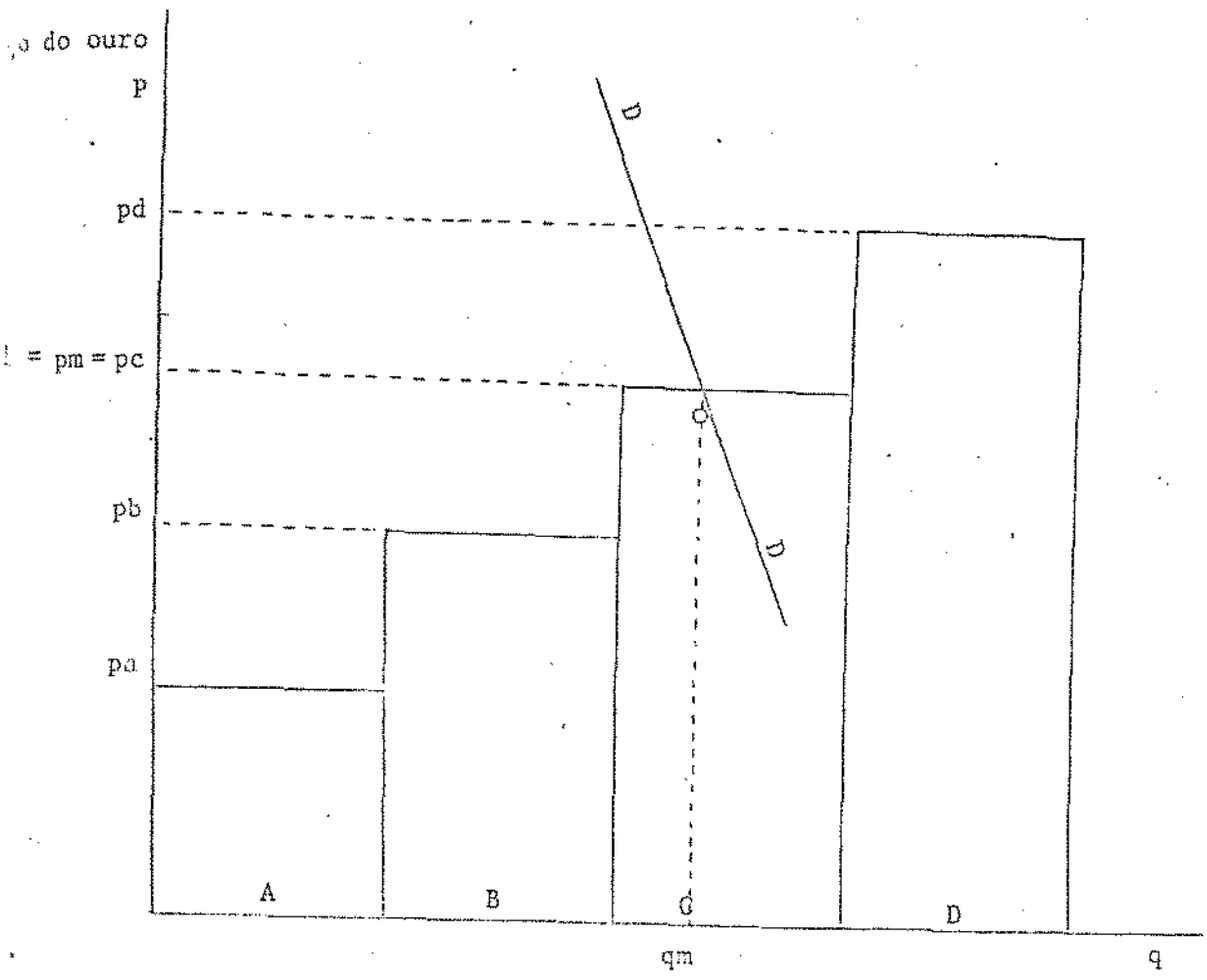
seguindo-se o país B, o país C e o país D que detêm, em média, as minas mais pobres e que implicam o preço de produção mais alto (pd). Dada a curva da demanda (que tendo em vista à natureza do produto, ouro, deve mostrar-se bastante inelástica), temos o processo de determinação do preço de mercado, da quantidade final ofertada e demandada, do sobrelucro e do número de países a produzir ouro para o mercado internacional. Assim, determina-se uma quantidade demandada que exige a incorporação das minas do país A, B e parcialmente do C, o que leva à equiparação do preço de mercado (pm) ao preço de produção médio do país C (pc).

Abstraídos certos fatores, como uma possível desigualdade de salários e de taxa de lucro entre tais países, poderemos tirar pelo menos três conclusões principais:

1) que o diferencial de produtividade entre os países, expresso pela diferença (pb - pa), no caso de A e B, por (pc - pa), no caso de A e C e por (pc - pb), no caso de B e C, é potencialmente renda fundiária, objeto, portanto, de apropriação monopólica pela maioria dos proprietários das minas de ouro localizadas em A e B.

2) Que, como contrapartida deste fato, o preço do ouro é superior ao seu preço de produção tanto em A como em B, nivelando-se ao preço internacional pm. Neste caso, supondo-se idênticas as condições de produção dos demais produtos nos três países, pode-se concluir que, a despeito do sobrelucro de A ou mesmo de B, este não se expressa como lucro industrial, não contribuindo, portanto, para o aumento da taxa média de lucro em A (em relação a B e C) e em B (em relação a C) que, a princípio continuará a

FIGURA 4



ser idêntica nos três países.

3) Que simultaneamente à determinação dos diferenciais de produtividade expressos em renda, temos a determinação da especialização (que, evidentemente, pode não ser a única) dos países que, no exemplo, exclui (a princípio) D e inclui A, B e C como produtores de ouro. Isto significa que o estudo da especialização dos países e a determinação de suas eventuais vantagens comparativas começa (embora não se restrinja apenas a isso) pelo estudo dos diferenciais absolutos de produtividade, base inicial para a determinação das vantagens relativas a que aludia Ricardo.

Embora tenham a sua devida importância, as diferenças de produtividade determinadas pela base de recursos naturais, se predominante, transformaria nosso estudo numa "geógrafia de recursos", o que na realidade não ocorre. Como tendência, à medida em que avança o desenvolvimento do capitalismo nos diversos países, o processo de industrialização vai ganhando peso e com ele a base de recursos naturais tende a perder importância. No entanto, tal base pode constituir o ponto de partida decisivo para o sucesso de determinado processo de industrialização, pelo que somos obrigados a reconhecer que ele tem uma certa "lógica em si", que exige uma explicação teórica satisfatória. Neste ponto, a explicação de Ricardo, que alude à maior habilidade da mão-de-obra, à presença de máquinas ou a "muitas outras causas" (referindo-se aos diferenciais de produtividade na indústria) não nos ajuda muito.

Na realidade, a esse respeito, temos de responder [illegible]

...mente a uma questão central: uma vez que as vantagens de pro-...tividade na indústria são, em sua maior parte, não-naturais e, ...rtanto, reproduzíveis pelo trabalho humano, devemos esclarecer ...que tais vantagens não "emigram" e se reproduzem uniformemente ...espaço econômico, transferindo-se, por exemplo, entre países ..., por ventura, estejam ensaiando um processo de desenvolvimen-...capitalista. Neste sentido, a questão a esclarecer é a de de-...minar a exata natureza de tais vantagens não-naturais que, em-...a sejam teoricamente reproduzíveis, tendem a se cristalizar no ...aço, impedindo a sua reprodução uniforme nas várias regiões ou ...ises.

A explicação de Ricardo para a não ocorrência destes ...extremos é bastante insatisfatória. Segundo ele "num mesmo ...s os lucros estão em geral sempre ao mesmo nível ou diferem ...nte consoante a aplicação do capital for mais mais ou menos ...ura e agradável. O mesmo não se verifica entre diferentes pai-... Se os lucros do capital aplicado no Yorkshire fossem supe-...res ao do capital investido em Londres rapidamente se deslo-...ia de Londres para Yorkshire e verificar-se-ia em seguida a ...aldade dos lucros; mas se a terra se tornasse menos produtiva ...Inglaterra, devido ao aumento do capital e da produção, fa-...do subir os salários e diminuir os lucros, não se seguiria ...igatoriamente que o capital e a população abandonassem nece...-...mente a Inglaterra e passassem para a Holanda, a Espanha ou ...ugal onde os lucros poderiam ser superiores" (ibidem, p.116). ...plicação para isso estaria no fato de que "(....) o que dis-

culta a emigração do capital é a sua insegurança imaginária ou real, quando não está debaixo do controle imediato do seu possuidor, a par com a natural relutância que os indivíduos têm em deixar o seu país natal e as suas relações e irem confiar-se, já com os seus hábitos arraigados, a um governo estrangeiro e a novas leis. Estes sentimentos, que eu não gostaria de ver enfraquecidos, fazem com que a maior parte dos capitalistas se contentem com taxas de lucro pouco elevadas no seu próprio país, em vez de irem procurar uma aplicação mais rendosa no estrangeiro" (ibidem, p.152-3).

Tais considerações, que reduzem drasticamente o nível de problematização teórica que o próprio autor estava a nos propor, merecem, pelo menos, cinco objeções fundamentais. A primeira é que a diferenciação estabelecida entre "regiões" e "países", além de ser arbitrária por não considerar as especificidades deste corte (o estado nacional e suas políticas), acaba por inviabilizar qualquer tentativa de unificação teórica entre a problemática "regional" e a "nacional". Entre outras coisas, isto significa que antes de entendermos os elementos comuns ao regional e ao nacional, partimos para afirmar algumas das suas diferenças, que acabam por servir de álibi para abdicarmos daquele nível de problematização.

Uma segunda objeção, mais grave, é que a suposição teórica de que o capital e o trabalho não emigram internacionalmente constitui uma negação do que seria o próprio objeto de estudo, visto que, neste caso, teríamos uma supressão do movimento do

capital no espaço e sua cristalização nos "vários países". Assim, o processo de dominação e centralização regional, típico do espaço intranacional, seria simplesmente tido como inexistente no espaço internacional, onde cada país contaria apenas com sua própria força e dinâmica para o crescimento da acumulação. Isto, na verdade, vem ao encontro de uma terceira objeção que consiste no fato histórico da grande migração de capital interpaíses que se processava, seja através da migração efetiva de pequenos capitalistas (especialmente no sentido das metrópoles para as colônias) seja através da migração de capital-dinheiro de empréstimo para o financiamento de todo o tipo de atividade, tanto no sentido metrópoles/colônias, quanto no sentido metrópoles/metrópoles ou países indenpendentes, como os Estados Unidos no Século XIX. Embora Ricardo estivesse certo ao mencionar "a insegurança imaginária ou real, quando o capital não está debaixo do controle imediato de seu possuidor" que decorria da pequena escala das atividades produtivas no período, temos de reconhecer que a própria emigração de pequenos capitalistas, ou a sua "criação" pelo capital bancário, anulavam, pelo menos parcialmente, aquele problema.

Uma quarta objeção refere-se ao movimento de população que enfrenta, como principal obstáculo ao processo emigratório, não exatamente os sentimentos "nacionalistas", como sugere Ricardo, mas a sua situação real enquanto força de trabalho "livre" no sentido marxista, isto é, de sua situação de expropriação virtual parcial ou total dos meios de produção. Na medida, porém, em que

se torna um fato definitivo, a propensão a emigrar é inevitável e dependerá do grau de absorção promovido pelo desenvolvimento capitalista em cada país que, uma vez insuficiente (como é o caso da própria Inglaterra no Século XIX), leva ao crescimento do processo emigratório, que pode tornar-se maciço à medida da capacidade de absorção do país recebedor, como é o caso dos EUA no Século XIX e início do Século XX.

Finalmente, uma quinta objeção refere-se ao fato de que a suposição de inexistência de movimento do capital no espaço interpaíses torna-se definitivamente "caduca" a partir da etapa imperialista e, especialmente, em sua fase de pós-guerra onde foram ultrapassadas praticamente todas as barreiras nacionais. Apesar disso, como veremos adiante, o suposto da inexistência do movimento do capital no espaço permeia, até o dia de hoje, certas teorias que buscam explicar não apenas a divisão internacional, mas até mesmo a divisão inter-regional do trabalho.

A despeito deste verdadeiro leque de objeções localizadas, não podemos omitir que o problema central do suposto ricardiano é, antes de tudo, metodológico, já que, além de basear-se numa hipótese arbitrária sobre a concorrência (isto é, de que não existe livre concorrência interpaíses), peca pela virtual paralisação da construção teórica dos mecanismos espaciais, dado que aquela hipótese funciona como um "dique" que impede o processo de desdobramento destas categorias. No fundo, tal questão, que em Ricardo não é decisiva em sua formulação final da problemática espacial (como veremos a seguir), tem reaparecido sistematica-

mente nos estudos mais recentes, cujo erro é a tentativa de abordar problemas tipicamente espaciais a partir da teoria da concorrência, sem a devida utilização dos "elos de mediação" que se fazem necessários.

Descartada, portanto, a hipótese da inexistência do movimento do capital e do trabalho no espaço interpaíses (o que não exclui a ocorrência de "fricções" que podem impedir, em maior ou menor grau, a sua livre movimentação), voltamos quase ao ponto de partida - a base geográfica de recursos naturais, evidentemente insuficiente para explicar os fatores, certamente mais complexos, que compõem as vantagens de produtividade no setor industrial. Entretanto, as alternativas teóricas, em termos do próprio Ricardo, não estão esgotadas, havendo nos "Princípios", especialmente nos Capítulos VII e XXVIII, uma saída que se coaduna perfeitamente com os propósitos de nosso estudo.

Voltemos, como ilustração inicial, à Figura 4, que mostra a determinação do preço internacional do ouro. Já observamos que, a despeito da maior produtividade na produção de ouro nos países A e B, esta não se expressa no preço do ouro ou na determinação da taxa média de lucro. Enquanto em C o preço de produção (pc) é igual ao preço de mercado (caso em que podemos afirmar que ele vale o que custa), o mesmo não podemos dizer como respeito a B e A, já que pm > pb > pa. Porém, a diferença entre o preço de mercado e os respectivos preços de produção (pb e pa) fornecerá um sobrelucro apropriável, em princípio, pelo proprietário da mina, que poderá, ou não, se confundir com a figura do capitalis-

ta produtor de ouro. Assim, embora o custo industrial de produção de ouro seja bastante diferenciado entre A, B e C, o seu custo efetivo acabará, em última análise, tornando-se o mesmo já que tanto em A como em B ao custo industrial pa e pb adicionar-se-á o custo do aluguel das minas, digamos ra e rb, de forma que pa + ra = pb + rb = pc = pm.

Logo, do ponto de vista dos diferenciais de produtividade determinados pela base de recursos naturais, uma hipótese de imobilidade do capital e do trabalho é perfeitamente descartável, já que é possível e compatível a convivência destas diferenças com a igualdade de salários e taxa de lucro entre os países. O princípio deste processo de igualação é a formação de renda advinda do monopólio fundiário - embora, claro, possam existir exceções, como bem o ilustra a Figura 4: a produção de ouro no país D, cujo preço de produção (pd) supera o preço de mercado, situação em que, ou bem tal país consegue uma outra especialização em que detenha competitividade, ou bem teremos redução da taxa de lucro e salários a níveis inferiores aos do mercado internacional. Neste último caso, o que pode ocorrer é incerto e dependerá de uma conjugação de fatores históricos, não redutíveis teoricamente. Do ponto de vista da tese que estamos defendendo, porém, o que interessa é o fato de o princípio do monopólio fundiário pode servir de fator de igualação ou compensação dos efeitos provocados pela diferenças espaciais de produtividade. Portanto, para a superação completa da necessidade da hipótese de imobilidade do capital e do trabalho bastaria a

demonstração da existência de um determinado tipo de diferencial de produtividade para o setor industrial que seja, a um só tempo, um fator reprodutível (mesmo que no limite) pelo capital e, por outro lado, suscetível de monopólio e gerador de renda fundiária.

Na realidade, temos em Ricardo uma "pista" inicial importante para a formulação teórica deste tipo especial de renda. Quando relemos a afirmação já citada ("no país onde se verificou o aperfeiçoamento os preços elevam-se e naquele onde não se deu nenhuma alteração mas onde desapareceu um ramo lucrativo do comércio externo descem os preços") sabemos agora tratar-se de uma proposição absolutamente coerente com as leis da circulação metálica, já que o movimento de preços é estoques baseia-se em mudança (via exportação) do valor do ouro. Ricardo, porém, vai além desta visão ainda genérica e propõe, como já citamos, que "o aperfeiçoamento do trabalho e das máquinas explica, até certo ponto, a diferença no valor da moeda nos diferentes países". Assim, naqueles "onde a indústria prospera, os produtos nacionais, sobretudo os mais volumosos e relativamente pouco valiosos", são mais caros. Por isso, mesmo que os salários reais não se diferenciem, em termos monetários "serão mais elevados" bem como as matérias-primas mais volumosas "devido à superioridade das máquinas e da qualidade de mão-de-obra" na "produção das mercadorias destinadas à exportação". Entenda-se, portanto, que o aumento dos preços das mercadorias de circulação doméstica (salários e matérias-primas volumosas) não é um fenômeno exclusivamente monetário, uma vez que se refere a uma mudança de preços relativos do

ouro (isso é, queda no valor dos produtos de exportação) em relação aos produtos "domésticos".

A pergunta é: por que motivo o valor dos produtos de exportação reduz-se em relação ao dos produtos de circulação apenas doméstica? Haveria, por acaso, uma tendência inerente de desenvolvimento desigual da produtividade entre os dois tipos, de forma tal que os produtos exportados fossem, sempre, os mais favorecidos pelo progresso técnico? Mais ainda, se fizermos uma diferenciação entre produtos exportáveis e produtos efetivamente exportados, não é justo reconhecer que estes últimos adquiriram esta condição exatamente pelo seu maior poder competitivo, que nada mais é do que uma expressão do processo mais acelerado de redução do seu valor?

Na verdade, todas estas indagações parecem verdadeiras, mas, mesmo assim, a persistência de três fatos as invalidam. Primeiro, a alteração permanente da pauta de exportação de um país, onde se alternam produtos que ganham competitivdade com aqueles que a perdem, torna patente que o cálculo da evolução do valor dos produtos exportados tem de ter por referência os produtos exportáveis, seguramente um conjunto muito menos dinâmico. Segundo, a redução do valor dos produtos exportados reduz automaticamente não só o valor do ouro, mas de todos os produtos importados, o que, na medida em que não sejam produtos de luxo, contribui para a redução do nível geral dos preços, inclusive daquelas mercadorias de circulação interna (salários, e outros). Terceiro, não há nenhum motivo par supor, arbitrariamente e a priori, que o

concorrência e o progresso técnico não se verifiquem de forma aproximadamente homogênea em termos setoriais. Se algum motivo houver (no que de fato acreditamos) ele tem de ser demonstrado teoricamente,(1) e não simplesmente suposto.

Ao que parece Ricardo forneceu uma formulação introdutória para este problema; indicando a direção teórica, correta, a ser seguida. Segundo ele, "nas sociedades mais atrasadas em que a indústria está pouco desenvolvida e a produção de todos os países é mais ou menos a mesma, sendo constituída por produtos volumosos e de grande utilidade, o valor da moeda nos diferentes países será principalmente determinado pela distância a que ficam situadas as minas que fornecem os metais preciosos" (ibidem, p. 160). "Suponhamos que todos os países só produzem trigo, gado e vestuário grosseiro e que é com a exportação destes produtos que se obtém o ouro dos países que o produzem ou daqueles que têm em seu poder; nesse caso, o ouro teria um maior valor de troca na Polônia do que na Inglaterra por ser maior a despesa com o transporte de um produto tão volumoso como o trigo numa viagem mais longa e também devido à maiores despesas com o envio do ouro para a Polônia" (ibidem, p. 161).

Ou seja, o menor valor do ouro, na Inglaterra (e consequentemente o maior preço do trigo), teria sua explicação e contrapartida no maior valor do ouro (e o menor preço do trigo) na Polônia, tendo em vista o diferencial de custo de transporte pelo

(1) Tarefa que tentaremos realizar no próximo capítulo.

distância das minas. Mais ainda, se supomos que o menor preço do ouro na Inglaterra traduz-se pela sua capacidade de importar produtos mais baratos, que entram ou na composição do capital constante ou na reprodução da força de trabalho, podemos esperar que o preço de produção do trigo será menor do que o seu preço de mercado, dando origem a um sobrelucro especial e não redutível aos tradicionais diferenciais de produtividade. Como bem assinala Ricardo "esta diferença no valor do ouro ou, o que é o mesmo, esta diferença no preço do trigo nos dois países subsistirá mesmo que seja muito mais fácil produzir trigo em Inglaterra do que na Polônia, quer devido à maior fertilidade da terra, quer à maior habilidade manual e à superioridade nas alfaias agrícolas dos trabalhadores" (ibidem). Assim, na Inglaterra, os proprietários rurais tenderiam a se apropriar de duas espécies de renda fundiária, uma derivada das vantagens de fertilidade e outra derivada da vantagem locacional, embora, evidentemente, estivessem embutidos numa única e indivisível renda, paga pelo capitalista agrícola daquele país. E como em qualquer caso de renda fundiária, a vantagem locacional da Inglaterra poderia não se expressar nem em maiores salários (reais), nem em maior taxa de lucro, submetidos ambos (capitalistas e trabalhadores) à lógica do monopólio fundiário.(1)

---

(1) Evidentemente, a renda fundiária poderia ser redistribuída via política fiscal de tributação das propriedades rurais, o que, em princípio, não resolveria o nosso problema, uma vez que o custo do aluguel da terra apenas seria transformado em "custo em impostos".

O importante a ressaltar, porém, é que a relativa desvalorização do ouro na Inglaterra não se prende a nenhuma revolução do valor neste país e sim à perspectiva de poder exportar trigo acima de seu preço de produção, graças à sua vantagem locacional. Nesse sentido, os produtos de circulação doméstica apresentam aumento de preços porque pagam direta ou indiretamente o preço do trigo mais caro, ou melhor, terminam por incorporar a seus custos a renda fundiária espacial. E quanto maior for a vantagem locacional do país, maior o preço do trigo e (em proporção um pouco menor) dos demais produtos que têm circulação doméstica, inclusive salários, de forma que o crescimento dos preços se exprime no crescimento da renda fundiária.

Entretanto, este tipo de vantagem locacional (via custo de transporte do produto final) tende a perder importância com o desenvolvimento da indústria e o consequente comércio de produtos menos volumosos, além da própria revolução nos transportes e a queda drástica em seu custo. Como observa Ricardo, "à medida que as atividades se desenvolvem, que se introduzem inovações e que os diversos países se especializam em ramos particulares da indústria, embora essa tendência ainda entre nos cálculos, o valor dos metais preciosos será principalmente determinado pela superioridade nessas indústrias" (ibidem, p. 161). A desvantagem (porventura existente) na distância "seria provavelmente mais do que compensada pela vantagem em possuir um produto exportável de grande valor (....)" (idem).

A importância do exemplo anterior não se prende, evi-

dentemente, ao seu realismo, mas ao fato de Ricardo introduzir, pela primeira vez, a idéia de espaço localizado. Na verdade, a nossa tese neste sentido é a de que, com a industrialização, a despeito do aparecimento de novos produtos dotados de alta transportabilidade, os fatores espaciais tornam-se mais importantes, embora mais complexos e bastante distintos da determinação de vantagens locacionais pelo diferencial de distância no transporte do produto final. Assim, mesmo que não se mostre evidente, a maior competitividade da indústria de um país, entre outros fatores deve refletir, provavelmente, as vantagens de seu espaço localizado vis-à-vis os demais países. E à medida em que isso ocorre, temos o aumento da renda fundiária urbana (1) que atuará como princípio compensatório dos efeitos do diferencial de produtividade interpaíses. Fundamentalmente, podemos afirmar que, à proporção em que cresce o poder competitivo da indústria de um país, teremos uma tendência à alta de preços de seus produtos de circulação doméstica (salários inclusive), que reflete não um eventual desenvolvimento desigual da produtividade intersetores mas, antes de tudo, o aumento da renda fundiária urbana.

Não deixa de ser por isso que Ricardo está totalmente errado quando, ao analisar "o valor relativo do ouro, dos terrenos e do trabalho nos países ricos e nos países pobres", no Capítulo XXVII dos "Princípios", afirma peremptoriamente que "o ouro será barato nos países ricos e caro nos países pobres" (Ibidem, p.

(1) Cujo conceito muito discutiremos nos Capítulos III e IV deste estudo.

436), fazendo uma antecipação brilhante (embora não surpreendente, tendo em vista o vasto manancial teórico contido nos "Princípios") de uma característica inequívoca do desenvolvimento desigual inter-regional e internacional. Em resumo, Ricardo fez o que pôde, não só pela sua teoria cambial (mais consistente e portanto ainda mais atual do que a neoclássica), mas, sobretudo, pelo "roteiro" deixado para o desenvolvimento do estudo dos problemas espaciais, cujo único erro sério é negligível diante das várias "pistas" importantes para o prosseguimento da construção teórica na direção correta.(1) Contudo, é com base em seu único erro sério (a hipótese sobre a inobilidade do capital e do trabalho) que se produziu o "desvio de rota" neoclássico e até mesmo marxista (com a teoria da troca desigual), os quais analisaremos a seguir.

---

(1) Por isso, para nós é fora de dúvida que Ricardo não pode ser tratado como uma relíquia, como o fazem, com presunçosa condescendência, os neoclássicos: "há muito tempo que os "Princípios" estão obsóletos como expressão do pensamento econômico corrente. Desde que Jevons e Menger estabeleceram as bases da análise marginal, a economia passou a expor (...) através de uma terminologia que ele desconhecia. Mas os "Princípios" permanecem um dos grandes documentos sobre pensamento econômico, com um lugar na história (...) Lêem-se agora não pelos ensinamentos que eles possam contar mas como o documento de um dos grandes pioneiros sobre cujas limitadas e parciais conclusões se construiu o mais complexo e extenso conhecimento atual" (Michael Fogarty, prefácio aos "Princípios", op. cit, p.8). Como tentaremos sugerir no próximo item e particularmente no apêndice do presente capítulo, a teoria cambial ricardiana apresenta bases teóricas para a plena determinação da taxa de câmbio, ocorrendo o contrário com a teoria neoclássica, caracterizada pela indeterminação.

2.2 - Ohlin e a teoria neoclássica das vantagens comparativas

A neoclassização da teoria ricardiana percorre um longo caminho até chegar à Ohlin (1931), que apresenta inegavelmente sua formulação mais consistente e definitiva. Logo de início as intenções do autor mostram-se interessantes e promissoras ao propor a unificação teórica entre o problema do comércio internacional e inter-regional: "uma teoria só do comércio interncional é inadequada, posto que a localização também é relevante para a formação de preços no interior dos países" (op. cit., p. 22). De fato, sua obra começa por abordar em sua primeira parte o comércio inter-regional, para somente depois discutir o comércio internacional.

Nesta primeira parte por ele denominada de "comércio inter-regional simplificado", Ohlin esclarece desde logo que "o critério principal utilizado neste livro é a dotação de fatores produtivos" (ibidem, p.27). E introduz de chofre o que ele mesmo considera uma simplificação, supondo que "as regiões possuem dotação de fatores distintos enquanto que no interior de uma região são essencialmente semelhantes" (ibidem). "Em outras palavras, se supõe que os fatores produtivos são imóveis inter-regionalmnete porém livremente móveis intra-regionalmente" (idem). A partir desta suposição, o autor demonstra com facilidade a sua teoria. Segundo ele, as regiões "encontram-se muito distintamente dotados de facilidades para a produção de diversos artigos. Uma razão reside em que se encontram muito diferentemente dotados de fatores produtivos" (ibidem, p.29). "E' a proporção de fatores de uma re-

região o que determina a sua adequação para indústrias específicas" (ibidem). Mais que isso, "uma região não pode, certamente, produzir bens que requeiram fatores de produção dos quais careça tal região. O mineral de cobre não pode produzir-se sem minas de cobre, nem tampouco podem fabricar-se máquinas sem um trabalho formado e educado tecnicamente" (ibidem). E por último, muitas outras diferenças de importância na dotação de agentes produtivos não são deste tipo. "Por exemplo, com freqüência, podem encontrar-se numa região, ao menos se sua extensão é suficientemente grande, uma oferta de fatores necessários para produzir um artigo determinado, porém algumas regiões possuem uma relativamente maior quantidade de um determinado conjunto de fatores e uma menor quantidade de outro conjunto de fatores" (ibidem). Neste caso, a tendência é a região especializar-se naqueles produtos em que são utilizados, em maior proporção, os fatores em que apresenta relativa abundância.

Ohlin depara neste ponto com uma dificuldade similar à de Ricardo, que é a de determinar os preços monetários e estabelecer uma taxa de câmbio entre os trabalhos (fatores para Ohlin) regionais. Com efeito, "o problema real consiste em mostrar o que existe por detrás desta desigualdade de preços ou, mais exatamente, mostrar de que modo as diferenças na dotação de fatores se expressam em alterações em custos e preços monetários" (ibidem, p.30). E como primeiro ponto o autor estabelece que "a desigualdade dos preços relativos das mercadorias constitui uma condição necessária para a abertura do comércio em uma situação

inicial de isolamento" (ibidem, p.31). Entretanto, esta não é uma condição suficiente, uma vez que a desigualdade de preços relativos, gerando exportações e importações, tem de desembocar em sua igualdade, que pode ocorrer (embora não necessariamente) a determinada taxa de câmbio. Neste caso, Ohlin está certo quando afirma que "a natureza real do comércio inter-regional - as condições de sua existência assim como suas consequências - não pode explicar-se adequadamente referindo-se meramente ao fator oferta, ou a qualquer outro elemento único do grande sistema de interdependência da formação dos preços. Este sistema, tal como se desenvolve na teoria unimercado, deve modificar-se e completar-se mediante a introdução da demanda exterior" (ibidem, p. 39).

O autor, porém, está absolutamente errado quando, em nota de pé de página referente a esta passagem, afirma que "a doutrina dos custos comparativos tal como a apresentam Ricardo e Mill é insatisfatória, e não simplesmente devido a que a escala dos custos de trabalho se constrói sobre simplificações extremas (...) com também devido a que não leva em consideração a influência das condições de demanda sobre esta escalas. Perde-se a visão da interdependência mútua" (ibidem). Ricardo, na realidade, levou em consideração a demanda, embora com propósito distinto do de Ohlin - já que seu papel residia unicamente na determinação do volume de exportações e importações que seria possível ocorrer a certa taxa de câmbio. Assim, mesmo que certo país seja competitivo em certos produtos e importador em muitos outros, pode chegar a uma situação em que as exportações sejam bastante inelásticas (por serem pouco diversificadas e/ou por sua inelasticidade nos

países importadores) contrapostos a importações razoavelmente elásticas, o que levará a uma situação quase crônica de crise cambial.(1)

Ohlin, pelo contrário não está preocupado com a determinação específica da taxa de câmbio (que em geral é vista pelos neoclássicos de uma perspectiva bastante genérica), e sim com um propósito bem menos "nobre", isto é, de vulgarização: "De fato, a escala de custos comparativos não vem dada a priori e sim está afetada pela influência da demanda recíproca (....)" (ibidem). Em outras palavras, a diferença de produtividade entre regiões ou países não pode ser pensada a priori e sim depois da interação das demandas (regionais ou nacionais) com as ofertas de fatores de produção que podem se combinar em proporções variáveis, que passa a constituir hipótese sine qua non de seu modelo.(2)

Em suma, Ohlin resolveu estabelecer arbitrariamente que os fatores de produção estão cristalizados no espaço (internacional ou até mesmo inter-regional) e que nesta situação eles podem ser considerados dados a priori. Por outro lado, as condições de produção e de produtividade (e sua situação relativa

---

(1) Este, no fundo, constitui um dos aspectos essenciais da crise cambial da periferia capitalista.

(2) "(....) o domínio da teoria ricardiana dos custos comparativos que se baseia na suposição explícita da proporcionalidade entre as quantidades de todos os fatores, exceto a terra. Este suposto impede o estudo de proporções variáveis" (ibidem, p. 45). Diríamos, pelo contrário, que é tal pressuposto que permite a Ricardo a determinação da taxa de câmbio, ao passo que sua ausência - e a adução teoricamente inútil das proporções variáveis - é o principal responsável pela indeterminação em Ohlin. A esse respeito, ver anexo 2.1.

inter-regional ou interpaíses) não podem, em nenhum momento, ser encaradas a priori, tendo em vista as amplas possibilidades proporcionadas pela demanda recíproca, que determinarão afinal, como resultado, as combinações exatas dos fatores de produção.

O processo de vulgarização, porém, não pára aqui. Analisando "alguns efeitos do comércio inter-regional" Ohlin conclui pela tendência pelo menos parcial à igualação dos preços dos fatores: "o efeito mais imediato do comércio sob as condições que temos suposto reside em que em todas as partes se igualam os preços das mercadorias" (ibidem, p. 49). Isto porque naquelas regiões onde "o fator é relativamente abundante se demanda mais e alcança um maior preço, enquanto que o fator cuja oferta é escassa se demanda menos e obtém uma remuneração relativamente maior que antes". A escassez relativa dos fatores produtivos se reduz em cada uma das regiões (ibidem). E isto se torna possível, entre outras coisas, porque "não existindo custo de transporte e outros impedimentos ao comércio, todas as mercadorias têm de obter os mesmos preços em todas as regiões" (ibidem).

Por outro lado, o paradoxo ricardiano sobre "a possibilidade de que um país possa importar determinados bens, ainda que houvessem sido produzidos com menos trabalho em casa do que no país exportador (....)" (ibidem, p. 50) encontra uma solução diferente em termos da abordagem neoclássica. Enquanto em Ricardo o problema se resolvia pela fixação da taxa de câmbio (isto é, ou preço relativo do trabalho regional ou nacional vis-à-vis as demais regiões e países), Ohlin, embora não explique a solução ri-

cardiana, afirma que "não é assim que o consideramos desde uma teoria consistente do equilíbrio dos preços. Tem-se averiguado que cada região exportará os bens que possa produzir mais economicamente em termos monetários que as outras regiões" (idem). Este custo monetário estabelecer-se-á pela "combinação mais barata possível dos fatores produtivos". Com isso, o que era um conceito extremamente rico em Ricardo (os diferentes valores da moeda nos diversos países), expressão mais global de sua desigualdade produtiva, em Ohlin passa a ser uma prosaica diferença de custos monetários explicada pela diferença de preços e pela distinta combinação de fatores adotada em cada país, o que não deixa de ser mais uma generalidade introduzida numa problematização teórica específica e rica.

A transposição dos resultados do comércio inter-regional para o plano internacional faz-se sem problemas, de tal modo que o autor preserva as suposições fundamentais, modificando apenas aquelas complementares ou inessenciais: "Em geral, a segunda parte aplica a teoria do comércio inter-regional a um caso especial, aquele em que as regiões são países distintos" (ibidem, p. 80). Por outro lado, favoravelmente à teoria desenvolvida temos o fato de que "a mobilidade dentro dos distintos países é, sem dúvida alguma, consideravelmente superior à mobilidade internacional" (ibidem, p.79). Por outro lado, constata-se que a oferta de fatores produtivos não vem dada de uma vez para sempre e está afetada pelas variações nos preços, assim como por outras circunstâncias que nada têm a ver com o comércio e a formação dos preços" (ibidem). "Em resumo, a oferta de agentes industriais [illegible]

vezes pode descrever-se mais adequadamente como o resultado do comércio que como sua causa" (ibidem). Porém, depois deste início promissor onde se reconhece que os fatores podem constituir um resultado (especialmente a qualificação do trabalho), ou em parte para a diferenciação do trabalho (qualificado, não qualificado e técnico) e sua imobilização no espaço, o que resulta apenas em uma nova particularidade de sua teoria.

Em suma, o processo de inversão teórica no que o próprio autor chama de "versão simplificada do comércio inter-regional e internacional" pode ser desmembrado em pelo menos cinco passos fundamentais.

O primeiro consiste na adoção de um pressuposto - a imobilidade dos fatores de produção - cuja dificuldade, antes de ser determinada pelo seu menor ou maior irrealismo, reside em considerar como dado aquilo que vem a ser o próprio objeto de estudo, uma vez que a dotação concreta de forças produtivas em determinado ponto do espaço constitui o seu ponto de partida e o seu resultado, sendo a principal questão a de entender como e em que direção tal dotação tende a se mover. Por isso, se o conceito de fator de produção fosse preciso, tal teoria não passaria de uma tautologia travestida por uma relação de causalidade, porquanto não é uma afirmação nada excepcional concluir que uma região especializa-se segundo a sua base de recursos produtivos (naturais ou reprodutivos). A imprecisão do conceito de fator de produção, porém (especialmente o conceito de capital), dificulta a mensuração do que viria a ser uma obviedade; criando um cer-

to "impasse" e incerteza sobre a sua validade.

A dificuldade central, na verdade, é o conceito de capital, que pode incluir várias modalidades de capital constante (capital fixo e capital circulante), bem como o próprio capital variável, ou senão a clássica divisão da forma dinheiro versus a de capital mercadoria ou de capital produtivo. Ou seja, tudo o que contém valor trabalho pode vir a ser capital, o que sugere a impossibilidade de se determinar a priori a escassez ou abundância relativa deste fator em relação, por exemplo, ao trabalho: o que temos é que determinada quantidade de capital contém determinada quantidade de trabalho, cuja oferta no mercado pode ser escassa ou abundante. Neste sentido Leontief (1953), ao observar que os EUA, pretensamente abundante em capital e com escassez relativa de força de trabalho, são estranhamente exportadores de mercadorias intensivas em trabalho e importadores de mercadorias intensivas em capital, estabelece, de fato um falso paradoxo, uma vez que como exportador eminente de bens de capital e tecnologia - atividades que ocupam intensivamente uma mão-de-obra ultra qualificada - os EUA estão apenas expressando a sua grande "abundância" de capital, ou mais precisamente, o grande desenvolvimento de suas forças produtivas.(1)

(1) O desenvolvimento maior ou menor das forças produtivas, seria o conceito adequado para representar a idéia de que um país tem muito ou pouco capital, sem que isto queira dizer, evidentemente, que ele tenha escassez ou abundância de trabalho. Neste caso, poderíamos apenas afirmar que o trabalho seria mais ou menos produtivo respectivamente naquele país que tivesse mais ou menos capital, isto é, maior ou menor desenvolvimento das forças produtivas.

O segundo passo consiste na consideração da demanda, embora não exatamente pela novidade de sua introdução, como pretendera Ohlin, mas pela forma de sua utilização. Como já observamos, seu objetivo precípuo é o de relativizar (pela generalidade) a determinação dos custos de produção, incluindo a demanda como um dos elementos que pode influenciá-los através da mudança da demanda conjunta de dois ou mais países, quando iniciado o comércio. Com isso se alterará a demanda relativa de fatores e, por consequência, sua situação de escassez relativa e seus preços, afetando, em última análise, os custos de produção. Em Ricardo, em contraste, o papel da demanda é distinto. Na verdade, é o mercado internacional (e não o nacional, como em Ohlin) que sancionará o valor do trabalho nacional vis-à-vis o resto do mundo a partir de uma curva de custos dos produtos exportáveis, tal como sugerimos para a produção de ouro na Figura 4.

Aqui Ohlin dá um terceiro e decisivo passo para o abandono completo da problemática ricardiana. Segundo ele, esta curva de custos não pode ser fornecida a priori, mas sim a função de produção que fornecerá inúmeras combinações de fatores. Assim, suposta idêntica a função de produção de um certo produto para todos os países e suposta diferente a dotação de fatores em cada um deles, a curva de demanda conjunta do produto sancionará a quantidade a ser produzida bem como a combinação de fatores a ser com utilizados e, por fim, o custo de produção. Em Ricardo, este último também não é dado a priori e sim uma curva de custos que pode ser exemplificada pela Figura 4: em última análise, é o ni-

vel de demanda que sancionará a quantidade total produzida (e os países que passarão a produzir) bem como o custo de produção mais alto (pc no país C) em torno do qual oscilará o preço de mercado. Entretanto, a curva de custos (isto é os preços médios de produção pa, pb, pc e pd) pode ser fornecida (pensada) a priori e sua alteração, em termos substantivos, só pode ocorrer pelo movimento da acumulação.(1)

Traduzida para a linguagem neoclássica, a curva de custos da Figura 4 está propondo que qualquer que seja a combinação de fatores que se adote, o custo de produção do ouro em A será sempre (e em média) inferior ao de B e este ao de C e assim sucessivamente, especificação esta que não está contida na proposição de Ohlin, que prefere em sua análise sustentar, por exemplo, que embora a função de produção de ouro em A, B, C e D possa ser idêntica, a dotação relativa de fatores pode ser diferente. Ao tentarmos, porém, superar esta generalidade afirmando, por exemplo, que a dotação de minério de ouro em A é superior à de B, podemos estar afirmando uma inverdade: B pode muito bem ter mais minério do que A, embora pelas técnicas conhecidas o custo de extração em B será sempre (e em média) superior ao de A. Em outras palavras, o sistema neoclássico substitui o conceito de processo de produção, que soma um conjunto de fatores produtivos reunidos no processo concreto de produzir (que pode e deve ser pensado teoricamente como Marx o fez no Livro I de O Capital)

---

(1) Voltaremos a este assunto no Capítulo 4.

pelo conceito mais genérico de dotação de fatores, de forma que nem mesmo uma prosaica diferença de produtividade na extração de recursos naturais pode ser reduzida teoricamente aos elementos (bastante simples) que lhe conferem especificidade.

Chegamos assim a um quarto passo do processo de vulgarização da teoria ricardiana das vantagens comparativas, que começa pelo abandono da concepção do diferencial de produtividade na produção natural (1), e termina inevitavelmente no abandono não só do estudo como da própria problematização do espaço localizado. Este, porém, insidioso como sempre, insiste em reaparecer pelo menos em sua forma mais simples de custo de transporte das mercadorias de uso final, o que faz com que Ohlin, no seu modelo simplificado, suprima-o de vez (supondo a sua inexistência), como já se observou.

Por fim, o quinto, último e irremediável passo é a demonstração de que o sistema tende para o equilíbrio, não só pela unificação dos preços das mercadorias nas várias regiões, como também pela tendência, pelo menos parcial, à igualação dos preços dos fatores de produção. Com isso, a renda regional tende também à igualação e se suprime de vez o próprio problema que dá origem ao estudo das questões espaciais: o desenvolvimento desigual.

Surpreendentemente, porém, Ohlin abandona tais hipóteses simplificadoras quando considera "o movimento de mercadorias e de fatores" a partir da terceira parte de seu trabalho. Rein-

---

(1) Que passa a ser pensada pelo conceito de produtividade marginal.

troduz, em primeiro lugar, o custo de tranferência das mercadorias para reconhecer que eles "não só prejudicam ao comércio inter-regional como ademais mudam seu curso e, em certa medida, seus efeitos" (ibidem, p. 158). A seguir, reconsidera a possibilidade do movimento de fatores como uma alternativa ao comércio. "Em certa medida o movimento dos bens substitui o movimento dos fatores. Assim, pois, se não se realiza nenhum comércio, as discrepâncias de preços e consequentemente os movimentos dos fatores produtivos seriam mais consideráveis. O comércio converte em parcialmente (em alguns casos totalmente) desnecessários os movimentos de trabalho e capital" (ibidem, p. 160). Assim, também ao inverso "os movimentos dos fatores atuam como um substituto dos movimentos de mercadorias. A igualação inter-regional dos preços parece promover-se por ambos movimentos ou pelo que encontra menos resistência" (ibidem, p. 161). E como situação limite "pode conceber-se teoricamente que entre duas regiões tenha lugar um movimento de fatores porém nenhum comércio. Ambas regiões podem encontrar rentabilidade no comércio com outras exclusivamente, porém isto pode ser compatível com umas diferenças tais nos preços dos fatores de forma que estes se movam entre as duas" (idem, ibidem).

O autor acaba por reconhecer, dessa forma, que "os movimentos de fatores e mercadorias constituem as reações do mecanismo econômico. Ambas implicam uma adaptação local da oferta de bens às condições de demanda" (ibidem, p. 169). E por fim conclui que "o elemento de controle na adaptação local reside a longo

...azo no fato de que os recursos naturais são imóveis enquanto ... o trabalho e o capital podem distribuir-se" (ibidem, p. 170). ...sso isso voltamos inevitavelmente ao ponto de partida ricardiano ...de se constatava claramente a necessidade de construção do ...nceito do espaço localizado como o passo seguinte na sequência ...de sua teoria do comércio.

Essa, na realidade, é a perspectiva adotada por Ohlin (1) ...a recorrer à teoria da localização para entender "a influên- ...ia que exerce a imobilidade da natureza e os custos de transfe- ...ência sobre a produção e o comércio" (ibidem, p. 173). Nesse ...ntido, ele acaba por reconhecer que a "análise (...) sobre as ...causas da localização da indústria se aplica em certa medida à ...distribuição do trabalho e do capital. As mesmas circunstâncias ...que tornam rentável localizar indústrias em determinados distri- ...tos tendem também a colocar trabalho e capital nos mesmos dis- ...tritos" (ibidem, p.208). Além do mais, este resultado "não é em ...bsoluto uma igualação da oferta de fatores em todas as partes. ...elo contrário, posto que os distritos diferem sempre de um modo ...decisivo pelo que diz respeito aos recursos de transferência e ...naturais, também diferem com respeito à oferta de trabalho e ca- ...pital posto que esta última se adapta mais ou menos aos primei- ...os" (ibidem, p.209). Em suma, ao reorientar seu enfoque para a ...questão locacional, isto é, dos elementos que condicionam a lo-

(1) A teoria da localização será tratada com certo detalhe na úl- tima parte deste capítulo.

vimento do capital para certos pontos do espaço, Ohlin é levado à conclusão de que a oferta de fatores não naturais é também um resultado do processo, o que inibiria a presunção de qualquer relação estática de causalidade. Mais ainda, este movimento do capital (e consequentemente do trabalho) em direção aos espaços mais rentáveis provoca um efeito cumulativo que recondiciona ainda mais tal direcionamento, o que leva o autor em momento anterior a afirmar que "a localização das indústrias manufatureiras no Século XX em boa parte está marcada pela criação anterior de uma oferta de trabalho e capital" (ibidem, p. 132).

Por fim, ao propor o entendimento da "teoria do comércio inter-regional como uma teoria da localização" Ohlin extrapola do contexto puramente local ou distrital para o espaço regional ou mesmo nacional: "a distribuição dos fatores produtivos e dos recursos de transferência dentro dos países não somente afeta a localização internacional da indústria, como também a distribuição interior da produção e do comércio. Tão somente se as grandes regiões, como os países, estiverem formadas por regiões ou "células" similares pode-se desprezar a localização interior num estudo da divisão da produção e do comércio entre grandes regiões. Na maioria dos casos não existe esta semelhança, e uma análise como o da teoria clássica e o oferecido nos primeiros nove capítulos deste livro, que não chega a considerar a localização interior, ignora partes essenciais do problema" (ibidem, p. 215).

Estabelece-se assim uma evidente dualidade entre a teoria do "comércio inter-regional ou internacional simplificado", que leva necessariamente ao equilíbrio e à homogeneidade espacial, e a segunda parte do trabalho, onde Ohlin abandona as hipóteses simplificadoras e procura avançar na construção teórica do espaço localizado. A despeito deste avanço ser bastante precário, não só pela incipiência do tema no contexto da economia (que acaba por se refletir no pequeno desenvolvimento das "teorias espaciais") como também pelo fato de que a teoria da localização por ele utilizada carrega (como veremos adiante) igualmente o paradigma do equilíbrio, não se pode deixar de reconhecer que o autor recoloca, por "linhas tortas", a problemática em estudo em seu devido lugar.

Oscila-se, na verdade, entre "dois mundos". No primeiro (do equilíbrio) a teoria cumpre o papel ideológico de ciência "oficial" da pseudo realidade, que ela poderia explicar e que se presta a usos diversos, desde os acadêmicos/bastardos até como base teórica (ideológica) para políticas eminentemente reacionárias, especialmente a nível das relações econômicas internacionais. Por outro lado, a vertente do desequilíbrio e do potencial de desenvolvimento desigual é considerada uma "sofisticação" pela consideração de elementos que constituem exceções (ou fricções) às verdades estabelecidas pela teoria, e que o autor coloca, propositadamente, num estratégico segundo plano, facilitando, desde

logo, para a comunidade acadêmica, as tarefas de vulgarização.(1)

2.3 - A teoria da troca desigual

Várias são as teorias da troca desigual, que têm sua origem em Prebisch e na escola cepalina, de um modo geral, até chegarmos às diversas formulações teóricas hoje existentes. A despeito das diversas diferenças formais ou reais podemos afirmar que em todas elas o problema central continua o mesmo daquele anunciado por Ricardo, isto é, de como é possível a troca de trabalhos desiguais entre países (ou mesmo entre regiões) sob a hipótese de um diferencial de produtividade média entre eles. Ainda em comum temos o fato de que as eventuais "soluções" de cada teoria pressupõem uma hipótese sobre a concorrência (entre capitais e entre estes e os trabalhadores), que pode estar sustentada ou não do ponto de vista teórico.

Temos, porém, uma subdivisão básica entre as várias formulações, que consiste em se pensar o problema de um ponto de vista estático ou de um ponto de vista dinâmico, diferença que carrega consigo profundas implicações analíticas. Como representantes do primeiro grupo optamos por Arghiri Emmanuel (1973), dada a longa e cuidada sistematização que impôs à sua teoria. Por outro lado, como representante do segundo grupo (que é aliás

(1) Quase como uma síntese dos problemas já apontados, o modelo de Ohlin apresenta também um problema lógico de indeterminação, o qual discutiremos (por razões de adequação teórica) no apêndice 2.1. Para uma síntese do desenvolvimento e problemas da teoria neoclássica do comércio internacional, ver Bhagwati (1972).

pouco extenso e pouco explícito) optamos por Mandel (Capitalismo tardio) que, por razões que tentaremos mostrar, acaba por desembocar numa avaliação um pouco mais acabada sobre o tema.

2.3.1 - A troca desigual segundo Emmanuel

Como não poderia deixar de ser, o ponto de partida de A. Emmanuel para a construção de sua teoria é também Ricardo e a concepção das vantagens comparativas. Logo na introdução o autor observa que "tanto o valor modificado de Ricardo como os preços de produção de Marx, são efeito de duas perequações, a perequação dos lucros e a perequação dos salários. Mas enquanto que em Ricardo a segunda (...) se opera por baixo e por uma espécie de lei biológica que é a mesma para todos os países e, consequentemente, independente da concorrência internacional dos trabalhadores (...), no sistema marxista o fator sócio-histórico pode, na falta de tal concorrência, provocar diferenças consideráveis dos salários e tornar impossível, no plano internacional, a segunda perequação" (op. cit. p.50). Chegamos assim às duas hipóteses básicas de Emmanuel e que constituirão "por essa razão a condição fundamental da tese que se segue: mobilidade do fator capital e imobilidade do fator trabalho, com rejeição simultânea da hipótese ricardiana do custo fisiológico da força de trabalho" (ibidem).

A problemática do autor insere-se, na realidade, numa velha dificuldade ricardiana, que é a de determinar o valor de troca do trabalho nacional vis-à-vis o resto do mundo. Entretan-

to, sua linha de análise, ao invés de elaborar primeiro uma teoria cambial e então analisar os elementos aí implícitos que pudessem explicar o poder relativo de competitividade dos países, introduz um "atalho" em direção à própria teoria do valor (no sentido de modificá-la), intenção que impede que nos surpreendamos com a sua concordância com Ohlin: "tomamos como objeto tentar o que Ohlin criticava com razão, aos partidários do valor-trabalho, por não terem feito: integrar o valor internacional na teoria geral do valor" (ibidem, p.54). Na verdade tal integração não é exatamente à teoria do valor-trabalho mas à sua forma modificada uma vez que "a verdade de Ohlin, ou seja, que ninguém tentou elaborar uma teoria do comércio internacional na base do que ele designa de forma modificada de valor trabalho (que em nada difere dos preços de produção) é justa em certa medida" (ibidem).

Por outro lado, sua restrição a Ohlin não é pela modificação da teoria do valor trabalho (evidentemente no sentido neoclássico), e sim por diferença de hipótese: "para fazê-lo seria necessário recusar a hipótese da imobilidade do fator capital" (idem). "Mobilidade suficiente deste (do) primeiro fator para que a perequação internacional dos lucros se opere essencialmente e que o teorema dos preços de produção permaneça válidos; imobilidade suficientemente grande do segundo (o trabalho) para que as diferenças locais de salários, devido ao fator sócio-histórico, não possam ser eliminadas e que uma modificação desse teorema se imponha" (ibidem, p. 50). "Então, as diferenças de salários, não podendo repercutir no lucro, repercutem no preço e

este último deixa de poder ser (como no sistema ricardiano) o mesmo nos dois quadros, nacional e internacional" (ibidem). Pode-se concluir portanto, que a tese de Emmanuel é metodologicamente semelhante à de Ohlin, diferindo apenas na hipótese sobre a mobilidade do capital, que termina por afetar a posição final do equilíbrio. Com efeito, neste último, o equilíbrio implica uma tendência à igualação dos preços dos fatores, ao passo que em Emmanuel apenas os lucros são nivelados, em contraposição aos salários.

Embora constitua o ponto fraco da formulação de Ricardo, a hipótese da imobilidade dos fatores é retomada por Emmanuel e pretendida como um fator de diferenciação daquele autor a ponto de afirmar que "a não-perequação dos lucros é para Ricardo condição necessária e suficiente do funcionamento da lei dos custos comparativos e isto é um ponto importante que parece não ter sido notado até agora. Ricardo não fala dos salários em parte alguma deste sétimo capítulo consagrado ao comércio internacional. A única coisa que o preocupa é a imobilidade do capital, a impossibilidade, no plano internacional, de uma taxa geral de lucro" (ibidem, p. 96). Na verdade, como já observamos, Ricardo propõe no Capítulo VII tanto a imobilidade do capital quanto do trabalho (em passagem que já citamos), o que patenteia no mínimo a desatenção com que este autor foi "lido" por Emmanuel.

Os problemas de sua teoria, entretanto, vão muito além desta "má leitura", chegando mesmo a uma ruptura não apenas com o esquema ricardiano mas com a própria lei do valor no sentido

marxista. Nesse sentido, o autor propõe que "os preços de produção de Marx são preços de equilíbrio, pois que só com estes preços é que os dois fatores (trabalho e capital) são remunerados à mesma taxa em todos os ramos e que deixa de haver transferências. Todo e qualquer desvio destes preços provocado pelo mercado acarretaria movimento de fatores de um ramo a outro (...)" (ibidem, p.82). Por outro lado, "se é fácil demonstrar que no momento do equilíbrio existe correspondência entre os preços das mercadorias e as taxas de remuneração dos dois fatores, devemos, pelo contrário, reconhecer que, à primeira vista, não parece existir qualquer prova de razão pura sobre a questão de saber qual dos dois é o determinante e qual o determinado" (ibidem). E depois de uma série de argumentos o autor conclui que "as correspondências expressas pelo esquema dos preços de produção de Marx não são reversíveis. Os salários e os lucros é que são as variáveis independentes e os preços as variáveis dependentes do sistema" (ibidem, p.89).

Com base em tal "teoria" dos preços de produção, Emmanuel formula a sua definição de troca desigual: "para além de toda e qualquer alteração de preços resultantes de uma concorrência imperfeita no mercado das mercadorias, a troca desigual é a relação dos preços de equilíbrio que se estabelece em virtude de perequação dos lucros entre regiões com taxas de mais valia "institucionalmente" diferentes - significando (este último termo) que essas taxas escapam, seja por que razão for, à perequação concorrencial no mercado de fatores e são independentes do pre-

relativos" (ibidem, p. 122). Aparentemente, por esta definição, poder-se-ia pensar que a troca desigual seria "um caso particular de desvio do preço de produção relativamente ao valor" como sugere Bettelheim em sua crítica a Emmanuel, que em resposta esclarece que "limito efetivamente a troca desigual a um único caso, mas este não é o desvio do preço de produção relativamente ao valor, mas sim o desvio do preço de produção com salários iguais" (ibidem, Tomo II, p. 91). Mais ainda, "como a equivalência nas relações de produção capitalistas não é a troca de quantidades iguais de trabalho mas a troca de agregados iguais de fatores, a não equivalência (troca desigual) só pode consistir na troca de agregados desiguais dos mesmos fatores" (idem).

Fica claro portanto que a teoria de Emmanuel vai muito além de uma suposição arbitrária sobre a imobilidade/mobilidade dos fatores, para se situar num plano de negação e abandono da teoria do valor. Este, na verdade, é substituído pelas "remunerações de fatores", adotados como variáveis independentes que estabelecem os parâmetros de determinação dos "preços de produção" ("preços de equilíbrio"). Assim, tal como em Ohlin, se houvesse plena mobilidade de fatores, os preços do equilíbrio seriam idênticos em todos os países, o mesmo ocorrendo com os preços dos fatores, de forma a que se extinguisse a troca de não equivalentes. Ou, nas palavras do próprio Emmanuel: "se o salário não fosse uma variável independente, se ele fosse um preço como outro qualquer, neste caso a minha crítica desmoronar-se-ia e a divisão internacional do trabalho na base dos custos comparados conduziria ao ótimo mundial, como o demonstrou um grande número de

economistas desse Ricardo até Heckscher-Ohlin, incluindo um certo número de economistas marxistas dos países de Leste" (ibidem, p. 90).

Na realidade, a diferença real deste autor em relação aos neoclássicos não é metodológica (isto é, de forma e conteúdo) mas apenas de aspectos específicos referentes às hipóteses estabelecidas para o seu modelo, sendo que, no fundamental, o seu conceito de não-equivalência refere-se (como nos neoclássicos) a virtuais "pontos de equilíbrio". Temos portanto que a desigualdade da troca só existe quando se impede o livre funcionamento do mercado na fixação dos preços de equilíbrio, constituindo, neste sentido, uma desigualdade entre um ponto de equilíbrio "ideal" e um ponto de equilíbrio "real". Como isso, joga-se pela janela não apenas a lei do valor em seu conjunto, mas especificamente toda a problemática arduamente elaborada por Ricardo dos "valores desiguais", isto é, do diferencial de produtividade existente entre os países. A esse respeito é eloquente a forma como Emmanuel analisa a renda fundiária que possibilita (como qualquer marxista ou até mesmo ricardiano sabe) uma situação inequívoca de troca de não-equivalentes. Sobre a renda diferencial, por exemplo, ele afirma que, "nas condições dadas de produção com rendimentos decrescentes e de perfeita continuidade, é a procura que determina os preços, e não as rendas que determinam os preços. Temos aqui o caso - tipo cuja generalização e sofisticação constituíram todo o edifício do marginalismo. Nesta base, não deveríamos contar a renda como fator de preço e menos ainda como fator de troca desigual" (ibidem, p. 276).

Na verdade, a despeito da renda diferencial envolver uma clara situação de troca de não-equivalentes do ponto de vista do valor, para Emmanuel, "ainda que seja paga pelo comprador estrangeiro (...), ela é, tal como os clássicos a apresentaram, o produto da livre concorrência e das condições objetivas da produção, portanto, das leis de funcionamento do sistema capitalista, não sendo engendrada por um monopólio qualquer que infringisse tais leis, como é o caso (...) dos sobre-salários dos países desenvolvidos" (ibidem, p.276). Analogamente, como o autor considera que a renda absoluta é fruto de um monopólio arbitrário "que determina os preços", ele é obrigado a concluir "que a renda absoluta existe, e essa renda é incontestavelmente um fator de preço e de troca desigual" (ibidem, p.285).

Esta última conclusão, porém, ao invés de reintroduzir o autor (mesmo que pela "porta de fundos") na problemática ricardiana, isto é, do estudo dos elementos "primários" que determinam o diferencial de produtividade entre regiões e países, leva-o a uma consideração final esdrúxula e despropositada, indigna até mesmo dos autores neoclássicos de bom nível como Ohlin: "uma divisão internacional do trabalho baseada no custo de produção, no qual se conta a renda onde ela existir, não pode corresponder ao ótimo mundial procurado pelos clássicos e pelos modernos liberais. Uma mudança institucional que abolisse ou reduzisse a renda tenderia caducas certas especializações, mesmo que as condições objetivas de produção não se tivessem alterado. Finalmente, esse atributo não é nem útil, nem necessário ao desenvolvimento do capitalismo em geral. A propriedade fundiária, ainda que afetando a

maior parte dos modelos capitalistas reais, não é um elemento constitutivo de todos os modelos capitalistas possíveis. Pode mesmo dizer-se que a tendência do capitalismo em geral foi sempre para restringir a renda fundiária ou evitar a sua criação" (ibidem, p.285). Ou seja, incomodado com um elemento que visivelmente constitui uma exceção á sua teoria, o autor não se fez de rogado e substitui a lógica pela adjetivação valorativa (entendida no pior sentido do senso comum do cotidiano) para atirar o "elemento incômodo pela janela".(1)

Os probelmas desta teoria não se encerram, porém, apenas nos aspectos metodológicos, em que se assemelha no fundamental à teoria neoclássica das vantagens comparativas. Além disso, e ao contrário desta, a troca desigual quando considerada em seus próprios termos apresenta uma profunda incoerência facilmente observável. Referindo-se por exemplo ao problema da especialização internacional, Emmanuel afirma que "a monocultura não é um mal em si. Torna-se um mal na medida em que o produto exportado se encontra desfavorecido pela troca desigual. Não é por exportar demasiado café e pouco de outras coisas que o Brasil é pobre mas sim porque o café é demasiado barato. A monocultura do amendoim é nefasta para o Senegal, mas a monocultura do aço

---

(1) Não deixa de ser por isso, que a teoria da troca desigual quando introduzida como "démarche" central da questão espacial, acaba abandonando por completo a discussão teórica sobre o espaço localizado.

segura ao Luxemburgo um dos rendimentos nacionais por habitante mais elevados da Europa" (ibidem, p. 325).

Se Emmanuel considera que o preço do amendoim é baixo, a questão a saber é porque o Senegal, ao invés de produzir amendoim, não produz aço de forma a aproveitar o preço mais alto do aço conjugado ao preço mais baixo de sua mão-de-obra? Mais que isso, já que existe mobilidade do capital no espaço, porque os capitais não abandonam Luxemburgo e vão produzir aço no Senegal? Da mesma forma, como bem observa Mandel "a questão permanece (isto é) porque os (esses) capitalistas investem na África do Sul, na Malásia e no Irã ao invés de investirem na Inglaterra? Ao invés de responder a essa questão, Emmanuel faz com que ela desapareça num passe de mágica" (op. cit. p. 251). O "passe de mágica" na realidade é a negação feita por Emmanuel em outro trabalho da importância dos investimentos dos países imperialistas (1) na periferia capitalista: mesmo sendo isto verdadeiro (o que é totalmente discutível, como nota Mandel) teria de ser explicado por que não ocorre, a despeito dos baixos salários na periferia. No fundo, o motivo porque os capitais interessam-se ou não por tais investimentos é um dos pontos centrais de investigação teórica e sobre o qual Emmanuel tem pouco ou nada a dizer, já que o objetivo precípuo de seu trabalho é negar qualquer princípio lógico para a divisão internacional do trabalho (2).

---

(1) "White-settler colonialism and the Myth of Investment Imperialism" in New Left Review n. 73, 1972.

(2) Daí inclusive a sua crítica sistemática, especialmente a Ricardo.

Entretanto, o resultado mais insustentável da teoria da troca desigual é a tentativa de explicar o atraso relativo dos países não pelas suas características internas, ou pela sua especialização na divisão internacional do trabalho, ou até mesmo pela eventual queda dos termos de intercâmbio, como propôs a CEPAL, pelo contrário, é pela pura, simples e estática participação no comércio que os países pobres não logram, em última instância, promover o seu desenvolvimento! Assim, levada a suas últimas consequências, a teoria implica que o fechamento absoluto dos países pobres é preferível à "exploração" a que são submetidos no comércio com os países ricos, sugerindo que o problema não é econômico e sim "moral", pelo simples "contágio" entre estes dois grupos de países.(1)

Na realidade, Emmanuel desconsidera por completo a desigual distribuição de forças produtivas interpaíses que explica em termos correntes o seu nível de renda: tomando o seu próprio exemplo, podemos afirmar que se todos os países pobres produtores de amendoim aumentassem, por força de um cartel, os preços, os EUA - que igualmente produzem amendoim com altíssimos níveis de produtividade dominariam o mercado e expulsariam os competidores

---

(1) Neste sentido, o princípio da troca desigual levado às suas últimas consequências implicaria a conclusão de que a autarquia é sempre preferível à troca, uma vez que toda a construção lógica deste tipo de teoria obstrai os verdadeiros fatores que levam ao comércio internacional. Assim, havendo exploração comercial, é preferível a autarquia, caindo-se num absurdo que, inclusive, atinge inúmeras pessoas e grupos sociais. É o caso, por exemplo, da ideologia que pratica uma determinada política de isolamento econômico e político a nível internacional e, especialmente, na própria fronteira.

pobres, assim como deveria ocorrer o mesmo com o Brasil se este tentasse aumentar o preço de sua soja e de seu açúcar e até mesmo do café, onde suas vantagens comparativas são por demais evidentes. (1)

Em suma, a teoria de Emmanuel, na medida em que abstrai todos os fatores relevantes no comércio internacional, só é aceitável enquanto uma proposta "moral" (metafísica, portanto, pelo menos no ponto de vista científico) que vê no "contágio" comercial puro e simples de países desiguais uma relação a priori de "exploração". Nessa medida, além de constituir-se em uma teoria do equilíbrio estático (problema que vamos analisar a seguir) ela é sobretudo inconsistente, ao tentar explicar fenômenos que visivelmente não consegue alcançar.

2.3.2 - A teoria da troca desigual segundo Mandel

A teoria da troca desigual, que tem em Emmanuel seu formulador mais sistemático de um ponto de vista estático, encontra em Mandel (op. cit.) a melhor sistematização de um ponto de vista dinâmico, sendo que mais próximo daquele autor temos, por exemplo Samir Amin (1970) e C.Palloix (1969), e de Mandel, Bettelheim em seu apêndice do livro de Emmanuel. Apesar disso, o argumento de Mandel apresenta-se por vezes confuso, dado o [illegible]

(1) Neste último caso, acima suprimimos a não existência de concorrentes a nível internacional, a única para o café seria a elasticidade preço dos países ricos que, inevitavelmente, a partir de um certo ponto, teriam seus preços reduzidos drásticamente à quantidade importada e ponto de comprometer a receita total.

propósito de fundir numa mesma discussão vários temas difíceis e que normalmente requerem atenção especial.(1)

O ponto de partida de Mandel é bastante promissor ao observar que "os movimentos internacionais de capital reproduzem e ampliam constantemente o diferencial internacional de produtividade, que é característico da história do capitalismo moderno; e esses movimentos são por sua vez determinados por esse diferencial" (ibidem, p. 243). Com isso o autor inverte por completo a relação estabelecida por Emmanuel, que toma o diferencial de salários como a causa central do desenvolvimento desigual da produtividade,(2) observando, pelo contrário, que "são as condições desiguais de desenvolvimento (que) determinam tamanhos diferentes de mercados internos e ritmos irregulares de acumulação de capital. Nesse sentido, as enormes diferenças internacionais de valor e de preço da mercadoria força de trabalho (....) não são causas mas resultados(3) do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista, ou da produtividade do trabalho em todo o mundo, pois a lógica do capital normalmente o leva para as zonas com maiores perspectivas de valorização" (ibidem, p..249).

---

(1) Por exemplo, a discussão da natureza da troca desigual, agregada à natureza e especificidade histórica do subdesenvolvimento, mais as diferenças entre o "novo" e o "velho" Imperialismo, etc, todos reunidos apenas num capítulo do capitalismo tardio.

(2) Sobretudo através de indução que os altos salários fariam para o desenvolvimento dos investimentos "capital-intensivo" nas metrópoles e "trabalho-intensivo" nos países pobres tendo em vista os seus baixos salários.

(3) Grifos do autor.

Temos portanto a recuperação da problemática correta, ou seja, o entendimento teórico de por que o capital movimenta-se de um para outro ponto do espaço econômico em busca de valorização. "Assim, a resposta apresentada por Emmanuel e Amin à questão da origem da natureza do subdesenvolvimento propõe, por sua vez, um enigma: por que as perspectivas de valorização de capital não são mais vantajosas onde os salários são mais baixos, e porque por mais de cem anos o capital não saiu em escala maciça dos países de altos salários para os países de baixos salários?" ibidem).

A indagação é absolutamente pertinente e permite a Mandel descartar a teoria da troca desigual na forma proposta por aqueles autores, já que ambos "partem da hipótese de que existe uma imobilidade internacional da força de trabalho e uma mobilidade internacional do capital. O corolário lógico é o nivelamento internacional das taxas de lucro (...) Mas nestas circunstâncias o capital normalmente fluiria para os países de salários mais baixos" (idem, p. 249). A conclusão inevitável é a de que chegamos aos mesmos resultados da teoria neoclássica das vantagens comparativas. "Longe de explicar o subdesenvolvimento estrutural, essa hipótese implica (.....) a impossibilidade do subdesenvolvimento;(1) é incapaz de mostrar que os países de altos salários se industrializam, ao passo que as nações subdesenvolvidas possuem uma indústria relativamente pequena" (ibidem).

Descartada a teoria de Emmanuel e Amim, Mandel recorre a dois tipos de explicação para o desenvolvimento desigual, uma

(1) Grifos do autor.

que privilegia uma espécie de "dinâmica interna" dos países e outra que concebe uma nova proposição de troca desigual.

Quanto ao primeiro fator Mandel observa que Bettelheim em seu apêndice "está metodologicamente correto ao tomar como ponto de partida as relações de produção e as diferenças relativas de produtividade como a origem de tendências de desenvolvimento fundamentalmente divergentes nas semicolônias e nas metrópoles" (ibidem, p. 257). No entanto, "não basta citar dados históricos que mostram por que a industrialização ocorreu primeiro na Europa ocidental e não na China, na India ou na América Latina. Esses dados só explicam a diferença inicial" (ibidem). Na realidade, segundo Mandel, Bettelheim não considera de modo suficiente que "a diferença inicial de produtividade é inadequada para explicar a diferença contemporânea (1) (ibidem).

Duas são as explicações para as diferenças correntes de produtividade segundo o autor: a primeira "está nas relações de produção e na estrutura social dos países coloniais e semicoloniais que asseguravam que a maior parte do sobreproduto social não fosse usada com propósitos produtivos. Em outras palavras, havia acumulação de capital, mas esta consistia em capital estrangeiro e capital monetário (em geral investido improdutivamente), ao invés de capital industrial" (ibidem, p. 258). A segunda encontra-se na" (...) estrutura específica da economia capitalista, especialmente no período imperialista, mas em parte também no período anterior, que possibilitou à acumulação de

(1) Grifos do autor.

capital industrial nas metrópoles frear decisivamente a acumulação de capital industrial no chamado terceiro mundo" (ibidem, p. 57). Na junção dos dois conjuntos de fatores temos "que as condições desvantajosas para a acumulação de capital nesses países devem ser atribuídas a causas sociais (1) que pioraram com o Imperialismo" (ibidem, ibidem).

Embora correta, tal linha de raciocínio envolve algumas especificações. Em primeiro lugar deve ser observado que as aludidas "causas sociais" tiveram validade apenas nos primórdios da industrialização para a grande maioria dos países da periferia capitalista e, especialmente, para aqueles mais desenvolvidos. Nesse sentido, países como a Argentina ou mesmo o Brasil há muito transformaram por completo as relações de produção pré-capitalistas existentes em seu setor agrícola. As "reminiscências", por outro lado, não constituem uma resistência ao processo de modernização, e sim, na verdade, a formação de imensos bolsões de subsistência no campo e na cidade, que constituem fonte inexorável de população excedente para as necessidades do desenvolvimento do capitalismo. (2) Deste ponto de vista, portanto, o mercado destes países não pode ser considerado "estreito", fazendo-se necessário repensar tal problema tipicamente cepalino sob um outro ângulo teórico, que tentaremos sugerir neste estudo.

---

(1) Grifos do autor.

(2) Voltaremos ao tema no sexto capítulo.

A par disso deve-se indagar, em segundo lugar, os termos em que o Imperialismo bloqueia (ou "freia" na expressão de Mandel) a acumulação de capital nas periferia capitalista, sendo que desde logo devemos deixar claro (como já observmos no capítulo anterior) que a remessa (repartição) líquida de lucros não pode servir de explicação na forma em que aparentemente tenta fazê-lo Mandel. A bem da verdade, a saída líquida de capitais, embora aprofunde a falta de dinamismo de qualquer economia, é em si sempre um resultado cujo epicentro é a relativa incapacidade deste tipo de economia em constituir um locus para a acumulação de capital. Estas duas questões, isto é, o pouco dinamismo interno da periferia e a idéia do Imperialismo como "bloqueio" continuam apenas sugeridos e não desenvolvidos por Mandel, tarefa que requer não só a teorização específica como também a sua fusão teórica em torno de categorias de intermediação. (1)

Porém, paralelamente a esta problemática Mandel desenvolve uma determinada concepção de troca desigual bastante diferente daquela proposta por Emmanuel. O ponto de partida é a equivalência de valores internacionais a ponto de, por exemplo, "a semicolônia (trocar) mercadorias no valor de 4.000 francos por mercadorias do mesmo valor da metrópole imperialista" (ibidem, p. 252). Assim, "valores internacionais iguais são trocados por valores internaiconais iguais. Onde, então, esconde-se a "troca de-

(1) Ou seja, faz-se necessário estabelecer os pontos de intermediação entre uma teoria do espaço e uma da troca no Imperialismo de forma a que se possa fundi-las numa visão integrada da problemática centro-periferia. Voltaremos ao assunto no Capítulo 6 deste estudo.

igual" nessa equivalência? No fato de que esses valores internacionais iguais representam quantidades desiguais de trabalho" (ibidem).

À princípio poder-se-ia pensar que a diferença de "valores internacionais" seria explicada pelo diferencial de salário o que implicaria o retorno à teoria de Emmanuel. Até pelo contrário, Mandel afirma explicitamente que "a diferença entre essas duas quantidades de trabalho não reflete apenas a diferença entre os salários" (ibidem), e esclarece ainda que "essa teoria nos levaria de volta ao passado anterior a Marx e mesmo a Ricardo, às contradições da teoria do valor trabalho primitivo de Adam Smith" (ibidem). Mais do que isso, o autor admite até mesmo uma não perequação de taxa internacional de lucro: "a troca desigual leva portanto a uma transferência de valor (....) não contra, mas em consequência da lei do valor - não por causa de um nivelamento internacional das taxas de lucro, mas a despeito da inexistência desse nivelamento" (ibidem, p. 255).

Tentando esclarecer o problema Mandel admite que "pode parecer muito pouco importante saber se é o mercado mundial ou o mercado nacional que determina o valor quando são vistos de uma forma estática e isolada (....) No primeiro caso, não ocorre nenhuma transferência de valor no verdadeiro sentido da palavra, uma vez que o trabalho não remunerado ou reconhecido pelo mercado, isto é, trabalho socialmente dissipado, não cria, afinal, valor algum. No segundo caso podemos dizer que o trabalho socialmente necessário (executado em condições de produtividade social

dia de trabalho) é menos reconhecido internacionalmente mas na verdade todo ele cria valor. Entretanto, se passarmos de um ponto de vista estático para um ponto de vista dinâmico - o único que está de acordo com uma rigorosa aplicação da teoria do valor e da mais valia - o quadro muda completamente" (ibidem, p. 254).

Para explicar o ponto de vista dinâmico o autor volta ao seu exemplo de troca de 4.000 francos onde o país A (metrópole) troca 300 milhões de horas de trabalho por 1,2 bilhão do país B (semicolônia). "Pois bem, se não houvesse uma troca desigual, A teria de pagar não 300 milhões mas 1,2 bilhão de horas de trabalho pelo pacote de mercadorias importado da semicolônia. Só teria conseguido realizar uma fração dessa importação. No mínimo teria havido uma redução considerável nos recursos destinados ao consumo e à acumulação. O crescimento econômico teria diminuído" (idem). A partir deste exemplo o autor conclui que "essa análise das fontes da troca desigual está de acordo tanto com a teoria do valor de Marx quanto com o processo histórico real. Ela nos possibilita entender e explicar a coexistência de altas taxas de lucro e baixos salários, e o enriquecimento relativo das metrópoles às expensas das colônias e das semicolônias, pela transferência de valor resultante da troca de quantidades desiguais de trabalho no mercado mundial" (ibidem, p. 255).

Ao que parece Mandel não atenta para o seguinte problema: se existe um diferencial de produtividade irredutível entre centro e periferia, é absolutamente incorreto que tal diferença favoreça necessariamente o centro. Retornemos, como exemplo, à Fi-

gura 4, que mostra a determinação do preço do ouro no mercado internacional. Supondo-se taxas de salário e de lucro idênticas e produtividade distintas entre os países A, B, C e D chega-se a distintos preços de produção (pa pb pc pd). Então, se o preço de mercado é igual a pc, haveria no comércio destes países com o "resto do mundo" uma "troca desigual" que favoreceria A e B, embora tal desigualdade fosse decorrente de um sobrelucro de monopólio, respectivamente nas magnitudes ra e rb, que teria surgido no processo de formação do preço internacional do produto. Entretanto, do ponto de vista do "resto do mundo", é indiferente que se compre de A, B ou C, já que em qualquer dos casos, por uma mesma quantidade de produtos dos países do "resto do mundo", obter-se-á a mesma quantidade de ouro, a despeito de no caso de troca com A ou B efetuar-se uma "troca desigual" de quantidades de trabalho. Assim, poderíamos afirmar que para o "resto do mundo" este tipo de "troca desigual" é indiferente, não alterando de nenhum modo o seu potencial de acumulação e de crescimento econômico, quer se comprasse de A, B ou C.

Consideremos agora que o país D (o de menor produtividade) aceite menores taxas de salário e de lucro, tal que pd passasse a ser igual a pc. Neste caso, os países C e D disputariam o mercado na "margem", embora para os importadores continuasse a ser indiferente comprar de C ou de D e de, na troca com este último país, estar envolvida uma "troca desigual" de trabalho.

Apenas se as taxas de salários e lucro em D baixassem de tal forma que pd pc e C fosse deslocado do mercado pela baixa do preço de mercado para pd, haveria um claro benefício para os países importadores: a diferença pc - pd seria o seu ganho unitário que poderia dessa forma contribuir para o aumento de seu potencial de acumulação e de crescimento econômico. Mesmo assim, de um ponto de vista estático continuaria a haver "troca desigual", só que de duas formas: no sentido de continuar a favorecer A e B - já que, embora menor que pc, pd continuaria a ser maior que pb e pa; e no sentido de favorecer o "resto do mundo" quando este adquire o produto de D.

No fundo, embora tenha proposto o abandono da visão estática da troca desigual, Mandel permanece nela, levando a um resultado muito semelhante à teoria de Emmanuel, dela diferindo apenas no fato de basear-se no diferencial de produtividade e não dele fazendo abstração, tal como neste último autor. A posição de Mandel pode, porém, ser colocada em bases dinâmicas. Reproduzindo um esquema semelhante ao adotado por S. Silva (1977) no estudo da relação de troca agricultura-indústria, podemos chegar a um resultado não só mais inteligível, como também totalmente explícito em Mandel em outro contexto de seu trabalho.

Chamemos de Xa o valor das exportações do centro para a periferia capitalista e Xb o valor das exportações desta para o centro, sendo que ambas as magnitudes estão expressas em ouro através do esquema de conversão cambial descrito anteriormente.

consideremos, além disso, que Xa expressa em horas de trabalho do centro é xa e que Xb representa igualmente xb horas de trabalho de B (periferia). Neste caso, se abstraímos o movimento líquido de capitais, Xa deve igualar-se a Xb embora certamente xa < xb, expressando a "troca desigual" de trabalho entre o centro e periferia. Estaticamente isto pouco significa embora em termos dinâmicos a situação mude totalmente de figura.

Chamemos de pa a produtividade média das exportações do centro para a periferia (isto é, pa = Xa/xa) e pb o mesmo para a produtividade das exportações da periferia para o centro. Neste caso, se em termos históricos podemos falar em aprofundamento do diferencial de produtividade (geral e do setor exportador), então a taxa de crescimento de pa será superior à de pb, isto é, $\Delta pa/pa > \Delta pb/pb$, o que indica que o gasto em trabalho por libra-ouro exportada pelo centro é cada vez menor do que o gasto em trabalho por libra-ouro exportada pela periferia.(1)

Este esquema dinâmico de "troca desigual" de trabalho, que não requer necessariamente hipóteses arbitrárias,(2) traz para o centro uma grande vantagem, que é a de transformar (pela troca) os produtos importados da periferia em produtos igualmente "baratos", tal como os produzidos internamente e exportados. Nes-

---

(1) Portanto, o argumento sobre a possibilidade de "troca desigual" num sentido dinâmico só tem validade numa situação de preços de intercâmbio estáveis na qual o centro retivesse os seus ganhos de produtividade. Voltaremos ao tema no sexto capítulo na discussão sobre a CEPAL.

(2) Por exemplo, a não igualação da taxa de salários e de lucros, já que o diferencial de produtividade pode ser retido como renda de monopólio (natural ou urbana).

te sentido, tudo se passaria como se o centro só se aproveitasse das vantagens do desenvolvimento desigual e nunca de seu ônus, aqui expresso pelo lento desenvolvimento da produtividade do trabalho na periferia. Por outro lado, esta última, além de arcar com as desvantagens do desenvolvimento desigual, não consegue se apropriar de suas vantagens, que seriam a queda de preços das mercadorias importadas do centro. Este, na realidade, não passa do velho problema cepalino da tendência à não transmissão internacional dos ganhos do progresso técnico, fato que, como tentaremos mostrar no sexto capítulo (subitem 6.3), precisa ser demonstrado teoricamente. Por outro lado, embora verdadeiro, este duplo efeito não significa propriamente "troca [illegible]" que, enquanto tal, só pode ser pensada como de co[illegible] isto é, do ponto de vista estático.

Porém, para analisarmos esta questão, devemos abandonar o Capítulo 11 (1) de O Capitalismo Tardio, que se mostra um pouco perdido entre o aprofundamento da questão do "Imperialismo como bloqueio" (e dinâmica "interna" da periferia) e a discussão da troca desigual, que se apresenta incompleta, não superando, nem mesmo formalmente, o aludido marco estático. Um ponto de partida muito mais interessante é o Capítulo 3 do mesmo livro ("As três fontes principais de superlucro no desenvolvimento do capitalismo moderno"), construído sob uma perspectiva inteiramente diversa, onde o autor está "principalmente interessado no papel que a luc-

(1) "Neocolonialismo e troca desigual".

ça de superlucros desempenha no processo de acumulação de capital e de crescimento capitalista" (ibidem, p.51). Nessa medida, uma vez que, "por sua própria natureza, o crescimento do modo de produção capitalista conduz sempre a um desequilíbrio", "devemos (...) ter em mente que o problema da expansão do capital a novas esferas da produção - técnicas ou geográficas - é determinado, em última análise, por uma diferença no nível de lucro (...)" (ibidem).

Daí Mandel deduz três fontes principais de superlucros: "as diferenças no nível de lucro despontam a partir da concorrência entre capitais e da condenação inexorável de todas as firmas, ramos industriais e áreas que se deixam ultrapassar nessa corrida e que, por isso, são forçadas a ceder uma parte de sua "própria" mais-valia aos que a lideram. O que é esse processo, senão a produção permanente de firmas, ramos industriais, áreas e regiões subdesenvolvidas" (ibidem, p.58). Mais ainda, a origem do superlucro encontra-se inequivocamente em tais ramos, países e regiões subdesenvolvidas, pois se "(...) a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental por detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido às expensas dos (destes) países, regiões e ramos industriais menos produtivos" (ibidem, p. 70). Assim, para Mandel, enquanto nos primórdios da industrialização o desenvolvimento desigual inter-regional foi a origem dos superlucros e da aceleração do processo de acumulação nos principais países capitalistas, na fase imperialista clássica (final do Século XIX até os anos trinta) ele é superado pela transferên-

cia de excedente da periferia capitalista. Por último, no período que se segue á Segunda Guerra Mundial este fator dá lugar, em importância relativa, à transferência de excedente dos ramos industriais subdesenvolvidos para os setores dinâmicos monopolistas.

A questão que se impôs nestas proposições é a de determinar o exato mecanismo de transferência de mais valia das regiões, países e ramos subdesenvolvidos para seus congêneres dinâmicos. A solução Mandel busca-a fixando-se no terceiro caso, isto é, do desenvolvimento desigual inter-ramos industriais. Segundo ele, a diferença no nível de produtividade entre ramos distintos da indústria num mesmo país industrializado" (...) manifesta-se principalmente através do progresso técnico, do aperfeiçoamento das técnicas de produção, da elevação da composição orgânica do capital e sobretudo através da reprodução ampliada do capital fixo" (ibidem p.63). Sob um sistema de livre concorrência tal processo engendrará a formação apenas temporária de superlucros que serão eliminados com a afluência dos capitais para os ramos que introduziram a tecnologia moderna. Entretanto, na fase monopolista, que corresponde a um nível mais alto de concentração e centralização do capital, o desenvolvimento técnico resulta "não só em superlucros temporários, mas também nos superlucros duradouros" que passam a existir mesmo que se reconheça que tais setor monopolistas estão submetidos a limites. Em vista disso, é mais provável que ocorram dois processos paralelos de nivelamento dos lucros, de um lado o nivelamento normal dos lucros dos setores não monopolistas, e de outro, o nivelamento dos superlucros.

Para Mandel "essa justaposição de duas taxas médias de lucro não é mais do que a justaposição de dois níveis médios de produtividade ou, em outras palavras, a mesma discrepância em produtividade que havíamos anteriormente descoberto na raiz da transferência de valor entre as regiões industrializadas e as não industrializadas (...)" (ibidem, p. 65). Ou seja, tal como em nosso exemplo anterior, em que o maior progresso técnico aprofunda o diferencial de produtividade e a "troca desigual" entre centro e periferia, na dinâmica atual dos países capitalistas centrais o ritmo desigual de crescimento da produtividade favoreceria o setor monopolista com uma "troca desigual" entendida no mesmo sentido em que lhe atribui Mandel no desenvolvimento centro-periferia, isto é, como uma transferência de mais-valia dos ramos concorrenciais e pouco produtivos para os setores monopolistas. O problema então é teoricamente o mesmo, isto é, de saber se existe de fato uma transferência de valor entre os dois setores.

A questão na verdade não é simples, e Mandel apercebe-se em parte dela[1] tentando responder aos críticos desta concepção.[2] O fundo do problema encontra-se justamente em se determinar a origem do superlucro, se determinado "internamente" ou "externamente" pela transferência de valor. Na verdade, duas são as

---

(1) "Tal análise tem sido acusada de infringir os princípios fundamentais da teoria do valor de Marx e, na verdade, de qualquer forma da teoria do valor-trabalho" (ibidem, p.65).

(2) Especialmente citados por Mandel: Rush, Sholler e Seelow, Weltmarkt und Weltwahrungskrise, Bremen, 1971.

respostas para tal dificuldade, uma a nível estático e outra a nível dinâmico.

A nível estático Mandel tem razão quando afirma que "o processo de nivelamento das taxas de lucro resulta necessariamente numa transferência de valor, uma vez que a soma dos preços de produção é igual à soma dos valores (...). Portanto, se um ramo se apodera de parte da mais-valia produzida em outros ramos, isso só pode significar que esses outros ramos devem vender as mercadorias que produzem abaixo do seu valor. Marx expressamente enfatizou esse aspecto. Toda a transformação de valores em preços de produção se baseia numa tal transferência de mais valia, isto é, de valor" (ibidem, p.66). Neste sentido sua crítica a Scholler (1975), que introduz a demanda num contexto igualmente estático, para analisar o mesmo problema, é perfeita já que a conclusão de que "o superlucro (...) ocorre através de uma troca desigual de trabalho e de componentes de valor dentro (e não antes) da circulação, em confronto com todos os outros capitais individuais" (op.cit. p. 12) é inaceitável de um ponto de vista estático. Isto porque a "demanda monetariamente efetiva", que por sua natureza é um fator oscilante, faria mudar aleatoriamente o volume total de mais-valia. Como bem observa Mandel "era precisamente essa contradição de sua teoria da mais-valia que Marx procurou evitar, ao colocar a norma de que a massa total de mais-valia já é dada pelo processo de produção, e de que a soma total dos preços de produção deve corresponder à soma total dessa mais-valia. Isso significa (...) que quaisquer superlucros devem ser

acompanhados por lucros abaixo da média, obtidos por outros possuidores de mercadorias" (ibidem, p. 68).

De um ponto de vista dinâmico, porém, devemos interpretar o problema de forma distinta. Chamemos, como ilustração, de L a massa de mais-valia total produzida por uma economia, Ln o lucro em seu setor não-monopolista e Lm o lucro em seu setor monopolista. Deste modo, Ln + Lm = L onde a soma setorial de lucros iguala-se à massa de mais-valia total. Por outro lado, denominemos Vn, Vm e V respectivamente os valores do capital variável empregado nos setores não-mnopolistas, monopolistas e no total da economia. Supondo-se que estaticamente o setor não-monopolista transfere mais-valia para o monopolista, teremos que $Ln/Vn < L/V$ e $Lm/Vm > L/V$ conforme o que está propondo Mandel. Suponhamos agora um segundo momento em que o setor monopolista aumenta a produtividade tal que, com o mesmo contingente de trabalhadores, aumenta o volume de produção e que o setor não-monopolista apresenta-se sem alteração. Neste caso, se toda a produção do setor monopolista pertence ao D_2 ou ao D_1 que produz para o D_2, e se este setor não repassa o aumento de produtividade para os preços, teremos, em primeiro lugar, um aumento da massa total de mais-valia em virtude da redução do custo de reprodução da força de trabalho e, em segundo lugar, um aumento dos lucros do setor monopolista na mesma magnitude do aumento da massa de mais-valia. Assim, $\Delta Lm = \Delta L$ enquanto Ln permanecerá sem nenhuma alteração. Provavelmente, a taxa média de lucro subirá e, em maior proporção, a do setor monopolista, ao passo que o do setor

não monopolista permanecerá estável, a despeito de a "transferência" de valor ser crescente do segundo para o primeiro setor.

Mandel afirma que "a dificuldade real consiste em determinar a massa total de mais-valia que se encontra disponível para distribuição entre os capitalistas" (ibidem, p.67). Diríamos pelo contrário que a verdadeira dificuldade é considerar dada a massa de mais-valia quando ela definitivamente não o é em termos da própria essência da dinâmica capitalista, que busca expandi-la ao máximo. Quando Mandel indaga "de onde provém o (esse) superlucro?" (ibidem), a resposta é simples. Em termos globais, o superlucro provém do aumento da massa (ΔL) e da taxa ($\Delta L/V$) de mais-valia. Em termos específicos, podemos esclarecer que tal aumento decorre da mudança na esfera da produção do setor monopolista, portanto, provém do aumento da produtividade dos trabalhadores deste setor e de nenhuma forma, dos trabalhadores do setor não-monopolista.(1) A esse respeito, é absolutamente incompreensível que Mandel considere corretamente, por um lado, que os "superlucros (são) resultantes da introdução da tecnologia moderna", embora questione logo a seguir a sua origem na esfera da produção.(2)

---

(1) Na realidade, esta situação é bem caracterizada quando se trata da comparação inter-ramos e não da relação intra-ramo, onde a passagem da definição estática do valor para um contexto dinâmico constitui uma questão teórica difícil que por isso mesmo extrapola os limites e as possibilidades deste estudo.

(2) "Se essa mais-valia extra não é diretamente gerada na esfera específica da produção, nesse caso só pode provir de duas fontes: da redistribuição da mais-valia anteriormente produzida em outra parte (...) ou então, 'começa a existir' na esfera da circulação" (ibidem).

Na verdade, a grande dificuldade de Mandel é que em vários momentos de sua análise ele pensa dinamicamente, inclusive a própria noção de desenvolvimento desigual, que é um princípio importante e correto, ao passo que acaba por inviabilizar o potencial de sua análise ao tirar "fotografias" do processo em movimento. Por outro lado, o problema agrava-se mais ainda quando entra em polêmica com Busch, Sholler e Seelow que escrevem "certo por linhas tortas", isto é, tentam questionar (no que estão corretos) a idéia de "transferência de excedentes", embora não de uma perspectiva dinâmica mas de uma perspectiva igualmente estática, apenas uma "fotografia" de outro ângulo,(1) o que acaba por trazer embutida uma "nova" dificuldade teórica. Esta "nova" dificuldade, na verdade, é constituída da mesma natureza do nosso problema, uma vez que gira em torno da fixação de trabalho socialmente necessário.(2)

Se pensarmos bem no assunto o fundo da questão é eminentemente metodológico e decorre do tipo de interpretação e uso que pode ser dado à teoria do valor: se prisioneiro dos pressu-

---

(1) Estes autores consideram a possibilidade de um ramo vender as suas mercadorias pelo trabalho socialmente necessário médio, acima ou abaixo da média - valor que será determinado conforme a demanda esteja forte ou fraca.

(2) Em que medida, portanto, determinado tipo de trabalho é trabalho perdido ou não, se gera ou não valor caso produza ou não abaixo ou acima do trabalho socialmente necessário. Neste ponto a discussão é a mesma problemática da troca desigual já que se trata de reconhecer como perdido ou transferido determinado trabalho.

falta c/ pg 180

vimento do modo capitalista de produção, enquanto lei que define a especificidade desse movimento, em oposição aos modos de produção anteriores" (idem, ibidem).

Entre outras coisas isso significa que a lei de valor é uma lei de valorização que impõe o progresso incessante das forças produtivas como a forma precípua de acelerar o processo de acumulação e de cristalizar uma dinâmica de reprodução ampliada do capital. Desse modo, "o objetivo é que cada produto contenha o máximo possível de trabalho não pago", como sublinha Marx, o que faz com que a massa de mais-valia seja uma magnitude em incessante crescimento (somente paralisado pelas crises periódicas que afetam a produção capitalista), adicionado ao fato de que o trabalho socialmente necessário das mercadorias apresenta tendência incessante ao rebaixamento. Nesse sentido, como bem observa Belluzo, "é preciso deixar definitivamente claro que a mais-valia é uma relação "aberta" no sentido de que exprime a força variável do capital em supor trabalho vivo, e que assim é ilegítimo fixar quaisquer magnitudes que a compõem" (ibidem, p. 33).

Em outras palavras, a teoria da troca desigual, seja em sua versão explicitamente estática tal como a propôs Emmanuel, ou em sua versão "dinâmica" nos termos propostos por Mandel, somente é demonstrável teoricamente se entendermos a teoria do valor como uma teoria do equilíbrio e não como uma lei de movimento que, pelo contrário, "revoluciona" incessantemente todos os parâmetros estabelecidos para a concepção deste equilíbrio. Por isso mesmo, como teoria do equilíbrio, a troca desigual não passa de uma me-

tafísica fechada sobre si mesma (uma vez que desconectada, pelo equilíbrio, da acumulação) e que encerra a discussão no ponto em que deve ser iniciada: se existe de fato um desenvolvimento desigual inter-regional e internacional, patenteado pela desigualdade de acumulação e de desenvolvimento das forças produtivas, devemos indagar (pacientemente) sobre as diferenças inter-regionais e internacionais que fazem com que determinada região ou país seja ou não um locus privilegiado da acumulação.

Finalmente, restaria ainda uma última questão: se incorreta qualquer proposição de troca desigual, como conciliar a teoria do valor com o comércio exterior ou, de um ponto de vista mais geral, com a questão espacial da qual o internacional é um caso particular? Na realidade, embora seja tema de grande controvérsia, a interpretação que fazemos acima sobre a troca desigual sugere implicitamente uma resposta para tal indagação. Supõe-se, no fundo, que a teoria do valor é um "modelo" que em sua forma estática abstrai várias situações concretas, sendo uma das principais a desigualdade de produtividade entre empresas de uma mesma atividade. Isto implica que o conceito de valor socialmente necessário não se refere a um pretenso "valor de equilíbrio" e sim a um valor médio derivado da soma de diferentes produtividades. Neste sentido, Silva (op. cit.) tem razão quando afirma que a existência de uma renda fundiária (no caso de seu estudo agrícola) tornaria patente a inadequação do valor para o estudo concreto do setor agrícola. Entretanto tal proposição somente se aplicaria à noção estática do valor: na verdade, a diferença de

produtividade entre empresas, tipos de terras agrícolas ou de localização, embora não convirjam para um "valor de equilíbrio" reflete, na evolução da própria diferença, a lei do valor. Em outras palavras, a diferença de produtividade entre empresas, entre terras agrícolas ou de localização sintetizam a lei do valor, apenas que situada nas condições específicas respectivamente da concorrência, da acumulação na agricultura ou do movimento do capital no espaço. E a partir daí, ao invés de ser pensada como um movimento a priori, deve ser tomada como um resultado produzido pelo movimento concreto de acumulação. (1)

2.4 - Teorias da localização

As teorias da localização caracterizam-se como um ramo particular de estudos onde é normalmente aplicado o paradigma neoclássico do equilíbrio. Assim, ao se analisar a localização geográfica das atividades econômicas busca-se estabelecer, através do princípio da maximização, a sua localização ótima ou o seu ponto ótimo que minimize custos e/ou maximize lucros, tal como determinado, por exemplo, na teoria neoclássica da firma. Observadas deste ponto de vista, estas teorias seriam basicamente sem interesse, de um modo geral, e em particular para o estudo que estamos desenvolvendo, uma vez que suas conclusões combinam

(1) Isto significa, por exemplo, que a busca incessante pela ampliação do valor excedente (movimento que leva à criação da mais-valia relativa) deverá substituir uma noção estática do valor, cabendo subordinada a leis específicas de concorrência agrícolas e espaciais, que explicarão não apenas a evolução do valor de uma empresa, gleba agrícola ou localização mas, também da diferença interempresas, interglebas ou interespaço

resultados abstratos com proposições irrelevantes, pouco avançando, afinal, no estudo da questão espacial.

Entretanto, quando despidas do paradigma neoclássico do equilíbrio, as teorias da localização podem ganhar um novo significado enquanto introdução à problemática espacial. Na verdade, uma de suas indagações básicas - onde tende a se localizar um novo empreendimento em processo de instalação - é, sem qualquer dúvida, uma pergunta relevante, uma vez que pode ser interpretada como idêntica à de se estabelecer a direção do movimento do capital no espaço. A única diferença é que, neste último caso, a pergunta tem uma ótica global (e, portanto, macroeconômica), ao passo que no primeiro especificam-se os fatores de localização de uma empresa (ou mesmo de uma indústria), revertendo a um tipo de abordagem convencionalmente considerada microeconômica. Como analiticamente tal distinção é não apenas irrelevante como, por vezes, inoportuna (constituindo mais um produto neoclássico em sua busca incansável da fragmentação da realidade econômica), devemos considerar que o objeto básico da teoria da localização é perfeitamente aceitável, tendo em vista as necessidades teóricas do estudo que estamos procurando desenvolver.

Apesar do desenvolvimento da teoria da localização ter encontrado seu acabamento final nos autores americanos dos anos cinquenta e seguintes, onde Isard fornece a principal contribuição, deveremos tomar como referência apenas os autores alemães, J.H. Von Thunen (1910), A. Weber (1909) e A. Lösch (1952), que forneceram os seus princípios básicos. De um modo geral, podemos

considerar que aqueles (Isard em especial) pouco contribuíram para o avanço na compreensão dos fundamentos da teoria da localização, e sim, apenas, para o crescimento "extensivo" da oferta, seja acrescentando "novos" fatores de localização, seja melhorando sua apresentação formal na inevitável (para os neoclássicos) busca do ponto ótimo de equilíbrio.(1)

Embora não seja a sequência normalmente apresentada daqueles autores, analisaremos em primeiro lugar a teoria de A. Weber, em seguida a teoria de A. Lösch e, por último, Von Thunen, cuja teoria da localização agrícola inicia geralmente os estudos sobre localização.

2.4.1 - Alfred Weber e a orientação locacional pelo transporte

A idéia básica da teoria weberina da localização é a de que nem todas as matérias-primas são ubíquas, encontrando-se distribuídas desigualmente no espaço geográfico. Assim, dada a sua localização e a dos centros de consumo, o problema que se coloca é o de estabelecer a melhor localização que minimize o custo de transporte global do conjunto de mercadorias envolvidas no processo de produção e circulação, supondo-se (como hipótese inicial) que o preço de todas elas é homogêneo no espaço, à exceção, evidentemente, do próprio custo de transporte determinado diretamente pela localização. Colocada nestes termos, tal teoria orienta-se não exatamente pelo custo de transporte - considerado uniformemente homogêneo no espaço geográfico - e sim exclusivamente

(1) Uma boa crítica da teoria da localização, particularmente em seu desenvolvimento americano como "Ciência Regional", encontra-se em Smolka (1981).

pela distância e seu efeito linear sobre o custo global de transporte. E este, afinal, dependerá da soma do custo de transporte da mercadoria de consumo final mais o custo de transporte das matérias-primas não ubíquas utilizadas no processo de produção, implicando uma solução (localização) ótima que dependerá do peso (em seu duplo sentido) relativo da massa de cada uma das mercadorias transportadas.

A solução matemática para o problema ocupou grande parte do tempo dos seguidores de Weber, começando pelo triângulo locacional (do próprio Weber) passando pelo emprego do modelo mecânico de Varignon, até o emprego de Isodapanas (Pallander e Hoover), desembocando na construção de uma "geometria da localização" como sugere Leme (1982).(1) Na verdade, como já sugerimos, seu problema central é o da procura da solução ótima (de equilíbrio), ao invés de aprofundar-se na identificação dos fatores locacionais e seu movimento no espaço. Assim, na medida em que quase todos os pressupostos do modelo weberiano são irrealistas ou logicamente inconsistentes (como a própria suposição de preços homogêneos no espaço) caminhamos para um processo de construção teórica gradativamente distante de seu pretenso objeto de investigação teórica inicial, isto é, o próprio processo de determinação da localização dos empreendimentos industriais.

---

(1) "Os autores que trataram do problema, a nosso ver, foram muitos mais atraídos pela beleza destas construções, do que pelo valor das mesmas na solução de problemas práticos" (Leme, op. cit., p.64).

Liquidamente, o que sobra é apenas um caso particular de amplo e complexo aspecto do processo locacional, que é a determinação da influência da não ubiqüidade de diversos recursos naturais na localização das atividades econômicas. Salvo algumas exceções em que o índice de matérias-primas é maior do que um,(1) hipótese em que a perda de peso no processamento do produto torna-se significativa a ponto de atrair a indústria par a fonte de matéria-prima, a tendência mais geral é a atração propiciada pelos centros de consumo, mesmo que continuemos a manter a hipótese da homogeneidade dos preços das mercadorias no espaço. Na realidade, a hipótese de um índice de matérias-primas maior que um é verificável para poucas e singulares atividades industriais como, por exemplo, beneficiamento de cereais, a agroindústria canavieira e a indústria cimenteira, todas onde a opção locacional pela fonte de matérias-primas é empiricamente observável.(2) Por outro lado, mesmo em situações onde tal índice é claramente maior que um (como no caso da siderurgia) a opção pela fonte de matérias-

---

(1) Designando por M a soma dos pesos de todas as matérias-primas utilizadas na produção, P a perda de peso durante o processamento de produção e U o peso das ubiquidades, chegamos ao índice de matérias-primas (I) de Weber definido por:

$$I = \frac{M - U}{M - P}$$

Assim, se $U < P, I > 1$ e Se $U > P, I < 1$

(2) Isto é facilmente observável pela localização efetiva destas indústrias no Brasil, que indica uma descentralização industrial efetiva (em relação a São Paulo) nestes casos.

primas não é perfeitamente definida.(1)

Esta última possibilidade ganha, na verdade, um significado bem rico quando utilizado numa perspectiva dinâmica como sugere Ohlin (op. cit.) na segunda parte de seu livro. Aqui não se trata de saber apenas estaticamente onde se localiza a indústria, quando a fonte de matérias-prima é uma força ponderável na opção locacional, mas em que medida determinadas fontes de matérias-primas podem constituir um processo efetivo de construção e crescimento de um mercado local, regional ou até mesmo nacional. Em outras palavras, a questão relevante é saber em que medida a opção pela fonte de matérias-primas cria dinamicamente fatores aglomerativos diversos, inclusive centros de consumo (que para Weber são dados).

Ao contrário disso, ao invés de tomar explicitamente sua teoria como um pequeno caso particular e retirar dela alguns elementos dinâmicos, Weber preferiu considerar seu modelo geral, ao qual adicionou hipóteses mais realistas com a influência do preço da mão-de-obra na localização(2) ou a consideração das economias de aglomeração, um conceito que, como veremos, é nuclear na questão espacial e que ele considera apenas adicionalmente e

---

(1) Basicamente a siderurgia perde peso em virtude da transformação do minério de ferro em aço e da queima do carvão. Entretanto, como as minas de carvão situam-se em geral distantes das minas de ferro, a opção locacional é, em princípio, indefinida, podendo se situar junto às minas de carvão, ao minério de ferro ou até mesmo aos principais centros de consumo.

(2) A influência do nível dos salários e mais especificamente da capacidade organizativa dos operários na localização é resaltada por Coraggio (1979) e autores americanos.

sem nenhum desenvolvimento teórico. Na medida em que este último fator é decisivo na problemática teórica espacial, ao passo que "a atração da fonte de matérias-primas considerada em termos regionais é de importância secundária" (Leme, op. cit., p.135), somos obrigados a abandonar a problemática weberiana em favor de Lösch, que praticamente inverte as hipóteses estabelecidas por Weber.

2.4.2 - August Lösch e o conceito de área de mercado

A crítica de Lösch a Weber centra-se fundamentalmente no fato deste último restringir-se a uma análise do equilíbrio parcial ao invés de buscar a determinação do equilíbrio locacional geral de uma certa atividade econômica no espaço. Assim, com tal propósito o autor constrói seu modelo baseado nas seguintes hipóteses: a) supõe que todas as matérias-primas e insumos necessários ao processo de produção são ubíquas, invertendo por completo o paradigma weberiano; b) supõe condições uniformes de transporte (uma superfície uniformemente plana por exemplo); c) distribuição uniforme da população no espaço; d) gastos e preferências de consumo uniformes; e) uniformidade do conhecimento da tecnologia e f) oportunidade uniforme de produção que termina por reunir os demais pressupostos. Além do mais, o autor parte do pressuposto fundamental de que a empresa deve conseguir economia de escala à medida em que aumenta a sua procura global no espaço, o que sugere uma curva de custos em L. Adicionando-se a isso o suposto de uma determinada densidade de procura para cada produto (que varia segundo a densidade da população por área e a curva de

procura individual) e o custo de transporte do consumidor ao centro de produção,(1) temos todos os elementos para a determinação do equilíbrio.

A idéia central é a de que o equilíbrio vai se verificar à medida em que os ganhos adicionais de escala tornem-se gradativamente próximos de zero (ou negativos com rendimentos decrescentes) os gastos de transportes dos consumidores adicionais mais afastados, relativamente altos a ponto de a soma dos preços FOB mais custo de transporte superar a de uma produção simétrica localizada em outro ponto do espaço. Embora intuitivamente simples, a demonstração do equilíbrio por Lösch é didaticamente confusa e matematicamente equivocada, como sugere Müller (1982).(2) A ambigüidade encontra-se na desproporção e inadequação do instrumental matemático utilizado para a derivação da curva da demanda no espaço, um conceito interessante embora teoricamente simples, com bem o demonstra Leme (op. cit.). Na verdade, para cada preço de oferta de uma determinada mercadoria, temos uma demanda máxima (Q) que dependerá de três fatores principais:

---

(1) No modelo original de Lösch é considerado o sistema FOB em que o comprador arca com a despesa de transporte, seja com o seu próprio deslocamento, seja com o deslocamento da mercadoria.

(2) Na verdade, na construção de Lösch, a tarifa de transporte não é explicitada, ficando embutida no custo de transporte total. O resultado é que na integração para a curva de demanda no espaço, o custo de transporte desaparece, obtendo-se uma expressão que o exclui. Como nota Müller "a formulação de Losch só é válida se o custo de transporte é constante e igual à unidade; o autor, entretanto, não explicita este pressuposto, o que impede que o referido custo de transporte seja um parâmetro da função de demanda" (op. cit., p.8).

a) a curva de procura por unidade consumidora; b) o número de unidades consumidoras que variará com a distância entre o ponto de demanda máximo e o centro produtor; e c) o custo de transporte da mercadoria ou do consumidor. Assim, à medida que nos afastamos do centro de produção, o custo de transporte deve subir e o consumo de cada unidade consumidora deve cair (o limite é zero). Nestes termos, para cada preço de oferta P (preço FOB), temos uma demanda máxima Q, que, analogamente às curvas de demanda "normais", deverá ser negativamente elástica em relação ao preço, embora por razões teoricamente distintas.(1)

De um certo modo enquanto proposto como um modelo de equilíbrio geral, o esquema de Losch faz juz às críticas de praxe que abominam com razão tal tipo de proposição. A bem da verdade, como acentua Holland (1979), o irrealismo do modelo torna-lo-ia inclusive inferior a Weber, estabelecendo um sistema teórico fechado em si mesmo, incompatível com o próprio desenvolvimento teórico e com a comprovação empírica.(2) Despida, porém, do pa-

---

(1) A diferença básica é que a curva de demanda no espaço incorpora os efeitos do custo de transporte sobre a decisões de consumir de cada unidade consumidora ao passo que a curva de demanda normal os exclui), o que implica no aumento ou redução do número de unidades consumidoras no espaço.

(2) "Se a influência de Weber era universal, a de Lösch também o era. Enquanto Weber iniciou a moderna teoria da localização por um caminho que poderia ter levado diretamente ao uso da teoria e das técnicas de análise para explicar a realidade, Lösch desviou-se para um beco-sem-saída teórico, no qual a teoria tornou-se, em grande parte, um fim em si mesmo" (op. cit., p. 11). A conclusão de Holland, absolutamente negativa, é a de que, "(...) assim como as formas metafísicas, o equilíbrio teórico da economia do espaço é considerado mais real do que os reais problemas regionais" (ibdem).

radigma do equilíbrio, a teoria de Lösch tem uma certa importância, ao introduzir três conceitos importantes na análise dos problemas espaciais. O primeiro é o de curva de demanda no espaço, onde o custo de transporte tem um papel decisivo: quanto mais abrangente for a demanda a ponto de se atingir sucessivamente o mercado local, regional, nacional e internacional, maior é, em princípio, a transportabilidade da mercadoria e menor o seu custo de transporte relativamente ao seu valor unitário. Inversamente, mercadorias pouco transportáveis terão mercados especialmente restritos, até atingirmos, no limite, os serviços, cuja característica central é o caráter friccional absoluto em termos espaciais.(1)

O segundo conceito que devemos a Lösch refere-se à inclusão das economias de escala na análise da questão espacial, embora a originalidade não esteja exatamente na inclusão (já presente em Weber e outros autores) mas na sua endogeneização enquanto elemento analítico central para a estruturação do espaço econômico. Isto nos leva diretamente ao terceiro conceito, que não passa da fusão analítica dos dois primeiros, sintetizado pela idéia de área de mercado. Despidas do paradigma do equilíbrio, que em Lösch adquire o formato inconsistente de um equilíbrio

(1) Voltaremos ao tema no próximo capítulo.

monopolístico[1], podemos admitir que uma empresa ou grupo de empresas (caso em que a economia de escala é externa)[2] que se localizam em determinado ponto do espaço fixam um preço de oferta cujo nível é ditado pelas razões da concorrência em geral e, em particular, pela capacidade competitiva do espaço econômico concorrente. Assim, quanto menor for este preço de oferta (garantido pelas economias de escala interna e externa) maior é a área de mercado deste ponto do espaço e consequentemente tanto maior é a sua capacidade de avanço sobre a área do espaço concorrente. Neste sentido, a estruturação do espaço em áreas de mercado, embora concebido estaticamente por Losch, é um conceito eminentemente dinâmico, na medida em que os fatores que a determinam (o custo de transporte e as economias de escala) são fatores em mutação permanente, seja ditadas pelo movimento das forças produtivas em geral (o que inclui o processo de urbanização[3]), seja ditadas por movimentos específicos da concorrência que determinan avanços na capacidade competitiva de uma empresa ou grupo de empresas.

---

(1) O equilíbrio em Losch dá-se, como nos casos normais de monopólio absoluto, pela igualdade entre receita marginal e custo marginal, onde a receita marginal deriva-se da curva de demanda no espaço. Tal fixação de preços (improvável mas teoricamente defensável) é inconsistente se os pensamos como preços de equilíbrio, uma vez que a existência de um sobre-lucro e a indicação de uma luta concorrencial latente, seja para preservá-lo e/ou ampliá-lo, seja para conseguí-lo penetrando-se no mercado no caso em que as barreiras à entrada são pouco expressivas.

(2) A distinção entre economia de escala externa e interna, fundamental para a questão espacial, será discutida mais adiante.

(3) Voltamos ao tema no capítulo seguinte.

Deste ponto de vista eminentemente dinâmico, o desenvolvimento desigual inter-regional é bastante provável mesmo que se mantenham os pressupostos de Lösch sobre a uniformidade das regiões. Neste sentido, basta que uma delas comece primeiro e introduza uma escala de operação com ganhos significativos para que as demias (ou pelo menos algumas) sejam ultrapassadas e desalojadas enquanto centro produtores, passando a constituir área de mercado da região inovadora. Geram-se, na realidade, efeitos cumulativos, quer considerados em termos de economias externas, quer pensando em termos de economias internas que aumentam a capacidade de acumulação da região (e das empresas da região).

Embora o tenha formulado estaticamente, quando Lösch extrapola seu modelo para a construção teórica do sistema de cidades[1] deixa claro que o processo de hierarquização, considerado de um ponto de vista puramente endógeno (que extrapole, por exemplo, os fatores naturais e político-administrativos), prende-se basicamente à combinação da economia de escala com o custo de transporte, que produz "funções" para os centros urbanos segundo o seu tamanho. Assim, quanto maior o centro urbano, maior a sua diversificação e capacidade de incorporação de centros urbanos menores que constituirão a sua área de mercado. Por isso, o processo que hierarquiza os centros é idêntico ao processo que os reestrutura (centralizando) a partir de mudanças nas condições de produção (economias de escalas) e de transporte.

---

(1) Christaller (1933) construiu sistema semelhante cuja diferença básica em relação a Lösch é a excessiva generalidade dos conceitos tipicamente econômicos.

Sob este aspecto, concordamos com Leme quando sublinha a tendência implícita de desenvolvimento heterogêneo (desigual) no sistema de Lösch baseado exclusivamente em variáveis endógenas. "De fato, Losch demonstra que mesmo na ausência de acidentes geográficos, ou de diferenças na distribuição de recursos naturais, mesmo na presença de um espaço completamente homogêneo no que diz respeito à fertilidade do solo, a população terminaria por se distribuir de uma forma heterogênea, apresentando regiões de grande densidade (os centros urbanos) distribuídos dentro de regiões de baixa densidade demográfica (a zona rural). Lösch prova que no espaço geográfico homogêneo formar-se-iam centros urbanos de diversas dimensões: metrópoles, cidades, vilas, cuja posição relativa e arranjo geométrico se pode prever apenas a partir de variáveis endógenas ao sistema econômico" (Leme, op. cit., p. 202).

Embora o sistema teórico desemboque numa geometria simétrica e inverossímil (influenciada, evidentemente, pelo paradigma do equilíbrio)[1], a idéia geral é correta, isto é, pensar o desenvolvimento desigual como uma necessidade interna do movimento do capital no espaço, sugerindo que o mpdelo (acusado até mesmo de metafísico por Holland) pode ser perfeitamente despido de sua vestimenta neoclássica. Nosso problema, portanto, é mais específico e se refere à generalidade do conceito de economia de

---

(1) O modelo desemboca numa construção de hexágonos hierarquizados a partir das pequenas unidades locais até as metrópoles, como numa pirâmide, onde a construção é evidentemente inútil do ponto de vista teórico.

escala tal como utilizado por Losch. A questão é que a economia de escala interna à empresa não gera por si só concentração espacial, uma vez que, por definição, a empresa teria, em princípio, plenas possibilidades de se movimentar no espaço, estabelecendo exclusivamente sob critérios exógenos (por exemplo, existência de recursos naturais ou de trabalho barato) sua localização, o que positivamente nos remeteria de volta a Weber. Por outro lado, o conceito de economia de escala externa à empresa (economias de aglomeração, segundo Weber), embora intuitamente correto, é teoricamente impreciso, com status (teórico) não perfeitamente definido.

Tal imprecisão, comum aos autores "espaciais", termina por resultar no abandono desta problemática, como o fazem, por exemplo, Holland,(2) que depois de remover as concepções convencionais sobre espaço recai em concepções espaciais - genéricas, portanto, para o entendimento da problemática espacial. A discussão deste conceito, que acreditamos central para o entendimento da problemática espacial, será retomada no próximo capítulo. Para finalizar esta parte, discutiremos o modelo de localização agrícola de Von Thunen, que pode ser considerado analiticamente complementar ao modelo de Losch. Teoricamente, porém, como tentaremos mostrar, ele ficará na dependência do mesmo conceito que reputamos impreciso.

---

(2) Voltaremos ao assunto no quinto e sexto capítulos deste estudo.

2.4.3 - J.H. Von Thunen e a teoria da localização agrícola

Von Thunen foi o primeiro economista que considerou a possibilidade da existência do espaço localizado afetar a opção locacional das atividades econômicas em geral. Em particular, seu modelo voltou-se para a agricultura e procurou determinar a localização relativa das várias atividades (e produtos) agrícolas. Para responder a esta indagação, Von Thunen obrigou-se a estabelecer algumas simplificações para a construção de seu modelo. A primeira é a de que a localização das atividades agrícolas dá-se no entorno de apenas um centro urbano, considerado isolado e independente do "resto" do sistema econômico. A segunda é a de que os produtores agrícolas mantém apenas uma relação mercantil básica com o centro urbano, ou seja, a venda de sua mercadoria, abstraindo, desse modo, qualquer necessidade de compra de mercadorias para o consumo ou para a reprodução da atividade agrícola. A terceira, semelhante a Losch, é a da uniformidade das condições de fertilidade, hipótese que, antes de ser irrealista, é básica ao abstrair das opções locacionais agrícolas aquelas não tipicamente endógenas, determinadas por fatores extra espaciais. A quarta, igualmente semelhante a Losch, e pela mesma razão teórica da anterior, supõe condições uniformes de transporte, o que equivale supor uma superfície perfeitamente plana. Estabelecidas tais hipóteses, Von Thunen supõe a existência de n mercadorias agrícolas e procura estabelecer a sua localização relativa no entorno de centro urbano.

Para o autor, o conceito de espaço localizado, isto é, de um espaço privilegiado onde a produção torna-se mais rentável, prende-se fundamentalmente ao diferencial de custo de transporte da mercadoria agrícola entre um ponto "localizado" e outro mais afastado. Neste sentido, tal diferencial deve gerar um sobre-lucro em favor da produção situada no "ponto privilegiado", o que o torna fator de interesse para a monopolização fundiária. Na medida em que isto ocorre, temos a formação de uma renda fundiária que, a despeito de se relacionar e derivar diretamente de uma atividade rural, devemos denominar de renda fundiária urbana. (1)

Para uma definição formal em termos algébricos, poderíamos chamar de p, o preço de mercado do produto, c o seu preço de produção FOB, q o rendimento físico por unidade de área, b o custo de transporte unitário (unidade de produto e unidade de distância), d a distância do estabelecimento agrícola ao centro urbano e R a renda fundiária por unidade de área. Assim, se no entorno de um determinado centro urbano produzíssemos apenas um produto agrícola poderíamos definir a renda fundiária urbana por unidade de área como uma função inversamente relacionada à distância nos termos de uma equação linear: $R = (p-c)\,q - bqd$ (1) sendo que $R \geq 0$ e $0 \leq d \leq \bar{d}$.

A suposição de uma distância máxima dada ($\bar{d}$) que fixa os limites do entorno agrícola do centro urbano merece algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, é a partir da dis-

---

(1) As razões para esta denominação serão fornecidas no próximo capítulo.

tância $\bar{d}$ que a renda fundiária é nula por definição. Segundo, é exatamente esta distância máxima que fixa a magnitude do sobre-lucro máximo, isto é aquele produzido pelos estabelecimentos situados virtualmente na origem (p-c).(1) Terceiro, enquanto (p-c) é determinado por $\bar{d}$, esta é determinada pela quantidade demandada total do produto em questão, ao qual está diretamente relacionada: quanto maior a demanda pelo produto, maior a área procurada no "entorno", o que leva ao aumento da distância-limite do núcleo urbano.(2) Quarto, embora esta quantidade total seja influenciada inversamente pelo preço nos moldes de uma curva convencional de demanda,(3) o que permite um esquema de determinação simultânea, este tipo de endogeneização da demanda é teoricamente irrelevante e até mesmo enganoso, de um ponto de vista espacial. De fato, o aspecto central da demanda, sob o aspecto que estamos analisando, é aquele ligado à sua elasticidade-renda, isto é, às variações proporcionadas pela variação da renda e do produto global (e, portanto, da acumulação e do próprio tamanho absoluto da área de mercado no sentido definido por Lösch) e não exatamente pela

---

(1) Se $R = 0$ para a distância $\bar{d}$, $(p-c)\,q - b\,\bar{d}\,q = 0$, o que resulta em $p-c = b\,\bar{d}$ que é o sobre-lucro máximo quando $d \longrightarrow 0$.

(2) Seja Q a quantidade demandada total. Então, $Q \pi \bar{d}^2 dq$. Se Q é dado, temos que $\bar{d} = \sqrt{Q/\pi q}$.

(3) Ou seja, $Q = f(p)$ enquanto $p = c + b\,\bar{d}$ sendo que $\bar{d} = \sqrt{Q/\pi q}$. O sistema seria assim, em princípio determinado, igualando o número de equações com o número de incógnitas.

elasticidade-preço que neste contexto pode ser negligenciada.(1) Por isso, como quinta e última observação, devemos considerar a demanda dada (e sua modificação, portanto, um aspecto logicamente externo ao modelo), o que implica supor a distância máxima ($\bar{d}$) dada, entendida não como uma constante mas como uma variável cujo processo de determinação incorpora variáveis não presentes no modelo.

Entre outras consequências isto implica que podemos escrever a equação (1) sob a forma: $R = b\ q\ (d-\bar{d})$ onde b e q podem ser considerados "parâmetros", $\bar{d}$ uma variável exógena e d a distância que pode variar de zero a $\bar{d}$.(2) Assim, para dados b e q, a renda cresce com o aumento da distância máxima do entorno agrícola, sendo este influenciado diretamente pelo aumento da demanda global da mercadoria agrícola. Em virtude desta demanda crescer com a acumulação e crescimento do centro urbano, a renda crescerá igualmente na mesma proporção. Por outro lado, se b e q também variam (por exemplo, crescem, respectivamente re-

---

(1) Muitos autores tentam rebater o fato de que Thunen (assim como Weber) trabalha com uma demanda dada e exógena lembrando a sua determinação pelos preços, que é uma determinação em muitos aspectos irrelevante. Assim, variações relevantes da demanda (não influenciadas só pelos preços) só podem ser introduzidas exogenamente tanto em Thunen como em Weber, o mesmo não ocorrendo, por exemplo, com Lösch cujo conceito de demanda no espaço é logicamente construído em termos endógenos. Neste sentido, Holland (op. cit), em sua crítica a Lösch (que por seu turno critica Weber por este desconsiderar a demanda), não tem razão, já que as variações da demanda consideradas por Weber, em seu capítulo 2 (que ele elogia), são mecânicas e exógenas, ao contrário do esquema de Lösch.

(2) A expressão pode ser obtida se substituímos p-c na equação, sendo $p-c = b\ d$, (1)

duzindo a transportabilidade e aumentando a intensificação do uso do solo), a renda urbana[1] deverá igualmente aumentar - embora neste caso d possa até mesmo permanecer constante. Como deveremos mostrar mais adiante, b e q não são exatamente "parâmetros" (especialmente quando considerados em termos globais), e sim variáveis que, como d, expressam a evolução do centro urbano.

Quando passamos a considerar n mercadorias agrícolas que correspondem biunivocamente a n atividades desenvolvidas em estabelecimentos distintos, passamos e enfrentar a problemática teórica de Von Thunen. Na realidade teremos agora, pelo menos inicialmente, n gradientes de renda correspondendo a n equações do tipo:

$$R_1 = (P_1 - c_1)\, q_1 - b_1\, q_1 d$$

$$\cdots \quad \cdots \quad \cdots \quad \cdots \quad \cdots \quad \cdots$$

$$R_n = (p_n - c_n)\, q_n - b_n\, q_n d$$

Assim a questão que se coloca é a ordenação no entorno do centro urbano destas n atividades, supondo-se que provavelmente elas deverão constituir anéis, que vão se alterando à medida do afastamento do núcleo urbano.

Em relação ao esquema anterior de apenas um produto, uma diferencia importante a considerar é que, ao invés de termos uma distância máxima $\bar{d}$ determinada pela demanda total, temos agora n distâncias ($\bar{d}_1$, $\bar{d}_2$, ... $\bar{d}_n$) determinadas pela procura específica de cada mercadoria agrícola sobre a qual, como no caso de

---

(1) Vide Nota 1 da página anterior.

apenas um produto, consideraremos abstraído o efeito preço. Nestas condições, a distância máxima, que definirá o limite do entorno agrícola, será o somatório destas n distâncias dadas, isto é, $\bar{d} = \bar{d1} + \bar{d2} + ... + \bar{dn}$. Entre outras consequências, tal suposição implica que não teremos a agricultura excluída do entorno, já que, por hipótese, sua demanda garantida pelo centro urbano possibilitar-lhe-á um preço de mercado compatível com o pagamento da renda fundiária.

De fato, como sugere a Figura 5, se temos dois produtos, sendo R1 o gradiente do produto 1 e R2 o gradiente do produto 2, tudo indicaria, aparentemente, que os valores de R2 seriam sempre maiores que R1 de tal forma que, não conseguindo pagar a renda nas localizações que tornariam sua produção rentável (isto é, para $d \leqslant d1$), a mercadoria 1 teria sua produção excluída, preterida em benefício da monoprodução da mercadoria 2. Entretanto, se $\bar{d1}$ é dado pela demanda de 1, esta pressionará o preço (p1) que subirá até o ponto em que este garanta um sobre-lucro que supere R2 e, ao mesmo tempo, forneça área suficiente para satisfazer aquela demanda. Assim, p1 subirá, deslocando o gradiente da renda da mercadoria 1 de R1 para R'1. Embora esta alta de preço reduza em parte a própria demanda de 1 (efeito que estamos abstraindo por hipótese), o importante a ressaltar é que num sistema fechado como o que estamos a considerar, onde os preços são determinados endogenamente, a inclusão das várias atividades está sempre garantida, independente da própria magnitude de sua demanda. Neste

sentido, a única possibilidade de existência de uma situação como a apresentada pela Figura 5, onde R1 < R2 para qualquer d, é que a hipótese do sistema fechado num único centro urbano seja relaxada e abra a possibilidade de existência de vários centros com condições diferenciadas de produção e rentabilidade,(1) o que acarretaria o rompimento com uma premissa central do modelo de Thunen.

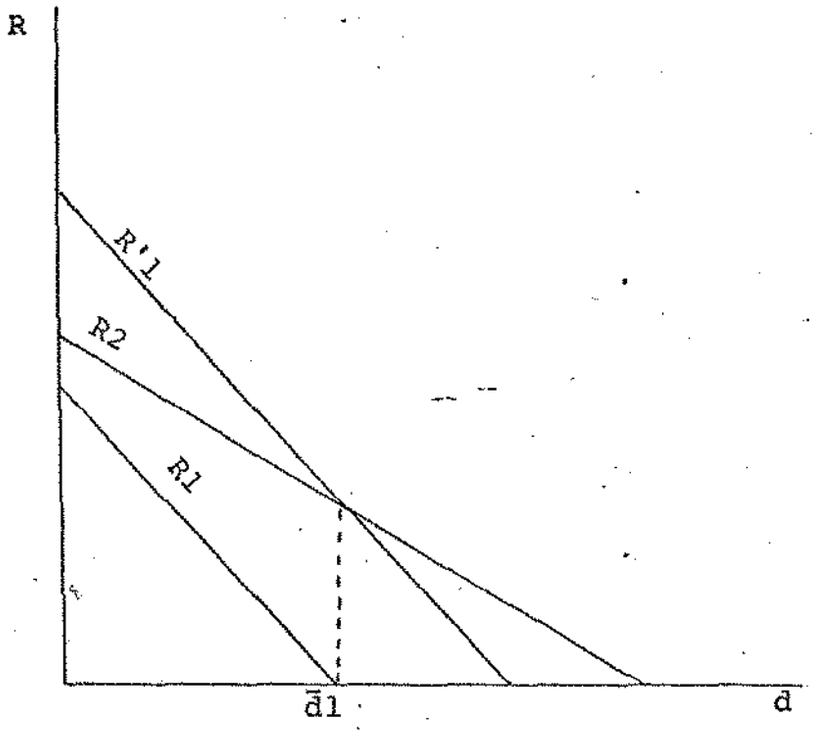
Estabelecida, portanto, a endogeneização dos preços, a hierarquização das várias atividades em "anéis" fica relativamente simples. Como mostra Leme em termos bastante didáticos, "a posição relativa dos anéis de cada bem não se alterará (...) por variação da curva de procura dos dois bens" (Leme, op. cit. p. 288). O fato é que "a posição relativa destes anéis dependerá apenas do valor do produto biqi. Será mais extenso o anel cujo produto biqi for menor" (idem). Mais ainda, temos que "a posição relativa dos anéis permanecerá inalterada enquanto se mantivesse constantes os valores de bi,e qi, podendo se alterar se variarem estes valores" (idem).

Com efeito, bi qi representa o coeficiente de cada Ri que expressa o gradiente de renda: quanto maior for, maior será a inclinação da reta, que juntamente com as distâncias dadas determinará sua altura absoluta. Se por exemplo, bi qi > bj qj a mercadoria i deverá ter precedência sobre a mercadoria j, já que Ri < Rj para qualquer d, o que afastaria a produção de i do mercado. Na verdade, o preço de i deve subir a um nível tal que

---

(1) Esta possibilidade será considerada teoricamente no Capítulo 4 deste estudo.

FIGURA 5



$R = bq\ (\bar{d}-d)$

permita Ri > Rj até um ponto em que a demanda de i esteja satisfeita, cedendo lugar para a produção de j. Generalizando para as n mercadorias, diríamos que se b1 q1 > b2 q2 > ... bn-1 qn-1 > bn qn, a formação dos anéis, independentemente das magnitudes dadas $\bar{d}1$, $\bar{d}2$, ... $\bar{d}n$, obedecerá a sequência 1, 2, ... n-1 n, onde 1 deverá constituir o primeiro anel de Thunen e n o anel limite.

Em termos teóricos, a hierarquização feita exclusivamente através do coeficiente bi qi encontra uma explicação simples: qi, na realidade, indica uma espécie de coeficiente de intensificação do uso do solo urbano. Quanto maior, melhor o seu aproveitamento enquanto espaço localizado, sendo mais racional que as atividades mais intensivas do ponto de vista físico (1) fiquem mais próximas do núcleo urbano. Quanto a bi, sua variação de produto para produto indica uma variação no grau de transportabilidade de cada um deles, sendo igualmente racional que os de maior dificuldade de transporte (maior custo unitário) localizem sua produção mais próxima ao núcleo urbano.

Embora proposto inicialmente apenas para a análise da localização agrícola, o modelo de Thunen é perfeitamente generalizável como modelo geral de microlocalização em torno de um centro urbano, onde podem ser considerados, além da agricultura, a indústria e os serviços, contemplados conjuntamente num mesmo le-

---

(1) A intensificação do ponto de vista físico (maior peso por unidade de área) não coincide necessariamente com a intensificação do ponto de vista econômico (maior valor-capital por unidade de área).

que de orientação locacional. Na verdade, os critérios básicos da hierarquização locacional (a transportabilidade e a intensidade física do uso do solo) são perfeitamente generalizáveis, inclusive para os serviços, cuja transportabilidade pode ser medida pela possibilidade de acesso de pessoas e coisas.(1) Assim, do ponto de vista da contemplação do amplo espectro de atividades econômicas, o modelo de Thunen pode ser considerado generalizável, constituindo isto o seu grande mérito.

Por outro lado, o seu grande problema é que, mesmo considerado apenas como um modelo voltado para a agricultura, ele é excessivamente unilateral ao abstrair aspectos centrais da problemática da localização agrícola.(2) Em linhas gerais, o seu defeito básico é que, ao fechar o modelo e pensar num centro urbano isolado, Thunen acabou por construir um modelo eminentemente desaglomerativo e, portanto, incongruente com a própria idéia de algomeraação urbana. De fato, se o que explica a existência do espaço localizado (e, portanto, a renda urbana) é o diferencial de custo de transporte (sendo que a própria renda pode ser pensada como um somatório de custos de transporte),(3) o crescimento

(1) Os serviços em si mesmo não são diretamente transportáveis. Daí que seu custo de transporte tem de ser medido, como no modelo de Lösch, pelo custo do deslocamento das unidades consumidoras ao centro de consumo. Voltaremos ao tema no próximo capítulo.

(2) Desenvolveremos esta questão no Capítulo 4.

(3) Por exemplo, na figura 5 a renda na origem será igual a b1 q1 d1 + b2 q2 d2, que pode ser derivada da fórmula R = bq (d-d). Para n mercadorias teremos que a renda na origem será R = = bi qi di. Por outro lado a renda em qualquer ponto será:

$$R = \sum_{i=o}^{n} biqi\ (di-d).$$

centros urbanos será sempre um fator desaglomerativo, tornando a idéia do espaço localizado um conceito inútil. A realidade porém é que existem vários tipos de centros urbanos, com diferentes tamanhos e formas de especialização, cada qual com estrutura de custos distinta e onde assume um caráter decisivo o fator aglomerativo. Isto nos coloca novamente sob a problemática de Lösch, tornando patentes os limites do modelo de Von Thunen, cuja preocupação central não é a explicação da natureza do espaço localizado (e, portanto, da renda urbana) e sim estabelecer a sua influência sobre a localização relativa das atividades econômicas em torno de um centro urbano.

A grande verdade é que Thunen e Lösch podem (e devem) ser entendidos como autores complementares: o primeiro enfatizando o aspecto desaglomerativo do processo de urbanização e o segundo enfatizando a natureza aglomerativa das atividades econômicas, levando ao crescimento dos centros urbanos. A "fusão" destes dois autores, que tentaremos realizar mais adiante (Capítulo 4), pressupõe, porém, que entendamos a exata natureza do processo de aglomeração urbana, o que inclui afinal a discussão do próprio conceito de "urbano". Somente a partir daí é que poderemos nos referir com clareza à existência de uma renda urbana, e portanto a vantagens comparativas urbanas em contraposição às vantagens

comparativas naturais, tentando, por este ângulo, o desenvolvimento teórico desta problemática.(1)

(1) Embora apresente inevitáveis problemas metodológicos, o desenvolvimento convencional da teoria da localização teve em Hoover (1948) um dos seus principais formuladores, além, evidentemente, de Isard (1956), que procurou não apenas realizar uma síntese dos autores clássicos, mas também acrescentou novos elementos analíticos

Apêndice 2.1

A ilustração matemática de Ohlin da teoria das vantagens comparativas

A ilustração matemática apresentada por Ohlin no apêndice de seu livro "Comércio Interregional e Internacional" acaba constituindo mais uma evidência contundente das dificuldades de sua teoria. Seu desenvolvimento matemático razoavelmente simples toma como ponto de partida uma região isolada onde se supõem as hipóteses básicas da teoria neoclássica de formação dos preços. A primeira suposição é que os coeficientes técnicos de produção constituem função dos preços dos fatores de produção, sendo a forma da função conhecida posto que determinada pelas condições físicas.

Assim, estabelecem-se n x r equações:

$$a_{ij} = f\,i\,j\,(q_1, q_2 \ldots\ldots q_r) \qquad (1)$$

onde i = 1, ...n, designa as mercadorias, j = 1, ... r os fatores de produção e qj seus preços relativos.

A partir dos preços dos fatores e dos coeficientes técnicos obtem-se os custos de produção.

A.Q = P (2), onde A é a matriz (n x r) dos coeficientes técnicos a_{ij}, Q o vetor de preços dos fatores e P o vetor de custos (que vem a ser também o de preços) de produção.

A demanda de cada mercadoria, por sua vez, é determiná-la em função dos preços dos n mercadorias e da renda dos s pessoas que formam a população. Assim, $Di = Fi\,(p_1 \ldots, p_n\ I_1 \ldots I_s)$

onde i = 1, ... n e I_1 ....,I_s a renda de cada indivíduo. (3)

Por outro lado, a renda de cada indivíduo é determinada pela sua participação na propriedade dos fatores:

$I = T\ Q$ (4), onde I é o vetor da renda individual, e T a matriz de elementos t_{kj} (K = 1,....s e j = 1,....r) que indicam a quantidade de unidades que possui o indivíduo k do fator j.

Por fim, a demanda final dos fatores de produção pode se escrita da seguinte forma:

$A^T D = R$ (5), onde A^T é transposta da matriz A e R é a demanda final dos fatores de produção. Como a oferta de fatores de produção é dada tem-se que $R = \bar{R}$, o que fecha o sistema: para r variáveis - (q_1 ... , q_r que são variáveis em última instância a determinar) tem-se um sistema de r equações, sendo que uma delas deve ser independente das demais. Com isso, os preços são estabelecidos a partir da fixação de uma mercadoria como unidade de conta.

Ohlin considera a seguir duas regiões, A e B, que se apresentam inicialmente com o comércio fechado:

Região A	Região B	Equação
$a_{ij} = f_{ij}(q_{i1} \ldots q_{ir})$	$a''_{ij} = f''_{ij}(q''_{i1} \ldots q''_{ir})$	(1)
$A \cdot Q = P$	$A'' \cdot Q'' = P''$	(2)
$D_i = F_i(p_{i1} \ldots p_{in}, I_{i1} \ldots I_{is})$	$D''_i = F''_i(p''_{i1} \ldots p''_{in}, I''_{i1} \ldots I''_{is})$	(3)
$I = T\,Q$	$I'' = T'' \cdot Q''$	(4)
$A_T D = R$	$A''_T \cdot D'' = R''$	(5)
$\bar{R} = R$	$\bar{R}'' = R''$	(6)

Para haver troca entre as duas regiões Ohlin é obrigado a introduzir o câmbio tal que a conversão dos preços de B em termos de A é feita da seguinte forma: $p_j = p_i / x$, onde x é a taxa de câmbio. A seguir, Ohlin afirma: "Se conhecêssemos o valor de equilíbrio do câmbio exterior x, conheceríamos também quais são os bens que podem ser obtidos a um custo mínimo em $\bar{A}$ e quais em $\bar{B}''$".(1) Representando os primeiros pelos números 1, 2, ... m, e os segundos por m + 1, m + 2, ... n, o sistema de equações (2), agora representando as duas regiões em integração, passaria a ser dado por:

(1) Op. cit. p. 381.

$$a_{i1}\,q_1 + \ldots\ldots\ldots + a_{ir}\,q_r = p_i$$

$$\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots$$

$$a_{mi}\,q_1 + \ldots\ldots\ldots + a_{mr}\,q_r = p_m$$

$$a''_{i(m+1)}\,q''_1 + \ldots + a''_{i(m+r)}\,q_r = p_{(m+i)}$$

$$\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots$$

$$a''_{ni}\,q_1 + \ldots\ldots\ldots + a_{nr}\,q_r = p_n$$

A mudança nos preços relativos das mercadorias acarretaria uma mudança nas demandas específicas de cada mercadoria que passaria a expressar-se da seguinte forma:

A –

$$D_i = F(I_1 \ldots I_s ; p_1 \ldots p_m ; p''_{m+1} \ldots p''_n ; x)$$

$$D_n = F(I_1 \ldots I_s ; p_1 \ldots p_m ; p''_{m+1} \ldots p''_n ; x)$$

B –

$$D''_i = F''(I''_1 \ldots I''_s ; p_1 \ldots p_m ; p''_{m+1} \ldots p''_n ; x)$$

$$D''_n = F''(I''_1 \ldots I''_s ; p_1 \ldots p_m ; p''_{m+1} \ldots p''_n ; x)$$

A soma das demandas das duas regiões dará a demanda final de fatores de produção em A e B:

A –

$$a_{i1}(D_1 + D''_1) + \ldots\ldots\ldots + a_{mi}(D_m + D''_m) = R_i$$

$$\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots\ldots$$

$$a_{ir}(D_1 + D''_1) + \ldots\ldots\ldots + a_{mr}(D_m + D''_m) = R_r$$

$$a''_{m+1,\,1}\,(D_{m+1} + D''_{m+1}) + \ldots\ldots Q''_{n1}\,(D_n + D''_n) = R''_1$$

B — .....

$$a''_{m+1,\,r}\,(D_{m+1} + D_{m+1}) + \ldots\ldots Q''_{nr}\,(D_n + D''_n) = R_r$$

A demanda de fatores, por sua vez, iguala-se à oferta (dada) de fatores:

$$R = \bar{R} \qquad \text{e} \qquad R'' = \bar{R}''$$

Ohlin nota que "uma vez que a oferta de fatores é constante, as variáveis independentes reduzem-se de novo a preços dos fatores de A e B e ao câmbio. Para o cálculo destas variáveis teremos a série de equações do sistema (5). Porém, posto que o número de incógnitas é 2r + 1, falta ainda uma equação para que possamos completar o círculo. A equação de que necessitamos pode ser encontrada no fato de que as importações e exportações de cada região devem equilibrar-se, uma vez que não tomamos em consideração operações de crédito, etc e as exportações constituem o único meio de pagar as importações".(1) Assim, propõe-se a seguinte equação:

$$D''_1\,p_1\,x + D''_2\,p_2\,x + \ldots\ldots + D''_m\,p_m\,x = D''_{m+1}\,p_{m+1} + \ldots D_n\,p''_n$$

Com isso Ohlin pensa ter resolvido a dificuldade de uma eventual indeterminação de seu sistema. Entretanto, como já

---

(1) Ibidem, p. 382.

observado por diversos autores, a teoria contém uma inevitável indeterminação que, no caso da equação acima, expressa-se no fato de que a determinação das exportações e importações - isto é, a definição de m mercadorias que serão produzidas em A e das n - m que o serão em B - pressupõe a existência prévia de uma taxa de câmbio, o que mostra uma evidente circularidade.

Aparentemente a solução para o problema estaria na consideração da dotação relativa dos fatores e sua escassez relativa vis-à-vis as necessidades de produção de cada mercadoria. Entretanto, o próprio sistema de equações (1) de Ohlin deixa claro que os requisitos de produção, vale dizer, os coeficientes técnicos, não podem ser fixados a priori, o que impede eliminar a indeterminação do modelo. Observe-se, aliás, que a fixação dos coeficientes técnicos seria inteiramente aceitável, só que direcionaria a teoria novamente para um retorno a Ricardo, representando um fato inassimilável para um sistema teórico com compromissos irrevogáveis com os pressupostos de generalidade de caráter neoclássico.

A indeterminação decorre, portanto, não apenas de um erro lógico, mas de problemas metodológicos inerentes à teoria neoclássica, que substituiu um ponto de partida sólido - a teoria Ricardiana do comércio internacional - por um conjunto de proposições genéricas. Da mesma forma, a indeterminação da taxa de câmbio não decorre de mero acaso ou descuido lógico: toda (boa) teoria do comércio internacional teria de conter endogenamente uma teoria de câmbio, pois do contrário, não há

como comparar (e portanto, trocar) sistemas de valores (e preços) deferenciados. Foi em nome desta necessidade, aliás, que a teoria Ricardiana sofreu um injustificado abandono, justamente porque sua teoria de câmbio - embora embrionária - constituía o seu filão mais rico e promissor.

3. SOBRE O CONCEITO DE CENTRO URBANO

3.1 - Introdução

A evolução do capitalismo, desde os primórdios nos Séculos XVII e XVIII até o Século atual, tem sido marcada por uma constante e permanente redistribuição espacial das atividades econômicas, repercutindo diretamente nos movimentos migratórios locais, inter-regionais e internacionais. Simplificadamente, podemos separar este processo de redistribuição espacial em dois fenômenos que, embora interdependentes, conseguem representar instâncias analíticas específicas: de um lado temos o problema "urbano" (ou da urbanização) e, de outro, o problema "regional".

A problemática urbana pode ser pensada em dois aspectos fundamentais. O primeiro consiste no fato de que a evolução do capitalismo determinou, desde os primórdios até os dias atuais, um movimento de urbanização no sentido da transferência de atividades e populações rurais para a cidade ou, o que dá no mesmo, um movimento campo x cidade envolvendo tanto a desruralização do campo (isto é, redução relativa e absoluta das atividades rurais) quanto a urbanização das cidades (isto é, a concentração absoluta e relativa e transformação das atividades econômicas das cidades em atividades urbanas).(1)

---

(1) A esse respeito, é importante a distinção entre cidade e centro urbano. O conceito de cidade envolve uma concepção geográfico-populacional, enquanto por "urbano" ou urbanização entendemos um processo - capitalista - de formação do "complexo de serviços". Na parte das conclusões, voltaremos a esta definição de urbano.

O segundo aspecto resulta da tendência à centralização urbana que ocorre paralelamente ao processo referido de concentração. Basicamente, a centralização consiste no desenvolvimento desigual dos centros urbanos que implica a concentração relativa (e às vezes absoluta) das atividades econômicas em grandes centros urbanos. Este movimento, que convergiu no Século XX para a formação de grandes metrópoles tanto no centro quanto na periferia do mundo capitalista, não é tipicamente linear: na verdade, coexiste com processos parciais de descentralização, mas caminhando, na soma global, para a centralização (por exemplo, fortalecimento dos médios centros e das metrópoles em detrimento dos grandes e pequenos centros urbanos). Com efeito, como se pode observar no quadro 3.1, a distribuição da população mundial tem obedecido a uma tendência ininterrupta de concentração e centralização urbana: de 1920 a 1980, enquanto a população rural e de pequenas cidades reduzia sua participação de 86% para 68%, a população urbana aumentava de 13,6% em 1920 para 31,9% da população total em 1980. Além disso, a participação das "grandes cidades" neste total "urbano" aumentou de 38% em 1920 para 60% em 1980, mostrando que o movimento de centralização acompanha pari passu a urbanização.(1)

(1) Nos últimos 20 anos, com o grande desenvolvimento dos transportes e comunicações, este processo de centralização foi estancado nos principais países industrializados, embora certamente não se possa acreditar em sua tendência à reversão: trata-se-ia muito mais, por exemplo, de efeitos de microlocalização dentro de uma mesma região metropolitana, tendendo a preservar ou mesmo ampliar o status espacial destas regiões.

QUADRO 3.1

POPULAÇÃO MUNDIAL: DISTRIBUIÇÃO EM % POR GRUPOS (1920/80)

Grupos Anos	1920	1940	1960	1980
Rural e pequenas cidades (menos de 20.000 hab.) .	86,4	81,4	74,9	68,1
Urbana	13,6	18,6	25,1	31,9
Total	100,0	100,00	100,0	100,0
Grandes cidades (2,5 milhões e mais)/pop. total	5,2	7,6	11,7	19,3
Grandes cidades/pop. urbana	38,2	41,9	46,6	60,5

FONTE DOS DADOS ORIGINAIS: Population Division, United Nations Bureau of Social Affairs.

O problema "regional", por seu turno, se subdivide em duas abordagens básicas, isto é, a regional propriamente dita e a internacional, que envolve o relacionamento econômico entre os países com todas as especificidades daí decorrentes.

O primeiro problema, isto é, a questão regional propriamente dita, consiste na histórica tendência ao desenvolvimento desigual inter-regional, vale dizer, consiste na tendência à centralização espacial das atividades econômicas em determinada(s) região(ões) de um mesmo país. Este fenômeno manifestou-se claramente na Europa (especialmente na Inglaterra), nos Es-

tados Unidos e em todos os países da periferia capitalista. No Brasil, os índices de centralização mostraram-se extraordinariamente altos: somente São Paulo chegou a responder por cerca de 45% de toda a produção industrial e agrícola do país (1970), sendo 50% correspondentes à produção industrial e 22% à produção agropecuária.

O segundo problema, por seu turno, envolve o desenvolvimento desigual a nível internacional e consiste na tendência à centralização das atividades econômicas em determinados países (o "centro") em detrimento dos demais (a periferia), tal como procuramos mostrar no primeiro capítulo.

Em resumo, pode-se considerar que o advento e a evolução do capitalismo determinaram um processo permanente de redistribuição das atividades econômicas no espaço. A esse respeito é correto afirmar, como M. Santos (1979), que a cada momento da divisão social do trabalho, tem-se um determinado padrão espacial de distribuição das atividades econômicas.

A direção do processo de redistribuição é bastante nítida: por um lado, ela implica a crescente concentração urbana que leva à redução absoluta e relativa das atividades rurais. Por outro lado, ela resulta no desenvolvimento desigual interurbano, inter-regional e internacional, o que implica a centralização das atividades econômicas em grandes centros urbanos ou em determinadas regiões polarizadoras ou países, derivando-se daí duas problemáticas teóricas do "regional" e do "urbano" de forma a pensá-los não como movimentos paralelos mas como aspectos

orgânicos de um mesmo movimento, tarefa que procuraremos investigar nos dois próximos capítulos. A segunda é que a busca do conceito de centro (ou aglomeração) urbano, tarefa precípua deste capítulo, é restringida pela exigência de que os conceitos eventualmente utilizados na definição do "urbano" sejam intrinsecamente "dinamizáveis", uma vez que se trata de uma realidade em permanente mutação, caracterizada pela tendência assinalada de concentração e centralização.

Tal exigência afasta-nos, logo de início, de uma série de concepções do urbano matizados na geografia ou na sociologia, seja a visão "ecologista" da escola de Chicago,(1) seja a visão "culturalista", que centra sobre os valores como fatores predominantes para a explicação das relações sociais, e portanto para a própria forma de organização do espaço.(2) Na verdade, além de sua absoluta generalidade, tais teorias contemplam categorias não-econômicas não suceptíveis de dinamização, comportando uma conexão longínqua com o processo de acumulação.

---

(1) Entre outros temos a obra inicial de Burgess, E., McKenzie, R. e Park, R. The City, Chicago, 1925 que pensa a organização do espaço como o resultado de interação entre a sociedade, os instrumentos por ela criados e o meio natural.

(2) Entre outros, temos a visão "culturalista" como uma negação ao sistema de "ecologia humana" em Alihan, M. Social Ecology, Nova York, 1938. Uma boa crítica a ambas as escolas encontra-se em Castells, M. (1983), capítulo III, p. 146/162.

Por outro lado, observe-se igualmente que, mesmo construído a partir de categorias econômicas, mostra-se evidente a insuficiência do conceito "löschiano" de lugar-central, cuja simetria e linearidade pressupõe, como já observamos no capítulo anterior, uma hipótese de equilíbrio que se choca como o referido processo de mutação incessante da organização espacial. Por isso, o melhor ponto de partida para o estudo da dinâmica espacial continua a ser Marx, embora este autor nada tenha construído em termos de uma teoria espacial. A razão é que seu sistema teórico é eminentemente dinâmico, o que permitirá, pelo menos, o estabelecimento de "paralelismos" entre as "leis de movimento do capital" e sua forma de organização no espaço.

3.2 - O Espaço e as Leis da Dinâmica Capitalista em Marx

3.2.1 - A Concentração e Centralização do Capital

A primeira questão que devemos responder é a de saber até que ponto o processo de concentração do espaço econômico articula-se com o processo de concentração e centralização do capital.

O conceito de concentração do capital, em Marx, identifica-se com a acumulação. Segundo ele, "ao ampliar-se a massa de riqueza que funciona como capital, a acumulação aumenta a concentração dessa riqueza nas mãos de capitalistas individuais e, em conseqüência, a base da produção em grande escala e dos

métodos de produção especificamente capitalistas".(1) Por outro lado, a acumulação aparece através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais, o que define o conceito de centralização. "Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, o qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alterações na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando. O Capital se acumula aqui nas mãos de um só porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita que não se confunde com a acumulação e a concentração" (op.cit. p. 727).

Subjacentes a ambos os processos estão as bases da produção especificamente capitalista, ou seja, a produção em grande escala, cujo nível mínimo tende sempre a crescer: "Temos visto como um mínimo determinado e sempre crescente de capital nas mãos dos capitalistas individuais é, por um lado, premissa necessária e, por outro, resultado permanente do modo de produção especificamente capitalista. O capitalista deve ser proprietário ou usufrutário dos meios de produção à escala social, numa quantia de valor que haja perdido toda relação com a produção possível do indivíduo ou de sua família. O mínimo de capital é tanto maior

(1) Marx, O Capital, Livro I, cap. XXIII (1967).

num ramo da indústria quanto mais se explora este de maneira capitalista, quanto mais desenvolvida estava nele a produtividade do trabalho" (1) (Marx, Capítulo Inédito, 1974 p. 73).

Articulam-se assim concentração e centralização com o aumento da escala social e da produtividade, que constituem o princípio móvel fundamental do capitalismo. Nesse sentido, o aumento da escala social, que se revela um aspecto essencial da dinâmica capitalista, pode aparecer como uma lei de movimento do capital no espaço. Vale dizer, se tomamos por referência um espaço discreto löschiano, podemos afirmar que o processo de concentração do capital traz, através do aumento da escala social mínima, uma tendência à redução de pontos e, conseqüentemente, à centralização das atividades econômicas em poucos pontos no espaço.

Aparentemente estaríamos aqui diante de uma explicação "lógica" e "articulada" dos fenômenos espaciais. Em certo sentido, a lei de movimento do capital no espaço seria mero reflexo do movimento do capital em geral, evitando, dessa forma, maiores problemas teóricos. Entretanto, a dificuldade surge ao constatarmos que a tendência à redução de pontos no espaço consiste efetivamente numa tendência à centralização espacial de apenas uma atividade econômica. Ceteris paribus, isto não vai além de acelerar a tendência à divisão espacial do trabalho, por sua vez mero reflexo da divisão social do trabalho que o

(1) Tradução nossa.

capitalismo tende, normalmente, a desenvolver a partir do princípio da cooperação.

Na verdade, o que temos de analisar é por que o capital tende a concentrar um conjunto de atividades em determinado ponto do espaço (seja este ponto um centro urbano, uma região ou um país) e não a tendência crescente à especialização e troca entre os pontos. Afinal de contas, os grandes centros urbanos modelam-se como pólos que recebem empresas e indústrias concorrentes, assim como as regiões polarizadoras tendem a concentrar a maior maior parte da indústria nacional. Tal como colocado, o princípio da crescente escala mínima explica não propriamente a concentração espacial das atividades mas, até pelo contrário, a crescente necessidade do desenvolvimento da troca interespacial. Parece, pois, evidente que os pressupostos do movimento do capital em geral são insuficientes para a determinação de sua dinâmica espacial. Na realidade, a insuficiência, veremos mais adiante, não se prende a nenhuma deficiência teórica das leis de movimento definidas por Marx, e sim ao próprio nível de abstração em que foi concebido, isto é, onde determinações espaço-temporais não estão colocadas.

3.2.2 - Capital em Geral versus Capital em Sua Realidade: A Singularidade da Problemática Espacial

O livro I de O Capital buscou discutir o capital em sua forma "pura" livre das "imperfeições" da realidade. Assim, Marx desvencilhou-se de todos os fatores irrelevantes para

a determinação das leis de dinâmica do capitalismo. Dentre estes, destaca-se a evidente simplificação que resultou na redução do trabalho complexo ao trabalho simples. A justificativa se encontrava no completo ajustamento dos conceitos e leis fundamentais do Livro I a todo tipo de trabalho, desde o conceito de mais-valia, mais-valia absoluta e relativa até a "lei geral de acumulação". Uma outra simplificação por demais conhecida é a concepção de "trabalho social médio": os trabalhadores em seu processo de trabalho são relativamente mais ou menos produtivos, diferenças que dependem de fatores fortuitos ou objetivos, como as diferenças no maquinário utilizado ou os diferenciais de fertilidade da terra.

Como Rosdolsky (op.cit.), entendemos que todas estas simplificações se deveram à própria proposta metodológica do Livro I que buscou determinar as leis gerais de movimento do capital, válidas, portanto, para o capital em geral e, por isso, não modificável perante situações concretas. Por outro lado, no Livro III abrir-se-iam os vários planos de estudo do capital "em sua realidade", isto é, a nível dos "vários capitais", o que incluí as várias modalidades e possibilidades de "rateio" da mais-valia (remuneração capital industrial, comercial e financeiro) até o relaxamento da hipótese simplificadora do "trabalho social médio".

A esse respeito, o estudo da renda da terra é elucidativo, uma vez que discute o diferencial de produtividade do trabalho entre terras de diferente fertilidade. Da mesma forma, o

/

estudo do movimento do capital no espaço consiste na determinação da "renda espacial", ou mais precisamente, na determinação das vantagens locacionais (de produtividade) que levam à concentração espacial das atividades econômicas.

Define-se assim o plano metodológico de estudo do capital no espaço: ele é, fundamentalmente, o estudo do capital "em sua realidade" que, teoricamente, teria lugar no Livro III de "O Capital". Implicitamente, fica evidente que qualquer tentativa de analisar o problema espacial a partir do contexto metodológico do Livro I é insuficiente e incorreto, erro de que não escapam os teóricos da troca desigual, como já procuramos mostrar no capítulo anterior.

Na verdade, tal como exposto, o estudo do problema espacial não envolveria maiores dificuldades teóricas do que, por exemplo, construir uma nova modelagem da questão financeira face à sua grande modificação atual em relação à época de Marx. Infelizmente, o problema é bem mais complexo e inclui as ambigüidades e dificuldades teóricas do próprio Marx na definição de trabalho "produtivo" e "improdutivo". No primeiro caso, ou seja, o do trabalho "produtivo", temos produção de mais-valia, e portanto, estamos localizados no contexto metodológico do Livro I. No segundo, somos guindados a instâncias concretas de circulação e reprodução do capital que, portanto, são objeto de estudo no contexto metodológico do Livro III.

A importância desta discussão decorre de algumas propriedades espaciais do trabalho "improdutivo" (serviços) que, de-

vidamente definido, poderia fornecer uma base teórica realmente sólida para a questão espacial. A passagem abaixo de Singer nos mostra bem algumas das características espaciais dos "serviços".

"(...) Urbanização é mais do que o resultado da migração rural. Ela implica na formação de redes urbanas, fortemente polarizadas por grandes cidades, ao redor das quais se formam áreas metropolitanas. E os núcleos destas áreas, por mais estranho que pareça, não são constituídos por concentrações industriais, mas por complexo de serviços. Na configuração urbana típica, o centro metropolitano é formado por um conjunto de serviços de controle (...) ao redor dos quais se organizam outros serviços que atendem necessidades da população (...). A grande indústria tende a se afastar do centro metropolitano, localizando-se em sua periferia, em geral ao longo dos eixos de comunicação (...). O que hoje em dia 'organiza' a aglomeração urbana é sem dúvida o complexo de serviços, que constitui a sua razão de ser. Segue-se daí que o gigantismo urbano, que se manifesta sob a forma de 'megalópolis' que se multiplicam tanto nos países industrializados como nos não-desenvolvidos, é, de certo modo, fruto da 'terciarização' da economia e sociedade" (Singer, p. 129).

A rigor, este tipo de enfoque que privilegia a circulação e os serviços não é absolutamente novo, estando presente de forma menos ou mais sistemática em muitos autores importantes. Castells, por exemplo, observa que, embora a problemática urbana seja fundamental em nossas sociedades, exigindo por isso categorias adequadas para analisá-la, "o marxismo não proporcionou

essas categorias porque a maior parte dos problemas urbanos foram parte da esfera da reprodução, uma área em que a contribuição do marxismo é limitada" (op.cit., prefácio). Isto posto, Castells procurou construir sua teoria urbana pensando o centro urbano como locus de consumo e, especialmente, como um centro de reprodução da força de trabalho: "nas sociedades capitalistas avançadas, o processo que estrutura o espaço é o que concerne à reprodução simples e ampliada da força de trabalho" (ibidem, p. 288).

Na verdade, duas dificuldades principais cercaram tal proposição teórica. A primeira é que ela foi elaborada sob a égide do Althusserianismo, que, a despeito de não representar em si um problema, acaba por incentivar a construção de toda uma formalização teoricamente sem sentido, como o próprio autor veio a reconhecer mais tarde.(1) A segunda dificuldade é que embora imbuído de uma proposta correta (isto é, de pensar o urbano como locus da reprodução), seu esquema é visivelmente unilateral ao recortar no amplo espectro de circulação unicamente a problemática da reprodução da força de trabalho. O resultado, como não poderia deixar de ser, exprime-se numa pobreza teórica e estreiteza analítica, quando se busca contemplar a realidade

(1) Com efeito, em seu prefácio à edição brasileira (1980) o autor afirma que "o esquema teórico-formal proposto revelou-se muito cedo uma combinatória lógica vazia de conteúdo intelectual, tanto pelo seu excessivo formalismo como pela sua dependência geral do falido edifício althusseriano, intento póstumo de reconstrução do marxismo dogmático" (op.cit. prefácio).

concreta à luz da teoria.(1)

O mais grave, porém, é que ao invés de conceber o urbano como um locus de um determinado tipo de atividade e de trabalho (os "serviços"), a definição do autor acaba por situá-lo como o locus do não-trabalho, e, portanto, unicamente do consumo, uma categoria essencialmente estática.

Lojkine (1981) parece retomar uma visão abrangente da problemática da urbanização. Em primeiro lugar, ele procura estabelecer que, embora a aglomeração urbana seja uma decorrência da tendência geral de desenvolvimento da cooperação (base técnica para o aumento da escala mínima e da concentração e centralização do capital), deve-se atentar para a diferança entre o que Marx chamou de "unidade de produção" e o "processo global de produção e de circulação do capital". Em outras palavras, há de se distinguir entre o processo imediato de produção e as condições gerais

---

(1) No prólogo da edição para a América Latina de A questão urbana, o autor adverte que "à primeira vista, não deveria haver maiores dificuldades para se estender a todas as situações sociais o tipo de raciocínio que propusemos para reinterpretar a problemática urbana na perspectiva do materialismo histórico. Todavia, a experiência mostra, anos depois da primeira publicação deste livro, que diversos propósitos em transpor suas hipóteses para situações de dependência em particular na América Latina, se chocam com dificuldades consideráveis e podem tender a um certo formalismo dogmático". Mais tarde, em seu prefácio à edição brasileira, estenderia esta restrição não apenas à situação de "dependência" mas a situações mais gerais, a ponto de afirmar que "quanto às investigações concretas, são tanto mais válidas quanto menos fiéis forem à premissa teórica de que partiram".

da produção que incluem todos os elementos e atividades necessárias à reprodução do capital, responsáveis fundamentais pela tendência à aglomeração urbana. Como sugere Lojkine, "a aglomeração de população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades - em outras palavras, a cidade - não é de modo algum um fenômeno autônomo, sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem de aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção - das quais a urbanização (...) é componente essencial (op.cit. p. 137)."

Para o autor, esta tendência à aglomeração explica-se pela tendência à aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução dos quais a concentração dos "meios de consumo coletivo" parece ser o componente central. E "por que meios de consumo coletivo"?, indaga Lojkine. "Porque, a nosso ver, os suportes materiais desse 'condicionamento' do consumo só tem existência real sob forma de meios de consumo coletivos, sendo próprio dos meios de consumo individuais, ao contrário, confundir em si meios e objetos de consumo" (ibidem, p. 132). Na realidade "o valor de uso dos primeiros é coletivo no sentido em que se dirige, não a uma necessidade particular de um indivíduo, mas a uma necessidade social que só pode ser satisfeita coletivamente" (idem). No fundo, trata-se de uma indivisibilidade, "pouco apta a inserir-se no processo de troca mercantil" (ibidem, p. 133). Os "meios de con-

sumo coletivos" são portanto, "serviços" de consumo que "têm, enfim, a característica de não possuir valores de uso que se coagulem em produtos materiais separados, exteriores às atividades que os produziram" (ibidem, p. 134). Lojkine observa então que "nesse sentido, do ponto de vista da medida capitalista, as atividades de ensino, de saúde ou de pesquisa (por exemplo) permanecem improdutivas - de mais-valia - mesmo se elas são cada vez mais necessárias à própria produção material como meios de formação ampliada das forças produtivas humanas" (ibidem, p. 129). "E', pois, legítimo estabelecer um paralelo entre a função social dos gastos de circulação (material) e a dos gastos de consumo" (ibidem). No fundo, elas são "condições necessárias da continuidade do processo de reprodução do capital e da força de trabalho, elas se inserem entre as fases do processo como auxiliares necessários do ponto de vista social, embora totalmente improdutivos" (ibidem, p. 130).

Ao que tudo indica, as conclusões teóricas de Lojkine poderiam ser adequadamente ordenadas em quatro proposições fundamentais. A primeira é a de que a problemática espacial/urbana tem de ser analisada a partir das condições gerais de reprodução que diferem, substancialmente das condições imediatas do processo de produção material. A segunda é a de que tais diferenças concentram-se, sobretudo, na singularidade dos "meios de consumo coletivos", que, por sua natureza peculiar, tendem à aglomeração espacial. A terceira é a de que os "meios de consumo coletivos", embora não cristalizados em objetos materiais,

(portanto "improdutivos"), constituem atividades necessárias à reprodução, e, neste sentido, tão necessárias quanto os "serviços de circulação material", construindo-se, a partir daí, um paralelo entre os dois tipos de "serviços". Finalmente, como conclusão Lojkine propõe que "a cidade capitalista não pode ser definida sem referência aos meios de circulação material" (ibidem, p. 134).

Tais proposições, a despeito de constituírem um inegável avanço, apresentam algumas dificuldades teóricas importantes. Uma primeira é que a tendência à aglomeração entendida unicamente pelo caráter "coletivo" de determinados serviços acaba por se tornar uma proposição incongruente, uma vez que vários tipos de serviços podem ser considerados de "consumo individualizado" embora mantenham a característica geral de incentivar a tendência à aglomeração, como tentaremos mostrar mais adiante. Os exemplos são inúmeros e vão desde o táxis (em contraposição ao ônibus que é coletivo), passando pela grande maioria dos serviços médicos até muitos serviços administrativos ou de assistência técnica ao consumidor. Um segundo problema encontra-se no fato de que, mesmo tendo um ponto de partida teoricamente correto (entendimento do urbano a partir das condições gerais de reprodução) e adequadamente amplo, Lojkine não consegue fugir da unilateralidade tão cara a Castells: na prática a única diferença significativa entre ambos é que o primeiro entende o

urbano não apenas como um locus de consumo mas também de produção de serviços de consumo.

Para fugir à unilateralidade, seria necessário que o autor estabelecesse muito mais que um simples paralelismo entre os serviços coletivos e os serviços de circulação material. Em outras palavras, seria uma integração teórica entre os dois tipos de serviços de forma a definir a ambos como coisa urbana, proposição que Lojkine, embora tenha explicitamente sugerido conforme passagem citada acima, não vai além de uma afirmação intuitiva e não demonstrada. Portanto, tal como está, a natureza da aglomeração urbana em Lojkine acabaria dependendo, unicamente, do caráter coletivo de determinados tipos de serviços, que nem abrangem todo o universo dos serviços de consumo nem, muito menos, o universo dos serviços em geral, inclusive os serviços de circulação material, que são apenas formalmente justapostos aos primeiros.

Se, de fato, o urbano pode ser pensado mais amplamente do que um simples local de produção de serviços de consumo coletivo, devemos defini-lo de uma forma teoricamente precisa e, portanto, mais geral. Isso nos remete a Max Weber que, embora menos específico do que Lojkine, estabelece um ponto de partida perfeitamente adequado. Segundo este autor, "toda cidade no sentido que aqui damos a essa palavra é um 'local de mercado', quer dizer, conta como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e no qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não-urbana

se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos e, como é natural, os habitantes da cidade trocam os produtos especiais de suas economias respectivas e satisfazem desse modo suas necessidades" (Max Weber, op. cit., p. 75). Embora a cidade seja, normalmente, também uma sede política, Weber esclarece que "no sentido que usamos o vocábulo aqui (ela) é um estabelecimento de mercado" (ibidem). Por isso, "deve-se ter em mente (...) que é preciso separar o conceito econômico, explicado até agora, do conceito político-administrativo da cidade. Só neste último caso corresponde um âmbito urbano especial".(1)

Em suma, a cidade entendida em sentido econômico específico é um "local de mercado", isto é, um "locus" onde ocorrem transações econômicas diversas, e, portanto, onde têm lugar as atividades embutidas em tais transações. A nossa hipótese é que tais atividades são todas aquelas embutidas no processo de circulação em geral, das quais as atividades (serviços) de consumo (coletivo ou não) constituem um caso particular, e não "similar" ou "paralelo", como sugere Lojkine.(2)

---

(1) WEBER esclarece ainda que "no sentido político-administrativo, o nome de cidade pode corresponder a uma localidade que economicamente não poderia pretender tal título" (ibidem).

(2) Esta caracterização geral de todo tipo de serviço é fundamental para se estabelecer a vinculação entre concentração urbana e industrial, já que a eventual necessidade de concentração dos meios de circulação dos produtos da indústria poderá provocar a necessidade da concentração espacial da própria indústria, como veremos mais adiante.

No que se segue, tentaremos analisar a natureza geral destas atividades, sejam elas serviços de circulação ou serviços de consumo, de forma a determinar a sua singularidade, em dois aspectos: a) como atividades que se diferenciam daquelas diretamente produtivas, isto é, produtoras de mais-valia e que por isso apresentam uma relação particular (e indireta) com a lei do valor; b) como atividades que, devido à sua natureza, tendem, sob o capitalismo, a produzir a aglomeração urbana. Em outras palavras, procuraremos discutir o próprio conceito de "serviços" para tentar mostrar que aquilo a que Singer confere validade para "hoje em dia" (conforme passagem citada) resulta do esquema mais geral da evolução do capitalismo desde as origens até os tempos atuais. Em última análise, acreditamos que são os "serviços" que organizam e estruturam o espaço econômico, a despeito de sua "improdutividade" ou incapacidade dinâmica de liderar o processo de acumulação.

3.3 - Trabalho Produtivo Versus Improdutivo (ou Mercadorias Versus Serviços)

3.3.1 - Conceito de Trabalho Produtivo nas "Teorias"

Segundo Marx, "o único trabalho produtivo é o trabalho que produz mais-valia ou que serve ao capital de meio para produzir mais-valia e transformar-se por conseguinte, em capital,

em valor produtivo de mais-valia".(1) "Podemos chamar, pois, produtivo o trabalho que se troca diretamente por dinheiro considerado como capital (...)" (ibidem). Assim, Marx deixa bastante claro que "de todo o exposto se depreende que o caráter específico do trabalho produtivo não se encontrava vinculado ao conteúdo concreto do trabalho, a sua utilidade especial, ao valor de uso determinado em que traduza" (Ibidem, p. 220).

Com isso, descarta-se de uma das concepções smithianas de trabalho produtivo, a saber, a exigência de que o produto do trabalho se expresse numa "coisa", isto é, num valor de uso material. Ao contrário, define-se o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho pelo tipo de relação social existente. Por exemplo, um médico que preste serviços pessoais de atendimento é improdutivo a/ despeito da utilidade e necessidade do seu trabalho, enquanto o médico assalariado de um hospital privado é produtivo na medida em que produz mais-valia para seu patrão.

Nas palavras de Rubin: "O trabalho é considerado produtivo ou improdutivo não do ponto de vista de seu contúdo, ou seja, quanto ao caráter de atividade de trabalho concreta, mas do ponto de vista de sua forma social de organização, de sua compatibilidade com as relações de produção características de determinada ordem econômica da sociedade. Marx observou com frequência esta característica. Isto distingue claramente sua teoria das

(1) MARX, História crítica de la teoría de la Plusvalia, p. 216.

teorias convencionais sobre o trabalho produtivo que atribuem um papel decisivo ao conteúdo" (Rubin, op. cit. p. 280.

Dois problemas derivam, de imediato, desta definição. O primeiro é que a delimitação do trabalho produtivo através da forma social de organização é uma definição não operacionalizável do ponto de vista da análise concreta do capitalismo. Cria-se, na verdade, um verdadeiro trauma metafísico em tentar-se definir a produtividade ou improdutividade, por exemplo, de um estabelecimento que produza serviços a partir de um, dois ou dez trabalhadores assalariados. Nessa perspectiva, a despeito de seu pomposo nome, o trabalho produtivo é menos um definidor adequado do potencial produtivo e de acumulação e mais um indicador social do avanço das relações de produção capitalistas. O segundo problema é a evidente incoerência de Marx ao diferenciar, arbitrariamente, os trabalhadores autônomos produtores de serviços daqueles produtores de mercadorias. Segundo ele, ao comprar-se, por exemplo, os serviços de um professor, mesmo que seja para uma melhor capacitação profissional, não se altera em nada seu caráter econômico que continuará sendo um gasto com trabalho improdutivo. Ao mesmo tempo, ele se indaga: "E em que caso se acham os operários ou os agricultores que trabalham sozinhos e não produzem, portanto, como capitalistas? E' indiferente que o artesão trabalhe por encomenda e o agricultor nos forneça seus produtos na dependência de suas disponibilidades. Para nós estes produtores serão vende-

dores de mercadorias e não vendedores de trabalho;* sua situação não tem, portanto, nada que ver com a troca do capital nem, por conseguinte, com a distinção de trabalho produtivo e improdutivo, distinção baseada pura e simplesmente no fato de que o trabalho se troca, em um caso, por dinheiro como tal, e no outro por dinheiro como capital. Ainda que produzindo mercadorias, estes trabalhadores não são produtivos nem improdutivos, pois sua produção não entra dentro do marco típico da produção capitalista" (ibidem, p. 222).

A única diferença entre o professor ou mesmo o médico que presta serviços e o artesão e o agricultor encontra-se no fato de que, nestes últimos, seu produto aparece como mercadoria, isto é, como coisa material e não como serviço, isto é como trabalho imaterial não expresso numa coisa. Marx aqui se contradiz, uma vez que, se não interessa o valor de uso específico do produto do trabalho, não há porque não considerar os camponeses e artesãos igualmente trabalhadores improdutivos.

Aparentemente, a concepção acima de trabalho produtivo desenvolvido em "Teorias da Mais-Valia", como também no "Capítulo inédito", está em nítida contradição com a concepção sobre os trabalhadores empregados no comércio e nas agências bancárias e de crédito. Embora tais atividades sejam eminentemente capitalistas e assalariem o trabalho com o objetivo de obter lucro, Marx

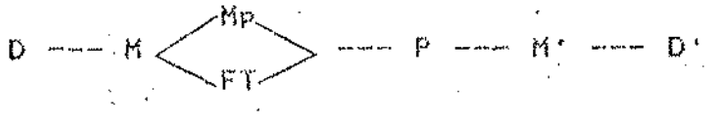
---

* Grifo nosso.

não considera tais trabalhadores produtivos. "A primeira vista, além de contraditório, isto poderia sugerir um certo resquício materialista vulgar, na medida em que comércio e crédito não teriam quaisquer transformações físicas das mercadorias que permitissem a materialização do trabalho.

A saída de Marx está em sua distinção entre capital produtivo e capital empregado no processo de circulação. No final do apêndice sobre trabalho produtivo e improdutivo nas "Teorias" ele diz: "Aqui não nos referimos mais do que ao capital produtivo, isto é, o capital diretamente empregado no processo de produção imediata. Mais adiante nos ocuparemos do capital no processo de circulação. E quando tratarmos do capital comercial, veremos até que ponto os trabalhadores deste setor são produtivos ou improdutivos" (ibidem, p. 24).

Trata-se aqui da concepção do capital como um processo em permanente metamorfose cíclica, no qual define as fases de produção de circulação. No caso do ciclo do capital-dinheiro, teremos, por exemplo:



onde o ponto de partida (o capital-dinheiro) metamorfoseia-se em capital produtivo através da compra de meios de produção e força de trabalho. Encerra-se, assim, uma das fases de circulação e entra-se, durante um certo tempo, na fase de produção. Ao final do

período, temos um novo produto-mercadoria M' que passa a existir sob a forma de capital-mercadoria e, assim, penetra-se em nova fase de circulação que só se encerra com a metamorfose de M' em D', cumprindo-se a finalidade precípua do capital que é a valorização expressa na forma $D' = D + \Delta D$.

Segundo Marx, o trabalho empregado pelo capital produtivo na fase de produção é produtivo, ao passo que aquele empregado nas fases de circulação, seja na forma de capital-dinheiro, seja na forma de capital-mercadoria, é improdutivo. Aparentemente, esta definição se nos apresenta perfeita e irretocável, já que fase de produção e fase de circulação são perfeitamente diferenciáveis. Afinal de contas, é na base desta diferenciação que se definiu a subdivisão do capital em três livros envolvendo a discussão em separado do processo de produção e de circulação (respectivamente Livro I e II) e sua discussão conjunta no Livro III.

Dois problemas, no entanto, logo vêm à baila: o primeiro e mais importante é a explicação teórica para a conceituação do trabalho empregado no comércio e no crédito como improdutivo. Desde logo, afasta-se aqui a pseudo-explicação de que as remunerações do capital-dinheiro e do capital-mercadoria constituem uma subtração da mais-valia produzida pelo capital produtivo. E' claro que, em sua forma pura, o capital-dinheiro e o capital-mercadoria são remunerados exclusivamente pela sua capacidade de espera e antecipação do capital adiantado - em oposição ao capital aplicado - no processo de

metamorfose do capital.(1) No entanto, o que estamos especificamente discutindo é o fato de que o capital-dinheiro e o capital-mercadoria são remunerados não só pela sua capacidade de espera e antecipação - no que passam a ser sócios do capital produtivo - mas pela eventual ou sistemática aplicação de trabalho em seus negócios. E a nossa questão é entender por que este trabalho é improdutivo, ou seja, entender por que não produz mais-valia, remunerando-se (tal como o capital-dinheiro e o capital-mercadoria em sua forma pura) através de uma subtração da mais-valia, isto é, aquela produzida pelo trabalhador produtivo.

O segundo problema é que passamos a ter dois conceitos de capital produtivo, definido nas "Teorias" por meio da relação social de produção e definido nos Livros II e III de "O Capital" por meio de conceito relativo ao conteúdo do processo de produção. A nossa hipótese é a de que Marx não tem uma definição clara e precisa sobre este assunto, o que, quase como uma decorrência inevitável, levou a uma série de incoerências e contradições em suas análises, não só sobre a discussão do trabalho produtivo (ou improdutivo) no contexto da "produção" e da "circulação", como também o trabalho produtivo em geral. Daí a grande confusão que permanece até hoje na literatura marxista ou mesmo na eterna polêmica entre marxistas e não-marxistas. Em vista disso, retomemos como tentativa de esclarecimento sua concepção de trabalho improdutivo "dentro" da circulação.

---

(1) A espera depende do tempo de rotação do capital, subdividido, por sua vez, em tempo de produção e tempo de circulação.

3.3.2 - Valor e Custos de Circulação

No Livro II de "O Capital", Marx, ao analisar os custos de circulação, distingue dois tipos de custos do ponto de vista da eventual geração de valor e mais-valia. "A lei geral é: todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma não acrescentam a este valor. São apenas custos para realizar o valor, para fazê-lo passar de uma forma para outra. O capital despendido nestes custos (inclusive o trabalho que ele comanda) pertence aos custos improdutivos necessários da produção capitalista".(1) Estes custos seriam, segundo ele, os gastos com contabilidade e o tempo gasto em compra e venda para efeito das metamorfoses M-D e D-M. "A mudança de forma custa tempo e força de trabalho, mas não para criar valor e sim para efetuar a conversão de uma forma de valor em outra" (ibidem, p. 133).

Por outro lado, haveria, segundo Marx, custos de circulação que dada a sua natureza, seriam processos de produção dentro da circulação. Neste caso, os custos seriam geradores de valor e mais-valia. Por exemplo, na indústria de transporte, pode-se considerar que "o transporte não aumenta a quantidade de produtos. Se eventualmente altera as qualidades naturais destes, essa alteração não é efeito útil almejado, e sim inevitável. Mas, o valor de uso das coisas só se realiza com seu consumo, e este consumo pode tornar necessário deslocamento delas, o processo adicional da produção da indústria de transporte. Assim, o

---

(1) Marx, O Capital, Livro II, p. 152.

capital produtivo nele aplicado acrescenta valor aos produtos transportados, formado pela transferência de valor dos meios de transporte e pelo valor adicional criado pelo trabalho de transporte. Este valor adicional se divide, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e em mais-valia" (ibidem, p. 153). "A de transporte constitui ramo autônomo da produção e, por conseqüência, esfera particular de emprego de capital produtivo. Singulariza-se por aparecer como continuação de um processo de produção dentro do processo de circulação e para o processo de circulação" (ibidem, p. 155).

Um outro tipo importante de custos seria o custo de conservação e armazenagem, também classificados por Marx como "processos de produção que prosseguem na circulação, ficando o caráter produtivo dissimulado pela forma circulatória" (ibidem, p. 140). "Esses custos de circulação se distinguem (...) por entrarem, até certo ponto, no valor das mercadorias, encarecendo-as portanto" (ibidem, p. 142).

Destas redefinições de Marx, destacam-se sérios problemas. O principal deles é que a elegância e o rigor da definição anterior (capital produtivo versus capital na circulação correspondendo respectivamente a trabalho produtivo e improdutivo) é inteiramente perdida com a introdução do conceito de "produção dentro da circulação". A razão encontra-se no fato de que os processos que podem ou não ser considerados produtivos dentro da circulação são eminentemente arbitrários, sujeitos às vicissitudes do pesquisador que os defina. Tal como na concepção

de trabalho produtivo nas "Teorias", reinstala-se o reino de metafísica. Naquelas, a transformação de uma produção autônoma em produção com trabalho assalariado (por exemplo, a contratação de um trabalhador) pode rigorosamente transformar o trabalhador autônomo em trabalhador produtivo. Agora, qualquer tendência de determinado tipo de trabalhador no sentido de promover a metamorfose da mercadoria pode significar um ato improdutivo em meio a uma eventual função produtiva.

Na realidade, a própria definição de Marx ("todos os custos de circulação que decorrem apenas da mudança de forma") de trabalho improdutivo é ambigua, já que qualquer custo de circulação é realizado com o único intuito de promover a metamorfose da mercadoria, até mesmo o custo de transporte. Se "o valor de uso das coisas só se realiza com seu consumo", que pode tornar necessário o deslocamento delas, o transporte aparece também como um fator necessário exclusivamente à própria metamorfose e é em função dela que é realizado. Ou seja, o problema que a definição de Marx enfrenta não é apenas de ambiguidade na definição de uma fronteira entre os custos de circulação que criam ou não valor mas, principalmente, o de pretender que determinados custos, realizados exclusivamente com o objetivo de promover a metamorfose, sejam produtivos.

Por exemplo, a necessidade de exportar de um ponto para outro uma mercadoria pode se prender ao esgotamento do mercado local que levaria, caso não houvesse a exportação (e o transporte), à formação de estoques invendáveis. Aliás, esta questão fica

mais clara ainda ao analisarmos os custos de conservação e armazenagem que Marx - não sem um certo melindre - considera produtivos. Aqui, a fronteira entre estoques voluntários e involuntários é bastante débil, já que não existe uma fronteira nítida - especialmente no capitalismo - entre as necessidades normais ("técnicas") de estocagem e os custos anormais, indesejados ou improdutivos de estocagem - como, por exemplo, Marx tenta estabelecer nesta passagem: "O estoque de mercadorias só é normal enquanto for apenas condição da circulação de mercadorias e forma necessariamente surgida nesta circulação, enquanto essa estagnação aparente for portanto forma de giro do mesmo modo que a formação de reserva do dinheiro é condição da circulação de dinheiro. Se, entretanto, as mercadorias se detêm nos depósitos de circulação, não cedendo lugar à onda da produção que vem depois, se os depósitos portanto ficam abarrotados, expande-se o estoque de mercadorias em virtude da parada da circulação, do mesmo modo que os tesouros crescem quando se paralisa a circulação do dinheiro. Então, o estoque de mercadorias não é condição de venda ininterrupta, mas conseqüência da impossibilidade de vender as mercadorias. Prosseguem os mesmos custos, mas, decorrendo eles agora apenas da forma, isto é, da dificuldade dessa metamorfose, não entram no valor da mercadoria, mas representam descontos, perda de valor na realização do valor" (ibidem, p. 151).

O argumento não deixa de possuir um certo artifício, mas acaba por gerar grandes transtornos teóricos. Imaginemos que um comerciante, acostumado a um determinado ritmo de expansão da

procura por sua mercadoria, tenha uma política de adiantar - com base neste ritmo - o processo de formação de estoques que passa a ter idêntica taxa de expansão. Entretanto, por qualquer fator que quebre este ritmo de procura (concorrência, crise geral, etc.) os estoques podem se acumular além do previsto o que nos levaria, segundo Marx, a custos improdutivos. Por outro lado, se o ritmo de crescimento da procura, ao invés de cair, subir, o comerciante desfar-se-á mais rapidamente de seu estoque de mercadoria, o que lhe permitirá reduzir o custo médio de estocagem. Qual o verdadeiro custo de estocagem? O previsto, o realizado acima do previsto (na 1ª hipótese), ou o abaixo do previsto (na 2ª hipótese)?

Se a resposta optar pelo custo previsto não estará incorrendo em nenhuma contradição interna, porém, como veremos adiante, estará incluindo no cômputo do valor elementos (custos) de processo de circulação que têm natureza essencialmente distinta, por não possuírem a necessária regularidade, dos elementos do processo de produção.

O problema ainda não se esgotou. Se optamos pelo valor realizado, temos de abandonar nada mais nada menos do que todo o plano metodológico de "O Capital", na medida em que não seria mais possível distinguir entre processo de produção e processo de circulação. E neste caso, a discussão do valor no Livro I, concebida inteiramente como uma instância analítica separada da realização, não passaria de uma metafísica sem sentido, uma vez que o valor só poderia existir, em sua

plenitude, enquanto valor realizado. E não ficaria só nisso: todo o Livro II teria de ser virtualmente abandonado já que sua problemática é a do valor que circula, ou seja, o valor que pode ou não ser realizado, questão fundamental, por exemplo, dos esquemas de reprodução que se diferenciam bastante da ótica da demanda efetiva presente em Keynes e Kalecki. A solução está, a meu ver claramente, na hipótese de "equilíbrio", isto é, em que o previsto é realizado em todos os níveis.

Neste ponto, a questão que se coloca é o abandono da própria teoria do valor em detrimento de uma concepção um tanto mais vulgar do valor, pensado exclusivamente como valor de troca,(1) ou senão abandonar o conceito de "produção dentro da circulação". Aqui, toda a dificuldade deve consistir na explicação teórica de por que custos de circulação, tais como transporte e conservação, são tão improdutivos quanto outros como contabilidade, por exemplo.

O que podemos dizer, já que vamos aprofundar o assunto mais adiante, é que os custos de circulação consistem na preservação e prolongamento da mercadoria no espaço ou no tempo ou em ambos, isto é, no espaço-tempo. Nesse sentido, mesmo considerando que o espaço-tempo pode ser cristalizado (por exemplo, através da relativa estabilidade na circulação de uma mercadoria de um ponto a outro ou através da estabilidade no tempo de venda), o

(1) Esta é, por exemplo, a versão Ricardiana-Sraffiana da teoria do valor.

prolongamento da mercadoria num ou noutro ou em ambos é sempre um fato eventual, um "mal necessário" que o capital sempre tenderá evitar. Além do mais, os custos de circulação que envolvem o prolongamento da mercadoria no espaço-tempo podem aumentar ou diminuir independentemente da evolução da produtividade do trabalho nas atividades de circulação. Isto porque, sob o capitalismo, a despeito da sua relativa cristalização, o prolongamento da mercadoria no espaço-tempo deve refletir as contradições sociais, políticas e a própria anarquia do sistema, o que torna o custo de circulação um fator variável, eventual e/ou incerto.

Imaginemos, para exemplificar, três pontos no espaço, A, B e C, e uma mercadoria (o aço):



Digamos que as condições de produção nos três pontos sejam idênticas e que B forneça carvão, C o minério de ferro e A seja, apenas, um mercado consumidor do aço. Considerando que a siderúrgica deva se localizar necessariamente num dos três pontos a localização ótima seria aquela que minimizasse os custos de transporte assim considerados: optando por A, teríamos o custo de transporte do carvão de B para A mais o do minério de C para A que, somados, dariam uma quantia a. Optando-se por B, teríamos o custo de transporte do minério de C para B mais o transporte do aço de B para A que no total daria b. Optando-se por C, teríamos o custo de transporte no carvão de B para C mais o custo de

transporte do aço de C para A no total daria $\underline{c}$. Consideremos que $a > b > c$ o que tornaria C o ponto de localização ótima. No entanto, a despeito da tendência do capital a instalar-se em C, isto é um processo relativamente eventual sujeito às vicissitudes da anarquia do capitalismo ou mesmo das condições sociais ou políticas. Assim, se por alguma destas razões, a siderúrgica se instalasse em A, teríamos um desperdício de $a - c$ equivalente ao diferencial do custo de transporte.

Chamemos de $\underline{x}$ o valor da produção do aço em qualquer um dos três pontos. Adicionando-se o custo de circulação (restrito ao custo de transportes) teríamos a seguinte situação.

Valor de troca em A = $x + a$

Valor de troca em B = $x + b$

Valor de troca em C = $x + c$

Segundo sugere a proposição de Marx, o valor de troca de aço deveria ser $x + c$ (solução ótima), a partir do qual haveria custos adicionais improdutivos; $b - c$ no caso de uma localização em B e $a - c$ no caso de uma localização em A. A questão é que, ao contrário do processo direto de produção onde o capitalismo tende a se aproximar da produtividade "normal", e, portanto, do valor da mercadoria, o nosso problema envolve uma solução ótima cuja determinação é distinta. Em sentido estrito, ela é independente de quaisquer processos produtivos ou mesmo do

grau de eficiência com que o capitalismo explora sua força de trabalho.(1)

Na realidade, o movimento que leva o capital a convergir para o ponto C (por exemplo, deslocando-se de A para C) representa, aqui, o movimento do capital no espaço que permitiria uma eficiência maior do sistema, embora não às custas de um aumento da produtividade do trabalho. Na medida em que esta solução ótima não é estática, isto é, é sempre recriada pelo próprio sistema capitalista, o movimento do capital em direção à solução ótima pode resultar numa redução do "valor" da mercadoria sem quaisquer alterações na produtividade. Digamos que, no exemplo, a solução ótima fosse inicialmente em B e que, tendo em vista alguma mudança em C (por exemplo, C passou a ser também um mercado consumidor de aço além de produtor de minério), teríamos um deslocamento da solução ótima de B para C. Assim, se o valor do aço era de x + b, reduz-se para x + c na medida em que a produção de aço relocaliza-se em C.

A conclusão é clara: o deslocamento da mercadoria no espaço-tempo seja pelo tempo de estocagem, seja pela circulação no espaço) decididamente não cria valor, uma vez que pela lei do valor sua mudança em determinada mercadoria requer, necessariamente, mudança na produtividade do trabalho. A razão teórica para

---

(1) Como veremos no próximo capítulo, ela passaria pela diferencial dos custos de circulação e da renda fundiária normalmente paga em cada um dos pontos.

este fato, que tentaremos discutir mais adiante, encontra-se na separação nítida e clara - feita pelo próprio Marx - da fase da produção em relação à fase da circulação, cada uma dela apresentando propriedades específicas e determinadas.

A esse respeito, vale observar que os chamados "serviços" discutidos nas "Teorias"(1) apresentam importantes peculiaridades que são absolutamente fortuitas. Definindo o ciclo do capital-mercadoria como M-D'-M<MP/FT>P —— M", um aspecto chama a atenção em vista do assunto aqui discutido: a metamorfose do capital produtivo, P, em capital mercadoria, M". Além da mudança de forma temos uma mudança de fase da produção para a circulação. O que ocorre é que os serviços, ao não se materializarem numa coisa, não existem como capital-mercadoria. Nesse sentido, o produto dos serviços (a "mercadoria") não se separa e é indistinto do próprio processo em que é produzido. A metamorfose dá-se então pela transformação do capital produtivo em capital-dinheiro, "pulando-se" a forma de capital-mercadoria: além da não-separação do produto do trabalho em relação ao processo de trabalho, temos ainda a indistinção das fases de produção e circulação. Neste caso, resta definir se o "serviço" segue as propriedades de uma ou de outra, isto é, se são, afinal de contas, produtivos ou improdutivos.

---

(1) O conceito de "Serviços" nas "Teorias" é idêntico ao que definimos como "Serviços de Consumo".

Ao contrário da produção de bens-mercadorias, os "serviços" não se materializam em "coisas", vale dizer, o produto dos "serviços" no espaço tempo não se distinguem do seu consumo. Em outras palavras, embora possam possuir regularidade em seu processo produtivo, os serviços somente podem ter o seu valor de troca definido quando considerado o seu consumo, o que leva necessariamente à inclusão da dimensão espaço-temporal na análise.

Um exemplo eloqüente a esse respeito é o do transporte de passageiros: Digamos que um ônibus com determinada capacidade máxima terá um valor unitário por passageiro oscilando entre um mínimo (obtido com a capacidade máxima) e um máximo (por exemplo, 1 passageiro). Dependendo do número de passageiros por viagem, o valor unitário do serviço de ônibus deverá descer ou subir. Tudo indica que o serviço - ao contrário da mercadoria - não consegue produzir valor para ser realizado. Nesse sentido, o serviço nunca é produzido antes da demanda mas sempre junto com a demanda. Essa é a razão fundamental porque o serviço de consumo tem uma dinâmica sempre subordinada à dinâmica do mundo das mercadorias, assemelhando-se, portanto, às atividades dentro do processo de circulação.

Resumindo, diríamos que a proposição do Livro II e do Livro III (separando a fase da produção e da circulação) representa um grande passo para a definição de trabalho produtivo e improdutivo. Na verdade, ela acaba representando um avanço em relação às "Teorias", o que inclui a utilização deste conceito

para a discussão do que Marx chamou de serviços produtivos. Infelizmente, a confusão das "Teorias" acaba se repetindo - num outro plano - nos Livros II e III, com Marx tentando reinventar o conceito de "produção" na fase de circulação, dando origem a novas confusões e contradições.

Esta não é a opinião de Rubin que, mesmo reconhecendo a existência de problemas, conclui seu estudo sobre trabalho produtivo afirmando que "sem levar em consideração diferenças secundárias em matizes de pensamento e formulação, não encontramos contradições básicas entre os Livros II e III de "O Capital". Isto não significa negar que no capítulo XVII do Livro III e, particularmente no capítulo VI do Livro II, existem passagens divergentes, obscuridade terminológica e contradições particulares, mas a concepção básica de trabalho produtivo como trabalho empregado pelo capital (mesmo em processos complementares da produção levadas a cabo na circulação) e de trabalho improdutivo como trabalho que serve ao capital na fase de circulação pura ou 'metamorfose formal' do valor é bastante clara" (op. cit. p. 291).

3.3.3 - Valor e Valor de Troca: A Pseudo-Representação do Valor de Troca no Espaço-Tempo

O prolongamento da mercadoria no espaço-tempo levaria à diferenciação entre valor e "preço de oferta", (1) que corresponderia - tentaremos discuti-lo agora - ao conceito de valor de troca. Por exemplo, admitamos a coincidência entre "preço de oferta" e valor de troca. Sua representação no espaço-tempo implicaria múltiplos valores, seja pelo deslocamento da mercadoria no espaço (custo de transportes) ou no tempo (custo de estocagem), de modo que o valor de troca poderia claramente ser distinguido ponto por ponto. O número de pontos seria oscilante e dependeria, entre outros fatores, da transportabilidade e grau de perecibilidade da mercadoria. Supondo-se, para simplificar, uma certa linearidade na evolução da mercadoria A de forma que a um determinado ponto no espaço correspondesse um ponto distinto no tempo, teríamos n valores correspondentes aos pares ordenados $[E1, T1]$, $[E2, T2]$ ------ $[En\ \ Tn]$, isto é, Va1, Va2, ..., Van.

Estes n valores serão distintos ou não de forma que $Va1 \leqslant Va2 \leqslant \ldots\ Van-1 \leqslant Van$. Suponhamos a existência de outra mercadoria (B) cujo prolongamento no espaço-tempo leva aos valores de troca $Vb1 \leqslant Vb2 \leqslant \ldots\ Vbm-1 \leqslant Vbm$ correspondendo a m pares

---

(1) O "preço de oferta" seria igual ao 'preço de produção" mais o custo de circulação. Aqui abstrairemos toda a demarche da "transformação" do valor em preço de produção para nos concentrarmos apenas no adicional de custos acarretado pela circulação.

de pontos no espaço-tempo. Generalizando, imaginemos uma Késima mercadoria correpondendo a Vk1 ⩽ Vk2 ⩽ ... Vks-1 ⩽ Vks. Teremos, então, K vetores de valores de troca, cada qual contando n, m ... ou s valores de troca:

$$A = \begin{bmatrix} Va1 \\ Va2 \\ ..... \\ Van-1 \\ Van \end{bmatrix}, \quad B = \begin{bmatrix} Vb1 \\ Vb2 \\ ..... \\ Vbm-1 \\ Vbm \end{bmatrix}, \quad ..... \quad K = \begin{bmatrix} Vk1 \\ Vk2 \\ ..... \\ Vks-1 \\ Vks \end{bmatrix}$$

Segundo Marx, qualquer mercadoria "assume a forma de equivalente por ser diretamente permutável por outra".(1) Em princípio, toda a mercadoria é, teoricamente, um equivalente do conjunto de mercadorias. Em nosso caso, a representação da forma geral do valor (que pressupõe um equivalente) enfrenta uma dificuldade. Suponhamos que K seja o equivalente a partir do qual expressaríamos os valores relativos de A, B, ... Assim, teríamos n valores relativos entre A e K supondo-se, por exemplo, Vk1 o equivalente, e n x s o total de valores assumidos por k. Da mesma forma, teríamos m x s valores relativos de B e assim por diante:

(1) Marx, O Capital, Livro I, p. 64.

$$A \overline{\overline{\overline{\quad}}} K = \begin{bmatrix} \frac{Va1}{Vk1} & \frac{Va2}{Vk1} & \cdots\cdots & \frac{Van-1}{Vk1} & \frac{Van}{Vk1} \\ \frac{Va1}{Vk2} & \frac{Va2}{Vk2} & \cdots\cdots & \frac{Van-1}{Vk2} & \frac{Van}{Vk2} \\ \cdots\cdots & \cdots\cdots & \cdots\cdots & \cdots\cdots & \cdots\cdots \\ \frac{Va1}{Vks-1} & \frac{Va2}{Vks-1} & \cdots\cdots & \frac{Van-1}{Vks-1} & \frac{Van}{Vks-1} \\ \frac{Va1}{Vks} & \frac{Va2}{Vks} & \cdots\cdots & \frac{Van-1}{Vks} & \frac{Van}{Vks} \end{bmatrix}$$

De duas alternativas, poderemos ficar com apenas uma: ou bem as mercadoria A, B, ..., K representam não somente K mercadorias, mas múltiplos de K, o que implica que a cada valor de troca de, por exemplo, A, corresponde uma mercadoria e que, portanto, não represente apenas uma mercadoria, mas um conjunto de n mercadorias; ou bem o conceito de valor de troca é distinto, qualitativamente, do conceito de valor.

Suponhamos que a primeira seja a alternativa correta. Neste caso, o valor relativo das mercadorias - que se nos apresenta como virtualmente idêntico ao valor de troca, já que constitui sua forma de manifestação concreta - poderá indicar relações de troca prováveis e improváveis. Tomemos o valor relativo Va2/Vk1 onde k1 faz o papel de equivalente. Va2/Vk1 será uma relação de troca provável se a2 e k1 estiverem no mesmo ponto do espaço-tempo. Caso contrário, teremos uma relação improvável que pode significar, por exemplo, a comparação entre duas mercadorias em

dois pontos distintos no espaço, sendo que elas podem igualmente vir a existir no mesmo ponto. Ou senão, a comparação de duas mercadorias em dois pontos distintos no tempo como o valor da produção de arroz em 1980 com o da produção de milho em 1975. Estamos diante, pois, não de um conjunto de relações de trocas concretas, mas de uma série de construções abstratas, isto é, de um mundo de pseudo-concreticidade.

Segundo Rubin, Marx, ao analisar a diferença entre valor e valor de troca, toma como ponto de partida "a afirmação de um fato bem conhecido da economia mercantil, o fato de que todas as mercadorias podem ser igualadas umas às outras e o fato de que uma determinada mercadoria pode ser igualada a uma infinidade de outras mercadorias. Em outras palavras, o ponto de partida de todo o raciocínio de Marx é a estrutura concreta da economia mercantil e não o método puramente lógico de comparação de duas mercadorias entre si" (op. cit., p. 124). Vale dizer, o raciocínio de Marx parte do pressuposto da "múltipla igualação das mercadorias entre si ou do fato de que toda mercadoria pode ser igualada a inúmeras outras mercadorias" (idem) sem que isso implique sua mera comparação lógico-formal. Na realidade, esta comparação lógico-formal leva a uma serie de relações abstratas, e, em muitos casos, absolutamente incongruentes. Por outro lado, o fator que permite a múltipla igualação das mercadorias não é o valor de troca e sim um conteúdo dele diferenciável, ou seja, o valor.

Na verdade, o conceito de valor contem três aspectos fundamentais: primeiro, a magnitude do valor, que resulta na

igualdade quantitativa entre valor e valor de troca. Segundo, a forma do valor, que caracterizaria o valor como "forma social", ao passo que o valor de troca representaria a forma concreta através da qual se expressaria a "forma social". Terceiro, o valor se caracterizaria pelo seu conteúdo. Consideremos, por enquanto, o segundo aspecto, isto é, a diferença entre valor e valor de troca quanto à forma. Para Rubin, "Marx analisa a 'forma-valor' (wertform) separadamente do valor de troca (tauschwert). Para incluir a forma social do produto do trabalho no conceito de valor, temos de dividir a forma social do produto em duas formas: wertform e tauschwert. Pela primeira, entendemos a forma social do produto que ainda não está concretizada em coisas determinadas, mas representa uma propriedade abstrata das mercadorias (...). Para incluir a forma-valor no próprio conceito de valor, temos de separá-la do valor de troca, que é tratado separadamente do valor por Marx. Dividimos, assim, a forma social do produto em duas partes: a forma social que ainda não adquiriu uma forma concreta (ou seja, forma-valor), e a forma que já possui uma forma concreta e independente (ou seja, de troca)" (ibidem, p.130).

Em nosso exemplo, a representação do valor de troca da mercadoria A no espaço-tempo (digamos, Va2) significa uma forma concreta independente, o que anteriormente descrevemos como "preço de oferta". Em outras palavras, o valor

de troca é uma concretização do valor em seu aspecto de forma-social, isto é, do valor em seu potencial de intercambialidade.

Vimos no item anterior que os chamados custos de circulação estão fadados a certa aleatoriedade que permeia, inevitavelmente, toda a fase da circulação. Isto romperia com a possibilidade do estabelecimento de uma certa regularidade no ato de troca que deixaria de ter um caráter eminentemente aleatório. Assim, mesmo que cristalizado, o prolongamento da mercadoria no espaço-tempo passa por diversos "acidentes" que terminam por alterar o valor de troca das mercadorias. Entretanto, a própria estrutura lógica de uma economia mercantil convive com uma certa regularidade dos atos de troca (ou de suas proporções). Esta relativa estabilidade, que não pode ser explicada pela aleatoriedade da circulação (até pelo contrário) exige uma outra suposição (além da "múltipla igualação das mercadorias entre si"), que consiste, nas palavras de Rubin, no seguinte: "assumimos que a troca de um quarter de trigo por qualquer outra mercadoria está sujeita a alguma regularidade. A regularidade desses atos de troca deve-se à sua dependência do processo de produção. Rejeitamos a premissa de que um quarter de trigo possa ser trocado por qualquer quantidade arbitrária de ferro, café, etc. Não podemos concordar com a premissa de que as proporções de troca sejam estabelecidas a cada vez, no próprio ato de troca e que tenha, portanto, um caráter puramente acidental. Pelo contrário, afirmamos que as possibilidades de troca de uma mercadoria determinada

por qualquer outra mercadoria estão submetidas a certas regularidades baseadas no processo de produção" (ibidem, p. 124).

Esta propriedade específica do processo de produção permite que, dentro dele, a mercadoria adquira total independência do espaço-tempo. Ou seja, ao inverso do "preço de oferta" que é caracteristicamente determinado no espaço-tempo, o valor da mercadoria determina-se no processo de produção que, dada a sua unidade e regularidade, permite a realização de um corte teórico-metodológico que leva a uma abstração do espaço-tempo: em certo sentido, o conceito de valor da mercadoria é aespecial e atemporal, abstração permitida pela própria natureza do processo de produção.

O conceito de valor requer, portanto, uma separação nítida entre produção e circulação. Neste caso, produção é todo processo unitário e relativamente regular que conclui por um produto caracterizado por determinado valor de uso, ao passo que a chamada "produção dentro da circulação", mesmo dotada, em alguns casos, de uma certa unidade e regularidade, não altera o valor de uso das mercadorias, permitindo apenas o seu prolongamento através do espaço-tempo. Em seu conjunto, a circulação é sempre irregular e desagregadora, despojada da necessária unidade existente na fase de produção. Por outro lado, o valor de troca é apenas a expressão quantitativamente idêntica do valor no contexto da troca, representando aí o caráter social do valor. Nessa medida, o valor de troca não pode ser "datado" ou representado

no espaço-tempo, uma vez que constitui a expressão, no contexto de troca, de um tipo de riqueza abstrata, universal e atemporal, isto é, o valor. Em vista disso, os "valores" representados no espaço-tempo não expressam os "valores de troca", a não ser que passemos a conceber o valor como medida efêmera e restrita. Em seu lugar, pelo contrário, o que temos é o "preço de oferta", magnitude que contém não apenas o genus do valor (transformado qualitativamente no contexto da troca em valor de troca) mas os custos de circulação, que pelas razões apresentadas (isto é, basicamente sua não universalidade) não adicionam valor ao produto.

Retomando o nosso exemplo, poderíamos dizer que a separação entre produção e circulação permitiria um corte e uma nova distinção entre valor, valor de troca e preço de oferta. No caso da mercadoria A, o preço de oferta da mercadoria em cada ponto do espaço-tempo desdobrar-se-ia em valor de troca (VA) e custos de circulação (Cai, sendo i = 1,2, ..., n-1). Assim,

$$\begin{bmatrix} Va1 \\ Va2 \\ \cdots \\ Van-1 \\ Van \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} Va + Ca1 \\ Va + Ca2 \\ \cdots + \cdots \\ Va + Can-1 \\ Va + Can \end{bmatrix}$$

Agora, a existência de um "novo" conceito de valor (Va), independente do prolongamento da mercadoria no espaço-

tempo, permite a construção de relações de troca reais ao contrário da situação anterior que envolvia a construção de uma série de relações inverossímeis, formais e indevidamente abstratas.

Na realidade, a distinção entre valor (Va) e preço da oferta (Vai, i = 1,2, ..., n-1, n) não se prende apenas à necessidade de um corte simplificador, tendo em vista a existência de uma realidade "caótica", mas à própria natureza do processo que confere ao valor propriedades insubstituíveis. Em certo sentido, o conceito do valor é abstrato na medida em que não se manifesta concretamente nos n pontos do espaço-tempo, embora seja absolutamente real e esteja presente (através do valor de troca) nestes mesmos n pontos. E' esta propriedade de estar e não-estar (que permite, inclusive, o afastamento da análise do mundo da pseudo-concreticidade) que diferencia basicamente o valor, enquanto forma social, e o valor de troca. No nosso exemplo, o preço da oferta Va2 é apenas (e nunca vai além disso) preço de troca no ponto Va2, ao passo que o valor (Va) expressa-se não só como valor em Va2, mas em Va1, Va3, Van, etc. E' por isso que, contraditoriamente, o preço de oferta, a despeito de constituir a expressão concreta da forma social do valor, é, em si mesmo, associal, já que se restringe a determinado ponto do espaço-tempo.

E' exatamente nesse ponto que o "serviço" que ora discutimos, isto é, o "serviço de circulação", apresenta características semelhantes ao "serviço de consumo" e que Marx

caracterizou nas "Teorias" como parte da produção. Na verdade, o "serviço de consumo", como já sugerimos no item anterior, não se distingue no espaço-tempo da circulação e, nesse sentido, ele é produzido e circula em um mesmo ponto do espaço-tempo. Os exemplos são a aula do professor, o teatro, o médico ou o circo. Assim, o "valor" do serviço é estabelecido em determinado ponto do espaço-tempo, o que significa que ele existe sempre na forma de preço de oferta e não adquire, portanto, a forma social do valor. Em outras palavras, o serviço, na medida em que restrito a um determinado ponto de espaço-tempo, ou seja, o ponto onde é produzido, é valor de troca associal e não tem a propriedade de "estar e não-estar" do valor em sua forma social. Isto significa que, mais uma vez, os "serviços de consumo" detêm propriedades semelhantes aos "serviços de circulação" e, por outro lado, distintas das propriedades "normais" das mercadorias.

Finalmente, cabe destacar que, além da diferença qualitativa entre o valor enquanto forma social e o valor de troca, existe, no caso dos serviços de circulação, a diferença, no tocante à magnitude, do valor e do preço de oferta. Este fato, não destacado por Marx, exatamente devido à incongruência em sua definição de trabalho produtivo e improdutivo, deve-se à inclusão feita por ele, no valor da produção, dos custos de circulação - quaisquer que sejam - que definiriam o valor de troca da mercadoria em determinado ponto do espaço-tempo. Em nosso exemplo, o valor de troca da mercadoria é sempre $\overline{Va}$, que expressa

determinada quantidade de trabalho e que pode se distinguir quantitativamente dos preços de oferta (ou seja, Va_i onde $i = 1, 2, \ldots n-1, n$). Assim, temos que $Va_i > Va$, que expressa as eventuais diferenças quantitativas entre valor e preço de oferta.

Por ora, discutimos a diferença entre valor, valor de troca e preço de oferta abordando as diferenças quanto à forma e à magnitude. Resta completar a discussão abordando as diferenças quanto ao conteúdo ou substância do valor, o que faremos a seguir.

3.3.4 - Trabalho Concreto, Trabalho Abstrato, Trabalho Produtivo e Improdutivo

Segundo Marx, "todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso"(1).

Dois aspectos podem ser observados nesta definição. O primeiro é o de que o conceito de trabalho abstrato confunde-se com um conceito puramente fisiológico, interpretação assumida, por exemplo, por Kautsky: "Por um lado, o trabalho se nos apresce

(1) MARX, O Capital, Livro I, p. 54.

como um dispêndio produtivo de força de trabalho humano em geral; por outro, como atividade humana específica para obtenção de um determinado objeto. O primeiro aspecto do trabalho constitui o elemento comum a todas as atividades produtivas realizadas pelo homem; o segundo varia com a natureza da atividade". (1) O segundo fator baseia-se no fato de que, na própria definição de Marx, é o trabalho abstrato que cria valor, ao contrário do trabalho concreto, que produz apenas volores de uso. E' exatamente nesse segundo sentido que alguns autores como Rubin desenvolveram o conceito de trabalho abstrato, procurando, de um certo modo, desvencilhá-lo de uma noção puramente fisiológica.

"Para compreender com exatidão a teoria de Marx sobre o trabalho abstrato, não podemos nos esquecer por um minuto de que Marx põe o conceito de trabalho abstrato em nexo inseparável com o conceito de valor. O trabalho abstrato 'cria' valor, é o 'Conteúdo' ou 'Substância' do valor. A tarefa de Marx não era (como temos observado com freqüencia) reduzir o valor, analiticamente, a trabalho abstrato, mas deduzir o valor dialeticamente a partir do trabalho abstrato. E isto não é possível se o trabalho abstrato for compreendido como nada mais que trabalho num sentido fisiológico. Não é, portanto, acidental que os autores que sustentam coerentemente uma interpretação fisiológica do trabalho sejam forçados a atingir conclusões que contradizem nitidamente a teoria de Marx, a saber, que o trabalho abstrato

---

(1) KAUTSKY, cit. por Rubin, op. cit. p. 147.

em si não cria valor. Quem quiser sustentar a bastante conhecida afirmação de Marx de que o trabalho abstrato cria valor e se expressa no valor, deve renunciar ao conceito fisiológico de trabalho abstrato" (ibdem, p. 151).

Nesse sentido, Rubin não nega a necessidade de existência do trabalho fisiologicamente igual ou homogêneo como pressuposto da divisão do trabalho. "Assim, a igualdade fisiológica do trabalho é uma condição necessária para a igualação e distribuição sociais do trabalho em geral. A origem do sistema social de divisão do trabalho, particularmente o sistema de produção mercantil, só é possível sobre essa base. Quando falamos, portanto, de trabalho abstrato, temos como pressuposto o trabalho igualado, e a igualação social do trabalho pressupõe a hegemoneidade do trabalho, sem o que a divisão social do trabalho, enquanto um processo social, não poderia ser levado a cabo, de forma alguma" (ibdem, p. 153).

Parece, pois, que o trabalho abstrato não só é trabalho fisiologicamente igual como também socialmente igualado, mas, ao mesmo tempo, é algo que vai além desta conceituação. "Esclareçamos a questão: o que entendemos por 'trabalho abstrato', que cria valor e se expressa no valor, segundo a teoria de Marx? Devemos mencionar (...) que Marx não somente queria reduzir analiticamente o valor a trabalho, mas, também deduzir analiticamente o valor a partir do trabalho. E, deste ponto de vista, é claro que nem o trabalho fisiologicamente igual, nem o trabalho socialmente igualado enquanto tal, criam valor" (ibidem, p. 156).

Nossa hipótese é a de que nem Marx, nem Rubin respondem a esta pergunta. Rubin, por exemplo, envereda, em várias passagens, pelo conceito de trabalho socialmente igualado. Um pouco adiante da passagem citada acima, ele afirma: "(...) da mesma maneira que os produtos concretos do trabalho (sapatos, por exemplo) só mostram seu caráter como valor se o produto despojar-se de sua forma concreta e for igualado a uma dada soma de unidades monetárias abstrata, o trabalho privado e concreto contido no produto só mostra seu caráter social se despojar-se de sua forma concreta e for igualado, numa determinada proporção, como todas as demais formas de trabalho, ou seja, igualado como uma dada quantidade de trabalho impessoal, homogêneo, abstrato, trabalho em geral" (ibdem, p. 158).

A partir deste ponto, Rubin caminha progressivamente para uma definição do trabalho abstrato a partir de sua capacidade de troca, seu caráter sócio-mercantil:

"Na teoria de Marx sobre o valor, a transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato não é um ato teórico de abstração com a finalidade de encontrar uma unidade geral de medida. Esta transformação é um fato social real" (ibdem, p. 160). Um pouco mais adiante, ele é mais explícito: "O trabalho abstrato surge e se desenvolve na medida que a troca se torna a forma social do processo de produção, transformando assim o processo de produção mercantil. Na ausência da troca como forma social de produção, não pode existir trabalho abstrato. Assim, à medido que as unidades econômicas individuais são impelidas para a

troca, à medida que essas unidades são transformadas numa economia social unificada e, mais tarde, numa economia mundial, ampliam-se as propriedades características do trabalho que chamamos trabalho abstrato" (idem). "Quando a troca está restrita aos limites nacionais, o trabalho abstrato não existe ainda em sua forma mais desenvolvida. O caráter abstrato do trabalho atinge sua inteireza quando o comércio internacional vincula e unifica todos os países, e quando o produto do trabalho nacional perde suas propriedades concretas específicas por estar destinado ao mercado mundial e igualado aos produtos do trabalho das mais variadas indústrias nacionais" (idem).

Tudo indica que após estas conceituações - que, diga-se, estão plenamente respaldadas em Marx - Rubin dá-se por satisfeito e passa a responder as eventuais críticas que possam surgir, tendo em vista sua definição de trabalho abstrato a partir da troca.

Na realidade, esta é uma falsa questão, ou melhor, é uma questão já respondida pelo próprio Rubin,(1) ao diferenciar o valor do valor de troca. No caso, o valor se apresenta como valor intercambiável, potencialmente realizável, ao passo que o valor de troca aparece sempre como concretizado e realizado. Nesse ponto, Rubin apenas transfere as propriedades do valor, enquanto forma social, para a conceituação de trabalho abstrato: "O trabalho do produtor de mercadorias é diretamente privado e

(1) Por exemplo, no Capítulo 12 de "A teoria marxista do valor".

concreto, mas adquire uma propriedade social complementar, 'ideal' ou 'latente', na forma de trabalho abstrato-geral e social" (ibdem, p. 167).

Rubin (e Marx) optam por uma definição onde o trabalho abstrato diferencia-se do trabalho concreto a partir do momento em que se reveste de uma forma social, isto é adquire a propriedade da universalidade e da intercambialidade geral. Nesse sentido, só se transforma em trabalho abstrato o trabalho concreto cujo produto é valor social - valor de troca latente - ou, em outras palavras, o trabalho abstrato assim o é por conseguir representar forma social, abstratamente universal.

A definição, evidentemente, é correta e, por si só, seria suficiente para uma redefinição de trabalho produtivo e improdutivo, representando, apenas, uma extensão das propriedades da "forma valor" (comparadas com o valor de troca) analisadas no item anterior. Entretanto, Rubin (e Marx) prometeram-nos algo mais, ou seja, a possibilidade de dedução do valor "a partir do trabalho" e não o que por enquanto está proposto, que não passa de uma definição do trabalho a partir da forma valor, justamente o contrário daquela proposição. Em certo sentido, estamos diante de uma tautologia, na medida em que, respondendo à pergunta: que tipo de trabalho produz valor? encontramos a resposta de que apenas o trabalho abstrato produz valor. Por fim, o trabalho abstrato é definido como aquele que consegue adquirir forma social, isto é, aquele que se transmuta na forma valor!

A pergunta é: considerando que nem todo tipo de trabalho concreto consegue se transmutar em trabalho abstrato, é possível estabelecermos uma distinção entre trabalho concreto-concreto e trabalho concreto-abstrato? Por enquanto, pela definição de Rubin e Marx, sabemos que a transmutação do trabalho concreto em abstrato requer uma propriedade especial, ou seja, que este trabalho transforme-se num produto abstratamente universal.

Como vimos no item anterior, a universalidade-abstrata da forma valor implica que:

a) o produto do trabalho expressa-se independentemente do preço de oferta, isto é, expressa-se na forma valor;

b) a independência do valor em relação ao preço da oferta só é possível se estabelecemos uma diferenciação nítida entre o "valor de produção" e os custos de circulação. Em outras palavras, se estabelecermos uma fronteira nítida entre produção e circulação.

Ora, o trabalho aplicado na circulação é sempre do tipo "concreto-concreto", uma vez que sua concretização dá-se num ponto determinado do espaço-tempo e, nesse sentido, ele é associal e não-universal. Em outras palavras, o trabalho na circulação representa determinada magnitude de valor realizado em um ponto específico do espaço-tempo e, por isso, não é trabalho abstratamente-universal. Por outro lado, o valor de produção de uma mercadoria é potencialmente intercambiável em vários pontos do espaço-tempo. Da mesma forma, os chamados "serviços de consumo" são

do tipo concreto-concreto, já que, tal como os serviços de circulação, eles se concretizam em apenas um ponto específico do espaço-tempo. Em outras palavras, os chamados serviços de consumo e de circulação não se transformam, em nenhuma hipótese, em trabalho do tipo abstrato-universal e, nessa medida, não produzem valor nem mais-valia. Vale dizer, os serviços de produção e circulação constituem, sem exceção, um exemplo de trabalho improdutivo, uma vez que o trabalho concreto desenvolvido nestas atividades não se transmuta em trabalho universal-abstrato. Por oposição, trabalho produtivo é todo aquele que consegue passar da forma de trabalho concreto para a forma universal-abstrato.

Isso posto, estamos em condições de definir a verdadeira fronteira entre trabalho produtivo e improdutivo. Lato sensu, ela resulta, primeiro, da distinção entre produção e circulação e que consiste no fato de que o trabalho aplicado na circulação não altera o valor de uso da mercadoria a não ser em sua temporalidade e espacialidade. Segundo, ela resulta da distinção entre "produção de mercadorias" e "produção de serviços", onde a produção de serviços materializa-se em trabalho, ao passo que a produção da mercadoria materializa-se em "coisas" (bens).

No segundo caso, isto é, nos "serviços de consumo", o caráter improdutivo do trabalho resulta, em primeira instância, de sua imaterialidade, ou seja, do fato de que o trabalho não se materializa numa "coisa" dotada de valor de uso

específico.(1) E' evidente que nem todo trabalho que se materializa numa "coisa" é, necessariamente, produtivo. Temos aqui como válidas as condições estabelecidas por Marx nas "Teorias": "o trabalho tem de ser produtivo para o capital". No entanto, por um lado, o puro e simples assalariamento do trabalho não garante seu caráter produtivo (como pretendia Marx) e, por outro, o não-assalariamento do tipo "produção camponesa independente de mercadorias" pode ser produtivo, na medida em que se subordina indiretamente ao capital. Assim, todo trabalho produtivo resulta, necessariamente, num "bem" transportável "no espaço-tempo", embora nem todo "bem" seja, necessariamente, expressão de trabalho produtivo. Portanto, a materialização do produto do trabalho em um "algo transportável" é condição preliminar tanto para sua transmutação em trabalho abstrato quanto para sua definição como trabalho produtivo. Ficamos, assim, mais próximos de Adam Smith, que foi o primeiro economista que defendeu a necessária materialidade do trabalho produtivo.(2)

---

(1) Como acertadamente observa Lojkine (op. cit.), "esses efeitos úteis são mesmo valores de uso, mas de forma alguma objetos materiais, produtos que possam servir de suporte físico ao valor transmitido pela força de trabalho", (p. 155). E mais adiante, comparando os serviços de consumo com os "bens", observa que "não é esse o caso dos 'efeitos úteis' ou 'serviços' enquanto seu valor de uso não for cristalizado num objeto material" (ibidem).

(2) Ver Marx, nas "Teorias" onde faz a crítica à concepção Smithiana de trabalho produtivo material. Embora consiga mostrar que a definição de Smith é unilateral, Marx não demonstra em nenhum momento a existência de um trabalho produtivo que não seja transportável no espaço-tempo.

Na verdade, a materialidade, embora seja um aspecto necessário, não é uma condição suficiente e nem mesmo um aspecto central da noção de trabalho produtivo. O exemplo encontra-se nos próprios serviços de circulação. Embora eles não acarretem mudança física do valor de uso (exceção para o seu "transporte" no espaço-tempo), seu "custo" em trabalho cristaliza-se em algo material, isto é, o produto "transportado" que, segundo nossa hipótese, não acrescenta valor à mercadoria. Na verdade, a imaterialidade dos serviços de consumo fornece-lhe propriedades que permitem reduzi-los ao caso geral cuja expressão principal são os serviços de circulação que normalmente são materiais, coagulando-se na própria mercadoria em circulação. Neste sentido, o caso geral pode ser definido pela noção de que, mesmo coagulado numa "coisa", o trabalho improdutivo é incapaz de criar riqueza abstrata, isto é, riqueza dotada de valor de troca alheio à inserção concreta no espaço-tempo. Por isso, o valor de uso criado pelo trabalho improdutivo é sempre específico a um determinado ponto do espaço-tempo, propriedade que certamente iguala os serviços de consumo e os serviços de circulação. Em ambos os casos, o caráter restrito e concreto do trabalho exige a simultaneidade do mercado que tem de se concentrar no mesmo ponto do espaço-tempo onde são produzidos os serviços de consumo e/ou circulação. De um certo modo, tal exigência contrariaria a própria separação estabelecida por Marx entre valor de uso e valor de troca, base

necessária do modo capitalista de produção de mercadorias.(1)

Em sua crítica a Mandel (que, como nós, defende o caráter material da mercadoria),(2) Singer na "apresentação" de O Capitalismo Tardio sustenta a tese oposta de que os serviços de consumo, quando organizados como coisa social e capitalista, são perfeitamente produtivos. Nota-se que "na medida em que essas atividades produzem valores de uso, sob a forma de mercadorias capitalistas, o trabalho nelas despendido é 'produtivo para o capital' no sentido que Marx dá a esse conceito. O fato de que todos esses serviços pessoais possam entrar na produção e reprodução da mercadoria 'capacidade de trabalho' é apenas uma prova adicional. O essencial - e isso Marx não cansa de repetir nas 'Teorias da mais-valia' - é que um produto do trabalho social não precisa ser material para ser uma mercadoria. Para tanto, basta que tenha valor de uso e valor de troca" (op. cit., "Apresentação", p. 29).

Na verdade, tal posição - amplamente respaldada por Marx nas "Teorias" e por isso, totalmente inconsistente - negligencia o fato de que uma mercadoria enquanto tal tem não apenas

---

(1) Na base desta separação é que se pode adiantar capital, isto é, riqueza abstrata expressa tanto na forma de capital-dinheiro quanto na forma de capital-mercadoria ou apenas sob esta última, quando o dinheiro é substituído por moeda.

(2) Mandel considera, por isso, que todos os serviços de consumo são improdutivos. Entretanto, ele ainda adota a tese de Marx que alguns serviços de circulação como transporte e armazenagem são produtivos, recaindo numa posição teórica pouco consistente. Ver Mandel, op. cit. cap. 12.

valor de uso e valor de troca, mas determinações independentes do valor de uso e do valor de troca. Uma mercadoria tem valor de troca (independente do valor de uso) porque tem valor, isto é, trabalho abstrato e a consequente capacidade universal de intercambialidade.(1) Os serviços de consumo, pelo contrário, só têm "valor de troca" atrelado ao seu consumo imediato, isto é, atrelado ao valor de uso, o que acarreta, inclusive do ponto de vista quantitativo, a total dependência do primeiro em relação ao segundo. Por isso, é mais correto falar-se em "preço de oferta", já que sua determinação (do pretenso valor de troca) depende inteiramente da circulação nos mesmos termos da determinação dos preços de oferta pelos serviços de circulação. Em ambos os casos, o nível da demanda será fundamental para a determinação do "preço de oferta", pensado não como um preço conjuntural de mercado, mas como um custo efetivo de produção.(2)

Singer, portanto, não tem razão quando observa que "os que trabalham em estúdios cinematográficos (...) seriam produtores de valor e de mais-valia, mas não os que trabalham nos locais de exibição. Parece óbvio que este tipo de distinção não tem sentido algum mostrando o absurdo da tese, na verdade smithiana, de que a produção de valor dependeria da forma material assumida

---

(1) Isto inclui a determinação quantitativa de valor através do conceito de trabalho socialmente necessário.

(2) Além de vários graus de aproveitamento do capital fixo, o nível de demanda será fundamental para a determinação do ritmo e da intensidade do trabalho, em suma, da produtividade global do trabalho.

pelo produto do trabalho" (ibidem, p. 30). Pelo contrário, acrescentamos que, até mesmo baseados no bom senso, podemos observar uma nítida diferença. Enquanto que o serviço de projeção de um filme não passa de um valor de uso restrito a um único ponto no espaço-tempo, o filme (e suas cópias) é uma riqueza universal cujo valor de troca pode "viajar" no espaço-tempo. Em outras palavras, o filme, diferentemente de sua simples projeção, pode ser estocado como riqueza abstrata que pode ser - pelo menos potencialmente - convertido a qualquer momento em dinheiro.(1)

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, ou ainda, a diferença entre produção de "serviços" e a produção de mercadorias", não têm significado puramente teórico ou apenas conceitual. Na verdade, os conceitos de trabalho produtivo e improdutivo assumem especial importância em pelo menos dois aspectos. O primeiro refere-se ao próprio potencial produtivo e de acumulação do sistema econômico, uma vez que apenas as atividades produtivas vêm criar e expandir as forças produtivas e de acumulação. O segundo refere-se à propriedades espaciais das mercadorias e de serviços, cujo entendimento é fundamental para a análise do movimento do capital e das atividades econômicas no espaço.

Finalmente, estamos em condições de explicitar as propriedades espaciais das mercadorias e dos serviços. De um lado,

---

(1) Da mesma forma os serviços de circulação, embora com custos embutidos em mercadorias, não aumentam por si só a magnitude do valor entendido como riqueza abstrata.

temos a universalidade das mercadorias que convergem, gradativamente, do mercado local para o mercado regional, nacional e internacional. Este processo, fruto da característica a-espacial do trabalho abstrato, aparece como processo real que avança com a mercantilização e penetração do capitalismo nos ramos, setores, regiões ou países e com o aumento da própria transportabilidade das mercadorias. Nesse sentido, convém observar que o ouro e a prata desempenham o papel de equivalente geral (dinheiro) dada a sua altíssima transportabilidade e imperecibilidade, que reduzem os custos de conservação e transporte a virtualmente zero. E' por isso que o ouro e a prata sintetizam o "ideal" abstrato e universalizante das mercadorias em geral, que permite seu prolongamento ilimitado no espaço-tempo. Assim é propriedade imanente da mercadoria a capacidade de "viajar" para vários pontos do espaço-tempo, os quais, no caso do dinheiro, tornam-se ilimitados. Os serviços de consumo e circulação, pelo contrário, estão restritos e prisioneiros de um (e apenas um) determinado ponto do espaço-tempo. Nesses termos, é correto afirmar que os serviços (inclusive os de transporte) nunca "viajam"; daí, como vimos, a impossibilidade de sua transmutação em trabalho abstrato.

3.4 - Urbanização, Terciarização e Espaço

3.4.1 - O Conceito de Centro Urbano e as Categorias Espaciais

A mobilidade da mercadoria e serviços pode ser, de um certo modo, hierarquizada, começando pela forma dinheiro (ouro e prata), de altíssima transportabilidade, passando por vários tipos de mercadorias de alto grau até as de baixo grau de transportabilidade. O grau, no caso, pode ser medido pela proporção inversa entre o custo de transporte e o valor de produção da mercadoria, alterando-se, portanto, em função dos pontos no espaço em que as mercadorias circulam. O ouro, por exemplo, apresenta baixíssimo custo de transporte, independentemente da distância, ao passo que o minério de ferro já possui um custo de transporte relativamente alto. Algumas mercadorias, como os produtos hortícolas, têm sua transportabilidade limitada pela perecibilidade, enquanto outras, como a casa, pela sua própria estrutura física.

Em quase todos os casos, porém, o grau de transportabilidade quase sempre é um conceito relativo, variando em função da órbita espacial em que a mercadoria circula (ou em que se pretende que ela circule). A própria teoria da base de exportação classificou as atividades econômicas em domesticas (ou residenciais) e de exportação conforme estas atividades destinem-se ao mercado interno ou externo, sendo que o conceito de "interno" poderá ser o mercado puramente local, regional ou nacional.

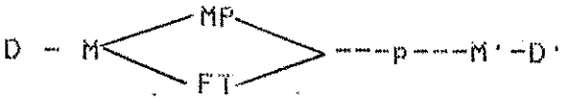
Temos, entretanto, uma nítida fronteira entre mercadorias e serviços, uma vez que aquelas apresentam grau de transportabilidade, que vai do nulo ao ilimitado, enquanto os serviços - sem exceção - não são, absolutamente, transportáveis, o que inclui as "mercadorias" já embutidas nos "custos de circulação".(1)

O método da análise espacial, ou, mais precisamente, o método de análise do movimento do capital no espaço parte justamente da explicitação destas propriedades espaciais dos serviços (intransportabilidade) e das mercadorias (graus de transportabilidade). Em sentido geral, o método pressupõe e preocupa-se não com o valor - conceito absolutamente necessário para a formulação das leis de dinâmica do capitalismo - e sim com o preço da oferta. Em outras palavras, o verdadeiro âmbito da análise espacial é a esfera da circulação, pensada não nos termos formais e esquemáticos do Livro II, mas no contexto do espaço-tempo, vale dizer, no contexto da realidade concreta e dos "vários capitais" do Livro III.

Em sentido restrito, o método da análise espacial deve abordar sistematicamente a circulação, seja pensada em termos dos chamados "serviços de circulação", seja em termos dos "serviços de consumo" que se confundem no espaço-tempo com a fase de

(1) Na verdade, a idéia de intransportabilidade absoluta deve ser relativizada não apenas porque a própria atividade de produção (dos serviços) é transportável, mas porque, em muitos casos, não é nítida a fronteira entre "bens" e serviços.

circulação. Tomando-se o ciclo do capital-dinheiro,



pode-se afirmar que a fase da circulação de qualquer mercadoria consiste no ato de compra de capital produtivo (D-M) e no ato de venda da mercadoria (M'-D'). No caso dos "serviços de consumo", o produto e a própria produção confundem-se com a fase de circulação, o que corresponderia, no ciclo da mercadoria, à fusão de ---p--- com M'-D'. Pelo visto, a importância do estudo do capital mercantil produtor de serviços em geral (serviços de consumo e de circulação) não se prende, apenas, à definição de formas concretas de rateio da mais-valia e suas eventuais interferências no processo de acumulação de capital. Na verdade, o processo de circulação é a forma precípua através da qual o capital cristaliza-se no espaço e, neste sentido, o estudo do movimento do capital no espaço é, em primeiro lugar, o estudo dos serviços.

Na realidade, é a cristalização dos serviços no espaço-tempo (sejam os serviços de circulação ou de consumo) que definirá as áreas de mercado entendidas no sentido "loschiano" do termo, isto é, constituindo o espaço localizado cuja propriedade, por definição, é a acessibilidade a determinado serviço. Nestes termos, a "área de mercado" pode ser entendida como perfeitamente idêntica à noção weberiana de "local de mercado" e, portanto, o próprio urbano como um local (ou área) de mercado. Em

decorrência, a aglomeração ou o centro urbano só pode ser entendida como uma confluência e superposição de áreas de mercado que que permitam, a diversificação e a acessibilidade a vários tipos de serviços ou "bens".(1)

Neste sentido, e apenas neste, o conceito de centro urbano pode ser precipuamente definido como um centro de serviços (de consumo e de circulação) que passam a constituir, assim, as categorias que devem presidir a análise dos processos espaciais. Por esse motivo, na medida em que as diversas formações sociais capitalistas, sejam elas regiões ou mesmo países, têm obrigatoriamente uma certa configuração espacial, seu estudo, que logicamente pode (e deve) envolver uma análise de fatores puramente sociais ou da própria superestrutura política (o estado), envolverá, certa e necessariamente, a inclusão de categorias eminentemente espaciais, isto é, os vários serviços necessários à reprodução do capital.

Fugir desta inexorabilidade é pretender ou que as formações sociais sejam cada qual um capitalismo "involucrado", "fechado", sem conexões e determinações externas, ou então que à

(1) Considera-se que a função precípua dos serviços de circulação é a de criar acessibilidade aos bens mercadorias. Neste sentido, a diferenciação que se faz entre centros urbanos de serviços, comerciais e industriais, embora possa ser empiricamente adequada, não é correta de um ponto de vista teórico. No fundo, um centro industrial, mesmo com predominância da indústria, é necessariamente um centro comercial e de serviços de consumo de maior ou menor importância. Neste último caso, haverá certamente uma tendência à polarização por um outro centro tipicamente de serviços (de circulação e de consumo).

dinâmica interna destas formações sociais esteja totalmente dita-da pela dinâmica externa. No primeiro caso, a aplicação simples de categorias gerais de dinâmica está fadada ao fracasso, na medida em que tais categorias, para sua aplicação, necessitam de intermediação das categorias espaciais. No segundo caso, a análi-se é escamotada em favor da dialética da "suprema" determinação externa.

E' através da análise dos serviços que podemos esboçar uma crítica efetiva à teoria neoclássica das vantagens comparati-vas, bem como avançar na proposição das explicações alternativas do fenômeno da vantagem comparativa e da conseqüente divisão espacial do trabalho. Na realidade, a imobilidade do capital pre-tendida pelos neoclássicos não existe, especialmente se entende-mos o capital como uma "coisa", isto é, como capital-mercadoria. Os serviços, na verdade, é que são imóveis e não podem ser trans-feridos, enquanto produtos, no espaço: ou se transfere a própria produção de serviços - e isto requer condições econômicas mini-mas - ou tornar-se-á inviável a penetração de certas atividades econômicas em determinados pontos no espaço. O mesmo ocorre com a pretensa imobilidade da força de trabalho, particularmente das várias categorias de trabalho complexo: o que é imóvel é a pro-dução de serviços necessários para sua reprodução ou mesmo "produção" de trabalho complexo. Nesses termos, o postulado neo-clássico da imobilidade dos fatores de produção é absolutamente inverossímil, já que tais fatores - todos, sem exceção,

representados por mercadorias - são potencialmente reprodutíveis em qualquer ponto do espaço. O que de fato inviabiliza certas localizações é a necessidade dos serviços de circulação e dos serviços de consumo (necessários à reprodução da força de trabalho) que devem ser produzidos em condições aglomerativas minimamente rentáveis.

3.4.2 - Efeitos do Comportamento Espacial dos Serviços Sobre a Taxa de Lucro

Nesse ponto, cumpre esclarecer justamente quais são os tipos de serviços mais importantes para a localização das atividades produtivas no espaço, bem como seus efeitos sobre a taxa de lucro. Resumidamente, podemos diferenciar três tipos importantes para a construção de certos parâmetros locacionais. O primeiro consiste na transformação do dinheiro em meios de produção e envolve uma série de serviços conexos de transportes e de comercialização, que podem ser sistematicamente barateados na medida em que avançamos em direção a um centro urbano complexo. O segundo baseia-se na própria compra e venda de força de trabalho, ou seja, na transformação do dinheiro em trabalho produtivo. Este ponto, já enfatizado de uma ou de outra forma por vários autores (Coraggio, por exemplo, que tem concepção muito interessante a respeito)[1] envolve fatores tais como a suficiente atomicidade e

(1) Coraggio, 1974, op. cit.

adequabilidade do mercado de trabalho às necessidades do capital produtivo. Nesse sentido, quanto mais ampla se torne a diferenciação do trabalho utilizado pelo capital, maior (em termos absolutos) deve ser o mercado de trabalho, de modo a garantir (para o capital) as condições adequadas de fluidez, rapidez no processo de compra ou mesmo poder de barganha no momento da fixação do salário. O terceiro tipo consiste na transformação da mercadoria em dinheiro (M'- D'), que envolve custos de transportes e de comercialização. Estes últimos, por exemplo, podem assumir, inclusive, formas complexas que implicam a aproximação do "mercado", como no caso da indústria de bens de capital por encomenda. Por fim, um último tipo seria o "serviço de consumo", que teria um efeito indireto sobre a localização das atividades produtivas uma vez que representaria serviços (em sua maioria, coletivos) necessários à reprodução da força de trabalho. Neste caso, sua existência permitiria a formação e reprodução de um mercado de trabalho amplo e diversificado.

Dois são os efeitos dos serviços sobre a taxa de lucro. O primeiro, mais visível, é o de que quanto maior o gasto com os serviços de consumo e de circulação, menor a taxa de lucro, efeito que depende, como veremos mais adiante, do tamanho (em termos econômicos) da área de mercado abastecida por cada serviço. Quanto menor (ou maior) a área, maior (ou menor) o custo unitário do serviço fornecido bem como será provavelmente maior (ou menor) o gasto com o prolongamento das mercadorias no espaço-tempo em busca de novas áreas de mercado. Assim, em

termos de custos, os gastos com os serviços oscilam tanto em termos do seu custo unitário (incluídos aqui os serviços de consumo e de circulação), quanto pelo custo global (somente serviços de circulação) que dependerá do número de áreas de mercado abastecidas por uma mesma mercadoria. De um certo modo, podemos dizer que ambos são correlacionados: quanto maior a concentração econômica em poucas áreas de mercado menor será a sua dispersão (em várias áreas), o que contribuirá para a redução do custo unitário e global dos serviços.

O segundo efeito sobre a taxa de lucro diz respeito ao tempo de circulação e, portanto, ao tempo de rotação global do capital, que é igual ao tempo de produção mais o tempo de circulação. Como já mostrara Marx "o principal meio de abreviar o tempo de circulação é o progresso dos transportes e comunicações".(1) Acrescentaríamos agora que, além do progresso tecnológico, a reorientação locacional das atividades econômicas contribui para a mudança do tempo de circulação. Assim, quanto maior a concentração das atividades em pequeno número de áreas de mercado, menor não apenas o custo (unitário e global) dos serviços como também o tempo de circulação das mercadorias. Este efeito pode ter lugar tanto no processo de circulação de

---

(1) MARX, O Capital, Livro III, p. 79. Como propõe D. Harvey (1975) a expansão geográfica promovida incessantemente pelo capitalismo, a despeito de possuir o mérito de alargar o mercado, contribui também para aumentar o tempo de rotação do capital em virtude do aumento do tempo de circulação na venda das mercadorias.

mercadorias de consumo final quanto no de meio de produção ou mesmo no processo de compra e venda de força de trabalho.

No primeiro caso, a redução do tempo de circulação dá-se tanto pela maior velocidade e rotatividade dos estoques em áreas de grande concentração de mercado quanto pela economia do tempo perdido no próprio transporte de mercadorias, permitindo a redução do nível geral de estoques em todas as fases da circulação, quer no estoque estratégico da própria fábrica (que tem função de garantir o fornecimento eventual de novas encomendas), quer no atacado, quer no varejo, cuja maior proximidade da fábrica permitiria a redução dos estoques num nível compatível com as eventuais oscilações das vendas e, portanto, das encomendas. No segundo caso, a redução do tempo de circulação dá-se exclusivamente pela economia em tempo de transporte, refletindo-se numa redução do nível de estoques em toda a cadeia de relações interindustriais, desde as empresas produtoras de produtos intermediários até as empresas compradoras e consumidoras destes produtos. Por outro lado, no terceiro caso, a existência de um mercado de trabalho segmentado com vários tipos de qualificação de força de trabalho leva a que, quanto maior a área de mercado onde se realizam as operações de compra e venda, mais atomizado se torne o mercado e menor o tempo de contratação, especialmente daquelas faixas mais qualificadas. Com isso, menor é o "estoque" de trabalhadores adicionais necessários para o aumento imediato da produção face à eventualidade de um aumento na demanda. Nas três situações teríamos uma influência na taxa de

lucro, sendo que nos dois primeiros exclusivamente por diferenças no nível de estoques de mercadorias (intermediárias e de consumo final), enquanto que na última pelo aumento do gasto em salários.

Em resumo, a distribuição das atividades econômicas no espaço pode afetar a taxa de lucro tanto pela magnitude do custo (unitário e global) dos serviços quanto pela redução ou aumento do tempo de circulação que permite mudança do nível de estoques exigido pelo processo de circulação. Neste último caso, a influência sobre a taxa de lucro expressa-se por uma mudança do volume de capital adiantado (mudança no estoque de mercadorias) ou por um aumento do gasto em salários (tendo em vista o aumento do "estoque" de trabalhadores adicionais).

3.4.3 - Processo de Concentração e Centralização e a Produção de Serviços

Voltamos, agora, à problemática do item 2 deste capítulo, onde discutimos a lei (geral) de concentração e centralização das atividades produtivas. Ao que parece, as conclusões ali tiradas são bastante coerentes com os resultados obtidos a partir da diferenciação do trabalho produtivo e improdutivo. Em resumo, o processo geral de concentração e centralização mostrou-se, por si só, insuficiente para explicar o movimento de concentração e centralização, das atividades econômicas no espaço. A razão para esta insuficiência é simples: a lei de concentração e centralização, bem como todas as leis de dinâmica do Livro I são tipicamente a-espaciais, uma vez que constituem resultado lógico

da própria lei do valor. Vale dizer, estas leis são abstratamente universais ou, em outras palavras, baseiam-se no valor enquanto magnitude, forma e substância resultantes da universalidade abstrata do trabalho.

Como vimos, Castells vê no fenômeno urbano uma função tipicamente de consumo, concepção que não deixa de ser correta, embora unilateral. Na verdade, o fenômeno urbano surge como uma rede de serviços na circulação (ou que se confunde com ela, no caso dos serviços de consumo), constituindo funções muito mais amplas. Podemos afirmar até que o conceito de urbanização confunde-se com o de terciarização e que consiste na gradual, embora progressiva, mercantilização do setor serviços. Sob o capitalismo, mesmo o "desprezado" trabalho improdutivo é sujeito aos grilhões do valor de troca e, por isso mesmo, passa a se mercantilizar. Dada a sua restrição espacial, os serviços, na medida em que se desenvolvem capitalisticamente, trazem necessariamente um movimento de urbanização, isto é, concentração de atividades terciárias nas cidades.

O movimento de concentração urbana, que nada mais é do que o processo de urbanização (terciarização) das cidades, resulta, de um lado, da própria "capitalização" do terciário e, de outro, do caráter específico dos serviços, isto é, de sua restrição espacial. Mesmo produzindo exclusivamente "preço de oferta", a produção de serviços passa pela ótica empresarial, explora a força de trabalho e se refugia na concentração urbana, tendo em

vista sua incapacidade de produzir uma riqueza abstrata e universal.

Ao que parece, o movimento de concentração urbana é expressão do movimento geral de concentração do capital, uma vez que o primeiro resulta do puro e simples crescimento extensivo da acumulação do capital, enquanto o segundo é parte deste movimento, no que se refere ao setor serviços, e sintetiza o crescimento extensivo da acumulação de capital no próprio terciário.

No entanto, as semelhanças entre a lei geral e os processos espaciais não se prendem, apenas, ao processo de concentração. A bem da verdade, elas alcançam o próprio processo de centralização, envolvendo, paralelamente, a centralização do capital, de um lado, e a centralização urbana (ou espacial), de outro. Na medida em que avança o processo de acumulação, o que inclui o desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade e das escalas de produção, a distribuição das atividades produtivas tende a se tornar crescentemente discreta. Este processo, reproduzido pelo terciário, leva necessariamente a um movimento de centralização urbana; agora, não apenas de concentração urbana (espacial), mas de centralização, isto é, de crescimento dos grandes centros, à frente ou mesmo em detrimento dos pequenos centros urbanos.

O processo geral de concentração e centralização do capital, ao ser "imitado" pelo terciário, materializa-se na forma de concentração e centralização espacial-urbana, tendo em vista o fato de que a "capitalização" dos serviços - que pressupõe o

aumento da escala mínima e da produtividade - só é possível a partir da aglomeração espacial. Em outras palavras, os serviços, por não conseguirem realizar o "ideal" abstrato-universal do valor (o que concretamente significa produzir para um mercado "externamente" ampliado), aglomeram-se em determinados pontos do espaço e, ao invés de ampliarem externamente o mercado, ampliam concentrando-o num ponto do espaço-tempo, isto é, numa área de mercado. Esta é a forma através da qual o trabalho improdutivo tenta ultrapassar as fronteiras do trabalho concreto e alcançar o ideal abstrato-universal. Mais do que isso, é a forma específica, particular, pela qual os serviços, mesmo não produzindo valor, mas, apenas, "preço de oferta", seguem a dinâmica da lei do valor.

Este processo não é linear e passa, em alguns momentos, por certa descentralização. Nesse sentido, quanto maior a presença do terciário no processo de reprodução global do capital, mais se acelera a tendência líquida de centralização espacial-urbana e, ao reverso, quanto menor a proporção do terciário em relação às atividades produtivas, desaceleram-se ou mesmo descentralizam-se, momentaneamente, as atividades produtivas. A tendência líquida, entretanto, é absolutamente concentradora tendo em vista o inexorável crescimento dos serviços vis-à-vis as atividades produtivas sob o capitalismo. De fato, observando-se a evolução da composição da força de trabalho por setores, constata-se, por exemplo, um grande aumento do terciário em detrimento da agricultura (principalmente), mas também da

indústria, desde o início do século até os dias de hoje, nos principais países capitalistas, conforme mostram os dados da Tabela 3.2. Observa-se ainda que os EUA, com o maior nível de urbanização (terciarização), apresentam no último período (1960/70) uma tendência à redução relativa da participação da força de trabalho industrial,(1) o que evidencia que o processo de avanço do terciário não é apenas sobre a agricultura e sim sobre o conjunto das atividades produtivas. Portanto, mais do que uma

TABELA 3.2

PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO SETOR SERVIÇOS POR PAISES E ANOS SELECIONADOS (EM %)

Países \ Ano	1910	1960	1970	1978
EUA	37	57	63	65
Japão	-	37	-	48
Alemanha	22(a)	38	42	48
França	26(b)	39	48	51
Grã-Bretanha	40(b)	48	50(c)	55
Canadá	33(b)	52	61	64
Itália	18(b)	29	38	39

FONTE: World Dev. Report, 1980 e Sabolo (1974).

(a) dado referente a 1967.
(b) referente a 1911.
(c) referente a 1966.

(1) Em 1960, a força de trabalho industrial representava cerca de 36% e os trabalhadores agrícolas 7%, participação que cai respectivamente para 33% e 4% em 1978.

simples penetração do capital no terciário, o processo de terciarização significa um crescimento mais que proporcional do terciário em relação ao segmento produtivo, o que contribui, inevitavelmente, para o processo de centralização urbana.

E' necessário observar, porém, que apenas em parte tal avanço resulta de um crescimento efetivo das atividades "terciárias" vis-à-vis as demais. Embora concordemos com Mandel (op. cit.) e outros que enfatizam o crescimento dos gastos com vendas no capitalismo monopolista (particularmente em sua fase "tardia" para usar a expressão de Mandel), temos de reconhecer que tal tendência é, em parte, compensada pela tendência de industrialização dos serviços, isto é, transformação de serviços de consumo em mercadorias, como sugere este mesmo autor: "a lógica do capitalismo tardio consiste em converter, necessariamente, o capital ocioso em capital de serviços e, ao mesmo tempo, substituir o capital de serviços por mercadorias: serviços de transporte por automóveis particulares, serviços de teatro e cinema por aparelhos privados de televisão; amanhã, programas de televisão e instrução educacional por videocassetes" (ibidem, p. 285)

Devemos, portanto, ir além e admitir que a tendência inexorável de crescimento do terciário prende-se muito menos a um crescimento desigual das atividades "terciárias" comparativamente às atividades produtivas e mais a um crescimento desigual da produtividade que favorece estas em detrimento daquelas, tendência inteiramente dedutível da natureza singular dos serviços

face às atividades produtivas em geral, tal como vimos de discutir. A razão para isso, como já sugerimos, encontra-se unicamente no fato de que, enquanto todos os serviços (inclusive e especialmente os de circulação) têm o seu mercado limitado a apenas um ponto do espaço-tempo (isto é, apenas uma área de mercado, a qual define a acessibilidade ao serviço), a produção de mercadorias pode (pelo menos potencialmente) alcançar várias áreas de mercado nos quais são "descarregados" através dos serviços de circulação. Embora tendo seu destino ligado fisicamente às mercadorias, estes serviços têm seu "valor de troca" reconhecido apenas num determinado ponto do espaço-tempo, ao passo que o valor das mercadorias expressa seu valor de troca como riqueza abstrata que extrapola, potencialmente, os limites de uma área de mercado. Assim, pelo menos como lei limite, temos que o crescimento da produtividade no mundo das mercadorias (o que inclui especialmente o aumento das escalas de produção) encontra sua barreira somente no crescimento do mercado em geral e nesta medida ele é, tendencialmente, ilimitado, ao passo que para o "mundo" dos serviços o aumento da produtividade tem como limite o espaço friccional da área de mercado.

Na verdade, o processo de concentração e centralização urbana nada mais é do que a forma precípua através da qual o capitalismo acelera o crescimento da área de mercado para garantir o desenvolvimento da produtividade do terciário, processo que, como veremos no próximo capítulo, também enfrenta limites, o que acaba por estabelecer uma verdadeira dicotomia entre

terciarização (entendido como crescimento mais que proporcional do terciário) e centralização urbana. Quanto maior é esta última, mais elástica se torna a possibilidade do crescimento da produtividade dos serviços e menor, portanto, o ritmo relativo de crescimento ocupacional neste setor. De outro lado, quanto menor o ritmo de centralização, menor é a possibilidade de crescimento da produtividade, levando a um "inchamento" ocupacional do terciário.

Fica então patente que os dados de população (1) são bastante insatisfatórios para a mensuração do processo de centralização e concentração urbana à medida em que se aprofunda o diferencial de produtividade entre terciário e setor produtivo: como ocorre na maioria dos grandes centros urbanos da periferia capitalista, eles expressam menos um processo de concentração e centralização econômica, isto é, liderado pela necessidade de aglomerar em determinado ponto do espaço-tempo a maior quantidade possível de atividades "terciárias" e muito mais pelo "inchamento" extensivo, que reflete simplesmente a evolução desigual da produtividade do trabalho e a existência de uma dinâmica

(1) Tais como utilizados no quadro 3.1. Alternativamente, os dados econômicos que incluem todas as atividades, produtivas ou não, são muito mais indicados para expressar o fenômeno da aglomeração urbana.

relativamente tênue da acumulação.(1) Em resumo, diríamos que a despeito dos serviços constituírem o fator básico para a aglomeração (com tendência à concentração) urbana, seu crescimento relativo (medido pela população ocupada) é um indicador pouco adequado daquele processo podendo expressar, por vezes, menos um alto nível de urbanização e mais um contexto de crescimento extensivo e baixa produtividade do terciário.(2)

Observe-se finalmente que, na medida em que o processo, a despeito da não-linearidade, resulta numa crescente urbanização e centralização urbana-espacial, obtem-se uma diferenciação marcante entre os espaços econômicos. Esta diferenciação implica que determinados espaços passam a deter vantagens comparativas na produção de certos bens, expressas no diferencial do custo de serviços ou de taxa de lucro, no caso das diferenças de estoque. A' medida em que esta vantagem se expressa numa opção locacional, materializa-se a formação de uma renda espacial, cujo limite, em termos de magnitude, será justamente o diferencial dos custos de serviços nos respectivos espaços econômicos. A esse respeito, é oportuno observar que o conceito de renda espacial (renda urbana)

---

(1) O "gigantismo" das metrópoles da periferia capitalista explica-se muito mais como o resultado de uma dinâmica precária de acumulação do que por um processo efetivo de centralização (econômica) urbana. Mesmo as exceções (como a cidade de São Paulo que apresenta uma evidente dinâmica centralizada) apresentam um excessivo "gigantismo" populacional desproporcional (desnecessário) à sua importância econômica.

(2) Isto demonstra que a ênfase na análise dos serviços deve ter por base menos uma análise agregada e quantitativa e mais uma análise desagregada e qualitativa do complexo de serviços.

acaba sendo o principal indicador econômico do potencial de acumulação de determinado espaço, a partir do qual este ultrapassa ou estagna diante do processo global ("externo") de acumulação. Isto porque, antes de mais nada, a região ou o país não passam de uma soma orgânica de centros urbanos de tamanhos e funções variadas. Assim, o problema espacial, seja ele regional, nacional ou internacional é, antes de tudo, um problema urbano e, portanto, deve ser analisado através do complexo de serviços existentes na rede urbana: quanto mais diversificado for aquele, em cada área de mercado, mais valorizada esta se torna enquanto espaço localizado, tornando-se a verdadeira base para a formação da renda urbana, como veremos no próximo capítulo.

3.5 - Conclusões

Tentamos neste capítulo esboçar uma proposta teorica para explicação do fenômeno espacial, vale dizer, da tendência inerente ao capitalismo de promover a concentração espacial (urbana, regional ou nacional) das atividades econômicas.

De início, observamos que as teorias espaciais convencionais pecavam pela abstração, especifismo e, ao mesmo tempo, generalidade excessiva, ao passo que as teorias criticas esbarravam em certa unilateralidade ou, por vezes, em inadequação metodológica. Além do mais, procuramos deixar claro que o problema espacial não pode ser mecanicamente abordado a partir das leis de dinâmica do Livro I de "O Capital", isto é, a partir do capital

em sua forma pura como capital em geral. Assim, fomos remetidos para o mundo concreto do Livro III, ou seja, para o mundo dos "múltiplos capitais" ou do "capital em sua realidade", conforme expressão utilizada por Rosdolsky.

Esbarramos, entretanto, no seguinte problema: a fronteira teórico-metodológica entre o Livro I e o Livro III não está bem definida em Marx. Em certo sentido, não está claro, em Marx, o que é trabalho que produz valor (e, portanto, mais-valia) e trabalho improdutivo. Esta indefinição é a principal responsável pela confusão (verdadeira "selva" teórica) existente sobre o assunto, o que nos levou a esboçar uma interpretação própria: a volta ao Livro I ou, mais propriamente, aos fundamentos da lei do valor, para a qual utilizamos, abundantemente, o estudo de Rubin.

Confrontando as próprias idéias de Marx sobre o valor (e, também, de Rubin), chegamos às seguintes conclusões: a) o valor diferencia-se do valor de troca enquanto forma e conteúdo (embora não em magnitude) uma vez que sua representação no espaço-tempo está embutida de trabalho improdutivo; b) o conceito de valor é aespacial e atemporal, não apenas no sentido de que o valor "abstrai" a existência do espaço-tempo, mas no de que o valor possui a propriedade real, efetiva e concreta de "viajar" no espaço-tempo. c) o trabalho, para ser produtivo, deve possuir a propriedade de se transmutar em trabalho abstrato-universal, o que requer, como condição preliminar, que o produto do trabalho seja, antes de tudo, algo transportável e, além do mais, que permita a separação entre valor de uso e valor de troca.

Esta definição permitiu-nos restabelecer uma fronteira segura entre trabalho produtivo e improdutivo, base metodológica preliminar para a abordagem do problema espacial. Assim, as categorias espaciais são, antes de tudo, aquelas de circulação, compreendida não só como a circulação de mercadorias (compra e venda de meios de produção, força de trabalho e mercadorias finais) como também dos "serviços de consumo", que se confundem com a esfera de circulação.

Em sentido lato, a circulação é a forma através da qual o valor se cristaliza e se concretiza no "mundo dos homens", isto é, no mundo real do espaço-tempo. E' o mundo da briga feroz entre as várias parcelas do capital pelas frações de mais-valia, assim como da luta de classes e da fixação concreta do salário. E', também, dadas as características peculiares da circulação e dos "serviços" que a constituem, a forma de cristalização do capital (e das atividades econômicas que o acompanham) no espaço. Embora não produzam valor, os serviços produzem "preço de oferta", o que os leva - sob a égide da lei do valor - a procurar o "ideal" abstrato-universal do mundo das mercadorias. Isto implica que, dada a sua especificidade espacial (estão circunscritos a uma única área de mercado), eles procurem a concentração espacial-urbana, utilizada como um sucedâneo da propriedade "universalizante" das mercadorias.

Tais propriedades acabam por fundamentar a formação da aglomeração urbana: quanto maior a oferta de serviço (de circulação e de consumo) em determinado ponto do espaço-tempo,

configurando uma superposição de áreas de mercado, maior é a valorização do espaço urbano que vai se cristalizando como um espaço localizado, isto é, de plena acessibilidade a múltiplos serviços. O centro urbano é, pois, um centro de serviços, aqui incluído todo o processo de compra e venda de mercadorias (meios de produção, força de trabalho e bens de consumo), além dos serviços de consumo, especialmente os de "consumo coletivo". Pretendemos ter aí um ponto de partida seguro para o estudo do movimento do capital no espaço, já que, na base do conceito de centro urbano, temos definida teoricamente a existência de um "núcleo" a partir do qual se estrutura o espaço localizado e a consequente formação da renda urbana, base e "termômetro" da dinâmica espacial.

4 - SOBRE A RENDA FUNDIÁRIA URBANA

4.1 - Introdução

O antigo debate sobre a determinação da renda da terra em Marx prestou-se, até hoje, a dois propósitos não necessariamente articulados. O primeiro, "mais clássico", retoma a questão da renda como uma referência básica para o estudo das relações de produção existentes ou em evolução no setor agrícola. Dado o hermetismo em que foi colocada, esta discussão pouco evoluiu neste século, deixando muitas lacunas na sua capacidade para explicar a própria evolução da agricultura. Por outro lado, o segundo tipo de utilização da problemática da renda - ao que parece, mais recente - consiste em considerá-la como um eixo analítico para o entendimento do movimento do capital na agricultura e, com isso, entender a sua dinâmica.

O estudo que se segue enquadra-se nesta segunda vertente, embora seu objetivo final não seja o setor agrícola mas algo bastante distinto. O que procuramos é utilizar o estudo da renda da terra como instrumento heurístico para o estudo da "renda espacial" (renda urbana), que consideramos de determinação bem mais complexa. Neste contexto, a análise da renda prestar-se-ia (à semelhança da análise da renda da terra) para a compreensão do movimento do capital no espaço, que engloba questões aparentemente díspares, como a questão urbana, o problema regional e a problemática internacional, sintetizada na questão da divisão internacional do trabalho.

Aparentemente, este retorno a Marx seria dispensável já que, como vimos no capítulo dois, o enfoque ricardiano sobre a renda cobriria perfeitamente os propósitos teóricos de uma introdução ao problema das vantagens comparativas. Em última análise, ele poderia ser pensado como um diferencial de produtividade estabelecido pelas vantagens naturais de certas regiões sobre outras, consistindo na mesma causa que viria determinar, num nível mais desagregado, a renda fundiária. A partir daí, como já procuramos deixar claro no final do capítulo dois, o próximo passo seria aplicar idêntico princípio (isto é, o do diferencial de produtividade) ao conceito de renda espacial/urbana para a qual necessitaríamos de uma "origem" (conceito de centro urbano), cuja noção o capítulo anterior encarregou-se de fornecer.

Esta é, de fato, a sequência normal de nosso estudo, afetada apenas por duas dificuldades teóricas inesperadas e que justificam o retorno a Marx. A primeira reside na evidência de que nem toda renda fundiária pode ser pensada diretamente como um diferencial de custo e de produtividade. Como Marx acertadamente mostrou, além da renda diferencial temos a renda absoluta, que se estabelece com um preço acima do preço de produção da pior terra, caracerizando uma situação mais complexa e certamente não assimilável por uma simples noção de diferencial. A segunda dificuldade decorre da própria relação contraditoria de determinação da renda com o movimento do capital no espaço.

De um lado, o próprio "móvel" e fator determinante, em forma "pura", do movimento do capital no espaço resume-se nos fatores (naturais ou urbanos) que se expressam na existência de um sobrelucro. Nestas condições, tal como em todo contexto de concorrência em geral, a busca do sobrelucro é o princípio motor que aciona a acumulação de capital no espaço fazendo com que as vantagens naturais ou urbanas das regiões sejam entendidas como fatores determinantes deste movimento. Por outro lado, na medida em que tais vantagens exprimem-se como vantagens de monopólio, temos sua necessária conversão de sobrelucro em renda (ou sucedâneo) fundiária que passa a constituir um "custo" (ou ônus) que se adiciona à aplicação pura de capital. Assim, enquanto que a existência do sobrelucro constitui, por si, um fator de atração do capital, sua conversão em renda fundiária constitui um fator de repulsão, configurando um movimento contraditório.

Como tentaremos mostrar mais adiante, ambas as dificuldades estão interligadas (isto é, o paradoxo da renda absoluta e o processo de conversão do sobrelucro em renda), podendo ser "resolvidas" de forma similar ao processo de determinação da renda absoluta, o que justifica, por si só, um retorno a Marx. Por isso, no que se segue, faremos um breve resumo sobre a determinação da renda da terra em Marx (renda natural), começando pela renda diferencial e concluindo pela renda absoluta. A partir daí é que nos dedicaremos ao tema central deste capítulo, ou seja, o estudo da renda espacial.

4.2 - A Determinação da Renda Natural

Qualquer tipo de atividade primária pode dar origem à formação da renda natural. A equação abaixo é suficiente para a síntese de uma forma geral de renda natural.

$$R = (pm - p)\ X$$

onde R é a renda auferida pelo monopólio sobre determinado recurso natural, X a quantidade produzida, pm o preço de mercado e p o preço de produção. A fixação do preço de mercado, chave para a determinação da renda, tem gerado acesa controvérsia (1) de que não nos ocuparemos aqui. Entretanto, como princípio geral, podemos estabelecer o seguinte:

a) o somatório de todas as produções individuais que possuem um preço de produção aproximadamente igual a pa (que chamaremos terras do tipo A) resulta numa quantidade ofertada Xa;

b) ao preço Pa a quantidade demandada (Xd) será sempre superior a Xa, o que deverá provocar um aumento do preço de mercado até um ponto em que a demanda iguale à oferta. Estabelece-se, assim, um preço de monopólio $pm > pa$ e à renda total será igual a $(pm - pa)\ Xa$;

---

(1) A controvérsia central tem girado em torno da determinação da renda absoluta tal como Marx formulou em O Capital, Livro III, cap. 45

c) se ao somatório de produções individuais, com preço de produção pa, segue-se outro somatório com preço de produção Pb > Pa (que chamaremos terra do tipo B), podemos ter três situações:

1 - o preço de mercado $\underline{pm}$ é maior do que Pa e menor do que pb , pa < pm < pb , caso em que as produções individuais com preço de produção pb (terras B) não entrarão em operação, situação que aparece ilustrada no Gráfico 1;

2 - o somatório das produções individuais de preço pa (terras A) mais o somatório das de preço pb (terras B) resultam numa quantidade ofertada $\underline{Xs}$, inferior à quantidadae demandada $\underline{Xd}$, o que elevará o preço de mercado além do Pb, isto é, para pm > pb. Assim, na definição de Marx, a renda absoluta será (pm - pb) Xd e a renda diferencial (somente para as produções individuais de preço Pa e quantidade produzida Xa) alcançará (pb - pa) Xa. Esta segunda possibilidade está ilustrada no Gráfico 2;

3 - ao preço pm < pb, a quantidade demandada é superior à quantidade ofertada ao passo que ao preço pm > pb, a quantidade ofertada é superior à demandada. Neste caso, o equilíbrio dar-se-ia quando pm = pb, situação que pode ser considerada bastante instável uma vez que a incorporação de todas as produções individuais de preço pb geraria um excesso de oferta, enquanto a sua retirada do mercado ocasionaria um escassez relativa. De qualquer forma podemos garantir que esta última situação, em que

pm < pb (e, portanto, em que não temos renda absoluta), é um caso particular do processo de formação de renda, além de constituir uma situação instável ou mesmo inverossímil em determinados contextos. O gráfico 3 ilustra esta terceira situação;

d) por último, poderíamos igualmente ter uma situação em que a quantidade ofertada resultante do somatório de produções individuais com preço de produção pa superasse a demanda, o que acarretaria uma redução de pm para pm = pa e, consequentemente, a supressão de qualquer tipo de renda (vide gráfico 4).

Do ponto de vista que ora nos interessa, podemos considerar plausível a existência de determinados recursos naturais em certas regiões, o que permitiria a formação regional de um preço de produção igual a pa (digamos, na região A) bem como a formação de um preço pb na região B. A especialização regional poderia ocorrer em todos os casos em que pa $\leq$ pm $<$ pb, e uma certa vantagem regional poderia existir na forma de um sobrelucro diferencial entre A e B nos casos em que pm $>$ pb. Mesmo nesta última situação, é sempre teoricamente possível imaginar um novo preço de produção pc $>$ pb correspondente a uma região C, o que poderia definir uma especialização regional em A e B em detrimento de C.

Em certa medida, as considerações acima podem dar a impressão de que o monopólio de recursos naturais é decisivo como expressão do poder econômico e da riqueza regional, o que é apenas parcialmente verdadeiro. Na realidade, a não incorporação de certas regiões com determinada base de recursos naturais explica-se, às vezes, menos pela existência de defasagens regionais de

produtividade e mais por fatores tipicamente espaciais ou mesmo "administrativos". As vezes, até mesmo com pequenas mudanças no sistema de transportes, o capitalismo consegue ampliar consideravelmente a sua base de recursos naturais, o que pode atuar inclusive como fator de compressão de preços e de eventuais sobrelucros regionais.

O que fica, porém, bastante evidente é que a visão esboçada acima é essencialmente "conjunturalista", onde o preço de mercado flutua ao sabor da oferta e da procura. Neste contexto, a renda "flutua" em função das contingências conjunturais de forma que a determinação da renda diferencial, por exemplo, não passa de uma coincidência - em certo sentido, um caso especial, em que a quantidade ofertada, a determinado preço, coincide com a demanda. Paralelamente, o valor (e o preço de produção dele decorrente) não passa, aparentemente, de um parâmetro estático e passivo ao sabor dos "humores" do mercado.

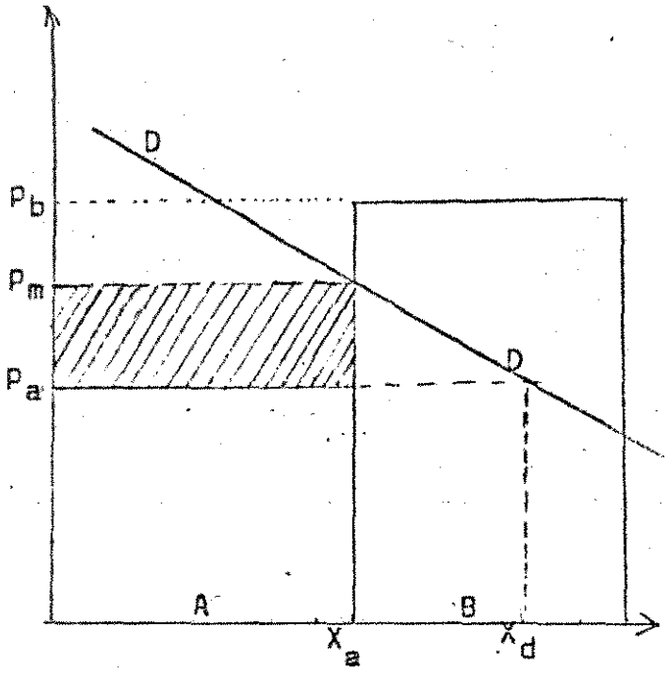
Com efeito, nas quatro situações observadas (ilustradas pelos Gráficos 1, 2, 3 e 4), apenas uma configura a situação em que o preço de mercado é igual ao preço de produção da pior terra (B), o que permite a formação de um sobrelucro (renda diferencial) nas terras de tipo A. No Gráfico 1, a oferta total permitida pela plena ocupação de A é insuficiente para satisfazer a demanda ao preço de produção A (pa) ao mesmo tempo que esta é insuficiente para absorver alguma produção de B ao preço pb. Logo, temos um preço de mercado situado entre pa e pb, gerando um

sobrelucro (pm-pa) que não se caracteriza nem como gerador de renda diferencial, nem como renda absoluta, já que não se localiza na pior terra. No Gráfico 2, pelo contrário, poderíamos ter algo que poderia ser caracterizado como renda absoluta. Deixaria entretanto de sê-lo se tivéssemos um terceiro tipo de terra (C) com preço de produção pc bastante superior a pb. Neste caso, embora a existência de C não viesse afetar nem o preço de mercado, nem a quantidade ofertada (que continuaria em Xs), o "status" da renda (Pm-Pb) apropriada por B mudaria, não podendo mais ser qualificada como renda absoluta.

Os exemplos são arbitrários mas suficientes para mostrar que, de um ponto de vista puramente estático, a renda absoluta não é a única "exceção" à renda diferencial. Até pelo contrário temos, na verdade, uma "renda em geral", definida sempre pela diferença entre preço de mercado e preço de produção, sendo que a renda absoluta e a renda diferencial configuram duas situações particulares dentro do "caso geral".(1) A primeira, quando a renda se verifica na pior terra conhecida e a segunda, definida como qualquer diferencial de preços de produção entre terras de diferentes qualidades. Nos dois casos, temos apenas uma situação de "coincidência", sendo em princípio mais provável que prevaleça o "caso geral", não caracterizável nem como renda diferencial nem como renda absoluta: na verdade,

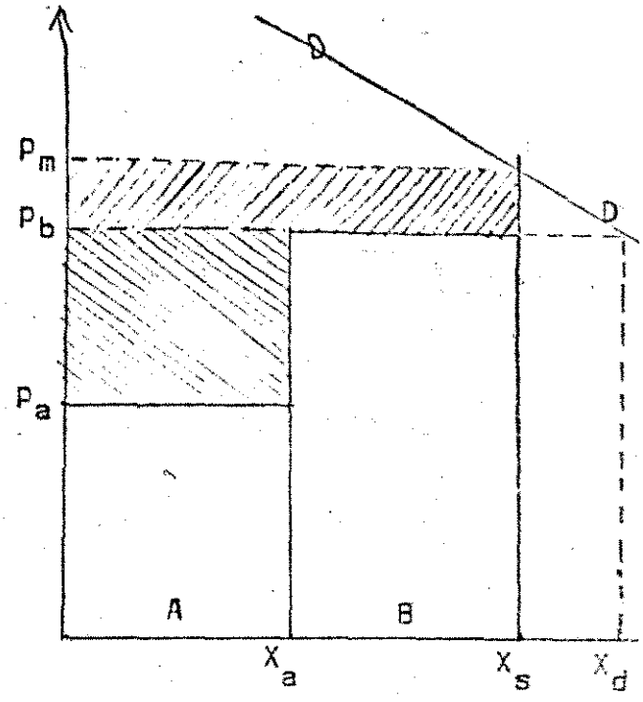
---

(1) A expressão "renda em geral" é utilizada por S. Silva (op. cit.).



área $(P_m - P_a) X_a$:
"renda em geral"

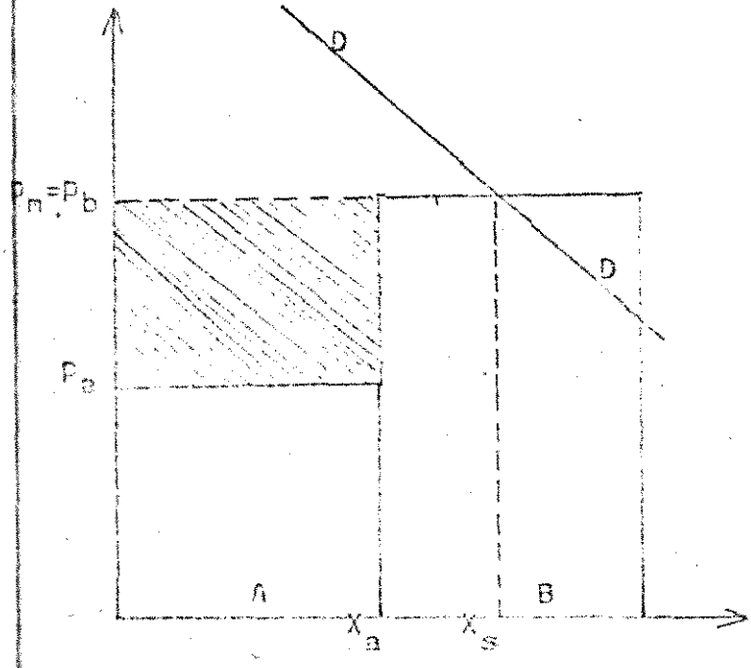
gráfico 3



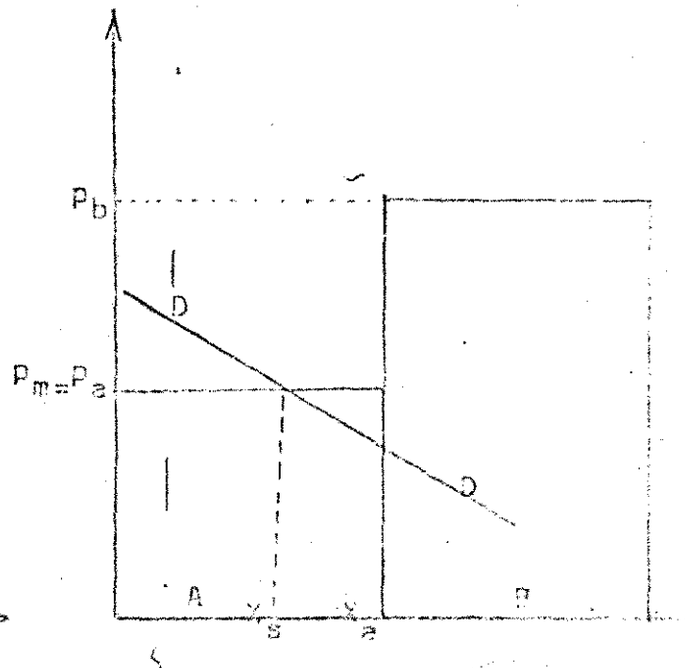
área $(P_m - P_b) X_s$:
"renda em geral" ou
"absoluta"

área $(P_b - P_a) X_a$:
"renda diferencial"

gráfico 4



área $(P_b - P_a) X_a$:
"renda diferencial"



embora tecnicamente possam ser diferenciadas, a lógica de sua formação é única, prendendo-se a uma solução "mais geral".

Nossa tarefa, portanto, ao estudar a renda fundiária, não é a de analisar a renda diferencial acrescida da renda absoluta mas analisar a determinação da "renda em geral" que, em certos casos, pode ser classificada ou subdividida segundo situações particulares. Como sugere Silva (1981) ao analisar as dificuldades teóricas ao esquema de Marx para a determinação da renda absoluta, "(...) a renda aparece, de modo geral e independente de suas formas, como resultado de uma contradição própria ao desenvolvimento do capitalismo no campo" (op. cit. p. 46). "O fato de que essas rendas sejam diferentes em função de qualidade (fertilidade, localização) das terras é uma questão derivada, secundária, do ponto de vista lógico mesmo se na prática do próprio processo de conhecimento ela se tenha constituído no ponto de partida, através, principalmente, dos estudos de Ricardo" (ibidem). Silva entende então que "a preocupação inicial (1) que orienta o estudo da renda absoluta (...) conduz justamente a esse ponto" (ibidem), isto é, que a relação entre o capital e o monopólio capitalista da terra gera uma renda independentemente de suas formas.

4.2.1 - O Problema da Determinação da Renda Absoluta

Observada de outro ângulo, a questão que estamos analisando é, de fato, o antigo e controvertido tema de determinação

---

(1) Preocupação inicial de Marx nas "Teorias".

de renda absoluta. Segundo Marx, no Livro III de O Capital, mesmo a pior terra deve pagar uma renda quando colocada em operação. Isto significa que devemos ter um preço de mercado superior ao preço de produção da pior terra. Neste caso, ou bem temos uma solução conjuntural via oferta e procura do tipo acima apresentado, ou bem devemos introduzir uma "solução" nova que extrapole o marco estático e passivo conferido ao valor que, neste contexto, tem se apresentado como um mero parâmetro.

Infelizmente, a solução sugerida por Marx para o problema é pouco convincente e até mesmo pouco elegante: supõe que a composição do setor agrícola é mais baixa do que a média da economia, tal que o valor do produto agrícola seria superior a seu preço global de produção. Na verdade, Marx não apresenta nenhum argumento para que isso se verifique e mesmo Murray (1977), que faz uma defesa interessante desta proposição, não vai além de afirmar que o "processo de igualação da taxa de lucro é obstruído na agricultura" (op. cit. p. 111). Como observa corretamente Silva, "se a oferta de terras é 'limitada' e a expansão da produção nas terras de melhor qualidade não é capaz de satisfazer a demanda a um preço igual ou inferior ao valor da produção (P + r*), porque os proprietários de terra não podem levar a renda absoluta a um montante tal que o preço de mercado (P + r) ultrapasse o próprio valor de produção, de

modo que, finalmente, r > r*?" (ibidem, p. 36).(1) Como sugerem os nossos exemplos ilustrados pelos Gráficos 1, 2, 3 e 4, o preço de mercado seria, em princípio, flutuante de forma que a renda efetiva, em determinado momento, pode ultrapassar a renda "possível" segundo Marx, ocorrendo neste caso transferência de valor da indústria para a agricultura.

Uma proposta alternativa está embrionariamente colocada por Marx ao definir a renda diferencial II em "O Capital". Ao contrário da renda diferencial I que supõe quantidades iguais de capital aplicadas nos diferentes tipos de terra, a renda diferencial II supõe o investimento em distintas porções sucessivas, podendo gerar com isso "novo lucro suplementar (que) não represente parte do lucro médio anterior convertido em renda, mas lucro suplementar adicional que se converte em renda" (op. cit. p. 779). O pressuposto básico deste sobrelucro adicional é a intensificação da produção agropecuária, isto é, a mudança da relação capital-terra e conseqüentemente, da relação produção-terra que tem lugar, preferencialmente, nas melhores terras,(2) mas que pode ocorrer, inclusive, naquelas de qualidade inferior.

---

(1) r* é definido por Silva como o excedente do valor sobre o produto agrícola que "constitui para Marx o limite superior de renda absoluta, de tal modo que, mantendo a letra r para designar a renda absoluta teremos, no limite, $0 \leq r \leq r^*$" (ibidem), p. 35)

(2) Segundo Marx, "escolhe-se o melhor solo por oferecer as maiores probabilidades para a rentabilidade do capital aplicado pois contém o maior número dos elementos naturais da fertilidade, e trata-se apenas de aproveitá-los" (ibidem).

A consideração da possibilidade de intensificação - um aspecto singular da problemática do progresso técnico na agricultura - é um dos principais fatores que diferencia a concepção marxista da concepção ricardiana de renda da terra, que pressupõe como dada a relação (capital e produção) terra. De um certo modo, aquela concepção implica um aumento da produção agropecuária para uma dada quantidade ocupada de terras, o que redimensiona e coloca noutros termos a propalada questão ricardiana da escassez de recursos naturais. A partir de agora, a "escassez" passa a ser "produzida" pelo capital que estabelece, a cada momento, o nível de intensificação (e de aproveitamento) da terra, embora isso não signifique a negação das diferenças de fertilidade. Como bem acentua Marx "é claro que a renda diferencial II é apenas outra expressão da renda diferencial I, coincidindo com esta em substância" (ibidem, p. 775). "Demais, o movimento da renda diferencial II em cada momento histórico dado só se efetiva num domínio que, por sua vez, constitui a base diversificada da renda diferencial I" (ibidem, p. 774). "E' sempre a terra que apresenta fertilidade diversa para aplicação igual de capital, só que agora cabe ao mesmo terreno onde se investe um capital em distintas porções sucessivas o mesmo papel que, na renda diferencial I, desempenham diferentes tipos de solo onde se empregam distintas frações iguais do capital social" (ibidem, p. 776).

Aparentemente tal concepção assemelhar-se-ia ao conceito neoclássico de função de produção, aplicado ao setor agrícola.

Nada mais enganoso: enquanto a análise neoclássica toma, em pé de igualdade, a terra e o capital, considerando ambos escassos, em Marx a distinção é nítida na medida em que se considera a terra um recurso natural não reprodutível e o capital adiantado apenas um conjunto de mercadorias (força de trabalho inclusive) perfeitamente reprodutíveis. Como resultado, temos que enquanto na análise neoclássica enfatizam-se as eventuais possibilidades de substituição de terra por capital e vice-versa (já que ambos são escassos) para um dado nível de produção, a noção marxista de intensificação enfatiza as eventuais possibilidades de aumento da produção em face de aumentos da relação capital-terra para uma dada quantidade de terra. Na primeira o relevante é a possibilidade de substituição e combinação de dois recursos escassos, ao passo que na segunda o relevante é o tipo (ou tipos) de aproveitamento (intensivo ou extensivo) de um dado recurso natural não reprodutível.

Como tal, o recurso natural passa a ser objeto de monopólio sob o capitalismo, o que torna a intensidade de seu uso uma questão fundamental: na medida em que se modifica seu nível, modifica-se com certeza a "situação de monopólio", isto é, a "estrutura de mercado" das mercadorias para cuja produção aquele recurso natural vem a ser um pressuposto. Assim, no caso da agricultura, por exemplo, a mudança ao nível de intensificação pode mudar a composição dos tipos de terras em uso, aumentando alguns e diminuindo outros, bem como os próprios preços que, como Marx

mostrou, podem permanecer constantes, crescentes ou decrescentes.(1)

Estas múltiplas possibilidadaes marcam, por outro lado, mais uma importante diferença de Marx em relação a Ricardo e neoclássicos. De um certo modo, elas constituem a refutação teórica da pretensa atendência, estabelecida por Ricardo, de aumento dos preços agrícolas em virtude do cultivo adicional em terras progressivamente piores ou, senão, da lei neoclássica dos rendimentos decrescentes que, igualmente, levariam ao aumento dos preços agrícolas em virtude de intensificação. Em ambos os casos, a situação é bastante variável, contendo múltiplas possibilidades, o que torna incerta a direção da "situação de monopólio" do setor agrícola, ao contrário do que as teorias ricardiana e neoclássica poderiam sugerir.

A ilustração destas várias situações em "O Capital" ocupou três capítulos com os tradicionais exemplos numéricos de Marx e que podemos sintetizar através de alguns gráficos. Suponhamos, como no caso anterior dos Gráficos 1 a 4, a existência de dois tipos de terras, as do tipo A, de melhor qualidade, e as do tipo B, menos férteis, de forma que o preço de produção de A (pa) é menor do que o preço de produção de B (pb). Chamemos de Xa a produção total de A, Xb a produção total de B quando plenamente ocupada e Xs a quantidade ofertada no mercado em determinado

---

(1) Marx, no Livro III de O Capital, construiu três capítulos para contemplar cada uma destas possibilidades (Capítulos 41, 42 e 43).

momento, composta pelo produto total de A (Xa) e parte da produção de B, conforme a igualdade entre a curva de demanda e a curva quebrada de oferta do Gráfico 3. Imaginemos agora que os capitalistas de A encontrem uma nova tecnologia que permite intensificar a produção neste tipo de terreno, sendo de X'a a produção total obtida em virtude do capital adicional aplicado. Teremos, basicamente, quatro situações, facilmente observáveis.

A primeira supõe que o rendimento físico por unidade de capital adicional aplicado foi maior ou igual ao rendimento físico então existente, tal que o preço de produção anterior (pa) chega a ser maior ou igual ao preço de produção do capital adicional (p'a). Além disso, vamos supor que a nova produção total de A (X'a) é ainda insuficiente para abastecer todo o mercado de forma que a participação de B, embora reduzida, é mantida, preservando o preço de mercado constante, igual ao preço de produção de B (pb). Neste caso, à "velha" renda diferencial na magnitude Xa (pb - pa) acrescentar-se-á o "novo" sobrelucro obtido pelo capital adicional na magnitude (X'a - Xa) (pb - p'a) representada pela área A' no Gráfico 5.

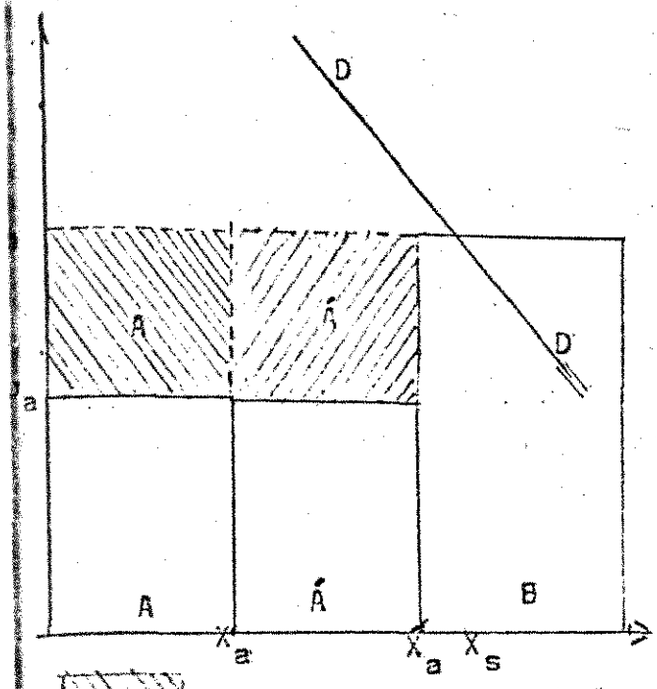
Uma segunda situação poderia ser obtida supondo-se o mesmo rendimento físico do capital adicional de forma que p'a < pa como no caso anterior. A diferença ficaria no fato de que a nova produção total de A seria suficiente para abastecer todo o mercado (isto é, X'a = Xs), o que tiraria do mercado as terras do tipo B. O preço de mercado cairia para um intervalo entre o preço de produção de B e o preço de produção de A, isto é, pa < pm < pb.

A renda em A, embora viesse a aumentar por conta do aumento da produção - isto é, no valor (pm - pa) (X'a - Xa) -, sofreria uma redução por conta da queda do preço de mercado na magnitude de (pb - pm) Xa de forma que o resultado final dependeria da comparação das duas expressões (ver Gráfico 6).

Uma terceira sistuação poderia ser obtida supondo-se decrescente o rendimento físico do capital adicional, tal que seu "preço de produção" seja maior do que o "velho" preço de produção de A, isto é, p'a > pa. Além disso, se a nova produção total de A for insuficiente para abastecer o mercado, ou seja, X'a Xs, B continuará no mercado embora com produção reduzida, preservando o preço de mercado em pb. Nestas condições, a renda em A deverá crescer na magnitude (pb - p'a) (X'a - Xa), representada pela área A' no Gráfico 7. A despeito do rendimento físico ser decrescente, temos uma situação semelhante à descrita pelo Gráfico 5, embora corresponda, aí, a um rendimento crescente (ou constante), contraposto ao rendimento decrescente do Gráfico 7.

Uma quarta situação assemelhar-se-ia à anterior onde p'a < pa, apenas com a diferença de que a nova produção total de A seria suficiente para abastecer todo o mercado, isto é, X'a = Xs. Nestas condições, o preço de mercado cairia para um valor no intervalo p'a ≤ pm < pb (ver Gráfico 6), estabelecendo uma situação muito semelhante à descrita pelo Gráfico 6: o aumento ou a redução da renda total de A dependeria da comparação da expressão (pm - p'a) (X'a - Xa) com (pb - pm) Xa.

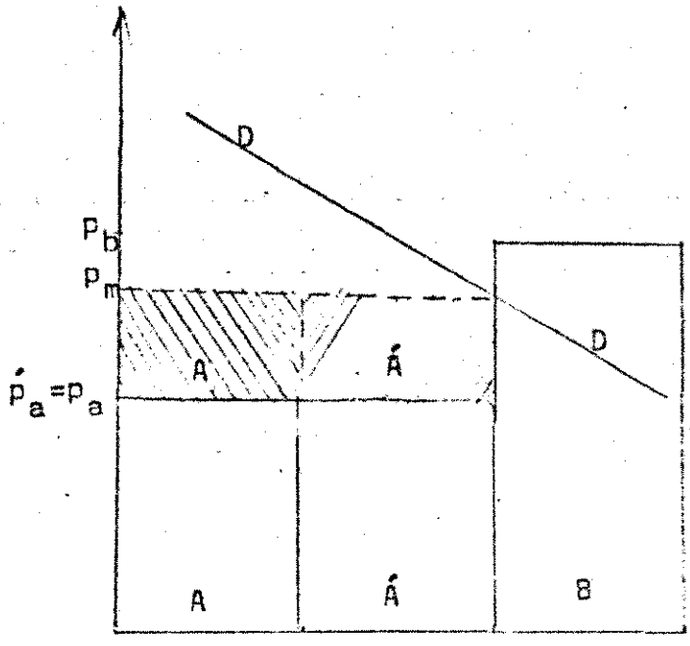
gráfico 5



área$(P_b - P_a)X_a$:
"renda diferencial 1"

área$(P_b - P_a)(X'_a - X_a)$:
"renda diferencial 2"

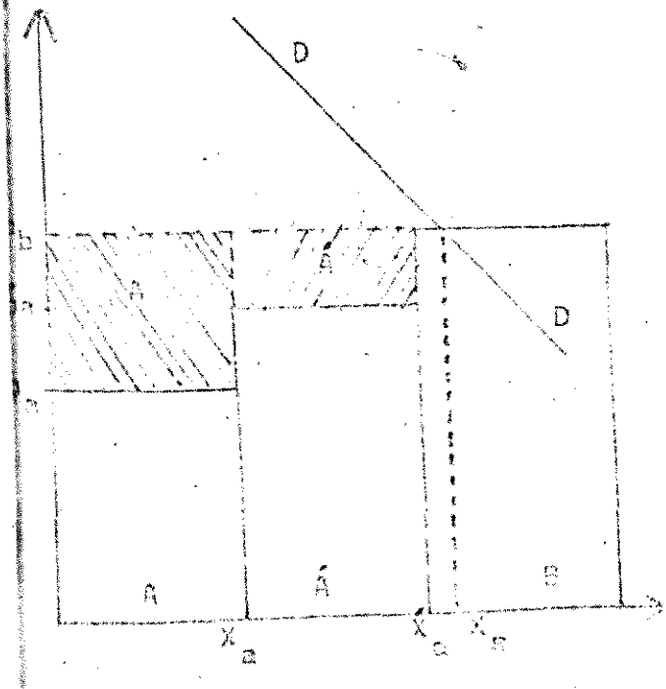
gráfico 6



área$(P_m - P_a)X_a$:
"renda em geral 1"

área$(P_m - P_a)(X'_a - X_a)$
"renda em geral 2"

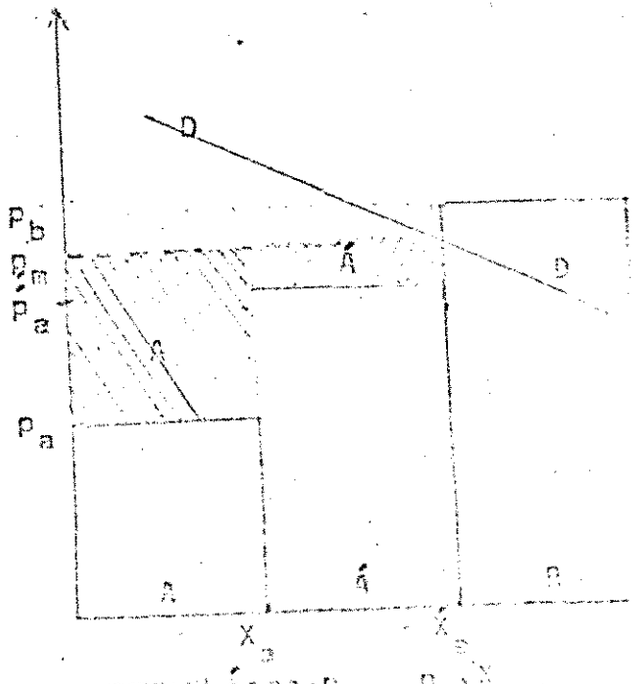
gráfico 7



área$(P_b - P_a)X_a$:
"renda diferencial 1"

área$(P_b - P_a)(X'_a - X_a)$:
"renda diferencial 2"

gráfico 8



área$(P_m - P_a)X_a$:
"renda em geral 1"

área$(P_m - P_a)(X'_a - X_a)$
"renda em geral 2"

Estas quatro situações poderiam, enfim, combinar com alterações na demanda (crescimento), o que poderia resultar em preços constantes (Gráficos 5 e 7), decrescentes (Gráfico 6 e 8) ou crescentes, caso em que a produção adicional advinda da intensificação mais toda a produção de B seriam insuficientes para abastecer o mercado em crescimento. Neste contexto, o preço de produção da aplicação de capital adicional em A poderia, inclusive, ser superior ao preço de produção B, isto é, $p'a > pb$ desde que o novo preço de mercado fosse igual ou superior a $p'a$.

Deste amplo espectro de combinações permitidas pela intensificação, retiraríamos três conclusões que sintetizam a importância teórica do conceito de renda diferencial II. Em primeiro lugar, diríamos que, ao contrário da renda diferencial I, cujo crescimento tem por pressuposto necessário o aumento dos preços agrícolas (e, portanto, a transferência de mais-valia do resto da economia para o setor agrícola), a renda diferencial II pode surgir com preços constantes ou decrescentes, já que tem por base um sobrelucro que é fundamentalmente produzido pela acumulação. Em outras palavras, tal como procuramos mostrar na discussão da troca desigual do capítulo 2, a "origem" do sobrelucro, de um ponto de vista dinâmico, é o próprio movimento de intensificação que o produz, ceteris paribus, endogenamente e independentemente de qualquer transferência adicional de mais-valia para o setor agrícola.

Em segundo lugar, podemos afirmar que temos agora, com a intensificação, uma "formação" diversificada de "preços de

produção" virtuais, ou seja, aqueles pensados em termos do capital adicional aplicado (p'a), ao contrário da situação anterior (renda I) em que o número de preços de produção estava restrito ao número de tipos de terra. Com isso, aumenta-se o leque de alternativas que deixam de ser parâmetros aos quais se submete a acumulação para serem em parte produzidos por ela.

Em terceiro lugar há de se ressaltar que, à exceção das situações descritas pelos gráficos 5 e 6, em que o rendimento físico do capital adicional aumenta ou permanece constante, a intensificação descrita pelos Gráficos 7 e 8 (rendimento decrescente, em que p'a > pa) sugere que sua adoção dos altos e baixos que interferem nas condições do mercado. Enquanto no primeiro caso (rendimento constante ou crescente) a intensificação é definitiva, uma vez que mantém ou diminui o preço médio de produção de A, produzindo uma quantidade maior, no segundo a intensificação é reversível, dependendo das condições de mercado. Uma queda na demanda, por exemplo, além de tirar de produção as piores terras, pode igualmente determinar uma desintensificação, retirando de produção capitais adicionais, cujo preço de produção possa ser incompatível com as novas condições da demanda.

A despeito da noção de intensificação (e de renda diferencial II, dela derivada) de Marx retirar o estudo da renda do marco estático em que se encontrava, tudo indica que um dos nossos problemas teóricos ainda permanece, isto é, a determinação da renda absoluta. Como as próprias ilustrações dos Gráficos 5 a 8 sugerem, a renda continua sendo um diferencial, comportando

soluções inaceitáveis para a premissa de Marx de que "toda terra paga uma renda", como mostram os Gráficos 5 e 7, em que a terra B é ocupada sem pagar renda. A determinação da renda absoluta ficaria, assim, dependendo de uma "coincidência" (no sentido utilizado atrás), coexistindo ou não com a formação da renda diferencial.

Sérgio Silva sugere uma saída interessante para o problema, ao propor vários níveis de intensificação da relação capital-terra para vários tipos de terra. Os acréscimos de capital por unidade de terra prosseguiriam até o ponto em que o último acréscimo proporcionasse um produto marginal, com custo superior ao preço de mercado. Este esquema, na verdade, não se diferencia da determinação da renda diferencial II, no que a solução de Silva assemelhar-se-ia à de A. Bartra (1978), que entende a renda diferencial II como a forma principal da renda da terra no capitalismo, reconhecendo "(...) que as premissas da renda absoluta são em realidade as mesmas que as da renda diferencial" (op. cit. p. 108). Seria o caráter natural e escasso e qualitativamente diferente da terra e a operação irrestrita do modo de produção capitalista sobre esta base natural" (idem).

Silva concorda com esta proposição, apenas ressaltando que a noção de renda diferencial II, pensada em termos rigorosos, deve ser mais específica: "como toda renda diferencial que se preza, a diferencial II tem, necessariamente, como referência direta, as distintas qualidades de terra" (ibidem, p. 88-9). Por outro lado, na proposição acima "apenas Armando Bartra definiu as

condições de existência da renda em geral e não as condições particulares da renda diferencial" (ibidem).

A solução de Silva é engenhosa e, devidamente qualificada, permitiria a reintrodução do valor como referência dinâmica para o estudo do capitalismo na agricultura: o valor, nesse sentido, não seria um parâmetro estático e dado, mas algo mutável, em completa conexão com o movimento do capital na agricultura. Este movimento, que Marx chamou de processo de formação da renda diferencial II, mas que, teoricamente, é igualmente compatível com a formação e recriação de renda absoluta, permite a expansão ininterrupta da oferta agrícola, sem aumento da área global ocupada, constituindo um movimento típico de moderna agricultura, através do qual o capitalismo busca superar a sua base escassa de recursos naturais. Ao inverso, na medida em que esta intensificação pode levar a uma redução da renda de cada produção individual, esta pode reagir desintensificando a produção, pela mudança da relação capital-terra aplicado dentro de uma mesma atividade.

A despeito disso, podemos afirmar que esta solução formal adotada por Silva, embora não seja a questão central de seu estudo,(1) é até certo ponto mecânica, o que contribui para uma indevida simplificação do problema. Na verdade, as mudanças técnicas na relação capital-terra são bastante complexas e de efeitos inesperados. De um modo geral, podemos até mesmo afirmar

---

(1) A questão central do estudo de Silva é a própria lei do valor e seu funcionamento no contexto da agricultura onde um meio de produção fundamental (a terra) não é reproduzível.

que na produção mineral, as alternativas em termos de distintos coeficientes de capital-terra são mínimas e, às vezes, inexistentes. A simplificação aparece ao se considerar ilimitadas as possibilidades de intensificação e desintensificação nas condições "adequadas" para a determinação exata da renda, sendo que, por condições "adequadas", estamos considerando o fato de que, com a intensificação, o produto adicional cresce proporcionalmente menos que a aplicação adicional de capital, ou seja, teríamos de supor necessariamente a existência de rendimentos decrescentes. Assim, é evidente que o movimento de desintensificação nem sempre é viável, tanto por razões de mercado (ou seja, quando o preço de produção dado pela técnica mais intensiva é inferior àquele dado pela técnica mais extensiva) quanto pelo próprio contexto específico em que tem lugar a produção agropecuária.

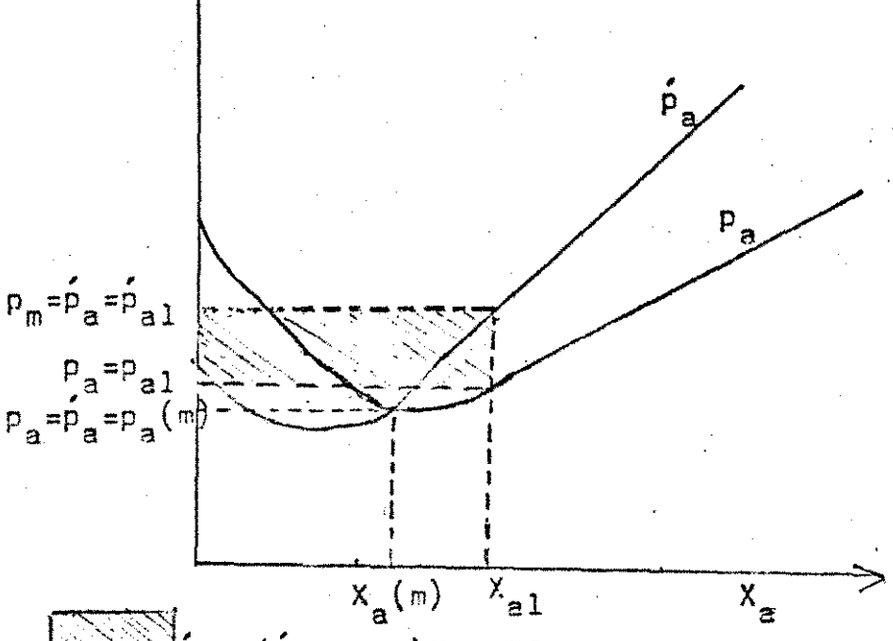
O que estamos afirmando pode ser adequadamente ilustrado por um gráfico que contenha as hipóteses estabelecidas por Silva. Consideremos, inicialmente, apenas um tipo de terra (digamos, os melhores do tipo A) e tomemos a evolução do preço de produção segundo variações infinitesimais da quantidade produzida em função de mudanças da relação capital-terra dentro de uma determinada empresa agrícola, tal como na teoria da firma neoclássica. Podemos, então, traçar duas curvas de preços: a curva dos preços de produção (pa), que corresponde ao conceito neoclássico de custo médio de produção e a curva dos preços de produção marginal (p'a), que corresponde ao conceito neoclássico de custo marginal. A partir de determinado ponto (que na firma neoclássica

corresponde ao custo médio mínimo), o preço "marginal" passa a ser superior ao preço "médio", isto é, p'a pa, o que viria a ser uma condição importante para o processo de determinação da renda. Agora consideremos a homogeneidade desta estrutura de custos para todas as empresas agrícolas, de forma que ela passa a expressar a estrutura de todo o conjunto, permitindo-nos chegar à situação descrita pelo Gráfico 9, onde as curvas pa e p'a são contrapostas à curva de demanda.

- A determinação do preço de mercado seria, até certo ponto, simples. Cada "firma" iria intensificar a produção até o ponto em que o capital adicional aplicado por unidade adicional fosse superior à receita adicional, o que corresponderia ao cruzamento da curva de demanda com a curva de preço de produção marginal (p'a). Como p'a pa, formar-se-ia um sobrelucro que corresponderia à expressão (p'a - pa) Xa no ponto de equilíbrio (ver Gráfico 9), sendo que a condição para a sua existência é o diferencial entre as curvas p'a e pa ou, em outras palavras, a existência de rendimentos decrescentes, dispostos a partir de um leque infinitesimal de alternativas de intensificação. Isto posto, haveria um mecanismo automático de determinação e preservação da renda: a uma redução da demanda, por exemplo, os fazendeiros reagiriam e reduziriam o nível de produção (desintensificação) até que um preço de produção marginal, mais baixo, ajustasse oferta e demanda. A renda fundiária, neste caso, poderia ser até reduzida, mas seria preservada, enquanto rendimento obtido como sobrelucro, isto é, obtido acima do preço "médio" de produção.

Este esquema, embora interessante, apresenta pelo menos dois graves problemas. O primeiro é a possibilidade de que o processo de intensificação encontre-se num ponto de redução de custos tal que o preço marginal de produção seja inferior ao preço médio, isto é, p'a pa. Neste caso, não teremos um mecanismo automático de determinação do sobrelucro já que, em princípio, a tendência seria a de os agricultores aumentarem seu nível de produção com o intuito de baixar custos até o ponto em que a demanda estivesse plenamente satisfeita, estabelecendo-se um preço de mercado igual ao preço "médio" de produção. O segundo problema (mais sério) é a possibilidade de existência de um outro tipo de terra de qualidade inferior a A (digamos, terra do tipo B) que consiga produzir a um preço "médio" de produção inferior (pelo menos em determinado intervalo) ao preço marginal de produção de A, de forma que os fazendeiros passariam a ocupar este tipo de terreno, mesmo que não viesse a oferecer nenhum sobrelucro. Em outras palavras, o que ambos os problemas indicam é que nenhum mecanismo "automático", ligado exclusiva e diretamente ao processo de produção (ao valor, portanto), garante a realização de um sobrelucro em qualquer tipo de terra. Em última instância, ele dependeria de "coincidências" nem sempre verificáveis, o que mostra a necessidade de incorporação de novas categorias no processo de determinação da "renda em geral".

Tudo sugere, portanto, que a suposição clássica de Marx, de que toda terra (inclusive a pior terra) paga uma renda,



área$(\acute{p}_{al}-p_{al})X_{al}$: "renda em geral"

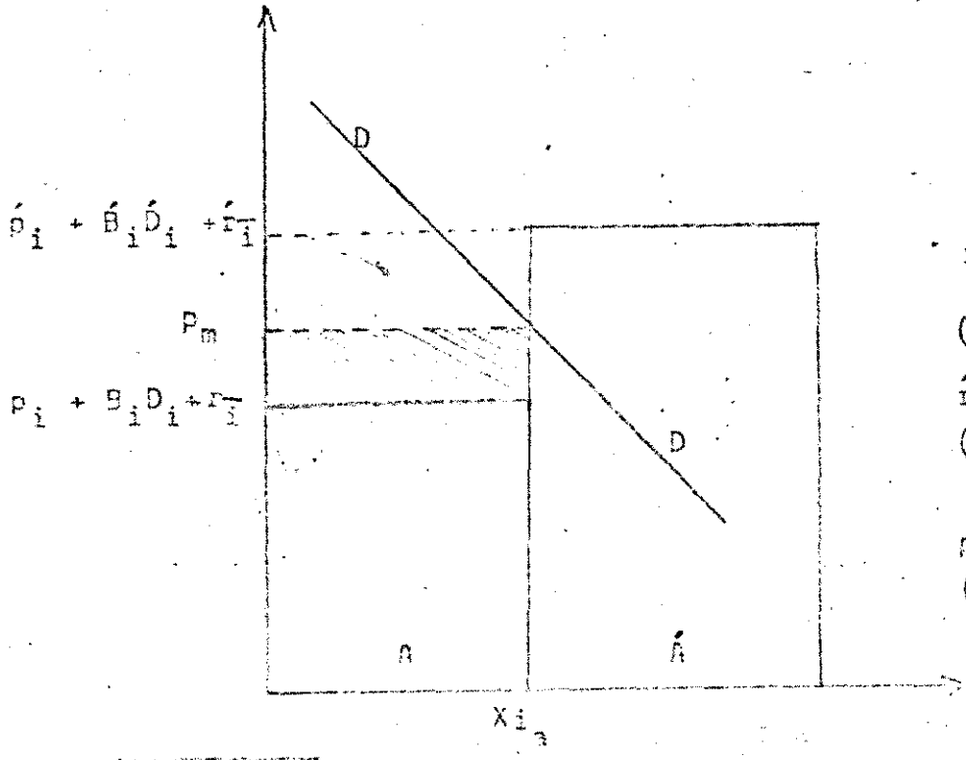
$p_a(m)$: "preço de produção" em seu nível mínimo

p_a: curva do preço de produção("custo médio")

$\acute{p}_a$: curva do preço de produção marginal("custo marginal"

$\acute{p}_{al}$ e X_{al} :preço e quantidade de equilíbrio

gráfico 10



$r_i = r_{i-1}q_{i-1}/q_i$

("renda absoluta"

$\acute{r}_i = \acute{r}_{i-1}\acute{q}_{i-1}/\acute{q}_i$
("renda absoluta"

$p_m - (p_i + B_iD_i +$
(sobre-renda
acima da
-luta" r_i por
de produto i .)

área$(p_m-p_i-B_iD_i-r_i)Xi_a$: sobre-renda total

depende não só das possibilidades técnicas de intensificação desintensificação, como mostra Silva, mas também de fatores que englobam a estrutura fundiária: quanto mais concentrado for, maior o poder de barganha para estabelecer um "preço" que preserve a renda em qualquer tipo de solo efetivamente utilizado. A idéia, neste caso, é a de que numa estrutura fundiária onde predominam os pequenos proprietários a lógica não é a de preservar o sobrelucro, mas o seu nível de subsistência. Por isso, quanto mais concentrada for, mais a estrutura fundiária contribuirá para o livre movimento do capital, que reduzirá ou aumentará o volume de capital aplicado, conforme as condições do mercado. Tanto o valor quanto o preço de produção global serão magnitudes variáveis e não dados, assim como o próprio volume de capital aplicado no setor agrícola. Este "poder de barganha" (diferente do poder monopólico que os proprietários teriam para impor preços) está na capacidade que o capital tem, no contexto de uma estrutura fundiária concentrada, de alterar a quantidadae de capital aplicado, para determinado conjunto de terras. Este, na verdade, é o pressuposto para que terras marginais, cuja ocupação só poderia se dar sem o pagamento da renda, permaneçam ociosas até que, eventualmente, as condições de mercado garantam a realização de algum sobrelucro mínimo, que se converterá em renda.

A esse respeito, concordamos inteiramente com Sérgio Silva quando afirma que "a renda em geral, como a renda diferencial, representam, portanto, a supressão da subordinação da

terra ao capital a um dado nível de seu desenvolvimento; em outros termos, se considerarmos o capital como uma relação social, a subordinação da terra ao capital a um dado nível da subordinação do trabalho ao capital" (ibidem, p. 86). Na realidade, a estrutura fundiária é um indicador importante do próprio nível de expropriação da classe trabalhadora, e, portanto, ao nível de subordinação do trabalho ao capital. Quanto mais concentrada for a propriedade da terra mais torna-se capital, isto é, riqueza abstrata, um ativo financeiro em busca de valorização cuja lógica, única e previsível, é condição necessária para o pressuposto de Marx de que a terra (sendo ocupada) deve pagar uma renda.

Discordamos, porém, de Silva quando afirma, loga a seguir, que "na medida em que demonstra a necessidade de considerar a renda absoluta como um elemento do preço de produção, o esquema de determinação geral da renda nos permite também descartar as teses sobre o 'poder de barganha' dos proprietários fundiários como um dos elementos da determinação da renda" (ibidem). A bem da verdade, quando despimos o esquema formal de Silva de seu caráter geral e mostramos as suas "exceções", em que determinadas terras não pagam renda, o "poder de barganha", cuja situação limite é a plena existência da propriedade da terra como ativo financeiro, torna-se decisivo num esquema de determinação da renda absoluta,

como o próprio Marx chegara a sugerir.(1)

A consideração da estrutura fundiária como elemento necessário para a determinação da renda absoluta não resolve, porém, o nosso problema central, qual seja, o problema da determinação da magnitude da renda absoluta. A esse respeito, temos basicamente três possibilidades. Em primeiro lugar, quando o processo de intensificação na pior terra verifica-se com rendimentos decrescentes, podemos acreditar que a primeira referência da propriedade da terra, quando pressionada para uma redução da renda (em virtude de uma queda na demanda, por exemplo), é o sobrelucro que seria realizado adotando-se uma técnica mais extensiva e obtendo-se, conseqüentemente, um menor preço de produção. Em segundo lugar, quando esgotadas as possibilidades de desintensificação, a próxima referência da propriedade da terra é a mudança de atividade dentro do setor agrícola, passando-se de culturas mais intensivas (que exigem, em média, maior aplicação de capital e pagam maior renda) para outras mais extensivas, considerando-se, dentro desta mudança, as várias alternativas de adoção de técnicas extensivas. No limite, passa-se da agricultura para a pecuária, considerando-se, nesta

---

(1) "(...) Se o terreno A (o pior) não puder ser cultivado (embora esse cultivo proporcione o preço de produção) enquanto não produzir um excedente sobre esse preço de produção, uma renda, então a propriedade fundiária passa a ser a causa geradora dessa elevação do preço. E a propriedade mesma gerada" (Marx, O Capital, Livro III, p. 868, grifos do autor).

atividade, as várias possibilidades de desintensificação.(2) Em terceiro lugar, esgotadas todas as possibilidades de intensificação intra e interatividades, chegamos ao tipo de solo efetivamente desocupado, que não encontra referência concreta em nenhum tipo corrente de atividade. Neste caso, podemos afirmar que a única referência para a propriedade da terra é a expectativa de preço, que sintetiza tanto a possibilidade de uma futura renda, quanto a expectativa sobre a variação da taxa de juros, em virtude do preço da terra constituir renda capitalizada, cujo parâmetro financeiro é uma espécie de taxa média de juros.

De um modo geral, portanto, podemos concluir que o movimento que determina a renda absoluta (ou, como sugere Silva, a "renda em geral") é o mesmo que determina o nível geral (global) de intensificação e a compra e venda de terras desocupadas. No primeiro caso, as várias gradações de aplicação de capital, tanto em termos de atividades quanto em termos de técnicas, caminham daquelas mais extensivas para as mais intensivas, tendo como referência, sempre, um sobrelucro provável, cuja magnitude (espera-se) seria sempre superior ao sobrelucro corrente, mesmo que no conjunto o movimento de intensificação possa acarretar uma queda de preço e do sobrelucro, como sugerem as situações descritas pelos gráficos 6 e 8. No segundo caso, a referência é também o sobrelucro, apenas que restrito à esfera financeira. Enquanto no

(2) A pecuária é uma atividade onde a intensificação tem lugar sempre com custos crescentes, o que abre espaço para a adoção de técnicas mais extensivas.

primeiro temos um investimento adicional produtivo (que pode ser ligado ou não a uma expectativa de valorização da terra em que tal investimento tem lugar), no segundo o investimento dá-se fundamentalmente na compra da terra (embora possa vir acompanhado de investimento produtivo em infra-estrutura, por exemplo) e centra-se na expectativa de sua valorização, o que pressupõe a expectativa de sua incorporação futura ao processo produtivo, realizando algum nível (esperado) de sobrelucro. Assim, em qualquer dos casos, o sobrelucro é sempre uma referência dinâmica que, embora sirva de base para a cristalização estática da renda e do preço fundiário, abre sempre uma perspectiva para a mudança da própria estrutura produtiva e de especialização do setor agropecuário.

Por isso, o estudo da renda absoluta nada mais é do que o estudo do modus operandi da lei do valor (e por trás dela, da própria acumulação de capital) nas condições específicas em que um meio de produção (a terra) não é reprodutível, o que cria a possibilidade de torná-lo um ativo financeiro. O valor continua a ser a referência, não como um fator de determinação exata do preço de mercado, mas uma referência dinâmica, produzida pela acumulação, que em sua busca do sobrelucro altera, a cada momento, a "situação de monopólio" de todos os setores que necessitam da terra para produzir.

Em qualquer situação, porém, deverá prevalecer o princípio da especialização regional, em que certas regiões (inclusive as que realizam apenas uma renda absoluta) detêm vantagem de produtividade sobre outras. A distribuição espacial das

atividades econômicas seguiria, assim, em última instância, a base geográfica de recursos naturais, fator relativamente pouco relevante na medida em que nos deparamos com os fenômenos tipicamente espaciais, tema central deste estudo e que analisaremos a seguir.

4.3 - A Renda Espacial

A despeito do notável avanço de Marx na formulação da renda fundiária em geral, a versão clássica da renda especificamente espacial só veio apresentar uma certa sistematização a partir de Von Thünen. Até então, as formulações ricardiana e marxista não iam além da referência à distância como um fato gerador de renda, uma espécie de particularidade dentro do "caso geral". Em Von Thünen, como vimos no Capítulo 2, a renda é concebida como o resultado da distância dos estabelecimentos agrícolas ao centro consumidor. Quanto maior a distância, maior o custo de transporte dos produtos agrícolas e, portanto, menos vantajosa a localização. Esta relação é expressa sob a forma de uma equação de renda do tipo: $r = pm - p - bd$, onde r é a renda por unidade produzida, pm o preço de mercado, p o preço de produção, d a distância do estabelecimento agrícola ao mercado, b a tarifa por unidade do produto e por unidade de distância. Assim, r é máxima quando d é zero ou próximo de zero, e é mínima (igual a zero ou próxima de zero) quando d é suficientemente distante para que o custo de transporte consuma todo o subrelucro disponível, isto é, quando $pm = p + bd$.

Em sua formulação simplificada, a concepção de Von Thünen de renda espacial envolveria sempre a noção de renda diferencial, em que a renda, em qualquer ponto do espaço, seria a diferença entre o custo de transporte daquele ponto ao mercado e o custo de transporte do ponto limite, isto é, aquele em que a renda é igual a zero. E' evidente que este tipo de abstração envolve simplificações, como a suposição de homogeneidade do solo e à existência de apenas um produto. Exatamente neste ponto, ou seja, o da suposição de apenas um produto, Von Thünen vai além de Ricardo e Marx, introduzindo, em sua análise, a existência de n produtos agrícolas. Assim, Thünen acabou por desenvolver uma teoria da localização da produção agrícola, estabelecendo critérios de hierarquização dos produtos em torno de um mercado consumidor.

4.3.1 - A Teoria da Localização em Von Thünen

A equação de renda $r = pm - p' - bd$ pode ser transformada multiplicando-o pelo rendimento físico por unidade de área (q), conforme propõe Von Thünen. Assim, temos: $rq = (pm-p)q-bdq$. Chamando-se rq de R (Renda por unidade de área) obtemos:

$R = (pm-p)q - bdq$, que é a equação básica apresentada no Capítulo 2.

Na medida em que temos n produtos, passamos a ter n equações do tipo:

$$R1 = (pm1 - p1)\, q1 - b1q1d$$

$$R2 = (pm2 - p2)\, q2 - b2q2d$$

$$\cdots \quad \cdots \quad \cdots \quad \cdots \quad \cdots\cdots$$

$$Rn = (pmn - pn)\, qn - bnqnd$$

E' fácil constatar que quando d = 0,

$$R1 = (pm1 - p1)\, q1$$

$$R2 = (pm2 - p2)\, q2$$

$$\cdots \quad \cdots \quad \cdots \quad \cdots$$

$$Rn = (pmn - pn)\, qn$$

Além do mais, se definimos por hipótese que $(pm1-p1)\ q1 > (pm2-p2)q2 > (pmn-pn)\ qn$, então, $R1 > R2 > \ldots > Rn$ quando d=0 ou próximo de zero. Em outras palavras, o critério para a hierarquização dos produtos agrícolas implica que devem ter prioridade para localização mais próxima ao mercado aqueles que consigam oferecer um maior sobrelucro por unidade de área, não computado o custo de transporte. Entretanto, o sobrelucro por unidade de área depende da diferença (pm-p) que representa o sobrelucro unitário (digamos, $ por tonelada) e de q (o rendimento físico por unidade de área). Enquanto q pode ser considerado um parâmetro, a diferença (pm-p) constitui um resultado da própria análise que estamos empreendendo. Abstraindo vários fatores que ajudam a explicá-lo (risco, concorrência etc.), sua determinação deve-se exclusivamente ao custo de transporte. Na medida em que o grau de transportabilidade de, digamos, dois

produtos é idêntico, os sobrelucro (pm-p) também tenderá para a igualdade.[1] Por outro lado, quanto maior for a diferença entre o grau de transportabilidade, maior o diferencial do sobrelucro (pm-p) entre os dois produtos.

Este resultado pode ser obtido ao tomar-se a equação da renda unitária e estabelecendo-se o ponto limite onde a mesma tende para zero. Assim, se r1 = pm1-p1-b1d e r2 = pm2-p2-b2d são as rendas de dois produtos, o ponto limite onde R1 = 0 e R2 = 0 implica que pm1-p1 = b1d e pm2-p2 = b2d. Nestes termos, pm1-p1 > pm2-p2 se b1 > b2, o que significa uma diferença de tarifas para o mesmo peso transportado e portanto, uma diferença na transportabilidade dos dois produtos.

Em última instância, como vimos pela demonstração de Leme citada no Capítulo 2, a diferença entre as rendas por unidade de área, que envolveria uma hierarquização do tipo R1 > R2 > ... > Rn, explica-se tanto pelo grau de intensificação das atividades agrícolas, medido exclusivamente pelo rendimento físico por hectare (que envolveria uma escala do tipo q1 > q2 > ... > qn), quanto pelas diferenças no grau de transportabilidade, resultando numa escala do tipo b1 > b2 > ... > bn. Nos dois aspectos, a racionalidade da hierarquização locacional das culturas tem por referência a problemática tipicamente espacial, seja em si mesma (custo de transporte, o que envolve o grau de

---

(1) Na verdade o sobrelucro depende não só do custo de transporte de determinada atividade, mas de todos os que a precedem, conforme vimos no Capítulo 2.

transportabilidade), seja considerando o aproveitamento mais intensivo do espaço localizado via absorção preferencial por aquelas culturas mais "intensivas", isto é, que apresentam um maior peso por unidade de área e, portanto , menos carga a transportar, dada a sua produção localizada. Combinados, os dois fatores resultariam numa hierarquização final do tipo b1q1 > b2q2 > ... > bnqn, conforme já sugerimos no capítulo 2.

Na verdade, este resultado não fica suficientemente claro na análise de Von Thünen e muito menos no desenvolvimento posterior de sua teoria que, com poucas exceções, caminhou para uma completa "neoclassização", o que significa que a problemática nela envolvida (isto é, a determinação da localização das atividades agrícolas e da renda espacial) foi abandonada em função de aspectos inteiramente abstratos e genéricos.(1) Ao mesmo tempo, o desenvolvimento e desdobramento corretos do "modelo Von Thünen" vão na direção de considerá-lo como modelo geral desaglomerativo,(2) aplicável não só à agricultura, como à indústria e ao estudo dos problemas intra-urbanos.

O caráter desaglomerativo do modelo fica claro no próximo esquema original de Von Thünen, onde as culturas agrícolas mais intensivas e/ou com menor transportabilidade pagam uma renda

---

(1) O estudo da localização agrícola, por exemplo, evoluiu para a programação linear onde se buscam soluções de otimização.

(2) Ruy Leme, op. cit. apesar de situar-se num contexto teórico neoclássico, vai nesta direção e consegue apresentar resultados interessantes.

mais alta nos pontos melhor localizados, expulsando, desta forma, aquelas menos intensivas e/ou de melhor transportabilidade para os pontos mais afastados. Na realidade, este resultado pode ser acertadamente estendido para a localização industrial, comercial, residencial e de serviços em geral de forma que, em cada um destes casos, se calcule o custo de acessibilidade ao(s) mercado(s). Dentro deste contexto, o critério para hierarquização permaneceria o mesmo, isto é, dependeria de $\bar{q}$, que indicaria a produção física por unidade de área e de $\bar{b}$, a tarifa por peso-distância do produto a ser transportado. No caso da localização residencial, o parâmetro $\bar{q}$ consistiria no número de vezes, em determinado período de tempo, que, digamos, uma família deslocar-se-ia em direção ao(s) mercado(s), ao passo que $\bar{b}$ seria a tarifa urbana de passageiros.

Estas são as qualidades do modelo Von Thünen e podem ser interpretadas como um esquema geral desaglomerativo, onde as atividades mais intensivas e de menor transportabilidade expulsam (via renda espacial mais alta) aquelas mais extensivas e de maior transportabilidade. Na realidade, esta renda mais alta é a expressão pura do próprio aumento do custo de acessibilidade, favorecendo, deste modo, a desaglomeração das atividades econômicas A despeito disso, o "modelo Thünen" apresenta inúmeras falhas que começam pela sua extrema simplicidade, um excesso de especificidade e, ao mesmo tempo, generalidade, e terminam na ausência de qualquer indicador do processo aglomerativo que constitui, na verdade, a tendência "líquida" do capitalismo.

4.3.2 - Críticas ao "modelo Von Thünen

A primeira simplificação do modelo, e que acarreta um certo empobrecimento do seu poder analítico, é a suposição de fertilidade homogênea do solo. A existência de diferentes fertilidades a nível local, regional, nacional ou internacional altera bastante a localização das atividades agrícolas, embora não seja exatamente este fato o causador do problema. Até um certo ponto, a simplificação de "Thünen" é legítima, embora, num segundo momento, fosse interessante a reintrodução da questão da fertilidade para mostrar como a base de recursos naturais pode interferir e alterar a dinâmica espacial e vice-versa, isto é, como a base de recursos naturais existente em determinadas regiões pode ser insuficiente para alterar a dinâmica espacial e uma eventual indigência econômica destas regiões.

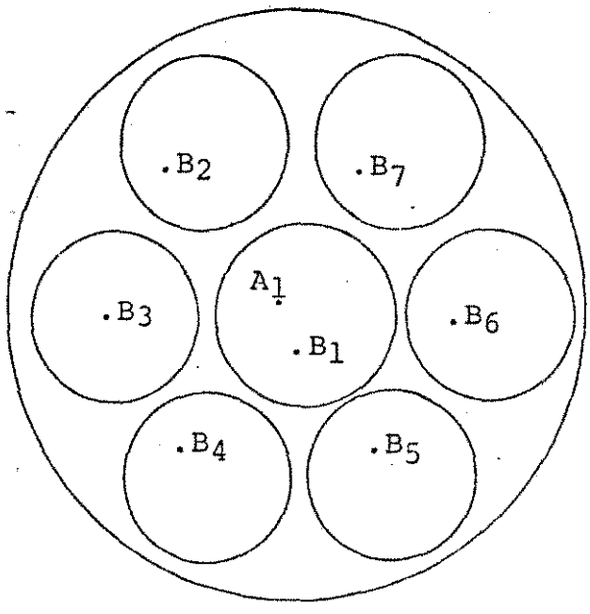
Uma segunda simplificação, que, igualmente, acarreta empobrecimento analítico, refere-se ao fato de que a localização agrícola não se pauta apenas pelo mercado final de produtos agrícolas, mas pelas necessidades de reprodução do estabelecimento agrícola. Este, na medida em que se moderniza, requer o abastecimento de insumos modernos, assistência técnica e de serviços especializados, que tornam o mercado de demanda intermediária tão ou mais importante do que o de demanda final.

Um exemplo da importância do mercado intermediário pode ser dado pela Figura 1, onde estabelecemos duas

formas de acessibilidade: a acessibilidade ao mercado final e a acessibilidade ao mercado de trabalho e de serviços especializados. Por isso, embora tenhamos um padrão locacional definido pela demanda final, ele é, dentro deste espaço limitado, relocalizado em função de centros urbanos de pequeno porte, dotados do mercado de trabalho e de serviços especializados necessários à produção agrícola. Nesse sentido podemos encontrar espaços vazios dentro do espaço delimitado pela demanda final, de forma que o gradiente de renda passa a expressar dois custos de acessibilidade: o custo de transporte do produto ao mercado final (b1d1) e o custo de transporte de trabalhadores assalariados do pequeno centro ao estabelecimento agrícola (b2d2). Portanto, teríamos que $r = pm-p-b1d1-b2d2$.

Extrapolando para outras atividades que não a agrícola e generalizando, poderíamos dizer que o espaço localizado para qualquer atividade seria todo aquele onde o processo de reprodução global de atividade (que envolve não só a venda do produto como a compra de mercadorias intermediárias e força de trabalho) expressasse um custo de acessibilidade tal que, somado ao preço de produção, permitisse a existência de um sobrelucro transformavel em renda. O custo de acessibilidade seria medido em função de vários mercados, tanto do produto final da atividade como de sua demanda intermediária e de força de trabalho. Considere-se um vetor (coluna) D = (d1, d2, ..., dk) que indicaria as distâncias aos mercados e um vetor (linha) B = (b1, b2, ..., bk) que indicaria as respectivas tarifas por unidade de peso e

FIGURA 1



A - mercado final
A1 - núcleo de A
Bi - mercado de trabalho e de serviços para a atividade agrícola.

Sendo

$$A = \sum_{i=1}^{7} Bi + A1$$

unidade de distância. Assim, o gradiente de renda seria:

$$r = pm - p - b_1d_1 - b_2d_2 - \ldots - b_kd_k = pm - p - BD$$

Três são os aspectos a serem ressaltados da generalização esboçada acima. O primeiro é que se estabelece um gradiente de renda referido a K mercados (1) (caso em que cada item da reprodução teria lugar em mercados distintos), formando um espaço econômico multidimensional, o que inviabiliza e contra-indica qualquer tentativa de representá-lo geometricamente. Neste sentido, o espaço econômico é bastante complexo e a tentativa de pensá-lo geometricamente pode levar a falsas questões, como é o caso das teorias espaciais neoclássicas (2).

O segundo aspecto pode muito bem ser ilustrado pela Figura 1 e deriva do fato de que o espaço econômico pode ser (embora não necessariamente) descontínuo, de forma que cada zona de descontinuidade, para determinada atividade, terá lugar onde $r \leqslant 0$. A eventual descontinuidade do espaço econômico não impede, entretanto, que ele seja um espaço integrado. Na Figura 1, as várias áreas com centro em B são descontinuas, embora sejam todas integradas à área maior, com centro em A_1.

---

(1) No Apêndice 4.1 do presente capítulo esta restrição é abandonada, tal que o número de mercados possa ser distinto do número de atividades.

(2) Este é o caso da teoria da localização de Alfred Weber, por exemplo, que constrói todo um sistema geométrico-geográfico centrado, unicamente, no custo de transporte.

Isto nos leva ao terceiro aspecto e que consiste no fato de que a renda espacial, embora seja um atributo de determinados pontos no espaço (e, em certo sentido, a eles pertença), é o resultado complexo da integração de vários pontos, alguns aparentemente sem conexão entre si. Na Figura 1, por exemplo, os espaços com centro em B fornecem uma renda espacial referida não só a B mas, principalmente, a A. Nestes termos, o resultado sugere que a sistemática de determinação da renda espacial passa por dois planos aparentemente distintos: o plano intra-urbano e o plano interurbano. Portanto, é no contexto da análise da renda espacial que se pode produzir a integração analítica entre o regional (aqui pensado como um conjunto de centros urbanos) e o urbano. Ambos não passam, na verdade, de cortes analíticos que servem para indicar (nem sempre adequadamente) a existência de "descontinuidade" (ou mais precisamente, não uniformidade) no espaço econômico, embora a sua base de referência seja a mesma.(1) Neste sentido, o "urbano" seria sempre o espaço contínuo, e o "regional", o espaço descontínuo, de forma que a renda espacial será sempre o produto complexo do custo de acessibilidade no espaço "urbano" (espaço contínuo) e no espaço "regional" (espaço

---

(1) Na realidade, a distribuição da renda no espaço econômico é em geral contínua (neste caso, o exemplo da figura 1 seria mais provavelmente uma exceção) embora não uniforme, apresentando alterações "incertas" para cima e para baixo, conforme se percorra determinada distância geográfica.

descontínuo).(1)

Todos estes resultados, que podem ser obtidos a partir da generalização do modelo Thünen, não escondem, porém, a deficiência teórica principal do próprio modelo. Embora possa ser generalizado, ganhando com isso maior poder analítico, o "esquema de Von Thünen será, sempre, um modelo geral eminentemente desaglomerativo(2) e, enquanto tal, insuficiente para explicar a dinâmica espacial. A depender apenas deste esquema, o movimento do capital no espaço seria tipicamente desaglomerativo e descentralizador, tornando a distribuição das atividades econômicas dispersa e atomizada, ao mesmo tempo em que desapareceria a renda espacial. Na realidade, o movimento do capital no espaço é o resultado líquido de fatores desaglomerativos (sintetizados pelo custo de acessibilidade) e, principalmente, de fatores aglomerativos, cuja natureza e dinâmica desenvolvemos no capítulo anterior.

4.3.3 - A Renda Espacial e os Fatores Aglomerativos

Até agora, a localização do mercado tem sido considerada dada, pairando como um "deus ex-machina" no modelo. Nestas condições, toda a questão tem sido a do estudo do espaço localizado, seu uso e a formação de renda espacial daí decorrente.

---

(1) A descontinuidade, embora seja uma condição necessária, é insuficiente para a definição de "região". Voltaremos ao tema no próximo capítulo.

(2) Ele é desaglomerativo enquanto expressão do custo de acessibilidade.

O mercado aparece, assim, como um locus metafísico, que desembarca arbitrariamente no modelo. No caso, a questão que verdadeiramente nos interessa não é saber por que o mercado localiza-se em determinado lugar, mas, antes disso, saber o que é mercado do ponto de vista espacial, e, só a partir daí, ocupar-nos da formação histórica de mercados concretos.

Por enquanto, a escassez de terras localizadas paira como algo natural, tendo em vista a necessidade de se ter acesso ao mercado. A questão é: ter acesso exatamente a que? Qual é a natureza do mercado e como ele pode ser produzido ao invés de ser algo estático e natural? Como bem observam Cunha e Smolka, "ao nível conceitual, questiona-se a propriedade de tomar como dado a escassez de recursos na medida em que, particularmente no urbano, a acessibilidade é visivelmente produzida (...). Se a renda fundiária advém de uma situação de escassez de localizações favoráveis é de toda importância saber como surge essa escassez, isto é, se ela é tecnicamente necessária ou socialmente criada" (op. cit. p. 32).

Abordando a questão por outro ângulo, imaginemos dois pontos no espaço, A e A' com os respectivos gradientes de renda para determinada atividade:

$$A \longrightarrow r = pm - p - BD$$

$$A' \longrightarrow r' = p'm - p' - B'D'$$

Vamos supor (para simplificar) que o preço de mercado é idêntico nos dois pontos ($pm = p'm$) e que o custo de acessibi-

lidade, embora não referido exatamente aos mesmos mercados, é também igual, isto é, BD = B'D'. Finalmente, suponhamos que o preço de produção em A é inferior ao de A' ($p < p'$). A pergunta é: qual seria a explicação teórica para tal fato?

De um modo geral, teríamos três respostas possíveis para o fenômeno. A primeira e mais evidente seria a de que a diferença nos preços de produção pode explicar-se pelo diferencial natural de produtividade nos casos de produção agrícola ou mineral, uma hipótese verossímil, embora fora da problemática que ora nos ocupa. Uma segunda possibilidade estaria numa maior produtividade em A do que em A', tendo em vista um maior nível de centralização do capital em A em relação a A'. Neste caso, a hipótese é igualmente verossímil e deve-se ao fato de que a situação da concorrência e os níveis de centralização diferenciam-se no espaço econômico, especialmente no plano internacional.(1) Entretanto, a questão que ora nos ocupa é tipicamente espacial e deve ter uma resposta puramente espacial.

Partimos então para uma terceira explicação que deve ser encontrada na investigação dos dois pontos (A e A') e os respectivos mercados. Se $p < p'$, os mercados que reproduzem a atividade em A são mais "produtivos" do que os mercados que reproduzem a atividade em A'. Logo, para sabermos o que é um mercado mais ou menos "produtivo", devemos entender, em primeiro lugar, o que é um mercado do ponto de vista espacial.

---

(1) Discutiremos introdutoriamente o tema no último capítulo.

Num sentido tradicional, a idéia de mercado confunde-se inteiramente com o processo de circulação do capital e corresponde a todo tipo de compra e venda de mercadorias. Desde o mercado de bens de consumo (processa-se a venda da mercadoria de uso final para o consumidor), passando pelo mercado de bens intermediários (compra e venda de produtos intermediários pelas empresas), até o mercado de trabalho, temos diversos tipos de metamorfose do capital, ora se metamorfoseando de capital-dinheiro em capital-mercadoria, ou de capital-mercadoria em capital-dinheiro ou de capital-dinheiro em capital-produtivo (meios de produção e força de trabalho). A produção de serviços (transporte, serviços de consumo etc.) compõe o processo já que, neste caso, a produção é inseparável, no espaço e no tempo, não só do seu produto (por exemplo, passageiros sendo transportados) como também do seu processo de compra, venda e consumo.

Aparentemente, o processo de circulação do capital não se expressa necessária e diretamente como processo de circulação do capital no espaço. Marx, por exemplo, observou que o capital pode circular metamorfoseando-se sem, no entanto, circular no espaço. Nesses termos, a idéia de mercado dificilmente poderia ser espacializada, como um lugar de compra e venda de mercadorias.

Entretanto, a coisa muda ao considerarmos não propriamente a circulação de mercadorias, mas sim o seu custo de circulação, como o fizemos no Capítulo 3. Aí vimos que o custo de circulação das mercadorias (transporte, armazenagem, contabilidade, varejo) tem uma referência temporal e espacial. O gasto

com transporte, por exemplo, implica que o valor de uso por ele criado só existe quando referido a determinado ponto no espaço. Assim, para que os gastos com circulação não sejam gastos desperdiçados, o ato de comprar e vender tem de existir junto com o ato de "produzir" dentro da circulação. Isto fica bastante claro, por exemplo, nas vendas de varejo e nos serviços diversos. Em todos eles, fundem-se o ato de produzir, o ato de comprar e vender e, em certos casos, o ato de consumir, de forma que o mercado, ao invés de constituir relações abstratas de compra e venda, acaba por determinar relações concretas, espacializadas, de compra e venda (e consumo, no caso dos serviços).

O mercado do ponto de vista espacial pode ser então definido não apenas um locus de compra e venda de mercadorias, mas sim de modo mais geral um locus de produção "dentro da circulação" e da produção de serviços. A acessibilidade ao mercado, nestes termos, significa acessibilidade aos atos concretos de compra e venda e à produção de serviços. Nesse sentido, a noção do "urbano", que Castells (como vimos no capítulo anterior) define como um centro de consumo, deve ser estendida para englobar todo o processo concreto de compra e venda (inclusive compra e venda de força de trabalho e de meios de produção para fins produtivos), incluindo a produção, compra, venda e consumo de serviços. Em síntese, o que definimos como "mercado" é sinônimo, puro e simples, do "urbano", constituindo uma área (de mercado) com centro num núcleo produtor de serviços de consumo e de circulação.

Segundo Smolka e Cunha "fundamentalmente, as vantagens locacionais urbanas derivam de diferenças no tempo de circulação das mercadorias, inclusive a mercadoria força de trabalho" (op. cit. p. 38). "A procura de reduções no período de giro do capital, isto é, por menores custos de transporte, armazenagem, etc. e por formas de explorar o que se convencionou denominar economias de escalas advindas da aglomeração geográfica de produtores e consumidores, encontra-se já na origem do capital manufatureiro como um sistema primitivo de trabalho coletivo" (ibidem, p. 39). Concordamos inteiramente com os autores quando propõem que as vantagens locacionais urbanas advêm da redução dos custos de circulação, através da aglomeração geográfica de consumidores e produtores e que isto guarda uma certa semelhança com a evolução da indústria desde a manufatura. No entanto, deve ser observado que a evolução da indústria, embora leve a uma concentração das unidades produtoras, não necessariamente caminha na direção da aglomeração geográfica. Isto porque, no caso da indústria, o ato de produzir é distinto e separado, no espaço e no tempo, do ato de comprar e vender, o que implica que o crescimento das escalas de produção é compatível, em princípio, com a dispersão das unidades produtoras no espaço.

Ao contrário, como procuramos mostrar no capítulo anterior, a tendência ao aumento da escala nos "serviços de circulação" e nos serviços de consumo só é possível com a aglomeração geográfica do mercado, englobando "produtores" e consumidores. Em outras palavras, a natureza aglomerativa das atividades

econômicas no espaço deve ser buscada não só na "lei geral" de aumento da escala e da produtividade, como também na natureza específica do terciário, que tem como característica central o fato de "não viajar", isto é, de não possuir um "produto" espacialmente independente de sua produção, mesmo que tal "produto" esteja irremediavelmente cristalizado num "bem", como é o caso dos serviços de circulação.

Deve-se adicionar a esta característica "espacializada" do terciário o fato de que o capital fixo representa uma parcela significativa do próprio "capital produtivo" do terciário, inclusive nos serviços de infra-estrutura pública.(1) Segundo Smolka e Cunha, "(...) os investimentos no ambiente construído se distinguem por serem fixos, imóveis e de longa duração, uma vez que incorporam mercadorias que não são inteiramente consumidas num único período de produção, e mais, caracterizam-se por serem consumidos no local da produção. Essas características fazem com que, num determinado momento, a estrutura urbana, ainda que sendo um dos seus produtos, se imponha ao capital" (ibidem, p. 41).

Em outras palavras, as vantagens aglomerativas do espaço localizado, embora sejam produzidas pelo próprio capital, adquirem, através da formação do ambiente construído expresso pelo capital fixo do terciário, um caráter cristalizado e, a curto e

---

(1) Ruas, avenidas, viadutos, estações, edifícios etc., que só produzem "na medida em que são utilizados pelo conjunto do público". Sobre a importância do capital fixo na cristalização da estrutura espacial veja-se Smolka e Cunha (op. cit.) e D. Harvey (1982) capítulo 12.

ESPAÇO E CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA CENTRO X PERIFERIA

VOLUME 2

MAURICIO BORGES LEMOS

L544e
v.2
32885/BC

LEMOS MAURICIO BORGES
ESPAÇO E CAPITAL.
1988.
[TESE - UNICAMP - IE].

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO - UNICAMP - INSTITUTO DE ECONOMIA

médio prazo, relativamente imutável. Por isso, o movimento do capital no espaço não é "livre", embora também não seja pré-determinado pelas vantagens aglomerativas cristalizadas. Na realidade, a cada momento, o movimento do capital modifica o espaço econômico, seja ampliando (pela concentração geográfica) as vantagens aglomerativas, seja aumentando o custo de acessibilidade e iniciando um processo de desconcentração geográfica, seja recriando vantagens aglomerativas em outros pontos do espaço. O tamanho do centro urbano é, nesse sentido, o resultante tanto da maior produtividade quanto do esgotamento dos ganhos de escala ou do aumento do custo de acessibilidade. Em suma, o processo de determinação da renda urbana é a síntese complexa de fatores aglomerativos (que constituem a própria gênese e o fator básico de expansão dos centros urbanos) e de fatores desaglomerativos, que acabam por estabelecer "limites" para o crescimento de um determinado centro urbano, permitindo assim uma certa descentralização da acumulação de capital: não seria ainda o caso de nosso exemplo em que os fatores aglomerativos em A superariam aqueles desaglomerativos comparativamente a A', fazendo com que $p < p'$.

4.3.4 - Fatores Aglomerativos, Desaglomerativos e Salários

A ocorrência destes dois fatores básicos pode muito bem ser ilustrada pelo comportamento dos salários nos centros urbanos. Consideremos, inicialmente, apenas o trabalho não qualificado, cuja reprodução não envolveria nenhum tipo de serviço urbano mais complexo, resumindo-se, praticamente, à moradia e

alimentação. Como preço de uma mercadoria (a força de trabalho), o salário tem seu próprio gradiente de renda, formado a partir dos custos de transporte do trabalhador (medido a partir de sua moradia) até os vários "serviços" necessários à sua produção, desde os serviços de consumo, passando pelo comércio varejista e chegando ao seu local de trabalho. Chamando de B o vetor que compreende as diversas tarifas de transporte e D o vetor da distância entre a residência e cada um destes pontos, temos que o gradiente de renda da mercadoria força de trabalho pode ser escrito como: $r = w - c - BD$, onde w é a taxa média de salário, e c o custo da "cesta" de mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador (exclusive, evidentemente, aluguel e transporte). Passando BD e c para o primeiro membro, temos, enfim, a equação que exprime a ta- xa de salários, isto é, $w = c + r + BD$. (1)

De um certo modo, o "custo" da moradia expresso na renda r, que é uma espécie de aluguel por unidade familiar, deve constituir um fator aproximadamente alternativo ao gasto com transporte (BD), de tal forma que quanto maior r, maior a acessibilidade da moradia, maior o aluguel e menor o gasto global com transporte e ao inverso, quanto menor a acessibilidade, menor o aluguel e maior o gasto com transporte. Por outro lado, o crescimento do centro urbano deverá acarretar um aumento do agregado

---

(1) Esta equação apresenta algumas ambiguidades, uma vez que w não pode ser conceituado como o "preço de produção da força de trabalho". A alternativa, no caso, é seguir a tradição clássica e considerar w como um "preço de reprodução", aí devidamente incluído o custo urbano-espacial.

"aluguel mais transporte" e, indiretamente, da "cesta" de mercadorias e serviços necessários à reprodução da força de trabalho. Neste último caso, a produção de serviços de circulação e de consumo no centro urbano implicará a ocupação de uma determinada área, pagando uma renda que, evidentemente, estará também em crescimento. O resultado final é que o aumento do tamanho do centro urbano implicará um aumento dos gastos do trabalhador com sua localização no espaço tanto em termos diretos (aluguel mais transportes) quanto indiretos (embutidos nos preços das mercadorias e serviços por ele consumidos). Com isso, para que seu salário real permaneça constante, seu salário nominal deve crescer, tornando-se monetariamente maior do que nos centros urbanos de menor porte, como mostra Vieira (1984): "dado (...) um custo de reprodução da força de trabalho, específico para o tamanho do centro urbano, ao se considerar a formação da renda da terra urbana, está-se (indiretamente) analisando seus efeitos na formação dos salários.(1)

Posto, portanto, que quanto maior o centro urbano, *ceteris paribus*, maior o nível dos salários nominais, esta última variável passa a ser uma expressão concreta do caráter desaglomerativo do crescimento urbano. Se ela fosse a variável decisiva

---

(1) Op. cit. p. 169. O autor, neste interessante trabalho sobre salários e renda urbana, vai além e conclui de seu estudo empírico para o Estado de São Paulo que "embora existam evidências que nas cidades maiores o salário nominal é mais alto, tanto pela incidência proporcionalmente maior do bem composto habitação mais transportes, quanto preços mais elevados dos alimentos, nem sempre o padrão de consumo traduzirá um equilíbrio e uma melhoria nutricional" (p. 199).

para a opção final do capital por determinado espaço urbano, não haveria, por certo, nenhuma tendência à concentração urbana, regional ou nacional, uma vez que a alta dos salários nos maiores centros inibiria a acumulação ali e favoreceria a desconcentração, em direção aos menores. Esta possibilidade torna absolutamente necessário que consideremos fatores compensatórios, desde aqueles que, por hipótese, não estamos contemplando neste estudo, até aqueles tipicamente espaciais que, no caso em questão, devem ser chamados de fatores aglomerativos, tal como definimos no capítulo anterior.

A desconcentração destes fatores levar-nos-ia, na verdade, a entender a utilização intensiva de força de trabalho como um fator de expulsão de atividades, como sugere Leme: "O coeficiente q, que no modelo original de Thünen corresponde à produção por unidade de área, no caso passa a representar a produção por unidade de mão-de-obra. Será grande nas indústrias altamente mecanizadas, e pequeno nas de baixa mecanização. As indústrias de baixo bq serão deslocadas para pequenas cidades, apesar de terem seus mercados com baricentros nas metrópoles" (op. cit. p. 333). Considerando porém, a influência dos fatores aglomerativos, Leme pondera, citando um estudo de Segal (1) sobre a dinâmica locacional das indústrias em Nova York, que "(...) aquelas com grande conteúdo de mão-de-obra não especializada estavam sendo expulsas da metrópole. Só ficavam aquelas altamente beneficiadas

(1) M. Segal (1960).

pela economia de escala externa, ou por exigirem operários muito especializados, além de peritos em patentes, conselheiros legais e financeiros" (ibidem). No fundo, é este caráter seletivo do processo aglomerativo que constitui a própria gênese do crescimento urbano, compensando, para algumas atividades, o aumento do custo de acessibilidade pela redução do custo dos serviços, influenciados pela grande aglomeração. As atividades que utilizam trabalho altamente qualificado encontram-se nesta situação, ao passo que os que utilizam mais intensamente o não-qualificado tende a ser "expulsas" para a periferia (contígua ou não) das grandes metrópoles.

Observada de uma perspectiva internacional, tal problemática não passa da velha questão ricardiana do alto preço do ouro nos países pobres e seu baixo preço nos países ricos, tornando mais caros os salários e as mercadorias de circulação interna, que os compõem. Repetindo Ricardo, Taussig indaga: "qual é a causa dos altos salários monetários? A resposta não é difícil de encontrar. Os países com elevados salários monetários são aqueles cujo trabalho é eficiente na produção de mercadorias de exportação e cujas mercadorias exportadas obtêm um bom preço no mercado mundial. A escala geral dos rendimentos monetários depende fundamentalmente das condições do comércio internacional e unicamente destas condições. A escala de preços internos segue-a".(1)

---

(1) TAUSSIG, Frank W. "Wages and Prices", p. 519, citado por Emmanuel (op.cit.) volume 1, p. 126.

Um pouco perdido nesta discussão, Emmanuel questiona Taussig não em sua unilateralidade (ao pretender que a escala geral depende unicamente do comércio internacional), mas em sua proposição geral, negando a possibilidade de uma alta de todos os preços internos: "(...) é justamenate aí que as contradições começam e o problema se torna inexplicável. Porque na condições de trocas livres, de concorrência perfeita, de convertibilidade da moeda e abstraindo dos custos de transportes que são os do sistema de Taussig, o que é que impedirá os consumidores de se aprovisionarem no estrangeiro em lugar de pagar os preços superiores da produção local?" (op. cit. vol. I, p. 127).

A resposta para esta pergunta que, como sugerimos no Capítulo 2, encontra-se introdutoriamente formulada em Ricardo,(2) tem igualmente uma resposta parcial de Ohlin ao procurar entender a diferença de preços internos entre a Europa e os Estados Unidos. Segundo este autor "na Europa aqueles bens que requerem grandes quantidades de trabalho corrente são relativamente baratos, pela razão evidente de que os salários do trabalho corrente são muito mais baratos. Muitos dos bens do mercado interior e a maioria dos serviços pessoais pertencem a este grupo". Em realidade, "isto tem que ver com o fato de que, em conjunto, as economias de produção em grande escala que os fabricantes

---

(1) ao distinguir a produção tradicional de "produtos volumosos" da nova indústria trazida pelas inovações, constituindo um produto de "uso corrente e de elevado valor" (op. cit. p. 160-61).

americanos têm sido particularmente capazes de aproveitar, ocorrem menos nas indústrias do mercado interior que nas indústrias de exportação. Assim, pois, parece que nos EE.UU. os preços do mercado interior são relativamente superiores aos dos países Europeus, devido à oferta relativamente escassa de trabalho" (Ohlin, op cit. p. 253).

Em verdade, tanto em Ricardo, quanto em Ohlin ou mesmo em Taussig, existem indústrias de mercado interno e externo, distinção fundamental que Emmanuel ignora. Em última análise, os consumidores não se "aprovisionam" no estrangeiro por uma questão pura e simples de transportabilidade - ou, como procuramos mostrar no capítulo anterior, porque embora todas as mercadorias em princípio sejam tranportáveis, os serviços (inclusive os necessários para a sua circulação) não o são absolutamente. Em vista disso, se determinado país como os EUA têm preços internos mais altos e, mesmo assim, consegue ser competitivo nas exportações é porque ele detém uma vantagem não reprodutível no espaço, portanto, não transmissível (através da troca) para outros países. Ohlin, por seu turno, credita tais vantagens exclusivamente às economias internas de escala bem como as "desvantagens" à "escassez" de trabalho (que aumentaria o nível dos salários), o que corresponde, aproximadamente, às condições históricas dos EUA até o começo deste século. Entretanto, se tivéssemos uma tendência à mobilidade do capital e do trabalho no espaço (tendência que se esboça com a "etapa imperialista", desde o início do século e que se torna um fato concreto no período pós-Segunda

Guerra) as economias "internas" deixam de ser uma "vantagem", bem como a "escassez" de trabalho deixa de ocorrer, desaparecendo como "desvantagem", o que torna a explicação de Ohlin incongruente.

Pelo contrário, se substituímos as economias "internas" pelas economias "externas" (fatores aglomerativos), passamos a ter uma explicação única, tanto para a diferença de salários e preços internos quanto para a diferença de competitividade das exportações entre os EUA e a Europa. Os EUA são mais competitivos por que detêm diversas vantagens que levam a diferenças de produtividade, entre elas as vantagens aglomerativas expressas por uma rede urbana maior, mais diversificada e complexa. Esta "vantagem" acaba por se transformar (pelo menos parcialmente) em renda, encarecendo os serviços urbanos (de consumo e de circulação) e os salários. Assim, abstraindo certos fatores que interferem na taxa de câmbio (como o movimento financeiro de capitais) ou outras vantagens de produtividade, podemos dizer que os preços internos e os salários monetários nos EUA são altos em virtude da competitividade da sua rede urbana vis-à-vis a rede urbana Européia. Paradoxalmente, embora tal "vantagem" acabe se transferindo tanto para as mercadorias exportáveis quanto para o conjunto de serviços urbanos "internos", apenas no primeiro caso ela se transfere para os preços finais (que conferem competitividade aos produtos exportados), enquanto que no segundo ela tende a ser objeto de monopólio fundiário, convertendo-se em renda urbana. Portanto, esta passa a representar não apenas a verdadeira síntese da soma orgânica dos fatores aglomerativos e

desaglomerativos como, especialmente, um indicador macroespacial de vantagens comparativas, tal como buscava conceituá-la Ricardo.

4.3.5 - O Processo de Determinação Formal da Renda Urbana

As dificuldades que envolvem a determinação da renda espacial são inúmeras. Começam pela existência de n atividades dos mais diversos tipos que incluem desde a agricultura até a prestação de serviços, passando, inclusive, pela "atividade" residencial. E' evidente, porém, que os critérios de hierarquização das várias atividades estão bem definidos através do binômio "intensidade do uso do solo" mais "grau de transportabilidade". Nesse sentido, os serviços sempre terão prioridade na localização já que são eles próprios que conformam o "locus" ao qual se deve ter acesso: pelos critérios definidos, eles têm grau de trasnportabilidade zero e sua localização acaba por definir um ponto (um mercado) a partir do qual outras atividades devem estruturar-se.(1)

Outra questão que podemos considerar como definida é que o gradiente de renda de cada atividade tem um limite superior e inferior; o primeiro definido pela atividade mais intensiva e/ou de menor transportabilidade que consegue apropriar renda mais alta; o segundo definido pela atividade imediatamente mais ex-

(1) Por terem exatamente estas características, os serviços não se concentram necessariamente apenas num ponto mas podem distribuir-se em outros pontos do espaço contínuo e descontínuo.

siva (e/ou de maior transportabilidade) e que funciona como a renda mínima (absoluta) que aquela atividade tem de proporcionar.

Devemos observar ainda que estamos diante de um espaço multidimensional cuja "hierarquia" não é muito clara. Podemos ver, ainda pela Figura 1, que um ponto próximo dos pequenos centros B, mesmo sendo geograficamente mais distante de A_1 do que outro ponto qualquer, pode apresentar maior renda (e, portanto, maior proximidade econômica de A_1). Mesmo assim, é certo que qualquer afastamento de um ponto qualquer deverá acarretar aumento do custo de acessibilidade e, conseqüentemente, redução da renda.

Por todas essas razões a exata determinação formal da renda urbana só seria viável através do processo de determinação simultânea, incluindo as n atividades, os vários mercados e as curvas de custos e de procura destas atividades, uma tarefa sobretudo complexa e teoricamente irrelevante, embora não impossível. Como abordagem simplesmente introdutória, procederemos a um corte supondo apenas uma atividade, por exemplo uma indústria, cujo gradiente de renda será tal que proporcionará, a partir de determinado ponto, uma renda R_i maior que R_{i-1} (limite inferior) proporcionado por uma atividade menos intensiva e/ou de maior transportabilidade tal que $b_i q_i \quad b_{i-1} q_{i-1}$.

Uma última consideração, antes de entrarmos diretamente no assunto, fica por conta de uma melhor qualificação da expressão quantitativa do custo de acessibilidade. Até agora temos considerado que o custo de acessibilidade expressa-se pelo

produto BD, B representando as tarifas (b1, b2, ..., bn) e D as distâncias (d1, d2, ..., dn). Na realidade, este é o custo de acessibilidade direto, isto é, representa os custos de transporte efetivos existentes entre o ponto de localização e os mercados. Temos de considerar, além disso, o custo de acessibilidade indireto, representado pela contabilização no preço de produção dos preços dos vários bens e serviços que trazem embutido um custo de acessibilidade, ou - o que dá no mesmo - o pagamento de uma renda. Quando se afirma, por exemplo, que os salários em São Paulo são mais altos do que em outras cidades (particularmente aqueles ligados ao trabalhador não qualificado) isto se explica não exatamente pela escassez, como sugere Leme (op. cit.), mas porque o custo de acessibilidade em São Paulo é muito elevado ou - o que dá no mesmo - a renda a ser paga direta e indiretamente é muito alta, como mostra Vieira (op. cit.).(1) Por essa razão devemos expurgar do preço de produção (p) o custo indireto e embuti-lo em BD de forma a que tenhamos separados uma expressão quantitativa para os fenômenos aglomerativos (implícitos em p) e para os desaglomerativos (implícitos em BD).(2)

---

(1) Nesse sentido, o acesso a bens e serviços necessários à reprodução da força de trabalho tem implicação sobre o custo de acesso direto (por exemplo, a viagem até um centro de compras) e o indireto (por exemplo, o aluguel do prédio onde funciona uma padaria).

(2) Esta separação entre p (concebido como um preço de produção "puro") e BD (como expressão global dos custos de transporte) é importante por razões analíticas, como veremos mais adiante.

Vamos supor a existência de um centro urbano A, em torno do qual estruturam-se pequenos centros urbanos B, tal como sugere a Figura 1. Os papéis cumpridos por A e B são distintos, de forma que em B não são encontrados vários dos serviços oferecidos em A. Nestas condições, o afastamento de A, mesmo que concomitante à aproximação de um centro B, trará, liquidamente, um aumento do custo de acessibilidade total (direto e indireto) necessário para a reprodução de um determinado tipo de indústria. Imaginemos agora um centro urbano A', menor, embora tão diversificado quanto A, o que o diferencia fundamentalmente de B. Suponhamos que em torno de A o gradiente desta atividade industrial seja: $Ri = (pmi - pi)\,qi - BiDiqi$ onde $Ri > Ri - 1$. Uma vez estabelecida a hierarquização, porém, podemos substituir a renda por unidade de área (Ri) pela renda por unidade de produção, mais adequada para o esquema de determinação formal, já que se compara diretamente aos preços.(1) Assim, o gradiente passa a ser do tipo $ri = pmi - pi - BiDi$. Analogamente, teremos o gradiente em A': $r'i = p'mi - p'i - B'iD'i$.

---

(1) Neste caso, se $Ri > Ri - 1$ e $Ri = riqi$ assim como $Ri - 1 = ri - 1\,qi - 1$, temos que $riqi > ri-1 \cdot qi-1$, ou $ri > ri-1 \cdot \frac{qi-1}{qi}$. Assim, a idéia de renda "absoluta" representada pela atividade menos intensiva pode ser também expressa em termos da renda unitária ri o que nos permitirá embutir-lhe como renda "mínima" na formação dos preços de mercado (ver o gráfico 10).

O afastamento de A (contando-se apenas com os centros B como alternativa) implica o crescimento líquido do custo de acessibilidade, dado que a maioria dos "serviços" necessários à reprodução localizava-se em A. Contando-se agora com A', muitos destes serviços estabeleceram-se também em A', o que torna este último um espaço concorrente de A. Enquanto B pertence a A, o que o coloca exclusivamente como uma alternativa de microlocalização em relação ao núcleo de A (A_1), A' seria uma alternativa de macrolocalização, já que forneceria os serviços básicos para a reprodução da atividade i. Enquanto a localização em B implicaria a utilização de vários serviços oferecidos apenas no núcleo de A (A_1), a localização em A' deslocaria por completo o núcleo básico de serviços necessários para a reprodução de i. Assinale-se que tal definição de A, B e A' é "ideal", existindo apenas em termos de grau na realidade espacial concreta: por mais que acreditemos que o Rio de Janeiro seja um espaço concorrente de São Paulo, em muitos aspectos não o é, dada a diversificação alcançada pela economia paulista, sendo, muitas vezes, a alternativa de localização no Rio muito mais uma alternativa do tipo B, isto é, de microlocalização.

Como A', por definição, é menor que A, temos naquele centro um menor custo de acessibilidade. Assim, $B'D' < BD$, estabelecendo-se uma tendência desaglomerativa de A para A'. No entanto, A é superior a A' no que se refere ao tamanho do mercado e, portanto, tende a apresentar custos unitários mais baixos, custos de circulação menores etc. Espera-se assim que o preço de produção

no entorno de A seja inferior ao preço de produção no entorno A', isto é, $pi < p'i$.

Temos então três possibilidades:

a) $ri > r'i$, ou seja, a renda propiciada pela atividade industrial em A é superior a A', o que significa que o menor custo de acessibilidade em A' não foi suficiente para compensar as vantagens aglomerativas de A.

b) $ri < r'i$, ou seja, a renda média em A é inferior à de A', o que significa que as vantagens aglomerativas de A foram superadas pelas vantagens desaglomerativas de A'.

c) $ri = r'i$, ou seja, a renda factível em A é a mesma factível em A' o que torna, deste ponto de vista (isto é, da renda), a opção locacional indiferente ou talvez, pendendo para A', na medida em que se firme como centro industrial alternativo.

Evidentemente, a base destas possibilidadaes é o diferencial de custos expresso pelos gradientes de A e A' (isto é, $pm - pi - BiDi$ e $pm - p'i - B'iD'i$), além das restrições microlocacionais $Ri > Ri - 1$ e $R'i > R'i - 1$. Em outras palavras, o que estamos pretendendo sugerir consiste na idéia de que a determinação da renda espacial depende de dois fatores básicos. O primeiro é o diferencial de custos entre A e A' e que representa o resultado líquido das vantagens aglomerativas de A e das vantagens desaglomerativas de A'. O segundo é a renda "absoluta", definida pela atividade hierarquicamente inferior e que atua como piso

(custo de oportunidade) de renda a ser pago, seguindo os mesmos critérios de determinação da renda absoluta que analisamos mais atrás.

Estaticamente, podemos afirmar que a determinação exata da renda dependerá das condições de demanda para a atividade em questão. Quanto maior a demanda, maior a renda, que crescerá até o ponto em que o preço de mercado atingir seu limite superior e permitir o "transbordamento" da atividade do ponto A para A' ou vice-versa (vide Gráfico 10).

Ainda neste contexto estático, acreditamos que o grande problemas da teoria da renda urbana neoclássica é o de ter "escondido" os principais fatores de determinação, ao invés de justamente especificá-los e diferenciá-los.(1) Assim, tanto o conceito de custo de acessibilidade de Thünen quanto as vantagens aglomerativas de produtividade do centro urbano são condensados no fator de produção "terra localizada", sendo que a questão da "renda absoluta" (isto é, do custo de oportunidade proporcionando pelas atividades ou técnicas mais extensivas) é substituída pelo conceito esdrúxulo de produtividade marginal do solo localizado. Como resultado, além de conclusões incorretas, como sugerem Smolka e Cunha, obtemos um amontoado de generalidades, que nada explicam.

A falta de especificação dos fatores de determinação de renda urbana acaba por aparecer também em Harvey (1974) que,

---

(1) Esta teoria está formulada, entre outros, por Alonso (1964) e Isard (1956).

talvez confuso com as várias teorias de renda (que isoladas abordam aspectos interessantes, embora incompletos, do fenômeno da renda) acaba caindo num ecletismo, onde tudo ajuda a explicar e, ao mesmo tempo, nada explica.

4.3.6 - Renda Urbana, Valor e Acumulação

A determinação estática da renda espacial nada mais é do que um artifício de exposição, tal como sugerimos na discussão da renda natural. Agora, mais do que nunca, é possível a dinamização porque todas as vantagens de localização - geradoras primárias daquele tipo de renda - são "produzidas" pelo capital.

Na medida em que a acumulação concentra-se em determinado ponto do espaço temos ali um processo dinâmico de recriação e mudança das vantagens localizadas, seja através do crescimento extensivo, que traz no seu bojo o aumento do custo de acessibilidade, seja através dos ganhos de escala ditados pelo aumento do mercado, seja através do processo de introdução de novas atividades e da expulsão das "velhas" para outros pontos do espaço econômico. Nesse sentido, embora o espaço localizado condicione o movimento do capital, ele é aos poucos modificado por este movimento, cuja velocidade será decisiva para se estabelecer o ritmo da própria mudança.

Um importante aspecto a destacar é o de que o "preço de oferta"[1] das mercadorias está em permanente mutação e, a

(1) O conceito de "preço de oferta" é o mesmo definido no capítulo anterior.

semelhança do espaço localizado, embora seja uma referência fundamental para o movimento do capital, ele próprio (isto é, o "preço de oferta") é modificado pelo processo. Por exemplo, um simples aumento do custo de acessibilidade ou a redução dos custos unitários pelos ganhos de escala representam importantes mudanças no preço de oferta. Por isso, o problema da determinação simultânea dos preços das mercadoria, do preço do solo, do uso e da localização não é estanque em relação ao valor, como sugeriria uma interpretação da transformação à "la Sraffa". Na verdade, a "determinação simultânea" envolve a determinação do próprio "preço de oferta" que realiza, nestas condições, a sua integração contraditória, dialética, com o valor de uso. A renda espacial, que se apresenta como a síntese de todo o processo, englobando a determinação do "preço de oferta" e a direção do movimento do capital no espaço, é, também, a expressão quantitativa das vantagens comparativas de determinados pontos (regiões) no espaço sobre outros.

A verdadeira e principal questão, porém, reside no fato de que a renda espacial, ao contrário da renda natural, é totalmente produzida pelo capital. Esta caracaterística confere uma potencialidade de acumulação ilimitada para aqueles pontos no espaço que pautam sua participação na divisão do trabalho através de vantagens comparativas espaciais, que podem ser (ao contrário das vantagens naturais) reproduzidas em escala ampliada. Aparentemente isto não deveria ocorrer, uma vez que a renda natural, pelo menos no caso da agricultura, pode ser recriada através de

intensificação, como observamos anteriormente, existindo, inclusive, um certo paralelismo entre os dois movimentos. Enquanto esta última pode ser intensificada, tanto no sentido estrito de aumento do capital e da produção numa mesma área ocupada, quanto no sentido amplo de mudança de atividade (das menos para as mais intensivas), a renda urbana poderia ser intensificada tanto através do crescimento vertical das edificações quanto pela mudança geral de atividades, avançando-se das menos para as mais intensivas do ponto de vista espacial, o que é expresso e hierarquizado, quantitativamente, pelos coeficientes b e q.

Embora a intensificação no sentido estrito apresente possibilidades e dificuldades semelhantes tanto para a renda agrícola quanto para a renda urbana,(1) a mudança de atividades assemelha-se apenas formalmente nas duas situações. No caso da agricultura, as possibilidades são restritas, limitadas ao pequeno leque de atividades agrícolas e pecuárias, por sua vez limitadas pelo próprio mercado consumidor destes produtos. No caso urbano, porém, as possibilidades são ilimitadas, já que o solo urbano é de uso geral, nele estando todas as atividades econômicas, desde as tipicamente urbanas (serviços), passando pela indústria e chegando até a agricultura, que antes de ocupar um solo agrícola, deve ocupar um solo que venha a ser, em primeiro lugar,

(1) Existiria um limite "técnico-econômico" para ambas, já que nem a agricultura pode aumentar ilimitadamente a aplicação de capital numa mesma área, nem o setor urbano pode aumentar, de forma ilimitada, a altura de suas edificações, estando, ambos, condicionados por um dado contexto histórico, que estabelece um limite "técnico-econômico".

isto é, que esteja contido em determinada área de mercado, constituindo, desta forma, um espaço localizado.(1) Assim, enquanto o uso do solo agrícola encontra limite no próprio mercado de produtos agrícolas, o limite do uso do solo urbano é o próprio processo global de acumulação, dado o seu caráter universal.

Seriam basicamente três as principais conseqüências desta característica do solo urbano. Em primeiro lugar, temos o fato de que se o solo urbano é universal, ele é, necessariamente, depositário de todo o processo de diversificação dinâmica de atividades (uma lei de movimento fundamental do modo capitalista de produção), conferindo aos espaços (urbanos) que as recebem uma insuperável capacidade dinâmica de acumulação. Em segundo lugar, como renda de um solo de uso geral, a renda urbana pode (e deve) ser expressa não em função de um ou alguns produtos, como no caso da agricultura, mas de todo o produto agregado de um determinado espaço econômico. Assim, se $R = (pm-p)X$ é a fórmula de renda para apenas uma atividade (onde X é a quantidade produzida), tal como formulamos para a renda natural no início deste capítulo, a renda urbana global (isto é, incluindo todas as rendas pagas por todas as atividades) pode ser representada pela equação $R = \Phi P$, onde P é o produto líquido agregado de um determinado espaço e Φ

---

(1) Isto poderia ser resumido pela frase: todo solo agrícola é urbano mas nem todo solo urbano é agrícola.

um parâmetro que expressaria a "margem" de renda "sobre o preço de mercado."(1)

Por último, e como decorrência dos dois primeiros, temos o fato de que a renda urbana pode ser ampliada normalmente com o crescimento do produto agregado e, portanto, da acumulação. Assim, por exemplo, mantida a mesma capacidade de concorrência do ponto A com A'e similares, θ (que é a expressão quantitativa desta capacidade) deve manter-se constante, o que fará com que

---

(1) Seja $Ri = (pmi-pi)\,Xi$ a renda fornecida por uma determinada atividade i, Pi o valor adicionado tal que $Pi = pmiXi - Ci$ onde Ci é o custo de produtos intermediários, e $\theta i = pmi-pi/pmi$ é a margem de renda" de cada atividade, em termos do preço de mercado final. Se supomos (para simplificar) que $Ci = 0$, o que equivale a supor produção integrada verticalmente, $Pi = pmiXi$. Então, $Ri = \frac{(pmi-pi)}{pmi}\, pmiXi = \theta i\, pmiXi =$ $= \theta i\, Pi$. Se reescrevermos a expressão $\theta i\, Pi$ como $P\left(\theta i \frac{Pi}{P}\right)$, onde $P = \sum_{i=1}^{n} Pi$, e fazendo o somatório, teremos: $\sum_{i=1}^{n} Ri =$

$$= \sum_{i=1}^{n} P\left(\theta i \frac{Pi}{P}\right) = P \sum_{i=1}^{n} \left(\theta i \frac{Pi}{P}\right)$$

Se chamamos $\theta = \sum_{i=1}^{n} \left(\theta i \frac{Pi}{P}\right)$, média ponderada das "margens de renda" θi, teremos a expressão final $R = \theta P$ onde $0 < \theta < 1$ E $R = \sum_{i=1}^{n} Ri$. Note-se que P, nesse caso, é o valor adicionado total da região considerada. A determinação de θ é discutida no apêndice 4.1.

a renda urbana cresça na medida do crescimento do produto agregado, isto é, da própria acumulação no ponto A. θ, na verdade, pode aumentar (situação em que as vantagens aglomerativas superam, em termos dinâmicos, os fatores desaglomerativos em A vis à vis o ponto A' e similares) ou diminuir (fatores desaglomerativos superando as vantagens aglomerativas em A comparativamente com A'),[1] mas, em princípio, deve permanecer constante, como "parâmetro" de todo o processo, indicando com isso uma capacidade de acumulação e reprodução ampliada em A com o mesmo nível de custo global. Assim, aquilo que Marx já vislumbrava na renda diferencial II, isto é, a possibilidade de ampliação da renda sem aumento do preço de produção e de mercado no estilo ricardiano, com a renda urbana torna-se um acontecimento não apenas normal como até mais provável, dada a própria natureza dos fenômenos espaciais.

Entre outras conseqüências, isto implica que a forma normal da gênese e expansão do sobrelucro no espaço é, fundamentalmente, endógena, gerando, por vezes, um processo auto-sustentado que chega a abstrair, até de forma absoluta, as relações de troca entre os espaços econômicos. Como procuramos mostrar no capítulo 2, a troca desigual, em perspectiva dinâmica, é apenas uma ficção estática que não explica o processo de gênese e expansão do sobrelucro quando este é produzido por condições eminentemente internas e que, em muitos casos, "abstrai" a troca inter-ramos ou

(1) Ver a respeito apêndice 4.1.

inter-regional. Em nosso exemplo, embora A' constitua um parâmetro para a determinação da renda, ele não chega a constituir uma opção de investimento na atividade em questão, de forma que a origem do sobrelucro de A não é exatamente A' (que não chega a entrar em produção), mas o processo dinâmico de acumulação e intensificação de capital em A, que cria novas vantagens aglomerativas, esgota algumas e acaba por aumentar o custo de acessibilidade com o crescimento urbano. Se disso tudo não resulta um aumento líquido de custos e A continua a ser plenamente competitivo quando comparado com A' e similares, podemos concluir que a origem deste sobrelucro em expansão encontra-se em A, ou mais precisamente nas condições de produção em A. Em última análise, a gênese do sobrelucro, em sentido dinâmica, não é a transferência de mais-valia, mas a diferença (interempresas ou inter-regional) das condições de sua produção, proposição que inverte, de um certo modo, a problemática de troca desigual e sua relação com Ricardo e Marx.(1)

---

(1) A teoria da troca desigual constitui uma tentativa de adaptação de um conceito fundamental em Marx (a exploração) a uma problemática que lhe é distinta (o crescimento desigual) realizada através da teoria ricardiana do valor (que pressupõe a mais-valia dada e estática tal como na questão sraffiana dos preços de produção), enquanto o que estamos propondo é a utilização de conceitos fundamentais da teoria do comércio internacional de Ricardo (a idéia do diferencial de produtividade interempresas), juntamente com uma visão da lei do valor em Marx (que pensa o valor como "valor em movimento"), para a análise do problema espacial.

4.3.7 - Renda, Sobrelucro, Investimento e Crescimento Urbano

Resta por resolver, entre os problemas que nos colocamos na introdução, a aparente contradição do sobrelucro enquanto categoria dinâmica e ponto de referência para decisões locacionais e sua transformação em renda fundiária, fato que indicaria uma acomodação estática (um ponto de equilíbrio) que "zeraria" e "nivelaria" os vários espaços econômicos. Se o ponto A, por exemplo, detém uma vantagem de custos sobre A' e similares, esta vantagem pode se transformar parcial ou totalmente em renda, o que atenuaria ou mesmo nivelaria as desigualdades entre os dois pontos. Com isso, o incentivo para se investir em A tende a desaparecer, seja pela exigência do pagamento da renda, seja pelo preço do solo (no caso de necessidade técnica de sua compra) que acabaria por inibir os eventuais investidores.

Os fatos teriam este formato estático se o sobrelucro, base quantitativa da renda, não contivesse (ao contrário desta) um conteúdo eminentemente dinâmico, a despeito da efetiva tendência à igualdade quantitativa das duas variáveis. A diferença é que, enquanto a renda constitui sempre um resultado (e apenas como tal condiciona decisões), o sobrelucro, além de constituir um resultado concreto, representa também um resultado esperado que encontra sua essência no fato de condicionar decisões, não à luz da realidade corrente e presente mas à luz de uma incerteza sobre o futuro, formada com base na própria

experiência passada.(2) Assim, embora quantitativamente quase idênticas, sobrelucro e renda são qualitativamente distintos, constituindo faces distintas de um mesmo objeto. Enquanto o segundo é a síntese de todo o processo, o primeiro é o próprio processo em movimento, em que várias nuances dinâmicas das variáveis urbanas determinam um resultado (o sobrelucro corrente) e formam uma expectativa a respeito do sobrelucro futuro. Em virtude disto, o investimento urbano, que na maioria dos casos pressupõe a compra do solo, é, pelo seu contexto, um investimento eminentemente especulativo, por buscar não apenas o sobrelucro "normal", que existe nas atividades pioneiras, mas o sobrelucro ganho pela valorização do solo, mostrando que a especulação com terras desocupadas (base para a formação da renda absoluta) faz parte de um comportamento mais geral (como já sugerimos) cuja base é, em última análise, o caráter volátil, fortuito e incerto da atividade econômica capitalista.

Em termos da determinação formal, por outro lado, a equação da renda R = OP poderia ser reescrita como S = OP, substituindo-se a renda (R) pelo sobrelucro (S). Entretanto, tal substituição, além de redundante, omite o papel ativo do

---

(1) Esta concepção de incerteza deriva-se de uma leitura nova de Keynes, realizada no Brasil por alguns economistas da UNICAMP. Entre outros, veja-se L.G. Belluzzo e M.C. Tavares (1984) e M. Possas (1989), primeiro capítulo. Em sentido semelhante, e há mais tempo, têm trabalhado autores pós-keynesianos, especialmente Davidson.

sobrelucro na própria determinação do investimento e, indiretamente do produto agregado (P).(1) Considerando por ora apenas o investimento, podemos acreditar que este, como fluxo que se adiciona ao estoque de capital já existente num contexto espacial, é bastante fluido, oscilando principalmente com a variação do sobrelucro esperado em determinado ponto do espaço.

Uma vez que a variação do sobrelucro é, também, um indicador do crescimento urbano, podemos então relacionar investimento, sobrelucro (renda) e crescimento urbano, que se apresentam como elementos tipicamente dinâmicos e articulados. Na realidade, a opção de investimento por um determinado ponto no espaço não se prende apenas ao nível do sobrelucro (como proporia uma teoria estática da localização) mas à perpectiva de seu surgimento e/ou crescimento, ligada, por sua vez, ao próprio ritmo de crescimento urbano, passando a constituir três variáveis organicamente articuladas, pelo menos sob a hipótese "pura" de prevalência dos fatores espaciais.(2)

Harvey, em trabalho mais recente (1982), não percebe este aspecto dinâmico do sobrelucro espacial, apegando-se a uma abordagem fundamentalmente estática quando afirma, por exemplo, que "relativamente, o sobrelucro das configurações espaciais cristalizadas amorteceria o incentivo do capitalista para se

---

(1) A determinação do produto agregado regional será o objeto central de discussão do próximo capítulo.

(2) Voltaremos ao tema nos próximos capítulos.

adaptar a mudanças tecnológicas naquelas localizações vantajosas, a menos que o sobrelucro fosse taxado como renda da terra" (op. cit., p. 391). Além de uma noção estática que não vislumbra possibilidade de ampliação do sobrelucro em termos reais e a nível da expectativa dos capitalistas, o autor descamba para um paralelismo mecânico entre procura locacional de sobrelucro e mudança tecnológica: "a conclusão geral a ser esboçada de todos os pontos acima é que a procura de sobrelucro através das mudanças tecnológicas não é independente da procura de sobrelucro através da relocalização. Na medida em que as oportunidades de sobrelucro espacial são eliminadas (pela mobilidade da produção ou através da renda da terra) capitalistas individuais são forçados a buscar o sobrelucro através de mudanças tecnológicas" (ibidem, p. 393). Mais ainda, reafirmando sua noção estática, o autor sugere claramente que o processo de surgimento-desaparecimento do sobrelucro espacial ou por mudança tecnológica, além de mecanicamente vinculado, tem como fator recorrente ou normalizador o retorno ao equilíbrio: o progresso técnico "(...) cria novas oportunidades para se adquirir sobrelucro de localização. Por outro lado, quando a produção encerrada aproxima-se de alguma condição de equilíbrio espacial (a equalização das taxas de lucro sobre as localizações, por exemplo) haverá maior incentivo competitivo para capitalistas individuais romperem as bases daquele equilíbrio através da mudança tecnológica" (ibidem).

Na verdade, estas conclusões de Harvey mostram muito bem o uso impróprio que vem sendo dado ao conceito de renda

fundiária. Retirada, no entanto, do contexto estático a que foi relegada por Ricardo e muitos marxistas (no subsegmento "agrícola"), a determinação da renda fundiária adquire características de lei de movimento, que começa por uma visão dinâmica do valor (como "valor em movimento") e termina por uma visão da propriedade fundiária como "propriedade financeira", sujeita às vicissitudes e incertezas das atividades financeiras em geral. Particularmente no que se refere ao processo de determinação da renda urbana, consegue-se trazer à superfície a lei de movimento do capital no espaço e suas singularidades no contexto da acumulação. A principal é que a renda fundiária urbana constitui a expressão de um monopólio sobre o espaço localizado (um "objeto" inteiramente produzido pelo capital), sendo por isso mesmo um "objeto" em permanente movimento que condiciona (enquanto espaço localizado) e é condicionado pela acumulação. Esta característica dinâmica acaba se tornando uma propriedade do próprio espaço localizado, conferindo uma vantagem comparativa, nova e insuperável, às regiões que o possuem em maior grau.

A p ê n d i c e 4.1

UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA A ANÁLISE ESPACIAL COM BASE NA TEORIA DA RENDA URBANA

O desenvolvimento do conceito de renda fundiária urbana a partir da base teórica estabelecida por Von Thünen pode ser proposto em duas vertentes: a que enfatiza a renda como um fator desaglomerativo e a que enfatiza a renda como um dos fatores aglomerativos.

Do ponto de vista da primeira vertente, o conceito de renda pode igualmente ser desenvolvido em dois aspectos: do ponto vista da hierarquização das atividades no entorno de um centro urbano e, alternativamente, da renda como um fator desaglomerativo agregado. No tocante à hierarquização - que constituía o objetivo principal da teorização de Von Thünen - pode-se considerar o desenvolvimento do próprio Thunen ou contribuições como os de Leme teoricamente suficientes. Por outro lado, no que se refere à renda enquanto fator desaglomerativo agregado observa-se uma certa negligência sobre o assunto por parte dos estudiosos da questão espacial. Como tentaremos sugerir a seguir, este conceito é muito rico para expressar determinadas propriedades dinâmicas de expansão e crescimento de um Centro Urbano ou mesmo de uma coleção de Centros Urbanos, isto é, de uma região.

Denominemos de Rt o montante total de sobrelucro explicável pelo monopólio do espaço em determinado centro urbano, sendo, portanto, potencialmente transformável em renda fundiária urbana. Como a origem "visível" de qualquer sobrelucro constitui uma subtração do valor agregado do conjunto de atividades urbanas

(serviço, comércio, indústria e agropecuária inclusive, quando predominantemente mercantil), podemos considerá-la como uma função do "PIB" urbano, sendo a relação do tipo: $R = \theta Y$, onde Rt é a renda fundiária urbana agregada total, Y o "PIB" da região e θ a renda por unidade (monetária) de produto, reproduzindo a fórmula já definida no corpo deste capítulo.

A magnitude de θ sintetiza dois aspectos da formação do sobrelucro fundiário urbano. O primeiro, explícito, refere-se ao fato de que θ é um custo unitário virtual, que se cristalizará à medida em que o sobrelucro venha a se transformar, na prática, em renda fundiária urbana. Neste caso, θ constituirá a síntese quantitativa dos fatores desaglomerativos de um centro urbano ou região. Um segundo aspecto, implícito, refere-se ao fato de que a magnitude de θ evidencia a existência de vantagens aglomerativas: se quase inexistentes, $\theta = 0$ ou próximo de zero, o que constitui uma boa razão para a "não-gênese" de um centro urbano; se em crescimento, evidencia o aparecimento de vantagens aglomerativas que podem compensar - "pagar" - o crescimento dos custos de aglomeração.

Portanto, o cálculo de R e sua evolução, e particularmente o cálculo de θ, apresenta-se como um procedimento importante para uma avaliação do potencial de acumulação e crescimento de determinado centro urbano ou região, o que implica uma reconsideração da teoria da renda de Von Thünen.

Com efeito, a teoria de Von Thünen, de uma persectiva agregada, adquire uma forma bastante simples, cujas principais variáveis apresentam um valor médio para o conjunto das atividades realizadas no entorno de determinado centro urbano. Assim, os preços das várias mercadorias pmi tornam-se um preço médio pm, os custos de produção pi viram custos médios p, a intensidade física qi torna-se q, e a tarifa de cada atividade bi torna-se uma tarifa média b. Neste contexto, a equação da renda por unidade de área torna-se: $R = (pm - p)\ q - b\ q\ x$, onde R é a renda fundiária por unidade de área e x a distância em relação ao núcleo do centro urbano. Supondo-se, para simplificar, que, ultrapassado o perímetro urbano de cada centro, a renda fundiária urbana aproxima-se de zero, teríamos a determinação, através de distância máxima, da própria margem (máxima) de sobrelucro; ou seja: $pm - p = b\ \bar{x}$, onde $\bar{x}$ é a distância máxima (raio) do centro urbano. Neste caso, a equação da renda por unidade de área poderia ser reescrita da seguinte forma: $R = b\ q\ (\bar{x} - x)$.

O cálculo de renda total (Rt) pressupõe um procedimento semelhante ao "cone de Lösch": trata-se de calcular a renda em todo o entorno do núcleo para um raio variável entre zero e $\bar{x}$. Em suma, trata-se de calcular a soma de toda a renda unitária dada pela equação $b\ q\ (\bar{x} - x)$, gerada entre o núcleo e o raio $\bar{x}$. Para fazê-lo, soma-se a renda unitária multiplicada pelo perímetro de cada círculo concêntrico de raio x que se pode

formar no entorno do núcleo ($2 \pi x$). Para variáveis contínuas, esta soma será dada pela integral abaixo:

$$Rt = \int_0^{\bar{x}} b\ q\ (\bar{x} - x)\ 2\ \pi\ x\ dx$$

Então, $Rt = \pi\ b\ q\ \bar{x}^3 / 3$, que nada mais é do que o volume de um cone com base de raio $\bar{x}$ e altura $b\ q\ \bar{x}$.[1]

Na verdade, o raio do centro urbano, embora seja uma variável de interesse especialmente para uma análise urbanística, pouco significa em termos econômicos, daí a necessidade de sua substituição por variáveis tipicamente econômicas de forma a se obter uma explicação teórica para o movimento da renda. Embora sob este aspecto existam inúmeras possibilidades, deve-se privilegiar aquelas alternativas que tenham por referência os parâmetros e variáveis já presentes na própria fórmula da renda.

---

(1) Evidentemente esta demonstração envolve grandes simplificações tais como: a) consideração de apenas um núcleo contendo todos os serviços ao invés de vários núcleos com funções idênticas ou diferenciadas; b) Idêntica tarifa de transporte para todas as atividades; c) conceito de acessibilidade restrito apenas ao produto final de cada atividade, conforme já sugerimos no presente capítulo; d) Idênticos índices de intensidade física por área ocupada; etc. Acreditamos, porém, que, num nível suficientemente agregado, a fórmula resultante comece a fazer sentido, constituindo um primeiro indicador introdutório do potencial espacial dos centros urbanos. Voltaremos ao tema mais adiante.

Assim, uma solução simples e direta é aquela que tem por base o desdobramento do parâmetro q. No modelo original de Thünen, q indica a produtividade física média por unidade de área das n culturas estabelecidas no entorno de um centro urbano; no modelo "completo", consideram-se n atividades, ganhando relevo as não-agrícolas. Estas últimas, apesar de sua multiplicidade, podem ser subdivididas em pelo menos dois subgrupos: a) fábricas e comércio atacadista que têm em comum o fato de seu custo de acessibilidade direto ao centro urbano ser medido pelo seu produto final (isto é, a mercadoria vendida) multiplicado pela correspondente tarifa de transporte; b) serviços diversos (moradia inclusive) e comércio varejista, que se caracterizam pelo fato de seu custo de acessibilidade direto ser medido pelo deslocamento físico da população consumidora multiplicado pelo custo unitário de transporte - que aliás, não pode ser representado apenas por tarifas, incluindo outros quesitos tais como o próprio tempo de deslocamento das pessoas.

Ora, não é difícil mostrar que, a despeito da importância das atividades do primeiro subgrupo para a dinâmica de determinado centro urbano, elas são irrelevantes no sentido da determinação direta dos custos que levam à formação da renda urbana. Em outras palavras, para as fábricas e comércio atacadista não chega a ser relevante o custo de acessibilidade de seu "produto final" a um núcleo urbano específico, que na maioria das vezes adquire importância tão somente de um ponto de vista multidimensional, isto é, macroespacial. Por outro lado, a fricção espacial

relevante de tais atividades em relação ao núcleo urbano — o que explica aliás a sua tendência à aproximação dos centros urbanos - encontra-se em suas necessidades de "insumos", vale dizer, força de trabalho e serviços diversos, cujo custo de acessibilidade mede-se pelo deslocamento da população trabalhadora.

Portanto, em termos gerais, pode-se afirmar que o fluxo físico relevante do ponto de vista intra-urbano (ou microespacial) consiste no deslocamento da população consumidora e trabalhadora. Se chamamos $\bar{f}$ o número médio de vezes que esta se desloca por unidade de tempo, chega-se à uma boa aproximação para a determinação de $\bar{q}$, a partir da seguinte expressão:

$$\bar{q} = \frac{fN}{\pi \bar{x}^2}, \text{ onde } N \text{ é o total da população trabalhadora e}$$

$\pi \bar{x}^2$ a área total do centro urbano suposto aproximadamente circular. Invertendo-se os termos da expressão e definindo-se como δ o inverso da densidade demográfica, isto é, $\delta = \frac{\pi \bar{x}^2}{N}$,

obtem-se: $\bar{x} = \sqrt{\frac{N}{\pi \delta}}$, que expressa o raio do centro urbano em função da população trabalhadora sendo δ um parâmetro.

Substituindo $\bar{x}$ na equação da renda obtém-se:

$$Rt = \frac{b.f.N^{3/2}}{3\sqrt{\pi\ \delta}} \qquad (1)$$

E' preferível, porém, reescrever a expressão (1) de forma que explicite a produtividade Pr = Y/N; então:

$$Rt = \frac{b.f.\sqrt{N}}{3\ \sqrt{\pi\ \delta}\ \ Pr} \ .\ Y \qquad (2)$$

A expressão (2) pode ser reescrita de forma a explicitar θ, tendo em vista que Rt = θY:

$$\theta = \frac{b.f.\sqrt{N}}{3\ \sqrt{\pi\ \delta}\ \ Pr} \qquad (3)$$

Esta relação tem uma importante interpretação, como tentaremos sugerir a seguir. Antes, porém, devemos considerar que a equação da renda definida acima é válida única e exclusivamente para um centro urbano singular, o que conflita com o objetivo eventual de análise de um conjunto de centros urbanos, vale dizer, de uma região. Para uma região formada por n centros a renda será:

$$Rt = \sum_{i=1}^{n} Rti = \sum_{i=1}^{n} \frac{bi\ fi\ Ni^{3/2}}{3\sqrt{\pi\ \delta i}}$$

A expressão, embora correta, é analiticamente pouco transparente, uma vez que se baseia numa soma de variáveis. A alternativa é substituí-las por variáveis agregadas, o que requer a consideração de valores médios, além de um índice de concentração.

Com efeito, considere-se b, δ e f parâmetros que refletem a média da região, e N o somatório $\sum_{i=1}^{n} Ni$. Neste caso, se todas às atividades econômicas fossem concentradas num único centro urbano, a renda total teria a seguinte magnitude:

$$U = \frac{b\ f\ N^{3/2}}{3\sqrt{\pi\ \delta}},$$ que seria o seu valor máximo possível. Por outro lado, o seu valor mínimo ocorreria se $bi = bj$, $\delta i = \delta j$, $fi = fj$ e particularmente se $Ni = Nj$ para

qualsquer centros i e j.(1)

Poderíamos então definir um índice de concentração urbano (u) que seria fornecido pela seguinte expressão:

$$u = \sum_{i=1}^{n} Rti/U$$

Na medida em que U define o valor máximo que teoricamente poderia ter a renda de n centros urbanos, pode-se afirmar que u varia no intervalo $0 < u \leq 1$. Assim, quanto maior u, maior a concentração das atividades econômicos em alguns centros urbanos em detrimento dos demais, configurando uma estrutura espacial concentrada. Inversamente, quanto mais uniforme for a distribuição das atividades econômicas numa região, menor o valor Rt, o que sugere uma vantagem (em relação a outros índices que possam ser eventualmente definidos) de artivular-se algebricamente com a determinação da renda urbana. Neste termos, poderíamos expressar a renda fundiária urbana como uma função de U e u:

---

(1) Observe-se que U constituiria uma espécie de valor máximo de R na hipótese limite de que todas as atividades econômicas concentrem-se num único centro urbano. Isto ocorre porque N está elevado a um número maior que um (3/2). Analogamente pode-se mostrar que, se a distribuição espacial das atividades econômicas tende a uniformizar-se, o valor de R deve cair, sendo, no limite, com a virtual igualdade entre todos os centros urbanos (tal que Ni = Nj para todo i e j), um valor mínimo.

$$R = \sum_{i=1}^{n} Rti = u\,U = \frac{u\,b\,f\,N^{3/2}}{3\sqrt{\pi\,\delta}}$$

Considerando-se o "PIB" e a produtividade média em termos regionais, podemos escrever a expressão final:

$$Rt = \frac{u\,b\,f\,Y^{3/2}}{3\sqrt{\pi\,\delta}\,Pr} \qquad (4)$$

No fundamental, a única diferença entre esta expressão e a de determinação da renda para um centro singular é a presença do índice de concentração, que afeta diretamente a renda urbana total da região. Da mesma forma, este índice influenciará no valor de θ, que passará a ter a seguinte magnitude:

$$\theta = \frac{u\,b\,f\,\sqrt{N}}{3\sqrt{\pi\,\delta}\,Pr} \qquad (5)$$

Denominando as taxas de crescimento das variáveis contidas na expressão acima θ', b', f', δ', u', N' e Pr' e considerando, para simplificar, que b'= 0, δ'= 0, e f' = 0 teremos:

$$(1 + \theta') = \frac{(1 + u')\,(1 + N')^{1/2}}{(1 + Pr')}$$, ou seja, a taxa de

variação de θ dependerá diretamente da variação de u, e N, e inversamente da variação de Pr. Uma vez que u' e N' têm em geral

variação positiva (menor ou maior dependendo da região), segue-se que a única variável que se contraporá essencialmente a a $\theta' > 0$ será a produtividade do trabalho. Considerando finalmente que $(1+R') = (1+\theta')(1+Y')$ poderíamos fazer um diagnóstico do comportamento da região. Neste sentido, pode-se concluir que, se os custos desaglomerativos tiverem aumentado de tal forma que $\theta > 0$, ou $R' > Y'$, significa que cristalizaram-se na forma de renda fundiária urbana "paga" por um "PIB" que, embora possa estar em crescimento, cresce relativamente menos. Se, pelo contrário, $\theta' \leq 0$, os custos intra-urbanos terão sido relativamente estabilizados ou reduzidos.

De uma outra perspectiva, porém, podemos considerar que as possibilidades locacionais e aglomerativas da região determinaram certo ritmo de acumulação, "pagando" inclusive os custos intra-urbanos nela implícitos (por exemplo, $u' > 0$, e $N' < 0$), que acarretaram o crescimento da renda unitária. Nestes termos, o crescimento de θ vem a ser um indicador de aprofundamento das vantagens regionais, as quais são potencializadas pela multiplicação do crescimento do "PIB", cristalizando o efeito dinâmico final no crescimento da renda.

Esta, aliás, é a principal propriedade teórica da renda fundiária urbana, que enfatiza o aspecto aglomerativo: no fundo, ela traz implícitas - embora de forma agregada e inespecífica - as vantagens aglomerativas de um determinado ponto do espaço econômico que, por definição, apresenta sempre vantagens comparativas interurbanas e inter-regionais. Em outras palavras,

cia constitui um primeiro indicador introdutório e agregado das propriedades espaciais de regiões, sinalizando uma primeira percepção do "campo de forças" cristalizado na forma de renda fundiária urbana. E mais ainda, isto é feito a partir de variáveis "clássicas" de análise espacial, tais como emprego (indicador do tamanho da região), produtividade (indicador de "eficiência"), tarifa de transporte (indicador de transportatividade) e o nível de concentração das atividades (u). Em contrapartida, o seu defeito, além de simplificações já apontadas, é a não especificação e desagregação das atividades econômicas desenvolvidas em cada centro urbano.

Esta desagregação, feita inicialmente por Thünen para analisar o problema locacional de um ponto de vista intra-urbano, pode enfatizar outros aspectos e desenvolver outras potencialidades teóricas.

Na verdade, o estudo desagregado de um centro urbano ou região pode adquirir especial interesse quando acoplado à teoria da renda fundiária urbana a partir de seu desdobramento multi-dimensional. Tomando-se os gradientes de renda de Von Thünen por tipo de atividade, já especificados no corpo do presente capítulo, notamos que eles apresentam três deficiências básicas, provocadas por excesso de simplificação: a) o custo de acessibilidade sintetizado por R D, isto é, o vetor de tarifas multiplicado pelo vetor da distância, sendo o número de dimensões (centros urbanos) igual ao número de atividades, o que não passa de uma simplificação grosseira; b) os coeficientes técnicos que especificam a

necessidade física de determinada atividade por unidade de produto i foram abstraídos ou implicitamente considerados iguais a um; c) os ganhos aglomerativos decorrentes de economias de escala (exclusive transportes) foram embutidos no vetor de preços de produção. Assim, no desenvolvimento a seguir, tentaremos superar tais simplificações através dos seguintes procedimentos: a) o número de centros urbanos (ou regiões) em função dos quais se estabelecerá o custo de acessibilidade será diferenciado formalmente do número de atividades, tal que $m \neq n$, além do que o "abastecimento" de certa mercadoria ou serviço pode ser realizado por até $\underline{m}$ centros repartidos nas mais diversas proporções; b) os coeficientes técnicos serão especificados, inclusive para o comércio e os serviços;(1) c) os ganhos decorrentes de economias de aglomeração (particularmente aqueles típicos do comércio e dos serviços) foram subtraídos do vetor de preços de produção e considerados juntamente com o custo de produção, sendo que somente a soma de ambos sintetizaria de forma adequada o conceito de custo de acessibilidade.

---

(1) No caso do comércio, os coeficientes técnicos serão considerados iguais a um para a mercadoria comprada e vendida e diferentes de um para a mão-de-obra e outros "insumos" consumidos na atividade comercial.

Consideremos em primeiro lugar a determinação do custo de acessibilidade tendo como referência m dimensões (m centros urbanos ou regiões). Chamemos de zi o custo de acessibilidade para se obter uma unidade da mercadoria i, bi a tarifa de transporte por unidade de peso e de distância, dj (j = 1 ... m) a distância do centro j até à área analisada, ou no caso em que j = 1, distância média intra-urbana dada pelo raio do perímetro urbano, gj a diferença entre o preço médio da economia e o preço adquirido no centro j, refletindo os custos desaglomerativos e/ou os ganhos aglomerativos (1) e, finalmente, cij a participação do centro j no fornecimento de mercadorias e serviços para a atividade i. Assim, podemos escrever a seguinte equação, que definiria o custo de acessibilidade de i:

$$zi = bi \sum_{j=1}^{m} dj \cdot cij - \sum_{j=1}^{m} gj \cdot cij \qquad (6)$$

Considerando-se que i = 1, ... n, a expressão acima define um vetor Z que sintetizará o custo de acessibilidade global (isto é, que inclui os custos de transporte pela distância e todos aqueles decorrentes de aglomerações) para a localização de atividades econômicas em determinado centro urbano ou região.

(1) Evidentemente gj pode ser negativo ou positivo: no primeiro caso, o centro j apresenta ganhos aglomerativos de escala menos custos desaglomerativos superiores à média; no segundo, os ganhos menos custos são inferiores, o que indica que eles devem estar sendo compensados por um menor custo de transporte.

O gradiente de renda por unidade de produto de determinada atividade (ri) pode ser expresso em termos da seguinte equação:

$$ri = pi - (1 + li)(niwi + \sum_{j=1}^{n} aijpj) - \sum_{j=1}^{n} aijzj \qquad (7)$$

Onde pi é o preço médio de mercado em termos da economia como um todo do produto i, li a margem de lucro para a fixação do preço de produção (ou preço médio, tratando-se de comércio e serviços), ni o coeficiente técnico que indica a quantidade de força de trabalho por unidade de produto, wi o salário médio no setor i, aij o coeficiente técnico que indica a quantidade física do produto j requerida para a produção de uma unidade do produto i e zj o custo unitário de acessibilidade do produto j.[1]

Para efeito de desenvolvimento da expressão (7), poderíamos definir vj como sendo a margem de custo de acessibilidade por unidade monetária de produto tal que vj = zj/jp. Neste caso, substituindo zj na expressão (7) teríamos:

$$ri = pi - (1 + li)(niwi + \sum_{j=1}^{n} aij\,pj) - \sum_{j=1}^{n} aij\,pj\,vj) \qquad (8)$$

---

(1) Como vimos no presente capítulo, poderíamos incluir além de uma equação para n produtos e/ou atividades, o gradiente adicional dos salários, que considerasse de forma desagregada o custo espacial de reprodução da força de trabalho.

Dividindo a expressão (8) por pi definiríamos a renda por unidade monetária de produto (oi), tal que oi = ri/pi. Assim, a expressão (8) poderia ser escrita da seguinte forma:

$$oi = 1 - (1 + li)(niwi/pi + \sum_{j=1}^{n} aijpj/pi) - \sum_{j=1}^{n} aij\ pj\ vj/pi \quad (9)$$

Ora, aijpj/pi e niwi/pi nada mais são do que a "monetarização" dos coeficientes técnicos nos mesmos moldes em que a matriz de coeficientes técnicos de Leontief é geralmente tratada empiricamente. Assim, definindo $aij^{(m)} = aijpj/pi$ e $wi^{(m)} = niwi/pi$ teríamos: $oi = 1 - (1 + li)(wi^{(m)} + \sum_{j=1}^{n} aij^{(m)}) - \sum_{j=1}^{n} aij\ vj \quad (10)$

chamando [oi] o vetor de renda por unidade monetária de produção, [1] o vetor unitário composto por n elementos, $W^{(m)} = [wi]^{(m)}$ o vetor que expressa as margens de custo da mão de obra, $A^{(m)} = [aij]^{(m)}$ a matriz de coeficientes técnicos monetários, V = [vi] o vetor do do custo de acessibilidade por atividade por unidade monetária e [1 + li] a matriz diagonal formada com as margens de lucro por atividade li, temos:

$$[\ oi\ ] = [\ 1\ ] - [\ 1 + li\ ](W^{(m)} + A^{(m)}\ [\ 1\ ]) - A^{(m)}\ V \quad (11)$$

A avaliação do Sistema de equações (11) pode ser sintetizada da forma seguinte: para uma dada estrutura de custos de produção expressa por $A^{(m)}$ [1], quando maior o custo de acessibilidade de uma atividade representado por cada elemento de V, menor a renda por unidade monetária auferida pela atividade. No limite, se $\sum_{j=1}^{n} a_{ij}^{(m)} / v_j$ é suficientemente alto, $o_i \leqslant 0$, o que significa que a localização da atividade i no centro urbano ou região em questão é inviável. Na verdade, esta linha de análise desagregada, na medida em que envolva suficiente diferenciação de atividades, permite um avanço analítico para o qual é imprescindível a realização de pesquisas, com o intuito de levantar as informações requeridas pelo modelo, e que estão sintetizadas no vetor V.

Por outro lado, se o custo de acessibilidade fosse suficientemente baixo, o_i tenderia a crescer até o limite $1 - [\widehat{i + l_i}] \Sigma a_{ij}^{(m)}$. Por isso, a magnitude de o_i constitui uma síntese das possiblidades locacionais da região ou centro urbano: um o_i relativamente alto (na comparação das regiões) signi-

---

(1) A diferença entre esta matriz e a matriz de Leontief não é apenas a sua amplitude, por incluir o setor comércio e de serviços: esta, na verdade, seria a diferença com relação às matrizes de contabilidade social, tal como proposto por Stone, que desagregam ou ampliam alguns dos elementos presentes na matriz de Leontief. No nosso caso, a matriz A é uma matriz de coeficientes técnicos monetizados enquanto aquela é uma matriz de coeficientes de produção interna, que exclui as importações.

fica grandes vantagens locacionais, ao passo que oi próximo de zero ou negativo indica fraca ou nenhuma possibilidade locacional.

Alternativamente, portanto, um outro caminho para a análise passaria pela estimativa de oi, que seria fundamental para a avlaiação do potencial de localização de determinado ponto do espaço econômico. Ora, do estudo acima da renda analisada em termos agregados definimos a renda unitária θ tal que θ=Rt/Y. Se chamamos de P o valor bruto total podemos definir O (renda por unidade de produção agregada) como: O = Rt/P. Assim, a relação entre θ e O seria dada pela seguinte expressão: O = yθ (12), onde y é o valor adicionado por unidade monetária de produção. Analogamente, pode-se definir a mesma relação em termos desagregadas para a atividade i: oi = yiθi (13) ou, em termos matriciais, [oi] = $\widehat{[yi]}$[Oi] (14). Substituindo (14) em (11) obtemos:

$$\widehat{[yi]}[\theta i] = [1] - \widehat{[1 + 1i]}\,(W^{(m)} + A^{(m)}[1]) - A^{(m)}V \quad (15).$$

Embora a estimativa da renda unitária agregada possa ser realizada com certa facilidade a partir da equação (5), não constitui tarefa simples estimar, de forma análoga, a renda unitária por atividade (θi). Neste sentido, as seguintes observações fazem-se necessárias:

a) supõe-se que, para toda atividade não existente na região, oi seria igual ou próximo de zero ou mesmo negativo, uma vez que θi não representa uma renda efetiva mas um sobrelucro potencial. Para todos os efeitos suporemos nestes casos que θi = 0

b) A não ser por esta exceção, θi poderia ser normalmente estimado a partir de θ. O princípio geral seria o seguinte: hierarquizadas as atividades no entorno urbano tal que $i = 1, \ldots, n$ representa a sua posição relativa em relação ao núcleo,(1) aquelas mais próximas devem possuir $\theta i > \theta$ ao passo que as mais distantes teriam $\theta i < \theta$. θ, portanto, constitui uma média (evidentemente ponderada) das rendas unitárias de cada atividade i. Assim, como aliás já foi sugerido em nota de pé de página no presente capítulo, poderíamos escrever que $\theta = \frac{1}{\bar{N}} \sum_{i=1}^{n} Ni\ Pri\ \theta i$, onde Ni é o nível de emprego em cada atividade i, Pri a produtividade e $\bar{N}$ o nível de emprego total.

c) Estabelecida a hierarquização, o cálculo específico de θi poderia ser obtido por simulação de valores, tendo naturalmente por referência o intervalo $o < \theta i < 1$. Embora precário, este tipo de cálculo poderia servir para uma comparação

---

(1) Esta hierarquização deverá adotar o princípio geral de Thunen (coeficiente b.q) adaptado a um contexto onde o problema de acessibilidade não se restringe (e, por vezes, não constitui seu aspecto mais importante) ao produto final, mas também aos requisitos do processo de produção, especialmente de mão de obra.

introdutória das possibilidades locacionais dos centros urbanos ou regiões, realizando-se uma primeira estimativa do vetor $V^{(1)}$

d) O verdadeiro problema deste tipo de estimativa é, porém, anterior à simulação de valores arbitrários e consiste no próprio esquema de estimativa de θ que, como já apontáramos, envolve excessivas simplificações que, de um certo modo, podem colidir com o nível de desagregação e detalhamento sugeridos pelo sistema de equações (15). Neste sentido, devemos admitir o cálculo de θ como mera referência introdutória para a análise espacial, não podendo ser considerada uma linha de pesquisa alternativa ao solicitado (especialmente em termos de levantamento de informações) pelo sistema de equações (15).

Em suma, as duas metodologias sugeridas neste apêndice, embora bastante distintas, poderiam ser integradas, cabendo à primeria (a estimativa agregada da renda) um papel auxiliar (e visivelmente introdutório) da segunda (a estimativa desagregada da renda). Observe-se finalmente que ambas poderiam ser realizadas para qualquer nível de desagregação geográfica - dependeria do tipo de regionalização proposta - constituindo uma primeira forma de integração efetiva da teoria da renda urbana com a problemática da localização.

---

(1) A estimativa de V poderia ser obtida a partir da inversão de $A^{(m)}$ em (15):

$$V = A^{(m)-1} \left([1] - \widehat{[1 + 1i]}([W^{(m)} + A^{(m)}[1]) - \widehat{[yi]}[Oi] \right).$$

5 - SOBRE A DINÂMICA DO CAPITAL NO ESPAÇO

No capítulo anterior procuramos determinar a exata natureza do sobrelucro materializado na forma de renda urbana que constitui o resultado complexo da interação de fatores aglomerativos e desaglomerativos que interferem na determinação do valor dos serviços urbanos. Neste sentido, a despeito do fato de que, estaticamente, a renda urbana nada mais é do que fruto do monopólio sobre certo espaço localizado, pensada dinamicamente ela depende da evolução dos valores dos serviços produzidos nos vários espaços localizados e que redefinirão, a cada momento, os "parâmetros" que servirão de base para a sua definição estática como "renda de monopólio".

E' evidente que, em tal nível de abstração - onde se abstraem vários fatores inseridos no universo dos "múltiplos capitais", o que inclui o estado, a concorrência e a própria especificidade das relações sociais - não é possível a determinação direta da dinâmica regional, que só pode ser estabelecida a partir da análise histórica. E' ela, portanto, que, analiticamente, romperá o aparente "raciocínio circular" que se estabelece na análise da renda urbana, que a um só tempo constitui a expressão de vantagens comparativas de determinado espaço localizado (uma categoria resultado, portanto) e representa a própria explicação para o movimento (do capital) que contribui para a determinação de tais vantagens. O que importa, no caso, é que neste nível abstrato o estudo da natureza da renda urbana apenas procurará decifrar os elementos teóricos gerais que a formam e

que, nesta condição, devem constituir categorias de mediação entre as leis imanentes de movimento do capital e seu movimento concreto no espaço.

Avançando nesta postura metodológica, continuaremos neste capítulo a abstrair parte dos elementos inseridos no universo dos "múltiplos capitais", buscando tão somente analisar a transmutação do processo de determinação da renda urbana que é, a um só tempo, expressão e causa do movimento do capital no espaço, nos elementos gerais que compõem a dinâmica regional - ou a dinâmica do capital no espaço, como indicado no título do capítulo. Em outras palavras, uma vez estabelecidas as vantagens (ou desvantagens) comparativas dos espaços econômicos, iniciam-se movimentos migratórios do capital, cujos resultados expressar-se-ão em determinada dinâmica regional, isto é, em relativo "vigor" ou estagnação do processo de acumulação em dada região. Dentro deste quadro, o presente capítulo procurará tão somente decifrar e codificar tais elementos e determinar seu papel no crescimento inter-regional.

5.1 - O Conceito de Região

O estudo sobre a dinâmica regional supõe a definição preliminar do conceito de região. Isto porque, como ficará evidenciado mais adiante, ao não se ter clareza sobre tal conceito incorre-se em imprecisões sobre o próprio objeto de estudo, isto é, o movimento do capital no espaço. Neste sentido, definir o que é uma região implica, de um certo modo, ter como ponto de parti-

da aquilo que, devidamente modificado, deve constituir o objeto e o resultado final da análise.

Comumente atribui-se o conceito de região à idéia de homogeneidade, procurando identificar aspectos semelhantes entre os pontos do espaço reunindo-os sob um mesmo "código". Esta noção, muito difundida especialmente entre os geógrafos, resulta em classificações como a do FIBGE, que dividiu o Brasil em 360 microrregiões homogêneas. E' nesta direção que Douglas North (1955, um dos teóricos da teoria da Base de Exportação e que merecerá especial atenção neste capítulo) caminha ao tentar definir "região": "para os propósitos dos economistas, o conceito de uma região deveria ser redefinido, a fim de salientar que a coesão unificadora de uma região, acima e além das semelhanças geográficas, é o seu desenvolvimento em torno de uma base de exportação comum. E' isso que a torna unificada economicamente e vincula as riquezas da área" (op. cit., p. 312)

A definição aparentamente é interessante, embora seja extremamente imprecisa e, portanto, sem nenhum poder analítico. Consideremos, por exemplo, a própria economia brasileira em seu processo de evolução. Até 1930, com muita dificuldade poderíamos definir o Brasil como uma região, embora tivéssemos, nas várias regiões brasileiras, uma base de exportação razoavelmente semelhante, centrada em alguns produtos primários. No pós-1930, embora a base de exportação das várias regiões pouco se tenha alterado - diga-se que, se houve alguma alteração, ela foi no sentido da diversificação e diferenciação internas - podemos

considerar, gradativamente, o Brasil como uma região (pelo menos intuitivamente), o que demonstra a inaplicabilidade do conceito da homogeneidade da base exportadora. Vale dizer, se considerarmos o Brasil hoje, de fato, uma região, isto não se deve à homogeneidade da base exportadora de suas várias sub-regiões - que aliás, caracterizam-se por uma grande diferenciação - e sim por outras razões não apontadas pela teoria.

Um outro exemplo encontra-se nas várias regiões agrícolas do estado de São Paulo. A maioria delas, especialmente a norte e a oeste, tem base de exportação bastante semelhante, embora não possamos considerá-las como uma região apenas por esta razão. Na verdade, elas constituem uma região na medida em que são pensadas como integrantes do pólo centrado na região metropolitana de São Paulo, e assim o serão apenas tendo em vista esta qualidade. De outra parte, mesmo que acrescentemos o critério da contigüidade geográfica, o conceito continua inconsistente. Afinal, como vimos no capítulo anterior, podemos acreditar que o espaço econômico pode envolver descontinuidade no espaço geográfico, o que torna irrelevante o conceito de contiguidade. O sul de Minas Gerais constitui, no caso, um exemplo eloqüente desta irrelevância. Embora seja uma área bastante homogênea (mesma base de exportação, etc.), ela não pode ser considerada uma região, uma vez que sua área mais ao sul e sudoeste está ligada à região metropolitana de São Paulo; sua área mais ao norte, à região metropolitana de Belo Horizonte; e sua área a leste, à região metropolitana do Rio de Janeiro.

Abandonada a idéia da homogeneidade, devemos co o seu contrário, isto é, o da heterogeneidade das atividades econômicas desenvolvidas em certa área, como critério para a definição de uma região. No limite extremo teríamos áreas inteiramente auto-suficeintes "à la Losch" (op. cit), que conformariam regiões fechadas caracterizadas por ausência completa de intercâmbio entre si. E' claro que, nestas condições, não existiria propriamente a problemática regional, isto é, a questão do movimento do capital no espaço, e assim regrediríamos analiticamente a um mundo pré-capitalista sem troca.(1)

Afastada a idéia de uma região ideal auto-suficiente, permanece ainda o critério da heterogeneidade para a definição de uma região. Na verdade, qualquer que seja o critério adotado, ele vai implicar sempre um corte arbitrário, uma vez que sob o capitalismo o espaço econômico é tendencialmente integrado e articulado. No entanto, é analiticamente correto que se defina como uma região o conjunto de pontos do espaço que tenham maior integração entre si do que em relação ao "resto do mundo". Em outras palavras, se determinados pontos no espaço têm percentualmente um fluxo de troca de mercadorias e serviços superior aos demais, podemos considerá-los mais integrados e com divisão do trabalho mais desenvolvida (o que indica maior heterogeneidade) no seu interior do que em relação aos demais pontos do espaço econômico. Com isso, a solidariedade regional aumenta, seja no sentido do

---

(1) A inexistência da troca inter-regional supõe, no limite, a inexistência de troca e a completa auto-suficiência das unidades.

crescimento do nível de atividade, por exemplo, seja no de sua redução.

A esse respeito, concordamos inteiramente com a definição de Hoover e Fisher de região: "com relação à análise do crescimento econômico, o conceito mais adequado de região pode ser o de uma área geográfica dentro da qual existe um grau particularmente elevado de interdependência entre as rendas individuais. O emprego de qualquer conceito de uma região econômica é justificado pela hipótese de que uma região cresce ou declina como uma entidade, ao invés de ter suas variações de renda como mera representação da soma aleatória de variações independentes nos tipos particulares de atividades econômicas ali localizados. Portanto, uma parte essencial desse campo de estudo deve ser a exploração da natureza dessas associações econômicas intra-regionais, as quais dão significado e coerência ao crescimento e declínio econômico regional" (op. cit., p. 283).

Na realidade, esta maior solidariedade intra-regional é uma questão de grau e constitui o próprio objeto de estudo: a análise regional envolve, por definição, o estudo dos fluxos intra e inter-regional e sua relativa interdependência. Neste caso, podemos considerar que a maior ou menor integração intra ou inter-regional é que fornecerá os elementos de descrição da dinâmica reigonal, os quais estão implícitos - são propriamente a sua essência - no conceito de região.

Observada sob outro ângulo, tal definição é perfeitamente coerente com o próprio conceito do urbano, cuja propriedade

central - a heterogeneidade - o caracteriza como um locus universal de produção diversificada de serviços de consumo e de circulação. Nesta medida, quanto maior a diversificação, maior a integração, seja em termos intra-urbanos, seja em termos interurbanos, fato este que traduz a propriedade do urbano de expressar a tendência, em seu grau mais elevado, à especialização numa economia mercantil capitalista. Por isso, tendo em vista o fato de que todo o espaço econômico capitalista está organizado sob a égide do urbano, podemos definir uma região como um conjunto de centros urbanos dotados de um determinado grau de integração em oposição ao "resto do mundo", composto por centros urbanos com grau menor de integração aos primeiros.

O "grau", neste caso, é necessariamente arbitrário, pois como vimos na análise da renda urbana, o espaço econômico é multidimensional e, portanto, tendencialmente integrado em sua totalidade, que compreende todo o universo de centros urbanos. Assim, a região não pode ser vista comq uma entidade absoluta (definível de forma única em função dos termos em que foi concebida), ao mesmo tempo em que a própria noção de dinâmica regional tem de estar referida ao processo de "autonomização" (que salienta a característica regional), ou ao processo de integração, que pode reduzir ou mesmo suprimir a caracterização de determinado ponto do espaço econômico como uma região.

5.2 - Teorias Sobre a Dinâmica Regional

Várias são as teorias que buscam explicar a dinâmica regional, como a teoria do "Grande Impulso" e a teoria dos "Pólos" ou por autores como Myrdal, Furtado, Hirschman, Rosenstein-Rodan e Perroux. Entretanto, a despeito de seus méritos e acertos localizados, todos pecam ou por um certo "especificismo", ou por seu contrário, isto é, uma certa generalidade, que inviabilizam sua adoção como ponto de partida para o estudo da dinâmica regional. Paradoxalmente, a teoria da base de exportação em suas várias versões, de formulação aparentemente simples e até mesmo vulgar, constitui ponto de partida mais adequado para o nosso problema. Na verdade, este é um dos pontos centrais deste capítulo e exigirá, por esta razão, uma análise razoavelmente detalhada da referida teoria, o que inclui, evidentemente, a análise das principais críticas que lhe são feitas. Por essa razão, vamos iniciar o nosso estudo pelas ditas teorias mais "complexas", deixando, por último, a teoria da base de exportação, que servirá de ponte teórica para nossa formulação alternativa.

5.2.1 - A Teoria da Causação Circular de Gunnar Myrdal

A teoria de Gunnar Myrdal (1972) toca, de um certo modo, em todos os pontos relevantes para se pensar a dinâmica regional - embora, como veremos, eles nos sejam apresentados de uma forma geralmente intuitiva. De fato, a abrangência e a generalidade teriam de ser quase que o resultado necessário das ambicio-

sas metas estabelecidas pelo autor, que, a partir da concepção do sistema econômico como algo eminentemente instável e desequilibrado, tenta construir uma teoria geral da dinâmica regional. Em suas palavras: "procurarei neste livro dar formulação mais definida a essa idéia imprecisa da causação circular de um processo acumulativo. Estou convencido de que essa idéia contém em poucas palavras o método mais objetivo da mudança social, portanto, uma visão da teoria geral do desenvolvimento e subdesenvolvimento" (op. cit., p.33).

Esta é a base em torno da qual Myrdal funda uma visão bastante negativa sobre a tendência à concentração espacial das atividades econômicas que, uma vez iniciada, tornar-se-ia tendencialmente incontrolável. Segundo ele, "se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado" (ibidem, p. 51-2).

Duas indagações são imediatamente suscitadas por tal tipo de proposição. A primeira refere-se à identificação da própria gênese de todo o processo, enquanto a segunda diz respeito ao fator efetivo corrente de alimentação do processo de concentração espacial. Quanto ao primeiro, Myrdal está absolutamente

correto ao considerar que "em linhas gerais, o atual poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico furtuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento, e não em vários outros lugares, onde podia do mesmo modo ter começado com igual ou maior êxito" (ibidem. p.52). Ou, em outras palavras, a origem histórica de uma região não interessa enquanto questão teórica para a formulação de uma teoria da dinâmica regional, proposição que estamos seguindo igualmente em nosso estudo.

Por outro lado, as "causas" correntes que alimentam o processo constituem um aspecto fundamental, justamente onde a teoria de Myrdal peca pela generalidade, depois de acertadamente considerar que "daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortificaram e mantiveram seu crescimento contínuo às expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou a norma" (ibidem). Dadas estas "economias externas e internas", não é difícil mostrar tendência à concentração regional, onde, "por si próprio, a migração, o movimento de capital e o comércio são, antes, os meios pelos quais o processo acumulativo se desenvolve para cima, nas regiões muito afortunadas, e para baixo nas desafortunadas" (ibidem, p.53).

O problema de fundo, porém, consiste na generalidade do conceito de "economia externa e interna", o que nos remete novamente às dificuldades encontradas pelas teorias da localização e urbana e às conseqüências posteriores observadas na

formulação da renda urbana. Por isso, Myrdal não consegue identificar teoricamente os fatores que podem estancar ou atenuar um processo de concentração regional, sendo obrigado a recorrer, por exemplo, a fatores exógenos, como a política pública intervencionista. Da mesma forma, ele tem dificuldades em delimitar as possibilidades teóricas de expansão de novos centros econômicos alternativos, que permitissem uma desconcentração ou, pelo menos, atenuação da concentração regional.

Não podendo ignorar tais possibilidades, o autor acaba sendo obrigado a reconhecer a existência de "efeitos propulsores", que poderiam servir para a criação de novos centros de expansão econômica, dotados de certa autonomia: "Essa e também as outras localidades onde novos impulsos são dados e logram bons resultados, tornam-se, por sua vez, novos centros de expansão econômica autosuficientes, se o movimento expansionista for bastante forte para superar os efeitos regressivos provenientes dos centros urbanos mais antigos" (ibidem, p.59). Assim, para Myrdal a atenuação ou supressão das desigualdades regionais num país dependerá da intensidade das mudanças compensatórias, seja pelas deseconomias externas e alta de salários nas antigas regiões de concentração econômica, seja pela repercussão dos "efeitos propulsores" sobre a dinâmica das novas regiões em expansão. Tais hipóteses adicionais, por outro lado, obrigam o autor a reconhecer que sua proposição "representa uma complicação da principal hipótese, segundo a qual, normalmente, as mudanças nos outros fatores tendem sempre a pôr em movimento o sistema na

direção da mudança inicial. Todavia, em nenhuma circunstância os efeitos propulsores permitem estabelecer os pressupostos para uma análise do equilíbrio" (ibidem).

Parece, pois, que o cerne do problema de Myrdal é que, ao não ter clareza sobre a "causa corrente" do movimento do capital no espaço (isto é, a existência de sobrelucros naturais ou urbanos no espaço), ele acaba por tomar o próprio processo de esvaziamento ou expansão das regiões como causa básica do próprio movimento. Por essa razão, ele tem dificuldade de entender, por exemplo, porque o processo de concentração regional é, às vezes, apenas relativo (e não absoluto), ou ainda porque os "efeitos propulsores" são plenamente compatíveis (e não chegam a romper) com a hierarquia concentradora das regiões. Em última instância, o autor perde de vista o próprio conceito de região, uma vez que esta é caracterizada pelo fato de possuir uma certa autonomia, ou uma menor integração com o "resto do mundo": se verdadeira a sua hipótese de esvaziamento absoluto, as regiões perderiam seu significado enquanto regiões, tornando-se meros espaços vazios que têm algum sentido apenas como partes integrantes e inseparáveis das regiões centrais. Mais do que isso, o autor não sugere teoricamente nenhum elemento estabilizador que estancasse o processo de esvaziamento absoluto e consolidasse, mesmo num patamar mais baixo, o nível de renda das regiões.

5.2.2 - Hirschman e a transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico

O objetivo central de Hirschman (1958) é o de saber "como o crescimento pode ser transmitido de uma região, ou país, para outra" (op. cit., p.35). A questão, aparentemente simples, torna-se desde logo complexa porque o autor parte "(....) do pressuposto de que o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte e que, uma vez ocorrido, forças poderosas provocam uma concentração espacial do crescimento econômico em torno dos pontos onde o progresso se inicia" (ibidem). E a explicação para tais forças poderosas o autor encontra na teoria da localização e seus conceitos de aglomeração e economias externas. Até aqui, portanto, Hirschman assemelha-se a Myrdal e a sua visão "pessimista" sobre a tendência à concentração regional.

A diferença entre tais autores ainda permanece quando Hirschman observa que "não importa quão forte e exagerada seja a preferência espacial dos agentes econômicos, uma vez que o crescimento se fortaleça em parte do território nacional, obviamente coloca em movimento certas forças que atuam nas partes restantes" (ibidem, p.39). Chamando de 'Norte' a região desenvolvida e 'Sul' a região atrasada, o autor considera que o crescimento do norte terá repercussões econômicas no sul, algumas favoráveis, outras adversas. "Os efeitos favoráveis consistem de efeitos de fluência do progresso nortista" (ibidem, p.40), sendo que "sem comparação, o mais importante destes efeitos é o aumento

das compras e investimentos no Sul, um aumento que sempre ocorrerá se as economias das duas regiões forem complementares" (ibidem). "Por outro lado, vários efeitos desfavoráveis ou de polarização devem estar ocorrendo ao mesmo tempo. As atividades manufatureiras e de exportação sulinas, sendo comparativamente ineficientes, embora gerando renda, podem sofrer uma depressão como resultado da concorrência do `Norte" (idem). No fundo, os efeitos "dispersão" e "concentração" em Myrdal podem ser perfeitamente entendidos como correspondentes aos efeitos de "polarização" e "fluência" e Hirschman, o que mostraria diferenças apenas semânticas entre os dois autores.

As diferenças, no entanto, começam quando Hirschman nota que "apesar deste quadro desalentador, ainda acreditamos que, no final, os efeitos de fluência venham a superar os efeitos de polarização, caso o Norte dependa, em grau elevado, dos produtos do Sul para a sua própria expansão. Por exemplo, se o Norte se especializar em manufaturados e o sul na produção de bens primários, a expansão da demanda do Norte deverá estimular o crescimento do Sul" (ibidem, p.41). Da mesma forma, analisando a política de investimento público, o autor observa que "embora a política de investimento público possa acentuar, em um determinado estágio[1], a distinção entre o Norte e o Sul, pode-se

---

1 - Etapa de desenvolvimento de regiões novas em que "o investimento público representa um papel nitidamente 'induzido'(....)" (ibidem, p.45).

esperar que, pelo menos, ela constitua uma tentativa para impedir que tal divisão se prolongue" (ibidem, p.46).

Ao que tudo indica, embora empregando conceitos idênticos, Myrdal e Hirschman diferem sobretudo na ênfase com que as possibilidades do efeito de "fluência" podem se sobrepor ao efeito de polarização. Segundo Hirschman a análise de Myrdal parece "muito infeliz" pelo menos em três pontos principais: "Em primeiro lugar, erra ao admitir que o surgimento dos pontos de crescimento e, por conseguinte, das diferenças de desenvolvimento entre regiões e entre nações é inevitável e é uma condição para o crescimento futuro de qualquer lugar. Em segundo lugar, sua preocupação com o mecanismo de causação cumulativa ocultava-lhe o aparecimento de forças poderosas que contribuem para a ocorrência de um ponto crítico, depois que o movimento para a polarização Norte-Sul dentro de um país se tenha processado por algum tempo. Finalmente, o quadro que expõe da transmissão internacional do crescimento é, também, bastante desalentador (...) já que se descuida do fato de que os efeitos de polarização (...) são muito menores entre nações que entre regiões dentro do mesmo País" (ibidem, p.39).

Tais críticas, parcialmente corretas, pecam pela unilateralidade, expondo, no fundo, as deficiências teóricas do próprio Hirschman. E' certo que Myrdal erra ao admitir que o surgimento de pontos de crescimento torna o desenvolvimento desigual (que os beneficia) inevitável. Na verdade, como o próprio Myrdal reconhece, podem surgir efeitos propulsores em

novas regiões que podem levá-las ou não a uma superação das antigas regiões concentradoras. A idéia, porém, é a de que o desenvolvimento desigual em geral é inevitável, proposição absolutamente correta e que Hirschman de um certo modo negligência.[1] Ao mesmo tempo, é certo que o mecanismo de causação cumulativa oculta o aparecimento de "forças poderosas" que freiam ou atenuam a concentração espacial. Entretanto, tais "forças poderosas" ressurgem em Myrdal sob a idéia da alta de salários e das "deseconomias externas" nas regiões ricas.

Tudo indica, portanto, que as diferenças entre os dois autores (embora importantes) são muito mais de ênfase do que por divergências teóricas significativas.[2] O problema de fundo é a imprecisão teórica no tocante tanto aos fatores de concentração espacial quanto aos fatores atenuadores ou mesmos descentralizadores das atividades econômicas no espaço. Embora Myrdal acredite mais na tendência à concentração e Hirschaman no efeito de "fluência", a divergência entre ambos acaba ficando no plano meramente "opinativo", onde prevalece a intuição num

---

1 - Ao longo do presente capítulo tentaremos reunir e sugerir questões que corroboram a idéia de um desenvolvimento desigual inevitável - ver a respeito especialmente a penúltima e a última partes.

2 - Proposição esta que encontra concordância no próprio Hirschman. Segundo suas palavras, Myrdal "recorreu aos mesmos instrumentos conceptuais empregados aqui: seus efeitos de 'repercussão' e de dispersão' correspondem exatamente aos meus efeitos de 'polarização' e de 'fluência'. No entanto, existem diferenças consideráveis no que diz respeito a ênfase e conclusões" (ibidem, p.39).

contexto perfeitamente teorizável, como veremos mais adiante.[1]

5.2.3 - A teoria do Grande Impulso de Rosenstein-Rodan

Para Rosenstein-Rodan (1964) os problemas de desenvolvimento de regiões ou países estagnados prendem-se a dois fatores fundamentais: a imperfeição dos mercados que afeta a decisão de investir e as indivisibilidades que exigem a fixação de um quantum mínimo de investimento. Ambos os fatores acabam tendo como efeito geral uma inibição do investimento que perpetua a estagnação e o subdesenvolvimento econômico.

Quanto ao primeiro fator o autor afirma que "A distribuição do investimento (....) ocorre necessariamente num mercado imperfeito, a saber, um mercado no qual os preços não exprimem toda a informação necessária para uma solução ótima. Dado um mercado imperfeito de investimento, as economias externas pecuniárias tem o mesmo efeito em teoria de crescimento que as economias externas tecnológicas" (op., cit., p.75). E sem esclarecer devidamente o conceito de "economias externas pecuniárias", da qual ficamos com uma impressão apenas intuitiva, Rodan conclui que "é por isso que além dos preços de mercado são necessários dispositivos adicionais sinalizadores. Muitos economistas, inclusive o autor, acreditam que estes sinais adicionais podem ser supridos pela programação" (ibidem). Por outro

---

1 - Embora a opinião de ambos os autores respalde-se num aparente bom senso, o mais adequado é entender que eles discutem em bases teóricas não precisas.

lado, a importância desta questão para o subdesenvolvimento (uma vez que a imperfeição dos mercados é um fenômeno geral) é que "os mercados, nos países subdesenvolvidos, são ainda mais imperfeitos do que nos desenvolvidos".

Quanto às indivisibilidades, Rodan subdivide-as em três tipos: indivisibilidade na função de produção, indivisibilidade na procura e indivisibilidade na oferta de poupança. No que se refere à primeira, o autor dá especial ênfase ao capital fixo, considerando que "esta indivisibilidade do capital fixo constitui um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos" (ibidem, p.79). Quanto à segunda o autor exemplifica com a fábrica de sapatos, que criada em determinado lugar isoladamente não encontraria mercado para a sua produção. Assim, "o que não foi verdade para uma única fábrica de sapato tornar-se-á certo para o sistema complementar de uma centena de fábricas e unidades de produção agrícola. Os novos produtores serão fregueses um do outro e se verificará a lei de Say mediante a criação de um mercado adicional" (ibidem, p.80). Finalmente temos uma terceira indivisibilidade na oferta de poupança uma vez que "um alto quantum mínimo de investimento exige um alto volume de poupanças, o que é difícil de se obter em países subdesenvolvidos e de baixa renda" (ibidem, p.83).

Na realidade, a teoria do Grande Impulso não vai além de uma diferenciação semântica em relação às teorias mais conhecidas do subdesenvolvimento (como a de Myrdal, por exemplo) às quais o autor adiciona uma certa dose de confusão teórica. Um

dos fatores que o diferenciariam (a idéia da maior imperfeição dos mercados periféricos) só seria sustentável à luz de uma teoria que mostrasse por que determinadas atividades econômicas não podem ser reproduzidas em qualquer lugar, derivando daí uma certa inelasticidade da oferta em relação a um estímulo de demanda e de preços.[1] Por outro lado, os seus "novos" fatores da indivisibilidade, que incluiriam a complementariedade da procura e a oferta insuficiente de poupança, não vão além da noção do círculo vicioso da pobreza cumulativo de Myrdal, ao qual o autor adiciona conceitos neoclássicos, seja pela lei de Say, seja por ressuscitar a curva de oferta de poupança. Neste caso, temos uma clara regressão pré-keynesiana que contribui para aumentar o grau de imprecisão teórica às teorias discutidas anteriormente.

Resta, portanto, a questão do capital fixo, à qual o autor nada acrescenta em termos das dificuldades teóricas que analisamos no terceiro capítulo. Neste contexto, a idéia de um quantum mínimo de investimento não se sustenta absolutamente, já que, em termos regionais ou internacionais, a indivisibilidade do capital fixo pode ser superada pela especialização que garantirá,

---

1 - Neste sentido, a "imperfeição dos mercados" seria decorrente dos efeitos do processo aglomerativo que criaria oferta de bens e serviços diferenciada - em termos de custos e preços - no espaço, conforme discutimos no capítulo anterior.

em princípio, um mercado de tamanho adequado (nacional ou internacional) para as atividades com elevado capital fixo.[1]

5.2.4 - O modelo de estagnação de Celso Furtado

O modelo de estagnação de Celso Furtado (1968), ao contrário do que muitos pensam e sugerem, não pode ser confundido com a "questão cepalina", pelo menos em sua forma original, como tentaremos mostrar mais adiante. A problemática de Furtado é mais específica, onde a estagnação econômica está vinculada à perda de dinamismo do processo de substituição de importações daqueles países periféricos que optaram pela industrialização. Neste sentido o modelo seria não apenas "pouco espacial", isto é, teria pequena referência a categorias espaciais, como também seria excessivamente "datado", referindo-se a um determinado período que corresponde à industrialização da periferia capitalista. Embora possamos considerar tais ponderações verdadeiras, devemos lembrar que o esquema de Furtado assemelha-se aos modelos analisados no presente contexto pela unilateralidade das variáveis explicativas utilizadas, onde o entrave ao processo de substituição de importações explicar-se-ia por hipóteses em última instância arbitrárias.[2]

---

1 - Como vimos no Capítulo terceiro, a simples tendência ao crescimento da produtividade e da escala mínima de produção não é, em si mesma, um fator de concentração espacial, uma vez que ela contribuiria apenas para reduzir o número de pontos no espaço econômico especializados em determinada atividade, não levando necessariamente à concentração num mesmo ponto.

2 - O modelo cepalino original será discutido no próximo capítulo na parte referente às teorias do Imperialismo.

Na verdade, aquele tipo de industrialização, segundo o autor, passou a enfrentar dois problemas conjugados. Em primeiro lugar, ele não foi capaz de alterar a alta concentração da renda, típica herança do esquema primário-exportador pré-existente nestes países. Isto porque a industrialização substitutiva concentrou-se em setores de maior coeficiente capital-trabalho, o que em condições de salários estáveis, implica a redução da massa de salários em relação ao produto industrial. A estabilidade dos salários, por seu turno, resultava do fato de que os aumentos de produtividade não eram repassados aos preços ou, mesmo neste caso, tendia a prevalecer na produção de bens de consumo de luxo. Em resumo, a industrialização substitutiva, ao invés de promover a desconcentração da renda, realizava o inverso, cristalizando uma situação de mercado segmentado e estreito.

Em segundo lugar, temos o fato esperado de que as substituições possíveis foram se restringindo a bens cuja escala mínima era progressivamente maior, o que, independentemente da estrutura da demanda, começaria a encontrar problemas na magnitude global da demanda, isto é, no próprio PIB da economia. Conjugado ao primeiro problema (ou seja, o do mercado "estreito") chegamos a uma situação que passa a apresentar significativos problemas de escala, com tendência ao aumento da relação capital-produto e queda da taxa de crescimento da economia.

Este modelo foi globalmente criticado por M.C. Tavares e J. Serra em "Além da estagnação" (1971). O centro da crítica, já por demais conhecida, reside no uso indevido da relação

produto-capital em dois sentidos básicos. O primeiro, ao propor que a relação produto-capital tende a ser tanto mais baixa quanto mais elevado é o coeficiente de capital por trabalhador. O segundo, pelo esgotamento do processo de substituição de importações que viria criar significativos problemas de escala de forma que, progressivamente, as substituições possíveis e rentáveis foram se restringindo a bens com coeficiente de capital mais alto em relação a seu mercado efetivo.

Quanto ao primeiro, Tavares e Serra observam que "a idéia de que a relação produto-capital decline necessariamente quando se eleva o coeficiente capital-trabalho não leva em conta os efeitos do progresso técnico vinculado à acumulação de capital" (op. cit., p.164). "Neste sentido, se o progresso técnico é poupador de capital, haverá uma menor exigência de insumos de capital por unidade de produto, o que tende a se contrapor aos possíveis efeitos negativos da acumulação sobre a relação produto-capital. Não obstante, o caso mais comum - que Furtado considera - é que o progresso técnico poupe força de trabalho. Mas, ainda nesta circunstância, a relação produto-capital só declinará se o aumento relativo da produtividade do trabalho resultar menor que o incremento relativo da dotação de capital por trabalhador" (ibidem).

Quanto ao segundo aspecto (o problema de escala), os autores alegam que "não há razão para admitir que, ao nível macroeconômico, a relação produto-capital se reduz necessariamente numa fase em que estão se atualizando os rendimentos das

inversões de infra-estrutura que permitiram a instalação das indústrias metalmecânicas e de base. Do mesmo modo, pode-se supor que, com o transcurso do tempo, se desenvolvam condições de demanda e complementariedade adequadas, que resultam numa melhor utilização das capacidades instaladas. Ambas as situações tenderiam a provocar a elevação da relação produto-capital" (ibidem, p.166-7).

Em resumo, os dois fatores que poderiam levar a uma queda da relação produto-capital (observe-se, aliás, de natureza distinta) são absolutamente descartáveis; o primeiro porque a relação produto-capital não cai necessariamente em virtude de um aumento da relação capital-trabalho e o segundo porque os problemas iniciais de escala - inerentes ao esforço substitutivo - trazem, depois de um lapso de tempo, a necessária atualização que pode contrabalançar o efeito negativo dos investimentos mais recentes.

Na verdade, a despeito do acerto da crítica de Tavares e Serra,[1] ficamos com a impressão de existência de um processo

---

1 - Temos, no entanto, um problema no fato de que tal modelo de estagnação não é representativo, em sua essência, do marco analítico cepalino. Ou, em outras palavras, o modelo insere-se logicamente no rol de perguntas cepalinas às quais fornece respostas específicas cabalmente criticadas. O "erro", não exatamente dos autores (Serra e C. Tavares) que em nenhum momento o propuseram, mas de toda uma geração, foi o de, com apoio em críticas corretas a "respostas" específicas dos vários autores cepalinos (o que inclui o dualismo, o modelo de estagnação e o da troca desigual), abandonar o marco analítico centro-periferia. Como veremos no próximo capítulo, o correto seria um retorno à discussão do processo de substituição de importações, cujo texto clássico e básico é "Auge e declínio" da própria Conceição Tavares.

substitutivo sem problemas, marcado pela gradativa atualização de economias de escala a médio e longo prazo. A questão, porém, é que o processo substitutivo não se apresenta apenas como uma etapa que, uma vez vencida, dá origem a uma seqüência de industrialização "normal". Pelo contrário, o que temos é uma seqüência, embora descontínua, composta por vários momentos de expansão substitutiva. E neste caso dificilmente teríamos, a longo prazo, uma neutralidade do processo de substituição de importações.

Consideremos como exemplo um esquema de industrialização substitutiva onde tenhamos as duas tendências assinaladas, ou seja, tendência à redução da relação produto-capital pela introdução de novas indústrias substituidoras, e sua gradativa atualização resultando em tendência ao aumento daquela relação. Em particular, tomemos uma determinada indústria e suponhamos que os ganhos de atualização sejam repassados aos preços. Assim, chamemos de $\underline{pi}$ o preço vigente no mercado internacional, $\underline{po}$ o preço que passa a ser cobrado no início do processo de substituição e $\underline{pt}$ o preço depois de decorrido um certo período de tempo em que os ganhos de atualização tenham sido significativos. Nestes termos é correto supor que $po > pt > pi$, o que implica uma provável perda líquida ao longo do tempo já que o preço do produto internamente produzido poderá no máximo igualar-se ao preço internacional.[1] Mais do que isso, em qualquer ponto do tempo onde esteja havendo um volume médio de investimentos

1 - Evidentemente estamos pensando numa situação onde interfere apenas a escala vis-à-vis o tamanho do mercado.

substituidores, teremos tendência a uma perda macroeconômica líquida, uma vez que o crescimento do preço global das novas indústrias (que corresponde à passagem de $\underline{pi}$ para $\underline{po}$) deverá superar a redução do preço global das indústrias com atualização de escala (passagem de $\underline{po}$ para $\underline{pt}$).

Nestas condições haverá uma tendência à queda da taxa macroeconômica de lucro que poderá ou não ser contrabalançada por um aumento da taxa de mais valia. De qualquer forma, este último será sempre autônomo e distinto do processo substituidor, vale dizer, só pode ter significado quando verificado nos velhos setores da economia (aumentos de produtividade) ou, por uma redução geral dos salários reais.

Poder-se-ia alegar que o diferencial entre $\underline{pt}$ e $\underline{pi}$ variará segundo o tipo de indústria e, principalmente, que será tanto menor quanto maior for a economia e seu potencial de expansão, idéia já batida que pode ser ilustrada pela economia brasileira quando comparada às demais da América Latina. Mais ainda, depois de um certo ponto e dependendo de outras condições, o produto "substituído" pode vir a ser exportado, ampliando o seu mercado e atualizando a escala nos padrões internacionais. Este fato é inegável e ilustra em princípio as maiores possibilidades de expansão capitalista nos grandes em detrimento dos pequenos estados nacionais.

Apesar de importante e imprescindível para a análise concreta, o problema da escala interna à empresa diz respeito à teoria da concorrência (na medida em que supõe a formação de

oligopólios num espaço nacional) e à política econômica. Na verdade, a escala, quando interna à empresa, supõe uma "neutralidade do espaço", vale dizer, supõe que o potencial de expansão de determinado empreendimento em certo ponto do espaço poderia ser pensado exclusivamente como uma problemática da concorrência aliada às barreiras político-administrativas dos estados nacionais, ao passo que a questão que nos ocupa, embora interligada, refere-se a uma problemática tipicamente espacial dotada de objeto teórico próprio, como tentamos mostrar nos capítulos anteriores. E' nesse sentido que poderíamos igualmente esboçar (tal como no da escala interna à empresa) uma "releitura" do pressuposto furtadiano da tendência à redução da relação produto-capital.

Em outras palavras, podemos acreditar que exitem razões para o aumento da relação capital-produto, embora sejam distintas daquelas apresentadas por Furtado. Para ele, a tendência ao aumento prender-se-ia ao fato do processo substitutivo privilegiar indústrias com alta relação capital-trabalho, o que por si só traria um aumento da relação capital-produto. Tal vinculação, como mostram J. Serra e Conceição Tavares, é inteiramente discutível, o que é suficiente para a refutação do modelo de Furtado. O argumento alternativo é considerar o tamanho do mercado como insuficiente para comportar empresas substituidoras de importação com escala mínima muito alta, hipótese que, de um certo modo, está implicitamente sugerida pelo autor. O problema é que, entendida a escala mínima enquanto escala interna da

empresa, o argumento dificilmente se sustenta, seja porque parte significativa das empresas substituidoras operam em regime concorrencial razoável (às vezes com grande número de empresas), seja porque a médio e longo prazo estas empresas podem exportar, substituindo o relativamente pequeno mercado nacional pelo mercado internacional.[1]

A saída teórica para o problema consiste, portanto, em considerar a escala como "economia externa", alternativa que acaba por nos remeter às dificuldades encontradas pelas demais teorias aqui revistas, desde as da localização e "urbanas" às do "desenvolvimento" discutidas acima neste capítulo. Por essa razão podemos afirmar que, de um certo modo, a diferença fundamental de Furtado e sua tese da estagnação e as outras teorias de desenvolvimento não se prende tanto ao seu pressuposto de crescimento da relação capital-produto, que, reduzido aos seus devidos termos, apresenta a mesma imprecisão teórica observada naquelas. O que de fato o torna singular é ter adicionado a esta problemática "espacial" a questão da distribuição de renda, cujo perfil concentrado atuaria não só como cristalizador de um determinado padrão de industrialização, mas principalmente como inibidor (adicional) da acumulação. Esta hipótese, refutada pelos fatos (pelo menos no Brasil pós-64), mereceria ser reconsiderada em

---

1 - Isto de fato tem-se verificado no Brasil nos últimos anos. Por exemplo, de importador de aço, alumínio e produtos químicos, o país passou a exportador líquido.

novos termos, o que evidentemente foge aos limites que estabelecemos para o nosso estudo.[1]

5.2.5 - Perroux e o conceito de Pólo de Crescimento

A questão central do que seria uma espécie de teoria dos Pólos de Crescimento de François Perroux (1955) reside no conceito de "indústria-motriz", que por sua vez deriva-se de sua teoria da dominação elaborada no final dos anos quarenta. A despeito de constituir um conceito chave para a construção da teoria, a "indústria-motriz" permanece uma idéia ambígua, que acaba comportando inúmeras interpretações.

---

1 - Furtado de um certo modo negligenciou as questões teóricas referentes às "economias externas" em detrimento da questão da distribuição de renda, cuja mudança de perfil (ele acreditava piamente) seria um passo imprescindível para a retomada do crescimento. Com efeito, em seus comentários sobre a teoria do Grande Impulso, ele pouco se preocupa, por exemplo, com a questão da indivisibilidade, preocupando-se mais com o esquecimento, por parte de Rosenstein-Rodan, dos efeitos do estilo de industrialização (em especial, da distribuição da renda) sobre o próprio processo de acumulação. Segundo ele, "para esclarecer este segundo problema, é necessário uma teoria das relações entre os efeitos do intercâmbio externo, a acumulação, a assimilação da técnica, a conjugação de fatores e recursos e o ritmo de crescimento. Não se trata tanto de demonstrar que existem indivisibilidades nas funções de produção. O interesse principal é demonstrar que se podem modificar os processos, a fim de contornar os efeitos dessas indivisibilidades" (Furtado, "comentários sobre estudos do professor Rosenstein-Rodan" - 1964). Tal problemática (superada enquanto teoria do "mercado estreito") pode ser retomada, por exemplo, no que se refere aos efeitos de um determinado padrão de industrialização, onde os "bens salários" são relativamente marginalizados, sobre o desenvolvimento desigual da produtividade (em detrimento do setor de "bens salários") e suas conseqüências (negativas) para a própria acumulação.

Com efeito, ao que tudo indica o autor apresenta-nos pelo menos três noções distintas (embora não excludentes) de indústria motriz. De início ele parece influenciado claramente pela noção schumpeteriana de "indústrias novas" que vão surgindo ao longo dos ciclos econômicos. Segundo Perroux, "elas apresentam, durante períodos determinados, taxas de crescimento de seu próprio produto mais elevados que a taxa média de crescimento do produto industrial e do produto da economia nacional" (op. cit., p.148), processo este que evidentemente alcança um limite onde "aos progressos técnicos que tais indústrias experimentaram na sua fase inicial, normalmente se seguem (....) menores progressos" (ibidem) ao mesmo tempo em que "a procura do produto torna-se menos elástica" (ibidem).

A seguir, porém, ainda sob a égide de tal definição tipicamente schumpeteriana, o autor procura determinar em que medida "é possível elaborar analiticamente a ação exercida por uma indústria-motriz sobre outra indústria" (ibidem). Em resposta à indagação ele considera que "bem diferente é a situação em que os lucros de uma firma são função não apenas de suas vendas e de suas compras no mercado de fatores, mas, também, das vendas e das compras de fatores de uma outra firma. Ambas as firmas estão ligadas entre si pelas vendas de bens e serviços e pelas compras no mercado de fatores e, uma vez que estes elementos dependem da técnica e de suas mudanças, estão, também, por elas ligadas. Esta é uma das conceituações recentes do termo 'economias externas'" (ibidem). Segundo Perroux isto "mostra como se pode fazer a

expansão (a curto prazo) e o crescimento (a longo prazo) de grandes conjuntos de firmas" (ibidem, p.149).

Portanto, a uma noção schumpeteriana de indústria-motriz Perroux associa uma noção "marshalliana" ou "espacial", onde o conceito de economia externa é decisivo. Na verdade, embora não excludentes, as duas noções são distintas uma vez que, no caso schumpeteriano, a onda de inovações pode ou não determinar "economias externas", tendo, em muitos casos, seus efeitos transferidos inteiramente para os preços. Por outro lado, em várias situações a criação de economias externas não está ligada ao progresso técnico, como ocorre normalmente nas situações de concentração espacial da indústria, onde a maioria das economias externas são puramente aglomerativas.

Não satisfeito com suas duas noções de indústria-motriz, Perroux acrescenta uma terceira definição: "considere-se uma indústria que tenha a propriedade de aumentar as vendas (e as compras de serviços) de uma outra, ou de várias outras indústrias, ao aumentar suas próprias vendas (e suas compras de serviços produtivos). Chamamos, por enquanto (segundo esta acepção determinada), motriz a primeira indústria e a segunda (ou as segundas) indústria movida" (ibidem, p.152). Esta, na verdade, é uma nova definição que se diferencia da primeira ("schumpeteriana") pelo fato de que nem toda indústria nova e dinâmica tem relações interindustriais para trás fortes, sendo às vezes seus efeitos sobre o conjunto da economia apenas indiretos (por exemplo, através do aumento do nível de emprego e da massa de salá-

rios). Por outro lado, nem toda indústria com fortes efeitos interindustriais para trás é necessariamente nova e dinâmica, como é o caso, por exemplo, da indústria automobilística nas décadas recentes. Quanto à segunda definição ("marshalliana") podemos afirmar da mesma forma que nem todo gerador de economias externas está necessariamente ligado a relações interindustriais fortes, embora a recíproca (isto é, relações interindustriais gerando "economias externas") seja provavelmente verdadeira.

Tendo em vista a imprecisão do conceito, não é legítimo que Perroux conclua estabelecendo uma simetria entre indústrias motrizes e pólos de atividades diversas, geograficamente aglomeradas, por um lado, e indústrias movidas e regiões dependentes, por outro, como ele faz ao tentar caracterizar uma economia nacional: "Ela se nos oferece como uma combinação de conjuntos relativamente ativos (indústrias motrizes, pólos de indústrias e de atividades geograficamente aglomeradas) e de conjuntos relativamente passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos pólos geograficamente aglomerados). Os primeiros transmitem aos últimos os fenômenos de crescimento" (ibidem, p.155).

Na realidade, para chegar a esta conclusão, Perroux teria de mostrar como as relações interindustriais (embutidas na sua terceira noção de indústria-motriz) podem gerar "economias externas espaciais" (sua segunda noção de indústria-motriz) que por sua vez caracterizam as indústrias dinâmicas líderes do crescimento (sua primeira noção), o que é demonstração absolutamente impossível. A bem da verdade, a relação entre estes três

fatores existe (como tentaremos mostrar no próximo capítulo), embora não seja de nenhum modo uma relação necessária. Isto porque o dinamismo de um pólo de crescimento (assim entendida uma grande aglomeração geográfica de atividades econômicas) decorre de suas propriedades urbanas, isto é, fornecedoras de vantagens diferenciais no espaço, reprodutíveis pela acumulação de capital, as quais podem prescindir da indústria-motriz schumpeteriana como fator de dinamização.[1]

No fundo, despido do seu conceito de indústria-motriz, a teoria dos pólos perde decididamente o status de teoria, reduzindo-se a uma mera sugestão de utilização das técnicas que medem as relações interindustriais no estudo dos problemas espaciais. Esta é de fato a opinião de Jean Paelink (1965), um autor não exatamente crítico à teoria dos pólos.[2]

1 - Na verdade, a própria periferia capitalista seria um exemplo básico da existência de pólos de crescimento sem a indústria dinâmica schumpeteriana entendida em seu sentido mais restrito, isto é, enquanto portadora da capacidade de inovar tecnicamente lato sensu: esta indústria poderia ser entendida como aquela capaz de criar "espaços de acumulação" antes ausentes, noção que certamente pode ser estendida à industrialização periférica.

2 - Segundo este autor, "a teoria do desenvolvimento regional polarizado não é uma teoria da localização. Pelo contrário (....) acomoda-se a localizações extremamente flexíveis dentro de grandes regiões polarizadas. Tampouco é uma teoria da concentração industrial: completa-se com uma teoria da organização do espaço, que reveste a forma de uma estruturação do meio geográfico" (op. cit., p.192). "O desenvolvimento econômico regional pode ser concebido em função do cumprimento de condições necessárias e suficientes". Assim compreendida, "a teoria da polarização é uma teoria condicional do crescimento regional; tem o seu valor, principalmente, na medida em que indica claramente as condições sob as quais um desenvolvimento regional acelerado pode produzir-se" (ibidem, p.193).

Por outro lado, além de válido como sugestão de uma técnica, o estudo de Perroux, embora vago e genérico, sugere questões importantes como a própria problemática teórica da indústria-motriz e suas relações com a questão espacial ou mesmo a sua "teoria geral da dominação", a qual se associa aos pólos e sua relação com os estados nacionais, temas que retomaremos no próximo capítulo.[1]

5.2.6 - A teoria da Base de Exportação

Uma das primeiras versões da teoria da Base surge embutida nos esquemas cepalinos de interpretação da dinâmica das economias periféricas. Criou-se, então, o estereótipo do modelo primário-exportador que pressupunha uma inserção restrita destas economias na divisão internacional do trabalho. Deste modo, a inserção periférica dava-se sempre pela exportação de produtos primários cuja procura por parte das economias centrais seria basicamente inelástica. Estabelecia-se, assim, um dos pressupos-

---

1 - Sob este aspecto Mark Blaug (1963) está provavelmente equivocado em sua crítica a Perroux onde conclui que "infelizmente, a teoria é insatisfatória em todas as três versões, sendo, em princípio, não refutável. Trata-se de um slogan com máscara de teoria. Não é de estranhar que tenha fracassado de modo significativo, em inspirar trabalhos posteriores" (op. cit., p.207). Na verdade, a teoria dos pólos inspirou inúmeros trabalhos posteriores, não apenas trabalhos de técnica de análise regional mas também trabalhos teóricos, onde a noção perrouxiana do espaço passou a ser uma referência obrigatória, mesmo que em termos críticos.

tos da tese cepalina sobre o virtual processo de estagnação daquelas economias.[1]

Do ponto de vista de nosso estudo, entretanto, a questão central não se refere nem à forma de inserção da periferia na economia internacional nem às conclusões daí decorrentes. O ponto básico, na verdade, é que, segundo a CEPAL, a dinâmica de crescimento destas economias é dada pelo comportamento das exportações, que atuariam como a única variável "autônoma" da demanda agregada. Em outras palavras, o investimento que é normalmente considerado "autônomo" (pelo menos em parte) seria aqui totalmente induzido, não por um impulso externo que afete o próprio investimento, como sugere o modelo do acelerador, mas pelas exportações. Por isso, seu comportamento acabava por constituir o elemento decisivo na determinação do nível de atividade, sendo que a própria história econômica da periferia teria de ser caracterizada pela recorrência aos ciclos exportadores.

Este esquema, que se aproxima, até os dias atuais do comportamento real de muitas das economias da periferia capitalista, acabou por encontrar sua relatividade na medida em que muitas destas economias - das quais o Brasil é um exemplo eloqüente - passaram a ter uma dinâmica mais complexa (não

---

1 - Este processo foi descrito em vários trabalhos da CEPAL, com destaque para os "Estudos econômicos para a América Latina", de 1948, do qual Prebisch foi o maior inspirador e executor. O esquema completava-se com a idéia da queda secular dos termos de intercâmbio em detrimento da periferia (hipótese não totalmente comprovada pelas séries históricas de preços), que aliada à demanda inelástica dos produtos primários levaria a periferia à estagnação. Voltaremos ao tema no próximo capítulo.

necessariamente vinculada ao comportamento das exportações) de cujos contornos principais Furtado procurou dar conta com seu modelo de estagnação analisado acima. E assim, vive-se até hoje sob o paradigma, de um lado, do modelo primário-exportador (também chamado de crescimento voltado para fora), e de outro, do modelo de mercado interno (também chamado de crescimento voltado para dentro). Caracteriza-se, então, um perfeito impasse teórico (e, no caso da problemática centro x periferia, também ideológico) que, para ser devidamente recolocado, deve ter seus passos lógicos e teóricos refeitos e, por fim, redefinidos.

Acreditamos que a teoria da Base da Exportação tal como proposta por Douglas C. North (op. cit.), bem como o debate que este mantém com Charles M. Tiebout (1956) permitem refazer (rigorosamente) os passos teóricos que levaram ao "impasse" cepalino.

North começa por analisar as vinculações entre a teoria tradicional da localização e o crescimento econômico regional, o que constitui um passo correto. Segundo ele, a teoria da localização pensada em termos do crescimento regional descreve uma seqüência típica de estágios que pode ser observada, por exemplo, em Lösch. Haveria, inicialmente, um estágio de subsistência, substituído já por alguma especialização local na produção de produtos agrícolas. Num terceiro estágio, esta especialização passaria a ser inter-regional, o que abriria caminho para o quarto (industrialização) e o quinto estágios (atividades terciárias). Segundo North, "quando esta seqüência de estágios

é confrontada com a história econômica das regiões americanas", não é capaz, sobretudo, "de fornecer qualquer indicação sobre as causas do crescimento e da mudança" (ibidem, p.295). A razão principal para isso é que os "Estados Unidos foram colonizados como um empreendimento capitalista. O povoamento das regiões novas e seu crescimento subseqüente foram determinados pelo mercado mundial. O resultado foi um tipo de desenvolvimento bastante diferente do descrito pela teoria do crescimento regional, segundo a qual as regiões, partindo da economia de subsistência, vão gradualmente ampliando seus mercados" (ibidem).

Desta constatação, North passa para uma definição mais ampla onde as exportações de uma região seriam decisivas para o seu desenvolvimento, dada a existência de um mercado (mundial) capitalista já estabelecido. "E' evidente que esse crescimento está intimamente vinculado ao sucesso de suas exportações e pode ocorrer como resultado da melhoria da posição das exportações existentes, relativamente às áreas competitivas, ou como resultado do desenvolvimento de novos produtos de exportação" (ibidem, p.304). Isto é o suficiente para North passar a sustentar que "o sucesso da base de exportação foi o fator determinante da taxa de crescimento das regiões" (ibidem, p.312). E, finalmente, conclui que "a importância da base de exportação é o resultado de seu papel básico na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região e, conseqüentemente, na quantidade de atividades locais, secundárias e terciárias que se desenvolverão. A base de exportação também influenciou, signifi-

cativamente, o tipo da indústria subsidiária, a distribuição da população e o padrão de urbanização, o tipo da força de trabalho, as atitudes sociais e políticas da região e sua sensibilidade a flutuações da renda e do emprego" (ibidem).

De um certo modo, podemos tomar a observação acima de um ponto de vista tipicamente keynesiano-kaleckiano e entender a base de exportação como a variável "exógena" no esquema de determinação do nível de atividade, papel que tanto em Keynes como em Kalecki cabe em parte aos investimentos e em parte às exportações e ao gasto público. Como uma situação limite, a proposição de North poderia ser tomada como um modelo onde as exportações cumpririam o papel atribuído aos investimentos. Nestes termos, se, por exemplo, chamamos de P ao produto global de uma região, Pb às suas exportações e Pd à produção vendida no mercado doméstico (interno) temos que P = Pb + Pd. No entanto, se é Pb que determina o nível das atividades domésticas, teríamos uma relação de determinação de Pb para Pd. Consideremo-la, por exemplo, linear de forma que Pd = KPb onde K seria um multiplicador que refletiria o grau de abertura da região. Assim, o produto global (e por conseqüência, a própria renda da região) passaria a ser determinado basicamente pela base de exportações, suposto constante K, isto é, P = (1 + K) Pb.

Na realidade, este esquema é idêntico ao velho modelo primário-exportador de inspiração cepalina e suas hipóteses básicas seriam especialmente duas. A primeira, já mencionada, supõe constante o grau de abertura e especialização da região

(isto é, pretende-se K constante) e a segunda supõe, implicitamente, que os investimentos, tal como no modelo do acelerador, são inteiramente induzidos, o que os torna variável dependente do nível de atividade. A ênfase insuficente sobre a existência de ambas as hipóteses, bem como a falta de clareza sobre o seu real significado, deram origem às incompreensões que acompanharam o debate e, especialmente, às críticas à teoria da base.

5.2.7 - A crítica keynesiana à teoria da Base de Exportação

A crítica de Tiebout a North reproduz as linhas básicas de todas as críticas feitas à teoria da base e congêneres. Neste sentido, ela parte de um keynesianismo bastante conhecido e difundido, recorrendo à "teoria geral da determinação da renda": "o conceito de base econômica foi amplamente desenvolvido nos trabalhos dos planejadores urbanos. Como tal (...) não foi feita nenhuma tentativa de relacionar este conceito com a teoria geral de determinação da renda assim como é usada na análise da renda nacional. Essa falha e a identificação contínua das exportações da região com a variável autônoma de determinação da renda conduziram a algumas conclusões errôneas sobre a renda regional e o desenvolvimento regional" (op. cit1, p.316). E, como esperado, Tiebout investe contra esta notória unilateralidade da teoria: "não há razão para supor que as exportações sejam a única ou mesmo a variável autônoma mais importante de determinação da renda regional. Outros itens tais como investimentos comerciais, despesas governamentais e o volume de construções residenciais

podem ser tão autônomos como as exportações, com respeito à renda regional" (ibidem, p.317).

Dentro desta lógica, é natural supor que a importância das exportações é relativizada pelo próprio tamanho da região, o que permite a Tiebout o "golpe" decisivo na teoria da base: "Assim, a importância quantitativa das exportações (...) na determinação da renda nacional depende em parte do tamanho da região sob estudo (...). Uma região pode crescer com as exportações a um nível constante, se as atividades autônomos internas estão com um movimento ascendente. Quando maior for a região, tanto mais forças dinâmicas, que causam a mudança da renda, serão encontradas dentro de suas fronteiras" (ibidem, p.318).

Ainda não satisfeito, Tiebout investe contra o próprio conceito de região de North - no que está correto - mas para concluir que as fronteiras regionais não são claras e "qualquer afirmação referente à importância das exportações deve levar isso em conta" (ibidem). "Levar isso em conta" para Tiebout significa relativizar ainda mais a idéia de base de exportação na medida em que qualquer escolha (sempre arbitrária) interferirá na variável exportação: "o aspecto importante não é quais limites são escolhidos, mas sim os efeitos dessa escolha nas variáveis sob estudo" (ibidem).

Finalmente, Tiebout, já condescendente, aceita a teoria da base como teoria de curto prazo e aplicável apenas a pequenas regiões: "o conceito de base de exportação, ou mesmo o conceito

mais amplo da determinação da renda regional, que inclui outras variáveis autônomas, é um conceito de curto prazo. Como tal, pode ser razoavelmente preciso. Nosso conhecimento do comportamento do consumidor e a relativa facilidade de ingresso nas atividades locais, tais como padarias e vendas a varejo, indicam que essa pode ser uma suposição razoavelmente segura, pelo menos para as pequenas regiões. Entretanto, pode ser perigoso estender essa relação para o problema do desenvolvimento regional" (ibidem, p.320).

De um certo modo, a teoria da base foi "capturada" pela teoria da demanda efetiva e nem mesmo os esforços de North em sua réplica conseguem afastar a idéia de que aquela não passa de um caso particular desta, passível, portanto, de redução (e retorno com a mudança de algumas hipóteses) ao caso geral. Aparentemente, as observações de Tiebout são irrefutáveis e a partir delas não se poderia esquecer que as variáveis que explicam o desenvolvimento regional são inúmeras, passando inclusive, por aquelas tipicamente endógenas.[1]

Na realidade, olhando-se o problema de um ponto de vista mais genérico, Tiebout, ao propor a multilateralidade do desenvolvimento regional em oposição à unilateralidade de North, está, evidentemente, correto. Entretanto, de um ponto de vista

---

1 - North insiste que a teoria da base é de longo prazo e volta a repisar na importância do papel das exportações, sem, entretanto, responder as objeções teóricas apresentadas por Tiebout.

mais específico, a questão é bem outra e caminha para uma direção inesperada.

A bem da verdade, Tiebout estaria absolutamente certo se a questão em baila fosse estritamente de realização, o que não é sinônimo da problemática tipicamente keynesiano-kaleckiana da demanda efetiva. Neste caso, a problemática da realização refere-se especificamente às perspectivas ou possibilidades de venda de um determinado produto-valor, o que coloca, de um lado, a taxa de crescimento da produção e/ou da capacidade instalada, isto é, a taxa de acumulação, e de outro, a taxa de crescimento do mercado. A assincronia entre estas duas variáveis fora pensada inicialmente por Marx como a resultante do crescimento da produtividde acima dos salários ou mais modernamente, por Steindl, como a resultante da sobreacumulação ditada pelos setores monopolistas da economia. Neste sentido, a questão de Tiebout pode ser interpretada como inserida na problemática da realização, embora na perspectiva bastarda - vale dizer, estática - da determinação da "renda de equilíbrio".

A teoria da demanda efetiva, por seu turno, apenas serve para explicar (delimitar) os fatores de determinação do nível de atividade assim como para estabelecer um referencial heurístico de grandes agregados, como o investimento e seu papel na própria dinâmica da acumulação. Tal problemática é inadequada, entretanto, para se pensar na própria dinâmica concreta do processo de acumulação capitalista, como bem sugere Possas, que

assim como Rosdolsky, procura defini-la no plano dos vários capitais.[1]

Da mesma forma, embora a demanda efetiva tenha a ver com o nosso problema, podemos considerá-la excessivamente abstrata para o estudo da dinâmica do capital no espaço. Em outras palavras, assim como o estudo da circulação pura (que é o terreno onde se move a teoria da Demanda Efetiva) é distinto do estudo da concorrência (que se move no plano dos vários capitais), também não poderia deixar de sê-lo em relação ao estudo dos vários capitais no espaço. Nestas condições, enquanto o problema da realização no contexto da "análise espacial" poderia ser considerado como resolvido com o intuito metodológico de colocar em evidência (e mostrar) a própria natureza das variáveis relevantes neste contexto analítico, podemos considerar a demanda efetiva como um roteiro inicial - portanto, mais abstrato - para o estudo do movimento do capital no espaço.

Sugerimos, portanto, que no contexto de uma proposta metodológica marxista é não só legítima como necessária a abstração da realização ao se estudar a dinâmica regional. Nesse sentido, o que se propõe estudar não é a possibilidade de realização de um determinado produto-valor (Marx) e sim de identificar, entre as variáveis de dispêndio, aquelas dotadas de certa

---

1 - Possas (1983) concebe a noção de demanda efetiva num nível mais abstrato de uma economia mercantil onde o conceito de gasto tem prevalência sobre o conceito de renda, questão que é mais geral e antecede a problemática da realização.

autonomia no espaço, que concorrerão para a determinação do nível de atividade. Assim, estudar a dinâmica regional significa abandonar - momentaneamente - certos fatores "endógenos" que se referem ao movimento global do capital (produção, realização e concorrência) e pensar nos fatores que explicam, por exemplo, o maior ou menor nível de investimento em um certo ponto do espaço econômico contraposto ao resto do mundo.

Esta abstração momentânea não significa, portanto, que o estudo da dinâmica concreta de um ponto do espaço possa ser realizado sem a consideração daqueles fatores "endógenos", e sim que este estudo (que tem nos fatores "endógenos" variáveis hierarquicamente precedentes, isto é, que devem metodologicamente presidir a investigação) não se viabiliza, em última instância, sem a consideração dos fatores exógenos, ou seja, daqueles que procuram situar e delimitar as relações de um certo ponto do espaço com o "resto do mundo".

Acreditamos que o debate North-Tiebout (que sintetiza outros) contém vários elementos metodologicamente confusos e que contribuíram para a sua inconclusão (ou, segundo alguns, para a sua conclusão a favor de Tiebout). Entretanto, do ponto de vista que se está defendendo aqui, dois pontos devem ficar perfeitamente claros.

O primeiro é que a proposição de North, a despeito de suas imperfeições, é nítida e objetivamente uma proposição de estudo da dinâmica regional e é como tal que deve ser analisada e criticada. O segundo, derivado diretamente do primeiro, consiste

na constatação de que a crítica de Tiebout a North não é, em nenhum momento, uma crítica a um texto "espacial" já que nunca Tiebout se afasta do paradigma da realização. Por essa razão, pode-se considerar que, enquanto North (e sua teoria) pode incorrer, em princípio, em acertos e erros, Tiebout, pela sua crítica, está fundamentalmente errado ao pretender criticar um texto "espacial" com categorias não-espaciais.

A crítica adequada, que procuraremos fazer a seguir, pressupõe a utilização de categorias tipicamente espaciais - característica, aliás, que freqüenta permanentemente a análise e as preocupações de North. Por exemplo, em sua réplica a Tiebout North afirma que "enquanto o estudo da determinação da renda a curto prazo se refere à taxa de utilização dos fatores produtivos, o estudo do crescimento a longo prazo diz respeito aos determinantes da eficiência em mudança e a imigração de trabalho e capital para uma área. As variáveis utilizadas na análise da renda são de uso limitado no estudo do crescimento a longo prazo. Na verdade, os agregados usados tendem mais a obscurecer do que a esclarecer os fatores geradores de expansão secular" (Réplica, p.324).

E' evidente que se substituirmos o termo "determinação da renda a curto prazo" por "problemática da realização" ou da "demanda efetiva" teremos que os fatores do "crescimento a longo prazo" aludidos por North aparecerão como determinantes da dinâmica do capital ("eficiência em mudança") e de sua dinâmica no espaço ("determinantes de imigração de trabalho e capital para

uma área"). Na realidade, este último é um fator tipicamente espacial e representa a verdadeira questão discutida por North.

Esta preocupação fica ainda mais clara mais adiante, também na "réplica", onde ele propõe que "a utilidade de uma região como unidade econômica de análise se apóia na sua especialização. E' essa divisão geográfica do trabalho, com diferentes áreas possuidoras de dotações de fatores e custos de transferências espaciais, que torna valioso para a análise econômica o conceito de região. O significado da região baseia-se no fato de ser ela uma parte especializada do todo" (ibidem, p.325, grifo meu). A despeito de seu conceito de região confuso (definido pela base exportadora) North vê bem que é a própria especialização (ou seja, a divisão espacial do trabalho), dadas as variadas diferenças entre as áreas, que torna a idéia de região útil para os estudos econômicos.

E' lícito, pois, concluir que North tinha claramente definido seu objeto de estudo que consiste em conhecer os fatores determinantes da dinâmica regional vis-à-vis o "resto do mundo". Por essa razão, a crítica de Tiebout (e assemelhados) passa ao largo, mostrando-se absolutamente inadequada para o enfoque de problemas espaciais.

5.3 - Uma reinterpretação da teoria da Base de Exportação

De certo modo, o problema apresentado pela teoria da base de exportação reside numa imprecisão teórica sobre o papel e o alcance dos "modelos" nas Ciências Sociais e, sobretudo, nos

estudos de Economia. Na realidade, os "modelos" nada mais devem ser do que princípios heurísticos auxiliares para a análise de conjunto, concreta e totalizante à qual devem subordinar-se. Nesse sentido, a teoria da demanda efetiva não pode ser entendida como uma teoria de curto prazo (em contraposição a outros modelos que explicariam o longo prazo), e sim como um princípio teórico que pode ser aplicado ao curto e ao longo prazo. A esse respeito, aliás, é bom que se observe que a teoria, ao contrário do que se imagina, é válida tanto no longo quanto no curto prazo embora, neste último caso, sobressaia a relação entre gasto e renda e a problemática da variação dos estoques - fator absolutamente essencial para se pensar na determinação conjuntural do nível de atividade - ao passo que, no longo, sobressaem os investimentos e seu papel duplamente dinâmico, seja como demanda, seja como fator de crescimento da capacidade produtiva.[1]

North, ao aceitar o paradigma do curto e do longo prazo, auxilia na aludida imprecisão teórica ao invés de esclarecê-la. Assim, embora tenha perfeitamente definido seu objeto de estudo, ele não consegue delimitá-lo o suficiente para afastar a confusão e a dubiedade que acabam por propiciar o abastardamento inevitável que acompanha todas as (boas) teorias. No caso em questão, a teoria da base é fulminada por um

---

1 - Este duplo aspecto do investimento foi corretamente salientado por Kalecki e menos, talvez, por Keynes.

keynesianismo bastardo que tem como paradigma a determinação do equilíbrio.[1]

Abandonando-se esta perspectiva, a questão que devemos enfrentar é a da natureza de uma teoria da dinâmica espacial que, como já sugerimos, tem como paradigma ou referência teórica mais abstrata a própria teoria da demanda efetiva, entendida, evidentemente, não no sentido bastardo da determinação da renda de equilíbrio, ou mesmo da problemática da realização em sentido dinâmico, mas como teoria da determinação do dispêndio, tal como a caracteriza Possas.[2]

Na realidade, ambas as questões, ou seja, o da realização de um lado, e a da determinação do gasto agregado e do produto regional de outro, constituem momentos diferentes do processo de circulação do capital, embora estejam ligadas pela problemática comum do dinheiro. A questão da realização, que em Marx é analisada através do ciclo do capital-mercadoria, consiste em estudar as condições para que o produto-mercadoria M se con-

---

1 - O termo "keynesianismo bastardo", cunhado por Joan Robinson, é utilizado por Paul Davidson, referindo-se basicamente à reintrodução da "tendência ao equilíbrio" no esquema keynesiano. Ver a respeito Possas (op. cit.), cap.1.

2 - Segundo Possas a alternativa correta para a conceituação da demanda efetiva consiste apenas em mostrar (e definir) "(...) a renda como criada no ato mesmo de dispêndio, e não como gerada na produção e depois (?) sancionada, no todo ou em parte, pelo dispêndio. Na presente acepção, não se gasta uma renda (ou parte dela) previamente criada; gasta-se poder de compra, que pode estar mais ou menos relacionado com algum nível anterior de renda, mas em nenhuma hipótese se confunde com esta". (op. cit., p.96).

verta em capital-dinheiro D, o que envolve a consideração de todo o ciclo M'-D'-M... P ...M'.[1] Neste contexto, a análise pode e dever ser tipicamente endógena (não-espacial), uma vez que o ponto de partida do ciclo (M') é, a um só tempo, o resultado do ciclo anterior; bem como o pressuposto que estabelece as condições materiais para o novo ciclo.[2]

A problemática da demanda efetiva por seu lado, e junto com ela, a problemática espacial,[3] inserem-se no ciclo do capital-dinheiro (D-M ... P ... M' - D') e consiste em determinar a

---

1 - Segundo Marx, "M' ... M' é o único ciclo em que o valor capital originalmente adiantado constitui apenas parte do termo que inicia o movimento e em que o movimento se apresenta, desde o princípio, como movimento total do capital industrial, isto é, tanto da parte do produto que substitui o capital produtivo, quanto da parte do produto que constitui o produto excedente e que em média, em parte é gasto como renda e em parte tem de servir como elemento de acumulação" (MARX, K. O Capital. Livro II, Civilização Brasileira, 1970, p.99). Por essa peculiaridade do ciclo M' ... M', ele é a base para a análise da reprodução, em detrimento dos ciclos D ... D' e P ... P.

2 - "Uma vez que em M' ... M', o produto todo é o ponto de partida, é claro que (excetuado o comércio exterior) só pode ocorrer reprodução em escala ampliada (supondo-se invariável a produtividade) se na parte do produto excedente a ser capitalizado se contêm os elementos materiais do capital produtivo adicional (MARK, K. op. cit. p.100).

3 - Esta inserção implica uma articulação específica entre os lados "real" e "monetário" da demanda efetiva. Assim, a determinação do nível de Demanda em determinado ponto do espaço só é cabível teoricamente quando pensado em termos do ciclo do capital-dinheiro, uma vez que requer propriedades específicas - monetárias - do "dinheiro enquanto dinheiro". Daí, inclusive, segue-se esta necessidade teórica da digressão em torno do Livro II de O Capital.

magnitude de capital-dinheiro que será convertida em capital-produtivo, independente do fato de que tal magnitude represente um novo ou apenas reproduza um velho capital já existente. Como Marx bem notou, o ponto de partida do ciclo do capital-dinheiro (D) nunca pode ser pensado teoricamente como D', já que "M' trai sua origem P, do qual é produto imediato, enquanto D', forma que deriva diretamente da circulação, não tem nenhuma relação direta com P. A diferença conceitualmente vazia entre quantia principal e quantia adicional, contida em D', enquanto exprime o resultado do movimento D... D', desaparece logo que D' passa a funcionar como capital-dinheiro, em vez de ficar imobilizado como expressão monetária do capital industrial valorizado. O ciclo do capital-dinheiro nunca pode começar com D' (embora D' funcione agora como D) mas somente com D, isto é, nunca como expressão da relação de capital, mas apenas como forma de adiantamento do valor-capital" (op. cit., p.49).

Se nossa questão é determinar a magnitude de D, chegamos necessariamente a uma relação exogeneizada, já que D pode ou não ser pensado como produto de P ... M'-D', assim como de um capital prévio que inicia seu ciclo de rotações pela primeira vez. Na verdade, D ... D' constitui "um ciclo de negócio pronto e acabado e seu resultado é dinheiro que pode ser aplicado a todo e qualquer fim. O reinício depende apenas das possibilidades. D...P...D' tanto pode ser o último ciclo que encerra o funcionamento de um capital individual que se retira do negócio,

quanto oprimeiro ciclo de um novo capital que entra em função" (ibidem, p.93).

A determinação de D como fato exógeno ao processo cíclico D ...D' (e que evidencia a diferença qualitativa entre D e D') passa pela análise da concorrência (assunto fora de nossa esfera de estudo), bem como pela análise do movimento do capital no espaço. Como estamos supondo "resolvida" a questão da concorrência (o que envolve um "acordo" entre ofertantes - banqueiros e investidores em capital produtivo), a determinação de D passa a depender exclusivamente dos fluxos espaciais, que, dada a sua própria natureza, envolvem aumentos ou reduções do fluxo de capital-dinheiro em circulação. Neste sentido, concordamos com Possas quando afirma que "de um ângulo estritamente lógico, todo gasto é rigorosamente 'autônomo' em relação ao correspondente nível de renda prévio, pois este apenas influi em maior ou menor grau sobre o poder de compra, e este por sua vez sobre o gasto; a 'autonomia' do gasto é, pois, geral, variando apenas de grau, e não uma questão teórica decisiva para expor o princípio da demanda efetiva" (op. cit., p.96).

No fundo, tanto a problemática da realização, quanto a da demanda efetiva - ou, mais especificamente como desdobramento desta, a do movimento do capital no espaço - podem ser reduzidas à questão do dinheiro e seu papel na circulação mercantil.[1]

1 - A insistência na distinção entre demanda efetiva e realização deve-se ao fato de que a primeira é mais geral, sendo neste caso mais adequada para o desdobramento teórico não apenas da problemática espacial, mas também da problemática do investimento ou até mesmo da problemática da realização.

quanto à primeira, o objetivo é a conversão de um valor de uso particular em dinheiro, medida universal do valor, enquanto a segunda preocupa-se com a entrada ou saída líquida de dinheiro em circulação, seja de um ponto de vista global, seja em determinado ponto do espaço. A diferença específica, no caso, é que na problemática da realização, embora a procura por dinheiro se explique por todas as suas propriedades (medida de valor, meio de troca e meio de pagamento), exige-se apenas da parte dele a capacidade de ser medida do valor, ao passo que, na problemática da demanda efetiva e na especificamente espacial, lhe é exigida a capacidade de constituir meio de troca (especialmente meio de compra) e eventualmente meio de pagamento, propriedades que trazem implícita a função medida do valor.[1]

Mais uma vez, estas diferenças não passam de diferenças nos ciclos dos quais as problemáticas foram resgatadas. Em M' ... M', o dinheiro não passa de um elemento formal que fixa as quantidades trocadas (função medida do valor), não constituindo um meio necessário para as trocas, o que inclui, por exemplo o processo de reprodução ampliada que requer, apenas, que "na parte do produto excedente a ser capitalizado (se contenham) os elementos materiais do capital produtivo adicional" (Marx, op. cit. p.101). Em D ... D', pelo contrário, D tem de existir como

---

1 - Segundo Possas, para se estabelecer o princípio da demanda efetiva "é suficiente a presença do dinheiro com todas as funções que assume no processo de produção e circulação de meradorias o que inclui a de meio de pagamento (....) e a de reserva de valor (....)" (ibidem, p.98).

dinheiro em toda a sua plenitude, o que inclui a sua capacidade de funcionar como meio de troca (e meio de pagamento) universal.

Na realidade, a diferença das duas problemáticas revela o próprio modo contraditório com que se movimenta a acumulação de capital. Por isso, ao invés de constituir uma contradição (um virtual erro) de "modelos", as duas problemáticas revelam-se como uma contradição real que se resolve de modo muito particular para cada situação concreta. Nas regiões pobres e estagnadas de vários países capitalistas, por exemplo, assiste-se, ao lado do natural esvaziamento econômico (produzido pela relativa incapacidade de exportar e/ou de substituir importações e, finalmente, pela emigração de capitais), à criação de um sistema monetário dual que adota, de um lado, o escasso dinheiro universal (a moeda corrente no país) de restrita ou nenhuma circulação interna e, de outro, o "dinheiro local" (uma ou mais mercadorias locais com relativa facilidade de manuseio) que, no limite, caminha para um retorno ao escambo.

Tendo em vista tais considerações, é bom que se diga que a construção de uma teoria da dinâmica regional deve de início abstrair a problemática da circulação e considerá-la "resolvida", seja em termos estritos da questão da realização (metamorfose do capital-mercadoria em capital-dinheiro), seja do ponto de vista da demanda efetiva, no sentido "financeiro" (metamorfose do capital-dinheiro em capital-produtivo). Assim, como ponto de partida, ao invés de considerarmos a igualdade-desigualdade produto-despesa, teremos em conta a igualda-

de-desigualdade do fluxo de mercadorias no espaço, isto é, o fluxo de exportações e importações de uma região com o "resto do mundo", constituindo exatamente as mesmas variáveis utilizadas na definição de uma região.[1] Nesse sentido, não é incorreto afirmar que nosso estudo deve ter como ponto de partida (e afinal, também de chegada) o balanço de pagamentos ao invés da contabilidede do PIB.

Consideremos, inicialmente, a igualdade clássica do balanço de pagamentos expresso pelas seguintes variáveis: Xi representa as exportações e Xr as importações de bens e serviços de não-fatores (exclusive remessa e entrada de juros e lucros) da região i; Ti e Tr representam as transferências unilaterais respectivamente do "resto do mundo" para a região i e da região i para o "resto do mundo"; Di e Dr indicam respectivamente a entrada e saída de investimentos diretos e em carteira da região, o que inclui também a entrada e saída de lucros; Fi e Fr são os empréstimos, financiamentos, juros e amortizações recebidos e pagos pela região; finalmente A e R representam o financiamento compensatório da região i, constituindo respectivamente a variação líquida dos atrasados comerciais e das reservas em dinheiro. Nestes termos, o balanço de pagamentos da região i em relação ao "resto do mundo" pode ser representado pela seguinte

---

1 - Como vimos, a definição de uma região implica um recorte no espaço econômico cujo único critério é o fluxo mercantil de mercadorias. Se ele é maior, por exemplo, entre dois pontos no espaço do que de cada um deles em relação ao "resto do mundo", estes dois pontos podem ser definidos como uma região.

identidade, onde o lado esquerdo representa o fluxo de saída, e o direito, o fluxo de entrada de dinheiro:

$Xr + Tr + Dr + Fr + A + R = Xi + Ti + Di + Fi$ (1)

Se o balanço de pagamentos está equilibrado, $A + R = 0$, se deficitário, $A + R < 0$ e se superavitário, $A + R > 0$.

Uma vez que estamos abstraindo a existência dos Estados Nacionais, que serão analiticamente considerados apenas no próximo capítulo, podemos supor que a identidade acima representa um balanço de pagamentos em sentido "puro", vale dizer, que desconsidera as barreiras administrativas e. sobretudo cambiais existentes entre as regiões/nações. Assim, vamos supor que os atrasados comerciais, cuja variação líquida corresponde geralmente a problemas cambiais, são iguais a zero, de forma que o resultado do balanço de pagamentos seja expresso exclusivamente por R. Da mesma forma R, que tem característica cambial num contexto internacional, passa a ser apenas a variação do encaixe de dinheiro de indivíduos, empresas e bancos. Se chamamos ao encaixe de E temos que $R = \Delta Ei = -(\Delta Er)$, isto é, a variação das reservas será igual à variação do encaixe de dinheiro do "resto do mundo" com o sinal trocado. Por outro lado, se definimos ei e er como a relação encaixe/renda agregada (Yi e Yr) das regiões i e r teremos que: $ei = Ei/Yi$, $er = Er/Yr$ e $e = (Ei + Er)/(Yi + Yr) = E/Y$, sendo esta última a relação encaixe/renda do conjunto da economia (soma de i e r).

Suponhamos uma situação inicial em que o balanço de pagamentos é deficitário, ou seja, em que R<o. Neste caso, $\Delta Ei < 0$, havendo saída líquida de dinheiro de i e entrada líquida em r ($\Delta Er > o$). Além do mais, o déficit teria sido provocado pela saída repentina de dinheiro que se encontrava fora do processo de circulação na região i, o que teria provocado um aumento na conta de investimento em carteira no exterior, isto é, $\Delta Dr > o$. Por outro lado, o "investimento em carteira" no exterior procuraria novamente a forma dinheiro, o que o caracterizaria, tal como na região i, como dinheiro fora da circulação. Assim, pelo menos em princípio, o desequilíbrio do balanço de pagamento não efetaria o nível de renda nem na região e, nem em r, provocando apenas uma mudança na relação encaixe/renda: em i, com a saída de dinheiro, haveria uma redução de ei; em r, com a entrada, haveria um aumento de er, sendo que ambos os movimentos, por hipótese, não afetariam o nível de demanda efetiva, portanto de Yi e Yr.

Uma segunda situação poderia ser caracterizada igualmente por um déficit no balanço de pagamentos de i, provocado pela saída de dinheiro que se encontrava fora do processo de circulação. Entretanto, ao contrário da situação anterior, a saída de dinheiro converte-se em investimento produtivo no exterior, o que aumenta o nível de demanda efetiva e faz com que Yr eleve-se. Assim, enquanto ei tende a cair, uma vez que $\Delta Ei<o$ e Yi está fixado pelo nível de demanda efetiva, er tende a permanecer estável, já que o aumento do encaixe em r ($\Delta Er > o$) será acompanhado por um aumento da demanda efetiva, o

que elevará Yr. Neste caso, a relação agregada E/Y deverá cair, configuando uma situação não apenas de mudança relativa da renda regional, mas principalmente de aumento agregado da demanda efetiva.

Uma terceira situação, também caracterizada por um déficit do balanço de pagamentos de i, teria uma saída de dinheiro que se encontrava real ou potencialmente dentro do processo de circulação, isto é, que constituía poder de compra efetivo (demanda efetiva). A esta redução correspondeu aumento dos investimentos diretos no exterior, o que implica aumento da demanda efetiva e por conseqüência, aumento da renda (Yr). Assim, a relação encaixe/renda tende a permanecer estável tanto em i (ei) quanto em r (er), como a relação encaixe/renda total (E/Y), refletindo a inalteração do nível agregado de demanda efetiva.[1]

Das três situações apenas a segunda implica a alteração da relação encaixe/renda agregada, enquanto que a primeira comporta estabilidade de E/Y com a redução e aumento respectivamente de ei e er, e a terceira, estabilidade de E/Y, ei e er. Nestas condições podemos afirmar que a primeira e a terceira configuram situações adequadas para a determinação da demanda

---

1 - Observe-se que nem sempre os fatos ocorrem desta forma: os encaixes em i e r nem sempre se mantêm constantes, além do fato de que estamos abstraindo os efeitos multiplicadores e outros subseqüentes, o que denota uma hipótese estática, admissível no contexto, dado o objetivo meramente descritivo da relação entre variações.

efetiva num contexto espacial. No primeiro caso, por exemplo, ao déficit no balanço de pagamentos corresponde uma variação na conta de investimentos no exterior ($\Delta Dr > o$) que não decorre de nenhum movimento de demanda efetiva, seja de redução em i, seja de aumento em r. Assim, $R = \Delta Dr$ corresponde a um movimento "neutro" do ponto de vista da determinação de Yi e Yr. No terceiro caso temos uma situação exatamente inversa em que $\Delta Dr > o$ corresponde a movimentos simétricos do nível de demanda efetiva, que é reduzido em i e aumentado em r, destacando o movimento real do capital no espaço. Por outro lado, no segundo caso, encontramos uma situação em que o movimento de demanda efetiva é assincrônico, na medida em que permanece estável em i e aumenta em r. Embora tal movimento possa de fato ocorrer, ele pertence às determinações gerais (não-espaciais) da demanda efetiva, onde o espaço ocupa um lugar que pode ser teoricamente abstraído.

Isto significa, portanto, que do ponto de vista da construção de uma teoria da dinâmica espacial, a transmutação de dinheiro ocioso (fora da circulação) da região i em capital produtivo em r deve ser abstraído, uma vez que seu aspecto de redução de relação encaixe/renda agregada (E/Y) envolve uma determinação geral da demanda efetiva, vale dizer, da transformação de dinheiro ocioso em poder de compra efetivo, ao passo que, de um ponto de vista espacial, nosso verdadeiro problema é a determinação dos efeitos da transferência inter-regional do mesmo poder de compra.

Nestas condições, do ponto de vista de uma teoria no espaço, o desequilíbrio do balanço de pagamentos pode significar apenas duas coisas: ou transferência inter-regional de dinheiro ocioso, ou bem transferência inter-regional de poder de compra efetivo. No primeiro caso, a transferência é neutra do ponto de vista do nível de renda regional, ao passo que, no segundo, a transferência representa o próprio processo de redução da renda em determinada região e seu aumento em outra, desequilíbrio que se perpetua no tempo até que cesse o efeito multiplicador negativo da queda inicial do nível da demanda efetiva na região deficitária e, ao mesmo tempo, cesse o efeito multiplicador positivo na região superavitária. Uma vez que a relação encaixe/renda está "dada", a determinação de tais efeitos multiplicadores dependerá dos vários "vazamentos" no espaço, isto é, dos demais itens que compõem, ao lado dos investimentos, o balanço de pagamentos: exportações, importações, transferências unilaterais e empréstimos e financiamentos. E' esta multiplicidade de variáveis que sugere a unilateralidade de teoria da base de exportação, constituindo fonte de inúmeros equívocos, sendo o principal sua transformação de teoria de determinação do poder de compra efetivo (demanda efetiva) no espaço numa bastarda versão de teoria da realização, analisada a partir da determinação da "renda de equilíbrio".

A ocorrência dos efeitos multiplicadores, por outro lado, tem de ser analisada com muito cuidado. Consideremos, como

exemplo, o comportamento das importações: Em que medida ele afeta o crescimento regional?

Imaginemos que em determinado momento haja uma queda dos preços do principal produto importado pela região i tal que o valor agregado das importações seja reduzido. Nestas circunstâncias, partindo-se de uma situação de equilíbrio da balança comercial, passaríamos a ter um déficit comercial e uma mudança no resultado final do balanço de pagamentos. Apesar disso, não teríamos, em princípio, nenhuma mudança do nível de renda regional, cabendo à "sobra de caixa" provocada pela queda no valor das importações o destino de engrossar o encaixe de dinheiro situado fora do processo de circulação. Imaginemos, por outro lado, que a região i tenha reduzido o valor agregado de suas importações, graças à substituição da produção externa por produção interna. Neste caso, podemos considerar a questão observando-se a substituição quer do ponto de vista da criação da produção nova, para a qual se necessita primeiramente investimentos e, posteriormente, gastos correntes, quer do ponto de vista da demanda final, cujo componente (X-M) terá crescido: nos dois aspectos temos a criação de demanda efetiva adicional e, portanto, aumento de renda regional.

Em outras palavras, a problemática puramente espacial, embora tenha como referência o fluxo monetário no espaço (o balanço de pagamentos), não é de nenhuma forma a problemática de geração e do equilíbrio de um fluxo de divisas - isto é, uma problemática cambial - que só adquire sentido no contexto

internacional das "várias moedas" nacionais. Antes dela, o nosso problema é o de, partindo da problemática geral de criação da demanda efetiva, analisar a criação e transferência de poder de compra efetivo entre os vários pontos do espaço. Trata-se, portanto, de identificar no fluxo monetário no espaço - balanço de pagamentos - aquele que corresponde aos movimentos de criação e transferência de poder de compra efetivo, sendo tal identificação a base fundamental para a construção de uma teoria da dinâmica espacial.

5.4 - Balanço de pagamentos e produto regional

Retomando a expressão (1), que representa o balanço de pagamentos da região i, podemos adequá-la às idéias desenvolvidas acima.

Consideremos, em primeiro lugar, o resultado do Balanço de Pagamentos (R). Como vimos em nosso primeiro exemplo, se o saldo do balanço de pagamentos (positivo ou negativo) resulta de transferência inter-regional de dinheiro ocioso, este fato refletir-se-á exclusivamente no movimento de capitais, através de uma alteração na conta de investimentos não diretamente produtivos. Como, na realidade, o que se verifica é uma situação "mista" onde (Dr - Di) reflete movimentos paralelos de capital produtivo e monetário, poderíamos diferenciar as duas contas, adotando a convenção de que (Dr - Di) representa o movimento de capital produtivo e (Der - Dei) o movimento de capital especulativo não diretamente vinculado ao processo de produção. As-

sim, se chamamos E o saldo do balanço de pagamentos determinado pelo saldo do movimento especulativo e Z o saldo determinado pelas demais contas, teremos que R = E + Z sendo E = - (Der - Dei), o que cancela dentro da expressão (1) tanto E quanto (Der - Dei). Neste sentido, para os propósitos teóricos do presente estudo, a conta do balanço de pagamentos ficará restrita à expressão:

$$Xr + Tr + Fr + Dr + Z = Xi + Ti + Fi + Di \quad (2)$$

onde Dr e Di representam fluxo de capital produtivo e Z o saldo do balanço de pagamentos, que exclui o movimento especulativo de dinheiro ocioso.[1]

Por outro lado, o saldo Z, que aparentemente poderia ser tomado como um mero "resíduo", com tendência a zero a longo prazo, envolve, na verdade, uma determinação mais complexa, que vai além de definições estáticas. Como já afirmamos, o saldo Z é a expressão do próprio movimento da renda (e do produto) regional, tal que, ceteris paribus, se Z > o temos $\Delta Y > o$ e se Z<o, $\Delta Y < o$. De um certo modo, estes movimentos que levam ao aumento ou redução de Y poderiam à primeira vista ser tomados como um desequilíbrio transitório, que cobriria um lapso de tempo

---

1 - Em termos empíricos esta separação apresenta alguns problemas de medição, uma vez que a pletora de dinheiro ocioso encontra-se distribuída em várias categorias do balanço de pagamentos. Em termos teóricos, porém, a separação faz sentido, constituindo um desdobramento da dicotomia "dinheiro em circulação versus entesouramento", que representa uma questão básica da teoria do dinheiro em seu nível mais abstrato.

suficiente para que haja um equilíbrio na transferência de poder de compra efetivo, onde os "vazamentos" igualam a criação de demanda efetiva na região i, de forma que Z → o. Na verdade, tal lapso de tempo, que nada mais é do que o efeito multiplicador keynesiano, aqui se apresentando exclusivamente com os fluxos econômicos espaciais, não acarretaria necessariamente desequilíbrio do B.P. Neste sentido, a dificuldade que se apresenta é teoricamente a mesma do processo multiplicador, ou seja, ele representa um processo de ajuste sem especificação do tempo, podendo conter um prazo curto, médio ou longo de ajustamento a uma queda ou aumento inicial da demanda efetiva,[1] mas em nenhum caso constitui um ajustamento ao "equilíbrio" como nas versões bastardas.

No caso espacial este processo pode ser muito longo se se referir, por exemplo, à perda tendencial de vantagem comparativa, que vai diluindo aos poucos - na medida da obsolescência do capital fixo - a base exportadora e/ou de produção interna da região. Em outras palavras, para não consistir em mero conceito estático, onde a fixação de parâmetros pré-determina um ponto de "equilíbrio"[2] em um lapso de tempo

---

1 - A este respeito ver Possas (op. cit.) caps. 1 e 3.

2 - Note-se que, mesmo com parâmetros constantes, a determinação das variáveis de renda através do multiplicador, não implicaria necessariamente a consecução de uma situação de equilíbrio macroeconômico, inclusive do B.P.: o elemento básico de instabilidade, no caso, continuaria a ser o investimento, com oscilações abruptas inclusive em termos espaciais.

abstrato, este efeito "multiplicador" deve incluir todas as mudanças nos parâmetros de forma que expresse não o ajuste ao equilíbrio, mas o próprio processo de movimento - em geral desequilibrado. Assim, a análise dos fatores que levam a $Z > 0$ ou $Z < 0$ constitui a própria essência de uma teoria do movimento do capital no espaço, o que implica que a magnitude do efeito multiplicador não pode ser analiticamente pré-determinada. Por outro lado, como cristalização do desequilíbrio, Z simplesmente não pode ser "expelido" da análise, a ponto de se tornar logicamente inconsistente, uma vez que condensa o próprio movimento que se busca explicar. Corre-se, portanto, o risco de se cair em mera tautologia, uma vez que o ponto de partida teórico é uma identidade - a expressão (2) - que contém a um só tempo as variáveis de movimento e o seu próprio resultado.

A solução para o problema, ao invés de arbitrariamente suprimir Z fazendo-o igual a zero, é supô-lo determinado em simultâneo às variáveis relevantes que se queira explicar. Em nosso caso, se a variável relevante é a renda (ou produto) e suas vinculações com alguns dos fluxos que compõem o balanço de pagamentos, poderíamos definir zi como a relação entre Z e a renda da região i, isto é, $zi = Z/Yi$, e supô-la dada para qualquer nível de renda, procedimento legítimo que nada mais

significaria do que supor uma determinada taxa de crescimento desigual inter-regional.[1]

Feita tal suposição, a expressão (2) pode ser entendida como uma equação não apenas contábil, mas capaz de expressar determinadas relações de causalidade entre algumas das variáveis que compõem o fluxo do balanço de pagamentos. Comecemos pelo volume de investimento produtivo em i (Di) e em r (Dr). Em termos convencionais poderíamos supor que Di e Dr dependeriam da taxa de crescimento da renda em i e r, configurando-se um efeito acelerador que determinaria o nível de investimento nas duas regiões. Entretanto, de um ponto de vista puramente espacial, o investimento em i e r dependeriam das perspectivas de sobrelucro nas duas regiões, as quais, como vimos no capítulo anterior, dependeriam, entre outros, do resultado dinâmico líquido dos efeitos aglomerativos e desaglomerativos determinados pelo processo de acumulação. Existe assim uma especificidade na determinação do sobrelucro esperado, caracterizando-se por uma certa autonomia em relação ao nível de renda. Neste sentido podemos

---

1 - Para ficar mais clara a suposição, consideremos a existência de n regiões dentro de determinado país e de um Banco Central com poder de emissão de dinheiro em favor de todas as regiões. Suponhamos que todos, sem exceção, tenham capacidade de aumento da demanda efetiva, o que torna todas superavitárias em seu balanço de pagamento, embora a níveis diferenciados, dependendo do comportamento de cada uma em dos balanços de relação às demais. Assim, haveria uma hierarquia de saldos dos pagamentos (por exemplo, zn > zn-1 > .... z2 > z1) que corresponderia a uma hierarquia de taxas de crescimento da renda, isto é, y'n > yn-1 ... y'a > y'1, uma vez que o saldo líquido do balanço de pagamentos corresponderia ao aumento da demanda efetiva em cada região.

supor que os investimentos produtivos em i e em r são variáveis autônomas em relação ao nível de renda, o que nos permite escrever: Dr = dr Yr e Di = di Yi, onde dr e di são variáveis que expressam a relação entre a variável autônoma do investimento inter-regional em i e r e os respectivos níveis de renda.[1]

As transferências unilaterais, aqui consideradas as transferências de rendas individuais para fins de consumo, os gastos do governo central na região, empréstimos a fundo perdido ou de longo prazo para os quais se cria um gasto corrente etc., podem não apenas significar transferência de poder de compra efetivo no espaço, tal como se verifica com o fluxo de investimentos produtivos, mas igualmente, e de forma muito mais acentuada que os próprios investimentos, podem ser considerados autônomos em relação ao nível de renda. Apesar disso, apenas para operar com coeficientes, podemos escrever: Tr = tr Yr e Ti = ti Yi onde tr e ti constituem a relação entre as transferências e o nível de renda em i e r.

Os financiamentos, bem como suas amortizações e juros, não correspondem, em princípio, a nenhuma criação original de gastos, referindo-se sempre a gastos já previamente definidos. Assim, os financiamentos às exportações e importações buscam atender a uma demanda já definida, onde eles entram apenas como um procedimento comercial normal. Neste contexto, mesmo que o

---

1 - Este procedimento é puramente formal, visando apenas operar com coeficientes ao invés de variáveis "absolutas".

volume de financiamentos concedidos ou recebidos menos amortizações e juros seja uma magnitude positiva, eles não passam de uma "proxy" do nível de exportações e importações, não afetando, em princípio, o nível prévio da demanda efetiva. Sua importância, portanto, ficaria restrita ao seu caráter de operação tipicamente financeira, além de ter uma importância decisiva no contexto internacional, onde adquire relevo a problemática especificamente cambial. Isto significa que, num contexto espacial "puro", as operações de financiamento podem ser legitimamente abstraídas, devendo ser embutidas nas exportações e importações como procedimento normal do comércio de mercadorias.

Consideremos agora o esquema de determinação das importações. Estas, na verdade, constituem uma variável passiva que oscila em função de duas variáveis centrais. A primeira e básica é o nível de atividade econômica, adequadamente representado pelos conceitos keynesianos de produto líquido ou renda líquida. E' evidente que quanto maior for o nível de atividade, maiores serão os requerimentos de mercadorias importadas necessárias para a reprodução do nível de atividade em crescimento. Resta, entretanto, estabelecer a proporção em que se vincularão as importações e o produto, o que nos traz o conceito de "coeficiente de importações", que indicará a exata proporção da variação das importações em relação a uma variação do produto.

Formalizando, diríamos que se Mi é o volume de importações da região i, ele dependerá do produto líquido (ou renda

l(quida) de i bem como do coeficiente de importações, que denotaremos αi. Assim, $Mi = \alpha i\ Yi$, onde Yi é a renda ou produto líquido da região i.

Apenas para reiterar a direção do processo de determinação, é importante que se observe que, suposto constante αi, o nível de importações dependerá inteiramente do nível do produto regional. A questão, porém, é que αi não é constante e sua mudança pode representar, como veremos, importantes mudanças no esquema de acumulação e crescimento regional. Por isso, é necessário que, desde já, entendamos o significado exato de αi para, posteriormente, tirarmos todas as conseqüências da utilização do conceito.

Em primeiro lugar, αi deverá mudar em proporção inversa ao tamanho econômico da região, um fato razoavelmente evidente e sobre o qual, afinal, concordamos com Tiebout. Isto significa que a definição (necessariamente arbitrária) de uma região afetará a magnitude de αi ,que se mostra assim limitado para comparações inter-regionais(1). Isso nos leva a uma segunda observação, que se refere ao fato implícito de que o tamanho econômico da região traz embutidas as possibilidades de auto-suficiência ou o seu contrário, a especialização, o que demonstra que a redução ou o aumento de αi conforme o tamanho apenas reflete determinado grau de

---

1 - O αi dos Estados Unidos (8%) é muito menor que o inglês (30%) ou alemão (25%) embora não se possa, em princípio, nada concluir sobre o caráter mais ou menos especializado destes países, uma vez que representam "regiões" de distintos tamanhos.

especialização regional, manifesto através de cortes "arbitrários" (a definição das regiões) no espaço econômico.

O grau de especialização para um dado tamanho econômico pode, entretanto, mudar, o que reflete mudanças espaciais significativas na direção da maior ou menor integração da região com o "resto do mundo". Se, por exemplo, duas regiões têm o mesmo tamanho (digamos, o mesmo nível de produto), mas um α_i diferente, poderíamos entender uma delas (a com α maior) como mais especializada e a outra como mais auto-suficiente e menos integrada com o "resto do mundo". Dentro de certas condições, a primeira delas pode ser mais eficiente e produtiva, dotada, conseqüentemente, de um maior nível de produtividade e de renda per capita. E' claro que tal regra tem exceções, mas, fundamentalmente, pode ser aplicada às acentuadas diferenças entre o centro e a periferia do mundo capitalista: comparada com o centro, a periferia tem um α_i excessivamente baixo (considerado o tamanho como redutor), demonstrando, na realidade, uma auto-suficiência indigente, como vimos no primeiro capítulo.[1]

Observe-se que o crescimento regional dinâmico caracteriza-se, na maioria dos casos, por uma redução de α_i, fato que evidencia estar a região em plena fase de criação e recriação

---

1 - A maior produtividade das regiões com maior coeficiente de especialização explicar-se-ia pela economia de escala interna e externa determinada pelos fatores espaciais. Por outro lado, outros fatores não necessariamente espaciais podem acarretar diferenças no nível de desenvolvimento das forças produtivas, com conseqüência direta sobre a produtividade, como ocorre na diferença entre o centro e a periferia.

das vantagens aglomerativas urbanas, ao passo que o baixo αi das regiões periféricas reflete sua indigência em estabelecer vantagens comparativas para exportação, ampliando assim sua capacidade de importar. A primeira, como região dinâmica, pode, inclusive, aumentar o seu grau de especialização - a despeito da queda de αi - uma vez que o seu tamanho aumentará substancialmente, o que lhe garantirá a escala necessária para a auto-suficiência e/ou exportação em algumas atividades, deixando "livre" o caminho para a importação de novos produtos.[1]

Por fim, uma última observação sobre o coeficiente de importações remete-nos ao fato de que αi é um indicador de elasticidade-renda das importações. Se αi é constante, a elasticidade é igual a 1; se αi cresce a elasticidade é maior que 1, e vice-versa.[1] Isso é relevante na medida em que o conceito de elasticidade, ao pensar em termos de taxa de variação, estabelece

---

1 - Suponha-se, por exemplo, duas regiões com αi e produto líquido idênticos, digamos, 0,10 e $100. Passado um certo tempo, a região A cresce e consegue dobrar o seu produto, enquanto B fica estagnada. Mesmo que o αi de A tenha caído para, digamos 0,075 ela deve possuir o grau de especialização maior, já que o seu tamanho, agora, é o dobro de B, o que implicaria que A, para manter o mesmo grau de especialização de B, deveria reduzi-lo de 0,075 para 0,05. Por isso, teoricamente, é de esperar que, com 0,075, A tenha um maior grau de especialização do que B, supondo-se uma relação inversa entre αi e YI para dado padrão de especialização.

os parâmetros que circunscreverão a evolução das importações e exportações (vistas como importações do ponto de vista do "resto do mundo") de uma determinada região.

Aparentemente, as exportações poderiam ser consideradas como dadas, hipótese que nos remeteria novamente à crítica de Tiebout. De um certo modo, quanto maior a região, maior será a sua capacidade de realimentação multiplicadora sobre o "resto do mundo". E quando isso ocorre "se é deixado na incômoda posição de se ter as exportações, em parte, como uma função da renda interna" (op. cit. p.319). Entretanto, como Tiebout, dada a sua premissa metodológica, basicamente não tem razão, o que ocorre na realidade é que, de fato, as exportações não podem ser concebidas como" deus ex machina". No fundo, elas nada mais são do que as importações do "resto do mundo", cujo método de determinação é o mesmo da região i: Assim como as importações de i são idênticas

---

1 - Se $M_i = \alpha_i y_i$, $\Delta M_i = \alpha_i \Delta y_i + y_i \Delta \alpha_i$. Dividindo a segunda expressão pela primeira, temos:

$$\frac{\Delta M_i}{M_i} = \frac{\Delta y_i}{y_i} + \frac{\Delta \alpha i}{\alpha_i} \text{ ; logo,}$$

Se $\Delta\alpha_i = 0$, $\frac{\Delta M_i}{M_i} / \frac{\Delta y_i}{y_i} = 1$

Se $\Delta\alpha_i > 0$, $\frac{\Delta M_i}{M_i} / \frac{\Delta y_i}{y_i} > 1$ e

Se $\Delta\alpha_i < 0$, $\frac{\Delta M_i}{M_i} / \frac{\Delta y_i}{y_i} < 1$.

às importações de r (Xi = Mr), as exportações de i são idênticas às importações de r (Xi = Mr), o que nos permite escrever Xi = Mr = αr Yr, em forma análoga ao estabelecido para a região i.

Retomando a expressão (2) e substituindo Xr, Xi, Tr, Ti, Dr, Di e Z pelos termos definidos em função da renda (sejam funções, como as importações, onde αi e αr são coeficientes, sejam variáveis expressas em termos da renda), teremos:

$$\alpha i\ Yi + tr\ Yr + dr\ Yr + zi\ Yi = \alpha r\ Yr + ti\ Yi + di\ Yi;$$

rearranjando os termos teremos uma relação entre Yi e Yr:

$$(\alpha i - ti - di + zi)\ Yi = (\alpha r - tr - dr)\ Yr, \text{ ou}$$

$$Y_i = \frac{(\alpha r - tr - dr)}{(\alpha i - ti - di + zi)}\ Yr \qquad (3).$$

Na verdade, se consideramos zi dado, a relação entre o produto da região e o do "resto do mundo" será determinada pela magnitude dos coeficientes de importação e pela importância das variáveis autônomas "transferência" e "investimento" em termos dos produtos regionais. Quanto menor o coeficiente de importação de i (αi) e quanto maior a sua capacidade de venda para r (expresso em αr) maior Yi em relação a Yr. Da mesma forma, quanto maior a "transferência autônoma" de demanda efetiva para i (isto é, quanto maiores ti e di) e quanto menor a "transferência" para r (isto é, quanto menor tr e dr) maior o nível de produto e renda de i em relação a r.

Na verdade, o que a equação (3) expressa é que os níveis de demanda efetiva em i e r podem ser modificados em termos reais pelos fluxos inter-regionais do balanço de pagamentos. Em pri-

meiro lugar, as transferências unilaterais e os investimentos aumentam este nível na região recebedora e o diminuem na região exportadora.[1] Em segundo lugar, as regiões transferem e recebem mercado - através das importações e exportações - sem mudança espacial do nível da demanda efetiva. Em outras palavras, a dinâmica espacial consiste no resultado líquido das transferências de poder de compra efetivo, seja pela mudança do nível regional da demanda efetiva - caso das transferências unilaterais e investimentos produtivos - seja pela transferência de poder de compra, sem alteração locacional da demanda (caso das importações e exportações).

Reescrevendo-se a equação (3) para efeito de dinamização, teremos: $Yi \frac{\alpha r \cdot gr}{\alpha i \cdot gi} Yr$ (4)

onde gr e gi são funções inversas de tr, Dr e αr de um lado, e ti, di e αi de outro.[2] Diferenciando-se a equação (4) em relação ao tempo, teremos:

---

1 - Esta diminuição pode não ser efetiva mas apenas potencial, onde investimentos e gastos decididos optam por determinada localização regional, o que significa perda potencial de demanda efetiva por parte da região exportadora.

2 - gr e gi resultam de uma transformação na equação (3) de forma que $gr = \frac{1 - tr - dr}{\alpha r}$ e $gi = \frac{1 - ti - di + zi}{\alpha i}$

$$(1 + \overset{\cdot}{Y}i) = \frac{(1 + \overset{\cdot}{\alpha}r)\quad(1 + \overset{\cdot}{g}r)\quad(1 + \overset{\cdot}{Y}r)}{(1 + \alpha'i)\ (1 + \overset{\cdot}{g}i)} \qquad (5)$$

onde Yi, Yr, α r, αi, gr e gi são as taxas de variações de Yi, Yr, αr, α i, gr e gi. Supondo-se intervalos de tempo próximos de zero, a equação (5) tenderia para uma equação do tipo:

$$Y'i = \alpha'r + g'r - \alpha'i - g'i + Y'r \qquad (6)$$

Na verdade, a equação acima, longe de constituir um esquema de equilíbrio, procuraria explicar a eventual igualdade ou desigualdade do ritmo de acumulação e crescimento de i e r.[1] Assim, se $Y'i - Y'r > o$, poderíamos buscar a explicação para este desenvolvimento desigual nos fatores que levam à inequação $\alpha'r - \alpha'i + g'r - g'i > o$. Isto implica se estabelecer hipóteses de comportanto para a variável g, bem como determinar suas eventuais vinculações com o coeficiente de especialização α, o que requer, inclusive, a determinação da própria natureza deste coeficiente.

Na realidade, esta questão é crucial no sentido de que, se postulada a tendência ao equilíbrio, desapareceria o próprio objeto de estudo que estamos tentando estabelecer. Por isso, se queremos analisar uma situação de desenvolvimento desequilibrado, devemos concluir por uma tendência geral para que $\alpha'i \neq \alpha'r, g'i \neq g'r$. Entretanto, mesmo que $\alpha'r$ e $\alpha'i$ sejam positivos, poderia

1 - De certo modo (a despeito de representar uma identidade) esta equação envolve determinação: o que ela exclui de fato é o equilíbrio.

haver um equilíbrio dinâmico sempre que $\alpha'r = \alpha'i$ e $g'r = g'i$. Assim, supondo $g'r = g'i$, se $\alpha'r = \alpha'i > 0$, teríamos um movimento de integração do espaço econômico (o que ocorre, por exemplo, nas fases de prosperidade do capitalismo), ao passo que se $\alpha'r = \alpha'i < 0$, teríamos um movimento inverso, de desintegração (processo típico, por exemplo, das fases de crise do capitalismo). Em ambos os casos, porém, o "equilíbrio dinâmico" seria mantido, o que ensejaria a possibilidade de desenvolvimento equilibrado dos vários pontos do espaço econômico.

Imaginemos duas regiões A e A' que, pela própria definição, detêm algum volume de troca entre si, mas bastante inferior às respectivas trocas intra-regionais. Suponhamos que estas últimas sejam compostas por mercadorias de circulação local em decorrência do fato de que nem em A, nem em A', gestou-se um ganho aglomerativo (dos serviços necessários à sua reprodução) suficiente para contrabalançar os custos de transporte destas mercadorias entre A e A'. Digamos que, em determinado momento, A logrou alcançar tal intento na produção da mercadoria x, isto é, o ganho aglomerativo nos custos dos serviços necessários à reprodução de x superou o custo de transporte de x entre A e A'. Nestas condições, a produção de x concentra-se em A, o que inclui a eventual transferência de capital e força de trabalho de A' para A. Em termos agregados e estáticos, teremos uma redução do nível de produto e de receita em A' e um aumento em A, dada a "transferência" e centralização da produção de x em A.

Em termos dinâmicos, temos um aumento do grau de especialização em A', traduzido pelo aumento do coeficiente de importações, o que significaria uma redução do potencial de crescimento do ponto de vista de A' (o que indicaria um $\alpha i' > 0$)[1] e um aumento do mesmo potencial do ponto de vista de A (que assumiria a forma $\alpha' r > 0$). Prosseguindo-se nesta direção, que envolveria a centralização em A da produção de outras mercadorias (x, u, z, ...), A' deixaria, aos poucos, de constituir uma região (análoga a A) para representar apenas uma subregião de A. Em outras palavras, o movimento de integração regional, que tem por pressuposto a existência de vantagens comparativas (naturais e/ou espaciais), implica um permanente processo de mudança do grau de especialização das várias regiões e que está embutido em sua própria gênese.[2]

A alavanca ou instrumento deste processo, por outro lado, é o movimento de capitais no espaço, cujo fluxo deve aumentar em direção a A e reduzir em direção a A', o que deve acarretar uma mudança no próprio resultado líquido dos investimentos produtivos. Assim, na medida em que consideremos ti e tr estáveis, a mudança de di e dr refletir-se-á inteiramente em gi e

---

1 - Esta redução evidentemente é apenas virtual, uma vez que A' pode encontrar novos fatores de especialização ao mesmo tempo em que A, a despeito dos ganhos sobre A', pode se encontrar com poucas perspectivas de crescimento.

2 - As condições de alteração de αi e αr, observadas não em termos abstratos, como o apresentado acima, mas em termos da dinâmica especificamente capitalista, serão discutidos no próximo capítulo (primeira, segunda e terceira partes).

gr: do ponto de vista de A, pelo menos durante um certo tempo, $g'i < 0$, $g'r \geq 0$ e, naturalmente, $g'r - g'i > 0$, acelerado o processo de desenvolvimento desigual, enquanto persistir o movimento de mudança dos fluxos. Nesse sentido, o movimento de integração de A' em A (que tem por pressuposto mudanças na formação da renda urbana em A e A') implica uma mundança inicial no fluxo de capital (gi e gr), ao lado de uma permanente mudança dos coeficientes de importação αi e αr. Ademais, a integração é uma tendência geral do capitalismo, o que torna $\alpha' i \neq \alpha' r$ não apenas uma possibilidade, mas uma inexorabilidade.

Ao mesmo tempo, o movimento de integração contém todos os elementos necessários ao estudo da questão espacial e é, portanto, aqui que pode ser vista a passagem do plano estático e microeconômico da determinação da renda urbana ao plano macroeconômico e dinâmico da determinação do crescimento regional. Concretamente, αi e αr são as variáveis síntese dos dois planos, constituindo o resultado da transmutação, de um lado, da "microestática" (determinação da renda urbana) em "macroestática" (determinação do nível do produto regional) e, de outro, da conversão desta "macroestática" em "macrodinâmica" regional. Isso acontece porque as mudanças na microestática (vale dizer, nos fatores que determinam a renda urbana) adquirem, automaticamente, a forma de mudanças em αi e αr, que exprimem as mudanças na dinâmica regional.

Em termos formais podemos tomar a equação de determinação do produto pelo sobrelucro esperado no capítulo

anterior e escrever: $Yi = Si / \theta i$ onde Yi é o produto líquido da região i, Si o sobrelúcro esperado e θi a margem, aproximadamente constante[1], que relaciona estas duas variáveis. Da mesma forma, $Yr = Sr / \theta r$ onde Yr, Sr e θr são as mesmas variáveis relativas ao "resto do mundo". Assim, se substituirmos Yi e Yr na equação (4)

$$Yi = \frac{gr\,\alpha r}{gi\,\alpha i}\ Yr$$

chegamos à igualdade:

$$\frac{gr\,\alpha r}{gi\,\alpha i} = \frac{Si}{Sr} \cdot \frac{\theta r}{\theta i}.$$

Ou seja, o fator $gr\,\alpha r/gi\,\alpha i$, que indica o desenvolvimento desigual entre i e r, pode ser expresso como função dos sobrelucros esperado de i e r, o que implica o estabelecimento de uma relação entre os coeficientes de especialização e do movimento líquido de capitais e os sobrelucros esperados.

Em outras palavras, o pressuposto básico do desenvolvimento desigual, que é a desigualdade na taxa de variação dos coeficientes de especialização ($\alpha' i \neq \alpha' r$), pode ser entendido

---

1 - θ Constitui de fato uma espécie de "Mark Up" sobre a renda agregada, conforme definição apresentada no capítulo anterior. Neste sentido θ constitui uma variável cuja determinação é "estrutural", sendo influenciada por uma série de fatores não modificáveis a curto prazo. S, por outro lado, ao ser influenciado por fatores inclusive de curto prazo, como as expectativas, constitui tipicamente uma variável em contraposição a θ, que seria aproximadamente um "parâmetro".

essencialmente (não exclusivamente) como uma desigualdade do ritmo de crescimento do sobrelucro no espaço.[1] Assim, quanto maior for a diferença entre S'i e S'r , maior a diferença entre $\alpha'i$ e $\alpha'i$ e maior o movimento líquido de capitais em migração para as regiões que apresentem maior perspectiva de crescimento do sobrelucro no espaço. Este então passa a ser a expressão não apenas da possibilidade de aumento do preço do solo urbano (a renda fundiária capitalizada), mas também das possibilidades de crescimento geral das atividades regionais.

Embora seja uma conclusão aparentemente óbvia, o entendimento do desenvolvimento desigual como decorrente de perspectivas espacialmente diferenciadas de valorização do capital recoloca o tema onde sempre deveria ter estado e de onde nunca deveria ter saído para aventuras teóricas, como a troca desigual ou a teoria do equilíbrio dos fatores neoclássica.

5.5 - A dinâmica centro x periferia

A consideração do desenvolvimento regional como uma resultante das possibilidades de geração e expansão do sobrelu-

---

1 - Espera-se, de certa forma, que mesmo que θi e θr não sejam constantes, acabem variando na mesma direção, o que torna $\theta'r - \theta'i = 0$ razoavelmente provável. Observe-se, porém, que o desenvolvimento desigual não se explica exclusivamente pela desigualdade $Si \neq S'r$ mas, também, por outros fatores, em sua maioria estruturais e não tipicamente espaciais, que se encontram cristalizados nas diversas regiões.

cro espacial aparentemente não resolveria nosso problema de reconceituação da dinâmica centro x periferia, uma vez que, como vimos no capítulo anterior, todo o espaço econômico - inclusive aquele voltado para a extração de recursos naturais - é, em primeiro lugar, um espaço localizado. Mais ainda, uma região rica em recursos naturais (especialmente solos adequados para a produção agrícola) acaba criando um espaço urbano razoavelmente diversificado, cujo grau variará com as condições históricas em que se inicia o desenvolvimento regional. Entretanto, independente das regiões ricas em recursos naturais constituírem um espaço localizado, podemos acreditar que o esquema de inserção regional no conjunto da economia tende a ser, em geral, bastante caracterizada, onde se apresentam nitidamente três formas fundamentais.

Em primeiro lugar temos as regiões cujo espaço urbano é plenamente diversificado e que detêm vantagens comparativas vis-à-vis as demais em todas as atividades que requerem grandes quantidades de serviços para a sua reprodução. Neste caso, a forma de inserção destas regiões no conjunto da economia - isto é, a sua base de exportação - tem por referência a sua vantagem comparativa, que se expressa na formação e expansão de um sobrelucro urbano-espacial que lhe garantirá uma base de exportação eminentemente diversificada.

Em segundo lugar temos as regiões ricas em recursos naturais que, a despeito de deterem eventualmente centros urbanos com algum grau de diversificação, não conseguem estabelecer

vantagens comparativas urbanas em relação ao "resto do mundo". Nestas condições, a sua base de exportação será fundamentalmente em torno de sua vantagem comparativa em recursos naturais, mesmo que esta se apresente combinada com o fato de seus recursos naturais serem localizados, tanto em termos inter-regionais, quanto em termos intra-regionais.

Em terceiro lugar, embora não excludente com o grupo anterior, temos as regiões que possuem necessariamente algum grau razoável de diversificação urbana, embora sem conseguirem estabelecer vantagem comparativa urbana em relação ao primeiro grupo de regiões. Nestas condições, elas podem, eventual ou sistematicamente, constituir alternativas de relocalização (geralmente industrial) para o primeiro grupo, especialmente quando: a) as vantagens aglomerativas da atividade em questão (embora existentes) são relativamente baixas quando comparadas às das demais atividades; b) a atividde é muito extensiva em termos do uso direto e indireto do solo urbano, o que implica um baixo coeficiente de produção física por unidade de área, com reflexos negativos do custo do solo urbano sobre o preço unitário final;[1] c) esgotamento das possibilidades de microlocalização no primeiro grupo de regiões em virtude do excessivo afastamento dos

---

1 - Como vimos no capítulo anterior a renda unitária da atividade i (r_i) está sujeita à restrição da "renda absoluta", correspondente à atividade imediatamente menos intensiva e/ou de menor transportabilidade. Assim, $r_i > r_{i-1}\ q_{i-1}/q_i$ tal que quanto menor o coeficiente de produção física por unidade de área (q_i), maior a "renda absoluta" (renda mínima) que deve ser paga para a utilização do solo urbano.

subnúcleos de relocalização em relação ao núcleo urbano básico. Os três efeitos combinados podem provocar a "expulsão" da atividade para as regiões dotadas de centros urbanos de "segunda linha", provocando uma relocalização, cuja causa visível é o diferencial do custo direto ou indireto[1] do solo urbano. Portanto, a base de exportação destas regiões terá como referência vantagens comparativas urbanas que garantirão a formação de um sobrelucro espacial. A diferença em relação ao primeiro grupo de regiões é que, enquanto no primeiro grupo o sobrelucro explica-se pelo diferencial do custo de serviços, neste último o diferencial refere-se direta ou indiretamente à diferença inter-regional da renda e do preço do solo urbano.

Definidos estes três tipos de regiões, podemos conceituar como Centro de expansão econômica aquelas do primeiro grupo e como periferia aquelas do segundo e do terceiro grupos. Neste sentido, a diferença fundamental entre Centro e periferia não é exatamente a inserção através de um sobrelucro espacial no conjunto da economia, característica que constitui o pressuposto da inserção de toda e qualquer região. A diferença refere-se ao potencial de crescimento do sobrelucro nos dois blocos, uma vez que o centro, como um "locus" eminente do urbano, tem uma capacidade ilimitada de crescimento em função de sua capacidade igualmente ilimitada de diversificação, cujos limites são dados

---

1 - O principal custo indireto é o salário, que tende a aumentar em termos nominais nos grandes centros urbanos, como vimos no capítulo anterior.

apenas pelo processo global de acumulação de capital. A periferia, pelo contrário, caracteriza-se pela especialização, seja em função de sua dotação de recursos naturais, seja em função das "sobras" de relocalização que consegue pela "expulsão" de algumas atividades do centro. No primeiro caso (isto é, dos recursos naturais) o limite encontra-se tanto na disponibilidade concreta de recursos naturais, quanto na dificuldade de intensificação de seu uso, ou mesmo na própria especialização que, a longo prazo, tende a ser inelástica em relação ao crescimento do produto total da economia, tal como propôs a CEPAL.[1] No segundo caso, o limite encontra-se fundamentalmente no próprio ritmo de crescimento da renda fundiária urbana no centro: quanto maior for este, maior o ritmo de expulsão de atividades e vice-versa, de forma que a ampliação do sobrelucro na periferia dependerá inteiramente das possibilidades de ampliação do sobrelucro no centro.

Da definição acima derivamos quatro questões importantes. A primeira é o conceito de indústria-motriz de Perroux que

---

1 - Qualquer que seja a matéria-prima disponível numa região, ela certamente terá um ciclo na economia capitalista. Numa primeira fase, a elasticidade será certamente maior que um e numa segunda fase menor que um, como acontece atualmente com o petróleo. Sua demanda teve uma elasticidade maior que um desde o início do século até o final dos anos sessenta e início dos setenta. A partir de então a elasticidade-renda tem sido menor que um. Por outro lado, a tese da CEPAL, baseada na suposta lei de "Engel" (que se refere apenas ao setor agrícola) teve por referência o conjunto de produtos primários (muitos dos quais foram substituídos pelo próprio petróleo) e o comportamento de sua demanda no final do Século XIX até meados deste século.

tentaremos rediscutir no próximo capítulo. Por enquanto, porém, já podemos afirmar que, se por indústria-motriz entendemos a indústria dinâmica Schumpeteriana, é bastante provável que ela estabeleça a sua localização no centro, mesmo que permita a distribuição de partes especializadas de algumas das atividades (que compõem o núcleo dinâmico) para a periferia. A razão é que, como locus eminente do urbano, o centro, com sua capacidade ilimitada de diversificação, tem grandes possibilidades de conter o novo, sujeito apenas às limitações dos recursos naturais e da capacidade de expulsão da renda fundiária urbana. Se tal probabilidade torna-se real, teremos então configurados dois tipos de pólos de crescimento: os do centro, que contém uma indústria-motriz, e os da periferia, que não a contêm.

A segunda questão refere-se ao problema cambial crônico por que passam os países da periferia capitalista. Abstraindo os problemas financeiros do éndividamento, a questão cambial pode muito bem ser pensada como a contradição entre a possibilidade ilimitada de ampliação do sobrelucro espacial no centro, refletindo seu caráter uno e diverso (que nada mais é do que a expressão da universalidade do urbano), e o caráter especializado e fragmentado da periferia.

A esse respeito é oportuno que se reavalie o debate que se produziu no Brasil em torno da "teoria do teto", cujos defensores principais seriam E. Bacha (1976) e Malan e Bonelli (1976). Bacha, por exemplo, apoia-se num pretenso teto histórico de crescimento da economia brasileira (cerca de 7,08% ao ano),

largamente ultrapassado no período do "milagre" e que cobraria agora a relativa paralisação da economia. Tal interpretação deu origem a uma veemente crítica de J. Manuel C. de Melo e L.G. Belluzzo (1977): "Esta tese é a aplicação desprovida de qualquer imaginação do tão famoso quanto desacreditado princípio do teto. É justamente desacreditado porque o capitalismo, por sua própria natureza, expande continuamente sua fronteira de recursos, não só por sua avassaladora capacidade de promover o progresso tecnológico, como também pela incessante dilatação do espaço econômico que enlaça, cada vez mais, todas as economias num mercado mundial" (op. cit., p.25).

Duas, na realidade, são as teses em confronto aqui. A primeira é a de que um espaço econômico nacional como o do Brasil teria um "teto" histórico absoluto (interpretação à que dá ensejo o trabalho de Bacha), com a qual estamos inteiramente em desacordo. A segunda é a de que poderia haver um "teto" relativo, ou, em outras palavras, de que a capacidade de acumulação de determinados espaços econômicos é modificável por um conjunto de fatores que podem ou bem acelerar ou desacelerar a capacidade potencial de acumulação. Neste caso, uma interpretação conjuntural da crise via balanço de pagamentos é perfeitamente válida, constituindo, pelo menos tendo em vista uma virtual impossibilidade de sua explicação estrutural, um bom e necessário equacionamento dos problemas surgidos.[1]

---

1 - Nessa direção, aliás, caminham Davidoff (1984) e o próprio Bacha (1984), que analisam os problemas do balanço de pagamentos brasileiro à luz de uma periodização que leva em conta aspectos importantes da conjuntura internacional.

A posição de Cardoso de Melo e Belluzzo, porém, tem de ser analisada em seus próprios termos, isto é, de um ponto de vista teórico. Nesse sentido, é importante que se observe que a idéia defendida pelos autores decorre de uma lei imanente (a tendência ilimitada à acumulação e, portanto, à superacumulação que trazem junto um alargamento da fronteira espacial e tecnológica do capitalismo) válida para o capitalismo em geral ou, como se queira, para o capitalismo visto em seu conjunto. Assim sendo, a lei não teria necessariamente validade quando referida a capitais específicos, não apenas no sentido do "capital em sua realidade", mas no do capital em sua realidade específica e fragmentada. A afirmativa de Cardoso de Melo e Belluzzo é perfeita quando observada à luz da realidade capitalista mundial vista em seu conjunto, não fragmentada, mas pode ser incorreta quando referida a alguma especificação desta mesma realidade. Neste último caso, poderíamos ter, para certos espaços econômicos (o centro), uma quase ilimitada capacidade de acesso a recursos produtivos, ao lado de outros com capacidade bastante restrita, como é o caso da periferia em geral.

Traduzido em termos do esquema teórico proposto, isto significa que o centro tem muito maior capacidade, em relação à periferia, de obter "dinheiro" (divisas), isto é, poder de compra efetivo. Esta, aliás, é a razão por termos insistido no fato de que o conhecimento "novo" produzido pela análise espacial tem por paradigma, em primeiro lugar, a determinação de $\bar{D}$ que inicia um ciclo produtivo (em termos de Marx) e, em segundo lugar, a deter-

minação de $\underline{D}$ no espaço, uma vez que a outra alternativa teórica (diga-se, igualmente válida e pertinente) situa-se (ainda no plano da circulação pura) no aumento ou redução do entesouramento, tema que desemboca, no plano dos "vários capitais", na construção de uma teoria da concorrência com imbricações tanto na esfera financeira quanto na esfera propriamente produtiva.

A determinação de $\underline{D}$ no espaço - que no âmbito dos vários países desemboca no problema cambial - requer a explicitação qualitativa e quantitativa da apropriação capitalista do espaço, o que implica perguntar em que medida determinado ponto do espaço econômico pode ser objeto de interesse para a valorização do capital. Esta é a especificidade do conhecimento "novo" que se traduz, quantitativamente, na capacidade que determinado ponto pode ter para produzir (com lucro), seja apenas para o seu próprio mercado (o que ajuda a definir o seu grau de auto-suficiência e, portanto, o coeficiente de importações), seja também para outros mercados. Na verdade, quanto maior for esta capacidade, maior é acessibilidade de determinado espaço ao conjunto de todas as mercadorias que compõem a circulação capitalista, seja pelo próprio aumento diversificado da produção, seja pelo aumento da capacidade de exportação e a correspondente obtenção de dinheiro universal (divisas).

A importância do conhecimento "novo" produzido pela determinação de $\underline{D}$ no espaço revela-se, por exemplo, quando comparada com a análise de problemas espaciais baseada em categorias inadequadas. Neste sentido, Kalecki (1983) fornece-nos um exemplo

eloqüente, quando tenta mostrar as diferenças existentes nos problemas enfrentados pelos países desenvolvidos em relação aos subdesenvolvidos. A par de uma série de generalidades, o autor comete o engano de assumir peremptoriamente que o problema básico dos países desenvolvidos é o de superprodução, que seria negligível para os subdesenvolvidos, às voltas com problemas de escassez. Na verdade, esta opinião é basicamente falsa, uma vez que a periferia capitalista enfrenta também sérios problemas de superprodução, não só no seu subsetor exportador, como na produção para mercado interno. A diferença específica em relação aos desenvolvidos, no caso, é que, nestes últimos, a superprodução em determinado setor é substituída pela diversificação e investimento em outros (especialmente nas fases de prosperidade), ao passo que, na periferia, o capital não encontra "interesse" na diversificação, preferindo o caminho da especulação ou da fuga para os centros dinâmicos.

Em outras palavras, a tendência mais permanente e geral à superprodução no centro decorre do excesso de investimento (dado o "interesse" do capital em fazê-lo), ao passo que a "escassez" localizada na periferia decorre, ao contrário do que propõe Kalecki, da escassez de investimentos (dado o relativo "desinteresse" do capital em fazê-lo), substituídos pela especulação e pela fuga, as quais se refletem e se manifestam na crise cambial permanente.

Uma terceira questão que pode ser derivada de nosso conceito de centro e periferia refere-se à problemática dos

efeitos cumulativos discutidos por Myrdal e Hirschman. Como vimos acima, Myrdal não consegue precisar teoricamente os fatores que paralisam tanto os efeitos cumulativos crescentes como os decrescentes, recorrendo, para contornar o problema, a "achados" do tipo "deseconomias externas", "fatores impulsores" e outros. Hirschman, por seu turno, embora correto na crítica a Myrdal, pouco desenvolve no sentido de resolver a dificuldade, a não ser pela consideração dos recursos naturais, que constituem um dos fatores fundamentais no estabelecimento do efeito de "fluência".

Na verdade, além dos recursos naturais, temos dois fatores tão ou mais importantes que a desconcentração via atividades ligadas diretamente aos recursos naturais. O primeiro decorre do próprio processo de ampliação do espaço econômico através da fronteira de recursos naturais, que acaba criando, com maior ou menor grau de diversificação, uma rede de centros urbanos, cuja capacidade de competição com as antigas regiões pode vir a ser, em princípio, possível. O segundo fator é que o próprio processo de crescimento urbano das velhas regiões gera, como vimos, o processo de expulsão e relocalização regional das atividades econômicas mais extensivas ou menos influenciadas pela aglomeração urbana.

Ambos os fatores garantem, por si, o efeito de "fluência", que pode atenuar ou mesmo suprimir a tendência à concentração espacial das atividades econômicas. Na verdade, a sua combinação pode levar a um ponto em que a capacidade de competição real da nova região torna-se efetiva, dando lugar a uma

"desconcentração concentrada" (hipótese em que a velha região mantém seu "status" e poder competitivo), ou a um deslocamento e substituição da velha pela nova região, hipótese em que há uma verdadeira subversão da hierarquia espacial.

Chegamos assim a uma quarta questão, que diz respeito à possibilidade ou não do efeito de "fluência" superar o efeito de "polarização", seja pelo surgimento de novos centros com capacidade de concorrência com os antigos, seja pela própria inversão da hierarquia espacial, seja pela possibilidade de atenuação - pelo menos a longo prazo - do desequilíbrio regional.

Em princípio podemos considerar que a última hipótese é perfeitamente possível, uma vez que não altera a hierarquia regional mas apenas sugere "momentos" em que o efeito de fluência pode superar o efeito de polarização. Na verdade, tal eventualidade pode ocorrer em certos momentos em que, por exemplo, o ritmo de expansão da fronteira de recursos naturais ganha peso ou em que o ritmo de expansão das atividades industriais com tendência aglomerativa é arrefecido, permitindo um aumento do ritmo de expulsão (via renda fundiária) do centro para a periferia. A mudança ou mesmo inversão da hierarquia espacial, por outro lado, é possibilidade discutível, que merece ser analisado caso por caso, diferenciando-se principalmente a problemática internacional da problemática inter-regional propriamente dita.

Consideremos primeiro esta última, observada tanto do ponto de vista histórico quanto da perspectiva especificamente teórica. Em termos históricos temos, aparentemente, tendências

Falta a pg 485 - 486 e 487

diversas, comportando não apenas situações em que determinados países desenvolveram e mantiveram uma situação de acentuado desequilíbrio inter-regional como outras em que, pelo contrário, processou-se um fenômeno de mudança da hierarquia regional. Na verdade, os exemplos desta última possibilidade não são muitos, estando talvez entre os únicos os representados pelos EUA e Inglaterra, onde temos um rompimento pelo menos aparente da antiga estruturação do espaço, com o surgimento de novos centros concorrentes (EUA) e a decadência de antigos (Inglaterra).

No caso dos EUA, a mudança refere-se especialmente ao aparecimento de novos centros de expansão (a Califórnia, com Los Angeles como centro urbano proeminente) ao lado de uma decadência relativa da região nordeste do país. A questão, porém, é que a Califórnia tem-se mostrado historicamente menos como um centro concorrente e mais como uma região especializada (agroindústria) e, portanto, periférica, ou senão como um centro efetivo embora complementar à região Nordeste. A bem da verdade, o deslocamento relativo da região Nordeste é realizado por espaços concorrentes situados fora dos EUA, a saber, a Europa e sobretudo o Japão. Na Inglaterra, de forma semelhante, temos um deslocamento de antigos centros industriais (como Liverpool) pela concorrência de fora do país, a começar pelos próprios EUA, a Alemanha, a França e o Japão. A única diferença é que esta decadência não é acompanhada pelo surgimento de um novo centro de expansão (como nos EUA), ocorrendo tão somente um nivelamento por baixo. Estas duas situações remetem-nos, portanto, à questão da possibilidade de

mudança da hierarquia espacial a nível internacional (que comentaremos mais adiante), não constituindo exatamente um caso meramente "regional".

Do ponto de vista teórico a possibilidade de mudança da hierarquia regional é igualmente difícil, senão impossível, uma vez que a própria gênese da concentração espacial (isto é, a necessidade de escala mínima dos serviços de consumo e de circulação) é, como vimos no terceiro capítulo, progressiva, tendendo a aumentar com a própria acumulação de capital. Assim, exceto por algumas situações ligadas à expansão da fronteira de recursos naturais, podemos afirmar que as necessidades aglomerativas dos serviços são não apenas "estáticas", como também dinâmicas, provocando uma situação em que o fator aglomerativo é a variável de movimento que constitui a própria gênese da acumulação no centro urbano, ao passo que o fator desaglomerativo constitui o seu mero resultado.

Em outras palavras, o fator aglomerativo considerado como variável de movimento nada mais é do que o sobrelucro espacial esperado (tal como definido no capítulo anterior), que determina um certo ritmo de acumulação cristalizado, a cada momento, em dado nível de atividade do centro urbano: ao passo que o fator desaglomerativo encontra sua expressão final na renda fundiária, que nada mais é do que o resultado da cristalização

deste mesmo nível de atividade no espaço.[1] Assim, o sobrelucro espacial esperado é a variável independente, e a renda fundiária, a variável dependente, fato que expressa a impossibilidade dinâmica do fator desaglomerativo superar, em termos globais, o aglomerativo.

Estabelecendo-se um paralelo com a teoria do oligopólio inspirada em Steindl (1951), e Labini (1980), podemos afirmar que assim como a "barreira à entrada" é o fator cumulativo que, a um só tempo, cristaliza determinada estrutura de mercado e é incessantemente modificada por ela através do movimento de acumulação das empresas líderes, o fator aglomerativo cristaliza determinada estrutura espacial (isto é, determinada distribuição das atividades econômicas no espaço), ao mesmo tempo em que é "reinventado" (modificado) a cada momento pela acumulação no centro urbano.[2]

---

1 - Os fatores desaglomerativos se expressam também no aumento de alguns custos urbanos que não se manifestam diretamente na renda, como poluição e engarrafamentos. Por outro lado, outros fatores como a diferença de salários reais - tema que analisaremos no próximo capítulo -, embora sejam efetivamente desaglomerativos, não o são no sentido espacial.

2 - Segundo Possas (1985), uma teoria alternativa do oligopólio "não se detém nos preços, mas nas margens de lucro, e não como resultado final de uma busca do equilíbrio, mas como elemento ativo da estruturação do mercado" (op. cit., p.170). De forma semelhante o sobrelucro espacial é o elemento ativo da estruturação do espaço econômico.

Em virtude da tendência progressiva do fator aglomerativo, e, portanto, de aumento do sobrelucro espacial no centro, o sobrelucro espacial na periferia é, em boa medida, seu mero reflexo enquanto resultado do crescimento da renda fundiária urbana. Neste caso, abstraídas modificações na fronteira de recursos naturais, podemos concluir que o sobrelucro no centro determina, em última análise, o sobrelucro espacial na periferia, configurando uma situação de dependência dinâmica das duas regiões.[1]

E' lícito, pois, concluir que, em termos puramente inter-regionais, o processo de concentração das atividades que leva a uma determinada estrutura e hierarquia espacial é seguramente irreversível, sendo que sua reversibilidade poderia ser dada apenas pela política econômica. Esta, porém, embora possa servir de fator de atenuação dos desequilíbrios regionais, dificilmente conseguirá estabelecer uma mudança na hierarquia espacial (recriando "centros" na periferia) a - não ser pela

---

1 - Em termos formais, chamando Si o sobrelucro da periferia e Sr o do centro, podemos dizer que Si = f (Sr). Se esta relação for aproximadamente linear de forma a se expressar num coeficiente ϕ podemos escrever: Si = ϕSr. Assim, se Yi = θi Si, substituindo-se Si por ϕ Sr teremos: Yi = θi ϕ Sr que representa a determinação do nível de atividade da periferia pelo sobrelucro espacial esperado do centro.

concessão de um subsídio permanente até à efetiva equiparação do tamanho econômico das regiões.

A nível internacional, porém, esta inexorável irreversibilidade deverá dar lugar a uma série de fatores econômicos que alteram a dinâmica espacial, tendo como referência central a existência de um estado nacional. O primeiro e principal fator é que o estado nacional, funcionando como instância política e administrativa, impõe barreiras cambiais diretas e indiretas,[1] que alteram o fluxo de comércio de mercadorias e serviços e o próprio movimento de capital. Tal problemática, que poderíamos denominar de "cambial", deve estar referida a dois outros fatores, que se adicionam ao estado nacional para compor o quadro do "capital em sua realidade". O mais importante é a diferença interpaíses do nível de centralização do capital, que pode resultar em formas de concorrência e poder competitivo bastante diferenciados, com interferência relevante na dinâmica espacial. Além do mais podermos ter, mesmo no contexto de um nível semelhante de centralização, formas de articulação financeira diferenciadas, que se apresentam inclusive nos países do centro

---

1 - Por barreiras cambiais diretas consideramos a política cambial propriamente dita, que envolve as regras de fixação do câmbio e suas formas de operação. Por barreiras cambiais indiretas consideramos todos os mecanismos fiscais que interferem no fluxo de mercadorias, serviços e capitais. Neste caso poderiam ser assim considerados os impostos de importação, exportação e sobre o movimento de capitais bem como os vários subsídios. Voltaremos ao tema no próximo capítulo.

capitalista (por exemplo entre os EUA e o Japão), ocasionando igualmente interferência na dinâmica internacional.

Finalmente, a estes três fatores, que em seu conjunto provisoriamente denominaremos de "problemática do Imperialismo", soma-se a questão do diferencial de salários interpaíses, que extrapolam as diferenças nominais estabelecidas pela renda fundiária urbana. Esta diferença de salários reais pode, na verdade, afetar a dinâmica espacial (no que Ohlin afinal estava certo) num sentido oposto àquele pretendido por Emmanuel, já que ao invés de atribuir aos baixos salários a "causa" do subdesenvolvimento, devemos entendê-los como fatores de atenuação, que levariam a um aumento do fluxo de capitais em direção aos países subdesenvolvidos.

Inegavelmente este conjunto de fatores deve alterar, de algum modo, a estruturação das atividades econômicas no espaço internacional. O que precisa ser conhecido é o "grau" em que isto pode ocorrer, podendo, por exemplo, apenas atenuar o processo de concentração espacial ou senão, pelo contrário, conseguindo subverter a hierarquia espacial e permitindo, por exemplo, a criação de novos Centros na periferia. Esta é a temática que tentaremos analisar no próximo capítulo.

6 - O ÂMBITO DOS MÚLTIPLOS CAPITAIS E O ESPAÇO

6.1 - Os estados nacionais e sua influência na dinâmica espacial

Como vimos no segundo capítulo, o modelo neoclássico das vantagens comparativas em sua forma "pura" (isto é, que abstrai a existência das "fronteiras nacionais") chega à generalidade completa ao substituir o conceito ricardiano de diferencial de produtividade (que se cristaliza na renda fundiária) pelo conceito de fator de produção e sua escassez relativa. O resultado mais sério desta substituição (como já observamos) é o "bloqueio" teórico que se estabelece no sentido da construção do conceito de espaço localizado. De imediato, porém, temos uma consequência igualmente séria, que se expressa no fato de que o modelo torna-se formalmente indeterminado, insuficiente, portanto, para a determinação "pura" da divisão espacial do trabalho.

Com efeito, se denominamos X_i, ($i = 1,2...., n$) o universo de mercadorias que podem vir a ser objeto de especialização de uma determinada região, K_i, L_i, e T_i as quantidades de capital, trabalho e terra necessárias para a produção da mercadoria i determinadas pelos coeficientes aik, ail e ait fornecidos pelas funções de produção de cada mercadoria (portanto, $K_i = aik\ X_i$ $L_i = ail\ X_i$ e $T_i = ait\ X_i$) e, por fim, $\bar{K}$, $\bar{L}$, $\bar{T}$ a disponibilidade total dos três fatores na região, temos, então, que:

$$\sum_{i=1}^{n} aik\ X_i = \bar{K} \quad ; \quad \sum_{i=1}^{n} ail\ X_i = \bar{L} \text{ e } \sum_{i=1}^{n} ait\ X_i = \bar{T} .$$

Como vimos no segundo capítulo (anexo) os coeficientes aik, ail e ait são variáveis que dependem das n funções de produção e dos preços dos fatores de produção. Estes, por sua vez, dependem da demanda por fatores, determinada pela interação entre a oferta e demanda de produtos de consumo final: como ambos (oferta e demanda) dependem dos preços dos produtos (e estes dos preços dos fatores de produção) temos uma solução final de três equações e três incógnitas - os preços dos fatores -, que substituem tanto os coeficientes (aik, ail e ait) quanto as quantidades produzidas (X_i). Esta seria a determinação de preços numa região autárquica (sem comércio), quadro que se altera substancialmente com a consideração de uma segunda região e a abertura de comércio entre elas. Neste caso, a "solução" de Ohlin, ao especificar arbitrariamente que, do total de n mercadorias, a região A produziria m e a região B n-m mercadorias, significa mera tautologia, uma vez que pressuporia o conhecimento prévio dos preços dos fatores de produção. O resultado é uma indeterminação, onde o objetivo principal da teoria (que seria o de estabelecer "quem produz o que") é eludido, sendo a causa desta deficiência não um mero erro formal, mas problemas teóricos graves cujo epicentro é o caráter genérico da teoria neoclássica. Em termos mais concretos, poderíamos afirmar que - a menos de situações em que, por exemplo, países com muito capital especializam-se na produção de mercadorias que utilizam muito capital ou em que países com mão-de-obra muito abundante especializam-se na produção de mercadorias que requerem grande quantidade de trabalho - a teoria neoclássica falha ao admitir e não explicar adequadamente a determinação d

especialização espacial de mercadorias com requerimentos aproximadamente semelhantes.

Como observa corretamente Fajnzylber, ao analisar a especialização internacional da indústria de bens de capital, "as teorias do comércio internacional não explicam, a esse nível de desagregação, por que determinados países são especializados em certas rubricas e outros países em outras rubricas e é evidente que não se dispõe de critérios simples que possam dar conta desta especialização" (op. cit. p.78). Do ponto de vista, porém, da teoria espacial que sugerimos neste estudo, temos um caráter plenamente determinado do processo de especialização espacial considerado em termos "puros", isto é, que abstrai os estados nacionais, as diferentes formas de concorrência, etc.

Na verdade, como vimos no quarto e no quinto capítulos, o espaço localizado é multidimensional, o que torna as vantagens comparativas de determinada região na produção de certa mercadoria uma combinação complexa onde interagem as "vantagens naturais" com os vários fatores que determinam as vantagens de localização. Por isso, torna-se pouco provável que as várias regiões sejam semelhantes enquanto locus de acumulação de capital. Assim, o preço de mercado será sempre um preço de exclusão de incorporação de novas regiões, sendo improvável que a vantagem comparativa de cada uma delas tenha tendência à igualação. A conclusão lógica é a de que a divisão espacial do trabalho sugerida no capítulo anterior teria a tendência inevitável de formação de um único "centro", que deverá, aos poucos, e

cumulativamente, desalojar e subordinar eventuais "centros" concorrentes.

Podemos, portanto, afirmar que, ao contrário do que sugere a teoria neoclássica das vantagens comparativas, o movimento do capital no espaço (observado em termos "puros") não é de nenhum modo indeterminado. Como vimos no capítulo 5, ele é sempre um processo seletivo de exclusão (que constitui a gênese e a dinâmica de crescimento do "centro" ao concentrar atividades com grandes requerimentos "aglomerativos") e, ao mesmo tempo, de incorporação de regiões periféricas, cuja combinação da disponibilidade de recursos naturais com as vantagens de localização (em relação ao centro) lhes ditará não apenas a sua especialização específica como também a sua própria seleção enquanto região incorporada. A indeterminação neoclássica resolve-se no fato de que atividades semelhantes (que constituem objeto de comércio interespacial) concentram-se ou numa mesma região (tendo como referência e lugar central o "centro") ou em várias regiões, quando seletivamente incorporadas pelo "centro".

Mais ainda, supondo-se, por exemplo, que uma região tenha uma dotação relativa de fatores semelhante à do "centro", este último deve ter certamente tamanho maior (expresso em termos do nível absoluto do mercado), o que resultará na exclusão daquela região enquanto locus "eminente" da acumulação de capital. Isto ocorre porque o maior nível absoluto do mercado contribuirá para melhor rendimento de escala dos serviços de consumo e de circulação, dotando o "centro" de uma vantagem de custo em

relação à região que lhe é semelhante. A partir daí, o "centro" terá prioridade no processo de acumulação de capital, o que levará a uma crescente diferenciação produtiva, que acabará alterando a dotação relativa dos fatores de produção. Gradativamente e de forma diversificada, o "centro" terá relativamente mais capital, mostrando (como já sugerimos no segundo capítulo) que o estoque de capital, como dado estático, nada mais é do que um resultado da acumulação, o que o inviabiliza definitivamente para constituir um parâmetro do processo de especialização espacial nos moldes em que o pretenderam os neoclássicos. E' em razão deste fato que, do ponto de vista de uma dinâmica espacial "pura", a dotação relativa dos fatores de produção no "centro" é única, com prevalência incomparável do fator capital, qualquer que seja a noção "visível" que tenhamos dele: seja pelos seus componentes materiais como capital fixo e capital circulante (e dentro deste, as diversas qualificações e modalidades de força de trabalho), seja em dimensão de capital-dinheiro.

Esta proposição teórica, embora se apresente como provavelmente verdadeira à luz das várias realidades intranacionais, onde determinada região acaba obtendo primazia econômica, pode não se mostrar completamente verdadeira a nível da realidade econômica internacional. Aparentemente, a história do capitalismo até os dias de hoje conviveu sempre com um único "centro" hegemônico: a Inglaterra no Século XIX e início do Século XX e os EUA no período que se segue à Primeira Guerra Mundial. Entretanto, a própria inversão da hierarquia - decadência da Inglaterra

e ascensão dos EUA - constitui um fato inusitado diante da teoria, que pressupõe uma certa inexorabilidade cumulativa dos fenômenos espaciais. Mais do que isso, no período de transição da hegemonia britânica para a americana (do final do Século XIX até a Segunda Guerra Mundial) vários países ascenderam na hierarquia econômica mundial, sendo os principais a Alemanha e o Japão, que poderiam ser considerados inequivocamente duas potências militares e econômicas. Para completar temos, no período que se segue à Segunda Guerra Mundial, não apenas a consolidação econômica do Japão e Alemanha, mas de todo um bloco de países ricos, que inclui os pequenos países do Norte da Europa, além dos grandes (Alemanha, França e Itália), somados ao Canadá.

Além de a hegemonia americana estar sendo claramente ameaçada, temos o fato de que dificilmente podemos considerar a existência de um único "centro" que exerça a hegemonia econômica no capitalismo internacional. Na verdade, podemos no mínimo falar na existência de um centro principal e alguns "subcentros", que juntos configurariam o "centro", tal como propuseram Anibal Pinto e J. Kñackal (vide capítulo primeiro), ou senão poderíamos pensar até mesmo em Centros Econômicos concorrentes como mais claramente é o caso da Europa (em que predomina a Alemanha), o Japão e os EUA.

No tocante ao conceito de "subcentro", podemos considerá-lo factível na medida em que, como veremos mais adiante, o conceito de "centro" - que definimos num nível mais abstrato no capítulo anterior - puder ser "operacionalizado" na forma de

uma capacidade endógena de produção de tecnologia. Neste caso, vários países europeus (mesmo os pequenos como vimos no primeiro capítulo), além do Canadá e, evidentemente, do Japão e EUA, têm claramente tal capacidade, o que torna possível considerar todo este agrupamento de países como "centro", sendo constituído por um ou mais "centros principais" e alguns "subcentros".[1]

Em outras palavras, a relativa indeterminação da especialização espacial, que teoricamente não existe quando pensamos em termos de uma espacialidade "pura" (ao contrário do sugerido pela teoria neoclássica), passa a existir a partir do momento em que substituímos a abstração das "várias regiões" pela realidade dos "vários países", onde a plena existência dos estados nacio-

---

1 - Se consideramos a rubrica "máquinas e equipamentos de transporte" como um indicador aproximado da capacidade de produção de tecnologia (já que nela está embutida a indústria de Bens de Capital) podemos notar que existe uma razoável hierarquia internacional encabeçada pelo Japão, Alemanha e Estados Unidos, mas que consegue alguma significação nos países Europeus citados e no Canadá, contrapostos a uma capacidade virtualmente "nula" de geração tecnológica por parte da periferia, tal como sugere o quadro abaixo, que apresenta a participação (em %) no total das exportações destes países em 1977:

Países	%	Países	%	Países	%	Países	%
Japão	56	França	38	Suiça	33	Finlândia	26
Alemanha	48	Inglaterra	37	Noruega	29	"Centro" (total)	39
Suécia	44	Itália	34	Austria	28	"Periferia" de Média-Renda	9
EUA	43	Canadá	33	Dinamarca	27	"Periferia" de Baixa-Renda	2

FONTE: World Dev. Report (op. cit.).

nais introduz uma fronteira, alterando a dinâmica de movimento do capital no espaço. E tal alteração é tanto mais positiva para o processo global de acumulação quanto mais pudermos falar na existência de "subcentros" especializados e menos na existência de centros econômicos concorrentes.[1]

Mas a questão que devemos discutir não é a relação entre os estados-nacionais que configuram o "centro" capitalista e sim a possibilidade global de mudança na hierarquia espacial entre Centro e Periferia (tal como discutimos no capítulo anterior), contemplada sob a perspectiva de existência dos Estados-nacionais. Por isso devemos indagar como, e através de quais instrumentos ou fatores, o Estado intervém na dinâmica espacial, o que pressupõe entender, em primeiro lugar, o que move concretamente a ação do Estado.

Procuraremos desenvolver uma resposta a tais indagações em dois níveis distintos. Num primeiro, mais simples e mais genérico, conceberemos o Estado movido pelo interesse geral da população que o compõe, cujo interesse precípuo é o incremento da acumulação de capital no espaço econômico respectivo. Tal noção simples e genérica é semelhante à de Perroux que propõe, por exemplo, que "cada Estado esforça-se em explorar, para benefício exclusivo ou principal de seus cidadãos, os pólos de que dispõe em seu território ou conquistou no exterior" (op. cit. p.156). O

---

1 - Discutiremos o conceito de "subcentros" e de "centros concorrentes" mais adiante.

objetivo de tal simplificação será o de ressaltar o Estado enquanto um poder instrumental que interfere no processo de acumulação. Neste nível, os instrumentos considerados serão os exclusivamente cambiais em contraposição aos instrumentos "internos".[1]

Num segundo nível assumiremos uma noção mais complexa do Estado onde, como salienta Poulantzas (1974), "em face de um terreno de dominação política ocupado por diversas classes e frações de classe e atravessado por contradições internas, o Estado capitalista, embora representando de forma predominante os interesses da classe ou fração hegemônica - ela própria variável -, assume uma autonomia relativa com respeito a essa classe e fração e com respeito às outras classes e frações do bloco do poder" (op. cit. p.104). Por isso seremos obrigados a abandonar a noção igualmente simplista do Estado enquanto mero poder instrumental: "O Estado não é uma entidade instrumental intrínseca, não é uma coisa, mas a condensação de uma relação de forças" (idem).

Nos itens que se seguem, portanto, procuraremos primeiro utilizar ao máximo a noção do Estado movido pela "vontade" do conjunto da população em incrementar a acumulação de capital (no espaço que lhe corresponde) através dos instrumentos cam-

---

1 - A diferenciação entre instrumentos "cambiais" e "internos" refere-se à diferença entre os instrumentos que alteram a situação cambial e aqueles mais ligados à dinâmica interna da acumulação.

blais. Somente a partir do esgotamento da capacidade analítica deste modelo simplificado é que utilizaremos a noção mais complexa, dando especial atenção ao conceito de fração hegemônica, especialmente pela importância de seu significado no capitalismo a partir do início deste século, isto é, a etapa do capital monopolista.

6.2 - Política cambial e dinâmica espacial

A taxa de câmbio no sentido teórico "puro" ricardiano constitui a relação entre os preços nacionais do trabalho, determinados sem a intervencão governamental. Em vista disto, supondo-se o livre movimento do capital, somos levados à conclusão de que a formacão da renda fundiária é o fator básico de cristalização dos diferenciais de trabalho no espaço, fixando, implicitamente, a taxa de câmbio "pura". No segundo capítulo, esta relação apresentava-se como algo bastante fortuito, dado o caráter natural da renda e o estágio embrionário do conceito de espaço localizado na teoria das vantagens comparativas ricardiana: a vantagem de produtividade na produção agrícola, por exemplo, poderia ser compensada pela desvantagem (e, conseqüentimente, pela vantagem de um outro país) na produção mineral de forma que a cristalização líquida dos diferenciais de câmbio em favor de determinado país não passaria de mera possibilidade teórica que não poderia nem mesmo ser considerada como algo provável.

Como vimos no quarto capítulo, a renda fundiária urbana adquire um caráter geral, ao qual se subordina inclusive a formação da renda natural, o que reorienta teoricamente a problemática da fixação da taxa de câmbio: na medida em que todo espaço econômico é um locus urbano (e como tal pode ser adequadamente hierarquizado), chegamos a um verdadeiro leque qualitativo e quantitativo, condensado no conceito centro x periferia. Quanto mais diversificado em termos urbanos for determinado espaço localizado, maior a renda fundiária e, conseqüentemente, maior o preço do trabalho vis-à-vis o "resto do mundo" e, inversamente, quanto mais especializado (e menos diversificado), menor a renda fundiária urbana e menor o preço do trabalho em relação ao "resto do mundo". Com isso explica-se, por exemplo, a problemática ricardiana de entender a causa do "maior valor relativo do ouro nos países pobres em relação aos países ricos", ou ainda, da diferença nos salários nominais ou no "valor relativo dos cereais". Na realidade, estas diferenças resultam dos diferenciais de sobrelucro no espaço, que se transformam em renda fundiária, cristalizando as diferenças cambiais inter-regionais ou interpaíses.

Ainda em termos "puros", isto é, abstraindo o poder do Estado de criar moeda ou de tributar, o único fator capaz de alterar a taxa de câmbio é o movimento de capitais (além, naturalmente, dos diferenciais de sobrelucro). Se consideramos, por exemplo, o movimento líquido positivo para determinado país

ou região (isto é, $D_i - D_r > 0$), usando a terminologia do Capítulo 5), a conversão deste fluxo líquido em capital produtivo possivelmente aumentará o produto regional, resultando, concomitantemente, no aumento da renda fundiária urbana, e, portanto, na redução do preço relativo do ouro (dinheiro) e no aumento do preço das demais mercadorias. Em sentido estático, retomando as curvas de exportação e importação apresentadas no segundo capítulo, podemos dizer que o aparecimento de um fluxo líquido de capitais positivo desloca para a direita a curva de exportações (que passa a representar uma curva de oferta global de divisas) ao mesmo tempo em que desloca igualmente para a direita a curva de importações (em virtude do aumento do produto regional). Como sugere a Figura 1, a taxa de câmbio deverá cair (de r_o para r_1) juntamente com o volume de exportações (de X_o para X_1) assim como o de importações deverá aumentar (de M_o para M_1). O déficit da balança comercial ($M_1 - X_1$) será inteiramente coberto por ΔD (que

será sempre superior ao aumento dos importações), razão pela qual a taxa de câmbio deve necessariamente cair.[1]

Tendo em vista o exposto, podemos definir como o âmbito da política cambial o vasto espectro de medidas governamentais

---

1 - A taxa de câmbio cairá se a magnitude do deslocamento da oferta de divisas (ΔD) for superior ao aumento ds importaçoes ($M1 - Mo$), o que necessariamente ocorre sob hipóteses bastante simples. Com efeito, se escrevemos a equação de determinação do produto da região i (abstraindo o setor público) teremos: $Yi = Ci + Ii + + Xi - Mi$; substituindo Mi por $\alpha i\ Yi$ e passando o termo para o lado esquerdo podemos escrever: $(1 + \alpha i)\ Yi = Ci + Ii + Xi$ ou $Yi = \frac{Ci + Ii + Xi}{1 + \alpha_i}$.

Supondo-se que ΔD materializa-se integralmente em nov investimentos, teremos que $\Delta Ii = \Delta D \cdot$ e, portanto, $\Delta Yi = \Delta D/(1 + \alpha i)$. Como $\Delta Yi = \frac{\Delta Mi}{\alpha i}$ obtemos $\frac{\Delta Mi}{\alpha i} = \frac{\Delta D}{1 + \alpha i}$, isto é, $\frac{\Delta Mi}{\Delta D} = \frac{\alpha' i}{1+\alpha i}$. Uma vez que $\alpha i/(1 + \alpha i) < 1$, $\Delta Mi < \Delta D$. Se introduzimos, porém, o multiplicador de consumo tal que $ci = \Delta Ci/\Delta Yi$, teremos $\frac{\Delta Mi}{\Delta D} = \frac{\alpha i}{1 + \alpha i - ci}$.

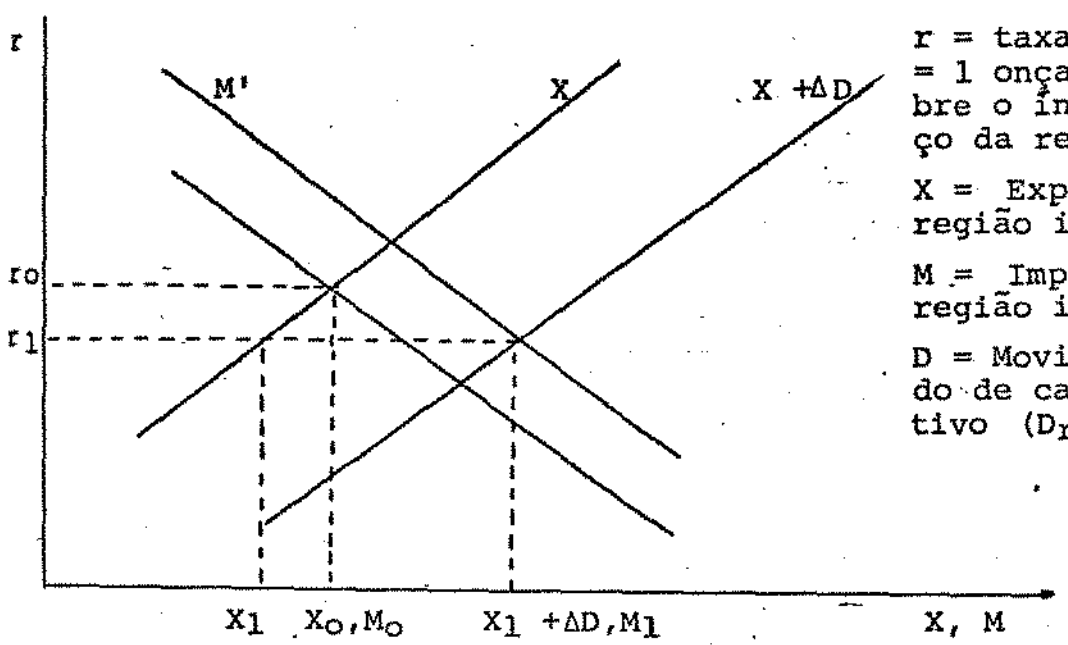
Assim, teremos garantida a desigualdade $\Delta M_i < \Delta D$, já que $\frac{\alpha i}{I + \alpha i - ci} < 1$ (pois $ci < 1$). Por isso, a introdução do multiplicador de consumo, embora aumente a relação $\frac{\Delta Mi}{\Delta D}$, não é suficiente para torná-la igual ou maior que um.

regionais ou internacionais que afetam direta ou indiretamente a taxa de câmbio de determinada região ou país. Desde logo, porém, podemos subdividi-la em dois tipos: A política cambial unificada, que se refere ao fato do estado nacional dotar-se do poder de criação da moeda e das eventuais formas de garantir a sua conversibilidade; e a política de múltiplas taxas de câmbio, que se refere à possibilidade do estado estabelecer múltiplas taxas efetivas de câmbio para as diversas operações comerciais (exportações e importações) e financeiras regionais ou nacionais. Embora os dois tipos sejam necessariamente interligados (a rigor não podemos falar nunca em taxa de câmbio unificada nos moldes em que a define, por exemplo, Bhagwati[1]), o que interessa no caso é a separação teórica da problemática da conversibilidade dos demais mecanismos cambiais, que, como veremos, adquirem um caráter amplo e diversificado. Por isso, analisaremos primeiro (e de forma sucinta) a política cambial "unificada", para nos dedicarmos com detalhe e atenção à problemática da política cambial "ampla".

---

1 - Bhagwati (1968) propõe que as "taxas de câmbio unificadas são definidas de modo a significarem que (1) todas as exportações ocorrem à mesma taxa de câmbio efetiva que todas as importações (onde a 'taxa efetiva' inclui tarifas, subsídios ao comércio e prêmios); e (2) os incentivos domésticos para produzir e consumir não são, por sua vez, distorcidos (por impostos e subsídios sobre produção, consumo e uso de fator), afastando-se dos proporcionados pela estrutura de preços internacionais" (op. cit., p.125).

FIGURA 1



r = taxa de câmbio = = 1 onça de ouro sobre o índice de preço da região i. (1)

X = Exportações da região i.

M = Importações da região i.

D = Movimento líquido de capital produtivo ($D_r - D_i$) (2)

(1) Como vimos no capítulo segundo, o conceito de taxa de câmbio se expressa como um índice de preços medido em onça de ouro, o que não significa sua validade exclusivamente no contexto do padrão-ouro. Se tomamos a relação de duas moedas (cruzado/dólar, por exemplo) r seria igual à relação nominal cruzado/dólar dividida pela relação de um índice de preços no Brasil sobre um índice de preços nos EUA. r corresponderia, portanto, ao conceito de taxa de câmbio real nos mesmos termos definidos, por exemplo, por Dornbusch e Fischer, Capítulo 19.

(2) Supondo que o movimento de capital produtivo é razoavelmente inelástico em relação à taxa de câmbio, o movimento líquido (diferença entre entrada e saída de investimento) também o será, o que provocará um deslocamento paralelo da curva de exportação, que ganhará, assim, uma característica mais geral de curva de oferta de divisas. Se $\Delta D > o$, o deslocamento será para a direita, conforme ilustra a Figura 1; Se $\Delta D < o$, o deslocamento será para a esquerda.

6.2.1 - Política cambial "unificada" e o problema da conversibilidade

A política cambial "unificada" pode ser definida como a possibilidade geral do governo nacional fixar, de forma relativamente arbitrária, a taxa de câmbio, que garantirá a conversão da moeda nacional em qualquer forma de divisa de aceitação internacional. Neste nível, portanto, o caráter unificado ou múltiplo desta fixação interessa menos que a possibilidde teórica e geral de o Estado garantir a conversibilidde a determinado nível arbitrário de taxa de câmbio. Neste sentido, três são os pré-requisitos teóricos para esta fixação relativamente arbitrária.

O primeiro é o eventual descolamento do movimento líquido de capitais da esfera produtiva, passando a representar apenas um fluxo financeiro (Er e Ei definidos no capítulo anterior). Tal descolamento, que encontra sua possibilidade teórica mais geral na propriedade do dinheiro como reserva de valor (desdobrando-se na esfera dos vários capitais e no "labirinto" do capital a juros), encontra uma razão adequada e específica na esfera dos "vários países": as diferentes funções do dinheiro interno (a moeda nacional) e do dinheiro externo que pode, por exemplo, consistir (do ponto de vista interno) apenas num fluxo financeiro para fechar o balanço de pagamentos e pelo qual se paga juros, sem nenhuma conversão (nem mesmo financeira) a nível interno. Como resultado, a determinação do nível do

produto nacional passa a ser relativamente autônoma em relação ao movimento líquido de capitais. Tomando como exemplo a Figura 1, esta relativa autonomia permitiria que o aparecimento de um fluxo líquido apenas financeiro ($\Delta E > o$) não levasse necessariamente a um aumento do produto nacional e, conseqüentemente, a um deslocamento da curva de importações de M para M'. Neste caso, teríamos um menor crescimento das importações (que se situariam entre M_o e M_1) e uma queda mais acentuada da taxa de câmbio (que seria inferior a r_o). Em outras palavras, admitindo a separação entre o movimento de capitais e a esfera produtiva interna podemos ter várias curvas possíveis de importação e várias taxas de câmbio, todas compatíveis com determinado movimento de capitais de caráter estritamente financeiro.

Isto nos leva diretamente ao segundo pré-requisito para a fixação arbitrária da taxa cambial, que consiste justamente na capacidade da política governamental em garantir o fluxo financeiro adequado (positivo ou negativo) para assegurar o equilíbrio cambial a determinada taxa. Entre estes fatores de política interna está natural e principalmente a taxa de juros, cujo nível poderá produzir tanto um movimento líquido positivo (hipótese em que a taxa é relativamente alta para os padrões internacionais) quanto negativo (baixo nível de taxa de juros), ao que se adicionam fatores externos como o próprio risco cambial, ou mesmo a negociação entre governos ou ainda a negociação direta entre o governo nacional e bancos internacionais.

Finalmente, um terceiro pré-requisito encontra-se na capacidade do governo nacional de manipular o nível agregado de demanda efetiva, acarretando variações de ajuste sobretudo do nível de importações, embora também possa acarretar indiretamente a variação do nível das exportações.

Podemos concluir, portanto, que os limites da política cambial "unificada" são bastante estreitos: em primeiro lugar, eles dependem da capacidade governamental de assegurar um fluxo financeiro líquido que constitui, no fundo, uma possibilidade problemática entre outros motivos porque centrada na separação da órbita financeira em relação à produtiva. Em segundo lugar, eles dependem da capacidade governamental de efetuar "ajustes" no nível de demanda agregada, cujos limites são, em última instância, políticos, uma vez que tais "ajustes" têm como resultado efeitos "classicos" como recessão e desemprego. A política cambial "unificada" oscila, assim, nos limites estreitos de uma tenaz. De um lado, pelas limitações e contradições de caráter financeiro; de outro, pelas próprias limitações políticas de medidas de "ajuste" do nível de demanda efetiva, o que lhes confere um caráter errático e conjuntural. Na medida, porém, em que os problemas cambiais tornem-se estruturais (como aqueles apresentados pela periferia capitalista), a política cambial "unificada" fica inteiramente deslocada da realidade, o que acaba por impor a consideração de uma política cambial alternativa: a política de "múltiplos câmbios".

6.2.2 - Política de múltiplos câmbios

A política de múltiplos câmbios é verdadeiramente abrangente, compreendendo os vários mecanismos diretos ou indiretos, ligados à intervenção governamental, que possam interferir no fluxo comercial e financeiro de um país com o "resto do mundo". E' em virtude disso que a política cambial "múltipla" tem de ser considerada e desenvolvida, já que, em última análise, constitui a única política de câmbio real: seu significado é a tentativa de mudança da estrutura das exportações e importações, invertendo os próprios pressupostos da política "unificada", cujo objetivo, no fundo, é um ajuste ao status quo das vantagens comparativas internacionais correntes. Abstraídos os aspectos financeiros (já mencionados acima), a política de múltiplos câmbios é virtualmente idêntica à política comercial, cujo conceito é igualmente abrangente, como acentua Munhoz.[1] Entretanto, num nível introdutório para satisfazer apenas os interesses do presente estudo, subdividiremos a política cambial múltipla em dois grupos: a política cambial direta e a indireta.

---

1 - Segundo Munhoz (1980) "o conceito de política comercial é altamente abrangente. Compreende toda a forma de intervenção governamental, que, direta ou indiretamente, reflita nas variáveis ligadas às transações econômicas com o resto do mundo, provocando quer a contenção de dispêndios em divisas estrangeiras, ou o seu controle, quer a expansão das receitas no intercâmbio externo" (op. cit., p.4).

A política cambial-comercial direta refere-se a todo tipo de medida governamental que se efetiva a partir do ato de compra e venda de mercadorias e serviços do país com o "resto do mundo", consistindo basicamente na alteração dos preços relativos internos (isto é, em moeda nacional) tanto do fluxo de exportação quanto de importação. A política direta pode ainda ser subdividida em política tarifária (taxas diversas sobre as importações e exportações, isenções fiscais para exportação ou importação, etc.) e em política de diferenciação e controle cambial, que consiste na formalização mesma da existência de múltiplos câmbios (tal como ocorreu no Brasil nos anos cinqüenta) ou ainda no próprio controle quantitativo de importações, diferenciadas por critérios qualitativos. Por outro lado, a política indireta inclui uma série de medidas governamentais (subsídios ao próprio processo produtivo, subsídio de crédito e outros) que não interferem diretamente no ato de troca (como é o caso do subsídio de crédito para exportação) ou nem mesmo indiretamente (como é o caso do subsídio à produção substituidora de importações). Assim, enquanto a política direta é efetivamente uma política de múltiplos câmbios (uma vez que determina para cada produto importado ou exportado uma relação cambial específica entre a moeda nacional e o dinheiro internacional), a política indireta nem mesmo chega a sê-lo.

De comum, porém, ambas têm o fato fundamental de alterarem as condições de exportação e importação, a ponto de não poderem ser expressas graficamente na forma das curvas

apresentadas na Figura 1.[1] Por outras palavras, a política de "múltiplos câmbios" implica um enfoque desagregado que relacione um vetor de mercadorias exportáveis ou importáveis a um vetor que represente o câmbio. Mais importante ainda é a característica comum de que ambas envolvem uma transferência (mediada pelo Estado) de excedente de determinados setores da economia (importadores, exportadores ou não) para os setores incentivados. Se tal transferência dá-se exclusivamente pela taxação ou confisco dos setores exportadores ou importadores, ela se mostra transparente por sabermos quem ou quais setores foram confiscados ou taxados e quem ou quais foram beneficiados por este tipo de medida. O mesmo não se verifica, porém, quando a transferência é feita a partir do "resto" da economia Já que, na maioria dos casos, é difícil identificar quais setores ou camadas sociais estão "bancando" a política de "múltiplos câmbios".

Do ponto de vista da eficiência ou adequação deste tipo de política, devemos medi-la pela relação entre duas variáveis. A primeira é que seu objetivo central, como política cambial, tem por referência a ampliação ao máximo do nível do produto nacional: a segunda é que esta ampliação dever ser balizada pelo seu custo que, no nosso caso, é expresso pela magnitude total da

---

1 - Uma política de pesada taxação de importações consideradas mais supérfluas deve, além de deslocar a curva para a esquerda, torná-la mais inclinada (mais inelástica) enquanto, por exemplo, uma política de subsídio às exportações deve tornar a curva mais elástica. Se, porém, diferenciamos produto por produto a política tarifária ou de subsídios, a questão cambial não pode ser mais "lida" através de um enfoque agregado bidimensional do tipo expresso pela Figura 1.

transferência de excedente dos setores taxados ou confiscados para os setores subsidiados. Assim, quanto maior a relação entre a variação do produto - determinada exclusivamente pela política de "múltiplos câmbios" - e a magnitude da transferência do excedente, maior a eficiência da referida política, ocorrendo o inverso quando tal relação é baixa. Se, por exemplo, a variação do produto é nula, negligível ou mesmo negativa, a política correspondente estará fadada ao fracasso, contribuindo para a redução da taxa de lucro e, conseqüentemente, do potencial de expansão da economia nacional.

O problema é, pois, evidentemente dinâmico, não se referindo, por exemplo, (como querem os neoclássicos) ao paradigma estático de comércio versus autarquia. Trata-se, na verdade, da utilização máxima das possibilidades do comércio, seja em termos de sua ampliação (incentivo às exportações), seja em termos do seu melhor uso qualitativo (contenção das importações), tendo como critério fundamental de decisão as conseqüências sobre o processo de acumulação: este, por sinal, deve ser entendido não apenas pelo eventual aumento da massa total de mais-valia mas, também, pelo fato, já referido, de a política cambial implicar numa transferência de mais-valia, afetando, por conseguinte, os respectivos setores taxados ou confiscados.

Neste sentido, o livre comércio (isto é, a política cambial unificada) é sempre uma alternativa anterior e potencialmente inferior à política de múltiplos câmbios, já que, enquanto ele necessariamente beneficia os países com maiores

vantagens comparativas, certamente prejudicará os países perdedores, que poderiam (pelo menos em termos potenciais) melhorar a sua situação cambial através de um remanejamento interno da mais-valia. Não deixa de ser por isso que até mesmo autores neoclássicos são inconclusivos sobre as vantagens do livre comércio, embora parte desta inconclusão possa ser explicada pelo caráter genérico de sua teoria.[1]

Hirschman, aparentemente, teria uma opinião distinta ao discutir as vantagens da soberania nacional sobre o crescimento regional, ao concluir que "considerando todos os aspectos, as forças que contribuem para a transmissão inter-regional de crescimento são, provavelmente, mais poderosas que as que contribuem para a transmissão internacional" (op. cit., p.50).

---

1 - A discussão neoclássica centra-se em conceitos vagos como a fronteira de possibilidades de produção ou em curvas de utilidade e bem-estar. Centrado em tais conceitos, Samuelson, por exemplo, conclui que "se as leis dos rendimentos fossem apropriadas à concorrência perfeita (sem efeitos externos, indivisibilidades, monopólios, incertezas dinâmicas, processos de aprendizagem etc.), o livre comércio e as transferências ideais poderiam ser usados a fim de levar à produção mundial máxima, no sentido de uma fronteira de possibilidade de produção mundial mais externa" (Samuelson, 1962, p.121). Logo adiante, porém, talvez cético quanto à factibilidade de tais pressupostos, o autor afirma que "o livre comércio não maximizará necessariamente a renda real ou o consumo e as possibilidades de utilidade de qualquer país que seja - ainda que por induzimentos ideais os países internacionais vencedores pudessem fazer com que os perdedores votassem unanimemente para o livre comércio" (idem).

Entretanto, as razões básicas para tal conclusão são eminentemente políticas,[1] já que o autor reconhece que "(....) tanto os efeitos de fluência quanto os de polarização (são) mais fortes nas relações econômicas inter-regionais que nas relações internacionais" (Ibidem, p.47).

Definido, pois, o significado analítico da política cambial (especialmente em sua conceituação mais ampla como política de "múltiplos câmbios"), resta-nos, agora, determinar a amplitude de sua interferência na dinâmica espacial.

6.2.3 - Política de múltiplos câmbios e dinâmica espacial

Como vimos no capítulo anterior, o movimento do capital no espaço em termos "puros" leva a um inevitável crescimento desequilibrado, que acaba se cristalizando na dinâmica centro x periferia. E dentro deste contexto concentrador, poderíamos pensar em dois padrões básicos de desenvolvimento desigual: um primeiro, de expulsão, e um segundo, de marginalização, os quais podemos formular a partir de uma dinamização dos coeficientes de importação (α_i e α_r).

---

1 - Segundo o autor, "retornamos às forças políticas que contribuem para a transmissão do crescimento. Essas forças ajudam definitivamente a restabelecer o equilíbrio de nossa posição contra o separatismo (...) dentro de um país, chega-se a um ponto em que um determinado esforço será feito para arrancar da estagnação as regiões subdesenvolvidas desse país. A razão básica para a confiança que se pode ter no aparecimento desse esforço está na solidariedade que une as diversas partes de uma nação e a capacidade de cada parte se fazer ouvir e de pressionar, no sentido de exercer influência sobre o governo central" (Ibidem, p.50).

Assim, o padrão de expulsão pode ser pensado supondo-se $\alpha'r - \alpha'i > 0$ e, especialmente, que $\alpha'r > 0$ e $\alpha'i < 0$. Este constitui um caso limite de crescimento desequilibrado, que se traduz num grande dinamismo da acumulação de capital vis-à-vis o "resto do mundo". Aqui, o potencial de acumulação da região $\bar{i}$ seria explicado, em primeiro lugar, pela sua capacidade centralizadora de novas e velhas atividades, que resultam, de um lado, na invasão do mercado de $\bar{r}$, seja destruindo, seja introduzindo novas mercadorias (o que implica um $\alpha'r > 0$) e, de outro, pela crescente autonomia de sua oferta doméstica, seja substituindo importações, seja aumentando a participação na oferta doméstica de novos produtos incorporados ao circuito da acumulação (o que significa um $\alpha'i < 0$). Em segundo lugar, como produto deste duplo dinamismo, os capitais de $\bar{r}$ aumentam a imigração para $\bar{i}$, aumentando, desse modo, o potencial de acumulação de $\bar{i}$.

Em termos aproximados, esta situação, que pode ser considerada "clássica", encontra vários exemplos na histórica do capitalismo, desde o desenvolvimento desigual intra-regional na Inglaterra no Século XIX até, por exemplo, o caso brasileiro, com a centralização industrial em São Paulo a partir de 1930. Vendo-se pelo outro ângulo, isto é, pelo lado da região não-dinâmica (o que implicaria inverter o sinal da variação dos coeficientes - portanto, que $\gamma'i < 0$, $\alpha'r < 0$ e $\alpha'i > 0$), o nordeste brasileiro pós-1930 é um exemplo eloqüente de estagnação econômica, ditada pela inelasticidade de sua exportações, pela

destruição de sua indústria doméstica e/ou de exportações e, finalmente, pela fuga de capitais.[1]

O padrão de marginalização poderia ser descrito pelo modelo primário-exportador cepalino, que supõe, implicitamente, as importações como uma proporção constante (e alta) do produto líquido. A partir de um certo momento, o produto (ou produtos) de exportação passa a ter uma elasticidade menor que um, em virtude, por exemplo, de sua "desnecessidade" em função da expansão dos novos ramos dinâmicos nas economias centrais. Por isso, teremos $\alpha r<0$, levando a que a economia exportadora passe a crescer a um ritmo mais lento. Num primeiro momento, o diferencial poderá ser, inclusive, mais acentuado, dada a inversão de sinal do movimento de capitais ($\Delta D < 0$) até uma posterior acomodação numa situação de relativa estagnação.[2]

Em outras palavras, como já observamos no capítulo anterior, considerando-se regiões específicas que podem, durante certo tempo, constituir áreas de fronteira de recursos naturais ou de relocalização, temos que, num contexto regional "puro", a periferia apresenta uma tendência líquida à integração com o centro, tal que suas importações são potencialmente crescentes (isto é, $\alpha' i > 0$) e as exportações potencialmente decrescentes,

---

1 - Sobre o processo de centralização industrial em São Paulo no pós-1930, veja-se CANO, W., (1983).

2 - Neste contexto de acomodação, a "fuga" de capitais poderia continuar, isto é, $\Delta D < 0$, embora se mantivesse constante em relação às exportações.

efeito que deverá atenuar - dado o seu caráter estagnacionista - o próprio processo de integração. Portanto, no presente contexto dos Estados Nacionais, a discussão de uma política cambial múltipla que tenha como objetivo a superação da tendência estagnacionista dever levar em consideração duas hipóteses que, embora não sejam excludentes, podem ser analisadas separadamente: a política de incentivo das exportações, que procuraria aumentar αr (isto é, $\alpha' r > 0$) e a política de substituição de importações, que resultaria numa redução de i (isto é, $\alpha' i < 0$).

6.2.3.1 - A política de incentivo às exportações

A política de incentivo às exportações pode ser ilustrada pela Europa no período do pós-guerra. Embora de um ponto de vista global (considerada como uma região) a CEE tenha aumentado as suas exportações para o "resto do mundo" (especialmente para os Estados Unidos) ao mesmo tempo em que substituiu importações (implicando $\alpha' r > 0$ e $\alpha' i < 0$) - o que, por si só, sitentiza o seu maior dinamismo até o final dos anos sessenta - a questão a ressaltar é que, observada do ponto de vista intra-regional, a CEE, baseada em acordos econômicos entre os vários Estados nacionais, garantiu a evolução de um vigoroso processo de integração regional relativamente equilibrado, o que implica supor a variação dos coeficientes na forma $\alpha' r > 0$ e $\alpha' i > 0$ para cada um dos países membros. Mais ainda, como vimos no primeiro capítulo, este processo de integração atingiu o conjunto dos países que conformam o centro capitalista, sendo que a principal economia

(os EUA) acabou tendo o desempenho menos brilhante. Precisamos, portanto, estabelecer teoricamente as condições que tornaram possível esta integração dinâmica dos países membros da CEE, ou, em outras palavras, precisamos determinar a natureza teórica dos fatores que permitiram, ao invés de uma concentração, a especialização e a integração dinâmica de cada um dos países membros no todo regional.

Para situarmos o problema, devemos analisar inicialmente o próprio conceito de dinâmica capitalista, tendo por referência o processo global de acumulação. Neste contexto, podemos imaginar dois tipos "puros" de reprodução ampliada: a reprodução ampliada extensiva e a reprodução ampliada intensiva.

A reprodução ampliada extensiva baseia-se, fundamentalmente, na utilização extensiva da força de trabalho, o que supõe ausência de progresso técnico na economia. Além do mais, supõe implicitamente, a inexistência de diversificação da estrutura produtiva, seja do ponto de vista da base técnica, seja do ponto de vista da estrutura de produtos em circulação, quando temos em perspectiva uma economia fechada. Numa economia aberta, especialmente aquela em que haja processo de substituição de importações, teremos certamente diversificação da estrutura produtiva, embora combinada com uma dada estrutura de produtos em circulação. Portanto, tal situação não é típica do capitalismo, que tem no progresso técnico e na diversificação o seu móvel natural e fundamental; o que a caracteriza, mais precisamente, como típica das fases de crise do capitalismo (em oposição às de prosperidade), onde o dinamismo tecnológico é bastante

precário. Para a periferia capitalista, sobretudo, ela corresponde a períodos de estagnação do comércio internacional, que levam a uma redução de sua capacidade para importar.[1]

A reprodução ampliada intensiva, pelo contrário, é característica das fases de prosperidade do capitalismo, uma vez que está centrada num grande dinamismo tecnológico, no desenvolvimento da produtividade do trabalho e na diversificação da estrutura produtiva e dos produtos em circulação. Neste caso, os novos produtos são representados não só pela abertura de novos setores industriais (que supõem investimentos em novas instalações e máquinas) como também pelos bens de capital, que trazem embutido o progresso técnico nos velhos setores industriais. Isto implica que qualquer processo de integração dinâmica (tal como o dos países da CEE no pós-guerra) traz implicitamente a divisão do trabalho nos subsetores em que temos embutida a produção de tecnologia, característica a que já nos referimos mais atrás e, principalmente, no primeiro capítulo: mesmo os pequenos países da Europa, cuja base de exportação é prevalentemente de produtos primários, são exportadores, em proporção significativa, de bens

1 - Os anos trinta e quarenta são exemplos típicos de uma fase de crise e estagnação no comércio internacional que, não por coincidência, conseguiu produzir, no Brasil, um vigoroso processo de substituição de importações.

de capital, os quais, de um modo geral, estão referidos àquela base primária de exportação.[1]

Em outras palavras, a integração dinâmica de regiões e/ou países em que $\alpha' r > 0$ (e $\alpha' i > 0$) somente pode se dar no contexto da reprodução ampliada intensiva, vale dizer, no contexto em que há progresso técnico e diversificação, sendo que o processo de especialização tem de ultrapassar a sua base natural para alcançar a produção de tecnologia (implícita nos novos produtos da reprodução intensiva, especialmente bens de capital). A razão para isto encontra-se no fato fundamental de que a elasticidade-renda da demanda dos velhos produtos (no sentido schumpeteriano), que já completaram seu ciclo de vida, é sempre menor que um, enquanto a dos produtos novos é sempre superior a um, característica que define a necessidade da especialização na área da produção de tecnologia.[2] Ao mesmo tempo, admitida apenas a reprodução ampliada extensiva, a existência de um comportamento dinâmico das exportações (isto é, $\alpha' r > 0$) implicará a invasão do mercado de um outro país (que acarretará um aumento de seu coeficiente de importações, sem a necessária contrapartida de crescimento de suas exportações) e acabará resultando em concentração

---

1 - Assim, embora tais países sejam exportadores líquidos de produtos primários, também o são de tecnologia, verticalizando a sua base primária de exportação.

2 - Neste caso, devemos lembrar que a produção de tecnologia pode estar voltada para a produção de velhos produuos, já que, no momento de sua criação, terá um ciclo ascendente até à sua plena difusão.

espacial, recaindo-se novamente na dinâmica centro x periferia.[1]

Estas características definem, pois, qual dever ser o ponto central de uma política cambial múltipla de incentivo às exportações.

De um ponto de vista mais geral ela deve ter por referência as possibilidades locacionais que criem uma dinâmica estritamente exportadora, proposição que, embora possa garantir em determinadas situações um grande dinamismo das exportações, é marcada por fatores erráticos e incertos ligados à concorrência internacional: tendo em vista o fato já salientado de que toda política cambial múltipla implica a transferência de mais-valia, devermos notar que o incentivo a "velhos produtos" (e não, por exemplo, à tecnologia de sua produção) pode, por vezes, resultar numa diluição do excedente (mais -valia) transferido de outros setores, já que a elasticidade-renda da demanda menor que um pode contribuir para a instalação de uma guerra comercial e a conseqüente queda do preço internacional do produto. Em contrapartida, o incentivo à especialização em determinada tecnologia - dada a elasticidade-renda maior que um - terá maior probabilidade de estabelecer um efeito mais positivo para a acumulação do ponto de vista do espaço econômico no país: quanto

---

1 - A única exceção a este determinismo concentrador está na possibilidade de relocalização industrial do centro para a periferia. E' o caso, por exemplo, das plataformas de exportação do Sudeste asiático que tiveram um processo de integração dinâmica com o Japão basicamente tendo por referência "velhos produtos" e não a produção de tecnologia.

mais efetiva for a produção de tecnologia e sua capacidade de competição internacional, maior seu efeito sobre a acumulação e a expansão da massa de mais-valia, e maior a relação entre esta última e a mais-valia transferida para os setores incentivados. Por isso, a política de "múltiplos câmbios" deve ter fundamentalmente por referência o incentivo à produção de tecnologia, que constitui a única certeza para a possibilidade tendencial de uma integração espacial dinâmica e não concentradora.

Com efeito, o subsídio à produção tecnológica é a principal política (cambial) dos países centrais, a despeito do subsídio a "velhos produtos" (aço, agricultura, por exemplo, como ocorre geralmetne na CEE), o qual não deixa às vezes de constituir um resultado implícito do desenvolvimento de tecnologia.[1] Neste sentido, quanto mais desenvolvido é o país em termos do tamanho de seu espaço econômico, vale dizer, em termos da amplitude e do grau de diversificação de seu espaço urbano, menor a necessidade de subsídio ao seu núcleo tecnológico e, inversamente, quanto menor o país, maior o envolvimento do Estado

---

1 - No caso da agricultura, por exemplo, a produção de tecnologia expressa-se fundamentalmente na seleção genética de sementes ou animais, ambos específicos ao próprio ambiente natural para o qual foram concebidos: em virtude disto, a exportação da tecnologia somente pode se dar através do produto final, agrícola ou pecuário.

na produção de tecnologia.[1] A questão que se coloca, portanto, é como conciliar este determinismo espacial (isto é, que pressupõe um tamanho econômico crescente para a produção da tecnologia) com a política cambial de especialização tecnológica. Acrescente-se ainda que a produção de tecnologia é bastante seletiva em termos espaciais, uma vez que totalmente dependente de um mercado de trabalho ultra-especializado (como já sugerimos no terceiro capítulo), além de depender fortemente de relações interindustriais na medida em que envolva requisitos de produção de bens de capital.

- Na verdade, ambas as variáveis (trabalho e insumos) não podem ter o seu processo de compra e venda previsto, dado o próprio caráter inesperado e inusitado da produção de uma nova tecnologia, o que leva necessariamente à exigência de um aumento do tamanho urbano: quanto maior for a rede urbana de uma determinada região (ou país), mais diversificada ela será, reduzindo o tempo médio de rotação (de produção e de circulação) da referida atividade e, ao inverso, quanto menor e menos diversificada a

---

1 - Como ilustra a distribuição de gastos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em 1975 dos cinco principais países da OECD (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido): os países menores (França e Reino Unido) contribuem com cerca de 30% do gasto total da produção de tecnologia (70% para o setor privado), percentual que cai para aproximadamente 12% na Alemanha, 8% nos EUA e menos de 2% no Japão. No que se refere ao percentual dos EUA (relativamente alto quando comparado com o Japão), deve-se salientar que ele se dedica prioritariamente à corrida armamentista: cerca de 55% concentra-se no ramo de "transporte aéreo e espacial" e mais de 30% no ramo de eletrônica, que são parcialmente destinados ao emprego militar.

rede urbana, mais ela terá de recorrer a trabalho qualificado e insumos situados fora da região (ou, alternativamente, a "produzi-los", com grande lapso de tempo, na própria região), o que elevará, em qualquer dos casos, o tempo de rotação da produção de tecnologia. Esta constatação nada mais seria, porém, do que a reafirmação do determinismo espacial que leva à concentração regional; em termos internacionais, a insistência dos vários estados nacionais na especialização tecnológica seria quase um contra-senso improdutivo, contra "a roda da história", pelo menos do ponto de vista do interesse do capital em geral. Além do mais, em termos intranacionais, concluiríamos pela inevitabilidade da concentração regional e pela inoportunidade econômica das políticas desconcentradoras.

Na realidade, em termos teóricos os fatores não são bem estes, como o ilustraria uma análise comparativa hipotética entre a produção de navios no Japão, Coréia do Sul e Brasil. Em relação ao Japão, a construção de navios na Coréia do Sul constituiria uma alternativa microlocacional (de resto constituiria uma alternativa microlocacional para várias outras atividades manufatureiras, tal como salientamos no primeiro capítulo) na medida em que utilizaria, abundantemente, nas relações interindustriais para trás, o parque industrial metal-mecânico japonês, contando para isso com a proximidade espacial das duas economias.[1]

1 - O conceito de proximidade espacial inclui tanto a idéia de proximidade geográfica quanto a de fatores aglomerativos nos custos de transprote, que reduzem os custos unitários e o próprio tempo médio de circulação de uma mercadoria de porto a porto.

Assim, esta larga utilização não implicaria um aumento significativo do tempo de rotação da atividade, tornando a alternativa microlocacional competitiva, a despeito deste fato não alterar o caráter periférico da economia coreana.[1] Por outro lado, a construção de navios no Brasil constituiria, de fato, uma alternativa macrolocacional na medida em que os efeitos para trás são obrigados a rebater no parque metal-mecânico brasileiro. Com isso, tendo em vista a sua relativamente pequena capacidade de diversificação, o tempo de atendimento às encomendas de peças, equipamentos e insumos em geral deve ser suficientemente grande. No limite, as encomendas mais complexas devem ser feitas fora do país, o que contribuiria, igualmente, para o aumento do tempo médio de atendimento. Teríamos, portanto, um aumento do tempo de rotação na produção de navios, a ponto de torná-la menos competitiva em relação à Coréia e, evidentemente, ao próprio Japão.[2]

Deduz-se do exemplo que a proximidade espacial das economias em geral é um fator que pode viabilizar o desenvolvimento de determinadas atividades em determinados espaços, especialmente quando estes venham a constituir uma alternativa microlocacional. Acrescente-se a isto o fato de que as chamadas economias industrializadas (o centro) têm, em média, maior proximidade espacial, não tanto pela maior proximidade geográfi-

---

1 - Como já sugerimos no primeiro capítulo, o caráter periférico expressa-se pela incapacidade estrutural de criação endógena de tecnologia.

2 - Evidentemente todo o raciocínio desenvolvido, apesar de verossímil, é hipotético, podendo no máximo ser admitido como roteiro para futuras pesquisas, tal como já sugerido no primeiro capítulo.

ca, mas pela maior intensidade do fluxo de comércio, que contribui pra a redução do tempo de rotação da atividade de transporte internacional. No caso da Europa, a isto se acrescenta a proximidade geográfica, o que torna os centros urbanos nos vários países Europeus uma provável e recíproca alternativa microlocacional.

Temos aqui, portanto, a pré-condição básica para a efetividade de uma política de especialização tecnológica: requer-se, quando menos, uma proximidade espacial mínima que deverá ser tanto maior quanto menor o tamanho econômico (e a conseqüente capacidade de diversificação) de um determinado país - o que a define, no limite, como uma proximidade microlocacional. Isto ocorrendo, a política de incentivo à produção especializada de tecnologia poderá aproveitar-se adequadamente do caráter multidimensional do espaço econômico, criando, por um lado, um mercado local de insumos e trabalho especializado, e utilizando, por outro, os mercados espacialmente próximos naqueles itens (de insumo e de trabalho especializado) que utrapassam a capacidade de diversificação do mercado local. Nesta medida, o processo de especialização tecnológica deverá incrementar fortemente o coeficiente de importação dos países envolvidos - o que ocorre de fato na Europa, onde o valor das exportações ou importações industriais corresponde a cerca de 50% do valor adicionado interno da indústria nos grandes países

(Alemanha, França, Inglaterra e Itália) e a mais de 100% nos pequenos países.[1]

Em suma, a conclusão a reter da análise desenvolvida acima é a seguinte: a política de especialização tecnológica, que constitui uma das possibilidades de inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho, embora teoricamente factível e realizável na prática dos países do centro, pode vir a ser espaciamente seletiva - tese que tentaremos demonstrar ao longo deste capítulo -, o que inviabilizaria sua aplicação (com algumas exceções) para a grande maioria dos países da periferia capitalista.[2] Devemos, portanto, considerar uma outra alternativa de política cambial múltipla: a clássica política de proteção à indústria nascente que, aplicada sistematicamente, desemboca na política de substituição de importações.

6.2.3.2 - A política de substituição de importações

A política de substituição de importações define-se num contexto de atraso relativo em que, mantidas as condições negativas para a exportação, estabelecidas no modelo primário-exportador (ou seja, $que_{a'r} < 0$), desenvolve-se um processo de subs-

1 - Vide a respeito, o primeiro capítulo, segunda parte, Quadro V.

2 - As exceções ficam por conta dos países do sul da Europa e as "plataformas" do Sudeste asiático, todos com proximidade espacial adequada de centros dinâmicos, assim mesmo em condições específicas do desenvolvimento das estratégias empresariais dos países centrais e do ciclo dos produtos e da tecnologia.

tituição de importações (que leva a $\alpha' i < 0$), servindo, portanto, não só como um eventual contrapeso à falta de dinamismo do setor exportador, mas como processo de industrialização de longo prazo da periferia capitalista.[1] De início, porém, cabe observar que, consoante com o fato de que $\alpha' r < 0$, tem-se uma provável situação de ausência de ganhos e vantagens aglomerativas em geral, inviabilizando, por certo, qualquer tendência a $\alpha' i < 0$. Por isso, o processo de substituição de importações desenvolvido nestas circunstâncias requer uma atuação deliberada da política econômica, seja através de políticas protecionistas no plano nacional, seja através de política de incentivos no plano inter-regional.

O conceito de substituição de importações tem-se prestado a inúmeras interpretações sem que, como observam Malan, Bonelli, Abreu e Pereira, "tenha sido possível alcançar um consenso". "As divergências a este respeito (...) devem-se principalmente aos aspectos e resultados 'visíveis' do processo, representados pelos esforços visando à mensuração da substituição de importações" (1977, p.328). Na verdade, o primeiro e principal problema é teórico e prende-se ao não-entendimento do papel das importações na determinação do nível do produto e da dinâmica de crescimento.

---

1 - No caso do Brasil, este processo foi analisado no já clássico "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil" (1972) de Maria da Conceição Tavares.

A dificuldade reside (mais uma vez) na confusão entre as determinações da demanda efetiva, que são mais gerais, e aquelas ligadas especificamente à problemática espacial. Seja, por exemplo, a equação de determinação da renda $Y = C + I + Xi - Mi$, onde X representa as exportações e M as importações (abstraindo o governo). Se, em dado momento, os investimentos e as exportações crescem, teremos um crescimento induzido do consumo e das importações. Uma vez que importações e exportações representam transferência de poder de compra efetivo respectivamente da região i para o "resto do mundo" e deste para a região i, um dos fatos que poderíamos investigar é o de saber a relevância de tais variáveis "externos" vis-à-vis as variáveis "internas" em termos da determinação da demanda agregada. Esta é uma questão que tem por referência as determinações mais gerais da demanda efetiva, tendo de ser analisada sob esta perspetiva. Neste sentido, a relevância do conceito de substituição de importações dependeria de dois fatores básicos: 1) da própria magnitude do coeficiente de importações αi, e 2) da redução deste coeficiente, isto é, $\dot{\alpha i} < 0$, o que caracteriza uma "regra simples" também proposta por Malan, Bonelli, Abreu e Pereira.[1]

---

1 - A regra simples proposta pelos autores baseia-se na redução do "denominado coeficiente de importações - ou mais precisamente, participação relativa das importações na oferta, definida esta como incluindo a soma das importações e da produção doméstica, deduzindo desta as exportações respectivas" (op. cit., p.329). Embora formalmente distinto, este coeficiente é bastante semelhante àquele que estamos utilizando (αi).

Embora esta definição tenha a vantagem de superar o "problema da medida" tal como aparece em Chenery (1960) ou em Morley e Smith (1970), que acabou tendo por referência as relações interindustriais, enfrentamos uma dificuldade "(....) no fato de que a recíproca da 'regra simples' acima esboçada não é necessariamente verdadeira: isto é, nem sempre as reduções no coeficiente de importações na oferta correspondem períodos de substituição de importações. E' bem sabido que, sendo a elasticidade-renda da demanda por importações superior à unidade - e tanto mais elevada quanto maior a taxa de crescimento do produto interno e/ou da capacidade para importar - a períodos de estagnação ou decréscimos da atividade interna correspondem, em geral, reduções mais que proporcionais nas importações" (ibidem, p.329). Podemos acrescentar, além do mais, que nas regiões com grande capacidade de geração endógena de novos produtos uma eventual redução de αi pode se dever menos à substituição de importações e mais à introdução de novos produtos no circuito da reprodução, configurando, como vimos acima, a reprodução ampliada intensiva. Podemos acrescentar, além disso, que em determinados contextos de "substituição de importações", $\alpha i > o$ em virtude do aumento das importações de novos produtos, superando o efeito "substituição".

Em outras palavras, se por processo de substituição de importações entendemos sua contraposição a outras variáveis de demanda efetiva tal que $\alpha i' < o$, ao mesmo tempo que nem todas as

situações em que $\alpha i' < o$ correspondem a um processo de substituição de importações.

E' por isso que, notando problemas no conceito de substituição de importações no sentido das determinações mais gerais da demanda efetiva, Maria da Conceição Tavares propõe, corretamente, um conceito mais específico, que embora possa conter a substituição stricto sensu, refere-se a uma forma específica de industrialização: "entende-se, no entanto, que essa designação será aplicada (...), em um sentido lato, para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial" (op. cit., p.41). Vale dizer, o processo de desenvolvimento interno que se orienta e tem lugar sob o impulso de restrições externas é a noção que confere especificidade ao conceito de substituição de importações. Se, por exemplo, traduzimos tal noção como correspondente a uma situação em que $\alpha' r < o$, a exigência de $\alpha' i < o$ é uma pré-condição para que o processo seja dinâmico em termos espaciais, independente das variáveis "internas" de demanda efetiva. Ao inverso, num contexto em que $\alpha' r > o$, a exigência de $\alpha' i < o$ não seria um pré-requisito de dinamismo para a região i. Logo, o conceito de substituição de importações deve ter por referência não apenas o conjunto de variáveis da demanda efetiva - implícito no suposto sobre a magnitude de i e sua variação, tal que $\alpha' i < o$ - mas uma suposição especificamente espacial, "a res-

trição externa", onde, entre outros fatores, temos provavelmente $\alpha'r < o$.[1]

E', portanto, tal contexto de "dificuldade externa" que deve ser desdobrado e desenvolvido teoricamente. Neste sentido nossa indagação dever ser: qual ou quais são as dificuldades que podem impedir um movimento de substituição de importações, tal que $\alpha' < o$?

Qualquer que seja a resposta, certamente ela não será dada diretamente pela análise das relações interindustriais nos termos propostos por Chenery e outros, uma vez que, qualquer que seja o grau das relações interindustriais dos produtos substituídos, teremos, por unidade de produto líquido gerado internamente, uma redução das importações expressa pela condição $\alpha' i < o$. E' evidente, portanto, que a resposta dever ser buscada noutra direção - qual seja, a de determinar o custo do processo de substituição, onde as dificuldades para que $\alpha' i < o$ devem ser encontradas nos eventuais custos conjugados com os limites de uma política geral de "múltiplos câmbios" isto é, com as possibilidades

---

1 - A esse respeito concordamos com Merhav (1969) quando afirma que "a economia avançada, mesmo que importe bens de capital, pode responder a uma elevação da demanda por importações e a uma queda na taxa de câmbio, pela substituição das antigas importações por produção doméstica. Uma vez que a sua produção interna de bens de capital tem uma elasticidade de oferta positiva, ela pode transferir os efeitos sobre a renda e o emprego para dentro do país. Os países subdesenvolvidos nunca poderão fazer isso enquanto perdurar sua dependência tecnológica. Para dizer a mesma coisa em outras palavras: a especialização da economia avançada é uma questão de escolha, enquanto a da subdesenvolvida é uma questão de necessidade" (op. cit. p.71).

efetivas de transferência do excedente entre setores da economia. Neste caso, nossa pergunta é: quais os fatores que determinam um custo do processo de substituições de importações?

A esse respeito M.C. Tavares observa que "além (das) observações que colocam em linhas gerais o problema do emprego e do ritmo de crescimento em nossas economias, convém atentar, também, para os obstáculos que surgem para a continuação do processo, quando este se defronta com a necessidade de entrar em faixas de substituição nas quais o problema da escala e da complexidade tecnológica se avoluma cada vez mais. Assim, a própria diversificação e integração do aparelho produtivo industrial tende a ser freada, à medida que o montante de capital necessário, a dimensão do mercado nacional e o problema do know how se conjuguem e impeçam a penetração em uma série de setores onde mesmo a menor escala da unidade produtiva seja demasiado 'grande' para a capacidade real da economia" (ibidem, p.51). Em última análise, a explicação de M.C. Tavares recai em três fatores conjugados: a) o montante de capital necessário; b) a dimensão do mercado nacional; e c) a complexidade tecnológica; que atuam de forma a impedir a continuação do processo de substituição de importações.[1]

O montante de capital necessário consiste num problema de escala que pode ser analisado sob dois aspectos: do ponto de

---

1 - Uma colocação semelhante já fora feita por Furtado (op. cit., conforme discussão no capítulo anterior) e posteriormente por Merhav (op. cit.).

vista das necessidades de financiamento (problema que discutiremos mais adiante no subitem 6.4) e sob o aspecto do "montante do capital necessário" versus "a dimensão do mercado", que é a questão que devemos discutir agora. Neste caso, o problema de escala enfatizado por M.C. Tavares não é absoluto mas apenas relativo, dependendo da dimensão do mercado do produto a ser substituído. Esta, por sua vez, dependerá da dimensão do mercado global agregado e da participação nele do produto a ser substituído. Quanto menor tal participação, menor a dimensão, o que explica o fato de que em uma série de setores a "menor escala seja demasiado 'grande' para a capacidade real da economia".

Embora factualmente correta, a questão de escala requer uma explicação adicional: uma vez que ela se define em termos da dimensão do mercado nacional, cabe saber por que o produto substituído não pode atingir o mercado internacional, conforme hipótese que já levantáramos no contexto da discussão do modelo de Celso Furtado, no capítulo anterior. A resposta óbvia para esta indagação é que a não acessibilidade ao mercado internacional explica-se pela falta de competitividade da produção "substituidora", o que indicaria a existência de uma causa "externa" que não a escala para o adicional de custos em relação média vigente no mercado internacional. Aliás, na ausência disso, vale dizer, não existindo um adicional de custos exceto aquele explicável pela escala, a substituição de importações torna-se virtualmente

exportadora, anulando na prática os efeitos da dimensão do mercado nacional sobre o processo.[1]

E' aqui que devemos introduzir o terceiro ponto citado por Tavares, qual seja, o problema do Know How e da crescente complexidade tecnológica da produção substituída. Esta idéia, aparentemente simples, envolve uma certa dificuldade ao notarmos que o Know How, cujo pressuposto é a gênese e produção de tecnologia, não é um "bem" natural, mas sim um "bem" passível de produção e reprodução no espaço. Neste sentido, o problema do Know How, ao invés de constituir um problema de "conhecimento" ou "desconhecimento" em termos absolutos, não passaria, na verdade, de um virtual diferencial de custo de produção de tecnologia, que inviabilizaria a sua gênese e produção em determinados países. A razão para isto estaria na diferença da aglomeração urbana que, por sua vez, levaria a diferenças na capacidade de diversificação urbana interpaíses. Na medida em que a produção de tecnologia está umbilicalmente ligada com a produção de bens de capital - em última instância é freqüente que a produção de nova tecnologia traga consigo a produção de um novo tipo de bens de capital - o problema da incapacidade de diversificação de determinados países significará também, especificamente, incapacidade de diversificação industrial, o que acarretará um adicional de cus-

---

1 - Isto de fato se verificou no Brasil no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, onde a substituição de importação em alguns segmentos de insumos básicos - química, petroquímica e metais não-ferrosos - tornou-se também exportadora.

tos não apenas estritamente urbano, mas especialmente a nível de circulação interindustrial.[1]

Generalizando este tipo de concepção defenderíamos a tese da existência, na periferia, de uma pouco desenvolvida diversificação urbana - e que significa, implicitamente, uma pouco desenvolvida diversificação industrial -, acarretando um adicional de custos - efetivo ou apenas virtual - para a produção substituída, independentemente desta se encontrar ou não no setor de bens de capital.[2] Dado o diferencial de custos efetivo ou virtual, a produção substituída é a priori não-competitiva no mercado internacional, o que a limitaria, em princípio, apenas ao mercado nacional. O problema da escala surgiria, assim, como conseqüência e não causa, passando mesmo a ser um fator a mais que aumentaria os custos em relação ao mercado internacional. Nesta medida, a dimensão absoluta do mercado seria um fator importante exclusivamente para os países periféricos, já que seria ela que, ao proporcionar níveis razoáveis de economia de

---

1 - Como sugerimos no terceiro capítulo, a pequena diversificação industrial em determinado entorno urbano leva a importações e/ou exportações daqueles setores caracterizados por relações interindustriais "para frente" e "para trás" fortes, aumentando o tempo e o custo de circulação até mesmo do tempo de produção, com conseqüências negativas diretas ou indiretas sobre a taxa de lucro.

2 - Diríamos que o adicional de custos deve afetar a produção substituída de um modo geral, embora em grau diferente: este aumentará para aqueles produtos em que as exigências de acessibilidade em relação à aglomeração urbano-industrial são grandes, contexto em que a produção de bens de capital com tecnologia de ponta ocupa o grau máximo.

escala, poderia tornar pelo menos viável um processo mais prolongado de substituição de importações. Onde, pelo contrário, a dimensão é pequena, o processo seria rápido e insignificante, restringindo-se a níveis bastante primários de diversificação industrial.[1]

Argumentando em termos dos gradientes de renda do quarto capítulo, poderíamos analisar o processo em três momentos principais: o momento t, onde os produtos em processo de substituição são ainda produzidos pelo "resto do mundo"; o momento t+1, onde passam a ser produzidos internamente na região; finalmente, o momento t+2, em que já teria decorrido um lapso razoável de tempo desde a primeira onda de substituição. Suponhamos que no momento t a mercadoria $\bar{i}$ seja produzida no "resto do mundo" de forma que a sua equação de preços seria: $(pi)t = (wi)t+(ci)t+(si)t+(ri)t$, onde pi, li, wi, ci, si, e ri são respectivamente preço, lucro, salários, custos fixos e de insumos, custos de circulação e renda fundiária, todos fixados em termos unitários da mercadoria $\bar{i}$. Se, no momento t+1, a mercadoria passa a ser produzida internamente, teríamos um novo esquema de formação de preços em que: $(p'i)t+1 = (l'i)t+1 + (w'i)t+1 + (c'i)t+1 + (s'i)t+1 + (r'l)t+1$. Conforme hipótese que estamos estabele-

---

1 - Esta é a situação real da grande maioria dos países periféricos, onde a substituição de importações não vai além da agroindústria e de alguns insumos básicos como cimento, ferro gusa etc. Observe-se adicionalmente que o problema da escala, ressaltado por Furtado, Merhav e Tavares, só seria uma problemática correta quando proposto nos termos acima, isto é, como conseqüência (e não causa) dos diferenciais entre os países.

cendo, os custos de circulação da produção substituída seriam maiores do que aqueles vigentes no "resto do mundo", isto é, $(s'i)t+1 > (si)t$, o que levaria a que a produção interna de i ficasse restringida ao mercado interno, aumentando eventualmente os custos fixos, isto é, $(c'1)t+1 > (ci)t$. Abstraindo, por enquanto, os demais variáveis (lucro, salário e renda) poderíamos concluir que $(p'i)t+1 > (pi)t$. Ocorre, porém, que num terceiro momento (t+2) a produção da mercadoria i teria se expandido internamente a ponto de obter ganhos de escala, ao mesmo tempo em que a substituição de importações traria embutido um processo de diversificação urbano-industrial. Neste caso o preço cairia a ponto de pode igualar-se até mesmo a (pi)t, isto é, teríamos uma situação do tipo: $(p'i)t+1 > (p'i)t+2 \geq (pi)t$.

A questão é: quais os fatores que impediriam que, de um modo geral, o preço de i convirja após um certo lapso de tempo para o preço vigente no mercado itnernacional? Ou, em outras palavras, o que impede que os custos de circulação caiam o suficiente para tornar a produção interna competitiva no mercado internacional? Haveria algum limite relativo ou absoluto para o processo de diversificação urbano-industrial? Dependendo da resposta a tais indagações teremos duas direções possíveis para a substituição de importações: a) se $(p'i)t+2$ tende para $(pi)t$, teremos que a industrialização nacional é perfeitamente factível como hipótese de longo prazo, a despeito de passar por dificuldades nas etapas iniciais do processo; b) se, pelo contrário, $(p'i)t+2$ $(pi)t$ permanentemente ou como tendência geral para

o conjunto de mercadorias, a substituição de importações, embora factível pelo menos em alguns países com razoável desenvolvimento urbano e com certa dimensão do mercado, será um processo "problemático", implicando um remanejamento permanente de recursos para a produção substituída tal como ocorre em qualquer política de "múltiplos câmbios".[1]

Sobre este último ponto podemos notar que, em termos agregados, ocorrem tanto um aumento de preços (de (pi)t para (p'i)t+1) quanto uma redução (de (p'i)t+1 para (pi)t+2), de forma que apenas o resultado líquido relativo aos momentos t e t+2 (ou t+1) interessa para se estabelecer a tendência do processo. Assim, se chamamos de Pt o resultado da multiplicação de um vetor de quantidade de mercadorias importadas, de "importação substituída" ou em processo de substituição no momento t, (Xi)t, pelos respectivos preços (Pi)t, teremos, no momento t+1, P(t+1) tendendo a superar Pt. A diferença $\Delta P = P(t+1) - Pt$ indicará o volume total de recursos transferidos para a substituição de importações, que será tanto maior quanto maior for a diferença entre os preços internacionais e a média de preços dos produtos substituídas (variação do vetor de preços), aliado à variação ou mudança do vetor (Xi)t, especialmente pelo aparecimento de novos produtos no contexto da reprodução ampliada intensiva. Na verdade, o limite do processo será dado tanto pelo aprofundamento do diferencial

---

1 - O custo da substituição de importações não é só esse, mas o "custo alternativo" associado a investimentos destinados a outras atividades mais dinâmicas e/ou rentáveis por unidade do recurso aplicado de que a atividade substituída (ou seja, o preço relativo ao nível internacional não é o único indicador).

entre os preços internacionais e a média efetiva ou virtual dos preços dos produtos substituídos, quanto pela intensificação do processo de substituição, para o qual um diferencial estável entre (p'i) (t+1) e (pi)t já constitui hipótese suficiente. Nos dois casos ΔP deve crescer, aumentando a massa de recursos a serem transferidos do restante da economia.

Sendo tal hipótese verdadeira, a conclusão inevitável é que ou o país consegue saltar etapas e passa a ter uma inserção dinâmica no comércio internacional, ou fica circunscrito às limitações estruturais de uma inserção periférica e dependente. Neste sentido, a substituição de importações num contexto em que a capacidade para importar está limitada (isto é, em que $\alpha' r < 0$) dever ser entendido como um modelo historicamente possível, embora provisório. A tese que estamos tentando demonstrar é a de que, a longo prazo, ou o país rompe o seu desnível em relação ao centro (como foi o caso, por ordem histórica, dos EUA, Alemanha e Japão, por exemplo) e passa a se inserir dinamicamente na divisão internacional do trabalho (situação em que $\alpha' r \geqslant 0$), ou o seu

processo substitutivo encontrará limites ou problemas, alguns contornáveis, outros incontornáveis.[1]

Tal possibilidade, considerada em termos espaciais "puros", é perfeitamente factível, além de ter-se verificado historicamente. A questão que se coloca, porém, é saber se conceitos como o de "Capitalismo Tardio" de Cardoso de Melo (op. cit.) são corretos e pertinentes. Em caso afirmativo, o nascimento "tardio" da industrialização na periferia seria estruturalmente problemático, uma vez que "bloqueado" por uma estrutura externa que lhe tolhe os movimentos. Nestes termos, denominando tal estrutura pelo termo tradicional de "Imperialismo", devemos responder a duas perguntas, que constituirão o tema do próximo item: a) o que é, e em que sentido pode ser utilizado o conceito de Imperialismo?; b) qual a relação entre os conceitos de Estado Nacional e Imperialismo?; e c) em que medida podemos identificar o Imperialismo como um "bloqueio" ao desenvolvimento das forças produtivas na periferia?

---

1 - Paradoxalmente, se o país passa a ter uma inserção dinâmica tal que $\alpha' r > 0$, o processo "substitutivo" pode se prolongar mantendo $\alpha' i < 0$. Neste caso, porém, o decréscimo relativo das importações dever-se-á às vantagens espaciais do país em relação ao "resto do mundo"; portanto, as mesmas que permitiram a dinamização das exportações. Por outro lado, os problemas tornam-se incontáveis na medida em que a transferência de excedente para bancar a política de "múltiplos câmbios" não é mais possível, seja por razões técnicas (onde o desnível entre as condições internacionais e internas é muito acentuado, especialmente no que se refere às dimensões do mercado), seja por razões políticas.

6.3 - Estado Nacional e as concepções clássicas de Imperialismo

Em nossa discussão sobre política cambial realizada acima optamos por um enfoque simplificado onde o Estado aparece representando, de forma não diferenciada, toda a comunidade. Tal simplificação, entretanto, torna-se em parte incoerente, quando lembramos que a própria essência da política cambial "múltipla" centra-se na transferência de mais-valia, podendo envolver, como isso, os interesses contraditórios de vários segmentos da sociedade. Para fugir desta idéia equívoca do "Estado-neutro" adotaremos agora uma suposição inversa, onde o Estado-nação passa a constituir não apenas uma espécie de "comitê executivo da burguesia" (para repetir a expressão tão citada e criticada), como principalmente a representar os interesses específicos do segmento hegemônico da burguesia, vale dizer, do grande capital. Na verdade, tal enfoque sobre o papel do Estado-nação constitui o eixo téorico central da concepção clássica do Imperialismo em todas as suas vertentes, que, grosso modo, subdividiríamos em três: uma primeira que enfatiza as dificuldades de realização do capitalismo, relacionando-as com a política Imperialista; uma segunda, não necessariamente excludente, que enfatiza os fenômenos da concorrência, entendendo o Imperialismo como a etapa do capital monopolista; e, finalmente, uma terceira, que não se apresenta explicitamente como uma teoria sobre o Imperialismo, que enfatiza o caráter periférico e dependente das chamadas economias subdesenvolvidas (CEPAL).

6.3.1 - Imperialismo e a problemática da realização

A proposição clássica e, ao mesmo tempo, mais radical do Imperialismo como um fator resultante da problemática da realização encontra-se em Rosa Luxemburgo (1912), tendência que a autora deduzia a partir da manipulação dos esquemas de reprodução do Livro II de O Capital. Segundo esta concepção célebre (amplamente difundida e criticada), o capitalismo necessitaria permanentemente da abertura de mercados adicionais para seu congênito excesso de produção. Tais mercados poderiam ser internos ou externos, desde que representassem a incorporação à circulação de capital de economias e formas sociais pré-capitalistas. Nestes termos, a autora definia que "O Imperialismo é a expressão política do processo de acumulação de capital, em sua luta para conquistar as regiões não-capitalistas que não se encontrem ainda dominadas" (op. cit., p.392).

Assim definido, o Imperialismo leva a uma crescente e incontornável contradição que se expressa na velocidade de crescimento dos forças produtivas nos velhos países capitalistas, por um lado, e, por outro, na "rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertecentes a culturas pré-capitalistas". "Em outros termos, comparado com o elevado grau das forças produtivas, o campo (pré-capitalista) revela-se (tendencialmente) pequeno para a sua expansão" (idem). Em virtude disso, "O imperialismo (conclui rosa de Luxemburgo) é tanto um método histórico para prolongar a existência do capital, como um meio seguro para

objetivamente por fim a sua existência" (idem). Inicia-se, primeiro, um movimento protecionista que acaba por desembocar no militarismo em seu duplo aspecto: primeiro como meio privilegiado de realizar a mais-valia, função que gradativamente tende a perder eficácia; e, segundo, como meio de expansão (militar) nos países pré-capitalistas, luta que acaba desembocando na guerra interimperialista.

São basicamente três as críticas principais à teoria de Rosa de Luxemburgo: a primeira em torno da própria consistência lógica de suas deduções a partir dos esquemas de reprodução; a segunda sobre o significado da ampliação do mercado, de um ponto de vista espacial; e a terceira, sobre a "disfunção" entre o seu esquema teórico (situado no contexto do capital em geral) e a realidade histórica.

Quanto ao primeiro ponto, o pressuposto básico da autora é o de que a reprodução ampliada, em última instância, não se realiza enquanto adiantamento de capital, o que torna a dificuldade da realização inevitável. Na verdade, a solução lógica para o problema, encontrada pelo próprio Marx, consiste na separação, no tempo, do processo de reprodução de forma que o capital circulante adicional (acumulação) possa existir enquanto estoque

adiantado antes de entrar no período de produção.[1] A solução de Kalecki, por outro lado, supõe implicitamente que o tempo de rotação do capital circulante é igual a zero, cabendo apenas ao capital fixo a função líquida de criação do mercado adicional da reprodução ampliada.[2] Em ambos os casos, a dificuldade de Rosa Luxemburgo fica logicamente resolvida, jogando por terra a necessidade inevitável e absoluta de mercados adicionais situados fora do processo de reprodução.

Como nota Kalecki, o erro da autora acaba contribuindo para uma superestimativa quantitativa do papel dos mercados externos: "ela considera (....) que o mercado para o excedente é criado na grandeza das exportações totais para o setor não capi-

---

1- Marx considera que o tempo de rotação do capital é igual a um e semelhante para todos o setores. Neste caso, se P2 = c2 + + v2 + m2 é a produção de bens de consumo e P1 = c1 + v1 + m1 é a produção de bens de produção o mercado de P2 vai ser igual a: P2 = v1 + v2 + mc1 + mc2 + Δ v1 + Δ v2, onde mc1 e mc2 representam o consumo capitalista, e v1 Δe Δv2 o capital variável adicional (existente ainda na forma de estoque de bens de consumo) que deverá ser consumido no próximo período de produção.

2 - Ou seja, se o tempo de rotação tende para zero, Δv1 e Δv2 (ver nota anterior) também tendem para zero assim como Δcc1 e Δcc2 (capital constante circulante dos departamentos 1 e 2). Neste caso Δv1, Δv2, Δ cc1 e Δcc2 (o capital circulante total adicional) existirá apenas como capital ativo dentro do processo de produção, não podendo existir como mercado adicional que ficará restrito ao capital fixo (Δf1 + Δdf2). Assim, PI = cf1 + cf2 + Δcf1 + Δcf2, isto é, a produção de bens de produção é igual à reposição (cf1 e cf2) mais a acumulação (Δcf1 + Δcf2), soma que corresponde ao conceito de investimento bruto keynesiano/kaleckiano.

talista e não apenas na grandeza do saldo das exportações sobre as importações. E' fácil mostrar que essa abordagem de Rosa Luxemburgo está errada: os bens importados absorvem poder de compra do mesmo modo que os produzidos internamente, e assim, na medida em que as exportações são compensadas pelsa importações, as primeiras não contribuem para a expansão dos mercados para o produto nacional" (op. cit. p.61). A conclusão inevitável é que, pensada em termos líquidos (isto é, como saldo dsa exportações sobre as importações), a contribuição dos "mercados externos" não terá efeito distinto, por exemplo, ao do financiamento do consumo que faz com que o consumo corrente ultrapasse a renda corrente de determinados segmentos da população. "Obviamente, escreve Kalecki, os mercados externos' líquidos também exerceram seu papel no desenvolvimento do capitalismo, mas um papel muito mais modesto do que seria o caso se realmente todas as exportações ao mundo não-capitalista tivessem contribuído para a absorção das excedentes correspondentes à acumulação" (idem). Esta questão, de um certo modo óbvia, e que já tinha sido anteriormente observada

por Marx,[1] acaba por jogar a problemática dos "mercados externos" para outro campo de análise, vale dizer, para o âmbito do movimento do capital no espaço.

Sob este aspecto, a ampliação geográfica dos mercados tem de ter, em primeiro lugar e necessariamente, uma lógica espacial, dada a própria natureza - geográfica - do processo, estando relacionado, por outro lado, apenas indiretamente à lógica da realização. Em outras palavras, temos de distinguir entre o processo de ampliação geográfica dos mercados - o que se expressa fundamentalmente na sua gênese enquanto mercado - e o processo de concorrência e conquista, com o objetivo de venda de mercadorias, de mercados adicionais previamente criados.

Tal distinção pode ser melhor elucidada estabelecendo-se um paralelo com a teoria da demanda efetiva. Na verdade, como nota Possas (op. cit., capítulo primeiro), a essência da teoria da demanda efetiva consiste na separação no espaço e no

---

1 - Por exemplo, Marx, no Livro III, cap.XXX, analisando a crise Inglesa dos anos quarenta nota que "o craque na Inglaterra, iniciado e acompanhado pela saída de ouro, equilibra o balanço de pagamentos (....). Chega então a vez de outro país: o balanço de pagamentos estava momentaneamente favorável, mas agora a crise suprimiu ou encurtou o intervalo que vigora em tempos normais entre os compromissos do balanço de pagamentos e os do balanço comercial; todos os pagamentos devem agora ser efetuados de uma vez. A mesma coisa se repete aí. Então, o ouro, saindo deste país, reflui para a Inglaterra. O que num país é excesso de importação aparece no outro como excesso de exportação, e vice-versa" (op. cit., p.565). A crise, neste caso, passaria pelos mercados externos, expressando-se na crise específica do balanço de pagamentos, contexto em que os saldos líquidos de exportações sobre importações são apenas temporários.

tempo do gasto agregado em relação à produção corrente. De um certo modo, a necessidade de realização da produção corrente tem uma lógica própria, que pode até mesmo alterar o gasto agregado - por exemplo através de um aumento de crédito ao consumidor - embora dele guarde uma relativa dependência: é que, no fundamental, o gasto agregado é composto pela acumulação de capital (isto é, pelo investimento) ou, numa palavra, pelo capital-dinheiro D que inicia o ciclo produtivo D.....D'. Como observamos no capítulo anterior, Marx mostra que D difere totalmente de M' (que iniciou o ciclo do capital mercadoria M' ....M") uma vez que enquanto M' é sempre o resultado de um determinado D adiantado, D é sempre um capital inicial distinto (com menor ou maior magnitude) dos ciclos que o antecederam. Como observa Possas, a determinação do investimento (isto é, de D) passa por uma teoria da concorrência, a qual deve ter, por referência central, a procura incessante do capital pelo sobrelucro. Ora, nós acrescentamos que D, além da instância da concorrência, tem também uma determinação especificamente espacial, tal como sugerida no capítulo anterior. Neste sentido, a gênese de novos mercados em sentido geográfico no capitalismo tem por móvel e princípio dinâmico a procura do sobrelucro no espaço nos termos estabelecidos no quarto capítulo deste estudo, vale dizer, que tende, por um lado, a ser apropriado na forma de renda fundiária e, por outro, a ser recriado como fator dinâmico na forma de um sobrelucro esperado.

Na história do capitalismo, a gênese e ampliação de D no espaço foi feita inicialmente pelo capital ao qual se acoplou

Falta a pg 549

gradativamente o capital produtivo, o que contribuiu para estabelecer sua ruptura definitiva com M', isto é, do capital mercadoria "prenhe" de mais-valia em busca de mercados adicionais. Na verdade, tal como o D em geral - determinado pela concorrência -, o D no espaço antecede ou tem dinâmica distinta de M', podendo, como fator dinâmico, aumentar D nos termos restritos estabelecidos por Kalecki, vale dizer, como um crédito adicional que financia o saldo das importações sobre as exportações de um determinado país.

Esta interpretação altera substancialmente a forma como devemos interpretar o problema da ampliação geográfica dos mercados no capitalismo. Por exemplo, como vimos no terceiro capítulo, David Harvey (1975) estabelece uma relação entre a tendência à expansão e a tendência à concentração geográfica da produção capitalista; a primeira ditada pela necessidade de redução do tempo de rotação do capital, o que leva em "direção à aglomeração em grandes centros urbanos"; a segunda ditada pela necessidade de expansão do mercado tendo em vista o problema da realização.[1] Pelo visto, Harvey embaralha um pouco as coisas: o dilema, de um ponto de vista espacial, resume-se a comparações entre sobrelucros no espaço. Assim, a criação de um novo mercado (por exemplo, no caso da abertura de uma nova fronteira de terras

---

1 - Nas palavras do autor: "Expansão geográfica e concentração geográfica são ambas consideradas como o produto do mesmo esforço para criar novas oportunidades para a acumulação de capital. em geral, isto significa que o imperativo para acumular produz concentração da produção e do capital ao mesmo tempo em que cria uma expansão do mercado para realização" (ibidem, p.12).

férteis em país de colonização recente) implica considerar: a) o diferencial de produtividade-fertilidade; b) o custo de transporte do país-colonia para a metrópole; c) eventuais diferenças de salário entre colônia e metrópole; d) o aumento do tempo de circulação da mercadoria de origem agrícola. O balanço destas quatro variáveis fornecerá a conveniência ou não da abertura da nova fronteira. Por outro lado, se isto ocorrer, devemos decidir entre as atividades industriais que devem ter sua localização transplantadas para a colônia e aquelas que devem manter sua localização apenas na metrópole. Neste caso devermos considerar: a) eventuais diferenças de salário entre colônia e metrópole; b) o custo de transporte da mercadoria, caso a localização seja mantida na metrópole; c) o tempo de circulação, idem; d) o custo de transporte e o tempo de circulação de insumos e serviços necessários à produção que não podem ser transplantados da metrópole para a colônia; e) outros fatores aglomerativos que favoreçam a localização na metrópole.

Em suma, a dicotomia entre concentração-desconcentração geográfica tem como critério essencial o sobrelucro no espaço e suas diferenciações, e não a relação entre necessidades de distintas determinações como a "produção concentrada" por um lado e a expansão geográfica dos mercados por outro. Neste sentido, é incorreta a relação estabelecida por Harvey entre reprodução ampliada intensiva e concentração geográfica, por um lado, e

acumulação geográfica, por outro.[1] Na verdade, a intensificação da acumulação pode ser tanto compatível com a concentração geográfica quanto com a expansão geográfica: no segundo caso, por exemplo, ela pode trazer junto a necessidade de novos recursos naturais, que podem determinar a abertura de novas áreas dotadas dos referidos recursos ao passo que, no primeiro caso, os novos ramos produtivos poderiam dispensar (pelo menos relativamente) os recursos naturais de velhas áreas produtoras.

Estas considerações permitem-nos, desde já, uma conceituação aproximada de Imperialismo de um ponto de vista de categorias espaciais.[2] Este, na realidade, constitui a política precípua dos estados capitalistas que primeiro se industrializaram, cristalizando, com isso, vantagens aglomerativas urbanas. Nestes termos, a essência da política Imperialista consiste em ampliar ao máximo a área de mercado dos seus centros urbanos, o que,

---

1 - Referindo-se a quatro aspectos que constituiriam fatores dinâmicos para o processo de acumulação, a saber, a penetração do capital em novas esferas produtivas, a criação de novas linhas de produtos, a expansão da população a uma taxa consistente com a acumulação a longo prazo e a expansão geográfica para novas regiões e países, Harvey afirma que "os primeiros três itens podem ser observados como um problema efetivo de intensificação das relações sociais, de mercado e da população dentro de uma estrutura espacial específica. O último item nos traz, com certeza, para a questão da organização social e expansão geográfica como um resultado necessário do processo de acumulação" (ibidem, p.11). Assim, "a existência de alguma dificuldade na intensificação acarreta uma maior importância para a expansão geográfica enquanto fator de sustentação da acumulação de capital" (idem, ibidem).

2 - Evidentemente uma concepção "completa" de Imperialismo exigiria a consideração de outras categorias que não as espaciais, como as problemáticas da concorrência e dos Estados Nacionais que estão sendo, aliás, introdutoriamente discutidos no presente capítulo.

implica o domínio nacional crescente sobre o espaço geográfico, única forma de garantir a base diversificada de recursos naturais e de ampliação efetiva da área de mercado dos centros Imperialistas. Assim, a apropriação do sobrelucro (natural) no espaço constitui não apenas um fator em si, que seja objeto de interesse capitalista, mas o pressuposto único da ampliação do mercado para a indústria situada nas aglomerações urbanas.

Dois importantes problemas questionam a definição formulada acima. O primeiro é que, se o Imperialismo pode ser entendido apenas como uma política de domínio nacional sobre o espaço geográfico, não há porque diferenciá-lo da política colonialista: neste caso, bastaria apenas diferenciar historicamente a etapa mercantil - cuja forma precípua de acumulação era o monopólio do "exclusivo metropolitano", conforme a acepção já consagrada de Fernando Novais - da etapa industrial, que transferiria o monopólio metropolitano para o conjunto da burguesia nacional. Mais ainda, aceita a definição do Imperialismo como sinônimo do colonialismo, aquele como categoria analítica iria, gradativamente, perdendo sentido quanto mais avançássemos o Século XX até atingirmos os dias atuais, onde se efetuou um efetivo processo de descolonização. Nestas condições, o Imperialismo seria apenas uma página virada na história, não podendo constituir um bloqueio real ao desenvolvimento das forças produtivas na periferia capitalista.

Estas considerações transferem-nos ao terceiro tipo de crítica que pode ser feita ao esquema teórico de Rosa Luxemburgo: a "disfunção" entre seu esquema teórico, situado no contexto do

capital em geral, e a realidade histórica, dificuldade que pode ser extrapolada, inclusive, para a definição acima esboçada de Imperialismo. De fato, como nota Rosdolsky (op. cit.), a crítica realizada por Rosa de Luxemburgo aos esquemas de reprodução de Marx, que ela considera uma "ficção sem sentido" (crítica a partir da qual a autora deriva a sua teoria da crise e do Imperialismo), desconhece a questão fundamental de que os esquemas são pensados no plano do capital em geral, isto é, na forma mais abstrata e geral de concepção do capital: "isto nos mostra o quanto a autora de A acumulação do capital não interpretou corretamente o método de Marx e, por esse fato, o pouco crédito que devemos atribuir à sua crítica aos esquemas de reprodução de Marx" (op. cit. p.10). "A seu ver, apenas o capital individual permite um modo de análise abstrato, enquanto que a categoria de capital social global representaria uma categoria da realidade imediata. Daí seus apelos constantes à 'realidade histórica' contra a 'ficção teórica', daí sua crítica equivocada dos esquemas de reprodução de Marx, daí enfim, sua incapacidade de desenvolver concretamente, no sentido da teoria de Marx, o núcleo concreto de seu livro" (ibidem, p.11).

Em outras palavras, como a propusemos no primeiro capítulo, exige-se para a elaboração de uma teoria do capitalismo que se refira a determinada realidade histórica a construção de elos teóricos de intermediação entre as leis abstratas de movimento e a referida realidade, sem os quais a análise histórica não passa de um "vôo cego", perdido entre o empírico e

o abstrato. Neste sentido, as teorias do Imperialismo de Lenin e de Bukharin, ao considerarem aspectos da concorrência, caminham acertadamente nesta direção, o que nos leva ao nosso segundo tipo de concepção teórica sobre o Imperialismo.

6.3.2 - Imperialismo e concorrência monopolista

A consideração da concorrência na definição da etapa Imperialista ocupa um papel central na concepção de Lenin ("Imperialismo, fase superior do capitalismo") e Bukharin ("A Economia mundial e o Imperialismo"). Para estes dois autores, o conceito de capital financeiro (tomado de Hilferding) é crucial na medida em que a fusão (através de vários expedientes) do capital bancário com o industrial permite maior fluidez e flexibilidade para a concentração e a centralização do capital. No limite, esta, "(....) atingindo um certo grau de desenvolvimento, conduz ao monopólio" (Lenin, op. cit. p.20). Assim, "o capital financeiro, concentrado em algumas mãos e exercendo um monopólio de fato, obtém da constituição de firmas, das emissões de títulos, dos empréstimos ao Estado, etc., enormes lucros, cada vez maiores, consolidando o domínio ds oligarquias financeiras e onerando toda a sociedade com um tributo em benefício dos monopolistas" (ibidem, p.52). Este processo de monopolização faz-se através de fusões, absorção ou a formação provisória (ou definitiva) de cartéis e trustes, cujo objetivo é o domínio econômico e extra-econômico sobre os mercados: "As relações de domínio", escreve Lenin, "e a violência que elas implicam, eis o que é típico

da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo, eis o que necessariamente deveria resultar, e que efetivamente resultou, da formação de monopólios econômicos todo-poderosos" (ibidem, p.27).

Gera-se, com isso, um excedente de capitais, que não encontram boa remuneração nos "velhos" países capitalistas. Assim, "as possibilidades de exportação de capital resultam de um certo número de países atrasados serem, desde agora, arrastados na engrenagem do capitalismo mundial, daí terem sido construídas ou estarem em vias de construção grandes ferrovias, daí se encontrarem reunidas as condições elementares do desenvolvimento industrial, etc. A necessidade de exportação dos capitais resulta da 'maturidade excessiva' do capitalismo em certos países, onde (sendo a agricultura atrasada e as massas miseráveis) o capital carece de colocações 'vantajosas' (ibidem, p.61). Daí a famosa definição de Lenin: "o que caracteriza o antigo capitalismo, onde reinava a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo atual, onde reinam os monopólios, é a exportação de capitais" (ibidem, p.60).

Na verdade esta definição é imprecisa e incorreta, não podendo ser diretamente dedutível da caracterização do Imperialismo como a etapa do capital monopolista. De um certo modo, podemos dizer que mesmo na fase do mercantilismo havia a exportação de capitais, embora esta se expressasse em relações de trabalho não-capitalista e numa dominação indireta do capital sobre o trabalho. A partir da revolução industrial, porém, a exportação de capitais (por exemplo, para os EUA) passa a se

materializar através de relações capitalistas, caracterizadas pela subordinação direta (e real) do capital sobre o trabalho. Por isso, a definição de Lenin é ampla o suficiente para englobar toda a etapa do capitalismo industrial, ao que se acrescenta sua unilateralidade ao considerar que o excesso de capital implica necessariamente a sua exportação, que, especialmente no caso do setor manufatureiro, pode não ser vantajosa. O relevante no caso é que o capital monopolista implica o domínio, por poucos concorrentes, do mercado mundial, fato compatível tanto com a exportação produtiva de capital quanto com a sua imobilização locacional nas metrópoles capitalistas.[1] Aqui, mais uma vez, reaparece a desconsideração do duplo significado da expansão geográfica dos mercados, vale dizer, como "locus" de produção de sobrelucro e, a partir daí, como mercado prévio para a produção industrial da metrópole.

---

1 - A esse respeito, Bukharin tem uma concepção mais ampla (e mais precisa) ao entender que "(...) não é a impossibilidade de desdobrar uma atividade no país, e sim a busca de uma taxa de lucro mais elevada que constitui a força-motriz do capitalismo. A 'pletora capitalista' moderna, inclusive, não significa um limite absoluto. Uma taxa de lucro mais baixa expulsa mercadorias e capitais para longe de seu 'País de origem'. Esse processo efetua-se, simultaneamente, nos diferentes elos da economia mundial. Em seu interior, chocam-se, como concorrentes, os capitalistas de diferentes economias nacionais. E quanto menos enfraquecido é o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial, quanto menos refreada é a expansão do comércio exterior, tanto mais ajuda se apresenta à luta no domínio da concorrência. Nesse domínio, sobrevieram, no decorrer desses últimos decênios, mudanças quantitativas tais que revestiram qualitativamente nova definição" (grifos do autor, op. cit., p.76).

A definição acima, no entanto, embora ao longo dos anos tenha constituído uma espécie de "slogan" para a caracterização da teoria leninista do Imperialismo, não compromete de nenhum modo a sua essência, que passa pela tendência ao domínio crescente do mercado mundial por um pequeno número de monopólios: antes de tudo, escreve Lenin, "os grupos de monopólios capitalistas - cartéis, sindicatos, trustes - partilham o mercado interno entre si, assegurando-se da posse, mais ou menos absoluta, de toda a produção do seu país. Porém, em regime capitalista, o mercado interno liga-se necessariamente ao mercado externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportação de capitais e se ampliavam, por todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias, assim como as 'zonas de influência' dos maiores grupos monopolitas, as coisas encaminhavam-se 'naturalmente' para um acordo universal entre estes últimos, para a formação de cartéis internacionais" (ibidem, p.66). E Bukharin, raciocinando na mesma direção, afirma que "(....) apesar da estrutura geralmente anárquica da economia mundial contemporânea, o processo de organização acusa, aí, progressos que se traduzem, notadamente, no desenvolvimento dos sindicatos industriais, dos cartéis e dos trustes internacionais" (op. cit. p.48).

Aqui surge uma questão crucial para a teoria de Lenin/Bukharin: se, de fato, a economia mundial tende para um processo de centralização e internacionalização, que passaria a ser dominado por monopólios transnacionais, qual o papel e a

importância dos Estados nacionais neste processo? Mais ainda, se o termo "imperialismo" tem se referir necessariamente a determinada política executada pelos estados em favor de sua burguesia nacional, a fase dos monopólios e da completa internacionalização não tornaria tal política obsoleta? Afinal de contas, como se funde a tendência ao crescente domínio do capital monopolista e a tendência ao crescimento domínio e expansão territorial do estado capitalista?

A resposta para tais indagações em Lenin está, quando muito, intuída e afirmada e, em quase nada, demonstrada: "A época do capitalismo moderno mostra-nos que entre os grupos capitalistas se estabelecem certas relações baseadas sobre a partilha econômica do mundo e que, paralela e conseqüentemente, se estabeleceram entre os grupos políticos, entre os estados, relações baseadas na partilha territorial do mundo, na luta pelas colônias, na 'luta pelos territórios econômicos'" (ibidem, p.74). Na verdade, a partilha territorial do mundo não é uma contrapartida necessária da partilha econômica dos grandes monopólios, dele não constituindo nem um fator paralelo necessário nem uma conseqüência. Por isso, a obra de Bukharin é, neste e em outros aspectos, um complemento indispensável ao trabalho de Lenin, uma vez que nos fornece uma formulação mais detalhada e mais rigorosa da tese leninista.

Bukharin começa por reconhecer, tal como na passagem citada acima, que "o capitalismo financeiro mundial e o domínio internacionalmente organizado dos bancos é um dos fatos inatáveis

da vida econômica" (ibidem, p.52). Observa ainda que "dentro da multiplicidade e da complexidade de suas formas, esse desenvolvimento em curso constitui um processo de internacionalização da vida econômica, de aproximação entre os diferentes pontos geográficos do desenvolvimento da economia, de nivelamento dos elementos capitalistas e de antagonismos crescentes entre a propriedade concentrada da classe capitalista e o proletariado mundial" (ibidem, p.53). Por outro lado, o autor pondera que "não se deve (....) exagerar a importância das organizações internacionais" (idem). "Daí não decorre (....) que a evolução social tenha entrado numa era de coexistência mais ou menos harmoniosa dos Estados nacionais. Internacionalização da vida econômica não significa internacionalização dos interesses capitalistas" (idem). "Na realidade, tudo se passa com dificuldades infinitamente maiores do que o imaginam os otimistas oportunistas. A internacionalização da vida econômica pode agravar - e agrava, no mais alto grau - o antagonismo reinante entre os diferentes grupos nacionais da burguesia" (ibidem, p.54). Em outras palavras, não se substitui de uma hora para outra, segundo Bukharin "uma internacionalização anárquica por uma internacionalização organizada". Por isso torna-se indispensável para o autor conhecer, além de internacionalização dos interesses capitalistas, o outro lado que a internacionalização da vida econômica contém: "isto é, o processo de nacionalização dos interesses capitalistas (....)" (ibidem).

Bukharin aponta três fatores que acabam levando ao processo de nacionalização dos interesses capitalistas: "Em primeiro lugar, é bem mais fácil vencer a concorrência no terreno nacional do que em âmbito mundial; em segundo lugar, a diversidade de estrutura econômica, e conseqüentemente de custos de produção, torna onerosos os acordos para os grupos nacionais avançados; em terceiro lugar, a própria aglutinação com o estado e suas fronteiras constitui um monopólio sempre crescente, que assegura lucros suplementares" (ibidem, p.67). Este último ponto é ilustrado pela política cambial-aduaneira que, segundo o autor, modificou-se inteiramente no período monopolista: "Os direitos alfandegários modernos são direitos de cartéis, um meio para que adquiram lucro suplementar. Pois se, no mercado externo, a concorrência é eliminada (ou reduzida ao mínimo), os produtores podem elevar os preços em toda a margem deixada pelos direitos aduaneiros. Ora, esse lucro suplementar é a possibilidade de escoar as mercadorias, no mercado externo, a preços inferiores aos preços de custo (...). Assim, se estrutura a política de exportação específica dos cartéis (dumping)" (ibidem, p.68).

Esta política encontra o seu limite na medida em que a parcela da produção exportada cresce em relação à que abastece o mercado interno. "Admitamos (escreve Bukharin) que a parte das mercadorias exportadas seja extremamente grande em relação ao escoamento interno: é então impossível, mediante preços de monopólio no mercado interno, compensar as perdas provocadas pelo aviltamento de preços no mercado exterior" (ibidem p.71).

Esgotada a política de dumping, os interesses do capital financeiro passam a exigir a expansão do território nacional, isto é: "ditam uma política de conquista, de pressão direta da força militar, de anexação imperialista" (idem). Cristaliza-se, assim, "(...) uma tendência a agrupar as partes dispersas do corpo nacional, a operar a fusão das colônias e da metrópole e a formar um império econômico único, envolvido por uma barreira alfandegária comum" (ibidem, p.72).

A conclusão inevitável, segundo Bukharin, é que o capital financeiro, "infiltrando-se em todos os poros da economia mundial (...) cria, ao mesmo tempo, uma tendência violenta ao isolamento dos corpos nacionais e à formação, como instrumento de consolidação de seu monopólio, de um sistema econômico capaz de bastar a si mesmo. Assim, paralelamente à internacionalização da economia e do capital, opera-se um processo de aglutinação nacional, de nacionalização do capital - processo prenhe de conseqüências" (idem). O autor acrescenta ainda que tal processo é estimulado pelas transformações em todos os tipos de mercado, desde o de produtos manufaturados, passando pelo investimento (em estradas de ferro por exemplo) até o mercado de matérias-primas, que acabaria fundindo os interesses diversos do capital dentro do território ("império") nacional. Temos então "o agravamento da concorrência pela posse dos escoadouros de mercadorias dos mercados de matérias-primas e das esferas de investimento de capital" (ibidem, p.95). "Ora, no fundo", conclui Bukharin, "essas três raízes da política do capital financeiro

são apenas três aspectos de um mesmo fenômeno: o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas e a limitação nacional da organização da produção" (idem). "Ora, essa política do capital financeiro é o Imperialismo" que "(....) implica métodos violentos, pois a ampliação do território nacional é a guerra" (ibidem, p.98); logo, "um poderoso estado militar é, na luta entre as potências, o trunfo derradeiro" (ibidem, p.99).

Esta demonstração, embora rigorosa e historicamente comprovada (pelo menos no tocante aos acontecimentos que desembocaram na Primeira Guerra Mundial), merece alguns reparos, tanto em termos de apreciação histórica quanto em termos teóricos.

Do ponto de vista da apreciação histórica devemos proceder a uma "releitura" do processo de expansão territorial das grandes potências imperialistas no final do Século XIX e início do século atual. Na realidade, Lenin e Bukharin, seguindo a obra pioneira sobre o Imperialismo de Hobson,[1] interpretam de forma imprecisa e ambígua os dados sobre expansão territorial colonial neste período. Vejamos, neste sentido, os dados utilizados pelo próprio Lenin, que estão apresentados no Quadro I. Consideremos em primeiro lugar a participação das principais nações imperialistas na distribuição territorial das colônias: destaca-se, desde logo, a assimetria existente entre a participação territorial da Inglaterra, Rússia e França, por um

---

1 - J.A. Hobson, Imperialismo, Londres, 1902.

lado, e Alemanha, Japão e EUA, por outro, cabendo aos primeiros cerca de 95% do total e pouco mais de 5% para os segundos.

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DS COLÔNIAS ENTRE OS SEIS PRINCIPAIS PAÍSES CAPITALISTAS
(em milhões km²) 1860-1914

	Participação na Superfície (em %)			
Países	1960	1889	1914	1914
Inglaterra	6,5	24,1	33,5	51,5
Rússia	-	17,0	17,4	26,7
França	0,5	7,7	10,6	16,3
Alemanha	-	2,6	2,9	4,5
EUA	-	-	0,3	0,5
Japão	-	-	0,3	0,5
Total	7,0	51,4	65,0	100,0

FONTE: Apud Lenin (op. cit.).

Quanto aos EUA, a insignificância absoluta e relativa de suas colônias explica-se pela relevância de suas "colônias internas", garantidas pela guerra civil e pela anexação de parte significativa do território mexicano ou ainda Espanhol (Florida). Entretanto, a exigüidade das colônias de Japão e Alemanha confere inteira razão a Lenin e Bukharin ao vislumbrarem um conflito entre os estados nacionais e o desenvolvimento das forças produtivas, conforme já observado acima na análise de Bukharin. Lenin, igualmente, sublinha a mesma contradição ao notar a desigualdade no desenvolvimento das forças produtivas entre, por exemplo, a Alemanha e a Inglaterra: "Em 1892, a Alemanha produzia 4,9 milhões de toneladas de ferro fundido

contra 6,8 da Inglaterra; em 1912, Já produzia 17,6 contra 9 milhões, o que significa que ela tinha uma superioridade gigantesca sobre a Inglaterra!" (op. cit. p.97). Esta observação leva o autor a acrescentar a inevitável indagação: "Será necessário perguntar se haveria aí, no terreno do capitalismo, outro meio que não a guerra para remediar a desproporção entre, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capitais e, por outro lado, a partilha das colônias e das 'zonas de influência' do capital financeiro?" (idem).

O mesmo dado pode, porém, ser visto "do outro lado da moeda", observando que países como Alemanha e Japão conseguiram um grande desenvolvimento das forças produtivas sem anexação relevante de colônias. Mais ainda, a Alemanha superou a Inglaterra em termos do desenvolvimento efetivo das forças produtivas (a despeito de toda a vastidão do Império Britânico), o que patenteia não apenas a existência de uma virtual fonte de conflitos como também a possibilidade de expansão capitalista centrada num quase generalizado processo de concentração do setor produtivo (em grau muito mais elevado do que o inglês) e tendo por base, fundamentalmente, o espaço nacional "interno": observe-se a este respeito, no Quadro I, que no período 1889-1914 (correspondendo à fase inicial e clássica do Imperialismo) a anexação colonial inglesa cresceu cera de 40% (de 24 para 33 milhões de km^2) enquanto a alemã apenas 11% (de 2,6 para 2,9 milhões de km^2), a despeito do notável crescimento industrial

alemão no período (próximo a 5% ao ano), contraposto a um fraco crescimento da Inglaterra (pouco acima de 2% ao ano).

Além da distribuição desigual do espaço colonial entre as potências que, a um só tempo, comprova a tese de Lenin-Bukharin e estabelece um verdadeiro paradoxo entre o pouco dinamismo dos grandes colonizadores contraposto ao grande dinamismo de países pouco colonizadores, temos igualmente o paradoxo da distribuição temporal do processo de anexação colonial. Como pode ser observado pelo Quadro I, o período relevante em termos de anexação situa-se entre 1860 e 1889, onde a área territorial cresce em mais de sete vezes, apresentando um aumento absoluto de cerca de 44 milhões de km^2. De outra parte, entre 1889 e 1914, a área colonial expande-se em apenas 28%, correspondendo a um acréscimo absoluto de menos de 14 milhões de km^2, isto é, menos de 1/3 do crescimento absoluto anterior. Por outro lado, à exceção de EUA e Japão (cujas colônias são relativamente irrelevantes), a ênfase na coloniação, mais acentuada no primeiro período, é um fenômeno que caracteriza os quatro países Europeus: Inglaterra, Rússia, França e Alemanha.

Tudo indica, portanto, que o movimento de colonização não constitui um fenômeno típico da etapa monopolista, cujo início, do ponto de vista produtivo, coincide com a nova onda longa expansiva que começa, quando muito, no final dos anos oitenta e início dos anos noventa do Século XIX. Até pelo contrário, a evidência maior é a de que o movimento de colonização é um fenômeno típico, ainda, da etapa da livre concorrência

em uma fase de crise, que se estende dos anos sessenta ao final dos anos oitenta.[1] Mais do que isso, a intensidade do movimento de anexação colonial entre 1860/89 indica, a um só tempo, a existência de capitais ociosos - plétora de capital-dinheiro - aliada a um relativo descolamento do capital bancário (que já teria alcançado um elevado nível de centralização em França e Inglaterra)[2] em relação ao capital industrial. Assim, o processo de colonização de 60/89 indica muito mais um movimento de especulação fundiária de recursos naturais, cujo aproveitamento efetivo começa a ter lugar apenas a partir dos anos noventa.[3]

Observe-se, por outro lado, que o capital financeiro, no sentido definido por Hilferding, é um fenômeno tipicamente Alemão, vale dizer, foi na Alemanha que se verificou uma articulação mais orgânica entre o processo de centralização bancária e produtiva, movimento que se refletiu num desenvolvi-

---

1 - Seguimos aqui a periodização estabelecida por Mandel (op. cit. cap.4).

2 - O descolamento pode ser entendido de duas formas: uma primeira tem em vista o fato de que 1860/89 constituiu um período de lenta acumulação de capital, onde em cada ciclo as fases de crescimento eram curtas e as de crise e recessão relativamente longas, levando a um afastamento natural do capital bancário em relação à órbita produtiva. Uma segunda forma, mais estrutural, refere-se ao relativo desentrosamento histórico-institucional - entendido no sentido da solidarização de interesses - entre capital bancário e industrial.

3 - Em 1890, os países semi-independentes e as colônias possuiam cerca de 125 mil km de Estradas de Ferro, que correspondiam a apenas 20% do total mundial. Em 1913, alcançavam já 347 mil km, correspondendo a 31% do total mundial, números que indicam o aproveitamento mais intenso dos produtos das colônias e semicolônias, que, antes de 1890, deveriam estar ociosos.

mento mais acentuado das forças produtivas neste país a partir da onda expansiva do final dos anos oitenta. A hipótese a ser estudada, portanto, e que extrapola os limites deste trabalho, é que o movimento de colonização não foi exatamente um produto do capital financeiro, entendido como a fusão do capital bancário e industrial, e sim o contrário, isto é, resultou de um relativo descolamento do capital bancário em relação ao capital industrial nos velhos países capitalistas (França e Inglaterra). Embora forte demais, o colorário desta hipótese é que esse descolamento teria resultado num atraso relativo da indústria destes dois países em relação à Alemanha (e também aos EUA), distância que não foi atenuada nem mesmo com a derrota na guerra e a crise alemã dos anos vinte.[1]

A relativa negligência destes fatos por parte de Lenin-Bukharin pode ser explicada pelo apelo político que tal concepção proporciona, especialmente a visão do Imperialismo como a etapa definitivamente instável e derradeira do capitalismo; daí a inevitabilidade e necessidade da revolução socialista nos principais países capitalistas. Entretanto, o erro na interpretação dos fatos históricos relaciona-se também com a insuficiência da estrutura teórica então disponível para a análise destas situações concretas ou mesmo com erros de entendimento teórico de

---

1 - Observe-se que neste mesmo período a assimetria entre o capital bancário e industrial inglês foi aprofundada nos anos vinte, cristalizada, por exemplo, na vitória do primeiro ao manter um nível sobrevalorizado da libra esterlina.

certos conceitos. Neste sentido, podemos enumerar pelo menos cinco conceitos que estiveram ausentes ou que foram mal interpretados na análise dos dois autores.

O primeiro deles refere-se a uma certa inconsistência do próprio conceito de capital financeiro, que Lenin-Bukharin tomaram de Hilferding. Na verdade, na definição deste autor, o Capital Financeiro é rigorosamente uma "fusão, ou interpenetração dos bancos com a indústria, eis a história da formação do Capital Financeiro e o conteúdo desta noção", conforme síntese do próprio Lenin.[1] Mais ainda, de um ponto de vista dinâmico, "esta definição é incompleta na medida em que silencia um fato da mais alta importância, a saber, a concentração da produção e do capital, a tal ponto desenvolvida que ela dá e já deu origem ao monopólio" (Lenin, op. cit., p.46). Portanto, tal como conceituado por Hilferding, o capital financeiro pressupõe fusão entre bancos e indústrias sob o domínio dos primeiros, com o objetivo de concentrar e centralizar a produção capitalista e a acumulação de

---

1 - LENIN (op. cit., p.46). Estas palavras de Lenin coincidem com a definição do próprio Hilferding por ele citada em parágrafo imediatamente anterior: segundo Hilferding (1910) "Uma parte, sempre crescente, do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Estes últimos só alcançam a sua disponibilidade através dos canais do banco que é, para eles, o representante dos proprietários deste capital. Por outro lado, ao banco impõe-se investir na indústria uma parte cada vez maior dos seus capitais. É assim, o banco torna-se, cada vez mais, um capitalista industrial. A este capital bancário - isto é, a este capital-dinheiro - que, assim se transforma em capital industrial, eu dou o nome de capital Financeiro. O Capital financeiro é, portanto, um capital de que os bancos dispõem e que os industriais utilizam" (op. cit., p.87).

capital. Com isso, a acumulação terá uma ótica crescentemente financeira, onde o domínio dos bancos garantirá a necessária fluidez do capital entre suas várias formas de ativos, desde os vários ramos industriais em processo de concentração até os vários tipos de ativos propriamente financeiros (títulos, moeda etc.), os quais são efetivamente interdependentes no sentido keynesiano do termo.[1]

E' evidente, neste caso, que o predomínio da ótica financeira - garantida pelo domínio dos bancos sobre o capital industrial - fundirá e soldará os interesses do "capital nacional" num corpo único e solidário vis-à-vis os "interesses externos". O problema, porém, é que esta noção de capital financeiro não constitui uma tendência necessária do desenvolvimento capitalista nos vários países, os quais guardam importantes e decisivas especificidades. Nos EUA, por exemplo, existe apenas uma certa simetria entre o processo de centralização do capital bancário e industrial, o que significa elos relativamente débeis de interpenetração e fusão, além de uma forte autonomia da grande

---

1 - Como observa Possas, "embora Keynes não tenha ressaltado suficientemente esse ponto (....) é crucial em sua teoria a interdependência entre as condições (...) de liqüidez que se exprimem na taxa de juros e as condições que determinam o investimento produtivo em capital fixo. Especificamente, sua apresentação 'por etapas' da determinação do investimento, dada a taxa de juros, e a seguir da determinação desta última, obscurece o fato de que aí se trata de um mesmo complexo de decisões relativas à posse de diferentes formas de riqueza sob condições determinadas de rentabilidade, risco e segurança frente à incerteza - e portanto de liqüidez" (op. cit., p.193).

corporação industrial que decide (sob sua ótica particular e não totalmente financeira) a forma de aplicação do capital-dinheiro sobrante nos vários tipos de ativos (investimento de capital fixo, títulos, moeda etc.). Na França e Inglaterra, pelo contrário, a fusão foi mais efetiva - inclusive no tocante à hegemonia dos bancos - embora não tivesse por base e resultado um processo significativo de concentração da indústria manufatureira, que permanece relativamente atrasada em ambos os países.

A conclusão inevitável destas "exceções" é que a ausência de uma ótica financeira geral, que detenha hegemonia e garanta a fusão de interesses do conjunto dos capitais nacionais, atenua ou até mesmo dispensa a tendência ao choque entre as diferentes nações imperialistas, pelo menos do ponto de vista meramente econômico. Por outro lado, não podendo definir o Imperialismo como a política do capital financeiro, é mais prudente assumirmos a definição de Kautsky, que o situa como uma etapa (monopolista) de desenvolvimento do capital industrial: "O Imperialismo é um produto do capitalismo industrial altamente evoluído. Ele consiste na tendência que tem cada noção capitalista industrial para anexar a submeter regiões agrárias sempre maiores, quaisquer que sejam os povos que as povoam".[1]

A esse respeito, Lenin não tem nenhuma razão em sua crítica a Kautsky: "As inexatidões de Kautsky saltam à vista. O

---

1 - KAUTSKY, Die Neue Zeit, 1914, citado por Lenin (op. cit. p.90).

que é característico do Imperialismo não é de modo algum o capital industrial mas justamente o capital financeiro. Não é por acaso que na França, o desenvolvimento particularmente rápido do capital financeiro, coincidente com o enfraquecimento do capital industrial, tem, desde os anos de 1880-1890, acentuado consideravelmente a política anexionista (colonial)" (ibidem, p.90). Na verdade, o que ocorre é o contrário: o capital financeiro, no sentido definido por Hilferding (e portanto aceito pelo próprio Lenin), implica o fortalecimento do capital industrial - a despeito do domínio dos bancos - o qual não demanda necessariamente uma acentuação da política de anexação colonial, tal como o mostrou na prática o capitalismo Alemão. Por outro lado, a intensificação da política colonial francesa mostra a continuação de um esquema econômico em que se acentua o descolamento entre o capital bancário e industrial, fato que nega uma característica central do capital financeiro. Ou seja, como o conceito de capital financeiro é inconsistente para explciar a política francesa, Lenin o identifica ao capital bancário "altamente desenvolvido", ao invés de identificá-lo com o capital industrial altamente desenvolvido, que, no sentido de Hilferding, é o resultado direto e mais importante do capital financeiro.

Um segundo aspecto teórico refere-se à importância crescente das barreiras à entrada (no sentido que lhe é atribuído por Bain e Labini) na concorrência intercapitalista e na formação de sobrelucros. Embora uma noção intuitiva da questão não

faltasse a Lenin[1] e especialmente a Bukharin, ela é claramente subestimada pelos dois autores em sua avaliação dos métodos de concorrência do capital monopolista. Na verdade, a existência de fortes barreiras à entrada em determinados ramos industriais torna possível que a grande corporação manufatureira tenha por política a preferência pela permanência no ramo onde detenha tais vantagens, pelo menos até onde isso for possível. Isto implica que, ao invés de se ater aos estreitos limites do mercado colonial, aliado ao risco de um avanço incerto sobre novos ramos ainda não oligopolizados, a grande corporação manufatureira procure penetrar - calcada em sua vantagem competitiva - nos extensos mercados dos países capitalistas industrializados. E tal política deixa de ser uma mera alternativa para se tornar uma extrema necessidade, quanto maior seja o ritmo de acumulação da grande empresa e menor o ritmo de crescimento do mercado "interno" (colônias incluídas). Mais ainda, para as grandes corporações que tiveram sua origem em pequenos países capitalistas (Suíça, Suécia, Holanda, Bélgica etc.), esta necessidade é praticamente imediata, o que as leva à adoção de uma estratégia estável e permanente de penetração (o que inclui investimentos) nos mercados dos grandes países.

Além do mais, a importância das barreiras à entrada torna, às vezes, irrelevante a propriedade fundiária dos recursos naturais, para efeito do controle do mercado de produtos primários. A esse respeito, o exemplo do café é eloqüente:

1 - Vejam-se em Bukharin (op. cit.) cap.V.

embora produzido em sua maior parte num país não-colônia (o Brasil, que detinha 3/4 da produção mundial nas primeiras décadas deste século) e controlado produtivamente pelos pequenos capitalistas nacionais, o café já possuía um mercado em regime de oligopsônio (por volta dos anos vinte), determinado pelo monopólio das grandes corporações do ramo alimentar no mercado final.

Em suma, embora existissem fatores efetivos que pudessem levar à nacionalização dos interesses capitalistas, podemos acreditar que o interesse e a política efetiva das grandes corporações manufatureiras - que eram a expressão maior da nova etapa que se iniciava em fins do Século XIX - caminhavam tendenciamente para a internacionalização em substituição à situação então existente, isto é, de enquistamento autárquico-colonial dos grandes países capitalistas.

À subestimação (ou desconhecimento) da importância das barreiras à entrada na forma de concorrência oligopólica acrescenta-se uma certa superestimação (por parte de Lenin-Bukharin) da importância dos recursos naturais no desenvolvimento capitalista. Na verdade, como vimos no quarto capítulo, a capacidade do capital de intensificar a produção e recriar a renda do segundo tipo (renda diferencial II, na denominação de Marx) não pode ser negligenciada, bem como a possibilidade de "sofisticação" do produto acabado a partir de um determinado "quantum" de matérias-primas. Além do mais, a intensificação, através do progresso técnico, do uso da mão-de-obra torna relativamente desnecessária a incorporação de mão-de-obra barata sem qualifica-

ção.[1] Assim, a possibilidade de intensificação geral da produção capitalista (desde a utilização dos recursos naturais até a força do trabalho) atenua (ou pode atenuar) a importância da anexação territorial, especialmente numa etapa do capitalismo em que o progresso técnico adquire, definitivamente, um caráter autônomo, tal como Marx já havia sugerido no Livro I de "O Capital".[2] A importância da intensificação, ligada à importância crescente das barreiras à entrada, reduz, substancialmente, o papel da propriedade fundiária de recursos naturais (além de reduzir o papel da produção de mais-valia absoluta pela incorporação de força de trabalho barata), o que, em conjunto, leva uma gradativa perda de importância do processo de anexação colonial vis-à-vis outros procedimentos do Estado ("política cambial") e do capital na fase monopolista.

A este respeito (isto é, sobre o Estado) temos uma quarta falha teórida de Lenin-Bukharin, já que este está longe de constituir uma espécie de "comitê político da burguesia", conforme suposição implícita dos dois autores. Na verdade, como observamos mais atrás numa citação de Poulantzas, o Estado, no capitalismo, é uma condensação contraditória de forças políticas, enfeixadas pela hegemonia do grande capital. Assim, o atraso

---

1 - Voltaremos ao tema mais adiante, em outro item.

2 - Particularmente no Capítulo XXIII. Por outro lado, a maior autonomia do progresso técnico na fase monopolista prende-se à capacidade da grande empresa de proteger a margem de lucro, o que lhe dá uma certa autonomia financeira para investimento, inclusive nos períodos de crise.

da agricultura em relação à indústria e a miséria das massas operárias nos países imperialistas (fatores reiteradamente observados por Lenin-Bukharin) não constituía de nenhuma forma uma tendência inexorável.[1] Apoiados no Estado, operários, camponeses, fazendeiros e outros conseguiram, aos poucos, melhorar seu nível de renda, tendência que já manifestva antes da Primeira Guerra Mundial e que se acentou no período pós-Segunda Grande Guerra. Entre outras conseqüências, estas mudanças, além de acentuarem o processo de intensificação referido acima, contribuíram para aumentar em termos absolutos (e, por vezes, relativos) a importância do mercado interno do ponto de vista das necessidades de realização do setor industrial.

A estes quatro fatores - isto é, a relativa inconsistência do conceito de capital financeiro, desconhecimento ou conhecimento apenas intuitivo do conceito de barreiras à entrada, subestimação da capacidade de intensificação do capitalismo e visão um tanto mecânica do Estado - adiciona-se um último e decisivo, que é o desconhecimento teórico das categorias espaciais para explicar a dinâmica do capital num contexto

---

1 - Segundo Bukharin, por exemplo, "o desenvolvimento da agricultura moderna não consegue (...) pôr-se ao nível do prodigioso desenvolvimento da indústria, daí, em boa medida, o aumento do custo de vida, transformado em fenômeno internacional de primeira importância, no último período do desenvolvimento capitalista (...)" (op. cit., p.82). Lenin, por seu turno, observa que "a necessidade de exportação de capitais resulta da maturidade excessiva do capitalismo em certos países, onde (sendo a agricultura atrasada e as massas miseráveis) o capital carece de colocações 'vantajosas'" (com uma passagem já citada, p.61).

eminentemente espacial. Especificamente, Lenin-Bukharin não perceberam a crescente importância do processo aglomerativo urbano na cristalização das vantagens comparativas dos países imperialistas, constituindo um fator puramente econômico que pode garantir a apropriação dos recursos naturais da periferia capitalista. David Harvey (1975), neste caso, tem razão ao criticar não apenas Lenin-Bukharin mas o conjunto das teorias do Imperialismo por não incluirem categorias espaciais.[1]

O mesmo Harvey, porém, em sua tentativa de incorporação das categorias espaciais em outro trabalho (1982), falha devido ao insuficiente desenvolvimento de tais categorias (como já sugerimos no terceiro e quarto capítulos). O resultado é uma visao mecânica da problemática do Imperialismo que implica, de um certo modo, um retorno ao esquema de Rosa Luxemburgo: a inovação tecnológica que desemprega liquidamente trabalhadores passa a ser um fenômeno do capitalismo do Século XX, a qual produz um desequilíbrio entre produção e circulação. E isto se dá num contexto de esgotamento da "fronteira de "acumulação primitiva", isto é,

---

1 - Fazendo uma breve análise das várias teorias Harvey conclui que "O problema com a teoria marxista do Imperialismo em geral é que ela se tornou uma teoria fechada em si mesma, divorciada da teoria de Marx da acumulação de capital" (Harvey, 1975, p.19). Mais adiante o autor acrescenta que "para construir e reconstruir a teoria marxista da acumulação numa escala de expansão geográfica como uma totalidade requer-se uma intersecção semelhante. Nós temos, na verdade, de derivar a teoria do imperialismo da teoria marxista da acumulação. Porém, para fazê-lo devemos desenvolver teoricamente de forma cuidadosa esferas intermediárias. No próprio pensamento de Marx isto significa que as cruciais esferas intermediárias abrange a teoria da localização e uma análise do investimento fixo e imobilizado" (ibidem, p.20).

de incorporação de regiões, recursos naturais e população (força de trabalho) ao processo de acumulação.[1]

O que ocorre, de fato, é o contrário do que entende Harvey: a intensificação da produção capitalista ("economizando" força de trabalho e recursos naturais) torna dispensável a "acumulação primitiva", além de ser plenamente compatível com um "reforço" do mercado interno dos países imperialistas. Em vista disso, a possibilidade de uma Terceira Guerra Mundial - como acredita Harvey - não se explica (talvez nem mesmo longinquamente) por uma inevitável necessidade econômica de incorporação do

---

1 - Segundo Harvey, "o problema real começa quando os capitalistas, levados pela escassez de força de trabalho e sempre movidos pela concorrência, provocam desemprego através das inovações tecnológicas as quais geram desequilíbrio entre produção e realização, entre as forças produtivas e as relações sociais que as acompanham. O fechamento da fronteira de acumulação primitiva, através da exaustão completa de possibilidades, seja pelo aumento da resistência em parte da população pré-capitalista ou pela sua monopolização por algum poder dominante, tem, todavia, um tremendo significado para a estabilidade de longo prazo do capitalismo" (Harvey, 1982, p.443).

solo "socialista" e sim por "indecifráveis" (do ponto de vista econômico) "razões de Estado".[1]

Na realidade, aquelas cinco questões teóricas subestimadas ou ignoradas por Lenin-Bukharin estabeleceram um pequeno, mas fatal desvio de ótica na análise do período que se inicia no final do Século XIX. O conflito básico era a transição entre a velha ordem colonial (caracterizada pelo controle militar das colônias, pela propriedade fundiária de recursos naturais e pela proteção, dentro e através das ampliação das fronteiras do "império", da indústria nacional) e a nova ordem monopolista, caracterizada pela crescente importância competitiva das barreiras à entrada, pela crescente importância das vantagens comparativas do espaço urbano, pelo descolamento de segmentos industriais e bancários concentrados de sua base nacional e, finalmente, pelas possibilidades de intensificação e pelo

---

1 - Referindo-se ao período recente, Harvey afirma que "constroem-se uma vez mais alianças regionais que competem por reduzidas oportunidades de lucro. A ameaça da autarquia emerge novamente. E como voltou a ameaça renovada da Guerra Mundial, este período foi caracterizado por armas ofensivas de imenso por destrutivo e orientado em direação à acumulação primitiva" (1982, p.444). A conclusão é inteiramente implausível quando se lembra, por exemplo, do virtual resultado da guerra (a destruição da vida no globo terrestre, de fato um resultado pouco interessante para a lógica do capital), ou que os próprios países imperialistas acabaram aderindo ao movimento de descolonização no pós-guerra, o que torna patente que a "acumulação primitiva" é crescentemente desnecessária para o capital. A guerra, se vier, terá de ser explicada quase que inteiramente por "razões de Estado", isto é, razões políticas apenas indiretamente ligadas a fatores sociais e econômicos. Este relativo descolamento entre o econômico e o político, aliás, já se verificara nos fatos que culminaram com a Segunda Guerra Mundial.

desenvolvimento mais equilibrado dos vários segmentos da sociedade ditado pela correlação de forças dentro do aparelho de Estado. Em vista disso, o processo de descolonização tornou-se historicamente inevitável e se prendeu fundamentalmente ao desinteresse relativo da nova ordem econômica (hegemonizada pelo capital monopolista, mas com penetração no conjunto da sociedade) em bancar o "custo colonial" expresso, entre outras coisas, por um grande esforço militar.

Portanto, a idéia do Imperialismo como bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas na periferia somente se sustenta quando fundimos os fatores da concorrência, os espaciais e a política (cambial e não militar) do Estado num único processo de fortalecimento econômico dos países Imperialistas vis-à-vis a periferia. Antes, porém, de desenvolvermos estas questões, vejamos como esta linha de interpretação a estava esboçada de forma intuitiva (e pioneira) pela CEPAL e como, em sua continuação pela teoria da dependência, a riqueza da problemática cepalina é engolida pelos fatos e pela generalidade.

6.3.3 - Imperialismo e bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas na periferia: a visão cepalina

As démarches da problemática cepalina foram muito bem recuperadas por Cardoso de Mello em seu O Capitalismo Tardio, primeiro capítulo, que contra a análise no primeiro trabalho de peso da CEPAL, Estúdio Econômico de América Latina (1949),

Segundo o autor, "todo o arcabouço analítico do Estúdio está assentado na idéia de desenvolvimento desigual da economia mundial" (op. cit., p.1), onde "o caráter de exportadoras de produtos primários imprime à dinâmica das economias periféricas seu traço fundamental" (ibidem, p.2), vale dizer, "as economias periféricas enquanto exportadoras de produtos primários (...) não dispõem (....) de comando sobre seu próprio crescimento, que, ao contrário, depende, em última instância, do vigor da demanda cêntrica" (ibidem, p.3).

Ora, após o auge do comércio internacional no final do Século XIX até a Primeira Guerra Mundial, a economia mundial entra em profunda estagnação (exceção para os EUA até 1929), da qual consegue emergir somente a partir da Segunda Guerra Mundial, fato que se expressou no pequeno dinamismo da demanda de produtos primários. Embora as razões para este fraco dinamismo explicuem-se também pelo processo de intensificação a que nos referimos mais acima, a questão é que ele leva a uma deterioração das relações de troca das economias periféricas. Isto ocorre porque, segundo o Estúdio, "há (...), em geral, uma relativa abundância de potencial humano nas atividades primárias que tende a pressionar continuamente salários e preços dos produtos primários e impede, assim, que a periferia comparta com os centros industriais o fruto do progresso técnico por eles alcançado. Mais ainda, impede a periferia de reter uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico" (op. cit., p.47). Como sintetiza Cardoso de Mello, "(....) há uma tendência à concentração dos frutos do

progresso técnico nas economias centrais e o mecanismo pelo qual isto se dá é a deterioração das relações de troca" (ibidem, p.5).

Temos, na realidade, dois argumentos utilizados para explicar o baixo dinamismo das economias periféricas. O primeiro, que a especialização na produção primária é um fator que, por si só, pode determinar um menor ritmo de crescimento da periferia: dada a sua incapacidade de diversificação produtiva - dependente exclusivamente de sua dotação de recursos naturais - basta que a demanda por tais produtos caia relativamente ao ritmo de acumulação industrial do "centro". Neste caso, teremos uma redução do coeficiente de importações do "centro" em relação à periferia (isto é, pela notação de nosso modelo, $\alpha'r < o$), devendo resultar num crescimento mais baixo desta última vis-à-vis o centro. Por outro lado, a CEPAL adicionou um outro argumento de natureza distinta do primeiro, que é a deterioração das relações de intercâmbio, fenômeno que, para ser efetivo, implica a adoção de uma série de hipóteses adicionais.

A primeira delas é que o não repasse dos frutos do progresso técnico no "centro" implica que este detém formas de retenção monopólica do sobrelucro, ao mesmo tempo em que o repasse para os preços dos aumentos de produtividade na periferia indica que esta não detém tais formas, pelo menos em grau comparável ao do centro. Para que haja, porém, queda efetiva dos termos de intercâmbio requer-se uma segunda hipótese, qual seja, a de que o ritmo de desenvolvimento da produtividade seja aproximadamente idêntico no centro e na periferia, o que não ocorre

necessariamente, especialmente num contexto de desenvolvimento desigual. Neste caso, se o ritmo de crescimento da produtividade é superior no Centro - o que, aliás, se verifica historicamente - o Centro poderá reter seus ganhos de produtividade sem que haja deterioração das relações de troca.

O erro da CEPAL, portanto, foi o de atribuir toda a possibilidade de desenvolvimento e apropriação desigual do progresso técnico à deterioração das relações de intercâmbio, sendo que esta, no fundo, seria apenas uma das formas de expansão da apropriação desigual: aquela em que o ritmo de crescimento das forças produtivas (portanto, da produtividade) é aproximadamente semelhante entre o Centro e a Periferia. O resultado é que a discussão sobre a teoria cepalina travestiu-se de uma "guerra de números" que daria, enfim, o último "veredicto" sobre a efetividade do desenvolvimento desigual.[1] Com isso, abandonou-se toda a riqueza da problemática cepalina, que, como estamos observando, centra-se em dois aspectos principais: a) a incapacidade estrutural de diversificação produtiva da periferia, que assim é jogada às vicissitudes de sua base de recursos naturais; b) o fato de o Centro ter capacidade de retenção monopólica do sobrelucro nele produzido ao lado da incapacidade relativa de reter os seus

1 - Observando-se várias séries de preços do comércio internacional a partir do final do Século XIX até os anos sessenta (analisado por Guzman, op. cit.), pode-se concluir que existe uma inegável tendência à deterioração dos relações de troca da periferia, embora claramente insuficiente para explicar toda a complexidade e inexorabilidade do desenvolvimento desigual.

próprios ganhos da produtividade, repassando-os, via termos de troca, ao Centro.

A explicação do segundo aspecto, na realidade, contém implicitamente o primeiro e pode ser desdobrada em três fatores: em primeiro lugar, temos o aspecto "leninista", isto é, o fato de o desenvolvimento desigual do capitalismo interpaíses ter determinado níveis diferentes de concentração e centralização do capital. Em outras palavras, enquanto nos novos países capitalistas (periferia) o nível de concentração seria incipiente, nos "velhos" países estaríamos já na etapa monopolista, o que indicaria a capacidade dos capitais ali situados de apropriarem-se de um sobrelucro tanto maior quanto maior for o nível nacional e internacional das barreiras à entrada. Esta explicação é, entretanto, insuficiente quando consideramos que a tendência à internacionalização do capital - dada inclusive pelo seu estágio monopolista - pode perfeitamente privilegiar a periferia, do ponto de vista de novos investimentos produtivos.

E' por isso que temos de acrescentar um fator adicional e decisivo - o espaço -, sintetizado em termos de vantagens aglomerativas urbanas que tendem a atrair o movimento de capitais para os velhos países capitalistas. Neste sentido, tais países detêm uma espécie de "monopólio urbano", que se cristaliza na renda fundiária urbana e se renova na formação do sobrelucro esperado. Entretanto, uma vez que a existência dos Estados nacionais incentiva o desenvolvimento de seus respectivos espaços, devemos observar que as vantagens urbanas dos espaços (pói-

ses) capitalistas concorrentes são balizadas e influenciadas por inúmeras políticas, desde a colonial do "velho" capitalismo, até às políticas de "múltiplos câmbios", que começam a prevalecer na etapa monopolista.

O processo de retenção do sobrelucro produzido no Centro constitui, assim, uma condensação de três fatores: sobrelucro de monopólio, retido pelas grandes empresas; sobrelucro espacial, retido sob a forma de renda urbana; e política cambial, que pode subsidiar ou confiscar parte do sobrelucro produzido. A estes três fatores, pode-se adicionar eventualmente o aumento dos salários reais, proporcionado por uma estrutura econômica e política favorável às reinvindicações dos trabalhadores no Centro: apenas neste caso, aliás, é que a hipótese de Emmanuel (op. cit.) seria factível, não como troca desigual, mas como um fator adicional de retenção dos ganhos de produtividade produzidos nos próprios países centrais.

Estabelecidos, pois, os estreitos limites do modelo primário exportador ("etapa do desenvolvimento para fora") - que, combinado ou não com a queda dos termos de intercâmbio implica uma tendência a longo prazo de mrginalização da periferia do mercado mundial (em que $\alpha' r < \alpha$), - inicia-se uma nova etapa, basicamente a partir dos anos trinta: a etapa do desenvolvimento para dentro, centrada numa tentativa de industrialização baseada na "substituição de importações", isto é, tal como vimos no item anterior, baseada na redução do coeficiente de importações ($\alpha' i < \alpha$). Neste sentido, "que problemas deveria enfrentar esta

industrialização que surgira como reação espontânea das nações Latino-americanas às dificuldades de importação acarretadas pelas guerras mundiais e pela grnde depressão?", indaga Cardoso de Melo em sua reconstituição da problemática cepalina. "A resposta é muito simples: os problemas e, ao mesmo tempo, a especificidade da industrialização latino-americana decorrem de seu caráter periférico. Ou melhor: a industrialização Latino-americana é problemática porque periférica" (Cardoso de Melo, op. cit., p.6).

E quais são, segundo a CEPAL, os problemas efetivos enfrentados por esta industrialização periférica? Teríamos basicamente dois tipos de dificuldades. Uma primeira estaria no desnível entre as exigências de imobilização de capital das técnicas produtivas do Centro e a incapacidade relativa de poupança da periferia. A razão para isto estaria no fato de que "(...) na maior parte dos países latino-americanos a poupança é escassa, dado o baixo nível de renda", enquanto que "quando os que hoje são os grandes centros industriais estavam em situação comparável à que apresentam agora os países periféricos e sua renda era relativamente pequena, a técnica produtiva exigia, também, um capital por homem relativamente pequeno. Se refletimos bem, a poupança não é grande ou pequena em si mesma, senão em relação à densidade de capital resultante do progresso técnico" (Estúdio Economico, op. cit. p.62).

A proposição, na verdade, é absolutamente inconsistente. No fundo, se a renda per capita determina uma baixa capacid-

de de poupança, esta geraria sempre uma baixa capacidade de investimento, independentemente da técnica produtiva utilizada. Se esta, por exemplo, contiver uma alta relação capital-trabalho, o volume de investimento - que será sempre o mesmo - gerará pouco emprego, ao passo que se a relação for baixa, o mesmo volume de investimento gerará realtivamente muito emprego. Embora inconsistente, o argumento cepalino toca porém numa questão de fundo, que pode ser redefinida em termos mais sólidos: se, por uma alta relação capital-trabalho, entendemos um dado nível já alto de concentração da produção capitalista e se, de outro lado, por uma baixa renda per capita entendemos um baixo nível de concentração do capital-dinheiro, fruto do estado ainda incipiente e indigente da acumulação numa economia que sequer completou o seu processo de formação prévia de capital ("acumulação primitiva"), podemos afirmar que existe um descompasso entre as exigências de concentração estabelecidas pela técnica importada e a baixa capacidade de concentração de capital-dinheiro por parte de um capital bancário em formação, ou (se já não for o caso) estruturalmente retardado em relação às exigências de investimento. Em outras palavras, haveria, no processo de industrialização periférica, uma dificuldade especificamente financeira, abordada mas mal compreendida pela teoria cepalina.[1]

---

1 - Voltaremos ao assunto no próximo item.

Um segundo tipo de dificuldade (relacionada com a primeira) refere-se ao fato de que "não somente a falta de capital ou de destreza (...) se opõem ao emprego da técnica avançada, senão que a debilidade da demanda impede também a obtenção das vantagens de produção em grande escala" (ibidem, p.63). O argumento, sistematizado por Furtado em seu modelo de estagnação, revela os mesmos problemas que alinhamos em nossa crítica a este modelo no capítulo anterior, vale dizer, toma o conceito de economia de escala como escala interna às empresas, problema que pode, por exemplo, ser superado em economias continentais como a brasileira ou pela integração regional das economias periféricas. Se, por outro lado, substituímos a "economia de escala" pelo conceito, a um só tempo mais amplo e específico, do fator aglomerativo urbano-espacial, podemos recolocar a proposição em bases mais sólidas. Neste caso, como vimos no capítulo anterior, a nossa hipótese é a de que a substituição de importações deve resultar numa tendência geral ao aumento "líquido" dos preços dos produtos substituídos, isto é, que a queda gradativa dos preços - permitida pelos avanços no processo interno de urbanização e industrialização - tende à ocorrer numa magnitude inferior ao aumento corrente dos preços dos novos produtos substituídos. Além do mais, podemos adicionar aos fatores espaciais a diferença da capacidade competitiva entre o capital monopolista, dominante no mercado internacional, e o ainda incipiente capital nacional.

Na realidade, o que aqui ocorre não é apenas a "combinação linear" do fator espaço com o fator concorrência, mas uma interação orgânica realimentadora, que tende a impedir a redução ou atenuação dos diferenciais de custos entre Centro e Periferia. Como tentaremos mostrar no próximo item, existe uma fronteira móvel, onde a mudança da capacidade competitiva da grande empresa monopolista recria novas vantagens aglomerativas urbanas que, por sua vez, contribuem para nova alteração da capacidade competitiva. Se a este movimento adicionamos a problemática financeira (a que nos referimos acima) e as diferenças nas políticas cambiais praticadas pelos Estados Nacionais no Centro e na periferia, chegamos, finalmente, à idéia do Imperialismo como bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas nos países periféricos.

Como veremos adiante, no Centro, a combinação entre o capital monopolista industrial, os bancos, as vantagens aglomerativas urbanas e a política cambial tendem a constituir uma vantagem comparativa que tende a ser permanente (já que recriada dinamicamente), contraposta a uma desvantagem da Periferia determinada pela pequena diversificação do seu espaço urbano, pela problemática financeira, pela incipiência do capital nacional e, enfim, pela especificidade e limitação estrutural da política cambial.[1] Neste sentido, temos um bloqueio permanente (e, portanto, estrutural) à industrialização independente da periferia, fato que a

1 - Desenvolveremos todos estes conceitos no próximo item.

CEPAL intuiu mas não explicou, não apenas por um simples erro teórico, mas porque, como nota Cardoso de Melo, "todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da idéia de independência econômica da nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma situação periférica" (op. cit., p.9). "E assim chegamos aos meados da década dos sessenta, quando a morte do movimento social nacional-desenvolvimentista ficou evidente. A industrialização ou se abortara, ou, quando tivera êxito, não trouxera consigo nem a libertação nacional, nem, muito menos, a liquidação da miséria" (ibidem, p.12-3).

A inviabilidade da industrialização independente coloca, entretanto, em primeiro plano, a sua alternativa mais evidente, isto é, a possibilidade da industrialização dependente, centrada no capital monopolista internacional. Quais são pois os limites e as possibilidades da industrialização dependente na periferia? "A resposta, no plano teórico", escreve Cardoso de Melo, consistiu "(...) na formulação das 'Teorias da Dependência', que nasceram, assim, para enfrentar a questão da não-industrialização nacional" (ibidem, p.13). E, dentre o amplo espectro de "Teorias da Dependência" que proliferaram no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, podemos destacar duas vertentes teóricas.

"A primeira vertente da dependência", escreve Cardoso de Melo, "representada pelos trabalhos de A.G. Frank,[1] que estão

1 - FRANK (1970) e também, mais recentemente, Frank (1976).

centrados na idéia de desenvolvimento do 'subdesenvolvimento' entendido, nuclearmente, como uma contínua articulação de uma relação de exploração entre metrópoles e satélites (...), consiste, de modo cristalino, numa mera reprodução radicalizada da problemática cepalina e, por isto, não apresenta maior interesse teórico" (idem). Acreditamos, além disso, que a reprodução radicalizada da problemática cepalina é apresentada suprimindo-se as categorias espaciais e da concorrência (que ali estavam de forma embrionária ou intuitiva) em favor de categorias estranhas ao estudo do movimento do capital no espaço ou, simplesmente, errôneas, como o conceito de troca desigual.[1]

Uma segunda vertente da dependência foi aquela representada por Cardoso e Faletto (op. cit.), que se propõe à redefinição de perspectivas: "por um lado, considerar em sua totalidade as condições históricas particulares' - econômicas e sociais - subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro, compreender nas situações estruturais dadas, os objetivos e os interesses que dão sentido, orientam e animam o conflito entre grupos e classes e os movimentos sociais que 'põem em marcha' as sociedades em desenvolvimento" (ibidem, p.21). "As implicações fundamentais

---

1 - Com efeito, Frank em sua última versão da dependência afirma, no prefácio, que "este livro é uma tentativa de abordar uma explicação do subdesenvolvimento através da análise das relações dependentes de produção e de troca no interior do processo mundial de acumulação de capital" (Frank, 1976, p.9). Ou seja, Frank tenta utilizar o conceito de relações de produção dependentes e de relações de troca dependentes, que acaba caindo em alguma versão de troca desigual.

deste tipo de análise proposto são bastante claras", escreve Cardoso de Melo: "1) O desenvolvimento Latino-americano não é um desenvolvimento qualquer, mas um desenvolvimento capitalista; 2) o desenvolvimento capitalista na América latina é específico, porque realizado numa situação periférica nacional" (op. cit., p.15).

O fracasso, porém, deste tipo de perspectiva deu-se porque, como nota Cardoso de Melo "(...), seria indispensável fazer, pelas raízes, a crítica da Economia Política da CEPAL, e, não, como se procedeu, partir de seus resutlados". "Teria sido preciso, enfim, que não se localizasse o equívoco do pensamento da CEPAL na abstração dos condicionantes sociais e políticos, internos e externos, do processo econômico, mas que se pensasse, até as últimas conseqüências, a História latino-americana como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo. Não se podendo arrancar de uma periodização correta, nem de um esquema que apanhasse concretamente o movimento econômico da sociedade, a perspectiva integradora perdeu-se, em boa parte, dando a impressão de que se passou, apenas, à introdução das classes no corpo teórico cepalino" (ibidem, p.16-7). Acrescentaríamos que a identificação concreta do movimento econômico da sociedade teria de ter por referência a discussão cepalina sobre a inserção periférica na divisão internacional do trabalho (sintetizada pela proposição da queda dos termos de intercâmbio) e a noção de industrialização problemática, porque somente a partir de uma crítica que supere (aprofundando) tais noções é que poderemos

prosseguir no desenvolvimento teórico da problemática cepalina.

Na verdade, o fracasso generalizado das "teorias da dependência" encontra-se no fato de que todas elas erraram drasticamente em sua "ótica de enquadramento da sociedade". Ao invés de partirem da problemática cepalina ("deterioração dos termos de intercâmbio" e "industrialização problemática") e, com isso, voltarem à discussão clássica do Imperialismo até se conseguir uma completa redefinição da noção do "Imperialismo como bloqueio" (o que exige a fusão de categorias espaciais com a concorrência e o Estado), preferiram optar por uma espécie de escapismo, mais fácil e superficial, de "integração generalizante". Em última análise, na medida em que despidas daquela problemática, as teorias da dependência não passam de uma tautologia hermética, sendo, em termos acadêmicos e teóricos, um dos principais responsáveis pela regressão no desenvolvimento da teoria sobre a problemática centro x periferia, para a qual a CEPAL representava um dos primeiros e mais importantes esboços.

Do ponto de vista do prosseguimento de nosso estudo, as questões a serem desenvolvidas estão agora claras: devemos esclarecer qual é a exata dinâmica de acumulação e industrialização de um "certo capitalismo", isto é, aquele em que a expansão do capital nacional é "problemático", e que acaba tendo por eixo hegemônico o capital monopolista internacional. Em outras palavras, devemos combinar os efeitos de uma industrialização "problemática" (via capital nacional) com outra dimensão igualmente "problemática", contendo no capital monopolista internacional

nal e dependente, portanto, de seus critérios locacionais. Entre outras conseqüências, esta combinação dar-nos-á as características da política cambial requerida pelo processo de industrialização, com evidentes implicações sobre o próprio caráter do Estado nas sociedades do capitalismo periférico.

6.4 - Concorrência, problemática financeira, política cambial e espaço

- A noção de que a etapa Imperialista constitui um bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas na periferia capitalista implica o aprofundamento teórico de três questões, já sugeridas itnrodutoriamente no item anterior:

a) Que o desenvolvimento das forças produtivas na periferia só poderá ocorrer se tiver por eixo o capital monopolista internacional, cabendo ao capital nacional funções complementares. Entre outras coisas, isto implica a consideração dos padrões locacionais da grande empresa oligopólica bem como a sua interação com os fatores espaciais.

b) Que a industrialização, tendo por eixo o capital monopolista, acarreta uma dificuldade especificamente financeira, vale dizer, uma dificuldade de entrelaçamento entre o capital bancário e industrial, gerando um problema permanente de financiamento na periferia, já observado (embora mal diagnosticado) pela CEPAL.

c) Que os dois pontos anteriores acabam impondo uma diferença substancial na política de "múltiplos câmbios" entre o

Centro e a Periferia, com conseqüências especialmente sobre a endogeneização ou não da produção de tecnologia, que acaba preservando, ouaté mesmo reforçando, as vantagens espaciais-urbanas dos países centrais. Mais ainda, tais diferenças refletem-se também na própria característica do Estado Nacional, que adquire forma e dinâmica fundamentalmente distintas do centro em relação à periferia.

Limitados pelos objetivos restritos do presente estudo, analisaremos a seguir, de forma sucinta, as três questões assinaladas.

6.4.1 - Concorrência e espaço

A consideração de padrões de concorrência e sua relação com a problemática espacial ganha relevo no modelo de Lösch, que analisamos no segundo capítulo. Observamos, naquela oportunidade, que o modelo era incongruente do ponto de vista do desenvolvimento das categorias espaciais por substituir as "economias externas" pelsa "economias internas" de escala: nas primeiras estão embutidos os fatores espaciais e nas últimas alguns dos principais elementos da concorrência intercapitalista. A introdução da concorrência em nosso esquema teórico impõe sua reavaliação, uma vez que agora, de posse de uma conceituação adequada dos fatores espaciais, estamos justamente à procura de uma integração entre os fatores que compõem o processo de concorrência e o espaço.

Sob este novo ponto de vista, as deficiências do modelo são igualmente importantes e comprometedoras. A dificuldade central é que, dadas as suas premissas homogeneizadoras, a densidade econômica apresenta-se de forma homogênea no espaço, o que iguala a área de mercado e a escala de produção das n empresas que produzem para as n áreas de mercado, definidas no ponto de equilíbrio. Como resultado, as "economias internas" de escala não diferem nem no tempo (por suposto, dado o paradigma de equilíbrio), nem no espaço, o que implica a sua abstração objetiva enquanto fator de concorrência entre empresas situadas em diferentes pontos do espaço. Acrescente-se a isto a deficiência observada no segundo capítulo: a desconsideração ou abstração das "economias externas", fundamentais para explicar por que várias empresas aglomeram-se num mesmo ponto do espaço, ao invés de dispersarem-se simetricamente ou mesmo aleatoriamente, no caso do abandono da hipótese da igualdade da densidade econômica. Portanto, o abandono desta última hipótese ao lado da consideração das "economias externas" (isto é, os fatores espaciais) dar-nos-á os elementos centrais de nossa problemática.

Trata-se, em primeiro lugar, de conceber, em cada ponto do espaço, a concorrência entre várias empresas pelo mercado local ou regional, caracterizando uma determinada estrutura de mercado. Em segundo lugar, esta estrutura de mercado é protegida da concorrência externa (regional, nacional ou internacional) unicamente pelo custo de transporte, o que possibilitará a formação de várias "feudos" (estruturas de mercados) em diferentes

pontos que abrigam, internamente, várias empresas concorrendo entre si. A este respeito, observe-se que Holland (op.cit.), criticando Harold Hotteling, que construiu um modelo razoavelmente semelhante ao de Lösch,[1] nota que "o resultado no caso analisado por Hotelling consiste na criação de um modelo artificial de competição no espaço, o qual transforma-se na competição pelo espaço": isto implica, segundo Holland, o abandono de uma característica essencial do monopólio, ou seja, a concorrência monopolista.[2] Por outro lado, em terceiro lugar, se adicionamos o fato de que os espaços econômicos têm densidade econômica possivelmente diferente, chegamos a uma situação em que, além da concorrência de um grupo de empresas em cada ponto do espaço, temos a concorrência (virtual) entre grupos de empresas situadas em diferentes pontos do espaço.[3]

Num outro contexto, embora discutindo tema pertinente ao nosso estudo, Michalet (1984) comete equívoco semelhante ao de

---

1 - HOTTELING, Harold, "Stability in competition", Economic Journal, 1929.

2 - Nas palavras do autor: "Este é o mais importante problema da definição da concorrência monopolista, caminho pela qual as características essenciais da competição monopolista são abolidos. Isto ocorre por que a exposição é essencialmente banal, e por que a análise contribui pouco ou nada para as conseqüências espaciais efetivas do monopólio ou oligopólio" (op. cit., p.130).

3 - Clemente (1987), ao fazer uma tentativa de integração de concorrência e espaço esbarra nesta dificuldade, que não é adequadamente formulada. Este fato não impede, porém, que seu livro apresente algumas conclusões interessantes sobre o assunto, especialmente em seu último capítulo.

Hotteling. "A compreensão do imperialismo", escreve Michalet, "como um processo de transferência do lugar de criação de valor, dos países capitalistas maduros para os países capitalistas subdesenvolvidos, traz uma nova abordagem de articulação entre FES desigualmente desenvolvidas. A base destas relações não é mais constituída, de modo preponderante, pela troca de mercadorias. Ela tem por fundamento a internacionalização do capital, isto é, a difusão em escala mundial da relação de produção característica do capitalismo. A formação do valor é a finalidade da internacionalização do processo produtivo. Este fator determinante substitui a realização da mais-valia, que predomina ao longo da fase concorrencial" (op. cit. p.99/100). De forma análoga à crítica a Hotteling, podemos afirmar que Michalet transforma a competição no espaço pela competição pelo espaço, suprimindo na prática a análise da concorrência, que tem como um dos seus pilares o mercado, isto é, a troca de mercadorias. Neste sentido, analisar a concorrência no espaço significa entender que a mudança ou "transferência do lugar" de produção constitui apenas uma das possibilidades que combinam concorrência e espaço, havendo, na verdade, outras alternativas, como a concentração da produção em determinado ponto do espaço e a marginalização dos demais.

Em outras palavras, a concorrência subdivide-se em dois níveis (superpostos) distintos: o primeiro refere-se às diferentes estruturas de mercado existentes dentro de cada ponto do espaço, "representadas" pelo custo de transporte (abstraindo-se a

política cambial) e que dão conta do processo corrente de concorrência; o segundo refere-se à possibilidade de concorrência de uma ou de todas empresas de determinado ponto do espaço com uma ou mais empresas de outro ponto. Enquanto o primeiro nível diz respeito, teoricamente, à "teoria da concorrência", o segundo, implica uma integração dos fatores da concorrência com os fatores espaciais. A questão que se coloca, portanto, é saber em que medida a dinâmica cumulativa e concentradora da concorrência funde-se com a concentração espacial ou, pelo contrário, esta última pode ter uma dinâmica distinta da concentração industrial.

6.4.1.1 - Concentração industrial e concentração espacial

Para situarmos o problema, imaginemos uma situação semelhante ao processo de concentração regional brasileiro a partir das primeiras décadas deste século, cujas linhas básicas estão analisadas por Wilson Cano.[1] Neste sentido, o vigor da acumulação cafeeira no planalto paulista, tendo por base uma grande quantidade de terras férteis, proporciona as vantagens iniciais de maior densidade econômica, expressa pela grande dimensão absoluta e relativa do mercado intermediário e de bens de consumo final. Nos primórdios da industrialização, como mostra Cano, a indústria paulista pouco se diferenciava da indústria

1 - O período até 1930 está coberto pelo livro Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, op. cit. enquanto que o período pós-1930 está coberto pela tese de livre docência do mesmo autor (op. cit.).

brasileira, sendo que, em muitos casos, era a indústria do Rio de Janeiro que apresentava vantagens de escala. Entretanto, nas duas primeiras décadas do século, a despeito de parte significativa da indústria já nascer "grande" nos termos sugeridos por S. Silva (1976), a escala média de produção raramente ultrapassava os limites das economias regionais, fator que, aliado ao precário desenvolvimento do sistema de transportes no período, "enclausurou" (aproximadamente até 1930) as várias regiões cujas relações comerciais apresentavam uma tênue ligação inter-regional, ao lado de ligações estreitas de cada uma delas com as economias capitalistas centrais.

O maior vigor da acumulação cafeeira em São Paulo criou, porém, condições diferenciadas para o insulamento da economia paulista. Em primeiro lugar, como nota Cano, a maior magnitude do mercado permitiu a formação de uma infra-estrutura produtiva mais desenvolvida, a começar pelo sistema de transportes e incluindo até mesmo a produção e distribuição de energia elétrica. Em segundo lugar, a maior taxa de crescimento do mercado paulista vis-à-vis outras regiões criou efeitos cumulativos dinâmicos sobre a taxa de acumulação e investimento dentro das empresas no sentido observado por Holland, isto é, no sentido em que a alta taxa de crescimento do mercado permite o investimento em novas plantas e novas técnicas de produção: neste caminho, o investimento inovador tenderá a maximizar e a aumentar a escala e a gerar progresso técnico, com ganhos de produtividade e a introdu

ção de novos produtos no mercado, configurando uma dinâmica especificamente capitalista de reprodução ampliada intensiva.[1]

Este grande dinamismo do processo de acumulação, sendo ainda "represado" pelo custo de transporte dentro das fronteiras regionais, deverá acirrar a concorrência com prováveis modificações na estrutura de mercado regional, afastando-se as menores e permanecendo as maiores empresas. Chegaremos, portanto, a um segundo momento em que a região dinâmica (no caso, São Paulo) terá nitidamente um nível de escala e produtividade superior às demais: embora a sua capacidade de concorrência no mercado nacional seja apenas virtual, chegará, assim, um terceiro momento em que os ganhos de escala e de produtividade da região dinâmica superam o custo de transporte de forma que as empresas aí localizadas começam a penetrar nas demais regiões, tal como se verificou, aproximadamente, na economia brasileira a partir de 1930. Se a este esquema acrescentamos uma "revolução" nos transportes (que pode constituir uma necessidade e resultado do incremento das trocas inter-regionais) temos plenamente configurado o processo de formação do mercado nacional, com epicentro e

---

1 - Nas palavras de Holland, a maior taxa de crescimento tende a encorajar o investimento empreendedor: "Isto é espírito empreendedor no sentido de que a confiança dos empresários no ritmo elevado de crescimento sustentado é suficientemente forte para que procurem deliberadamente expandir a produção através de inovações importantes em suas instalações e técnicas de produção. Desta forma, o investimento inovador tenderá a maximizar tanto as economias de escala da produção quanto o progresso técnico disponível, o que implica benefícios diretos para o faturamento das empresas em questão através da redução dos custos unitários, da melhor qualidade dos produtos existentes, e da introdução de produtos inteiramente novos.

concentração na região mais dinâmica, ao lado da destruição da indústria naquelas menos dinâmicas.[1]

Temos então, somados, os fatores prévios que levam a um maior dinamismo de determinada economia regional e seu resultado, isto é, o maior tamanho, a maior escala e a maior produtividade de suas empresas acaba por levar à concentração espacial, sugerindo uma perfeita simetria entre concentração espacial e industrial. Entretanto, embora parcialmente correta, tal conclusão é enganosa, podendo conter uma excessiva simplificação do problema. Na verdade, como já apontamos no segundo capítulo em nossa crítica a Lösch, a combinação entre economia (interna) de escala e custo de transporte não leva necessariamente à aglomeração urbana e, através dela, aos fatores de concentração regional. Embora a maior escala e a maior cocnentração do capital sejam um resultado do maior vigor do crescimento na região mais dinâmica, isto não implica que a grande empresa que ali "floresce" seja "prisioneira" daquele espaço. Até pelo contrário, o processo de concentração do capital torna mais fluido seu movimento no espaço, podendo ocorrer, em muitos casos, a emigração relativa ou absoluta (situação em que a grande empresa abandona a região dinâmica), o que torna todo o processo dependente dos fatores locacionais, que diferem de região para região. Neste sentido, a

---

1 - São fenômenos deste tipo que escapam à abordagem empreendida por Michalet (op. cit.), já que este autor, ao supriorir a perspectiva da concorrência no espaço, não consegue conceber a possibilidade de concentração regional através da combinação de vantagens espaciais com vantagens competitivas.

pergunta que devemos fazer é a de quais são os fatores locacionais que levam a empresa a não emigrar ou mesmo a concentrar suas atividades na região dinâmica.

A resposta para tal indagação encontra uma formulação geral na natureza do urbano nos termos analisados no terceiro capítulo: quanto maior a densidade econômica de um ponto no espaço, maior o tamanho absoluto do mercado, o que reduz o custo unitário dos serviços, seja pelo seu ganho de escala, seja pela sua redução (ou se assim o quisermos, pela sua menor necessidade) dentro do processo de circulação de mercadorias. Por outro lado, esta formulação mais geral pode ser subdividida em pelo menos cinco fatores principais que levariam à permanência e/ou concentração na região dinâmica: a) o primeiro é o efeito weberiano, que se aplica a todas as atividades industriais - à exceção daquelas "pesadas", com um índice de matérias-primas superior a um. No nosso caso, o contraponto se estabelece não entre a fonte de matérias-primas e o mercado, mas entre o maior e os menores mercados; b) o segundo fator é o mercado de trabalho, cuja diversificação e atomização depende do tamanho de forma que, quanto maior sua amplitude, maior sua diversificação e atomização - o que não implica necessariamente um barateamento dos salários, mas um encurtamento do tempo de circulação (portanto, do tempo de rotação), com efeitos diretos sobre a taxa de lucro. A este respeito, observe-se que Holland tende a uma subestimação da importância do tamanho do mercado de trabalho: referindo-se à indústria mecânica, ele nota que, em alguns casos, o tempo de

treinamento dos operários não vai além de um mês ou seis semanas, ao que se acrescenta a capacidade das grandes e, por vezes, médias empresas de treinar e prover internamente a força de trabalho necessária.[1] A verdade, porém, é que mesmo no caso da produção seriada, padronizada ou "routinised", para usar a expressão de Hoover,[2] somente um mercado amplo e diversificado pode adequar uma oferta corrente de força de trabalho, de forma a reduzir ao mínimo necessário o "estoque interno" de trabalhadores ociosos, refletindo uma situação que se apresenta inclusive para as grandes empresas;[3] c) o terceiro fator é o mercado de insumos industriais, dado pelas relações interindustriais. Neste caso, a maior diversificação industrial da região dinâmica resulta na formação de uma oferta corrente diversificada de insumos industriais, o que não apenas permitirá numa redução global do custo de transporte como principalmente possibilitará a redução a um mínimo do estoque de matérias-primas (ou mesmo do produto final, já que a

1 - HOLLAND, op. cit., p.208-09.

2 - HOOVER (1948) utiliza a expressão "routinisation of the work" para descrever situações emque o trbalho pouco qualificado pode ser utilizado.

3 - Referindo-se às grandes empresas e à possibilidade delas internalisarem o contingente necessário de força de trabalho, Holland opina que "Nos casos em que isto não ocorre, a expansão da formação técnica na região em questão pode contribuir ao 'estreitamento da defasagem técnica', ampliando, portanto, sua escolhe locacional. (ibidem, p.209). Entretanto, como o processo de treinamento dos operários é simples e é feito geralmente dentro da empresa, a educação fora da fábrica é irrelevante para solucionar o problema da oferta corrente de força de trabalho que implica a existência de oferta em determinado ponto do espaço-tempo.

região dinâmica representa o maior mercado), tendo em vista a redução do tempo de circulação (e de rotação) no mesmo sentido sugerido acima para a força de trabalho; d) a maior densidade econômica da região dinâmica implica a melhoria dos serviços de infra-estrutura, especialmente transporte e fornecimento de energia elétrica, o que passa a constituir mais uma vantagem relativa desta em relação às demais; e) o desequilíbrio entre a região dinâmica e as demais acaba gerando diferenças significativas na renda per capita. Como nota Holland, "como resultado das disparidades de renda, a estrutura de gastos nas regiões mais (e menos) desenvolvidas difere consideravelmente, com a diferença real de rendas afetando o tipo de produto que pode ser vendido com sucesso nas diferentes regiões".[1] Isto implica o maior potencial de diversificação da região dinâmica, que se traduz nas vantagens observadas nos pontos $\underline{b}$ e $\underline{c}$; f) a este fator dinâmico junta-se um outro, qual seja, o fato de que o aumento de escala e progresso técnico são fatores umbilicalmente ligados, o que denota a maior capacidade competitiva das empresas na região mais desenvolvida não apenas por ganhos de escala mas por diferenças de nível técnico. O importante, porém, é que este efeito desdobra-se em vantagens observadas nos pontos $\underline{b}$ e $\underline{c}$, que constituem fatores decisivos para a concentração espacial.

Diríamos então que, ao lado de fatores espaciais que não se relacionam diretamente com a concentração industrial, como

---

1 - HOLLAND, op. cit., p.145.

os assinalados nos pontos a e d, temos fatores que se lhe relacionam diretamente, como os observados nos pontos b e c. Neste sentido, podemos afirmar que a concentração industrial, ao gerar concomitantemente a necessidade de diversificação e de aumento de escala e progresso técnico, cria as condições para a reprodução ampliada intensiva, com efeitos dinâmicos sobre o mercado: em primeiro lugar sobre o mercado de trabalho, que passa a ser diversificado com novas qualificações em face das exigências da reprodução intensiva e, em segundo lugar, o mercado de insumos, que igualmente se diversifica em função das exigências do progresso técnico dos novos ramos industriais. Assim, as vantagens comparativas espaciais obsevadas nos pontos b e c são dinamicamente reproduzidas na medida em que persiste o desenvolvimento desigual e o processo de concentração industrial na região mais desenvolvida. Isto indica que as grandes empresas não apenas não emigram de imediato, mas nem mesmo tendencialmente, uma vez que elas recriam, com a acumulação, os futuros fatores de concentração espacial.

Esta, na verdade, é a tendência padrão que, plenamente efetivada, levaria a uma concentração espcial inexorável, caso não houvesse alguns fatores compensatórios, que embora não eliminem a tendência geral, são importantes para atenuar e, em certos momentos, até mesmo redirecionar o processo de distribuição das atividades econômicas no espaço.

6.4.1.2 - Concentração industrial e dispersão espacial

Como vimos no capítulo anterior, o redirecionamento das atividades produtivas do "Centro" para a "Periferia" obedece a três tipos de fatores, que, de um modo geral, se apresentam combinados: a) a apropriação de recursos naturais; b) alternativas de relocalização tendo em vista o crescimento da renda fundiária no "Centro"; e c) diferenças de salários reais que podem favorecer a relocalização na periferia.[1] Observe-se, entretanto, que tais fatores não esgotam a problemática do movimento do capital em direção à periferia: mais importante do que isso temos a questão "schumpeteriana" mais geral de criação de novos mercados, isto é, de poder de compra efetivo adicional, que não pode ser reduzida apenas a categorias espaciais. Na realidade, estes três efeitos combinados podem resultar na formação de espaços econômicos com razoável poder aglomerativo-urbano, embora, se abstraída a intervenção do Estado e a problemática da dinâmica schumpeteriana mais geral, tenhamos sempre uma dinâmica subordinada destes espaços em relação ao "Centro", seja pela tendência geral de crescimento da concentração urbano-espacial, seja pela incapacidade da Periferia de recriar dinamicamente vantagens "naturais", seja ainda pelo caráter determinado (e não determinante) do sobrelucro espacial na periferia, ou seja, finalmente, pela superestimação do papel dos salários (e do trabalho) nos custos e no processo de produção, como tentaremos sugerir no próximo item.

1 - Este movimento teria como pressuposto específico a "robotização" do processo de trabalho, conforme definição da teoria do "ciclo do produto" (voltaremos ao tema mais adiante).

De certo modo, o processo desigual de concentração industrial, que vem concomitante ao desenvolvimento econômico desigual inter-regional, favoreceria, como vimos acima, a tendência à perpetuação deste diferencial Centro x Periferia. O problema é que, implícito em nossa análise, estaria o fato de que a concentração industrial identifica-se com a concentração produtiva numa única unidade de produção, o que conflita com as características da evolução da empresa capitalista, especialmente em sua fase monopolista.

Tomemos como ilustração a própria problemática de apropriação dos recursos naturais pelo capital monopolista. Este último, ao sair à procura de recursos naturais na periferia, passou a controlar inúmeras unidades produtivas, seja pela exclusiva propriedade econômica nos moldes do Imperialismo clássico do início do século, seja pela propriedade e pela posse, tal como se tem verificado atualmente (desenvolveremos o conceito mais adiante). Ao lado disso, a exportação de capitais e a penetração do capital monopolista no setor manufatureiro da periferia no período Pós-Segunda Grande Guerra, que foi em busca de salários reais mais baixos, renda fundiária urbana mais baixa ou incentivos cambiais (fiscais), criou uma situação em que cada unidade de capital passou a deter várias unidades de produção, completando uma tendência que já se verificava na "periferia interna" dos dos próprios países imperialistas.

A questão que se coloca, portanto, é muito clara: se o desenvolvimento do capital monopolista desdobra-se numa soma

horizontal (por exemplo, as várias plantas industriais distribuídas regionalmente voltadas para a produção de um mesmo produto) e/ou vertical (por exemplo, a produção da matéria-prima separada da unidade que produz o produto final) de unidades produtivas, o efeito "dispersão" das atividades econômicas no espaço pode se sobrepor ao efeito "concentração" no contexto do desenvolvimento do capitalismo monopolista em sua forma mais alvançada. Para isto basta que existam alternativas locacionais na periferia para determinadas "funções" produtivas, em que os fatores que levam à concentração espacial não sejam predominantes e ao inverso, que os fatores que permitem a dispersão (como os apontados acima) tenham alguma relevância. Neste sentido, qual seria o padrão de localização do capital monopolista e sua gama de unidades econômicas?

Hymer (1978), analisando o processo de internacionalização do capital no pós-guerra, oferece-nos uma boa saída para esta dificuldade. Segundo ele, "a moderna empresa multinacional tem uma sofisticada estrutura vertical com muitos níveis de trabalho intelectual. Quanto mais alto for o nível, maiores serão os salários e o status, mais abstrato o nível de planejamento, mais amplos os horizontes de tempo, maior a margem de liberdade nas decisões e na deliberação. Na base, um supervisiona a poucos, permanece preso a um ponto e manipula especialidades limitadas" (op. cit., p.81). Duas seriam as razões para esta política de plena especialização: "o duplo caráter da tecno-estrutura se reflete na dupla natureza da divisão do trabalho, baseada

parcialmente na maior produtividade que resulta da especialização e derivada em parte do princípio de dividir para reinar" (ibidem, p.110). Este último aspecto, que é o que nos interessa mais de perto, justifica-se pelo fato de que "a hierarquia da empresa é, essencialmente, uma estrutura para controlar o fluxo de informação. Conta com sólidas ligações verticais, de modo que a informação sobe e as ordens descem com fluidez, e conta, em seu vértice, com uma considerável comunicação horizontal, a fim de lograr uma ação unificada. Na base, a comunicação horizontal está cortada, de modo que a maioria não possa se unir contra a minoria" (ibidem).

Este argumento, que informa igualmente a construção do conceito de tecno-estrutura em Galbraith ("O Novo Estado Industrial"), encontra de fato a sua origem em Max Weber e seus fundamentos da organização burocrática. A esse respeito, Weber nota que a organização burocrática, a despeito de ter uma aplicação geral, encontra a sua aplicação precípua no capitalismo e, em particular, na empresa capitalista. "Na verdade, sem ela a produção capitalista não poderia persistir e todo tipo nacional de socialismo teria simplesmente de adotá-la e incrementar sua importância" (op. cit. p.26). Neste contexto, a problemática do "saber" é fundamental: "A administração burocrática significa, fundamentalmente, o exercício da dominação baseado no saber", observa Weber. "Esse é o traço que a torna especificamente racional. Consiste, de um lado, em conhecimento técnico que, por si só, é suficiente para garantir uma posição de extraordinário

poder para a burocracia" (ibidem, p.27). Mais ainda, do ponto de vista da determinação que leva à posse única através do poder de dominação de uma unidade elementar sobre as demais, vale notar que, para Weber, "a fonte principal da superioridade da administração burocrática reside no papel do conhecimento técnico que, através do desenvolvimento da moderna tecnologia e dos métodos econômicos na produção de bens, tornou-se totalmente indispensável" (ibidem, p.25).

Em suma, podemos dizer que a administração burocrática aplicada à empresa capitalista confere um poder concreto através do acesso a informações ("moderna tecnologia e métodos econômicos na produç ao de bens") que pertencem ao capital: não se trata, na verdade, de um "segredo guardado a sete chaves" mas, pelo contrário, trata-se da produção sistemática de informações (tecnologia e "métodos", as principais) que, juntamente com a capacidade financeira, expressam o poder corrente do capital e que contribuem para transformar as várias unidades elementares numa gestão única, submetidas à unidade elementar situada no topo da pirâmide. Neste sentido, Hymer, numa primeira aproximação, estabelece três níveis de classificação das unidades na pirâmide burocrática - Operações, Coordenação e Estratégia - cabendo à última a função de domínio e gestão sobre o conjunto: com base nestes três níveis, o autor estabelece um padrão de localização no espaço.

A teoria da localização sugere, escreve Hymer, que "as atividades operacionais (nível III) estão amplamente difundidas

por todo o mundo como resposta às pressões dos indivíduos, dos mercados e dos insumos. As atividades de coordenação (nível II), devido à necessidade de empregados de escritório, de sistemas de conumicação e informação, tende a se concentrar nas grandes cidades". "As atividades de nível II, por consequinte, estão mutio mais concentradas geograficamente que as de nível III. As atividades de nível I, os escritórios centrais, tendem a estar ainda mais concentradas que as atividades de nível II, pois devem localizar-se próximas do mercado de capitais, dos meios de comunicação e do governo" (ibidem, p.81-2). Por isso, "a nível internacional, as tendências centralizadoras do capital multinacional implicam uma hierarquia mundial de cidades. A tomada de decisões de alto nível estará centralizada em certo número de capitais (...)" (ibidem, p.83). A razão para isto, segundo Haig, é o problema do transporte da informação, que, a partir de certo nível, necessita da entrevista pessoal.[1]

Temos então que, "apesar de espalhar a produção por todo o mundo, a empresa multinacional concentra a coordenação e o planejamento nas cidades-chaves e preserva o poder e a riqueza para os privilegiados. O poder da base se vê assim debilitado pela divisão espacial do trabalho. Cada força de trabalho regional ou nacional cumpre uma função especializada que só tem sentido para o conjunto integrado, ainda que não entenda o conjunto". Assim, as tecno-estruturas nacionais "(...) encontram-se em situações subordinadas e dependentes por carecerem dos

ingredientes básicos do poder capitalista - a informação e o dinheiro" (ibidem, p.110-11).

De um certo modo, esta visão é algo simplista na medida em que, por um lado, torna normal e fácil a opção locacional das atividades de operação na periferia e, por outro, estabelecendo para o centro funções administrativas. Como já pudemos observar, a localização na periferia passa por critérios locacionais rígidos, que não podem ser ignorados assim, quando menos padronizada for a atividade produtiva, quanto mais dependente for da reprodução do mercado de trabalho e de um mercado de insumos amplo e diversificado, mais necessária se torna a localização próxima da grande metrópole. Este é o caso, especialmente, da produção de bens de capital de ponta, isto é, que traz embutida uma nova tecnologia, a qual, dado o seu caráter estratégico do ponto de vista da concorrência monopolista, deve-se localizar próximo do centro administrativo e ao mesmo tempo da grande aglomeração industrial. Estabelece-se, pois, um tripé onde

---

1 - Segundo Haig, "trabalha-se quase que exclusivamente com informação. O que tem mais importância é o transporte da informação. O correio, o cabo, o telégrafo e o telefone trazem sua matéria-prima e levam seu produto acabado. Internamente, é essencial o contato entre os homens. O telefone é empregado prodigamente, é claro, mas a entrevista pessoal continua a ser, apesar de tudo, o método pelo qual se realiza a maior parte do trabalho importante. As entrevistas com funcionários de empresas, com banqueiros, com advogados e contadores, com sócios, com outros diretores, enchem o dia" R.M. Haig, "Towards an Understanding of the Metropolis", The Quarterly Journal of Economics, fevereiro de 1926, p.427, citado por Hymer, op. cit. p.92.

se articulam a produção de bens de capital, a produção de nova tecnologia e a sua relação (proximidade geográfica) com os centros estratégicos de decisão da grande empresa.

Esta "lei locacional" não escapou a Holland, ao notar que "o caso da proximidade da administração central e do staff de pesquisa depende do estágio do ciclo do produto. Por exemplo, nos primeiros estágios da inovação, quando os problemas da técnica de produção e insumos não estão padronizados, a proximidde de um perito em cálculo de custos, engenheiro de processo e do staff de pesquisa pode ser importante" (op. cit., p.155).[1] Na mesma direção aponta Markusen (1985), que aplica a idéia do "ciclo do produto" para investigar o comportamento locacional da indústria americana.[2]

---

1 - Por outro lado, Holland observa que "o segundo estágio de produção em massa para um novo produto pode localizar-se no país onde é vendido, particularmente por razões de proteção de uma base nacional para a penetração das vendas" (ibidem, p.55).

2 - O conceito de "ciclo do produto", embora interessante, necessitaria, pra ser adequadamente utilizado, de uma referência teórica mais sólida, tanto em termos de uma teoria da concorrência, quanto em termos de sua articulação com as teorias especificamente espaciais, o que efetivamente não se verifica, acarretando uma grave deficiência acertadamente apontada por Storper (1985). A ausência de uma teoria locacional poderia explicar, aliás, porque a teoria do ciclo do produto é uma "regra" sempre com várias exceções. Assim, pelos conceitos que estamos utilizando no presente estudo, a correlação entre trabalho "artesanal" (ou muito qualificado) e concentração espacial por um lado, e entre processo de trabalho "rotinizado" e dispersão por outro, poderia ser explicada pela exigência de um mercado de trabalho diversificado no primeiro caso, e pouco diversificado no segundo. Teríamos então um caso particular da questão urbana, cuja exigência de diversificação inclui não apenas o mercado de trabalho, mas também o da oferta espacializada de bens e serviços em geral.

Na realidade, o que ocorre de fato é que o processo de internacionalização do capital monopolista não abandonou ou perdeu os critérios locacionais clássicos: até pelo contrário, eles foram internalizados dentro da grande empresa, que determinou a dispersão espacial dentro dos velhos critérios (busca de recursos naturais, expulsão para a periferia em virtude da alta da renda fundiária urbana, busca de força de trabalho barata e incentivos cambiais, que analisaremos mais adiante) - o que, de um certo modo, recria a dinâmica de desenvolvimento desigual e dependente já apontada no capítulo anterior. Mais do que isto, a dependência, que até então havíamos conceituado a partir somente de categorias espaciais, adquire qualitativamente um novo aspecto, uma vez que à divisão espacial do trabalho corresponde a divisão do trabalho dentro da grande empresa, que estabelece uma gestão única comandada por uma unidade elementar localizada no "centro".

Por outro lado, embora a dispersão espacial do capital monopolista sirva para quebrar o efeito realimentador entre concentração industrial e concentração espacial sugerido no subitem anterior, temos agora uma reprodução no espaço dos efeitos da especialização da grande empresa: no "centro" forma-se um amplo mercado de trabalho de gerentes e de várias especialidades técnicas e empresas ligada direta ou indiretamente à produção e uso de nova tecnologia, que adquire uma grande diversidade típica do urbano; na periferia, pelo contrário, temos a formação de mercado de trabalho fragmentado e pouco diversificado, diferen-

ça que implica a reprodução de efeitos espaciais concentradores, que ajudam a perpetuar a dinâmica Centro x Periferia.

O que temos, na verdade, é que o "Centro", ao basear sua participação na divisão espacial do trabalho no caráter diverso e diferenciado do urbano, habilita-se para uma inserção dinâmica e sistemática na reprodução ampliada intensiva do capitalismo internacional, ao passo que a Periferia reafirma o caráter fortuito, incerto, por vezes eventual, nesta mesma reprodução, uma vez que a dispersão do capital monopolista em sua direção reproduz um universo "pouco urbano", calcado na especialização fragmentada. Seria esta uma das razões aliás, por que a Periferia seria incapaz, estruturalmente, de produzir nova tecnologia, o que inviabilizaria em alguns casos ou tornaria inconcluso o desenvolvimento de sua indústria de bens de capital.

A conclusão, portanto, é que, a partir de uma perspectiva estritamente nacional, a industrialização da periferia é muito difícil ou por vezes impossível, tendo em vista as defasagens tecnológicas e financeiras das empresas nacionais em relação ao capital monopolista internacional, às quais se adicionam as defasagens espaciais. Por outro lado, baseada no capital monopolista, a industrialização torna-se problemática, especialmente pela virtual ausência de um núcleo produtor de tecnologia (e, como seu provável prolongamento, da indústria de bens de capital) dados os critérios locacionais da grande empresa transnacional. Antes, porém, devemos analisar as dificuldades "financeiras"

deste tipo de industrialização - problemática e dependente - que tem tido lugar nos países periféricos.

6.4.2 - Problemática financeira e espaço

O desenvolvimento capitalista da periferia tendo por eixo o capital monopolista acaba enfrentando uma dificuldade especificamente financeira, que se insere no rol de fatores que levam ao conceito de industrialização problemática nos termos propostos pela CEPAL. A questão, entretanto, é que, como vimos em nossa análise sobre a CEPAL, tal dificuldade não pode ser atribuída à escassez relativa de poupança, tendo em vista as necessidades de financiamento do processo de acumulação de capital. Trata-se, na verdade, não de uma escassez mas de um descompasso entre o nível de concentração bancária do capital-dinheiro e as exigências de concentração da industrializaço que necessariamente tem por eixo o capital monopolista. Aparentemente simples, esta formulação exige um aprofundamento na medida em que constatamos três fatos: primeiro, que a industrialização da periferia acaba dando lugar à ocorrência concomitante de um processo de concentração (interna) do capital bancário; segundo, que nas "brechas" permitidas (ou conquistadas) junto ao capital monopolista tem-se lugar para uma expansão (concentrada ou não) de um capital nacional; e terceiro, que a expansão concentrada do capital monopolista é autofinanciada ou, quando muito, financiado pela sua articulação financeira a nível internacional.

Como se pode observar, a situação é bastante complexa merecendo, por isso, uma análise mais aprofundada tal como nos propõe Maria da Conceição Tavares em seu artigo "Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente".[1] A este respeito, ao analisar especificamente o caso brasileiro e seu desenvolvimento no período 1968/71, M.C. Tavares nota que "até agora o setor financeiro privado tem-se revelado incapaz de modificar as modalidades de crédito no sentido de aumentar substancialmente os prazos e reduzir a taxa de juro. Isso se dever às próprias condições de estruturação do mercado financeiro, bem como ao fato de que o seu funcionamento se dá em condições inflcionárias que tendem a institucionalizar-se, mediante a generalização do emprego dos diversos mecanismos de correção monetária. Esta circunstância eleva o patamar em que se define a estrutura das taxas de juros e, emcondições de ampla liqüidez do sistema, bem como de rápida rotação do capital financeiro, permitem manter uma altíssima taxa de lucro na setor financeiro, acelerando, portanto, o próprio ritmo de acumulação e expansão desse setor. Nessas condições, dificulta-se a implantação de agências financeiras privadas especializadas no crédito de longo prazo - o qual fica praticamente na dependência das agências públicas de desenvolvimento - bem como se problematiza o

---

1 - O artigo foi publicado no livro Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro (1972).

financiamento do próprio capital de trabalho das empresas" (op. cit. p.241).

Isto implica a incapacidade relativa de financiamento da própria acumulação industrial - especialmente no que se refere às suas necessidades de financiamento do investimento em capital fixo -, configurando uma situação em que a órbita financeira ganha uma autonomia relativa, o que põe em risco a manutenção da taxa de acumulação. Por outro lado, "do ângulo das decisões de investimento", escreve Tavares, "além de que a estrutura da taxa de juros favorece cumulativamente o setor financeiro, a forma de endividamento utilizada pelas empresas (...) tem aumentado a taxa de risco para as aplicações de longo prazo, a qual deprime a taxa de rentabilidade esperada por unidade de investimento real" (ibidem, p.245).

Uma vez que o capital monopolista se autofinancia - o que faz com que não haja articulação definida entre a ação dos principais grupos financeiros nacionais e as principais empresas industriais estrangeiras -, temos a formação de uma assimetria entre o setor financeiro e as empresas industriais nacionais, que constitui, ao mesmo tempo, a causa e o resultado do descolamento da órbita real em relação à financeira. Como nota M.C. Tavares "deste modo está se configurando uma estrutura oligopólica marcadamente assimétrica, no que diz respeito à relação de poder e de articulação entre a órbita real e a financeira. Por um lado, as grandes empresas, em sua maioria estrangeiras, solidamente estabelecidas no mercado, têm um grau de autofinanciamento

elevado, não apresentando dependência visível do poder financeiro privado. Não obstante, são para o setor financeiro as clientes favoritas. Simultaneamente, existe uma ampla gama de empresas cujo poder financeiro e empresarial é relativamente frágil, e que têm forte dependência, por essa razão, das fontes externas de recursos. Apesar disso, não têm contado com possibilidades reais de expandir-se e modernizar-se com o apoio sólido dos grandes grupos financeiros"(ibidem, p.247-48).

Neste caso, conclui M.c. Tavares, "no que se refere (...) ao processo de acumulação e concentração do setor privado, parecem faltar ainda no Brasil duas condições básicas de centralização do capital que estão presentes na maioria dos países hoje desenvolvidos. A primeira (...) corresponderia a um controle mais eficaz do mercado financeiro por parte de poderosas agências financeiras públicas (...) que não só evitassem a especulação financeira como também controlassem mais eficazmente a transferência intersetorial de recursos financeiros e a alocação dos recursos reais. A segunda diz respeito a uma articulação mais orgânica entre grupos financeiros e empresas industriais (do tipo conglomerado Japonês ou Alemão) ou, pelo menos, a um maior equilíbrio de forças entre a estrutura oligopólica financeira e a produtiva (EUA)" (ibidem, p.248-49).

Em suma, podemos afirmar que em países como o Brasil a não articulação e o virtual descolamento entre as órbitas real e financeira referem-se basicamente ao tipo de industrialização dependente que tem por eixo o capital monopolista. Na realidade,

todo tipo de articulação entre o capital bancário e industrial tem de ter por base os setores dinâmicos da economia, os únicos que podem de fato canalizar a enorme massa de capital-dinheiro reunida pelo capital bancário. Na medida, porém, em que a industrialização periférica tem por eixo o capital monopolista, que penetra prevalentemente nos setores dinâmicos, temos a formação de uma disfunção que coloca, de um lado, um capital cujo poder financeiro e nível de concentração é dado externamente e de outro, uma plétora de capital-dinheiro sobrante, com tendência especulativa. ao mesmo tempo, nas "brechas" do capital monopolista desenvolve-se o capital nacional, que encontra sempre dificuldade de articulação com o capital bancário.

São basicamente três as razões para esta dificuldade de articulação. Em primeiro lugar, temos o pequeno e o médio capitais nacionais (independente em relação ao capital monopolista) cujo destino, a longo prazo, é incerto em virtude da concorrência, o que o inviabiliza enquanto parceiro para o capital bancário. Em segundo lugar, temos o pequeno e o médio capitais nacionais que mantêm uma ligação orgânica e dependente com o capital monopolista,[1] fato que igualmente os inviabiliza enquanto uma confiável alternativa de aplicação financeira. Finalmente, em terceiro lugar, temos a grande empresa nacional que tende a se desenvolver, especialmente nos maiores países da periferia ca-

---

1 - Voltaremos a este conceito mais adiante no próximo subitem.

pitalista, e cuja não-articulação com o capital bancário prende-se a razões distintas das apontadas para os dois casos anteriores. Na verdade, para constituir uma alternativa ao capital monopolista internacional, a grande empresa nacional dever superar dois fortes obstáculos por nós já apontados, quais sejam, o seu grande desnível em poder econômico e financeiro em relação ao capital monopolista internacional, e o grande desnível do ambiente locacional da periferia em relação ao centro. Nesta situação, o Estado é levado, na maioria das vezes, a "bancar" a implantação de novos setores o que inclui o seu financiamento subsidiado ou mesmo a formação de um Setor Produtivo Estatal, fato que inviabiliza quase que por completo a sua articulação financeira com o capital bancário em processo de concentração.

Esta última característica não apenas transfere para o Estado a tarefa de compensar em parte as contradições e insuficiências trazidas pela questão financeira mas principalmente carrega para as "entranhas" do Estado a tarefa de presidir o processo de centralização do capital numa situação periférica e dependente, isto é, que tem por eixo o capital monopolista internacional: como veremos a seguir, esta conjugação de fatores confere uma característica particular à industrialização, à institucionalidade financeira, à política de "múltiplos câmbios" e principalmente ao próprio Estado num contexto de desenvolvimento capitalista periférico e dependente.

6.4.3 - Concorrência, problemática financeira, Estados Nacionais e espaço

A fase monopolista do capitalismo, ao dar origem à internacionalização e ao entrelaçamento dos capitais no centro e o seu transbordamento para a Periferia, gera uma situação complexa, marcada por uma transformação dos Estados Nacionais em pelo menos três sentidos. De um ponto de vista global há de se entender a "nova" natureza do Estado na fase monopolista e sua eventual diferenciação da fase anterior. Por outro lado, de um ponto de vista específico, há de se entender a "nova" natureza dos vários Estados Nacionais, tendo em vista a internacionalização e o entrelaçamento de capitais dos países imperialistas. Neste caso, se assumimos com Poulantzas que o Estado não é um "comitê executivo" do capital nacional hegemônico e sim uma "condensação de uma relação de forças" onde a fração hegemônica "deve assumir o interesse político do conjunto das classes e frações que compõem o bloco no poder" (e portanto, "ela deve se unificar e unificar o bloco no poder sob sua direção"), devemos entender uma situação em que os vários Estados Nacionais estão "atravessados" pelos interesses dos capitais forâneos que coabitam com o seu próprio capital monopolista. Mais ainda, em que medida podemos falar em unificação e hegemonia (que possa servir de base para a política de cada Estado Nacional) se tal entrelaçamento aponta aparentemente para um processo de fragmentação econômica e política do bloco nacional no poder?

Finalmente, uma terceira questão diz respeito especificamente aos efeitos do processo de internacionalização na periferia. Há de se estabelecer, neste caso, a eventual singularidade dos Estados Nacionais na periferia e sua diferenciação - se houver - em relação ao centro, uma vez que formalmente temos uma grande semelhança: em ambos, os capitais monopólicos forâneos atravessam o espaço econômico dos Estados Nacionais, criando uma situação aparentemente fragmentada e complexa. Analisaremos a seguir, de forma apenas introdutória, cada uma destas questões para, enfim, chegar ao que diretamente nos interessa: a especificidade da política de "múltiplos câmbios" no Centro e na Periferia e sua relação com a reprodução do espaço econômico.

6.4.3.1 - Etapa monopolista e Estado Nacional

A característica central do papel do Estado na etapa competitiva do capitalismo refere-se ao fato, como nota Poulantzas, "de que o econômico, além do papel determinante, detinha igualmente o papel dominante". No estágio do capitalismo monopolista, pelo contrário, "O Estado (...) intervém de forma decisiva na economia já que seu papel não se limita, essencialmente, à reprodução do que Engels designa como 'condições gerais' da produção de mais-valia mas se estende ao próprio ciclo de reprodução ampliada do capital como relação social" (op. cit. p.107). Na verdade, escreve Poulantzas, "se assistimos atualmente a uma extensão característica dos domínios do político e das intervenções do Estado, é na exata medida em que recobrem a

extensão do espaço de valorização do capital" (ibidem, p.108). Por isto, assistimos nas esferas específicas do Estado a uma luta das várias frações do capital monopolista pelo acesso às várias formas e fontes de valorização, que passam atualmente pela órbita estatal.

Esta situação não implica, entretanto, que o Estado possa ser concebido como um simples instrumento, manipulável à vontade (e unicamente) pelos grandes monopólios. Até pelo contrário, como uma "condensação de uma relação de forças", não se poderia falar de uma única fração dominante (isto é, os grandes monopólios), mas de um bloco no poder que se reproduz no aparelho de Estado e que confere a este o papel de unificador político das várias frações hegemonizadas pelo capital monopolista. Tal proposição pressupõe, entre outros fatores, a participação e a reprodução do capital não-monopolista no bloco no poder, fato que nega a tendência pura e simples de sua expropriação pelos monopólios. Como observa Poulantzas, os efeitos de dissolução "(...) são perfeitamente compatíveis, não somente com a 'manutenção' de um setor 'transformado' do capital não-monopolista (...) mas também com uma reprodução, sob nova forma, desse setor" (ibidem, p.153). As razões técnicas para esta tendência são inúmeras, passando pela necessidade de ocupação de setores com fraca rentabilidade, pela minimização de riscos em novos setores ou mesmo pelo barateamento de custos, o que implica que "esse capital não-monopolista não é uma simples forma mantida ou

conservada (...) mas uma forma reproduzida sob a dominação do capital monopolista" (ibidem, p.154).

Entretanto, essas razões não são suficientes para explicar a persistência atual do capital não-monopolista. "De fato", escreve Poulantzas, "os ritmos e as formas concretas do processo de concentração dependem estreitamente das lutas políticas na formação social e, especialmente, das formas que aí assume a contradição principal" (ibidem, p.155). Ou, em outras palavras, em face da luta das massas populares e da própria resistência (contra a dissolução) do capital não-monopolista, o capital monopolista, para evitar fissuras graves no bloco no poder, foi levado a uma estratégia seletiva em favor de formas indiretas de subordinação: "Essas modificações de estratégia (...) devem ser interpretadas como concessões, no próprio seio do bloco no poder, do capital monopolista ao capital não-monopolista, cuja realidade, longe certamente de corresponder à sua representação ideológica, é inegável" (ibidem). Assim, ao invés de alcançar os limites técnico-econômicos intrínsecos ao processo de concentração, a estratégia do capital monopolista incorpora a questão política, fazendo com que as modalidades e o ritmo deste processo (manifestos na forma de persistência do capital não-monopolista) sejam também medidas estratégicas que servem ao seu interesse político, assegurando-lhe, como nota Poulantzas, "a hegemonia política sobre o conjunto da burguesia e mantendo a coesão política do bloco no poder em face da classe operária" (ibidem, p.157).

Embora seja algo simplista tal explicação, pois nunca fica muito clara a fronteira entre o técnico-econômico e o político - afinal, o processo pode ser muito mais de domínio técnico-econômico do que de domínio estritamente político - o resultado final, do ponto de vista de uma abordagem apenas introdutória, acaba sendo o mesmo: "em suma", escreve Poulantzas, falando de capital monopolista e do capital não-monopolista na fase atual, "é necessário considerá-lo em sua interdependência orgânica"[1], embora contraditória, que faz com que o Estado na fase atual seja uma condensação desta relação (interdependente, orgânica e contraditória), fato que o torna bastante complexo, sobre tudo tendo em vista o processo de internacionalização e de entrelaçamento dos vários monopólios nacionais.

6.4.3.2 - Internacionalização e Estados Nacionais (no "Centro")

O processo de internacionalização do pós-guerra tendo por base o capital monopolista americano deu origem a pelo menos três tipos de interpretações entre os vários autores de extração marxista.

Uma primeira, defendida (entre outros) por autores como Sweezy e Baran, seguiria uma derivação direta da concepção do superimperialismo de Kautsky. Neste caso, como observa Poulantzas, haveria uma tendência à subestimação das contradições

---

1 - Ibidem, p.161.

interimperialistas fazendo com que "as análises referentes às relações das metrópoles imperialistas entre si dependam do prinípio de uma pacificação e integração incontestes do capital americano" (ibidem, p.42). Mais ainda, perde-se de vista a própria especificidade das antigas metrópoles imperialistas (Europa e Japão) em face da periferia, uma vez que "esta dominação é concebida sobre o mesmo modo análogo que a relação entre metrópoles imperialistas e países dominados e dependentes" (ibidem).

Um segundo tipo de interpretação, por outro lado, difundida por Mandel, B. Rowthorn e outros, enfatizaria o contrário, isto é, como no passado, que "tais contradições se situariam em um contexto de Estados e 'burguesias nacionais' autônomas e 'independentes' na luta pela hegemonia" (Poulantzas, p.43). Assim, a CEE seria considerada como um entrelaçamento dos capitais nacionais Europeus num contexto de um Estado supranacional que teria o intuito de eliminar a supremacia do capital americano. Segundo Mandel, por exemplo, "o desejo de fazer frente à concorrência americana que se afirma não somente em um 'capitalismo de Estado autônomo', mas que exprime também o desejo das grandes empresas européias, age no mesmo sentido que a consolidação da CEE (...). As empresas menos sólidas (...) vão preferir com freqüência a solução mais fácil, que consiste em se deixar comprar ou absorver pelas grandes sociedades americanas. Em contrapartida, as empresas européias mais ricas e mais dinâmicas

escolherão, em sua maioria, o caminho da cooperação européia e da interpenetração européia de capitais".[1]

Um terceiro tipo de interpretação do processo de internacionalização nega os dois tipos anteriores, embora não ocupe necessariamente uma posição intermediária: é a posição do próprio Poulantzas, que observa que "se as burguesias européias não 'cooperam' e não se 'coordenam' em face do capital americano, é em razão dos efeitos tendenciais sobre elas da nova estrutura de dependência em relação ao capital americano. As relações dessas burguesias entre si são relações descentralizadas, isto é, elas passam pela distorção da interiorização do capital americano em seu próprio seio" (ibidem, p.82-3).

Na realidade, Poulantzas tem toda razão quando propõe que as relações das várias burguesias são descentralizadas entre si, fato que encontra apoio em passagem do próprio Mandel, citada por aquele autor: "em virtude da falta de coordenação dos capitalistas europeus, são paradoxalmente as sociedades americanas que tiram as maiores vantagens da CEE".[2] Neste caso, porém, qual é o caráter dos Estados Nacionais europeus (que enfrentam a penetração do capital americano) e o que os diferencia em relação à periferia dependente?

---

1 - MANDEL, E. La Réponse socialiste au défi américain, 1970. P.66 citado por Poulantzas, op. cit. p.82.

2 - MANDEL, E. La Réponse ..., op. cit. p.71, cg Poulantzas, p.82.

A resposta para a indagação Poulantzas procura encontrar no conceito de "burguesia interior" que "remonta ao processo de internacionalização, e não a uma burguesia 'fechada' em um espaço nacional". Isto significa que tal "burguesia interior" representa o capital monopolista (americano) na condensação de relações de forças dentro de cada Estado Nacional. Assim, "a contradição principal nas burguesias imperialistas se passa então, segundo a conjuntura, no seio das contradições do capital imperialista dominante e da internacionalização que ele impõe, ou ainda no próprio seio da burguesia interior e de suas lutas internas, deslocando-se porém, raramente, entre a burguesia interior como tal e o capital americano. E' esta desarticulação e heterogenidade da burguesia interior que explica a fraca resistência, com seus diversos desníveis, dos Estados Europeus em face do capital americano" (ibidem, p.80).

Na verdade, o conceito de "burguesia interior" nada mais é um do que uma nova denominação, apenas semântica, do conceito de burguesia dependente utilizado na análise da periferia capitalista, o que na prática indiferencia Poulantzas da teoria kautskiana do superimperialismo: para fugir a isto é insuficiente, por exemplo, vislumbrar alguma contradição entre a "burguesia interior" e o capital monopolista (americano), já que o mesmo se verifica entre a "burguesia dependente" e o "capital internacional". O fato concreto é que todo segmento de capital não-monopolista, seja aquele localizado nos países periféricos, na Europa ou nos próprios EUA, tende a ser um capital dependente,

não havendo, sob este aspecto, nenhuma diferenciação entre Centro e Periferia.

Na verdade, o que Poulantzas realmente subestima (ou abstrai) é o peso do capital monopolista não-americano e sua importância estratégica para a política econômica dos Estados Nacionais em que têm sua origem. O próprio autor, aliás, reconhece que existe "toda uma série de defasagens sobre o plano da hegemonia nos blocos no poder: as frações hegemônicas dos blocos no poder nessas metrópoles imperialistas não são necessariamente aquelas que tem mais vínculos com o capital americano, sem que isto queira dizer, no entanto, nestes casos, que este não esteja presente nesses blocos no poder" (ibidem, p.81). As defasagens, no fundo, são explicadas pela hegemonia do capital monopolista nacional no respectivo aparelho de Estado, o que não implica, evidentemente, a ausência do capital não-monopolista (dependente quer dos monopólios nacionais, quer dos monopólios internacionais) neste mesmo aparelho estatal.

O caráter hegemônico dos monopólios nacionais deve ser explicado, por sua vez, não por supostas razões "patrióticas" mas pelas características intrínsecas da política de "múltiplos câmbios" por ele proposta, que ao contrário da política imperialista clássica de autarquização, reveste-se de um caráter plenamente especializado e que tende a se profundar quanto menor seja o Estado-Nação que venha a constituir a sua base inicial (e natural) de operação. Neste sentido, o interesse dos monopólios nacionais pela especialização decorre, em primeiro lugar, de uma

política recíproca que abra o conjunto dos mercados nacionais (para exportação ou investimento direto) que lhe proporcione uma base internacional de acumulação: assim, enquanto o espaço Europeu é atravessado pelos monopólios americanos e japoneses, os próprios EUA são atravessados pelos monopólios europeus e japoneses, seja pelo investimento direto, seja pela exportação de mercadorias. Em segundo lugar, a política de "múltiplos câmbios" especializada consiste em garantir capacidade competitiva em determinadas linhas de produtos, que tendem a abranger a sua verticalização, especialmente no tocante à produção de bens de capital e de tecnologia. Com isso, a política de "múltiplos câmbios" hegemonizada pelos monopólios nacionais consegue garantir, como já observamos anteriormente, uma inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho, o que internamente significa a expansão dinâmica de empregos e atividades ligadas aos núcleos especializados, comandados pelos monopólios nacionais.

Podemos então afirmar que a hegemonia do capital monopolista nacional estabelece-se porque ele constrói uma verdadeira indústria-motriz para a nação, conceito entendido não em sua vaga acepção atribuída a Perroux mas no sentido amplo de garantir uma especialização e inserção dinâmica (o que pressupõe a produção de bens de capital e tecnologia) na divisão internacional do trabalho. Neste sentido, a política de "múltiplos câmbios" não é descoordenada nem descentralizada: ela procura unicamente garantir as bases da especialização nacional ao mesmo

tempo em que busca fortalecer a internacionalização e a penetração do seu próprio espaço econômico pelo capital estrangeiro, condição, em última instância, que garante a reciprocidade e cristaliza a referida especialização nacional.

Podemos, pois, afirmar que o cerne da política de "múltiplos câmbios" é o da determinação de uma "indústria-motriz", cuja qualidade intrínseca deverá ser uma certa facilidade de localização no espaço urbano nacional ao lado de sua inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho: no caso, por exemplo, dos pequenos Estados europeus, a facilidade locacional pode significar a verticalização a partir de uma determinada base de recursos naturais ae alcançar a linha completa da produção de bens de capital e tecnologia, sendo que estas últimas atividades teriam por referência a possibilidade microlocacional (em face das grandes aglomerações urbano-industriais nos grandes estados europeus tendo a Alemanha como o principal) adicionada à política de "múltiplos câmbios", que incentivaria a produção e especialização tecnológica.

Tal definição mostra, aliás, que nosso conceito de "indústria-motriz", centrado em noções espaciais e na noção de "inserção dinâmica" (deduzida, por sua vez, do conceito de reprodução ampliada intensiva), é fundamentalmente distinta da conceituação de Perroux, que em sua versão que enfatiza a capacidade de "empuxe" e de efeitos intersetoriais à "la Hirschman" confere importância às determinações mais gerais da demanda efetiva e ao caráter diversificado que deveria embasar

uma política industrial. A ênfase, pois, ao invés de recair em uma tabela de insumo-produto, com suas características não-espaciais, deve ter por referência as possibilidades locacionais concretas de uma ou de um conjunto de atividades que caracterizam uma ou mais especializações, no contexto da divisão espacial do trabalho. Como nota Holland, a utilização do conceito de "linkages" de Hirschman, ou mesmo da análise de insumo-produto (ou senão de sua versão mais moderna de "complexos industriais"), peca por apresentar evidentes problemas metodológicos quando aplicados num contexto espacial.[1]

Observe-se a esse respeito que o Japão constitui uma das poucas exceções, onde o caráter diversificado e integrado da política industrial ultrapassou quaisquer ênfases numa política de especialização: a razão, neste caso, embora diga respeito à singularidade "comportamental" do grande capital japonês (portan-

---

1 - Mostrando que as dificuldades de Hirschmen, por exemplo, começam na especificação teórica da escolha dos "setores prioritários" (que "maximizariam" o crescimento) Holland observa que "em parte, as dificuldades de Hirschman são metodológicas. Uma matriz insumo-produto pode descrever encadeamentos, mas não oferece explicação satisfatória da importância de setores específicos no processo de crescimento, uma vez que alguns dos fatores mais importantes nesse processo não são de caráter inteiramente intersetorial". (op. cit., p.174). Em termos espaciais, Holland observa que "mesmo os estudos de encadeamentos em países específicos não revelam normas para seqüências de efeitos de encadeamento para outros países (ou regiões)" (ibidem, p.175). Uma primeira razão para isto pode ser a própria economia interna de escala ao que se adicionam os fatores locacionais espaciais ("economias externas"). Por outro lado, uma alternativa para este problema talvez seja a inserção do espaço nos "complexos industriais" de forma a se construir a noção de "complexos industriais no espaço".

to, fora do objeto e limites do nosso estudo) refere-se também a fatores locacionais, uma vez que, completamente distante dos EUA e Europa (e assim sem possibilidades de constituir alternativa de microlocalização), o Japão deveria diversificar sua indústria ou sucumbir diante da concorrência internacional. Neste sentido, a estratégia japonesa de industrialização no pós-guerra não era simplesmente defensiva mas consistia na única compatível com uma inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho - daí, pois, o seu caráter integrado, coordenado e diversificado e o alto protecionismo contra a concorrência externa. Nos dois casos, porém, o eixo da política de "múltiplos câmbios" é o capital monopolista nacional, que articula a hegemonia dentro de cada Estado Nacional, seja estabelecendo uma política de especialização (países europeus), seja recaindo compulsoriamente na quase plena diversificação industrial, o que não altera a essência da política cambial nos países centrais: em última análise, ela contém organicidade (porque comandada pela fração monopolista do capital nacional), cujo eixo é a criação de capacidade competitiva real do espaço econômico nacional no mercado internacional, características que, como veremos a seguir, estão ausentes das políticas adotadas na periferia capitalista.

6.4.3.3 - Internacionalização e Estados Nacionais (na "Periferia")

A industrialização da periferia capitalista, tendo como eixo o capital monopolista internacional, proporciona o surgimen-

to de "brechas" para a gênese e expansão de um capital de origem "nacional", cuja exata caracterização não constitui tarefa simples. Em sentido estrito, tal capital não poderia ser denominado e generalizado como dependente, uma vez que os tipos diferem bastante de país para país ou de situação para situação: temos várias formas e graus de dependência do capital não-monopolista em relação ao monopolista, passando por uma espécie de "capital monopolista nacional" (em países como Brasil, México e Argentina, especialmente no setor bancário, construção civil e em certos setores industriais pouco sofisticados, como cimento), até chegarmos ao Setor Produtivo Estatal, que tende a ser bastante expressivo nos países mais industrializados da periferia. Neste caso, podemos afirmar que o processo de internacionalização da periferia aparenta ser formalmente idêntico ao de muitos países do "Centro", tais como a França, a Itália e a própria Grã-Bretanha. A diferença, pois, entre "Centro e Periferia" não deve ser buscada num nível formal e estático mas em termos da dinâmica do processo de industrialização. Assim, desde logo, devemos observar duas diferenças que distinguem a industrialização do Centro e da Periferia.

Em primeiro lugar, o atraso relativo do espaço urbano da periferia impõe uma característica geral para a sua política de "múltiplos câmbios", que implica a necessidade de um subsídio que tende a ser permanente, seja em termos de tarifas aduaneiras efetivamente protecionistas, seja em termos de incentivos diversos para exportação ou para a simples produção para o mercado

interno, o que inclui especial e principalmente subsídios para o capital monopolista internacional.[1] Em segundo lugar, o atraso relativo da empresa nacional (mesmo as estatais ou aquelas privadas consideradas "grandes") pressupõe, igualmente, um subsídio que no caso do setor privado adquire geralmente a forma de subsídio "financeiro" ao processo de concentração e centralização do capital, que passa, então, a ser presidido pelo Estado. A este aspecto (que em si já é problemático pelo subsídio envolvido) acrescenta-se o seu desdobramento: como nota Viana (1981) referindo-se ao caso brasileiro, "a articulação do sistema financeiro com o capital produtivo se faz por meio do esforço de arrecadação do Estado, com a conseqüente atrofia do próprio sistema financeiro" (op. cit. p.1395), e gerando aquilo que Conceição Tavares viria a denominar de "assimetria" e "descolamento" da órbita real em relação à financeira, como nos referimos no item anterior.

A junção dos dois "atrasos" - isto é, o "espacial", que inclui o problema da escala, como vimos anteriormente, e o das "empresas" - implica o direcionamento inexorável da política de "múltiplos câmbios" dos países periféricos, que atinge um caráter

---

1 - Afinal de contas, podemos afirmar que até os dias de hoje (passados mais de vinte e cinco anos de sua instalação) a indústria automobilística em países como o Brasil e o México é efetivamente subsidiada, tanto pela proteção real ao mercado interno quanto pelos subsídios diversos para exportação. Por outro lado, a necessidade do subsídio tende a desaparecer quando se trata de atividades cuja articulação espacial com o mercado - de insumos e de mão-de-obra principalmente - é fraca, como é o caso de certos segmentos de insumos básicos.

amplo, geral e permanente, isto é, tende a atingir todo tipo de empresas - inclusive as internacionais -, vários setores de produção e não cessa no tempo, dada a reprodução dos desníveis espaciais e de concentração de capital no Centro em relação à Periferia. No Centro, pelo contrário, a política de "múltiplos câmbios" é restrita e temporária uma vez que tem por eixo o capital monopolista nacional e busca apenas atualizar (e especializar) o espaço urbano nacional em termos dos padrões mais desenvolvidos internacionais. Quer dizer, se definimos a política de "múltiplos câmbios" como uma transferência intersetorial de excedente, podemos afirmar que no Centro, embora o processo de transferência como tal seja permanente, ele é temporário em termos do produto ou do setor beneficiado, redirecionando-se para novos produtos e/ou setores inseridos na reprodução ampliada intensiva. Na Periferia, a transferência seria permanente, pelo menos para alguns dos produtos ou setores beneficiados, o que implicaria uma tendência à transferência relativamente crescente à medida em que a economia passasse do padrão de reprodução extensiva para a intensiva.[1] Assim, para que a economia periférica viesse a ter inserção pelo menos estável na divisão interna-

1 - Evidentemente alguns produtos, cujo processo de produção fosse adequadamente massificado "rotinizado", não necessitariam deste subsídio permanente e teriam plenas condições inclusive para concorrer no mercado internacional. Entretanto, suposta constante a participação deste tipo de indústria no total da produção substituída, teríamos uma tendência ao crescimento da transferência de excedente que poderia tornar-se relativamente crescente conforme fosse o próprio ritmo de intensificação ou mesmo da acumulação.

cional do trabalho (isto é, em que, pelo menos, $\alpha'i = o$ e $\alpha r = o$), ela deveria fazer um esforço cambial crescente, isto é, uma transferência interna proporcionalmente crescente de mais-valia, que, por isso mesmo, poderia encontrar tanto um limite absoluto como relativo, ou que pelo menos poderia tornar a industrialização periférica verdadeiramente problemática.

O limite absoluto ocorre, via de regra, nos pequenos países da periferia onde a produção corrente de mais-valia, mesmo que transferida emsua totalidade, é insuficiente para subsidiar um processo de substituição de importações (ou de exportação de um "novo" produto), situação que pode ocorrer inclusive nos grandes países quando a substituição de importações começa, por exemplo, a atingir aqueles setores que Conceição Tavares chama de "de difícil substituição". Ao lado disso, a pequena dimensão do mercado destes países deve tornar o efeito "escala" proibitivo, conforme notamos anteriormente na análise sobre substituição de importações. O limite relativo, porém, é mais palpável e mais provável. Na realidade, todo processo de industrialização tende a ampliar a massa de mais-valia produzida, quer pelo aumento do emprego, quer pelo aumento da taxa de mais-valia, o que em si pode-se dar numa velocidade suficiente para sustentar, potencialmente, a política de "múltiplos câmbios". Ocorre, no entanto, que a massa crescente de mais-valia tende a ser apropriada, em princípio, pelos setores que diretamente a produzem, o que dá lugar a um virtual conflito distribu-

tivo[1]: o limite relativo é alcançado quando o Estado (principal responsável pelo processo de transferência) não consegue mais realizar tal papel, paralisado e imobilizado pela luta política entre frações e classes sociais. Assim, a crise econômica da periferia coincidiria também com a crise política, embora o estabelecimento de causa e efeito neste caso seja bastante complexo.

Em outras palavras, tal como nos países centrais em sua fase monopolista, temos um processo de "politização" do Estado (para usar a expressão de Poulantzas) num contexto periférico, o que corresponde muito bem à denominação de "politização precoce", sugerida por Viana (op. cit.) em que "o Estado 'politiza' precocemente as suas funções econômicas, na medida em que seleciona quem deve receber um crédito industrial, arbitrando as disputas entre frações do capital, como canal que é de concentra-

---

1 - MERHAV (op. cit.) situa tal conflito nos seguintes termos: "numa estrutura monopólica, que na melhor das hipóteses se expande para novas áreas abertas pelo investimento público, os benefícios sociais assim criados serão apropriados de forma privada em sua maioria, e nos novos campos as regras monopólicas do jogo serão aplicadas, assim que eles forem ocupados (...) qualquer oportunidade nova de investimento, após algumas arrancadas esporádicas para a retomada do crescimento, dependerá novamente do subsídio do bolso público. O tamanho deste bolso dependerá em última instância de quanto pode ser extraído do setor não-capitalista" (op. cit. p.165). Concorda-se basicamente com a proposição embora fazendo-se substituição do termo "setor no-capitalista" por "setores não-monopolistas", o que constitui uma noção mais ampla que inclui setores atrasados, empresas e até mesmo as camadas assalariadas.

ção e distribuição de capital".[1] A diferença, porém, em relação ao Centro é que até agora - termo que indica que a observação é factual e não teórica - a Periferia não tem conseguido a formação de um "bloco histórico" no sentido gramsciano, isto é, tal que a fração hegemônica do capital organize um conjunto de forças políticas e sociais a partir de um projeto nacional e que alcance a hegemonia nas várias esferas da sociedade, especialmente dentro do aparelho de Estado. Na verdade, enquanto no Centro o capital monopolista nacional propõe uma política cambial que gera empregos e novas atividades para o segmento não-monopolista, configurando um projeto de valorização dinâmica do espaço econômico nacional, na Periferia, dada a peculiaridade de sua industrialização, assiste-se a uma luta fracionada e cega pelo excedente, determinismo econômico que tem inviabilizado quaisquer intenções de construção de um "bloco histórico".

Esta incapacidade, que até agora tem-se mostrado estrutural, mas que de nenhum modo pode ser considerada inexorável, de construção do "bloco histórico" deve-se pois à contradição entre os interesses correntes da burguesia (o que inclui os setores industriais já instalados) e os interesses dos segmentos ligados aos setores em instalação, uma vez que este último pode

---

1 - VIANA, A. op. cit., p.1320. Em nota na mesma página, a autora esclarece ainda que "o conceito de 'politização precoce' serve, aqui, para diferenciar a ação do Estado no 'Capitalismo Monopolista de Estado', que tem como uma de suas características a politização de suas funções econômicas" (Nota, p.1320).

necessitar deuma transferência de excedente, cujo suporte produtivo são os setores industriais ou agrícolas já em produção. Como nota Aureliano da Silva (1981), referindo-se à industrialização brasileira em sua fase "retringida" (1930/50), e às dificul- dades de sua superação, o Estado pouco avançou no período "(...) porque deveria afrontar não somente dificuldades externas de monta, como também porque teria frente a si o conjunto de interesses que estava obrigado, em última instância, a respeitar: da burguesia industrial, acomodada nas altas taxas de lucro, incapaz de implantar a indústria pesada, temerosa com a subida dos preços dos bens que importava, e certa de que a instalação do núcleo fundamental da indústria de bens de produção lhe roubaria as divisas, as mesmas que, em última instância, lhe permitiam acumular pela linha de menor resistência" (op. cit. p.131).

Com a penetração do capital monopolista internacional no pós-guerra, este caráter inorgânico e fragmentário dos segmentos burgueses torna-se ainda mais acentuado, o que caracteriza uma situação, como observa Draibe (1980), em que "as forças políticas não são capazes de expressar organicamente o conjunto das questões que definem as vias alternativas do desenvolvimento do capitalismo" (op. cit.,). Neste sentido, a instabilidade política permanente acaba levando a uma relativa autonomização do Estado, cuja expressão mais concreta são os sucessivos ciclos de autoritarismo, que acabam reforçando o caráter tendencialmente fechado e centralizado do Estado na periferia capitalista. Esta autonomização, embora pressuposto fundamental do processo de

industrialização - dada a ausência de organicidade do bloco burguês - acaba reforçando o caráter fragmentário da própria política de "múltiplos câmbios", que se torna um imenso balcão, submetido às vicissitudes da conjuntura e as trocas erráticas de "guarda" no aparelho de Estado.

Estabelece-se, pois, um círculo vicioso em que a tendência estrutural à crise econômica e à instabilidade política levam ao fechamento político que autonomiza (relativamente) a esfera estatal, distanciando-a de uma política "orgânica" de industrialização. A ausência desta última, por seu turno, reforça sua importância nos países do Centro capitalista que acabam reproduzindo as suas vantagens espaciais e, por conseguinte, a sua capacidade de inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho. Entretanto, ao depender da esfera política, a reprodução da dinâmica Centro x Periferia adquire um caráter imponderável, o que constitui uma "brecha" por onde poderiam ser inseridos elementos políticos que alterariam sua virtual inexorabilidade no tocante à marginalização da Periferia.

Por outro lado, o contexto concreto em que tais elementos atuariam - isto é, o potencial econômico dos países periféricos - seria decisivo para que esta hipótese fosse factível. Neste sentido, o tamanho econômico do país - o que inclui seu nível corrente de diversificação urbano-industrial, seu potencial de recursos naturais e sua situação locacional, isto é, sua proximidade ou distância econômica do centro - constituem variáveis que, combinadas com fatores políticos, financeiros e outros que determinam

a dinâmica específica do capitalismo local, poderiam atenuar ou, em última instância, modificar qualitativamente a sua dinâmica em termos globais. Ao reverso, naqueles países de pequeno tamanho econômico, com pequeno ou nenhum potencial de recursos naturais e/ou situação locacional desfavorável, as possibilidades de reversão da dinâmica periférica seriam nulas, independentemente dos fatores políticos.

A tendência histórica, por enquanto, é a da crescente marginalização deste último tipo de países, apenas atenuada conjunturalmente pela alta dos preços de seus produtos de exportação ou pela folga de liquidez financeira no mercado internacional, como a verificada no final dos anos sessenta e durante toda a década de setenta. Os países do primeiro tipo, por seu turno, têm revelado algum fôlego em seu processo de industrialização, a despeito de crises quase que permanentes tanto na esfera econômica, quanto na esfera política.

Tendo em vista esta dinâmica no mínimo problemática da Periferia, resta saber, para finalizar este estudo, em que medida o fator "mão-de-obra barata" - que os países periféricos possuem em abundância - pode alterar a tendência à marginalização.

6.5 - Internacionalização e diferencial de salários interpaíses

O avanço do capital monopolista sobre a periferia em busca de força de trabalho barata constitui já uma forma clássica e consagrada de relocalização industrial, possibilidade levantada desde Ricardo, passando pelos neoclássicos, pela teoria da

localização de Alfred Weber até autores recentes de vários matizes teóricos e ideológicos.[1] Na verdade, como já observamos no quarto e no quinto capítulos, as diferenças de salários interpaíses subdividem-se em diferenças nominais - explicáveis fundamentalmente pela renda fundiária urbana[2] e reais, por sua vez explicáveis entre outros fatores pelo próprio diferencial de desenvolvimento das forças produtivas entre Centro e Periferia: apenas secundariamente, poderíamos acrescentar a hipótese de Emmanuel sobre as eventuais diferenças na correlação de forças entre operários e patrões, que, em princípio, seriam relativamente mais favoráveis para os operários dos países centrais.[3]

Abstraindo as diferenças nominais (analisadas no capítulo anterior), devemos concordar emque o diferencial de

---

1 - A esse respeito, temos por exemplo, os estudos devários autores marxistas em que o fator "mão-de-obra barata" seria direta ou indiretamente causa de mudanças na divisão internacional do trabalho. Uma boa síntese destes estudos bem como sua crítica encontra-se em Jenkins (1984).

2 - O movimento financeiro sobre o balança de pagamentos também afeta de forma significativa a taxa de câmbio, como é o caso da valorização do dólar a partir de 1980, fato que contribui, entretanto, não para aprofundar as diferenças nominais, mas as diferenças reais de salários e outras formas de renda em dólar.

3 - Apenas para ilustrar a argumentação, suponhamos que o operário qualificado na indústria mecânica nos EUA ganhe, em média, US$30.000 e no Brasil US$6.000, perfazendo uma diferença de cinco para um em favor do primeiro. Porém, se o custo de vida é o dobro nos EUA em relação ao Brasil (efeito renda fundiária urbana), a diferença real é de apenas 2,5 vezes. Suponhamos que o operário americano seja 2 vezes mais produtivo que o brasileiro: neste caso, como seu salário real é 2,5 superior, a diferença de 2,5 para 2 corresponderia à "correlação de forças" mais favorável nos EUA em relação ao Brasil.

salários reais pode, de fato, constituir um fator importante para a relocalização industrial, só suprimível pela tendência à igualação do nível de forças produtivas interpaíses e, conseqüentemente, pela própria tendência à igualação do nível de salários reais: tal possibilidade, na realidade, se factível, só o seria a longuíssimo prazo e apenas para poucos países que teriam conseguido superar o subdesenvolvimento, o que torna a perspectiva de relocalização corrente bastante concreta.

Temos, entretanto, duas sérias limitações para o processo de relocalização tendo por eixo a procura de força de trabalho barata. A primeira, que poderia ser definida em termos estáticos, refere-se a toda tendência à concentração industrial analisada ao longo de nosso estudo, que contrapõe ao fator salário os fatores aglomerativos - concentradores que ganham tanto mais relevância quanto maior seja a dependência da atividade em relação ao mercado, aqui entendido no sentido amplo, vale dizer, como mercado de matérias-primas, insumos, força de trabalho e mercado final. Neste caso, quanto mais importante a proximidade do mercado, maior será o custo associado ao aumento do tempo de rotação ocasionado por um eventual distanciamento, o que poderá levar a uma queda da taxa de lucro mesmo tendo em vista os ganhos proporcionados pelo pagamento de salários baratos. Este fator, entretanto, como argumento estático, apenas relativiza o efeito "mão-de-obra barata", não conseguindo suprimi-lo como tendencialmente importante para a relocalização industrial ou, como querem

muitos, como importante fator na atual fase de internacionalização do capital monopolista para uma reestruturação da divisão internacional do trabalho.

E' aqui que entra uma segunda e mais séria limitação: embora o fator "mão-de-obra barata" possa ser importante em alguns casos de relocalização, ele está inserido no contexto da estratégia competitiva das empresas, onde o problema locacional - fator "mão-de-obra barata" incluído - constitui apenas um dos elementos a considerar. Fatores como o próprio protecionismo ou a taxa de crescimento dos mercados nacionais podem constituir elementos fundamentais na estratégia competitiva da grande empresa.

Finalmente, uma terceira e mais importante limitação, tendo em vista seu caráter estrutural, reside no fato de que a tendência do capitalismo é de tornar o fator "mão-de-obra" gradativamente menos importante para a produção industrial (agricultura inclusive), hipótese que, se verdadeira, torna tal perspectiva de relocalização tendencialmente irrelevante. Esta possibilidade (implícita em Marx) encontra em Gorz (1980) um de seus mais eloqüentes defensores: ele pontifica, sem pestanejar, que "uma época chega a seu término: a época em que o trabalho humano era fonte de toda a riqueza. Há vinte e cinco anos em gestação, começou a terceira revolução industrial. Ela promete (...) estender-se a domínios (...) que a industrialização ainda não havia tocado até agora. Rompe o laço entre crescimento da produção e crescimento do emprego. Põe em maus lençóis um dos

dogmas da economia política keynesiana, a saber: que a retomada do investimento reduzirá o desemprego" (op. cit., p.161). Esta constatação (aparentemente inusitada) já se encontrava igualmente presente em Wright Mills (1966), que analisando as mudanças na estrutura da ocupação dos EUA, observou que entre 1870 e 1940, a proporção dos operários empregados na produção industrial caiu de 77% para 46% ao passo que as atividades (burocráticas) de coordenação subiram de 3% para 11%, além de perviços e distribuição que avançaram de 20% para 42%. Temos, portanto, uma "terciarização" tanto fora quanto dentro das empresas industriais, o que levou Mills a notar que "as modificações mais importantes nas ocupações desde a Guerra Civil seguiram essa tendência industrial: em relação à população economicamente ativa, um número cada vez menor de indivíduos manipula objetos, e um número cada vez maior manupula pessoas e símbolos" (op. cit., p.86).

Wright Mills, por outro lado, observa que "as economias de mão-de-obra provocadas pela mecanização e racionalização em grande escala das forças de trabalho, tão evidentes na produção e extração, ainda não foram aplicadas de maneira tão extensiva na distribuição, transporte, comunicação, finanças e comércio" (ibidem, p.87). Ao contrário, porém, do que acredita o autor, para quem "a distribuição expandiu-se mais do que a produção em decorrência do atraso na aplicação da tecnologia a esse setor" (ibidem), o próprio atraso é um resultado que, como sugerimos no terceiro capítulo, decorre, entre outros fatores, da limitação

espacial dos serviços. Assim, embora esta possibilidade seja factível inclusive a ponto de resultar numa redução geral e absoluta do emprego em todos os setores (como tenta sugerir Gorz), ela ainda não é uma realidade efetiva, ao contrário do que acontece na indústria manufatureira, mineração e agricultura.

De qualquer forma, do ponto de vista deste estudo, o que interessa é a evolução do emprego (produtivo) localizado nestes três setores, já que estamo-nos referindo à possibilidade de relocalização, o que pressupõe a produção de mercadorias com alguma mobilidade espacial. Portanto, o emprego produtivo é pelo menos relativamente decrescente, o que implica na admissão da hipótese de sua redução também em termos absolutos, tal como Marx já havia sugerido pra a agricultura: segundo ele, "está natureza da produção capitalista o decréscimo contínuo da população agrícola em relação à não-agrícola, pois na indústria (no sentido estrito) o acréscimo do capital constante em relação ao variável está ligado ao acréscimo absoluto, embora decréscimo relativo, do capital variável, enquanto na agricultura o capital variável exigido para a exploração de determinado pedaço de terra decresce em termos absolutos, só podendo portanto aumentar se novas terras forem cultivadas, o que porém supõe crescimento ainda maior da população não-agrícola".[1]

Ora, a tendência à redução do capital variável em relação ao constante é imanente à dinâmica capitalista e sua

1 - MARX, O Capital, Livro III, p.731.

busca incessante pela produção de mais-valia relativa. Concomitantemente forma-se uma tendência ao aumento "natural" da produtividade do trabalho ou, como se queira, de uma redução absoluta do capital variável empregado na produção de um determinado "quantum" de mercadorias industriais, característica que se mantém qualquer que seja a taxa de acumulação efetiva: se, por exemplo, ela cai a nível da pura reprodução simples (onde os investimentos seriam apenas de reposição), haveria uma queda absoluta do nível de emprego ocasionada pelo progresso técnico nos setores "repostos". Com o advento do capital monopolista, a tendência de formação de uma taxa de aumento da produtividade com alguma independência da acumulação é reforçada pelo maior domínio do mercado e pela auto-suficiência financeira, que tendem a garantir uma taxa de investimento mínima, inclusive em períodos de recessão e crise.

Podemos portanto afirmar que, enquanto o limite para o aumento da produtividade para cada investimento realizado é apenas "técnico", isto é, depende tão somente da capacidade tecnológica corrente do capital, o limite da taxa de acumulação é bem mais estreito, uma vez que depende de suas leis contraditórias de funcionamento, implicam crises periódicas e paralisações do processo. Mais ainda, com o advento do capital monopolista, o processo técnico é potencializado ao máximo na medida em que as grandes empresas "endogenizam" a própria produção de tecnologia, ao passo que a problemática da crise se mantém. Por isso, a limitação observada por Marx para a agricultura (que para evitar

a redução do nível absoluto do capital variável empregado teria de supor "crescimento ainda maior da população não-agrícola", o que significa dizer crescimento ainda maior do mercado para os produtos agrícolas) estende-se para a indústria, na medida em que o crescimento do seu mercado esbarra nas leis contraditórias da acumulação. O que se verifica, então, não é uma tendência da taxa de crescimento da produtividade a ser superior à taxa de acumulação, o que levaria à redução do nível absoluto do emprego, mas sim o surgimento da possibilidade disto se dar. Teoricamente é apenas isto que pode ser afirmado, o que joga a análise da tendência efetiva para um nível mais concreto e mediatizado.

Ora, o desenvolvimento capitalista nos últimos 100 anos nos países centrais tem-se caracterizado pelas duas tendências apontadas por Wright Mills: a) redução absoluta do nível de emprego industrial; b) aumento relativo e absoluto do emprego no terciário. Uma vez que o terciário é uma atividade "local", não sendo, portanto, "exportável" como atividade a ser localizada na periferia, o processo de relocalização fica restrito à indústria, cuja dependência do "fator mão-de-obra" é gradativamente menor.

Para a periferia capitalista, esta tendência traz duas sérias conseqüências. A primeira refere-se ao surgimento de um desemprego estrutural nos termos diagnosticados pela CEPAL. Por exemplo, o Estudio Econômico" (op. cit.) nota que nos países centrais o desemprego provocado pelo progresso técnico é compensado pela criação de emprego na produção de bens de capital e tecnologia, ao passo que "na periferia, o progresso técnico traz

consigo desemprego como nos centros, mas a demanda de bens de capital a ele inerente não se manifesta da mesma forma que nos centros, pois faltam à periferia as indústrias de (bens) de capital; conseqüentemente, a demanda por bens de capital, em lugar de se refletir na economia do país em desenvolvimento, produz efeitos nas economias centrais, onde se produzem estes bens de capital" (op. cit., p.65). Em outras palavras, a ausência de uma inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho - que, como já vimos, só pode ser garantida pela produção de tecnologia e de bens de capital - faz com que a tendência à industrialização na periferia difira do centro eventualmetne em termos quantitativos e estruturalmente em termos qualitativos: à tendência à queda relativa e, na maioria dos casos, absoluta do emprego industrial, o centro responde com a terciarização, que tem como um dos pilares a produção de tecnologia e de bens de capital, ao passo que a periferia responde com o desemprego estrutural e a formação de um terciário "inchado".[1]

A segunda conseqüência da redução relativa ou absoluta do emprego industrial diz respeito ao fato de que a perspectiva de relocalização industrial, embora concreta e efetiva para

---

1 - As conseqüências expressam-se tanto em termos da estrutura industrial como na estrutura de serviços. Como mostra Fajnzylber (op. cit.), a IDK no centro oscila em torno de 50% da indústria total ao passo que na periferia, mesmo em países como o Brasil, este percentual não vai além de 20%. No tocante aos serviços temos, nos países centrais, uma grande rede de serviços ligada à produção de tecnologia enquanto na periferia o terciário "inchado" oculta formas de subemprego.

alguns setores, é tendencialmente pouco significativa quanto temos em vista apenas o efeito "força de trabalho barata", uma vez que o trabalho de um modo geral tende a ser crescentemente desnecessário para a produção industrial. Neste sentido, enquanto a relocalização tendo em vista a variável "renda fundiária urbana"[1], embora problemática e complexa, pode conseguir um efeito integrador dinâmico (pelo menos para alguns países), a relocalização tendo em vista a variável "força de trabalho barata" é um fenômeno crescentemente pouco significativo e marginalizador, quando pensado como fator de integração da periferia na divisão internacional do trabalho, não podendo, por isso, constituir um fator dinâmico que de fato contrabalance a tendência concentradora do desenvolvimento desigual.

Neste sentido, Jenkins (op. cit.), tem razão quando critica as "teorias orientadas para a troca" que buscam explicar a nova divisão internacional do trabalho: em todas elas, o movimento do capital em direção à periferia teria por referência fundamental a procura de força de trabalho barata, seja em função da tendência ao alargamento do mercado mundial em sentido amplo (inclusive o mercado de força de trabalho), tal como proposto por Fröbel, Heinrichs e Kreye (1980), seja em função de uma suposta queda na taxa de lucro nos países centrais em termos neocardi-

1 - E' problemática e complexa porque pode sempre estar oscilando, por exemplo, entre a micro e a macrolocalização: em países como Coréia e Taiwan, as duas possibilidades podem existir; em outros como o Brasil, talvez apenas a segunda e em países como a Bolívia, provavelmente nenhuma das duas.

anos ("profit squeeze")[1]. O problema central, segundo Jenkins, está na unilateralidade destas teorias num contexto em que interagem "diferentes aspectos da internacionalização do capital" (p.41), sendo um deles o fato de que a geração de mais-valia absoluta - que corresponderia ao citado movimento do capital em direção à periferia - constitui uma exceção numa dinâmica que tem como regra a geração de mais-valia relativa.

Uma posição, aliás, bastante semelhante à dos referidos autores é a defendida por Lipietz (1982-1983) que, através de categorias adotadas pela da regulação" ("fordismo", "fordismo periférico", "taylorização") tenta compreender movimentos que lhe são estranhos, dada a sua evidente característica espacial: o resultado é a obviedade que não consegue superar as colocações já esboçadas pelos autores acima citados.[2]

---

1 - Esta posição é defendida, entre outros, por Arrighi (1978, Londisberg (1979) Frank (1981) e Frobel (1982).

2 - Lipietz conclui que "(...) o salário, associado à produtividade, não é mais somente variável que comanda, em um sutil equilíbrio, a taxa de lucro teórica e o crescimento dos mercados internos. Ele se torna (ainda mais) um fator determinante da produtividade de um país" (Lipietz, 1984, p.91). Evidentemente, para chegar a esta conclusão, o autor ignora não apenas a realidade factual da divisão internacional do trabalho, mas especialmente as categorias adequadas para a sua análise, como o sobrelucro espacial, que certamente não pode ser deduzido da "relação salarial" ou outras categorias em nível semelhante de abstração. Seu problema é, portanto, eminentemente metodológico, que tem origem, diga-se, em sua fase inicial de estudo sobre as questões espaciais. Com efeito, em "Le capital et son espace" (1977), o autor repassa, de forma apressada e superficial, a grande maioria das teorias espaciais, processo em que autores importantes como o próprio Ricardo ganham não mais do que um ou dos parágrafos. Nestas condições, a conseqüência inevitável é a "ultrapassagem" (não percepção a nível teórico) das categorias espaciais, resultando nas atuais inadequações metodológicas para a análise do espaço.

6.6 - Conclusão: a dinâmica centro x periferia

Fazendo-se uma breve reconstituição dos sucessivos passos desenvolvidos ao longo deste estudo poderíamos subdividi-los, seguindo as premissas metodológicas estabelecidas no primeiro capítulo, em dois movimentos básicos de direções opostas.

O primeiro vai do capítulo primeiro ao terceiro e busca, em seqüência, o seguinte: a) delimitação e apropriação empírica do objeto de estudo, que é definido a partir de uma análise da evolução da divisão internacional do trabalho no pós-guerra, com o que se reafirmou a existência do desenvolvimento desigual interpaíses (capítulo um); b) delimitação e análise das principais teorias sobre a divisão espacial do trabalho: neste caso verificou-se que a filiação teórica iniciada por Ricardo, embora a mais correta, não teve continuadores nem em sua vertente marxista (troca desigual), nem, muito menos, em sua vertente neoclássica, deficiência que nos direcionou para a teoria da localização. Esta última, a despeito de seu especificismo e excessiva generalidade, pode ser interpretada quase como uma primeira tentativa de desenvolvimento do conceito do espaço localizado, que estava apenas intuído em Ricardo; c) do segundo caitulo retiramos a necessidade de conceituar o núcleo" (ou "origem"), que constituía referência fundamental para a construção do conceito de espaço localizado. Este "núcleo" (ou "origem"), que identificamos ao conceito decentro urbano, foi redefi-

nido a partir de uma rediscussão da noção de "serviço" em Marx: o urbano passou a ser um *locus* de produção de serviços (de consumo e de circulação), que, tendo em vista a sua "natureza" espacial, passou a ser o eixo do processo de concentração das atividades econômicas no espaço. E' que, para seguir (ou "imitar") a lei do valor, o desenvolvimento da produtividade dos serviços só é possível com a sua concentração em determinado ponto do espaço, característica que constitui não apenas a *gênese* como também o fator básico de expansão e crescimento do Centro Urbano. Na verdade, com esta conclusão chegamos ao momento mais abstrato do estudo, que sintetiza a própria essência da problemática espacial. Por isso mesmo, considerando que nosso ponto de partida foi eminentemente empírico, podemos afirmar que a seqüência do primeiro até o terceiro capítulo constitui um movimento "do concreto ao abstrato", para ficarmos no jargão tradicional.

O contrário ocorre na seqüência que vai do quarto ao sexto capítulo. Em primeiro lugar, uma vez estabelecida a nossa "origem", buscou-se no quarto capítulo a conceituação de Renda Fundiária Urbana, que os seguintes passos: 1) a renda, que constitui ela própria um fator desaglomerativo, só pode ser definida como um resultado dos fatores aglomerativos; 2) esta aparente contradição pode ser resolvida na medida em que abandonamos o marco estático por uma abordagem dinâmica, em que o movimento do capital no espaço tem por referência o sobrelucro esperado que *a posteriori* tende a se cristalizar em renda; 3) a determinação de renda é multidimensional, isto é, está referida a

um conjunto de núcleos urbanos diferentes, com eventuais diferenças em suas funções econômicas; 4) o caráter dinâmico, ao lado do caráter multidimensional, conferem ao processo de determinação da renda um caráter locacional geral, vale dizer, este passa a representar uma "lei de movimento" do capital no espaço cujo motor é o sobrelucro esperado e cujo resultado é a sua cristalização em renda.

O quinto capítulo procurou estabelecer uma vinculação formal entre a dinâmica de desenvolvimento desigual inter-regional (e internacional) e a renda fundiária urbana, considerada como expressão e síntese do movimento do capital no espaço. Aparentemente simples, esta tarefa mostrou alguma dificuldade na medida em que as várias torias que versam sobre a dinâmica espacial apresentam geralmente dois tipos de problemas principais: 1) são excessivamente genéricas, imprecisas ou mesmo errôneas na especificação das variáveis espaciais, o que enfraquece a vinculação destas com a dinâmica desigual de crescimento das várias regiões; 2) confunde determinações não espaciais, como a da problemática da realização, com as determinações cambiais (isto é, espaciais), que se referem ao interesse relativo do capital (em busca de valorização) pelas várias regiões enquanto ponto de localização. Superadas estas imprecisões, pudemos definir a dinâmica espacial a partir da construção de elos de intermediação entre o desenvolvimento desigual e sua vinculação formal com o movimento de formação da renda fundiária. Neste sentido, seguindo as determinações estabelecidas no terceiro e

quarto capítulos, concluímos pela tendência à concentração espacial e ao desenvolvimento desigual entre Centro e Periferia. Entretanto, tendo em vista o nível "puro" desta conclusão, calcada exclusivamente em categorias espaciais, avançamos para o sexto capítulo, onde incluímos outras determinações da realidade econômica e social.

A nossa primeira preocupação neste último capítulo foi a de definir formalmente os mecanismos de interferência do Estado na realidade espacial, o que, na verdade, nada mais é do que definir o que vem a ser política cambial. Neste sentido, procuramos mostrar: a) que dos dois tipos de política cambial - a "unificada" e a de "múltiplos câmbios" - apenas a última se sustenta como instrumento de longo prazo, uma vez que não envolve a transferência externa de recursos financeiros; b) que a política de "múltiplos câmbios" pode ter um caráter diversificado (por vezes, indireto, como por exemplo o crédito subsidiado), embora possua uma característica geral comum que é a de envolver sempre uma transferência de excedente.

Definido formalmente o significado geral da política cambial, passamos a analisar as suas duas variantes básicas que, claro, não são excludentes: a política de incentivo às exportações e a política de substituição de importações. Consideradas em termos dinâmicos, vale dizer, contempladas no contexto da reprodução ampliada do capital nas suas variantes "extensiva" e "intensiva", estas duas políticas são sustentáveis dentro das seguintes hipóteses: a) no contexto da reprodução ampliada

extensiva que, entretanto, foge da dinâmcia "normal" do capitalismo; b) no contexto da reprodução ampliada intensiva se o país em questão consegue estabelecer uma inserção dinâmica na divisão internacional do trabalho, isto é, consegue produzir tecnologia de "ponta". Caso isso não ocorra, o processo de incentivo às exportações e/ou de substituição de importações encontrará um limite em seu progressivo encarecimento para o país, fazendo com que a política cambial aumente a drenagem de recursos de outros setores da economia.

A avaliação das possibilidades de sucesso ou insucesso da política cambial subordinada a esta exigência de "inserção dinâmica" levou-nos à rediscussão do conceito de Imperialismo, que como uma etapa do capitalismo poderia estabelecer uma limitação estrutural para o funcionamento efetivo deste tipo de política. Neste sentido procuramos mostrar: a) que das várias concepções clássicas do Imperialismo, a mais consistente é a de Lenin/Bukharin, uma vez que sustentada num pressuposto sobre a concorrência, isto é, que o Imperialismo constitui a etapa dos grandes monopólios; b) a despeito disso, a teoria de Lenin/Bukharin apresenta várias inconsistências, sendo as principais: subestimação ou relativo desconhecimento do papel das barreiras à entrada no próprio processo de concorrência no contexto internacional, visão mecânica do Estado (visto pura e simplesmente como "comitê executivo da burguesia") e desconhecimento do papel das variáveis espaciais no estabelecimento das vantagens comparativas no mercado internacional; c) que de uma forma até certo ponto

intuitiva, a CEPAL desenvolveu seus estudos sobre a problemática Centro x Periferia tendo por referência tais questões, o que a levou a antever um rol de dificuldades para a industrialização da Periferia numa perspectiva nacional.

Cristaliza-se assim a noção do "Imperialismo como bloqueio" à industrialização nacional, o que nos leva à indagação sobre o significado e as características de uma industrialização periférica internacional, vale dizer, comandada pelo capital monopolista dos países centrais. Qual seria, pois, a possibilidade deste tipo de capital interessar-se pela localização na periferia? Mais ainda, qual o seu significado do ponto de vista de uma alteração na própria estrutura do Estado, com repercussões sobre a política cambial e sua diferenciação em relação à política cambial dos países centrais?

Do ponto de vista da perspectiva locacional do capital monopolista, procuramos mostrar: a) que embora haja uma clara relação entre processo de concentração espacial e concentração do capital industrial, ela perde parcialmente o sentido quando nos referimos ao capital monopolista e sua subdivisão em várias unidades produtivas, ou administrativas; b) que a tendência do capital monopolista é estabelecer uma divisão espacial do trabalho, cabendo à Periferia, no máximo, fragmentos especializados, que em termos administrativos e produtivos (produção de bens de capital de ponta e tecnologia) permanece concentrada nos países centrais; c) que à situação de dependência "espacial", definida no quinto capítulo, junta-se ou se superpõe esta situação

de dependência de empresas ou filiais da periferia e que estão realmente (formalmente ou não) sob o domínio do capital monopolista.

Do ponto de vista da estrutura do Estado, por seu turno, observa-se igualmente uma singularidade da Periferia: a) uma vez que sua estrutura burguesa é composta de "fragmentos", isto é, pela combinação de "várias burguesias" incluindo o capital multinacional, não se conseguiu construir, por enquanto, dentro do aparelho de Estado, uma situação de hegemonia, no sentido Gramsciano do termo; b) a política cambial tem uma natureza passiva e está entregue às vicissitudes e incertezas das lutas dos vários "fragmentos" de capital no Estado; c) a natureza estruturalmente problemática da política cambial (do ponto de vista econômico) pode levar a uma situação de instabilidade política permanente, configurando uma relação de causa e efeito que entretanto dificilmente poderá ser demonstrada teoricamente, devendo ser comprovada pela análise histórica dos países periféricos; d) se verdadeira esta última hipótese, devemos concluir que ela favorece ainda mais uma certa autonomização do aparelho de Estado, que, se sob o aspecto de fornecer alguma consistência para a política cambial acaba sendo positiva, é negativa ao contribuir para descolar ainda mais sua ação dos interesses do conjunto da população - dada a ausência de um "bloco histórico"; e) o comportamento locacional do capital monopolista aliado à diferença qualitativa da política cambial terminam por cristalizar as diferenças espaciais, configurando uma situação real do

"Imperialismo como bloqueio" ao desenvolvimento das forças produtivas na Periferia e de perpetuação das vantagens econômicas do Centro; f) dada a grande imponderabilidade dos fatores políticos, estas tendências podem em certos casos ser revertidas, possibilidade que dependerá da conjugação de tais fatores com as características econômicas favoráveis existentes em alguns dos países periféricos.

A esta situação acrescenta-se a tendência à redução relativa e absoluta do operariado industrial, fato que minimiza o efeito "força de trabalho barata" no processo de relocalização da indústria nos países periféricos: com isso, consolida-se a tendência ao desenvolvimento desigual e à marginalização efetiva da periferia capitalista, conclusão esta formalmente semelhante ao nosso ponto de partida no primeiro capítulo e que indica um nível de teorização mais próximo do concreto. Neste sentido, o movimento do terceiro ao sexto caitulo é um movimento "do abstrato ao concreto", sendo este último não a realidade empírica mas o concreto pensado, último nível de teorização. Nessa medida, estes movimentos do concreto ao abstrato (primeiro ao terceiro capítulo) e o do abstrato ao concreto (terceiro ao sexto capítulo) nada mais são do que partes do processo de construção de um roteiro teórico para o estudo do desenvolvimento capitalista no espaço econômico.

Na verdade, nosso roteiro teórico (que acaba sendo sempre inicial) chegou à conclusão fundamental de que a expansão

do capitalismo na periferia é sempre um processo problemático, entendido no sentido da construção de uma dinâmica espeficicamente capitalista. Em outras palavras, a dinâmica especificamente capitalista observada globalmente expressa-se sempre na reprodução ampliada intensiva, que contém não apenas progresso técnico mas a criação de novos produtos que lideram e sustentam todo surto de expansão cíclica ou de longo prazo. Mais ainda: sem tais produtos o capitalismo entraria não em uma estagnação, mas sim em um processo de regressão permanente, o que o inviabilizaria enquanto modo de produção. Ora, a periferia tende a ser incapaz de se inserir dinamicamente na divisão internacional do trabalho, o que significa não exatamente incapacidade de crescimento no mesmo ritmo ou acima do centro (possibilidade que acontece eventualmente com este ou aquele país), mas sim incapacidade de produzir novos produtos para si e para o mercado mundial, a nível tecnologicamente atualizado ou contemporâneo. Esta incapacidade, que não é inexorável, e que pode muito bem ser revertida por uma política de "múltiplos câmbios" adequada, centra-se no "estado atual das coisas", onde se conjugam fatores espaciais e ligados à concorrência com uma "praxis" política concreta.

Assim, enquanto os países centrais abrem seus ciclos ou surtos de crescimento com novos produtos, os países da periferia abrem-nos com o reaquecimento do mercado internacional ou, alternativamente, no caso do crescimento "para dentro", via política fiscal (que reativa os investimentos) e de rendas (que reativa o consumo) dos Estados Nacionais: somente a partir daí

produz-se o efeito acelerador que faz com que a taxa de investimento privado ultrapasse e lidere, durante um certo tempo, a taxa de acumulação. Neste último sentido, isto é, do crescimento para "dentro", temos dinâmica capitalista própria - o que significa, entre outros fatores, ter ciclos próprios - embora não seja especificamente (e inteiramente) capitalista, vale dizer, não possui uma dinâmica que gere internamente pelo menos alguns dos novos produtos que lideram o surto de expansão capitalista.

Comparativamente, é correto dizer que enquanto no Centro a determinação dos novos investimentos (para produzir novos produtos) é feita pelo capital monopolista auxiliado pela política fiscal, na periferia é a conjuntura internacional ou a política fiscal que "puxam" os investimentos, que nunca chegam a produzir novos produtos. Assim, ao contribuir para a produção de novos produtos, a política fiscal é também política de "múltiplos câmbios" no centro, enquanto na periferia aquela pode não se confundir ou mesmo pode descolar da política de "múltiplos câmbios", fato que acentua as suas dificuldades econômicas, já suficientemente grandes pelo subsídio crescente e permanente aos setores exportadores ou substituidores de importações.

Finalmente, como última questão, diríamos que o problema da Periferia, ao invés de constituir uma situação de exploração (pelo "Centro") representa fundamentalmente um problema de marginalização (pelo capital em geral, forâneo ou nacional), definindo o campo correto em que as alternativas ou saídas para a crise devem ser colocadas: falsos paradigmas como o

da "exploração externa" ou "interna" constituem alternativas unilaterais que se esquecem, por vezes, de fatores específicos, que poderiam ser decisivos para a explicação de uma situação concreta de marginalização.

ABLAS, Luiz Augusto Queiroz. A teoria do lugar central. São Paulo, IPE, 1982.

AGLIETTA, M. Regulation e Crisis du Capitalisme. Paris, Calmann-Lévy, 1976.

ALIHAN, M., Social Ecology, Nova York, 1938.

ALONSO, Wilian. Location theory. In: FRIEDMAN, John & ALONSO, William, ed. Regional development and planning; a reader. Cambridge. MIT Press, 1964, p. 78-94.

AMIN, S. O desenvolvimento desigual. São Paulo, Forense, 1976.

ARRIGHI, G. Towards a theory of capitalist crisis. New Left Review, London, (11) Sept./Oct. 1978.

AURELIANO, Liana Maria. No limiar da industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1981.

AZZONI, Carlos R. Teoria da localização: uma análise crítica. São Paulo, IPE, 1982.

AYDALOT, P. Contribuition a la théorie de la division espatiale du travail. São Paulo, FIPE/IPEA/BID, 1979.

BACHA, E. Os mitos de uma década. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

---. External shocks and growth prospects: the case of Brazil, 1973/1988. Nova York, 1984. (mimeo.).

BALASSA, B. A procura de uma teoria de integração econômica da América Latina.. In: WIONZECK, M.S. A integração econômica da de Janeiro, O Cruzeiro, 1966. p. 37-48.

---. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1981. (Tese Livre Docência).

CARDOSO, Fernando Herique. Notas sobre estado e dependência. São Paulo, CEBRAP, 1973. (Caderno CEBRAP, 11).

---. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. Estudos CEBRAP, São Paulo, (1):25-45, 1971.

CASTELLS, M. A questão urbana. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CEPAL. Economic survey of Latin America 1949. New York, United Nation, 1951.

CHRISTALLER, W. Central place in southern germany. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

CLAUDIN, F. La crisis del movimiento comunista. s.l., Rûedo Ibérico, 1970.

CLEMENTE, A. Economia Regional: Introdução à Economia do Espaço Geográfico. Curitiba, Sciencia et Labor, 1987.

CLINE, W.R. External debt: system vulnerability and development. Columbia Journal of World Business, 1982.

CORAGGIO, J. Consideraçães teórico-metodológicas sobre as formas sociais de organização do espaço e suas tendências na América Latina. Planejamento, Salvador, 7(1):65-82, jan./mar. 1979.

CRUZ, Paulo Davidoff C. Dívida externa, e política econômica: a experiência brasileira nos anos setenta. São Paulo, Brasiliense, 1984.

CUNHA, P.V. & SMOLKA, M.O. Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias e uso do solo urbano. Estudos CEBRAP, São Paulo, (27) 1980.

DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira, Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

DONNE, Marcella Delle. Teorias sobre a cidade. Edições 70, 1983.

DORNBUSCH, R e FISCHER, C. Macroeconomia, Mcgraw Hill, 1982.

DOWBOR, Ladislau. Introdução teórica à crise. São Paulo, Brasiliense, 1981.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a formação do Estado e as alternativas da industrialização. São Paulo, USP, 1981. (Tese de Doutórado).

EMMANUEL, A. O proletariado das nações privilegiadas participa da exploração do Terceiro Mundo. In: Um proletariado explorado? Lisboa, Iniciativa, cap. 2.

---. A troca desigual. Lisboa, Estampa, 1973.

WHITE-SETTLER Colonialim and the Myth of investiment imperialism, New Left Review, n. 73, 1972.

FAJNZYLBER, Fernando. La industrialización trunca de America Latina. México, Nueva Imagen, 1983.

FAUSTO, Boris. A revolução de 30. São Paulo, DIFEL, 1975.

FERREIRA, Carlos Maurício C. A evolução das teorias clássicas da economia espacial: suas contribuições para a análise de concentração das atividades industriais. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1975. (Monografia, 10).

FRANK, A.G. Crisis in the world economy. London, Heinemann Educacional Book, 1980.

---. Acumulação dependente e subdesenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1980.

---. Capitalismo e subdesarrollo en América Latina. Buenos Aires, Signos, 1970.

FROBEL, F. Heinrich's J. The current development of the world economy: reproduction of labour and acumulation of capital on a world scale. Review, (4) Spring, 1982.

---. & KREYE, O. The new international division of labour. Cambridge, Cambridge University, 1980.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

---. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

GALBRAITH, J.K., The new industrial state, Harmondsworth, Penguin Books, 1971.

GORZ, André. Adeus ao proletariado. Rio de Janeiro, Forense, 1982.

GUMAN, G. A visão cepalina: exame de alguns pontos. ECN-328.

HABERLER, G. The theory of international trade with its applications to comercial policy. London, Willian Hodge, 1956. 1956.

HAIG, R.H. Towards and understending of the metropolis. The Quartely Journal of Economics. Feb. 1926.

HARVEY, David. The geography of capitalism accumulation: a reconstruction of the marxism theory. Baltimore, John Hopkins University, 1975.

---. The limits of capital. Chicago, The University of Chicago, 1982.

---. Social justice and the city. Baltimore, John Hopkins University, 1973.

---. Class - monopoly rent, finance capital and the urban revolution. Regional Studies (8) 1974.

HIRSCHMAN, Albert O. Transmissão inter-regional e internacional do crescimento econômico.. In: SCHWARTZMAN, Jacques, org. Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977. p. 35-52.

HOBSON, J.A. Imperialismo. Londres, 1902.

HOLLAND, Stuart. Capital versus region. New York, St. Martin, 1976.

HOOVER, Edgar, The location of economic activity, New York, McGraw Hill, 1948.

HOOVER, Edgar. An introduction to regional economics. New York, Alfred Knopf, 1971.

HOTELLING, Harold. Stability in competition. Economic Journal, 1929.

HYMER, Stephen. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro, GRAAL, 1978.

ISARD, Walter. Introduction to regional science. New Jersey, Prentice Hall, 1975.

ISARD, Location and space economy; a general theory relating to industrial location, market areas, land use, trade and Urban Structure, New York, MIT. Press, 1956.

JENKINS, THYS. Division over the internationa division of labour. CAPITAL & CLASS, (22) Sipring, 1984.

KAY, Geoffrey. Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma análise marxista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1969.

LABINI, Paolo S. Oligopólio e progresso técnico. São Paulo, Forense, 1980.

LANDSBERG, M. Export led industrialization in the third world: manufacturing imperialism The Review of Radical Political Economics. (11) 1979.

LEME, Ruy Aguiar da S. Contribuições à teoria da localização industrial. São Paulo, FIPE/USP, 1982.

LENIN, V.I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo, Global, 1979.

LEWIS, W.A. World production, prices and trade, 1870-1960. Manchester School of Economic and Social Studies, 21:139-91, 1952.

LIPIETZ, Alain. Le capital et son espace. Paris, F. Maspero, 1977.

---. As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização. Espaço & Debates, São Paulo, 1984.

---. Towards global fordism? New Left Review, London, (132) Mar./Apr., 1982.

LOJKINE, Jean. O Estado capitalista e a questão urbana. São Paulo Martins Fontes, 1981.

LÖSCH, August. The economics of location. New Haven, Yale University, 1974.

LUXEMBURG, Rosa. A acumulação do capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MALAN, Pedro S. et alii. Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-52). Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977. (Relatório de Pesquisa, 36).

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo, Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

---. La réponse socialiste ou défi américain. s.n.t.

MARKUSEN, A. Regionalismo: uma hipótese marxista. Espaço & Debates, São Paulo, 1(2):61-99, maio 1981.

---. Profit cycles, oligopoly and regional development. Cambridge, The MIT Press, 1985.

MARX, Karl. O capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967. Livro 1.

---. O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. Livro 2.

---. O Capital; crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974. Livro 3.

---. História crítica de la teoría de la plus valia. Buenos Aires, Brumário, 1974. t. 1.

---. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MASSEY, D. Regionalismo : problemas atuais. Espaço & Debates, São Paulo, 1(4):50-83, dez. 1981.

MELO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MERHAV, Meir. Dependência tecnológica, monopólio e crescimento. São Paulo, Vértice, 1987.

MILLS, C. Wright. A nova classe média. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

MOTA, Fernando de Oliveira. Manual de localização industrial. Rio de Janeiro, APEC, 1968.

MÜLLER, Alberto. Áreas de mercado na teoria de August Lösch: alguns comentários. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 11, Belém, 1983. Anais. Belém, Grafisa, 1983.

MURRAY, R. Value and theory of rent. Capital and Class (3) Autumn, 1987.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Saga, 1972.

NORTH, Douglas C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques, org. Economia regional; textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977. p. 291-313

---. Réplica. In: SCHWARTZMAN, Jacques, org. Economia regional; textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977. p. 324-29.

---. A agricultura no crescimento econômico regional. In: SCHWARTZMAN, Jacques, org. Economia regional; textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977. p. 333-34.

OHLIN, Bertil. Comércio inter-regional y internacional. Barcelona, Oikostau, 1966.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, São Paulo, (2) 1972.

---. Padrões de acumulação, oligopólios e estado no Brasil. In: -. A economia da dependência imperfeita. Rio de Janeiro, GRAAL, 1977.

PAELINCK, Jean. A teoria do desenvolvimento regional polarizado. In: SCHWARTZMAN, Jacques, org. Economia regional; textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977. p. 157-94.

PARK, R., et alii. The city. Chicago, University of Chicago, 1975.

PERROUX, François. O conceito dos pólos de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques, org. Economia Regional; textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977. p. 145-56.

PINTO, A. & KNACKAL, J. El sistema centro-periferia 20 años después. Santiago de Chile, Instituto Latinoamericano e Planificación Económica y Social, 1973. (mimeo.).

POSSAS, Mario. Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio. Campinas, UNICAMP, 1983. (Tese de Doutorado).

POULANTZAS, Nicos. As classes sociais no capitalismo hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e os seus principais problemas. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 3(3):54-9, set. 1949.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Lisboa, Fundação Calouste Golbekian, 1965.

RIZZIERI, Juarez A. B. Desenvolvimento econômico e urbanização. São Paulo, FIPE/USP, 1982.

ROSENSTEIN-RODAN,. A teoria do grande impulso. In: ELLIS, H. Desenvolvimento econômico para a América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1963.

ROSDOLSKY, R. Genesis y estructura de El Capital de Marx. México Siglo XXI, 1978

RUBIN, Isaac. A teoria marxista do valor. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SEGAL, M. Wages in the metropolis: their influence on location of industries in the New York region. Cambridge, Harvard University, 1970.

SHAIKH, A. Foreign trade and the law of value. Part one. Science and Society, New York, 53 (3) 1979.

---. ---. Part two. Science and Society, New York, 54(1) 1980.

SALAMA, Pierre. O processo de subdesenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 1976.

SCHICKLER, Samuel. A teoria da base econômica regional: aspectos conceituais e testes empíricos. In: HADDAD, Paulo, coord. Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. p. 9-51. (Monografia, 8).

SCHOELLER, W. Subdesenvolvimento e troca desigual no mercado mundial. Estudos CEBRAP, São Paulo, (22):5-39, 1977.

SCHWARTZMAN, J. (org.). Economia regional; textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1977.

———. A teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo, coord. Desequilíbrios regionais e descentralização industrial. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. p. 37-93. (Monografia, 16).

SILVA, Sérgio. Valor e renda da terra. São Paulo, Polis, 1981.

SINGER, Paulo. A economia dos serviços. Estudos CEBRAP, São Paulo, (24) 1978.

SMITH, Roberto. Troca desigual - aspectos teóricos de uma conversia. Espaço & Debates, São Paulo, 2(5):47-63, abr. 1982.

SMOLKA, M.O. O espaço no paradigma neo-clássico; notas críticas. Rio de Janeiro, PUR/UFRJ, 1982. (Estudos e Relatos, 1).

SOUZA, Maria Carmem. A teoria Heckscher-Ohlin. Belo Horizonte, UFMG, 1954.

STORPER, M. Oligopoly and the product cycle: essentialism. Economy Geography, Wacester, 61(3) July, 1985.

SWEEZY, Paul et alii. Economia política del imperialismo. Buenos Aires, Periferia, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

---. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1975. (Tese de Doutorado).

TOLOSA, Hamilton. Pólos de crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, Paulo. Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972. (Monografia, 8).

VIANA, Ana Luiza. O BNDE e a industrialização brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 9, Olinda, 1981. Anais. Brasília, ANPEC, 1981.

VON THUNEN, Der isoliert staat. Berlim, 1910.

WEBER, Alfred. Veber den stantort der industrien. Tunbingen, 1909.

WEBER, Max. O conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio Guilherme, org. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. p. 68-89.

---. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo, org. Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

WEFORT, Francisco. Nota sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional. Estudos CEBRAP, São Paulo, (1) 1971.

WORLD BANK. World Development Report. 1980.